Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Reinserções, inserções e deserções: cartografia do
dispositivo “reinserção social” para adolescentes com
histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas

Altieres Edemar Frei

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Doutor em Saúde
Pública.

Área de Concentração: Saúde, Ciclos de
Vida e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de
Camargo Ferreira Adorno

São Paulo
2019

Reinserções, inserções e deserções: cartografia do dispositivo “reinserção social” para adolescentes com histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas

Altieres Edemar Frei

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Versão original

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dedicatória:

Para: João Batista Frei (*in memoriam*)

Com cópia: Maria Teresinha Fonseca Frei

Igor Tamantini Frei

Martín Tamantini Frei

Agradecimentos:

A minha mãe, Maria Teresinha Fonseca Frei, Dona Zica, incansável em matéria de constituir territorializações, desterritorializações e reterritorializações.

A meu pai, João Batista Frei (in memoriam), incansável em seu humor e afinação ética até quando a vida o cansou.

A minha companheira Camila Tamantini Ribeiro Viero Araújo, por me ensinar sobre chão e lugar de fala.

Ao meus filhos Igor Tamantini Frei e Martín Tamantini Frei, por me ensinarem sobre o riso e sobre o mundo.

Ao CNPq por ter me concedido a bolsa de estudos na reta final de minha pesquisa, crucial para a conclusão da mesma; a Rubens Adorno pela orientação e cumplicidade neste percurso. A Ellen Nemitz, revisora e interlocutora. Aos servidores da Faculdade de Saúde Pública, Vânia Santos, Leandro, Carolina e seus colegas de trabalho na secretaria que intermediaram meus trâmites acadêmicos. A Comissão de Bolsas da Faculdade de Saúde Pública, na figura da professora Cleide. A todos professores da instituição.

A todos colegas com quem dividi minha trajetória profissional à frente do citado emprego, e aos adolescentes que, mesmo sem saber da existência desse trabalho, nutrem o manancial de referências e discussões técnicas.

A todos meus guias: todos os mestres se tornam amigos. Todos amigos se tornam mestres! Minha gratidão é inominável, mas há de ser perceptível!

Epígrafes-guia:

Ser como a granada: pedra, fruta, arma.
(Marcus Salgado)

Ali mesmo onde moro, frequentemente não sei onde sou
(Milton Santos, 2013, p. 19)

Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir (Deleuze e Guattari, 2017, p. 19).

O território é de fato um ato, que afeta meios e os ritmos, que os “territorializa”. O território é produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos. Dá na mesma perguntar quando é que os meios e os ritmos territorializam-se, ou qual é a diferença entre um animal sem território e um animal de território. Um território lança mão de todos os meios, pega um pedaço deles, agarra-os (embora permaneça frágil frente a intrusões). Ele é construído com aspectos ou porções de meios. Ele comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário, um anexado. Ele tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domínio, limites ou membranas mais ou menos retráteis, zonas intermediárias ou até/neutralizadas, reservas ou anexos energéticos. Ele é essencialmente marcado por “índices”, e esses índices são pegos de componentes de todos os meios: materiais, produtos orgânicos, estados de membrana ou de pele, fontes de energia, condensados de percepção-ação. Precisamente, há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos. Há território a partir do momento em que há expressividade do ritmo. É a emergência de materiais de expressão (qualidades) que vai definir o território. Tomemos um exemplo como o da cor, dos pássaros ou dos peixes: a cor é um estado de membrana, que remete ela própria a estados interiores hormonais; mas a cor permanece funcional e transitória, enquanto está ligada a um tipo de ação (sexualidade, agressividade, fuga). Ela se torna expressiva, ao contrário, quando adquire uma constância temporal e um alcance espacial que fazem dela uma marca territorial, ou melhor dizendo, territorializante: uma assinatura (Deleuze e Guattari, 1997, p. 112).

Temos de ser craques em matéria de montagem de territórios, montagem, se possível, tão veloz e eficiente quanto o ritmo com que o mercado desfaz de situações e faz outras. Entretanto, não pode ser qualquer a natureza de tais territórios: vemo-nos solicitados o tempo todo e de todos os lados a investir a poderosa fábrica de subjetividade serializada, produtora destes homens que somos, reduzidos à condição de suporte de valor – e isso até (e sobretudo) quando ocupamos os lugares mais prestigiados na hierarquia de valores. Tudo leva a esse tipo de economia. Muitas vezes não há outra saída. É que quando na desmontagem, perplexos e desparametrados, nos fragilizamos, a tendência é adotar posições meramente defensivas. Por medo da marginalização na qual corremos o risco de ser confinados quando ousamos criar qualquer território singular, isto é, independente de serializações subjetivas; por medo de essa marginalização chegar a comprometer até a própria possibilidade de sobrevivência (o que é plenamente possível), acabamos reivindicando um território no edifício das identidades reconhecidas. Tornamo-nos assim – muitas vezes em dissonância com nossa consciência – produtores de algumas sequências da linha de montagem do desejo (ROLNIK e GUATTARI, 1996, p. 12).

Resumo

Esta tese-pão é escrita sob a metodologia da cartografia, com cascas de discussão teórica e miolo de narrativas em campo e dessa forma, deixa convergir e transpassar impressões, afetos e vivências sobre a ideia da reinserção social alçada à categoria de dispositivo (tal qual ocorre com o dispositivo das drogas na atualidade), à luz de autores que permitem pensar as questões de saúde coletiva pelo prisma das política de subjetivação, e à luz de uma vivência na pele enquanto trabalhador. Persegue algumas de suas possíveis linhas traçadas pelas políticas públicas vigentes, pelas diferentes adolescências nas diferentes classes sociais, com suas diferentes inserções sociais, pela disputa biopolítica que causa segregações transeuntes, privilégios de circulações ou operações urbanas de triagem de estratos sociais por conta de suas características de poderio econômico e cor-de-pele. Passa pelos diagramas da droga enquanto dispositivo e pela função da Guerra às Drogas na cristalização dessas formas de vida. Presta certo tributo à literatura menor e às narrativas de si, enquanto uma trincheira na disputa por territórios-linguagens. Todo território é psíquico.

Descritores: reinserção social, dispositivo, drogas, adolescentes, biopolítica.

Abstract

This bread-thesis is written under the methodology of cartography, with theoretical discussions and the core of narratives in the field, and thus, it allows us to converge and transgress impressions, affections and experiences on the idea of social reinsertion, elevated to the category of device (as such occurs with the device of drugs in the present time), in the light of authors that allow to think about collective health issues through the prism of the politics of subjectivation, and in the light of an experience in the skin as a worker. It pursues some of its possible lines drawn by the current Public Policies, by the different teens in the different social classes, with their different social insertions, by the biopolitical dispute that causes passer-by segregations, privileges of circulations or urban operations of sorting of social strata by its characteristics of economic power and color of skin. It goes through the diagrams of the drug as a device and the function of the War on Drugs in the crystallization of these forms of life. It pays a certain tribute to the minor literature and to the narratives of itself, as a trench in the dispute for territories-languages. All territory is psychic.

Descriptors: social reintegration, device, drugs, adolescents, biopolitics.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO	22
1.1 CASCA-UM — PRIMEIRAS PISTAS SOBRE O DISPOSITIVO DAS DROGAS: BREVE CARTOGRAFIA E PROPOSIÇÕES SOBRE MÁQUINAS-TERRITÓRIOS EM REGIÕES METROPOLITANAS EM METÁSTASE.....	22
1.1.1 Por Que Drogas como Dispositivos?.....	22
1.1.2 Mas Que Diabos é um Dispositivo?.....	25
1.1.3 Por Que Ainda há Guerra às (Pessoas que Usam) Drogas?.....	33
1.1.4 A Atualização das Sociedades Disciplinares em Sociedades de Controle Vistas com Olhos Marcados por Balas de Borracha.....	40
1.1.5 Ao Texto de Deleuze: “Duas Questões Sobre a Droga”.....	51
1.1.6 Acoplamentos das Drogas como Máquinas de Guerra Nômades: Outras Velocidades	63
1.2 CASCA-DOIS — O TRIPÉ PREVENÇÃO-TRATAMENTO-REINSERÇÃO SOCIAL PARA ADOLESCENTES EM USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTOS E CAPTURAS	
1.2.1 Políticas Públicas Vão Virar Máquinas de Escrever?.....	70
1.2.2 O CAPS AD Como <i>Puxadinho</i> de Políticas Públicas que não Puderam (ou não Ousaram) Conceber a Atenção ao Usuário de Álcool e Outras Drogas sob a Perspectiva Crítica à Guerra às Drogas.....	76
1.2.3 Reforma Psiquiátrica e(é) Reinserção Social: do Pleonismo a Instauração de Territórios-Outros	79
1.2.4 Do Dispositivo-Droga ao Dispositivo-Reinserção Social: Considerações e Tramas Biopolíticas do Proibicionismo.....	80
2 OBJETIVOS.....	94
3 MÉTODOS.....	96
3.1 A DEFESA DO MÉTODO CARTOGRÁFICO E SUAS POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES E DIFERENÇAS COM A METODOLOGIA DA ETNOGRAFIA.....	96

3.2 APÊNDICES E PRÓTESES À DEFESA DO MÉTODO: AS CURVAS PELO MANIFESTO CIBORGUE E PELO CORPO SEM ORGÃOS.....	110
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	114
4.1 PRÓLOGO DO MIOLO OU MAIS UMA NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O MÉTODO	114
4.2 CAMADA-UM DO MIOLO — CARTOGRAFIA COM RESSONÂNCIAS E ESPELHAMENTOS DE UMA AUTOETNOGRAFIA PARA UM PRÓLOGO DE UMA INSERÇÃO (OU GENEALOGIA DE UMA DESERÇÃO).....	116
4.2.1 Dr. Manhattan.....	116
4.2.2 Partos.....	118
4.2.3 Transmutação de Chumbo em Ouro ou Exercícios Amadores de Alquimia.....	120
4.2.4 <i>You Are Wrong When You Said: Everything is Gonna be All-right</i>	125
4.2.5 Júlio-Gênio.....	127
4.2.6 Das Conversas com Amaranta ao Casal de Adolescentes no Marengo.....	130
4.2.7 Contas, Mochilas e Telescópios.....	133
4.2.8 Redução de Danos e Produção Coletiva de Intervenções e Inconscientes Institucionais.....	135
4.2.9 Lugares de Fala.....	140
4.2.10 Congresso em Curitiba?.....	142
4.2.11 Trip! Trip! Trip! It's only a trip!.....	144
4.2.12 Devir-Deserção de São Paulo.....	148
4.2.13 <i>Ground Control to Major Tom</i>	151
4.2.14 Brás, Brazes, Brasis de uma Infância Ainda Reluzente.....	155
4.2.15 Curitiba-Dobra-de-São Paulo?.....	158
4.2.16 Junho de 2013.....	161
4.3 CAMADA-DOIS DO MIOLO — O EMPREGO, OS ADOLESCENTES, A AMBIÊNCIA E NOSSAS INAUGURAÇÕES DE INSERÇÕES.....	167
4.3.1 Pouco Mais de Uma Dúzia de <i>Slides de Powerpoint</i>	167
4.3.2 Ossada de Hospício.....	170
4.3.3 Saber-Fazer.....	174

4.3.4 Pró-Pulsões.....	177
4.3.5 Eu Quero Lutar, Mas Não Com Essa Far(d)(s)a.....	180
4.3.6 Devir-Martín.....	182
4.3.7 Pessoal.....	184
4.3.8 Antes de Mais Nada, o Fim.....	187
4.3.9 Linha-de-Fuga-Doutorado.....	189
4.3.10 O Fim da União Soviética.....	191
4.3.11 Notas da Sra. R.....	194
4.3.12 As Reuniões e a Supervisão Clínico-Institucional.....	196
4.3.13 Notas de uma Bolada nas Costas.....	199
4.3.14 São-São Paulo, meu Amor.....	201
4.3.15 Capitão Jota-Bola-Azul.....	206
4.3.16 Srta. A.....	210
4.3.17 Ensaio da Desterritorialização da Ossada-Hospício (p 1)	212
4.3.18 Ambiência Tipo-Exportação	213
4.3.19 Bola Azul, Bola na Parede, Bolada nas Costas (parte 2)	215
4.3.20 Srta. C.....	221
4.3.21 Ensaio da Territorialização da Ossada-Hospício (p 2).....	223
4.3.22 Segura Essa, Moisés de Botequim.....	225
4.3.23 A Comunhão da Firma.....	228
4.3.24 Discussão de Caso.....	231
4.3.25 Ambiência Tipo-Ambiência.....	234
4.3.26 Ocupação Afetiva dos Espaços da Ossada-Hospício.....	237
4.3.27 Zonas Autônomas Temporárias ou Dobras-da-Ambiência.....	242
4.3.28 Ostentações.....	244
4.3.29 Como Criar um “Corpo-Institucional” para Produzir um “Inconsciente Institucional”	249

4.4. CAMADA TRÊS DO MIOLO — RELATOS DE ALGUNS CASOS DE ADOLESCENTES ATENDIDOS, NOSSA INSERÇÃO SOCIAL ENQUANTO INSTITUIÇÃO E OS DEBATES SOBRE A METODOLOGIA.....	254
4.4.1 Rita*.....	254
4.4.2 Outro grande Outro — ou Como Sobreviver aos Valores Institucionais.....	259
4.4.3 Seminários Parte 1 - Contas do Posicionamento de uma “Marca Institucional” Paralela.....	265
4.4.4 Seminários Parte 2 - Contos de Edições Memoráveis e Inflexões sobre Nossa Inserção Institucional na Cultura Local.....	269
4.4.5 Interlúdio: Questionamentos sobre a Metodologia	276
4.4.6 Jessy* e os Indicadores de Inserções Efetivas.....	278
4.4.7 Tamires e a Pior Deserção Possível.....	282
4.4.8 Fica (Mais Que) o Retrato Gigante com seu Guarda-Chuvas Aberto.....	287
4.4.8 Retratos de Uma ou Duas Gerais em um Dia.....	288
4.4.9 Daniel B* ou Como Mover Montanhas?.....	293
4.4.10 Wesley e suas Ambiências.....	296
4.4.11 Wilson*: Fragmentos	301
5 DISCUSSÕES (OU ELABORAÇÕES).....	307
5.1 CASCA-DE-BAIXO-UM: TODO TERRITÓRIO É PSÍQUICO? ELABORAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO (RE)INSERÇÃO SOCIAL À LUZ DE AUTORES ESTRATÉGICOS.....	307
5.1.1 Elaboraões sobre as Cidades na Atualidade e o Tributo à Raquel Rolnik.....	307
5.1.2 Elaboraões sobre o Estado Que Se Constitui Por Suas Bordas e o Tributo à Michel Foucault.....	312
5.1.3 Elaboraões sobre Espaço Crítico e o Tributo a Paul Virilio.....	317
5.1.4 Elaboraões sobre Território Vivo e o Tributo a Milton Santos.....	329

5.2 CASCA-DE-BAIXO-DOIS: ADOLESCÊNCIA E PSICANÁLISE — ELABORAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO (RE)INSERÇÃO SOCIAL À LUZ DE AUTORES ESTRATÉGICOS.....	339
5.2.1 Para Não Dizer Que Não Falei da Adolescência.....	339
5.2.2 As Fábulas sobre “Como Lidar Com Um Adolescente Difícil” em J.D. Nasio.....	342
5.2.3 Como Não Retornar a Freud? Contribuições de “Psicologia das Massas e Análise do Eu” para Elaboração da Vinculação no Dispositivo Reinserção Social.....	348
5.2.4 Outras Breves Contribuições da Psicanálise (e da Teoria Crítica) para Leitura do Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas pelo Adolescente na Contemporaneidade.....	358
5.2.5 Reinserções, Inserções e Deserções no Tempo da Lógica do Condomínio como Resposta ao Mal-Estar Brasileiro	369
5.2.6 Elaboraões sobre o Imperativo da Inserção Social ou Inclusão Social.....	375
5.2.7 Seria o Território da Festa e das Drogas Sintéticas o “Bunker” para Abrigar-se do Mal-Estar na Contemporaneidade?.....	381
5.3 CASCA-DE-BAIXO-TRÊS: ELABORAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO (RE)INSERÇÃO SOCIAL COMO CLÍNICA DE TERRITÓRIOS E INVENÇÃO DO COMUM.....	384
5.3.1 Em Toda Clínica Há de Vir política, Hão de Vir Territórios...384	
5.3.2 Rizoma como Conceito-Chave das Operações de Um Dispositivo de (Re)Inserção Social Enquanto Clínica do Território ou Novas Defesas do Método.....	391
5.3.3 Ecos do Rizoma na, Enfim Contextualizada, Zona Autônoma Temporária.....	396
5.3.4 Pistas para a Invenção do Comum: Clínica-Território, Clínica-Acontecimento, Território-Acontecimento.....	404
5.3.5 Mais Algumas Elaboraões sobre a Invenção do Comum....	408
5.3.6 O Regime Colonial Capitalístico Composto por Reinserções Sociais.....	412

5.3.7 Apropriar-se da Biopotência ou do Poder da Vida para Resistir à Biopolítica ou o Poder sobre a Vida: Uma Questão de Territórios.....	420
6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	424
7. REFERÊNCIAS.....	431

Siglas Utilizadas

ACS - Agente Comunitário de Saúde

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CRATOD - Centro de Referência de Álcool Tabaco e Outras Drogas

LSD - Dimetilamida do Ácido Lisérgico

OSS - Organização Social de Saúde

PCC - Primeiro Comando da Capital

PROAD - Programa de Orientação e Atenção a Dependentes

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RPA - Regime de Pagamento de Autônomos

SENAC-SP - Serviço Nacional do Comércio de São Paulo

SUS - Sistema Único de Saúde

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

URSI - Unidade de Referência de Saúde do Idoso

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIAD - Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas

UBS - Unidade Básica de Saúde

APRESENTAÇÃO

Beatriz Preciado, hoje Paul Preciado, quando começou a escrever seu livro “Testo Junkie”, em que relatava seu protocolo de intoxicação voluntária à base de testosterona sintética, ressaltou que não se tratava de uma obra de autoficção, e sim de um ensaio corporal. Uma ficção autopolítica ou uma espécie de autoteoria, portanto. Em um dado momento de sua apresentação, disse algo como “não me interessam aqui meus sentimentos, ainda que meus, pertencentes a mim e a ninguém mais, ou, melhor, não me interessa o que há de ‘individual’ em meus sentimentos. O que me interessa é como esses sentimentos são atravessados por algo que não é meu” (PRECIADO, 2008, p. 15).

Na fala de Preciado há algo que persigo nesta tese: entender o que atravessa meus sentimentos. Entender de onde vem os processos de institucionalização que justificam inserções sociais — e os processos de institucionalizações que vivi em meus protocolos de intoxicação voluntária de trabalhador, e dar sentido aos processos no corpo, às marcas ou linhas cartografáveis que vicejam e são dignas de serem aqui elaboradas, a partir de uma vivência-experiência-*trip* na coordenação (e até certo ponto na formulação metodológica) de um projeto de “média complexidade” dentro das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

Vinculado à rede socioassistencial, o projeto tinha por objetivo inicial servir como uma espécie de “equipamento para manutenção de abstinência” de adolescentes “dependentes químicos” e, aos poucos, foi sendo posicionando como um equipamento específico para a reinserção social de adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas. No subtexto, por ser tocado por uma empresa-religião, pairavam as tensões decorrentes dos projetos de catequização ou redenção cristãos aliados a uma tolerância servil às falcatruas típicas do capitalismo e da circulação financeira em tempos de mundialização da economia que esterelizava qualquer debate político. A contradição entre de um projeto social como aquele tocado por uma empresa-religião como aquela era aguda: como um tentáculos de um polvo ou facetas de um discurso perverso conviviam no contexto institucional setores que lucravam com a crise, com o esfarelamento do estado e os golpes políticos, com a educação privada, com a saúde privada (pois lucravam com suas universidades, colégios de elite e hospitais padrão Fifa) e, ao mesmo tempo,

formulava “projetos sociais emancipatórios”, onde empreendiam a missão religiosa e de onde extraíam benesses fiscais.

Não são operações simples. O que foi criado e sustentado por certo tempo ali com “uma nada pequena ajuda dos amigos”, tanto em nível de metodologia quanto em produção coletiva de conhecimento pode ser algo de sustentação micropolítica de um conceito até certo ponto progressista em uma cidade que se diz república como aquela, dentro do cotidiano de uma empresa-religião como aquela, com uma série de serviços voltados para a educação ou para a convivência e o fortalecimento de vínculos de crianças e jovens em situação vulnerabilidade.

Lidar com a questão das drogas na adolescência sob a perspectiva da ética do cuidado da Redução de Danos foi o argumento, o guarda-chuva, a proteção metodológica para a sustentação das ações que, para além da questão do tratamento em si, focavam-se na ideia da reinserção social: outro termo deveras delicado. Afinal, reinserção social, à primeira leitura, pode guardar uma ideia implícita de que o adolescente em questão estava inserido em políticas públicas eficazes quando “o vendaval” da droga o arrancou dali. Sem desconsiderar a potência destruidora de alguns sujeitos com algumas substâncias psicoativas, especialmente na adolescência, parecia que estávamos lidando de cara com algo muito mais complexo – era a média da complexidade, ao invés da média complexidade, como gostávamos de parafrasear.

Muitos adolescentes tinham vínculos incipientes com políticas públicas; por isso, o termo “re-inserir” não nos parecia o mais adequado. Da mesma forma nos pareceu evidente que tal operação tem a ver com um tipo de “reificação” do sujeito, de aplanamento de suas subjetividades e das possíveis ocupações do espaço público que é similar ao modelo de Reformatório previsto no antigo Código de Menores de 1927.

Por fim, reinserir ou mesmo inaugurar inserções poderia, de forma inversamente proporcional, dar a entender que o adolescente em questão não tinha lugar ou não estava inserido na sociedade. Não nos pareceu o caso vivido pelos muitos jovens que atendemos. Por vezes, não se tratava de um lugar “desejável pelo cidadão de bem”, mas havia algum tipo de inserção – especialmente ao se considerar jovens com inserção no mercado ilegal de venda de substâncias psicoativas, o famigerado “tráfico de drogas”. Para estes casos e também aqueles

de inserções “cristalizadas”, a operação mais interessante a ser iniciada é a deserção, especialmente no sentido de “desterritorialização”, em alusão a um conceito caro da obra de Deleuze e Guattari (2010, 2011).

Mas, tampouco as operações de deserção se resumiam a esse “desprendimento”. Ao elevar o seu signo a uma análise crítica, tropeçamos na ideia de deserção relativa aos exércitos, metáfora deveras peculiar em tempos extremos de militarização na política e na Guerra às Drogas, mas que tem a ver com criar “desertos”, fluxos nômades, errâncias, invenções de trilhas e trilhos e territórios outros.

Parece até poético, como deve ser a *poiesis* da adolescência: tal qual na frase quase que de para-choques de caminhões descrita por Herman Hesse (2000) em sua obra “Demian”, a qual sentenciava que “a ave sai do ovo, o ovo é mundo, quem quiser nascer tem que destruir um mundo” o “direito à deserção” é um tema em pauta para as diversas camadas de juventudes. Isso vale também para jovens de classes sociais mais altas que podem se dar o luxo de conquistar espaços públicos sob outras perspectivas ou dilatar a adolescência com moratórias familiares que incluem carro e financiamento dos estudos, além do direito a namorar em casa e até fazer suas festinhas; mas, há uma ênfase especial nas juventudes que mal circulam pelas grandes cidades, como se pudessem atestar a existência de muros (quase) invisíveis, de “balés” ou outras coreografias com trabalhadores da segurança privada, com hostilidades ditas e encenadas.

Pontos para um percurso “desafiador”, como se dizia no linguajar da empresa-religião, em alusão ao discurso organizacional. Mas, de certa forma, é uma trama ainda mais complexa quando os resultados apresentados da pesquisa, tal qual no exercício proposto por Preciado (2008), estão no próprio corpo. Nas linhas que me atravessam enquanto sujeito, na peleja ou na lida diária de me sentir, de certa forma, também um produto do mesmo caldo social, ou, como se diz, “farinha do mesmo saco”, no ‘meu corre’ para alcançar um lugar de relativa calma econômica e, finalmente, assentar em um cais, ainda que provisório, os que navegam no mesmo barco que eu, torno-me, também por isso, um “agenciamento coletivo de enunciação” brasileiro — para usar outro termo caro à obra de Deleuze e Guattari (2010).

Tal qual dito por Preciado (2008), a busca não é pela autobiografia, mas pelo encontro dessas linhas que me atravessam como sujeito em diferentes momentos, desde a gênese das ideias que tentaria desenvolver no antigo emprego até o processo seletivo para entrar no referido cargo, passando pelos meus escorregões entre minhas visões de mundo, ideologias e imaturidades para uma jornada desse porte e, claro, chegando ao sempre antevisto final da demissão. Só que, diferente do que previa, este momento durou uns quatro anos — e os intervalos entre as copas do mundo parecem mesmo cada vez mais curtos. De certa forma, gosto de pensar que estas linhas aqui escritas, e aqui descritas, mais do que o flerte narcísico com a autobiografia, prestam aqui de um tributo às narrativas de viajantes, em particular às da chamada *beat generation*. Um salve aos diários de bordo!

Nesse ínterim, vidas e vindas configuraram outros territórios. Penso que, pela metodologia da cartografia, perseguir essas linhas cabe na tese. Sou, como somos, fruto de nossos acoplamentos com os territórios e lugares, operações vivas de inserções, reinserções e deserções. Sou, como somos, o que acho que sou: paráfrases de eu ideal e ideal de eu, tal qual se diz na “psicanálise de boteco”.

Há aqui comigo as elaborações com as quais penso lançar luz sobre questões que me atravessam ao mesmo tempo em que me escapam: visões de mundo, autores de cabeceira, textos-ferramenta que podem trazer conexões para que estas linhas desemboquem, por fim, em outros ditos. É um trabalho de pesquisa, há uma tese a ser defendida, mas nunca deixa de ser um projeto de escrita de si e do mundo que, nesse sentido, presta tributos mais à ética da literatura das narrativas de viagem, ainda que escritas por subletrados, do que às linhas-duras da academia.

Em tempos em que a fábula distópica do engendramento do poder transcende a consciência e toma de assalto a própria vida, com a proposição da biopolítica, tal qual vista por Foucault (2008) e por tantos filósofos e pensadores que desdobraram o tema como Peter Pál Pelbart (2013), talvez esse movimento de recuperar a própria vida, as narrativas do corpo, as ondulações da pulsão, as narrativas de si, os acoplamentos com vidas e os respiros da amizade, os devires de quem quis ou pode ser é uma operação de ocupação de um território. Eis um ponto.

Melhor estar por aqui, voltar para esse lugar-corpo e dar algum sentido ou passagem a tudo isso antes que toda a experiência se esvaia. Trato isso como uma

operação clínico-política, portanto, ainda que possa ser confundida ou mesmo similar a uma cafona operação de *ego trip* – que, assim espero, almejo transpassar sem a pretensão de me considerar imune às suas linhas.

Por isso, e para tentar alcançar esse efeito, a tese aqui escrita se apresenta como uma espécie de hambúrguer. Talvez seja um vício metafórico ou traumas de guerra e outras sequelas de uma “reinserção social” robusta que tive na adolescência enquanto trabalhador de uma lanchonete Mc Donald’s. Talvez seja só um exercício de retórica. Mas é uma tese parecida com um lanche, com um pão em cima, outro pão embaixo e um miolo. Melhor: uma vez que não como mais carne, supomos que a figura de linguagem mais adequada não seja a de um lanche hambúrguer, mas de um pão.

Uma tese-pão, portanto. Uma tese que é tipo um pão. Um pão-pão. Diriam uns que é pão francês, mas quem foi à *gringolândia*, como chamávamos na “Zê-Éle”, sempre dizia que o pão francês não se parecia de forma alguma com o pão que se vende nas padarias. Então, um pão-pão, daqueles que tem camadas-casca em cima, um miolo e outra camada-casca embaixo.

Quero dizer com isso que as cascas são as partes em que procuro costurar os argumentos apresentados com a literatura sobre o tema. O miolo é a parte da escrita cartográfica que se permite versar não só sobre os fatos que vivi, mas sobre as transformações em meu corpo, em minhas relações, em minhas configurações familiares, em meus traumas, medos, *nóias*, ideais e narcisismos, e também em meus posicionamentos sobre a perspectiva da reinserção social para adolescentes.

De certa forma, em paráfrase ao título e em ressonância com a metodologia da cartografia, não há como escrever sobre as reinserções, inserções e deserções dos outros sem nos posicionarmos enquanto coabitantes desse território movediço. Ou, dito de outra forma, só é possível olhar a flutuação de tais espectros no outro (e no Outro) quando o nosso movimento pode ser cartografado também como de idas e vindas pelo mesmo terreno – não necessariamente o mesmo platô – que engendra as políticas de subjetivação em questão. Ainda que o terreno seja o próprio corpo.

Isso pode causar estranhamento. Ainda mais posto desta forma quase idiossincrática e em um espaço de produção acadêmica formal e tradicional como a tal tese-de-doutorado (num país de ranço escravocrata, o signo doutor ainda é atravessado por outras referências). Ainda mais espalhado de forma quase

verborrágica por um volume de páginas que tende a ser tão patético quanto pretensioso em tempos e templos da leitura de mensagens de Whats App ou algo de cento e quarenta caracteres que o valha. Mas, os tempos e os templos merecem ocupações, destituições e “sacodes” também.

A proposta de voo é, portanto, quase ousada, arrogante ou juvenil: não pela altura dos ares que se planeja alcançar, mas pelo tipo de maquinário-engenhoca que se tem para subir. Ou, pior, com o tipo de maquinário-engenhoca que, uma vez lá em cima, será preciso aterrisar. Afinal, é como nos ensina a fábula típica dos consumidores de alucinógenos ou *psiconautas* que preocupam-se mais com a sua “reentrada no planeta Terra” do que pela “decolagem”: *subir qualquer Mané sobe. Quero ver saber descer.*

Para fins de apresentação, é isso que se menciona. Eis uma tese-pão. Introdução, objetivos e discussão metodológica são discutidas em camadas-cascas, com supostas costuras teóricas. Aqui, o que se propõe é introduzir a ideia de reinserção social extraída do tripé *prevenção-tratamento-reinserção social* da Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas e situar o debate à luz dos referenciais da Reforma Psiquiátrica de origem italiana que inspirou o cenário ou o imaginário brasileiro nos últimos 30 anos.

O miolo aparece como a narrativa cartográfica, recheadas de poros, sopros, cafones, lorotas, tributos à literatura menor (e aos diários de bordo) e hipérboles, passando pelos aspectos mais técnicos da constituição do projeto para atendimento a adolescentes com histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas sob a perspectiva da reinserção social – e, vez ou outra, com tais metodologias ilustradas por fragmentos de caso.

Por fim, outra camada-casca, talvez menos espessa, na qual se pode encontrar aquilo que as teses tratam como discussões – que aqui prefiro tratar como elaborações – além das considerações finais e referências bibliográficas.

Do leitor que eventualmente trilhar esse caminho, espera-se o trivial: um desenrolar linear de leitura, com começo, meio e fim, com um fluxo que vai aos poucos ganhando corpo, permitindo outros acoplamentos. Por ser uma escrita que presta tributos ao rizoma, às conexões, aos territórios, penso que não há nada que impeça o leitor de fazer seu próprio percurso, da mesma forma que, tal como

quando se come um pão, uns, literalmente, tiram só uma casquinha, outros se interessam só pelo miolo, outros temem que ele cause estupefações e obesidades.

Uma tese-pão é a figura de linguagem posta, literalmente, sobre a mesa, sem deixar de considerar que, por traz da fermentação natural do pão, um processo quase alquímico do acoplamento do trigo com os fungos se faz necessário. A trivial fermentação, não por acaso, foi tida como sagrada por tantas culturas e fetichizou o alimento em milagre, multiplicações na liturgia cristã, esfarelamentos simbólicos diversos. Obviamente, na medida em que algumas drogas ou acoplamentos sugerem aberturas de portas de percepção, essa questão com os fungos e fermentações não parece ser um detalhe secundário.

Que sirva!

1 INTRODUÇÃO

1.1 CASCA UM — PRIMEIRAS PISTAS SOBRE O DISPOSITIVO DAS DROGAS: BREVE CARTOGRAFIA E PROPOSIÇÕES SOBRE MÁQUINAS-TERRITÓRIOS EM REGIÕES METROPOLITANAS EM METÁSTASE

1.1.1 Por Que Drogas Como Dispositivos?

Antes de falar sobre as drogas enquanto dispositivo, questão por si só “ardida”, ainda mais sob a metodologia cartográfica posta neste capítulo introdutório da tese (e com uma escrita rizomática que flui parte pelo texto em si, parte pelas conexões que você poderá fazer com as notas de rodapé que, aqui, almejam funcionar como um subterrâneo pulsante em analogia ao metrô¹), permito-me iniciar com uma pergunta trivial: quantas “gerais” você tomou nos últimos anos?

A indagação é simples, direta e de entendimento claro no senso comum. Mesmo assim, para evitar qualquer eventual mal-entendido, reformulo-a em outros termos: por quantos “enquadros” ou abordagens policiais você, por ventura, foi atravessado(a) nos últimos anos? A pergunta é direta; as respostas, contudo, podem ser complexas.

Primeiro porque você pode ser uma pessoa que não se envolve com “atividades suspeitas”, como se portar em conversas coloquiais com seus amigos e amigas em uma roda posta em algum espaço público. “Geral” é ofensa. Segundo porque você pode ser uma pessoa que, pensando bem, mal frequenta espaços públicos, ou mal conversa “ao vivo” com seus amigos. “Geral” é desnecessária.

¹ Valendo-me da metodologia da escrita fluida comum às cartografias, opto por uma perspectiva discursiva dialógica de tratar os assuntos aqui expostos com o(a) leitor(a), assumindo, inclusive, a escrita em primeira pessoa. As demais referências e articulações com a literatura que me inspira serão tratadas, também, por meio de notas de rodapé que, embora possam aparentemente deixar o texto mais denso (sobre o que me desculpo de imediato), permitem facultar ao(a) leitor(a) a trama e as ativações que lhes couber, tal qual nas ativações e conexões características aos rizomas. Fazer ou não estas conexões é traçar, trilhar, tramar linhas tal como cabe à cartografia do dispositivo. Tal metodologia foi empregada em minha dissertação de mestrado intitulada “Frestas da Trilha sobre Trilhos Elétricos: Modos e Modelos de Subjetivação no Metrô de São Paulo” (2013), sob orientação de Suely Rolnik. Na ocasião, comentávamos que era como se por esses subterrâneos vertessem vida, tal qual ocorre com os pavimentos ou platôs de cidades com metrô. Com isso, presta-se também um tributo ao *underground*.

Terceiro porque, em seu bairro ou em sua imaginação, a polícia cumpre seu papel de servir e proteger. "Geral" é, se tanto, *blitz da Lei Seca*. Quarto porque você pode ser um trabalhador fardado empregado pela própria corporação que é o braço armado do Estado-violência nesta Guerra às Drogas. "Geral" é a continência diária. Mas, se mesmo estando nas opções listadas você for uma pessoa que mora em periferias ou for negro(a), você pode ter tomado mais "gerais" do que cabem nos dedos das mãos. Pra esses casos, "geral" é rotina².

Mas a região onde você mora e, principalmente, a cor da sua pele não deveriam ser nenhum entreposto para que o fluxo das políticas públicas aconteçam de forma diferente, certo? Afinal, se as drogas são proibidas, elas são proibidas para todas as pessoas, independente da classe social e bairro onde residem, certo? E elas são proibidas porque fazem mal para as pessoas; é uma preocupação com a saúde pública que está em jogo e quem, por ventura, tenha problema com as drogas, deve se tratar, ainda que contra sua vontade, de acordo? E quem vende drogas, claro, deve estar preso, pois representa o *inimigo do estado*, perturba a ordem das famílias e gera ainda mais caos no sistema social, certo?

Pode ser que você, que se interessa pelo tema a ponto de se propor a ler uma tese com essa chamada sobre o estudo da reinserção social enquanto dispositivo, não pense assim. Ou não pense exatamente assim. Ou, ainda, deduz aonde eu quero chegar com esse exercício de "retórica de boteco". Que bom. Mas, há milhares de pessoas que pensam dessa forma, talvez porque nunca tomaram

² Todo mundo detesta a polícia? Esta é uma questão de peso levantada pelo Comitê Invisível em uma de suas publicações recentes traduzidas para o português pela N-1 Edições intitulada "Motim e Destituição Agora". A proposição do referido texto é que, sim, todo mundo detesta a polícia, mas a genealogia desta afirmação é permeada por um estudo interessante sobre o estado de exceção que paira na atualidade, legitimado em torno da caça aos inimigos do Estado - sejam os terroristas, no caso do hemisfério norte (e, desde a questionável Lei Antiterrorista brasileira às vésperas da Copa do Mundo de 2014 e após as "jornadas de junho" aqui no Brasil, em certa medida), sejam os traficantes, no caso dos países latino-americanos. Excertos do texto costuram essa argumentação: "Todo mundo detesta a polícia. Isso se parece como uma lei física. Quanto mais a ordem social perde seu crédito, mais ela arma sua polícia. Quanto mais as instituições se retraem, mais vigilantes colocam. Quanto menos as autoridades inspiram respeito, mais elas procuram nos manter em respeito pela força. E é um círculo vicioso, porque a força nunca tem nada de respeitável" (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 135). Mais adiante, valendo-se da máxima sob a prudência que, conforme desenhado adiante, nutre o pensamento esquizoanalítico de Deleuze e Guattari (2010), o mesmo texto traz ressalvas sobre os modos de se lidar com tal questão. Opto por, novamente, transcrever tal excerto: "Mirar um uniforme com um paralelepípedo não é a mesma coisa que entrar em um corpo a corpo com uma força armada. A polícia é um alvo, não um objetivo, um obstáculo, um adversário. Quem toma os policiais por adversário se abstém de ultrapassar o obstáculo que eles constituem. Para chegar a varrê-los, é preciso mirar *mais além*. Diante da polícia, só há vitória política. Desorganizar seus quadros, despojá-la de toda legitimidade, reduzi-la à impotência, mantê-la distante, conceder-se uma maior margem de manobra tanto no momento desejado como nos lugares escolhidos: assim se destitui a polícia. 'Na ausência de um partido revolucionário, os verdadeiros revolucionários são aqueles que se lançam contra a polícia'" (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 146).

uma "geral" da polícia, ou talvez por não serem suspeitos(as) de portar alguma espécie de substância *radioativa*, *com-vida-própria*, ou dito de outra forma, *psicoativa* (ou por não serem negros(as) ou por "morarem bem"). Pessoas que reproduzem discursos como: *se as pessoas estão em situação de rua, isso é culpa delas: isto só acontece porque não se esforçaram para ter algo melhor*. Conhece alguém assim?

Pensando bem, o pior problema não está no fato de haver pessoas com esse tipo de concepção na sociedade contemporânea. Afinal, trata-se da questão da famigerada liberdade de expressão, de distintas visões de mundo e de arranjo dos pensamentos, fundamental à democracia e à pluralidade. Como se diz, "o buraco é mais embaixo". A questão é como estes discursos são engendrados, fabricados, perpetuados, e como as pessoas que têm essa concepção se tornam refratárias a, simplesmente, conversar, ouvir outras posições e refletir sobre o conteúdo do seu discurso.

Não quero dizer que seja tranquilo ou aceitável existir discursos que legitimem operações de *gentrificação*³ ou racismo de Estado; mas, se a questão fosse só essa (a de pontos de vista divergentes), o debate seria posto em um nível relativamente republicano – e conversar, de forma a acolher argumentos e trocar ideias, poderia dirimir boa parte dos problemas (afinal argumentos minimamente racionais dariam conta de rebater tais posicionamentos).

³ Segundo Natália Rangel, em seu texto "O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política", o termo gentrificação foi cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964. "As primeiras definições de gentrificação têm maior foco na questão do mercado imobiliário e na substituição da população mais pobre pela nova classe média. Glass ((BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) designou o processo como a ocupação de boêmios pioneiros, da nova classe média em Londres, processo que resultou no aumento gradativo de aluguéis e na expulsão dos trabalhadores de classes mais baixas que viviam em bairros centrais da cidade. Neil Smith (2006), geógrafo escocês radicado nos Estados Unidos, fortemente influenciado pelo geógrafo britânico David Harvey, aponta para o que considera crucial nos processos de gentrificação: o fato de que envolve não apenas uma mudança social, mas uma mudança física de habitação local, combinando a higienização social com a reabilitação das áreas para que a classe média possa habitá-las. Tal fenômeno acarreta no aumento do custo de vida e na especulação imobiliária, tendo também um sentido global" (RANGEL, 2015, p. 40).

Os maiores problemas advêm, portanto, do fato de tais posições restarem como uma "ideia fixa", para usar um termo machadiano⁴, ou, ainda, uma crença em um tipo de visão de mundo que, por sua vez, desmerece a pluralidade do debate e sufoca quem pensa diferente. Nestes casos dizemos que não é a concepção individual do sujeito sobre as drogas que está em jogo ou sob discussão. O que temos diante de nós é um complexo diagrama no qual se revela que a questão das drogas na contemporaneidade equivale à noção de um dispositivo.

1.1.2 Mas Que Diabos é Um Dispositivo?

Esta é uma pergunta que foi feita, talvez não nesses termos exatamente, a dois filósofos em momentos distintos: Giorgio Agamben e Gilles Deleuze⁵. Em questão está a leitura de ambos acerca do conceito criado por Michel Foucault, na fase final da sua obra, quando este pensava os desdobramentos das relações de saber-poder para além das instituições, fossem elas parciais ou totais, no estágio de transição das sociedades disciplinares para as sociedade de controle — tal qual preconizado por Deleuze (1992).

⁴“A minha ideia, depois de tantas cabriolas, constituíra-se ideia fixa. Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho. Vê o Cavour; foi a ideia fixa da unidade italiana que o matou. Verdade é que Bismarck não morreu; mas cumpre advertir que a natureza é uma grande caprichosa e a história uma eterna loureira. Por exemplo, Suetônio deu-nos um Cláudio, que era um "verdadeiro banana", -- ou "uma abóbora" como lhe chamou Sêneca, e um Tito, que mereceu ser as delícias de Roma. Veio modernamente um professor e achou meio de demonstrar que ambos esses conceitos eram errôneos e abstrusos, e que dos dois césaes, o delicioso, o verdadeiramente delicioso, foi o "abóbora" de Sêneca. E tu, madama Lucrécia, flor dos Bórgias, se um poeta te pintou como a Messalina católica, apareceu um Gregorovius incrédulo que te apagou muito essa qualidade, e, se não vieste a lírio, também não ficaste pântano. Eu deixo-me estar entre o poeta e o sábio. Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo; e, tomando à ideia fixa, direi que é ela a que faz os varões fortes e os doidos; a ideia móbil, vaga ou furta-cor é a que faz os Cláudios, -- formula Suetônio. Era fixa a minha ideia, fixa como... Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo: talvez a lua, talvez as pirâmides do Egito, talvez a finada dieta germânica. Veja o leitor a comparação que melhor lhe quadrar, veja-a e não esteja daí a torcer-me o nariz, só porque ainda não chegamos à parte narrativa destas memórias. Lá iremos. Creio que prefere a anedota à reflexão, como os outros leitores, seus confrades, e acho que faz muito bem. Pois lá iremos. Todavia, importa dizer que este livro é escrito com pachorra, com a pachorra de um homem já desafrontado da brevidade do século, obra supinamente filosófica, de uma filosofia desigual, agora austera, logo brincalhona, coisa que não edifica nem destrói, não inflama nem regela, e é todavia mais do que passatempo e menos do que apostolado. (ASSIS, 1994, p. 5 e 6)

⁵ O texto “O que é um dispositivo” de Gilles Deleuze foi publicado originalmente na edição intitulada “Michel Foucault, filósofo”, compilado pela Editora Gedisa (Barcelona) em 1990. Uso a tradução de Wanderson Flor do Nascimento para a Escola Nômade, disponível em <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/> (acesso em agosto de 2018). Já o texto homônimo de Giorgio Agamben refere-se à transcrição de uma de suas falas no Brasil, em 1995. Uso, também, aquela traduzida por Nilcéia Valdati, extraída da revista Outra Travessia da UFSC - disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>

Agamben (2005), por exemplo, avança sobre a definição mais conceitual do signo *dispositivo* antes de fazer alusão ao sentido foucaultiano. Opto por transcrevê-la em partes:

Tentemos nesse momento examinar a definição do termo “dispositivo” que se encontra nos dicionários franceses de uso comum. Estes distinguem três significados para o termo: 1) um sentido jurídico em sentido estrito (...). Ou seja, a parte da sentença (ou de uma lei) que decide e dispõe. 2) um significado tecnológico (...) 3) um significado militar (...). Todos os três significados estão, de algum modo, presentes no uso foucaultiano (...) [que] parece se referir à disposição de uma série de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e obter um efeito. (...) chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc, cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p. 11 e 13).

Deleuze (1996), entretanto, parece ter dado mais corpo a tal estudo, especialmente quando define os dispositivos como um emaranhado, um conjunto multilinear composto por linhas de naturezas diferentes, que não cercam nem delimitam, mas seguem direções. Aplicam-se a objetos visíveis, a enunciados formuláveis, às forças em exercício. Ou, dito de outra forma, funcionam como vetores ou tensores.

A proposição posta por Deleuze é a de que os dispositivos partem da noção das três grandes instâncias de poder que Michel Foucault designara: saber, poder e subjetividade. Ambas as faces desse diagrama não têm contornos fixos, são correntes variáveis em luta umas com as outras. Por isso, seguir as linhas que

forjam um dispositivo se assemelha a uma operação de cartografia⁶. Deleuze firma isto quando defende que separar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é desenhar um mapa, é cartografar, medir a passos terras desconhecidas (Deleuze, 1996); por isso, também, o trabalho de Foucault, segundo ele, era um trabalho sobre o terreno.

As drogas são um dispositivo na contemporaneidade⁷, uma vez que sobre a discussão em torno de suas causalidades não repousam somente as definições de ordem farmacológica. E, ainda que a questão se resumisse ao quanto de dopamina que há secretado no uso aspirado de cocaína, já teríamos elementos suficientes para estarmos diante do estudo de um dispositivo: afinal, algo tido como uma verdade científica que opera no corpo do usuário pode se referir a um saber sobre a substância que não é o saber que o usuário tem sobre seu corpo. Neste exemplo, trata-se de um saber que vem *de fora*, de um discurso do cientista ou do especialista.

E, para ilustrar estes casos nos quais impera o saber do especialista, gosto da paráfrase de que a secreção do neurotransmissor dopamina na fenda sináptica é

⁶ Sobre as definições da metodologia da cartografia, cada vez mais sublinhadas nos trabalhos acadêmicos nas últimas duas décadas, são salutares as obras de Virginia Kastrup a este respeito (tais como "Pistas para o Método Cartográfico, de 2008). O pioneirismo desse acoplamento com as pesquisas no Brasil deve-se, contudo, aos trabalhos de Suely Rolnik, como em seus livros "Micropolíticas: Cartografias do Desejo" (com Felix Guattari, 1986) e "Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo" (1989), de onde extraio essa definição: "Para os geógrafos, a cartografia - diferente do mapa, representação de um todo estático - é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o seu desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é antes de tudo um antropófago" (Rolnik, 1989, p. 15 e 16). Retomaremos a discussão quando tratarmos da metodologia desta tese-pão.

⁷ Esta é a esteira na qual autores como Vargas (1998, 2005, 2008), Souza (2013), Fiori (2012), Malvasi (2012), Rui (2013) e Adorno (2015), entre outros, têm se apoiado. Destaco as considerações de Vargas, por sua contribuição sobre a partilha moral que há em torno das chamadas drogas lícitas *versus* ilícitas, especialmente quando resgata a noção de usos medicamentosos ou não medicamentosos de drogas (que podemos também chamar de drogas prescritas *versus* drogas proscritas) e quando pensa que o dispositivo das drogas é inseparável do agenciamento com a noção de acontecimento. Cito-o: "Proponho que, em vez de indagar o porquê ou qual o significado do uso de drogas, cabe perguntar o que ocorre ou que experiência os usuários realizam mediante o consumo, questões que exigem outro modo de problematização do uso de drogas. Minha hipótese de trabalho é que o que ocorre são *eventos*. (...) Assinalo, em apoio a esta hipótese, que os usos medicamentosos e não medicamentosos de drogas requerem meticulosa preparação e que não é possível distingui-los de modo absoluto, mas somente com base nos agenciamentos que os mobilizam como tais. (...) Proponho que os consumos não medicamentosos de drogas são como 'jogos profundos', isto é, práticas que envolvem modos singulares de engajamento no mundo, nos quais as substâncias são mediadoras indispensáveis para a produção de *alter-ações*" (VARGAS, 2006, p 32).

tão adequado para se dizer a um(a) usuário(a) abusivo(a) de cocaína quanto dizer que ele(a) está assim porque seu ascendente é Escorpião com Sol na quinta casa de Sagitário, cruzando com a Lua em Gêmeos, ou o que o valha. Para quem crê e gosta desse tipo de leitura de mundo que a astrologia fornece, faz sentido. Mas, daí a ser tomado como uma produção de verdade universal, há um salto — ou uma política de subjetivação em curso — que precisa ser visto. A questão das drogas transcende, portanto, meras colocações como estas.

Por isso, ainda fazendo eco ao texto de Deleuze (1996) que elucida tais pontos, se os dispositivos são máquinas de fazer ver e fazer falar, e se há uma historicidade dos dispositivos com os regimes de luz e os regimes de enunciados, o dispositivo das drogas também opera dessa forma: *faz ver* tipos de vulnerabilidades, “patologias”, razões pelas quais as desigualdades sociais se perpetuam nos cenários urbano e *faz falar* enunciados que se apoiam em frases de telejornais sensacionalistas que vociferam que *bandido bom é bandido morto* ou que vociferam as verdades “científicas” em torno da dependência química de sujeitos que secretam mais dopamina do que o habitual.

Esta falácia, inclusive, começa pela própria noção de “dependência química”: água e ar, do ponto de vista da química orgânica, são substâncias químicas, tal qual a glicose ou a bomba de sódio e potássio que regulam as sinapses, entre outros exemplos que nos colocam, enquanto humanos, na óbvia condição de dependentes químicos em alguma escala.

Na cartografia que se propõe às inflexões das drogas enquanto um dispositivo, trata-se, portanto, de seguir estas pistas ou linhas que são de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, de ruptura (fissura ou fratura) em torno deste regime de signos. Todas estas linhas se entrecruzam e se misturam: ora umas se põem sobre as outras, ora umas suscitam as outras. Isso se dá, ainda segundo Deleuze (1996), por meio de variações ou mutações dos *agenciamentos* — ou a forma como as linhas são, por assim dizer, tecidas nesse diagrama de saber — poder que *justifica a existência das coisas como elas são*, em uma tradução um tanto quanto simplória de um olhar filosófico complexo para as tramas do capitalismo mundial integrado.

Neste capítulo introdutório ou camada de casca da tese-pão, sem a pretensão de vasculhar com robustez as possíveis pistas, procuro por ora percorrer algumas

destas tramas, espelhando-as com a decrepitude que assola as configurações urbanas na contemporaneidade, especialmente nas regiões metropolitanas brasileiras que as fazem características do adjetivo-advérbio “em metástase”, especialmente quando comparamos a égide das “sociedades de condomínio” descrita por Dunker (2015) como respostas ao mal-estar tipicamente brasileiro que contribuiu para, uma vez mais, dar-se as costas (mais do que dar corpo) às questões cívicas, cidadãs ou republicanas⁸.

Dizer que há linhas que são de visibilidade é codificar os mecanismos com os quais, entre tantos exemplos, o racismo de Estado se perpetua na subjetividade de um policial que “enxerga” maior possibilidade de um sujeito negro portar drogas do que um sujeito branco. Isto não é um acaso. Neste exemplo, esta também pode ser uma linha de subjetivação, ou a codificação de um processo de engendramento de ideias que age em um grupo (a corporação dos policiais, no caso) ou em um processo de individuação (o sargento Peçanha⁹ da vez).

Mas, o processo de subjetivação em questão nesse vetor de visibilidade do dispositivo das drogas não é passível de ser cartografado somente nesta direção (no caso, na direção da opressão crua por parte do trabalhador que representa o braço armado do Estado-violência, para nos valer de uma colocação até certo ponto binária ou maniqueísta). Tais *políticas de subjetivação* se dão também quando, por exemplo, um adolescente morador de uma das quebradas de uma região metropolitana pode vir a se defender ou se portar *como se fosse* um usuário de alguma droga ilícita para se afirmar com um tipo de despojamento ou resistência (ainda que aos olhos mais sensatos tal operação pareça infantilizada e fadada a encrencas).

⁸ Referindo-se aos condomínios e sua ascensão como um sintoma à brasileira – e, assim especulando sobre o mal-estar na atualidade brasileira e seus desdobramentos, Christian Ingo Dunker apresenta suas proposições que, ainda que versando sobre a psicanálise no Brasil, tornam-se valiosas aqui especialmente para pensarmos o (des)investimento que recai sobre os espaços públicos e a convivência nos centros urbanos em metástase. Opto por transcrever um destes trechos: “Chamo de lógica do condomínio a transformação dos problemas relativos à saúde pública, mental e geral, em meros problemas de gestão. Assim a lógica do condomínio replica de maneira atualizada o impasse entre a apreensão falsamente universal de um particular e uma apreensão falsamente particular de um universal, o que se pode extrair do já referido conto de Machado de Assis, “O Alienista”. A lógica do condomínio surge, assim, como um capítulo e um sintoma da modernidade brasileira” (DUNKER, 2015, p. 41 e 42). Retomaremos o assunto em outra “casca” desta tese, quando nas discussões ou “elaborações”.

⁹ Sargento Peçanha é uma das muitas troças jocosas com a polícia militar (retorno do recalcado?) que os humoristas dos curta-metragens exibidos no canal “Porta dos Fundos” fazem com relativa frequência, tal qual no vídeo “Farinha” (2018), disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=glk-ZnxxhwsY>

Trabalhei com adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas sob a perspectiva da reinserção social que relatavam que, quando encontravam uma “barca” da polícia, não só não baixavam a cabeça como ostentavam um tipo de andar com gingado, característico de um processo de encarnação do ideal da “*vida loka*”, e faziam isso para não se sujeitarem ao “*script*” ou “*spoiller*” previsto (o da reedição da postura do escravo diante do seu feitor), ainda que sabendo dos riscos que tal “comportamento” poderia ocasionar¹⁰.

De uma forma ou de outra, todos que trabalhamos com saúde, educação, pesquisas acadêmicas sobre garantia de direitos ou áreas afins conhecemos jovens que parecem ingressar na cultura “canábica” como se adentrassem uma espécie de “partido político”, “grupo de jovens da igreja”, “torcida de futebol organizada” ou algo do tipo.

Em nossa hipótese, isso diz mais respeito ao enfraquecimento de laços simbólicos nestes espaços tradicionais – que deixam de fazer sentido – do que (somente) às características da droga em si. É o anúncio de um tipo de tensão entre inserção ou reinserção social, ou mesmo a criação de outros territórios simbólicos para suportar a aridez de um território e de uma concepção de políticas públicas que expurgam os indesejáveis o tempo todo. Ainda que o discurso seja outro. Por isso, tal qual as drogas se firmam como um dispositivo, essas ocupações territoriais ou, de certa forma, ocupações do corpo vestidas de *reinserção social*, mais adiante, também podem ser vistas como um dispositivo.

Em outro extremo, podemos pensar que o engajamento do mesmo adolescente que promove o culto à *cannabis* mediado por outra agência de sociabilização, como na causa *antiproibicionista* compondo uma das Marchas da Maconha, dá-se de outra forma e produz outros aspectos culturais e de experiência

¹⁰ A noção “jovens de vida loka”, valendo-se da paráfrase à canção “Vida Loka parte II” dos Racionais MC’s (Mano Brown - Zimbabwe Records, 2002), foi explorada com maestria na etnografia de Paulo Malvasi dos Santos, que vicejou em sua tese de doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública em 2012, de onde extraio: “A noção de *vida loka* é uma das expressões mais recorrentes nas interações de segmentos jovens das *quebradas* com o crime. A noção de *vida loka* possui múltiplos significados (...) Abordo a noção da *vida loka* como uma síntese das considerações e figurações referentes a três dimensões do campo de estudo: o trabalho no tráfico de drogas; as adversidades solidárias da vida na *quebrada* – as correlações políticas no cotidiano das *quebradas*; e de dentro pra fora, um conjunto de considerações sobre a vida humana coletiva. Quem faz parte do crime é *um vida loka*, mas, de forma geral, a *vida loka* é comum aos jovens moradores das *quebradas*. No sistema socioeducativo, a vida deve ser orientada por projetos que, estabelecidas as metas, resultem adolescentes adequados a participarem da vida em sociedade e – principalmente – que estes não *reincidam* no ato infracional; constatação inequívoca e generalizada, porém, o cotidiano dos adolescentes é cheio de precariedades e seu futuro é incerto; no cotidiano dos adolescentes é preciso *ter uma mente e consciência* para lidar com o imponderável de uma *vida loka*” (MALVASI, 2012, p. 21).

coletiva – uma vez que esse enfrentamento ocorre em um outro *locus* de inserção social, permeado por outras instâncias discursivas que transcendem o uso da substância psicoativa em si, inclusive com possibilidades de qualificar suas leituras sobre a abordagem policial discriminatória ou as causas macroestruturais e de luta de classes que envolvem tais jogos¹¹.

Tanto em um como em outro exemplo há linhas importantes a serem desdobradas. Não nos cabe mensurar, evidentemente, em quais dos exemplos há garantia de efetividade em relação aos enfrentamentos ou à assunção das chamadas *máquinas de guerra* ou *máquinas de territorialização*, como estamos chamando, e sim analisar quais graus de potência um ou outro exemplo podem engendrar no arranjo de novas políticas de subjetivação. Dito de outra forma, a potência destas máquinas de resistência engendrada a partir do dispositivo em questão dependerá dos processos de singularidade: não há garantias que um exemplo possa ser (sempre) mais efetivo do que o outro.

Deleuze (1996) ressalta que cada dispositivo é uma multiplicidade na qual operam *processos em devir*. Portanto, ainda que estejamos falando de categorias aparentemente universais nas quais se apoiam discursos sobre as drogas e seus modos de uso, sobre as práticas policiais, sobre as posturas de adolescentes querendo se afirmar em diferentes contextos, trata-se, no caso dos exemplos, de

¹¹ A proposição de que os efeitos das drogas transcendem suas propriedades psicofarmacológicas ganha outra camada ou perspectiva no diagrama de sua leitura enquanto dispositivo quando emerge seus efeitos enquanto jogos. Trata-se de um ponto muito salutar na abordagem com adolescentes: que outros jogos se jogam além do jogo das drogas? Esta pergunta até certo ponto corriqueira apoia a ética do cuidado da Redução de Danos em uma de suas possíveis ações ou manejos: o de pensar em jogos que possam atrair o fluxo do desejo do sujeito — ou incitar multiplicidades e surgimento de outros fluxos de desejo — para concorrer com o jogo da droga. Defendo que a própria preservação da linguagem face às suas corrosões semânticas quer seja pelo sucateamento da educação pública, quer seja pelos atravessamentos da linguagem da era digital, é uma estratégia de Redução de Danos, nesse sentido, pois insere outras perspectivas de jogo — mesmo no caso das narrativas sobre a experiência com as drogas. No caso da questão com a *cannabis*, especialmente o jogo de gato-rato com a polícia, com a dissipação dos flagrantes do tipo “virou fumaça, foi pra cabeça, já era” retratam uma certa tomada de território. Algo que, à luz da lei faz sentido, mas que, na prática, pode produzir retaliações “fora de protocolo” por parte dos profissionais que representam o braço armado do Estado. De toda forma, jogos. O filósofo Johan Huizinga enfatiza a importância dos jogos na cultura humana, enquanto fator constituinte do próprio sujeito. Há pistas que, embora densas em uma nota de rodapé, podem ser aqui transcritas para corroborar essa conexão: “As grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde início, inteiramente marcadas pelo jogo. Como por exemplo, no caso da linguagem, esse primeiro e supremo instrumento que o homem forjou a fim de poder comunicar, ensinar e comandar. É a linguagem que lhe permite as coisas, defini-las, e constata-las, em resumo, designá-las e com essa designação elevá-las ao domínio do espírito. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa capacidade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza” (HUIZINGA, 2008, p. 7)

situações que precisam ser seguidas em suas diferentes tramas. Singularidades, repito.

Engendramento de territórios, repito. Concepção de um tipo de cuidar de *si* que implica cuidar onde e quando se *está*, repito. Vem daí o repúdio em Deleuze pelos do universais: “o universal não explica nada, ele deve ser explicado; todas as linhas são linhas de variação; afinal, o uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto ou o sujeito não são universais, mas processos singulares” (Deleuze, 1996, p. 43).

Em todo dispositivo, “é preciso distinguir aquilo que nós somos daquilo onde já não somos mais, e aquilo que nós estamos nos tornando” (Deleuze, 1996, p. 43). Com a questão das drogas na contemporaneidade, tais colocações ganham eco: drogas engendram discursos e processos de subjetivação, convocam sobre si e sob si linhas de força que ora podem operar no sentido da coerção, ora da dispersão — para além das propriedades neuro-farmaco-químico-sinápticas, ou algo do tipo. Engendram acoplamentos ao capitalismo em sua plasticidade nos mais variados graus, desde quando justificam preços de uma mercadoria que é dado pelo seu valor de risco até quando criam sob si fetiches ou “enfeitiçamentos” que atravessam os meros efeitos psicofísicos que os fanáticos ou crentes das neurociência perseguem como causa única. Engendram, desta forma, a legitimação do Estado-violência pelas suas margens, ainda que “centrais”. Dispositivos que podem ser cartografados, em suma, enquanto *dobras biopolíticas*:

Seria preciso começar pela nova relação entre *poder* e *vida* tal como ela se apresenta hoje. Por um lado, uma tendência que poderia ser formulada como segue: o poder “tomou” de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, pondo-as para trabalhar. Desde os gens, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes, quer se evoque as ciências, o capital, o Estado, a mídia. Os mecanismos diversos pelos quais tais poderes se exercem são anônimos, esparramados, flexíveis, rizomáticos. O próprio poder se tornou “pós-moderno”, ondulante, acentrado, reticular, molecular. Com isso, ele incide mais diretamente sobre nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar. Se antes imaginávamos ter espaços preservados da ingerência direta dos poderes (o corpo, o inconsciente, a subjetividade), e tínhamos a ilusão de preservar em relação a eles alguma autonomia, hoje nossa vida parece integralmente submetida a tais mecanismos de modulação da existência. Até mesmo o sexo, a linguagem, a comunicação, a vida onírica, mesmo a fé, nada disso preserva já qualquer exterioridade em relação aos mecanismo de controle e monitoramento. Para resumi-lo numa frase: o poder já não se exerce desde fora, nem de cima, mas como que por dentro, pilotando nossa vitalidade social de cabo a rabo. Não estamos mais às voltas com um poder transcendente, ou mesmo repressivo, trata-se de um poder imanente, produtivo. Um tal *biopoder* não visa barrar a vida, mas se

encarrega dela, intensifica-a, otimiza-a. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir, já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós, o que ele nos dita e o que dele queremos, nós próprios nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo se vê inteiramente capturado nessa dinâmica anônima. Nunca o poder chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida (PELBART, 2008, p.1).

1.1.3 Por Que Ainda há Guerra às (Pessoas que Usam) Drogas?

Não são poucos os autores que afirmam que não há Guerra às Drogas. Não se pode fazer uma guerra contra uma substância inerte. As guerras são sempre de pessoas contra pessoas, não importa o contexto histórico ou o motivo — ainda que reduzido à proposição da política sobre outros fins¹². Julio Delmanto (2015), ativista antiproibicionista e autor do livro “Camaradas Caretas: Droga e esquerda no Brasil”, tece considerações relevantes sobre a origem do proibicionismo que fomenta a Guerra às Drogas enquanto uma forma de a política estadunidense se firmar de forma bélica, política e econômica dentro dos próprios domínios, em um primeiro momento, e em nível mundial — e para isso, o corpo e a moral eram territórios em disputa.

É interessante, neste resgate histórico (também percorrido por diversos autores, como Henrique Carneiro (2017)), ressaltar que a gênese do proibicionismo se dá nos próprios projetos puritanos estadunidenses, como as ligas de temperança ou *Ligas Anti-Saloon*. São projetos de regulação de corpos, afetos e sexualidades que estabeleceram o paradigma da abstinência como foco para os trabalhadores assalariados e, por conseguinte, viram na proibição de determinadas drogas uma estratégia para circunscrever hábitos associados às populações tidas como marginais, como chineses, negros ou hispânicos.

São do começo do século XX as raízes da atual conjuntura proibicionista. Interessada no aproveitamento máximo da força de trabalho, a coerção industrial estabeleceu como principais alvos o sexo e as drogas, inclusive o álcool. É daí que vêm as proibições estadunidenses contra a venda e o consumo de ópio (1909), cocaína e heroína (1914) e finalmente das bebidas alcoólicas, como a famosa Lei Seca, de 1919. Além da questão econômica, em tal onda proibicionista havia indisfarçável conotação racista, iniciada com o Decreto de Expulsão dos Chineses, em 1882, e a consequente

¹² “ ‘A guerra como continuação da política’ foi a fórmula que Clausewitz escolheu para expressar o compromisso estabelecido pelos estados que conhecia. Mantinha-se o respeito pela ética dominante — de soberania absoluta, diplomacia ordenada e tratados legais —, ao mesmo tempo que se levava em conta o princípio superior do interesse de Estado” (KEEGAN, 2006, p. 20)

estigmatização do ópio como agente agressor da cultura e da moral estadunidense. O álcool era associado à população negra, e a fusão dos dois (álcool + negro) também seria um grande risco a ser combatido. Mesmo com o fracasso da Lei Seca, revogado em 1933 por sua completa inexecutabilidade, pouco depois a maconha foi proibida nos EUA. Após a Segunda Guerra, expande-se a lista das substâncias proibidas internacionalmente pela ONU. No Brasil, já em 1921 o comércio de substância de “qualidade entorpecente” era proibido, apesar do usuário ainda não ser penalizado, o que só ocorre a partir de 1932 (sendo que entre 1968 e 1976 — coincidentemente o período mais duro da ditadura militar no Brasil — não havia diferença de pena entre usuário e traficante) (DELMANTO, 2015, p. 19).

Para a jurista Maria Lúcia Karam, chama a atenção o fato da proibição ser uma onda recente em meio ao secular acoplamento de pessoas e drogas. Segundo ela, “a explícita opção bélica deixa claro o descompromisso da política proibicionista com os direitos fundamentais dos indivíduos: guerras e direitos humanos são naturalmente incompatíveis” (Karam, 2014).

A proibição se baseia na distinção arbitrariamente feita entre substâncias psicoativas que foram tornadas ilícitas (como a maconha, a cocaína, a heroína, etc.) e outras substâncias de mesma natureza que permanecem lícitas (como o álcool, o tabaco, a cafeína, etc.). Tornando ilícitas algumas dessas drogas e mantendo outras na legalidade, as convenções internacionais e leis nacionais introduzem uma arbitrária diferenciação entre as condutas de produtores, comerciantes e consumidores de umas e outras substâncias: umas constituem crime e outras são perfeitamente lícitas; produtores, comerciantes e consumidores de certas drogas são “criminosos”, enquanto produtores, comerciantes e consumidores de outras drogas agem em plena legalidade. Esse tratamento desigual de atividades similares claramente viola o princípio da isonomia, que determina que todos são iguais perante a lei, não podendo tratar desigualmente pessoas em igual situação” (KARAM, 2014, p. 158 e 159)

O caso emblemático da maconha associada desde o século XIX às classes baixas, aos negros, mulatos e à “bandidagem” justifica um das primeiras leis proibicionistas de que se tem notícia: o decreto do Pito do Pango da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 1830, com claras menções a punições diferenciadas aos escravos que dele fizerem o uso: “É proibida a venda e o uso do pito do pango, bem como a conservação dele em casas públicas. Os contraventores serão multados, a saber: o vendedor em 20\$000, e os escravos e mais pessoas, que dele

usarem, em três dias de cadeia (Mott in Henman e Pessoa Jr. in DELMANTO, 2018, p. 32).¹³

A proibição das drogas no Brasil também tem faz alvo. Aponta ao encarceramento de pessoas negras e/ou periféricas que, em sua maioria, não têm acesso a defensores e são autuadas como traficantes mesmo quando portam quantidades análogas a que pessoas da classe média portam quando são autuadas como usuárias. Aponta à organização do mercado ilegal das drogas em sistemas híbridos que fundam preceitos bélicos ou paraestatais, tais como o Primeiro Comando da Capital, com ornamentos das empresas neoliberais. Aponta ao poderio da indústria farmacêutica que estampam publicidades em carros de automobilismo e verdades em comunidades científicas. Aponta para o trabalho infantil de crianças e

¹³ É, felizmente, cada vez mais crescente o número de estudos acadêmicos que têm mostrado essa relação entre o proibicionismo no Brasil e as operações de racismo de Estado. Considero emblemática a dissertação de mestrado de Priscila Cravo Vianna, na qual a autora destaca, entre outros pontos: “Assim é que, com respeito ao Brasil, desde seu início, a criminalização relacionada ao uso e comércio ilícito de drogas atingiu principalmente jovens negros, pobres, residentes em área de baixa renda (...) Já no início do século XX, o uso de drogas (especialmente os derivados de opiáceos e da cocaína) era remetido principalmente a artistas, aos intelectuais e a poucos grupos excêntricos, e seu comércio, atrelado especialmente aos boticários, não possuindo significação econômica (BATISTA, 1998) nem gerando alarde social. Porém, a partir da década de vinte, já com o Brasil comprometido com as resoluções firmadas pela Convenção em Haia em relação ao controle de opiáceos e da cocaína, os ‘vícios elegantes’ foram se disseminando entre as ‘classes perigosas’, indo ao encontro das falas que consideravam o uso de substâncias psicoativas como característico dos ‘vagabundos’, dos ‘degenerados’, daqueles que supostamente teriam uma disposição inata para não se enquadrar nas normas sociais. Se os ditos ‘vícios elegantes’ eram convenientemente tolerados, quando o uso de drogas passa a ser definitivamente associado às ‘classes perigosas’, torna-se factível de maior rigor em seu controle – era preciso suprimir os ilegalismos populares. A herança lombrosiana no discurso jurídico-penal, a ascensão da psiquiatria como “ciência”, os vestígios da escravidão, foram alguns dos elementos que concorreram para embasar a criminalização do uso de drogas no Brasil” (VIANNA, 2009, p. 56).

adolescentes aliciados como, literalmente, “as meninas dos olhos” e possibilidade de inserção social nas *quebradas*¹⁴.

Mas, não é só o adolescente que se torna “aviãozinho” que é capturado nesta engrenagem; o tráfico de drogas também emprega pessoas com outros perfis¹⁵ e se configura com uma plasticidade que opera de formas distintas no sistema de varejo daquelas usadas no sistema de atacado, incluindo as relações de especulação e

¹⁴ Na compilação “Atendendo na Guerra: Dilemas Médicos e Jurídicos sobre o ‘Crack’”, organizada por Lucília Elias Lopes em 2014, da interessante série “Criminologia de Cordel” da Editora Renan, há um artigo de autoria de Alexandre Dumans com o peculiar título de “Nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue – resposta a Claude Olievetein e críticas à lei de drogas”, no qual Dumans, também seguindo as pistas de cartografar dispositivos (da Guerra às Drogas, no caso), oferece-nos subsídios para reflexões. Opto por citar um destes trechos, por sua análise sucinta e inflexões sobre o panorama do projeto de lei de endurecimento das penas por tráfico no Brasil: “Como *dispositivo de controle político interno*, a política proibicionista mostra-se muito eficiente – em especial nos períodos eleitorais – para abortar lideranças comunitárias antagônicas, associando-as ao tráfico de drogas e, a partir dessa imputação, abalar ou neutralizar seus potenciais políticos, simplesmente mobilizando contra elas a força policial; *como dispositivo de controle social interno*, permite aos estados policiarem as regiões pobres sem os embaraços legais, com invasões de domicílios, exposição de moradores a perigo de morte, revistas pessoais em mulheres e crianças e execuções sumárias, sem contar as vantagens hauridas com a rapinagem de bens, armas, munições e drogas, além dos valores do *arrego* para o livre comércio. A política proibicionista é de enorme serventia para os estados policiais, que dela não podem (por razões externas) e não querem (por razões internas) se livrar; e *como dispositivo de controle político externo*, que pode ser ativado simplesmente com a polícia local adequadamente “instruída” e “monitorada” pelas agências estrangeiras de repressão às drogas instaladas no entorno da América do Sul, que ora voltam suas baterias para a Venezuela, no início do governo de Barak Obama, sinalizando claramente que no quesito “drogas” a orientação da “matriz” não só permanece a mesma como busca uma “linha mais repressiva e dura no seu combate”, como informa Luciana Boiteux, direto da UNGASS/Viena/09. Acrescente-se a esse escopo de recrudescimento a ‘cumplicidade’ da ONU como denunciada por Danny Kushkil, diretor da *Transform Drug Policy Foundation*. Ainda como dispositivo de controle político externo, a política externa oferece aos EUA o fundamento retórico necessário para manobrar as economias de países subalternos, permitindo-se, em nome da *war on drugs* e em defesa da saúde do mundo, descumprir convênios comerciais, impor condições leoninas em contratos de seu interesse e, até mesmo, depor presidentes, gerando desemprego, miséria e instabilidade política. Rosa de Omo cita artigo de Cliford Krauss, publicado no *Wall Street Journal*, de 26 de setembro de 1986, sob o título de *US Sugar Quotas Impede US Policies Towards Latin America*, em que traz à colocação o caso dos plantadores de cana de Belize e da Jamaica, que perderam seus empregos por conta das restrições americanas na cota de compra do açúcar e passaram a plantar maconha; a saudosa professora prenuncia o mesmo destino para os plantadores de café da Colômbia, assinalando que nisto reside a face oculta da política de drogas. Entre nós, o corolário desse recrudescimento na política de drogas encontrou eco no Projeto de Lei 7663-10, de autoria do deputado Osmar Terra, que pretende alterar a Lei de Drogas (Lei 11343-06), com o escopo de aumentar a pena mínima do crime de tráfico (para oito anos), bem como as dos Arts 34, 35, 36 e 37 da Lei 11343-06, além de ampliar o controle sobre usuários de drogas com a criação de um ‘cadastro’ e instituir uma espécie de internação involuntária que pode ser formulada pela família, permitindo a internação de usuários de drogas ilícitas em instituições não médicas e sem controle judicial” (DUMANS, 2014, p. 76).

¹⁵ Entre esses perfis estão, cada vez mais, mulheres que complementam a renda familiar assumindo trabalhos de varejo ou mesmo de organização mais gerencial do tráfico nas *quebradas*. Trabalhos de campo como os realizados por Adorno (2018, no prelo) e como os que pude fazer em outras jornadas pela periferia na Região Metropolitana de Curitiba evidenciam isto. Com uma das colegas de um CRAS de uma região bem violenta, com quem discutia o assunto, soube que a liderança regional do tráfico frequentava a roda de crochê em um espaço de convivência promovido pela equipe — tinha fotos suas, inclusive, no mural do equipamento. Penso que o caso daria um estudo vastíssimo sobre a parte dos fatores de risco x fatores de proteção da Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

conluíus, tal qual prega a cartilha da hegemonia de empresas típicas da organização neoliberal deste estágio do capitalismo mundial integrado.

Isso faz com que o Primeiro Comando da Capital, a "marca genérica do crime", como cita Paulo Malvasi (2012), (ou, *a tal facção que atua nos presídios*, como noticia a mídia) configure-se como uma *holding* e funde-se ou fagocita outros empreendimentos ou congêneres, na esteira do que companhias cervejeiras, bancos ou empresas de telecomunicações fazem.

E esta não é a única questão que envolve a inserção social nas quebradas via PCC. Isto permite-nos alcançar outros desdobramentos que esta relação com a "firma" ou com a "irmandade" promove, que vão além de "vestir a camisa da empresa" e que são quase tão prejudiciais à questão das políticas de subjetivação das pessoas quanto o próprio "*front*" e o jogo da troca de tiros: refiro-me à erupção de outro estatuto ético. Postulo, à luz dos autores aqui trazidos ao diálogo, que o PCC sintoniza-se às estratégias de modulação do poder em tempos das sociedades de controle por meio de estratégias biopolíticas, tal qual os demais empreendimentos da contemporaneidade ou, ainda, de forma mais voraz¹⁶.

Um jovem cuja conduta é levada para um "debate" do PCC sabe que sua vida, literalmente, vai ser decidida naquele agenciamento. Se ao tamanho do vacilo couber só um "esculacho", poderá viver, não sem o trauma, sem a "treta", sem alguma resolução compatível com o tamanho do escorregão, por assim dizer. Com

¹⁶ A etnografia "Junto e Misturado" do Primeiro Comando da Capital realizada por Karina Biondi é um dos estudos mais emblemáticos para a compreensão das tramas neoliberais e biopolíticas, por assim dizer, que forjam o PCC desde sua origem, e explicam, ao menos em parte, sua hegemonia (atualmente em níveis internacionais) face às outras organizações como as cariocas Comando Vermelho, Terceiro Comando ou a Amigo dos Amigos, fixadas em tomadas territoriais (cristalizadas ou territorializadas, de acordo com uma perspectiva de poder ainda característica das sociedades disciplinares). Neste artigo-ensaio que se propõe a cartografar algumas linhas do dispositivo-drogas, esta é uma corrente que precisaria ser seguida com mais fôlego e serenidade, pois pode fornecer alguma pistas interessantes sobre as visões distópicas que sentenciam o futuro do Brasil (análogo ao que é hoje o México?) caso não encaremos com a devida sobriedade a questão da política da Guerra às Drogas e seus colaterais, como a famigeradas "facção que atua nos presídios", como diz a mídia. Retomo um trecho de Biondi para ilustrar tal percurso, quando versa exatamente sobre a transcendência como componente para a desterritorialização – no que leio uma das táticas de resistência para perpetuação do PCC análoga às táticas comuns às sociedades de controle: "Se a existência do PCC é concebida independente das manifestações individuais e transferidas ao plano transcendente, isto é, a exime de vínculos territoriais. O que explica por que o PCC pode estar presente mesmo na ausência de *irmãos* ou de territórios prisionais, embora a conquista de territórios e o aumento do número de batizados continuem estratégias de sua atuação. O que ocorre é que na medida em que temos uma transcendência como produtora e acionadora de vontades em suas mais diversas manifestações, expressões, alcances e intensidades, vínculos territoriais estáveis são absolutamente necessários para o compartilhamento dessas vontades. Assim, seus participantes são livres para transitar por quaisquer lugares sem que, com isso, deixem de fazer parte da *caminhada*. Ademais, os *irmãos* só se conhecem à medida que seus destinos se cruzam, seja em função de suas *correrias*, seja porque residem na mesma *quebrada*, seja em consequência das constantes transferências entre os estabelecimentos penais (BIONDI, 2010, p. 211).

isto, mais do que o ato do debate em si, podemos inferir que esse regime de julgamento ou fórum paralelo corrobora uma concepção de Estado que passa, literalmente, longe das periferias em muitas situações.

Abstrações engenhosas que fizeram com que a sociedade avançasse rumo à democracia perdem, assim, qualquer lastro com a realidade, especialmente a polia dos poderes loteados entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Há um outro código de conduta política e proceder por legislar e por seguir. Ser cidadão é quase uma ficção neste emaranhado. Ilustro, valendo-me de trechos da tese de Malvasi (2012):

A inteligência, a capacidade mental recupera na vida cotidiana das periferias (...) uma visão humanizada do criminoso. Essa inteligência é caracterizada pela eleição da vida como centro da ação política. A tática de poder do PCC fortaleceu nos anos 2000 um vocabulário particular do crime: proceder, sintonia, debate, disciplina, mente, “ter uma mente” – junto e misturado – passam a compor uma linguagem ordinária de jovens das quebradas, e os seus sentidos são compartilhados e constantemente ressignificados por eles. A utilização da palavra nos “debates” como um mecanismo de se evitar a morte cria um sentido político da ação criminosa, a preservação da vida. A inteligência da marca PCC foi desenvolver uma técnica, o “debate”, para o exercício da mente: lidar com uma vida incerta e saber escolher em um universo em que as leis públicas possuem legitimidade precária, abrindo o espaço para a construção de um “poder paralelo” que advoga o direito à vida (MALVASI, 2012, p. 111).

Se isso, evidentemente, traz repercussões consideráveis no universo simbólico dos sujeitos adultos, o que dizer no caso de crianças e adolescentes que crescem orbitando esse tipo de relação com a “lei” ou estatuto ético? Dito de outro modo, que contornos, nomes do pai, superegos (ou supereus), lugares de fala podem ser forjados neste contexto? Quais mediações simbólicas cabem à cultura nestes casos que antecedem a *passagem ao ato*, e, quando cabem, de qual cultura exatamente estamos falando?

Não há guerra contra as drogas, reitero. As guerras são feitas sempre com e contra pessoas. E, neste emaranhado, o dispositivo das drogas nos permite inferir de que a questão, apesar de se operar em nome do cuidado, diz respeito a um outro tipo de discurso: não é a saúde individual ou coletiva que está em questão, especialmente em se tratando destas populações; o jogo é matar ou morrer ou silenciar. Tão “cabuloso” quanto ouvir o somido dos *pipocos*, com assim são marcados os estalos dos tiros durante um combate ou acerto de contas qualquer em bairros periféricos de regiões metropolitanas, especialmente nas madrugadas, é

ouvir um aterrorizante silêncio depois das rajadas: nem sirenes, nem choros. Sem alarmes e sem surpresas.

Se a proposição de Clausewitz analisada por Keegan (2006) de que a política é a continuação da guerra por outros meios, faz sentido trazer à tona a proposição das máquinas de guerra nômades para, enfim, desmontar essa suposta Guerra às Drogas. Para isso, paradoxalmente, urge cavar e crivar trincheiras em torno de outras *políticas de subjetivação* que se acoplem com o dispositivo das drogas na contemporaneidade e forjem outros tipos de corpos, pulsões, afetos e nuances às tópicas tidas como clássicas do aparelho psíquico visto por Freud (a saber: id, ego e superego – ou, como versa a tradução mais celebrada, isso, eu e supereu)¹⁷ ou mesmo as táticas de políticas de subjetivação que as atuações micropolíticas podem conferir também aos processos de singularidade.

O estudo da droga enquanto dispositivo possibilita formular a hipótese de que a “reinserção social de adolescentes” é uma dobra desse circuito, e se configura à categoria de outro dispositivo específico, com características que lhes são intrínsecas. Podemos inferir que se trata, portanto, de seguir as trilhas deste dispositivo para instaurarmos outros arranjos que possam fazer frente, insurreições ou alternativas aos que estão em emergência nestes estágios característicos às sociedades de controle e seus desdobramentos na estratégia empresarial e biopolítica do Primeiro Comando da Capital e do próprio Estado-violência como braço armado desse embate.

Isso só será possível quando desmontarmos, sabotarmos, ocuparmos, atribuímos outras camadas de sentido às engrenagens construídas para o senso comum de que *bandido bom é bandido morto*, de que *o traficante é o inimigo de*

¹⁷ Em outro momento do texto, em uma casca da discussão-elaboração, tentaremos trazer mais corpo à tese dos processos de subjetivação, para além das territorializações e desterritorializações, por assim dizer, da tópica freudiana e das contribuições da psicanálise à questão. Antes disso, ressalto a concordância com as proposições de Tales Ab'saber a este respeito, quando em “A Música no Tempo Infinito” (São Paulo, Cosac Naify, 2012) pinça pontos interessantes da resposta freudiana ao mal-estar na civilização e suas relações com o objeto-droga à luz de Winnicott. Cito-o: “Freud, como era próprio ao seu sistema hipercoerente, acentuou a relação de libido e drogadição, lembrando como um estado desejante intenso pode funcionar para o eu como uma espécie de droga, suspendendo as discriminações. Em uma passagem célebre ele alinhou o uso de drogas como umas três grandes esferas de práticas humanas necessárias para dar conta do desprazer e da repressão inevitável à civilização: as poderosas *distrações*, como as diversões e a ciência, as *formações substitutivas*, como a arte e os sintomas, e o *uso direto de química* para a alteração da consciência e sua ancoragem no corpo. Estes campos seriam estruturais e necessários à condição humana. E se o objeto transicional de Winnicott recebe todas as intensidades subjetivas da criança, que o atravessam como experiência, e é *usado* pela experiência subjetiva até ser totalmente desinvestido, libertando a criança em um outro nível simbólico, o objeto droga é um objeto que claramente posiciona, força e controla a subjetivação, bem como pode simplesmente aprisioná-la” (AB'SABER, 2012, p. 82).

Estado, de que droga é coisa de favelado, ou ele ficou assim por causa da droga. Ou, dito de outra forma, quando conquistarmos outros territórios em torno dos arranjos semânticos que legitimam tais discursos. Por isso as máquinas de guerra nômades, expressão característica da filosofia e da clínica de Deleuze e Guattari (2010, 2011), são vistas aqui sob a face propositiva de máquinas-territórios.

Isso, de nenhuma maneira, consiste em desconsiderar os danos, os acoplamentos destrutivos, as empreitadas mortíferas que alguns sujeitos fazem com o uso de algumas substância em alguns momentos e a necessidade de investimentos em cuidados integrais e multidisciplinares que advêm para estas modalidades de sofrimento. Não se confunde em relativizar histórias de vida complexas atravessadas pelas questões de uso abusivo de álcool e outras drogas em muitos de seus poros.

O que se propõe, entretanto, é um projeto-geringonça de desmontar parte dessas engrenagens do dispositivo das drogas e sua face mortal do racismo de Estado e forjar outros territórios, antecipando-se às formulações sobre o dispositivo reinserção social. Mais uma vez, a questão das drogas aponta para um sintoma (mais do que a causa). Vale aqui retomar como frase de efeito o ditado oriental que dizia: "quando o sábio aponta a lua, o imbecil olha o dedo".

1.1.4 A Atualização das Sociedades Disciplinares em Sociedades de Controle Vistas com Olhos Marcados por Balas de Borracha

Na atualização que Deleuze(1992) faz da obra de Foucault quanto às sociedades disciplinares vestindo-se de outro paradigma, o das “sociedades de

controle”¹⁸, há menções importantes para a cartografia do dispositivo das drogas que podem perfeitamente ser transportadas para o contexto atual, especialmente considerando as matrizes da Guerra às Drogas no Brasil e suas relações distintas com a vigilância, corpo, interiorização de controle, biopolíticas e possibilidades de resistências.

Vejam os com mais detalhes algumas destas questões: se nas sociedades de controle está explícito que, mais do que o poder soberano de fazer viver, encontra-se em curso a trama biopolítica do “deixar viver” (e deixar viver obviamente os que interessam ao capital), há neste ponto nítidas ressonâncias com o debate contemporâneo sobre as drogas.

Isto se evidencia quanto tomamos as lentes de autores como Agamben (2002) com a ideia de vida nua, *homo sacer*¹⁹ ou vida descartável para tentar ver como a lógica do capital lida um “cocainômano” que se recupera em uma clínica-spa com diárias que beiram os mil reais; como esta mesma lógica ou forma de ver o mundo aceita que se separe uma mãe de seu filho recém-nascido nas regiões conhecidas como *cracolândias*, tal qual se separam bezerros ou filhotes de porcos sem menor remorso em fazendas em um verdadeiro sequestro de bebês para

¹⁸ Este refinamento que Deleuze propõe a partir das sociedades disciplinares cunhadas por Foucault pode ser encontrado no pequeno texto intitulado “Post Scriptum sobre as Sociedades de Controle”, presente no livro *Conversações* (Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992). O trecho que em tal preceito é anunciado é este, e nos serviria como boa epígrafe: “São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. ‘Controle’ é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992, p. 219).

¹⁹ Agamben sintetiza que “A morte impediu que Foucault desenvolvesse todas as implicações do conceito de biopolítica e mostrasse em que sentido teria aprofundado ulteriormente a sua investigação; mas, em todo caso, o ingresso da *zoé* na esfera da *Pólis*, a potencialização da vida nua como tal constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico. É provável, aliás, que, se a política parece hoje atravessar um duradouro eclipse, isto se dê precisamente porque ela eximiu-se de um confronto com esse evento fundador da modernidade. Os ‘enigmas’ que nosso século [século XX] propôs à razão histórica e que permanecem atuais (o nazismo é só o mais inquietante entre eles) poderão ser resolvidos somente no terreno – a biopolítica – sobre o qual foram intrincados. Somente em um horizonte biopolítico, de fato, será possível decidir se as categorias sobre cujas oposições fundou-se a política moderna (direita/esquerda; privado/público; absolutismo/democracia, etc.) e que se foram progressivamente esfumando a ponto de entrarem hoje numa verdadeira e própria zona de indisceribilidade, deverão ser definitivamente abandonadas ou poderão reencontrar o significado que naquele próprio horizonte eventualmente haviam perdido” (AGAMBEN, 2002. p. 12).

adoção endossado por conta do uso de substâncias psicoativas como o *crack*; de ver como o poder se legitima a partir do Estado de Exceção instaurado nesses territórios-colônias; ou, ainda, ver e lidar ‘de forma natural’ com o *descarte* de jovens que trabalham para o tráfico em periferias.

Se a lógica das sociedades disciplinares, tal qual descrita por Foucault, é atualizada nas sociedades de controle, tal questão também parece atualizar o debate ou a leitura sobre drogas: se no tempo das instituições disciplinares clássicas como a escola, o manicômio, a prisão (a família) a linguagem é analógica, na outra a linguagem é numérica, o que não se confunde com binária. Se nas sociedades disciplinares o que estava em jogo eram moldes e assinaturas, nas sociedades de controle temos modulações e as senhas-protocolo de acesso. Se em uma o equipamento padrão era a fábrica e o objetivo era constituir os sujeitos em um só corpo, nas sociedades de controle o equipamento padrão passa a ser a empresa e, mais do que constituir os “indivíduos” em um só corpo: entra em cena o jogo da motivação, dos ideais de narcisismo e agenciamentos do eu que culminam em competição e acotovelamento.

Ou culminam em balas de borracha no olho. Explico resgatando uma “lorota”, quase anedota, que ouvi quando o Centro de Convivência É de Lei, anos atrás, promovia uma capacitação de direitos humanos para usuários da *cracolândia* em São Paulo. Meu colega e então coordenador daquele equipamento, Bruno Gomes, perguntava enquanto tomávamos café: “fico pensando como seria se um dia toda essa galera que está na *cracô* seguisse em passeata pela cidade e tomasse tudo isso...” Comentava isso a respeito de sua tristeza pelo fato de um usuário da *cracolândia* ter chegado exatamente com o olho roxo no centro de convivência: quando a equipe perguntou o que tinha acontecido, ele respondeu “isso aqui é culpa de vocês”. O Bruno comentou que “todo mundo ficou meio assim, olhando de lado, quando ele explicou: ‘eu participei desse cursinho de direitos humanos, daí o policial me parou e eu fui dizer que tinha direitos e olha o que aconteceu’”.

O exemplo é duro, triste, retrata o extremo mas, por incrível que possa parecer aos gringos, é absolutamente trivial ou “naturalizado” na nossa quota de violência que comemos com farinha no café da manhã enquanto assistimos ao noticiário policial de encarnadores do fascismo como José Luiz Datena, Gil Gomes,

Afanásio Jazardi ou seus pares independente de gerações que batem porretes na mesa, como queiram.

Retomo a questão da conversa no café com o Bruno Gomes: e se todo mundo que está na *cracolândia* em São Paulo saísse em procissão ou passeata para outros cantos nobres da cidade em regiões como Higienópolis, Avenida Paulista ou outras quaisquer, reivindicando ou expondo tais violências? E se o mesmo acontecesse em outras regiões metropolitanas? E se esses sujeitos tivessem voz de fato nos quase sempre *performativos* Conselhos de Políticas sobre Drogas, o que aconteceria? E se de fato misturássemos-nos em um negócio chamado cidade? E se partilhássemos linguagens?

Esta é até uma fábula ou uma utopia – ou, para alguns, distopia – interessante de ser pensada, mas, na prática, difícil de ser vivida. Não porque se trata de vidas zumbis, como a mídia os chama²⁰. Mas pelo esforço que engendra vetores em múltiplas direções: cuidado e manutenção do estado por suas margens habitam o mesmo diagrama..

Mas, voltando à lorota e sua fábula: trata-se de uma cena difícil de ser vivida porque ali os usuários da *cracolândia* não constituem um só corpo passível de operação por um movimento sindical em fábricas; são, de certa forma, a encarnação de uma empresa, que, diferente da fábrica com a massa, traz cada sujeito

²⁰ Um zumbi não consegue ou *vira* R\$ 100, R\$ 200 por dia para dar conta de seu consumo habitual de drogas. Não, ali são zumbis. Aliás, chamá-los de Zumbis no Brasil é outro recálque da história, forma de dizer que o levante negro em Palmares, efeméride que é celebrada inclusive em algumas capitais brasileiras, assemelha-se a corpos sem vida *hollywoodianos* apenas. Este signo Zumbi foi acampado por nossa história com outra conotação. Alto lá. Diz Rubens Adorno, a este respeito, em um dos seus artigos sobre “A produção das *cracolândias*”: “A popularização do nome ‘*cracolândia*’ país afora, longe de reconhecer e compreender a vasta degradação urbana e social das cidades brasileiras, trocava assim os contextos dos lugares para uma situação que poderia ser manipulada como um fenômeno moral, simbolizando a maldição de uma droga com poderes ilimitados de ‘viciar’ e ‘matar’ que por ação dos ‘outros’, esses outros a serem entendidos como os ‘bandidos-trafficantes’, passavam a corromper as pessoas que se transformavam em ‘zumbis’ sem ciência nem consciência, tendo seus comportamentos orquestrados pela substância ‘crack’. Uma história se não montada, muito bem orquestrada em seus contornos maniqueístas e preconceituosos, com a sutileza de utilizar palavras que aludiam a um preconceito histórico e étnico, e numa história barroca e pós-colonial tornar sempre presentes os distanciamentos sociais e as injustiças que sempre tornaram impossíveis as propaladas conquistas de direitos e cidadania nos territórios brasileiros. As ‘*cracolândias*’ viraram espaços de ‘zumbis’, palavra que tanto na sua origem africana, como no vodu haitiano significa um morto-vivo, um morto reanimado, um ser que não tem vontade própria, que por magia ou feitiço assumiu esse perfil estereotipado e que ‘passa a ser comandado. Ao mesmo tempo, a palavra ‘zumbi’ é o nome do líder do Quilombo dos Palmares, sem dúvida o maior território de resistência negra da história colonial brasileira. A figura de Zumbi tornou-se então uma figura de resistência, cuja cabeça acabou sendo exposta em praça pública para ‘provar’ sua morte. Relembrando Taussig, a própria história e todo seu imaginário remetem, e ao mesmo tempo, revivem a violência da espoliação colonial, e daí o paralelo que esse autor faz entre ouro e a cocaína, como o ouro contemporâneo” (ADORNO, 2015, p. 292)

funcionando por si, sob esta lógica descrita por Deleuze (1992) nas sociedades de controle, com modulações e com empreendedorismo. São, de certa forma, homens do capital, sujeitos neoliberais, avulsos. E desafiam, desta maneira, as mobilizações pensadas pela esquerda tradicional²¹.

Por isso consideramos naquele café (talvez não com essas palavras, exatamente) que as manifestações ou procissões dos seus usuários são inviáveis não só por conta das particularidades envolvidas na droga em si, com seus *ritornelos* e fissuras, pois o tipo de droga é relativamente novo, assim como o sujeito das sociedades de controle também emerge de 30 ou 40 anos para cá. Portanto, reitero que ali não se trata, como na atualização que Deleuze (1992) propõe sobre as sociedades de controle em relação às sociedades disciplinares, daquele sujeito confinado como o que havia nas fábricas – o operário fetichizado pela esquerda macroestrutural do século passado. Trata-se de um sujeito ondulatório, funcionando em órbita, um feixe contínuo que emerge nas sociedades de controle.

Aliás, adoro a paráfrase: "parece cocaína, mas é só tristeza. Parece *crack*, mas são só estilhaços do capital". A região de consumo de crack em São Paulo que ocupa o vácuo da Boca do Lixo, templo da prostituição nos anos 1950, não é o

²¹ Suely Ronik, de forma até muito acolhedora com os avanços da esquerda no Brasil, defende que a *mea culpa* ou a *autocrítica* sobre seus processos de tratar questões da contemporaneidade (que aqui olho sob as lentes das sociedades de controle, tal qual preconizadas por Deleuze (1992) em sua releitura das sociedades disciplinares de Foucault) em seu ensaio "Esferas da Insurreição - Insurgências Micro e Macropolíticas". Vale o excerto, que penso fazer todo sentido à "lorota" e à fábula aqui discutidas: "E mesmo quando as esquerdas, principalmente as tradicionais, abordam os modos de existência, tendem a fazê-lo apenas desde uma perspectiva macropolítica: tais modos são classificados em entidades identitárias, nas quais são confinados e com as quais tendem a confundir-se as próprias subjetividades que os praticam, passando a resistir apenas nesse âmbito. Isto é particularmente grave quando se trata das camadas sociais desfavorecidas, ao lado das quais se dá prioritariamente a luta das esquerdas. Estas tendem a classificá-las na categoria 'operário': lugar identitário destinado aos oprimidos em seu imaginário, por ser este limitado às relações de classe e às visões de mundo e de insurreição originadas no capitalismo industrial. E quando se trata de setores da sociedade que não têm como serem encaixados em tal categoria (por exemplo, indígenas, quilombolas, trabalhadores terceirizados e precarizados, imigrantes ilegais, refugiados), o que as esquerdas tradicionais buscam é promover sua 'inclusão' no mapa oficial da democracia, do modo que possam aceder aos direitos dos operários. Se aceder a direitos civis é essencial, no entanto a redução a essa meta e, sobretudo, a partir de uma negação da experiência singular de tais agentes sociais e de seu direito de existir – a qual é substituída pelas esquerdas por uma caricatura identitária –, tende a levá-los a uma adaptação submissa ao modo hegemônico de subjetivação. Limitar-se a promover 'inclusão' como sua principal meta – senão a única – não só revela que as esquerdas tradicionais, de fato, tendem a tomar a cartografia dominante como referência, mas, mais do que isso, que elas a consideram como 'a' referência, absoluta e universal, segundo a qual todas as demais deveriam moldar-se. E que do ponto de vista da cartografia dominante – da qual, nesse aspecto, as próprias esquerdas compartilham –, as diferenças de qualquer modo de existência são avaliadas como índice de atraso nas etapas de um suposto determinismo que seria próprio ao 'progresso civilizatório', ao qual estaria destinado o conjunto da humanidade. Neutraliza-se assim a experiência singular dessas subjetividades e denega-se toda e qualquer alteridade" (ROLNIK, 2018, p. 120).

epicentro da droga na Capital do Capital no Brasil. Ela é o epicentro de onde o Capital que explode em microfissuras .

Se há tantos que propagam que o subtítulo do livro clássico de Deleuze e Guattari (2011), *Mil Platôs*, poderia ser “capitalismo é esquizofrenia” (em vez de capitalismo e esquizofrenia), prefiro, nesse sentido e à luz dessa imagem, pensar que “capitalismo é perversão” – e a cocaína parece ser uma droga que se acoplou muito bem a esta lógica, como fábulas *hollywoodianas* tipo “Lobo de Wall Street” (Martin Scorsese, 2013) nos mostram. O *crack*, epicentro que parece congrega a existência de uma cidade em metástase como São Paulo na região da *cracolândia*, é, sem dúvida, só o estilhaço, o resto, a raspa do capital.

Volto à colocação: e se houvesse uma procissão dos chamados “nóias” organizada para ocupar os pontos da cidade? Procissão que, aliás, é um termo interessante para referenciar algo que tange o chamado “mercado dos bens de salvação” como o ideal de cura, abstinência e conversão de usuários (que, não por acaso, frequentam espaços como Redenção; é um termo interessante ao se pensar que há naquela região o culto à chamada Nossa Senhora do Crack). Que marca cultural, simbólica ou efetiva tal levante traria às políticas de subjetivação e configurações urbanas?

Aliás, por falar nisso, qual seria a grande marca cultural do *crack*?

Ponto interessante para se pensar nesta cartografia do dispositivo das drogas, ou estudos sobre sociologia das drogas. Todo acoplamento das civilizações com as drogas, de fato, parece deixar uma mitologia ou um universo cultural sobre si, como um cometa deixa seus rastros. Os exemplos são infindáveis: do Ecstasy forjando a cultura “*clubber*” (e a própria mutação de nossa audição para captarmos frequências mais graves – ou dos nossos corpos para sentir os “*subwoffers*”) à contracultura pós-acoplamento com LSD, passando pela vastidão de peças e estilos em torno da cultura “canábica”.

Mesmo a cocaína, que, aqui em paráfrase, poderia ser aparelhada a uma espécie de Nossa Senhora do Capital, deixa marcas culturais extensas: seus ritos de consumo, aqui no Brasil, não raro envolvem o peculiar fetiche de se separar a droga com cartão de crédito e aspirá-la em cima da carteira, não raro com um canudo feito com uma nota de alto valor, se possível dólar – isso sem mencionar o valor alto de mercado, o fetiche em torno dos supostos ideais de pureza adquiridos,

o produto que, tal qual a corda do boneco, nunca é suficiente para durar uma noite, o consumo restrito a grupos pequenos ou individualizado, entre outras marcas possíveis de serem cartografadas.

Seriam os produtos culturais do *crack* apenas os seus insumos como os próprios cachimbos e os demais artefatos e dialetos para consumo de *crack* (*fogõezinhos, mesclados, fortalece, olha o anjo*, entre tantos exemplos)? Creio que a pista é válida, mas considero um produto raso perto da dimensão que anunciam em torno do problema: voltando à metáfora do cometa, seria um *cometa de rastro curto*.

Defendo que a própria ocupação da região da Luz, outrora borda de rodoviária que, a exemplo do que acontece também nas zonas portuárias, concentrou durante muito tempo o epicentro da prostituição em São Paulo (antes de esta ser pulverizada pelo advento do automóvel), enquanto uma zona autônoma, neste caso quase atemporal, é, de certa forma e com os devidos filtros que cabem para evitar quaisquer tributos, o maior produto cultural do *crack*. Como produto cultural, serve para justificar discursos sobre *zumbis*, políticas públicas estéreis, discursos de campanha política, dogmas religiosos e uma série de projetos sociais que são projetos-de-sujeito.

E assim, de forma análoga e por extensão, o *crack* ou a *cracolândia* se alastra no imaginário e, também, de forma pragmático-territorial com a conseguinte ocupação de usuários que se dá em regiões centrais degradadas de outros grandes centros urbanos. Ao extremo, também, as formas de vida desses sujeitos acoplados às formas de vida que resistem nos centros urbanos reluzem um tipo de marca

cultural²². Eis um diagrama do dispositivo da reinserção social que se afirma às avessas do que seria “inserir um sujeito curado, tratado, limpo na sociedade, com um trabalho e uma família”. São os avessos dos reformados.

É quase como na inversão sobre biopolítica que Peter Pal Pelbart (2013) desenvolve sobre a *biopotência* dos corpos e vidas, que pode ser encontrado desde o exemplo da autogestão de testosterona por Beatriz (hoje Paul) Preciado²³ em seu

²² Muito interessante pensar nas linhas que forjam uma Nova Luz na Capital do Capital no Brasil, tema que persigo, de certa forma, desde a possibilidade de ensaiar comentários sobre a questão em um evento da Liga de Farmacodependência do Programa de Atenção ao Dependente Químico (PROAD) da Unifesp, em 2012 e 2013. Desde então tomo o estudo do livro “Boca do Lixo” de Hiroito de Moraes Joanides (1977) como um ponto de virada para a genealogia da cracolândia, bem como o livro “História da Prostituição de São Paulo”, de Guido Fonseca. Ambos são decisivos para entender que aquela região foi um confinamento do comércio do sexo, em uma tentativa das elites e classe média paulistanas do início do Século XX de confinar a prostituição no triângulo em torno da antiga rodoviária; com a explosão da prostituição para outras áreas, a exploração comercial passa girar em torno de substâncias, como a maconha ou paco, pouco mais tarde as anfetaminas como o Pervetin e, por fim, a cocaína. Foi, de certa forma a degradação econômica daquela região que abriu caminho para que o crack se instalasse no final dos anos 1980 com voracidade pelas alamedas da Região da Luz, outrora Campos Elíseos. O relato de Joanides (1977) é categórico, pois foi escrito durante sua passagem pela Casa de Detenção nos anos 1970. Duas décadas atrás ele tinha sido, por quase vinte anos, o Rei da Boca do Lixo em São Paulo — sua narrativa é, na pior das hipóteses, um exemplo de “reinserção social”; na melhor delas, sua narrativa é o equivalente a escrita *beat generation* brasileira. Na metodologia da cartografia sobre o qual essa tese-pão se constitui, Hiroito de Moraes Joanides (cuja obra foi vendida ao cinema gerando filme Boca dirigido por Flávio Frederico, em 2010) traça linha guia. A um trecho: “Com a *automoveilização* da freguesia o baixo meretrício, que é seu grosso, passava a ser exercido todo ele pelas ruas e avenidas da cidade e praticado, ou seja, consumado em seu ato, no interior do automóvel do próprio freguês, para tanto estacionado em qualquer “drive in” surgidos às centenas, ou mesmo qualquer rua mal iluminada. Chegava ao fim a era *hoteleira-prostitutar*. Os pontos de prostitutas, os locais, geralmente esquinas, onde permanecer à escolha dos passantes, dos “michês” motorizados, foram surgindo, ou mais precisamente, se alongando, de modo deveras interessante, a partir do foco inicial, do berço primeiro: a Boca do Lixo. Empurradas pela repressão policial as prostitutas foram subindo as avenidas principais, no sentido cidade-bairro. (...) Era esse o cenário da prostituição em São Paulo já no ano de 1970. A Boca do Lixo fora territorialmente reconquistada pela sociedade. A cidadela dos desajustados não resistira ao assédio das “Tropas” moralistas e seus habitantes, em fuga, espalharam-se por toda a cidade, invadindo as áreas de comércio, as zonas residenciais, misturando-se por toda a cidade, invadindo as áreas de comércio, as zonas residenciais, misturando-se à gente de bem de todas as classes sociais. A Boca do Lixo morrerá? Não, pelo contrário, crescera assustadoramente. E seguiria crescendo. Hoje ela ocupa uma área de 1.493 km². Exatamente a superfície ocupada pela cidade que mais cresce no mundo”. (JOANIDES, 1977, p. 200)

²³ Assim começou Beatriz (hoje Paul) Preciado a redigir seu livro publicado originalmente sob o título “Testo Yonqui” (Editorial Espasa Calpe, 2008) e aqui em tradução minha: “Este livro não é uma autoficção. Se trata de um protocolo de intoxicação voluntária a base de testosterona sintética que se sujeita o corpo e os afetos de B.P. É um ensaio corporal. Uma ficção, de certa forma. Em todos casos foi necessário levar as coisas ao extremo: uma ficção auto-política ou uma auto-teoria. Durante o tempo que dura este ensaio sucedem mutações externas no contexto do próprio corpo experimento, cujo impacto não havia sido calculado nem havia sido possível computar-se como parte do estudo, mas que constitui-se limites em torno dos quais se acoplam a escritura” (PRECIADO, 2008, p. 15). E assim segue o texto da então Beatriz, hoje Paul Preciado, que narra entre as suas andanças pelo chamado regime “farmacopornográfico” as odisséias que enfrentou com as ingestões de testosterona regidas por uma outra ética – e não submetidas aos protocolos que demais “transgêneros” se submetiam ao serem enquadrados como “doentes” por um médico para obter tais substâncias com o aval do Estado. O livro, evidentemente, não se encerra sobre esta temática, mas as discussões sobre a autonomia do sujeito sob seu corpo – e sua sexualidade – bem como seus acoplamentos com substâncias psicoativas ou hormonais em questão são de grande valia para este estudo das drogas enquanto dispositivos.

Testo Junkie, na fórmula “*I Would Not*” ou “Eu preferia não” de Barteby ou nos discos de rap gravados por pessoas que estão no sistema prisional, onde, mais do que a música, o que se grava é aquela vida-presa como produto cultural em si.

Não se trata de glamourização, nem de uma associação rasa apenas. Trata-se de cartografar as linhas que forjam uma nova luz na capital do capital no Brasil e que servem para pensar sobre o destino das cidades enquanto espaço público, coletivo, habitado – especialmente quando projetamos a sombra que impera por estes espaços para as próximas duas ou três décadas: serão os centros das cidades meros simulacros da convivência, importância e circulação que os forjaram? O que isso faz ver, enquanto imagem? O que dizem, enquanto linguagem? O que afetam, enquanto narrativas?

Embora a experiência do comum possa se dar na *cracolândia* sob uma perspectiva diferente daquela que acontece em um Shopping Center, por exemplo, como nos mostram inúmeros trabalhos de campo (Costa, 2007, Adorno 2011) não se trata de uma expressão de uma vida em comum, comunismo ou mesmo a fratria idealizada durante a contracultura e o “*flowerpower*”, ou mesmo certo arcadismo reeditado pela “*cultura raver*”. A resistência, quando há, obedece mais ao diagrama das “insurreições”, e nisso pode inclusive servir como bússola ou diapasão de outras insurreições tidas como fragmentárias em coletivos ou bandos. Aquele tipo de vida se torna ícone, índice, signo. Ali, como cá, existir é resistir²⁴.

²⁴ Diz Suely Rolnik em seu recente “Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada” (N-1 Edições, São Paulo: 2018), concordando e ressoando a leitura sobre biopolíticas e possibilidades de levantes afetivos da vida na contemporaneidade: “Se a base da economia capitalista é a exploração da forma de trabalho e da cooperação intrínseca à produção para delas extrair mais-valia, tal operação – que podemos chamar de ‘cafetinação’ para lhe dar um nome que diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos – foi mudando de figura com as transfigurações do regime ao longo dos cinco séculos que nos separam de sua origem. Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação em seu nascedouro – ou seja, sua essência germinativa –, bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. Disto decorre que a fonte da qual o regime extrai sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva – para não dizer ontológica –, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e difícil de combater. Diante desse quadro, fica evidente que não basta agir na esfera macropolítica, onde atuam tradicionalmente as esquerdas, sobretudo as institucionais – isto explicaria inclusive sua impotência face aos rumos atuais do regime colonial-capitalístico. Segundo a visão introduzida por autores que pensaram a nova relação entre capital e trabalho, colocando seu foco na apropriação pelo capital da potência de criação, especialmente Toni Negri e Michael Hardt, que designaram a nova dobra do regime por ‘capitalismo cognitivo’ – a resistência hoje passaria por um esforço de apropriação coletiva dessa potência para com ela construir o que tais autores chamam de ‘o comum’” (ROLNIK, 2018, p. 32 e 33).

As *cracolândias*, por serem uma narrativa das sociedades de controle, concentram o suprassumo do capitalismo de sobreprodução, mesmo em sua forma menor ou estilizada, pois se dirige ao produto e, sobretudo, vende serviços. Seus "*habitués*" são, portanto, fazedores de dinheiro. É com ele que conseguirão as suas pedras-estilhaço do Capital. Com elas, inclusive, poderão ter acesso a outros bens e serviços: como se percebe nas etnografias dos autores citados, muitos são os que dizem que "com pedra se consegue tudo: sexo, outras drogas, lugar para dormir, comida, mais pedras".

Mas, mesmo nesse caso em que a pedra faz escambo, ela o faz enquanto moeda (ou simulacro de), portanto traz consigo um tipo de lastro que é característico do que dá valor à moeda: simbólico e, portanto, mais próximo do universal do que do singular. Algo bem diferente de uma "comuna" que troca sem lastros fixos e funciona por escambos²⁵.

Por tudo isso, voltando ao relato da conversa com o Bruno Gomes, que me contava sobre os resultados do tal curso de direitos humanos e estratégias sobre como reagir em meio a uma abordagem policial: só um sujeito entre tantos ali presentes no ato da operação truculenta da Polícia Militar em questão foi marcado com a marca roxa em torno dos olhos e Bruno, individualmente, foi responsabilizado por tal ato sofrendo, entre pares, troças jocosas ou *bullying*.

²⁵ O texto "Usos da 'Luz' e da 'cracolândia': etnografia de práticas espaciais" de Taniele Rui, que contém fragmentos atualizados de sua tese de doutorado celebrada como um dos estudos de referência sobre a temática, ilustram outros atravessamentos naquela região, de onde extraio, entre possíveis exemplos: "Temos até aqui então que a 'cracolândia' pode ser considerada, com todos cuidados já indicados, o ponto centrífugo mais radical das pobreza urbanas, assim como o local por excelência da variedade dos usuários e dos usos de *crack*. Mais uma vez enfatizo que tal variedade, para ser bem aprendida, necessita de por, em íntima correlação, as diversidades individuais e as invariantes sociais. Esse é o primeiro ponto. Mas além disso, a 'cracolândia' é também um grande 'balcão de informações': ali se descobre quem são os fornecedores de drogas, os melhores modos de tragá-las, as diferenças de qualidade, de preço e de coloração. Por ali se descola meios de conseguir dinheiro para viabilizar o consumo, bem como se aprende com quais pessoas se pode (ou não) contar. Por essas imediações correm muitas notícias: a troca de tiros da noite anterior, o usuário que teve alguma complicação de saúde, os policiais que são mais truculentos, o segurança privado que resolveu andar à paisana dando cobertura a um jornalista e que foi escorraçado do local, a usuária que teve de ser encaminhada às pessoas a um hospital para dar à luz, a *patricinha* que acabou de chegar à região, a mãe que está procurando o filho, quem foi preso ou acabou de sair da prisão (...) A 'cracolândia' é, também, um lugar de negociação que favorece empreendimentos, uma 'terra de oportunidades'. Trocam-se, com muita facilidade, sapatos, roupas, cigarros, alimentos, achados eletrônicos no lixo de Santa Ifigênia, materiais recicláveis (...) Até mesmo alguns serviços são criados em torno do local: pensões oferecem banhos a cinco reais, outras cobram preços módicos de aluguel, outras ainda arrendam o quarto que pode ser usado para o consumo privado da droga e para a feitura de produtos sexuais. Algumas lojas passaram a vender materiais que são usados na confecção de cachimbos, os bares aumentaram o estoque de cigarros, de pingas e isqueiros, investiram na diferenciação entre copos de plástico e os de vidro (que variam de acordo com o gosto do freguês) e até um casal de aposentados, que foi depois seguido por uma série de outros microempreendedores, resolveu vender bolos, cafés e sucos no local" (RUI, 2014, p. 11).

Espécie de "*selfmademan*", misto de "guerreiro *idiota*" ou "guerreiro *vacilão*", como pode ser descrito pelos colegas, ele representa o que da lógica da micropolítica escapa quando cursos que versam sobre macropolítica e o quanto posições até certo ponto genéricas como "direitos humanos" (termo que causava coceiras em Nietzsche) deixam escapar quando se reduzem aos estruturalismos.

Não bastasse os códigos de praxe das sociedades de controle que interiorizam as condutas nos habitantes dos grandes centros urbanos, parece-me, que o repertório de códigos simbólicos e de conduta que são interiorizados vertem por uma outra ordem, por uma outra territorialização, por outro estatuto ético, por assim dizer, na *cracolândia* ou em outra quebrada qualquer. Quebrada é quebrada em qualquer lugar.

Há operações semelhantes pela inserção social através do tráfico de drogas que se dá tanto em ambientes como as *cracolândias*, como nas outras quebradas, como alguns ritos e marcas genéricas do crime que, como, por exemplo, os tribunais do PCC - o Primeiro Comando da Capital, com seus debates e suas sentenças ou broncas. Por isso os rastros da camada de inserção social promovida pelo tráfico de drogas (enquanto irradiação simbólica e cultural) transcendem os sujeitos que experienciam tais vivências e podem, inclusive, ser encontrados em um imaginário social mais amplo, em outras camadas-produutos-artefactos.

Para e por isso retomamos a pista das drogas enquanto dispositivos, cuja problemática não se encerra entre aqueles que são seus consumidores avulsos. Seguimos pistas, o que não se confunde com ter direções. Todos temos problemas com as drogas, quer tenhamos utilizado drogas de forma prejudicial ou não, quer tenhamos tido familiares ou amigos nesta situação ou não, quer tenhamos perdido pessoas queridas por conta da guerra às (pessoas que usam) drogas ou não. Todos temos poros. O dispositivo das drogas nos atravessa enquanto sociedade na contemporaneidade. Esse é um dos jeitos de ver como o pensamento de Deleuze (2006) pode, muito bem, também ser transposto para este debate, que cabe também ao futuro dos espaços públicos nos centros urbanos. Mas não se encerra aí.

1.1.5 Ao Texto de Deleuze: “Duas Questões Sobre a Droga”

Talvez seja no nível de uma causalidade específica da droga que se poderia compreender por que as drogas acabam tão mal e *desviam sua própria causalidade*. Uma vez mais, de o desejo invista diretamente na percepção é algo muito surpreendente, muito belo, uma espécie de terra ainda desconhecida. Mas as alucinações, as falsas percepções, os acessos paranóicos, a longa lista das dependências, isso é por demais conhecido, mesmo que seja renovado pelos drogados, que se arvoram de experimentadores, cavaleiros do mundo moderno, ou doadores universais da má consciência. De um ao outro, o que ocorre? Será que os *junkies** não se serviriam da ascensão de um novo sistema desejo-percepção para tirar disso o proveito e fazer sua chantagem? Como os dois problemas se interagem? Tenho a impressão de que, atualmente, não se avança, não se está fazendo um bom trabalho. O trabalho certamente está em outro lugar que não nessas duas questões, porém, atualmente, nem mesmo se compreende onde poderia estar. Os que conhecem o problema, os *junkies** ou os *especialistas** parecem ter abandonado as pesquisas para si próprios e para os outros (DELEUZE, 2016, p. 162)²⁶.

Quando se discute a questão sobre drogas pela a ótica e a ética de Deleuze e seu *truta* Guattari (2011), duas questões saltam à mente, de imediato. Primeira questão: apesar de seus textos trazerem muitos elementos da literatura menor e da repetição, a questão das drogas pouco aparece. Há uma ou outra menção aos alucinógenos ou à questão do álcool em vídeos como a icônica entrevista “abecedário” e há, sobretudo, o pequeno texto que, embora sintético, é vastíssimo: “duas questões sobre as drogas”, escrito originalmente em 1978 e publicado no Brasil em 2006.

A segunda questão que salta é que a legislação proibicionista, a Guerra às Drogas ou os arranjos culturais que fizeram com que as drogas tomassem o lugar que tomaram na contemporaneidade (enquanto teia macroestrutural que opera

²⁶ Opto, de forma arbitrária, por interferir na transcrição da tradução deste texto e substituir o termo *drogados* por *junkies* e, da mesma forma, *médicos* por *especialistas*, para evitar que tal tradução corrobore para a perpetuação dos termos aqui cartografados como arranjos semióticos de estigmatização das pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e suas respectivas terapêuticas

modulação de subjetividades) parecem também não terem sido mencionados. Teriam Deleuze e Guattari passado de forma apressada sobre o tema²⁷?

Se for, trata-se mais de uma questão de velocidades do que ponto cego. Não considero haver nada que desabone a importância da obra de ambos para, também, pensarmos a questão sobre drogas de acordo com as linhas da assim chamada *esquizoanálise*²⁸. Nada extraordinário nisso: nenhuma falta, nenhum excesso. Penso que o tema de uma forma ou de outra atravessou a obra de ambos em múltiplos aspectos, em que diziam (inclusive) sobre drogas sem precisarem, com entanto, mencionar o signo "drogas"²⁹.

²⁷ Em um artigo escrito em parceria com Ana Carolina Patto Manfredini (no prelo) temos investigado com profundidade as aparições das discussões sobre drogas na obra de Deleuze e Guattari. Rastreamos que o problema da droga é citado algumas vezes em *O Anti-Édipo* (2010), porém sem nenhuma pretensão de análise. Assim como aparece também em *Mil Platôs* (2011), quando versam sobre o uso de substâncias alucinógenas em rituais xamânicos, no capítulo sobre o dever e também aparece o conceito de corpo drogado ao falarem das diferentes construções de *Corpos Sem Órgãos* no capítulo "Como criar para si um Corpo Sem Órgãos" (2011); no trabalho 'solo' de Deleuze encontramos comentários dispersos sobre o consumo da droga no vídeo *Abecedário* (letra b) e em seu livro *Conversações* (1996). Em uma destas entrevistas, Deleuze basicamente questiona o problema da droga e álcool desde a perspectiva das potências: que pode a droga? O que me impede? Até onde? Que linhas estou traçando: vitais ou mortíferas?

²⁸ Embora os autores em questão considerem a esquizoanálise como uma pragmática, como uma espécie de cartografia dos fluxos de vida que transcorrem por diferentes platôs e, por consequência, também uma prática clínica possível, são muitos os autores que a veem enquanto um tipo de clínica derivada da psicanálise. Concordo com João Perci Schiavon ao sentenciar que a "esquizoanálise ainda é psicanálise tal qual física quântica ainda é física" (Schiavon, 2010, p. 127) e, assim, penso à luz dos conceitos de Deleuze que a esquizoanálise é uma "dobra" da psicanálise – naquilo, em especial, que esta se presta à clínica da cultura.

²⁹ Além disso, tal consideração levanta o debate que os próprios autores faziam sobre semiótica ou "Sobre alguns regimes de signos", tal consta em *Mil Platôs* volume 2, e de onde extraio os oito aspectos sobre os signos que, desta forma, não exigem que o tema "droga" precise ser trazido às suas demais formulações para que os autores pudessem falar sobre, tal qual ocorre com outros signos de praxe das áreas psi (poderíamos citar entre outros exemplos as classes de neuroses ou demais diagnósticos, cinema, minerais, revoluções, etc.). Por estas considerações que parecem, em princípio, fazer mais sentido ao leitor mais calejado com as proposições dos autores, é possível inferir que há substratos na descontração de uma semiótica pretensamente universal (e toda crítica que recai, por extensão, aos preceitos de significado e significante adotados pelo estruturalismo psicanalítico) que se aproxima da própria ideia do dispositivo – ou da língua enquanto dispositivo. Ao texto: "O regime significante do signo é definido por oito aspectos ou princípios: 1) o signo remete ao signo, infinitamente (o ilimitado da significância, que desterritorializa o signo); 2) o signo é levado pelo signo, e não cessa de voltar (a circularidade do signo desterritorializado); 3) o signo salta de um círculo a outro, e não cessa de deslocar o centro ao mesmo tempo que de se relacionar com ele (a metáfora ou a histeria dos signos); 4) a extensão dos círculos é sempre assegurada por interpretações que fornecem significado e fornecem novamente significante (a interpretação do sacerdote); 5) o conjunto infinito dos signos remete a um significante maior que se apresenta igualmente como falta e excesso (o significante despótico, limite da desterritorialização do sistema); 6) a forma do significante tem uma substância, ou o significante tem um corpo que é o Rosto (princípio dos traços de rostidade, que constitui uma reterritorialização); 7) a linha de fuga do sistema é afetada por um valor negativo, condenada como aquilo que excede a potência da desterritorialização do regime significante (princípio do bode emissário); 8) é um regime de trapaça universal, ao mesmo tempo nos saltos, nos círculos regrados, nos regulamentos das interpretações do adivinho, na publicidade do centro rostificado, no tratamento da linha de fuga (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 71).

Talvez a questão – seja uma, duas ou dez – sobre as drogas não tenha aparecido em maior profusão na obra de Deleuze porque, como o mesmo diz no texto citado, “não se sabe o que fazer com elas (mesmo os drogados), mas também não se sabe como falar delas, pois ora invocam prazeres difíceis de serem descritos, ora invocam causalidades gerais” (Deleuze, 2006, p. 127).

Mesmo assim, considero salutar visitar o que tais autores têm a dizer – ainda que de passagem – sobre tais questões, considerando a atualidade de suas reflexões para seguir outras pistas do dispositivo-drogas e, sobretudo, para pensar em estratégias de manejo, linhas de fuga, potências e dimensões pulsionais que poderão ser melhor empregadas nas diferentes formas com que as políticas públicas brasileiras abordam a temática, dentro do esquadramento prevenção-tratamento-reinserção social.

Obviamente tais proposições não são simples de serem alcançadas, ainda mais considerando um percurso relativamente raso como o que este artigo-ensaio propõe. Mas, dentro das pistas do dispositivo-drogas, dentro dos diversos “acampamentos” que orbitam o signo “droga”, está a questão dos prazeres convocados. Os tais prazeres difíceis de serem descritos, segundo Deleuze, que sugerem algo da ordem da imanência ou de qualquer outra situação que tem uma certa intensidade e antecede a própria linguagem. É assim, nesta proposição *deleuziana* sobre o problema da droga, algo como é com a própria questão do tempo ou do movimento do pensamento; não por acaso o mesmo autor gostava de cravar, em alusão à obra de Proust, que “*a inteligência vem sempre depois*”. (in Deleuze e Guattari, 200, p. 57)

Tal reconhecimento serve também para resgatar o lastro que os conceitos em sua obra trazem: a disputa por signos ou, nesta nossa proposição, as linhas de um dispositivo (mesmo no caso do dispositivo-droga) podem trazer embutida consigo uma máquina de guerra nômade. Eis um ponto crucial: que tipos de máquinas de guerra nômades podem se instalar com os sentidos e significações que “acampam” em torno do signo droga.

Mas, o que é uma *máquina de guerra nômade*? Não se trata de algo como um Cavalo de Tróia que se move de forma lenta e aparentemente camuflada ou qualquer outra figura de linguagem alegórica ou metafórica. Não se trata de *algo* que *equivale a algo*. Um conceito *não equivale*, um conceito *dispara fluxos* – por isso a

filosofia e a clínica sob a perspectiva da esquizoanálise de Deleuze e Guattari era também designada de pragmática.

Trata-se, portanto, de uma máquina de cortes que pode, de largada, desmontar os engendramentos discursivos em torno do dispositivo-drogas na contemporaneidade. E, quando estes ressurgirem aqui ou ali, travestidos de ciência ou mazelas urbanas, trata-se de pô-la em operação novamente. Por isso é uma máquina que guerreia, por isso também é nômade³⁰.

O que parece em partes abstrato e fugidio guarda uma proposição clara: palavras mudam mundos. Palavras podem vir a ser máquinas de guerra-nômades, ou melhor dizendo, falas de si, escritas de si, narrativas de si, singularidades, diferenciações. E, se há algo no tal “prazer que a droga convoca” que diz respeito a um acontecimento, portanto, dizemos que se trata, também de uma questão de singularidades.

Assim, seguir as pistas do dispositivo das drogas na clínica, nas estratégias de prevenção ou na famigerada reinserção social inclui resgatar a dimensão da singularidade e dos acontecimentos que tais acoplamentos suscitem, especialmente seus sentidos e saberes singulares – esquivando-se, assim, das fórmulas universais (mesmo aquelas das verdades científicas da descarga de dopamina pós-cocaína, ou o discurso pseudo-fenomenológico de *só eu sei o que você passa porque já fui viciado nisso*, ou outras falácias simplistas desse tipo).

É nesta direção que me parece fluir o texto “Duas questões sobre a droga” quando Deleuze (2006) quando o autor afirma sobre a droga invocar causalidades gerais. Que causalidades gerais são estas? Ora, no exemplo citado sobre o tal curso dos colegas trabalhadores do Centro de Convivência É de Lei na *cracolândia*, dissemos que a droga convocava inclusive “o problema dos direitos humanos” enquanto causalidade geral.

³⁰ Em *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari versam sobre uma série de máquinas e seus acoplamentos, concepção que pode deixar ecoar os engendramentos dos dispositivos aqui cartografados. Diante do fato, seja com a proposição do Corpo sem Órgãos, seja com a proposição da assunção de máquinas desejantes, é possível pensar na produção de “máquinas de guerras nômades” que possam fazer cortes às políticas de subjetivação que emergem afetos e fascismos, especialmente na contemporaneidade brasileira, tema que aliás batizou uma conferência internacional sobre o pensamento desses autores realizadas no Brasil. Trata-se de uma discussão relativamente densa, na qual, para níveis de pontuação, deixo alguns excertos: “Em que as máquinas desejantes são verdadeiramente máquinas, independentes de toda metáfora? Uma máquina se define como um *sistema de cortes*. Não se trata de modo algum do corte considerado como separação da realidade; os cortes operam em dimensões variáveis segundo a característica considerada. Toda máquina está em primeiro lugar em relação com o fluxo material contínuo que ela corta. Funciona como uma máquina de cortar presunto: os cortes operam extrações sobre o fluxo associativo” (DELEUZE e GUATTARI, 2010, p. 54)

Não se trata, ao deixar essa provocação ecoar sobre defesas generalistas, de fazer vistas grossas à quantidade de violações aos direitos humanos que as prisões e os tratamentos compulsórios causam, evidentemente. Mas, trata-se de reconhecer nessa trama discursiva uma perigosa armadilha, ou mais uma das ratoeiras de guerra nessa trincheira semiótica dos termos — como, entre tantos exemplos, lutar por Direitos Humanos das pessoas que usam drogas e não lutar pelo fim da Guerra às Drogas (ou lutar pela Reforma Psiquiátrica e não lutar pelo fim da Guerra às Drogas). Não foi isso que ocorreu no exemplo citado, mas, em muitas institucionalizações-gambiarras do cuidado ou tratamento, a história não cansa de se repetir como tragédia e como farsa.

E, claro, ainda há mais sobre as causalidades gerais; como não falar dos telejornais que resenham verdades tipo Cidade Alerta ou Balanço Geral que, ao comentarem notícias do tipo “adolescente morre em troca de tiros com policiais no Parque Residencial Marengo em Itaquaquecetuba ou no Caximba em Curitiba”, podem dizer impropérios generalistas do tipo “*bem feito estavam envolvidos com o que não presta*”³¹.

Poderíamos falar, também, das causalidades gerais na analogia feita às pessoas que estão nas *cracolândias* como zumbis; poderíamos citar as causalidades gerais quando encontramos com o discurso da maconha sendo tolerada porque pode passar de droga marginalizada de negros ou “*chicanos*” para

³¹ A questão específica de como o arranjo de discursos e a produção de verdades e saberes por parte das narrativas telejornalísticas é assunto vastíssimo e, obviamente, essas alegorias não dão conta de alcançar a profundidade da proliferação destes discursos. Nesta tese-pão, interessa no momento, enunciá-los como componente do dispositivo-drogas (e sua conseguinte variação do dispositivo-reinserção social). Autores diversos na área da semiótica e jornalismo, evidentemente, alcançam outras camadas na discussão dessa problemática. Para esse nosso estudo, foi de grande valia, entretanto, as análises psicanalíticas de como estes discursos telejornalísticos engendram afetos, feita por Maria Izabel Szpacencopf em seu livro “O olhar e o poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal” (2003), de onde, em que pese o texto até certo ponto datado com análises pré-internet, extraio que:

“É inegável que a violência é consumida sem ser percebida, que faz parte do dia-a-dia, mesmo não sendo desejável nem o esperado. Nossa hipótese fundamenta-se na *montagem branca*, fala da sedução como um ingrediente fundamental na venda e no consumo de notícias. A violência e as notícias que giram em torno dela são um dos pratos preferidos e diariamente servido nos telejornais. Se a *montagem branca* existe também para que a venda de notícias atinja um maior número de consumidores, a violência desperta interesse, embora assisti-la com frequência conduza a outros rumos, como os da impotência, do distanciamento, da negação, da identificação e da projeção. O espectador vê o que foi visto e escolhido por especialistas, por agências de notícias e pelos cinegrafistas amadores que surpreendem os acontecimentos disparando suas câmeras. As leis que regem a escolha, o poder conferido a quem escolhe e às escolhas, os contratos aí implicados, os cenários utilizados, tudo isto participa de uma *montagem* para seduzir a preferência do espectador para um determinado noticiário. Se o fato de observar e olhar o que aconteceu já o modifica, a edição de imagem e fala já apresenta outro acontecimento. Além disso, o que olhamos no televisor já foi olhado anteriormente (...) A sedução [ali] seduz apavorando.” (SZPACENKOPF, 2003, p. 255-256)

remédio ou tributação que dê lucro ao Estado; poderíamos falar que cerveja e futebol e calor são a razão do comportamento do brasileiro; poderíamos falar do whisky com energéticos enquanto ostentação nos camarotes de baladas caras; no Rivotril de senhoras de meia idade; entre tantos outros exemplos.

De um jeito ou de outro, tratam-se das causalidades gerais. De um outro lado da trama discursiva, o Adorno nos dá uma alegoria igualmente interessante quando cita que “drogas são problemas complexos que convocam tentativas de soluções simplistas. Não há solução que possa ser apontada pelo especialista. Aliás, o especialista sobre drogas, se existe, é o usuário³²”.

Preferimos, ainda, investir e insistir nessa discussão sobre causalidades gerais em outra trama discursiva proposta por Deleuze: a droga muda o sistema de percepção mesmo para os não drogados. Há nas drogas um investimento do desejo no sistema-percepção que diz respeito às velocidades:

Como todas as drogas primeiramente concernem às velocidades, às modificações de velocidade, aos limiares de percepção, às formas e aos movimentos, as micropercepções, à percepção devindo molecular aos tempos sobre-humanos ou sub-humanos, etc. (Deleuze, 2006, p. 52).

Se as drogas dizem respeito às velocidades, podemos inferir sobre os tipos de movimento que há em jogo em seus usos – e os tipos de velocidade ou movimentos que existem nos territórios onde seus usos são cristalizados. Logo, as operações no diagrama das drogas implicam posições, deslocamentos, confinamentos, circulações, camuflagens, estratificações: por isso nos interessa pensar as inserções sociais enquanto cristalizadores ou disparadores de movimentos e configurações urbanas.

Podemos pensar mais do que drogas suscitam velocidades: a transitoriedade de determinadas festas de música eletrônica, por exemplo, ou ainda a sazonalidade de outras festas regadas a álcool, ou ainda sob o ritmo com o qual um tabagista marca os acontecimentos de seu dia. É tal qual a importância da questão sobre velocidades, fluxos, deslocamentos, permanências e movimentos quando pensamos a própria função dos centros urbanos na contemporaneidade: estancado por outro tipo de usufruto da cidade (acesso aos bens de serviço, meios de transporte,

³² Em uma de suas falas no evento “Muito Além do Crack”, realizado na Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, em 2013, de acordo com minhas anotações.

trabalho, etc.), bem diferente do projeto de alamedas que orbitavam vitrines atraindo para suas calçadas personagens com os “*flanêur's*” descritos por Baudelaire³³.

Há, ainda, outro ponto do texto de Deleuze (1996) que merecia eco: diz respeito ao domínio das experimentações vitais *versus* experimentações mortíferas, com outro termo em jogo — conexões. Podemos falar, então, de diferentes tempos com a droga, o de um momento anterior, portanto, àquele que antecede a captura do sistema percepção-desejo pela droga; trata-se de um momento anterior àquele em que todo o desejo é investido pelo circuito sujeito-droga. É o tempo da experimentação vital, diz Deleuze:

“é quando uma tentativa qualquer lhe pega, se apodera de você instaurando cada vez mais conexões, abrindo-lhe *conexões*: tal experimentação pode comportar um tipo de autodestruição, ela pode passar por produtos de acompanhamento ou arrebatamento, tabaco, álcool, drogas. Ela não é suicida, portanto o fluxo destruidor não se assenta sobre si mesmo, mas seve à conjugação de outros fluxos, seja quais forem os riscos” (Deleuze, 2006, p. 54).

Posto isso, o que o discurso médico ou os indicadores diagnósticos versam sobre uso experimental ou uso abusivo podem ser inseridos em outro analisador do dispositivo-drogas: em que medida as *conexões* ou acoplamentos do sujeito com determinada substância (ainda) estão sendo possíveis, e, dentro das terapêuticas possíveis (incluindo as estratégias de Redução de Danos) trabalhar com a potencialização e afirmação destas conexões.

Quanto tempo dura o tempo da experimentação vital? Quanto tempo dura um acontecimento? Quanto tempo dura um evento? Onde termina a experimentação vital? Toda experimentação vital desemboca em uma empreitada mortífera? Estes me parecem desdobramentos do estudo do dispositivo das drogas considerando seu diagrama de velocidades. De certa forma, as empreitadas mortíferas ou suicidas, analisada por Deleuze (1996) como o avesso das empreitadas vitais, converge para inércia, repousos ou captura de um mesmo circuito quase que pendular do tempo.

Está assentado, portanto, sobre um único fluxo: “meu tiro, minha sessão, meu copo”. É algo, diz Deleuze, como o contrário das *conexões*, pois se trata da

³³ Assim define Massagli com relação ao *flanêur* à partir da leitura de Benjamin: “a figura do *flanêur* que, com um prazer quase voyeurístico, comprazia-se em observar refletidamente os moradores da cidade em suas atividades diárias. dessa paixão do *flanêur* pela cidade e a multidão, decorre a *flanêurie* como ato de apreensão e representação do panorama urbano” (MASSAGLI, 2008, p. 55)

desconexão organizada: “Em vez de um 'motivo' que serve aos verdadeiros temas, às atividades, um único e raso desenvolvimento, como numa intriga estereotipada, onde a droga existe pela droga e suscita um desejo estúpido, há somente uma linha, ritmada pelos segmentos 'paro de beber - recomeço a beber'. (...) O drogado (aqui) está sempre parando, pois é a prova de que é capaz de retornar” (Deleuze, 2006, p. 56).

É algo especialmente típico de se observar quando, por exemplo, no atendimento aos adolescentes que “torcem para o time da *cannabis*” e vertem toda sua verve simbólica e de pertencimento social para esse tipo de conexão, tudo passa pelo uso da planta: o cinema só faz sentido se for depois do baseado, o sexo, a conversa, a aula, o almoço, o dormir, o acordar, até que nem mais seja preciso ir ao cinema, fazer sexo, assistir à aula, almoçar, dormir ou acordar. Só o baseado. O exemplo é alegórico, evidentemente, mas serve como alusão, ainda que neste caso as discussões sobre as propriedades químicas “nocivas” deste acoplamento ainda estejam em aberto. Trata-se de um acoplamento que pode mais fechar conexões do que abrir; eis um ponto de atenção tomando a categoria das drogas enquanto dispositivo para terapêuticas possíveis.

Cito ainda outro possível (ainda que alegórico) exemplo para fins de retórica, que se dá na observação de quando o instante-acontecimento que faz com que o uso de determinados alucinógenos ou estimulantes deixa de ser conectivo e passa a ser um único fluxo com o sistema desejo-percepção. Nesta imagem-figura de linguagem, era como se o uso do alucinógenos ou estimulantes se tornasse uma espécie de “alfândega” por onde há de se passar antes de adentrar os territórios cotidianos, até que, dependendo do uso, e passe a ser a “alfândega” passa a ser território. Com uma ressalva: que não se confunda esta perspectiva como irreversível, imutável, irremediável, pois isto seria como atribuir-lhe novamente os tais significantes universais. Trata-se da cartografia destes pontos sob sua singularidade, considerando as relações do sujeito com os territórios, inclusive seus diferentes movimentos.

Separar as conexões vitais das empreitadas mortíferas pode ser uma tarefa até certo ponto ousada, tal qual nas suas propostas sobre a singularidade que se extrai das repetições, tal qual na operação das máquinas desejantes que operam sobre corte, tal qual na própria construção do conceito de *ritornelo* enquanto ritmo

que nos aponta novamente para singularidades, acontecimentos e, mais uma vez, velocidades. Mas pode nos ajudar a pensar uma cidade que já não mais adere, já não mais conecta: onde o automóvel, o condomínio, as periferias – ou outras alamedas do privado – são os únicos espaços destinados ao convívio (de segregados ou gregários) o coeficiente de conexão é cada vez mais reduzido.

Estancam-se fluxos, e algo entra em metástase nesse processo: nesta tese, as *cracolândias*, são sintomas, não causas – tal qual as drogas são sintomas. Neste caso a falência não é a das conexões de um corpo individual adestrado em descargas de dopamina. É, sob certo aspecto, a falência do comum, a falência do ideal da cidadania, do espírito das cidades e a fluidez dos cidadãos sobre a vida pública. É o que jaz a cada empreitada violenta do estado no fluxo.

E, para dar corpo a essa ideia de velocidade e uso das cidades, penso que será salutar resgatarmos o trabalho de Paul Virilio como um apêndice ou andaime sobre o qual a própria ideia das sociedades de controle se apoiará – o próprio Deleuze prestou tributos a Virilio por esta questão. Virilio, em um livro publicado originalmente em 1984 chamado “O Espaço Crítico”, dizia de forma visionária que a nossa grandeza de medida deixa de ser o espaço e passa a ser o tempo – ou a velocidade. Cito-o:

O tempo constitui superfície. Graças ao material imperceptível do tubo catódico, as dimensões do espaço tornam-se inseparáveis de sua velocidade de transmissão. Unidade de lugar sem unidade de tempo, a Cidade desaparece então na heterogeneidade do regime de temporalidade das tecnologias avançadas. A forma urbana não é mais expressa por uma demarcação qualquer, uma linha divisória entre aqui e além, tornou-se programação de um ‘horário’ (...) e atualmente a concentração metropolitana apenas opõe seus moradores no tempo: tempo das longas durações históricas que se identifica cada vez menos ao ‘centro da cidade’ mas sim a alguns poucos momentos e o tempo de uma *duração técnica*, sem comparação com qualquer calendário de atividades ou memória coletiva, duração que continua para instauração de um *presente permanente* cuja intensidade sem futuro destrói os ritmos de uma sociedade cada vez mais aviltada. (VIRILIO, 1993, p. 11).

É a partir de proposições como esta que podemos partir de pistas deixada por Virilio para pensarmos o arranjo do dispositivo das drogas, especialmente no contexto dos centros urbanos: em regiões metropolitanas como Curitiba, sede do tal projeto para reinserção social de adolescentes que trataremos, São Paulo ou outra metrópole, é nítido que outra *pólis*, com outro tipo de sociabilidade e ocupação

urbana, nasce após o fechamento do comércio – o espaço que era antes vazio hoje é permeado por milhares de pessoas vivendo em situação de rua.

Tal aspecto tem a ver mais com políticas habitacionais, com ocupação do espaço público, com uso das cidades e "sensação de pertença" ou "sociedades de condomínios" do que, necessariamente, com a questão do uso de álcool e drogas por parte de tais pessoas. Mas, no arranjo do discurso sobre as drogas, na reedição do racismo de Estado que elas promovem, é em nome "da saúde" desta população que tal usufruto do espaço público pode ser banido, tal qual as "carrocinhas" fizeram com os cães vira-latas. E setores da sociedade parecem clamar ansiosos por tal fim ou tal sebo-sabão.

Para isto vale o texto de Virilio (1993) que trataremos em outro momento desta tese-pão, mas que agora merece ser trazido especialmente em suas proposições sobre o declínio das cidades enquanto espaços de convivência (em uma obra visionária e que parece ter recebido poucos créditos para além do circuito da arquitetura), ou ainda quando versa sobre as cidades com paredes de vidro e argumenta sobre as transparências na contemporaneidade.

Mas, é de fato sua ideia sobre velocidade enquanto grandeza que mais causa interesse e ressonância com as proposições de Deleuze (2006) sobre drogas enquanto moderadoras de velocidades – especialmente quando encontramos panfletos em semáforos que dizem algo como “more a 15 minutos do centro”, ou “viva em um condomínio a apenas 35 minutos do shopping” – para ficar em um exemplo trivial. Claro, ele o diz de forma mais refinada, sobre as etapas em que a velocidade se torna a grandeza para mensurar o mundo, inclusive invocando as conferências antigas sobre metrologia, desde a que definia um metro como uma

parte de um grau qualquer de latitude até a definição de metro ou segundo que passa ser mensurada pelas oscilações do átomo césio ou da ondulação da luz³⁴.

Se a velocidade é a grandeza, velocidade que faz alusão a *dromos*, há com ela o perigo de uma poluição de velocidades. Ou, como diria o autor: quanto o homem inventa o trem, inventa o descarrilamento. Gosto da ideia de que a poluição das velocidades (ou a pressa, como queira) esteriliza acontecimentos³⁵. Penso que o estudo do dispositivo da reinserção social deve considerar tais questões, tanto em suas operações de inserção, quanto nas formulações da deserção destes destinos-traçados.

³⁴ Transcrevo e comento alguns trechos de Virilio, quando o autor diz sobre o surgimento das ciências da medida em meados do século XVIII, a partir d Viagem feita ao Equador por La Donamine e seus companheiros, entre 1735 e 1751 que se destinavam, aqui, não mais a descobrir as terras a colonizar, mas, desta vez, a forma-imagem do mundo com a maior exatidão possível. Em 1789, ano oficial da Metrologia, o metro-padrão é definido como a *décima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre, destinado a suplantar as unidades do antigo regime*. Em um salto, em 1960, a XI Conferência Geral de Pesos e Medidas de Paris define o metro como *o comprimento igual a 1.650.763,73 extensões na onda do vácuo de radiação correspondente a transição entre os níveis 2 p10 e 5 d5 do átomo KRYPTON 86*. O que Virilio aponta de forma magistral e que aqui destacamos é a supremacia da luz e “a medição sempre mais exigente de sua forma de propagação para tentar projetar a forma-imagem do meio natural que as extensões de espaço e as distâncias de tempo são fundidas em uma representação puramente digital, em uma *imagem sintética* que não é mais da ordem da observação direta e tampouco da visualização ótica inventada por Galileu”. Portanto, a questão que se desdobra, e que dá ressonâncias tanto às cidades regidas pela grandeza-velocidade quanto à própria discussão sobre o dispositivo das drogas atravessados por um tipo de ciência que opera engendramento de discursos, da forma como foi vista por Virilio encontra eco na questão de “como avaliar uma ciência pretensamente experimental que elege o vazio mais radical, a maior velocidade, uma mediatização sempre crescente de seus meios de investigação e comunicação? Como *podemos ter deixado de acreditar em nossos próprios olhos?*” (VIRILIO, 1993, p. 30 e 31).

³⁵ A noção de acontecimento é um ponto caro para compreensão da própria ideia de singularidade. Não por acaso muitos autores têm se desdobrado para pensar sobre as instaurações de acontecimentos dentro desta perspectiva de engendrar políticas de subjetivação. É o caso, em um extremo, da obra clássica atribuída a Hakim-Bey (2017), Zonas Autotônomas Temporárias. Mas é também o caso de um estudo recente de Slavoj Žižek (2017) em “Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito”, no qual ele esboça uma definição interessante: “Em sua forma mais elementar, um acontecimento não é algo que ocorre dentro do mundo, mas uma *mudança no próprio arcabouço pelo qual percebemos o mundo e nos envolvemos nele*. Esse arcabouço pode por vezes ser diretamente apresentado como uma ficção que, não obstante, nos possibilita dizer a verdade de uma maneira indireta” (ŽIZEK, 2017, p. 16). Também é preciosa a observação de Deleuze (1998) a respeito dos acontecimentos e o corpo: “Como um acontecimento não se efetuará em nossos corpos, já que ele depende de um estado e de uma mistura de corpos como suas causas, já que ele é produzido pelos corpos, os sopros e as qualidades que se penetram, aqui e agora? Mas, também, como o acontecimento poderia ser esgotado por sua efetuação, já que ele age como uma Quase-causa que sobrevoa os corpos, que percorre e traça uma superfície, objeto de uma contra-efetuação ou de uma verdade eterna? O acontecimento é sempre produzido por corpos que se entrechocam, se cortam ou se penetram, a carne e a espada; mas tal efeito não é da ordem dos corpos, batalha impassível, incorporal, impenetrável, que domina sua própria realização e domina sua efetuação. Sempre se perguntam: onde é a batalha? Onde está o acontecimento, em que consiste um acontecimento: todos colocam essa questão correndo: ‘onde é a tomada da Bastilha?’, todo acontecimento é uma névoa. (...) De modo que, agentes ou pacientes, quando agimos ou sofremos, resta-nos sempre, sermos dignos do que nos acontece. É essa, sem dúvida, a moral estoica: não ser inferior aos acontecimentos, tonar-se o filho de seus próprios acontecimentos” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 78 e 79)

Portanto, ainda ecoando a passagem de Deleuze sobre drogas enquanto moderadoras de velocidades, faz sentido pensar nos riscos que os usos de drogas trazem na contemporaneidade: de um lado, com algo que antecede o sistema-percepção, este investimento teria uma proporção ainda superlativa em se tratando se suas modulações sobre as velocidades na contemporaneidade. Afinal, algumas drogas, quando deixam de fazer conexões, quando estão sob a égide da referida empreitada mortífera, literalmente dão um ritmo, ou, dito de outra forma, aprisionam o sujeito em um ritmo que destoa com as variações e incongruências de um ou mais corpos que pulsam ao sabor-saber do vento.

Há sobre esse ponto (o da captura ou modulação ou estratificação das velocidades por meio de certos acoplamentos do sujeito com as drogas) um vetor nítido quando pensamos, por exemplo, a aceração decorrente das drogas estimulantes. A sintomática publicidade para venda de cigarros de tabaco nas equipes de Fórmula 1 durante os anos 1980 e 1990 nos dão uma pista evidente sobre isso, assim como a publicidade para venda de energéticos nos mesmos carros de Fórmula 1 na atualidade.

A questão da velocidade pensada sob ponto de vista da semiótica e de seu uso pela publicidade acoplando-se à venda e exposição de drogas estimulantes lícitas não é, assim, mero acaso. Ela é outra antena para detecção daquilo que os psicanalistas chamam de mal-estar contemporâneo. Ou, indo mais além, é o que pode estar em jogo nas chamadas *políticas de subjetivação*. Não por acaso as enfermidades ou sofrimentos mentais sugerem ora aceleração (por exemplo, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), ora desaceleração (por exemplo, as depressões), ora panes (como sugere a etimologia do pânico) em uma atualização das manias e das nosografias clássicas.

Mas, não é este o único movimento que as drogas podem causar no diagrama das velocidades. As drogas podem agregar modulações e singularidades –

por isso binarismos são reducionismos³⁶. Operar no dispositivo reinserção social é operar no diagrama das velocidades – criam-se movimentos, lugares, estratificações, pêndulos. Olhar tal questão sob o prisma da multiplicidade comum aos diagramas e dispositivos permite reconhecer, também, acoplamentos com drogas que possam ser catalisadores, refrescos ou perturbadores dos ritmos podem, quando vista sob o primeiro ponto das questões de conexão.

E aí abrimos a discussão sobre as drogas para o prisma que nos soa interessante: como alguns acoplamentos com drogas ou modificações da sensibilidade catalisadas por estas podem vir a constituir outros corpos ou máquinas desejantes postas a serviço do levante e da desconstrução destes dispositivos? E, segunda questão: o que pode isso frente à plasticidade do corpo-capital? Por fim, inferindo sobre a guerra a (determinadas pessoas que usam determinadas) drogas, que tipos de velocidades ou ritmos interessa instaurar suprimindo ou homogeneizando sentidos aos uso de determinadas substâncias?

1.1.6 Acoplamentos das Drogas como Máquinas de Guerra Nômades: Outras Velocidades

Todas as razões para fazer uma revolução estão aí. Não falta nenhuma. O naufrágio da política, a arrogância dos poderosos, o reino do falso, a vulgaridade das riquezas, os cataclismos da indústria, a miséria galopante, a exploração nua, o apocalipse ecológico – de nada somos poupados, nem mesmo de estarmos informados sobre isso. (...) Todas as razões estão reunidas, mas não são as razões que fazem as revoluções, são os corpos. E os corpos estão diante das telas (COMITÉ INVISÍVEL, 2017, p. 1).

³⁶ O estudo das drogas enquanto dispositivo permite esquivas dos binarismos invocados por essas casualidades gerais. O antropólogo Eduardo Vargas em seu texto “Uso de Drogas: Alter-ação como evento” estabelece algumas categorias importantes à partir da mudança da indagação “por que uma pessoa usa drogas” (que invocam causalidades gerais) para “que experiências esses usuários realizam” (que permitem narrativas de si e singularidades). A partir destas questões, o lugar do senhor da ação da droga se pulveriza: não se encerra somente em indivíduos racionais, autônomos, que calculam hedonisticamente, porque esses sujeitos não são capazes de fazer o que fazem sem a intercessão de outros agentes, pessoas ou coisas; da mesma forma o lugar do senhor de ação da droga não se encerra nos organismos e suas predisposições psicofísicas, pois estas são tão vagas e imprecisas e não esclarecem como uns são capazes de parar, outros se satisfazem com pouco, outros são capazes de ir tão longe, outros são capazes de ir além...; da mesma forma, não se encerra sobre as propriedades intrínsecas da droga; nem na sociedade e, tampouco, na relação dialética de duas dessas categorias listadas. Não há senhor da ação da droga, pois a onda não tem senhor nem servo. A questão passa a ser se ela ocorre ou não, ou seja, a questão passa a ser da ordem do evento, do acontecimento. (VARGAS, 2006)

Poderia descrever neste breve tópico as pistas para a cartografia dos dispositivos das drogas apontadas pelas experiências de Willian Burroughs³⁷,

³⁷ Willian Burroughs, famoso escritor da *beat generation* e um dos mais cultuados de sua geração, descreve suas peripécias com as drogas em alguns de seus livros, como *Almoço Nú* e *Junkie* (2005), de onde extraio a passagem: A droga [junk] é uma equação celular que ensina fatos de validade geral ao usuário. Aprendi muito usando a droga [junk]: vi a medida da vida em gotas de morfina. Experimentei a agonizante privação da doença da droga [junk sickness], e também o prazer do alívio, quando as células sedentas de droga [junk- thirty cells] beberam da agulha. Talvez todo prazer seja alívio. Aprendi o estoicismo celular que a droga [junk] ensina ao usuário. (...) A droga [junk] não é um barato [kick]. É um estilo de vida” (BURROUGHS, 2005, p. 55). A seu modo, Burroughs nos fornece pistas para perceber que a operação de cuidado designada como tratamento parte da perspectiva de construção de deserções na vida desse sujeito: nesse exemplo o *primeiro passo*, com o perdão do trocadilho, seria a deserção desses paradigmas identitários ou de outro-self que é acoplado a subjetividade — muito deste estigma ou acoplamento identitário dá-se mais pelo lugar da droga no imaginário social do que por seus efeitos psicofísicos, o que, mais uma vez, justifica a pertinência da expressão “clínica da cultura”.

poderia esgotar passagens de Carlos Castañeda³⁸, de Aldous Huxley³⁹, de Timothy Leary ou poderia visitar as anedotas sempre adoráveis de Terence McKenna, bem como visitar canções dos Beatles, das peças *psytrance* às obras da LSDiscos, ou dos celebrados versos de Caetano Veloso, Tim Maia ou ainda de Bezerra da Silva cantando “tem coca aí na geladeira”. Os exemplos da cultura de almanaque-das-drogas são infindáveis.

Mas, parto de minhas próprias andanças com os pés que os alucinógenos me trouxeram quando estudo algo sobre territorialização, desterritorialização e, sobretudo, reterritorialização que ainda pulsam aqui – e não me refiro a “*flashbacks*”. Trata-se de um tipo de “*decoupage*” ou, melhor ainda, de um tipo de antropofagia,

³⁸ Carlos Castañeda, antropólogo, é outro autor muito celebrado pelos psicopatas de seu tempo. Em 1968 publica sua dissertação de mestrado em que narra suas experiências com *Datura Innoxia* por intermédio de seu encontro com o Xamã denominado Don Juan. *The Teachings of Don Juan: A Yaqui Way of Knowledge* é seu título original (“Os Ensinamentos de Don Juan: O Caminho Yaqui do Conhecimento”). No Brasil, o livro foi lançado com o título *A Erva do Diabo*, o que de imediato fornece pistas interessantes sobre o engendramento do dispositivo das drogas. Suas descrições etnográficas em primeira pessoa contribuíram para outras narrativas de psiconautas que o sucedeu. A um dos trechos: “Todas as recordações me voltaram de repente, e tudo ficou claro em minha mente. Virei-me para procurar Dom Juan, mas não conseguia distinguir nada nem ninguém. Eu só conseguia ver o cão ficando iridescente; uma luz intensa se irradiava de seu corpo. Torneia ver a água fluindo através dele, acendendo-o como a uma fogueira. Cheguei até à água, afundei meu rosto na panela e bebi com ele. Minhas mãos estavam diante de mim no chão e, enquanto eu bebia, vi o fluido correndo por minhas veias e criando tonalidades de vermelho, amarelo e verde. Bebi mais e mais. Bebi até estar todo em fogo; eu estava todo aceso. Bebi até que o líquido saiu de meu corpo por todos os poros, projetando-se para fora como fibras de seda, e eu também adquiri uma juba comprida, lustrosa e iridescente. Olhei para o cachorro e a juba dele era igual à minha. Uma felicidade suprema me encheu o corpo todo e corremos juntos para uma espécie de calor amarelo que vinha de algum lugar indefinido. E ali brincamos. Brincamos e lutamos até eu saber os desejos dele e ele saber os meus. Cada um manipulava o outro à maneira dos teatros de fantoches. E o fazia mexer as pernas quando torcia meus dedos dos pés e cada vez que ele batia a cabeça, eu sentia um desejo irresistível de saltar. Mas a maior travessura dele era fazer com que eu coçasse minha cabeça com o pé enquanto estava sentado, o que conseguia abanando as orelhas de um lado para outro. Isso para mim era inteira e insuportavelmente engraçado. Uma tal graça e ironia; tanto domínio, pensei. A euforia que se apossou de mim era indescritível. Eu ria até quase não poder respirar”. (CASTANEDA, 2008, p. 77)

³⁹ Aldous Huxley ficou conhecido pela publicação de “As Portas da Percepção, entre o Céu e o Inferno”, publicada em 1954, onde o autor narra suas experiências com mescalina. Não por acaso, torna-se influente na contracultura — Jim Morrison se inspirou no título para o batismo de sua banda como The Doors, entre tantos exemplos. Huxley escreveu o clássico “Admirável Novo” (HUXLEY, 2007) que traz uma perspectiva distópica em relação, inclusive, às próprias drogas. Ali, como no que poderia ser o avesso da estética psicodélica da geração hippie, não tomar a droga SOMA era o ato subversivo. Há muitos pensadores da vertente que estuda “envenenamento das infâncias” que tem resgatada essa discussão de Huxley sobre a medicamentação da vida, sempre atual. Em meus estudos, entretanto, parece-me que a obra mais significativa para pensar a relação entre drogas e cultura de Aldous Huxley é um de seus livros, *A Ilha*, publicado originalmente em 1962, com muitas referências aos cogumelos psilocibe (HUXLEY, 1986). Gosto de pensar que Huxley se redimiou da distopia de Admirável Mundo Novo ao visitar a utopia por essa hipotética civilização perdida no Pacífico. E gosto de pensar que, mais do que nunca, há de se prestar tributos às utopias, ainda que simples utopias, e às visões de futuro como instrumentos ou pistas para cartografar os dispositivos das drogas e seu desdobramento no dispositivo das reinserções sociais.

um tipo de narrativa de si – no caso a narrativa de uma *trip*, com uma imersão em um projeto de trabalho que era também uma alteração drástica de inserções sociais: uma desterritorialização e reterritorialização, de certo – que pode ser trazida, como toda narrativa de si, como toda escrita que parte do saber do corpo, como possibilidade de resistência e invenção de mundos.

Por isso a proposta e aposta é da criação de máquinas-territórios, em paráfrase à ideia de máquinas-desejantes ou máquinas de guerras nômades. Máquinas que possam, nesta operação de corte, acoplamento e rupturas que lhes são características, instaurar outros platôs e outras dimensões que apontam para invenção do comum⁴⁰.

O que há aqui, reitero, não há de se confundir com uma espécie reedição simplista da palnfletagem-utopia psicodélica *flower power*. Não há “espírito do tempo” para isso. Nada que aponte para a fantasia da comunidade perdida. Não se trata de uma redução de subjetividades acopladas com seus possíveis catalisadores de sensibilidade. Trata-se de (ou pretende-se) afinações com os levantes, com as insurreições, com as linhas de corte e a instauração das zonas autônomas temporárias, da apropriação semântica ou do acampamento que pode ser feito em torno de um signo antes de este ser varrido, destituído, fagocitado, cafetinizado pelos processos de subjetivação. O signo em disputa é o dispositivo-drogas. Com e sem uso das drogas.

Não se trata de apologias. Nada sem sua devida prudência – recomendação tão enfatizada na obra dos mesmos Guattari e Deleuze que merece aqui ser reiterada. Nenhuma linha de fuga há de apontar para a morte cega. Mas, trata-se de

⁴⁰ Uma máquina de guerra nômade que pode instaurar, inclusive, dentro desta perspectiva de invenção do comum, outros sentidos (literalmente) para um tipo de comunismo que transcende o engodo dos coletivos como alternativas e aposte, de fato, nos vínculos, como defende o Comitê Invisível em um de seus textos: “A anestesia contemporânea das sensibilidades, seu despedaçamento sistemático, não é apenas o resultado da sobrevivência no seio do capitalismo; é sua condição. Nós não sofremos como indivíduos, mas sofremos em tentar sê-lo. Como a entidade individual não existe ficcionalmente funcionando senão *desde o exterior*, ‘ser um indivíduo’ exige manter-se fora de si, estranhos a nós mesmos – no fundo, renunciar a todo contato consigo mesmo como também com o mundo e com os outros. Evidentemente que é permitido a cada um tomar tudo desde o exterior. Basta proibir-nos de sentir, de estar aí, portanto, de viver. Nós preferimos tomar partido contrário – o do comunismo. O gesto comunista consiste em tomar todas as coisas e os seres *desde o interior*, em tomá-los *por meio*. O que nos dá o fato de tomar o ‘indivíduo’ como meio ou desde o interior? Em nossos dias, isso nos dá o caos. Um caos desorganizado de forças, de pedaços de experiência, de farrapos de infância, de fragmentos de sentido, de propensões contraditórias e, na maioria das vezes, sem comunicação umas com as outras. Dizer que esta época deu à luz um material humano em estado lastimável é pouco. Ele tem uma grande necessidade de ser reparado. Todos nós sentimos. A fragmentação do mundo encontra um reflexo fiel no espelho em pedaços de subjetividades” (COMITÉ INVISÍVEL, 2017, p. 10).

um reconhecimento de terras a serem percorridas, fundadas, forjadas. Terras invisíveis (ou nem tanto), flutuantes (ou nem tanto), ondulatórias (ou nem tanto). Terras-território em devir. Há de vir máquinas-territórios.

Chego ao lugar de onde parti: tal qual há na fórmula biopolítica um tanto de resistência com que os modos de vida apontam para a invenção de mundos, tal qual há no resgate da dimensão pulsional algo que aponta para a conquista e fundação de novos ritmos e novos territórios (e todo território há de ser psíquico), há algo na relação com o dispositivo-drogas potências (e o dispositivo-reinserção) que em alguns momentos (que, há de se frisar, não são todos: não se pode ser alegre o tempo inteiro) que podem apontar para uma potência política. E isto precisa ser cartografado.

Para isso é preciso resgatar a própria dimensão do dispositivo. Repito as pistas que Deleuze (2006) nos deu, assim como Agamben (2005), para dilatar e refinar o conceito cunhado por Foucault ao ler o dispositivo enquanto um emaranhado ou conjunto multilinear composto por linhas de diferentes naturezas, que não cercam nem delimitam, mas seguem direções com seus objetos visíveis, com seus enunciados formuláveis, com suas forças em exercício. Como máquinas que são, os dispositivos comportam linhas de força que são invisíveis ou indizíveis, retificam as curvas precedentes, traçam tangentes, envolvem trajetos de uma linha a outra, operam o vai e vem ao dizer, linhas que agem como se fossem plenas, que não param de entrecruzar as coisas e as palavras levando adiante a batalha entre elas. Retratam, portanto, a dimensão de poder.

Trata-se de, à luz do conceito de dispositivo, cartografar quais acoplamentos com drogas podem ter a chamada “biopotência” e podem engendrar platôs, rupturas e novos agenciamentos – territorializações e desterritorializações, portanto. A partir daí é possível inferir, por exemplo, que a droga mais perigosa que o mundo experimentou não foi o *crack*, não foram os sintomáticos anestésicos opiáceos (tipo Oxicodona) que são moda nos Estados Unidos ou os xaropes coloridos de codeína que fazem o *trap* vicejar nas derivações estéticas (e neste caso despolitizadas) do Rap, nem a outrora Coca-Cola, quer seja em sua fórmula de tônico de cocaína, quer seja enquanto tônico de açúcar e cafeína, como signo do objeto que dispensa narrativas: É isso aí. Aliás, pensando bem, qual seria mesmo a droga mais perigosa que já existiu?

Seguindo esta hipótese de cartografia dos dispositivos, e sabendo que a noção do perigo e do risco, mais do que uma proteção da saúde individual e coletiva, é forjado mediante as diferentes modulações de velocidades, corpos, afetos e configurações do comum que podem daí emergir, seguindo as pistas da esquizoanálise e do tributo aos agenciamentos do *esquizo* (que não se confunde, em nenhum momento, com o tributo ao sofrimento da esquizofrenia), arrisco a hipótese de que a droga mais perigosa que já existiu foi uma sobre a qual não se conhece nenhuma história de morte por superdosagem ou “características de produzir vício”: o LSD ou ácido lisérgico que, no “*espírito do tempo*” de levante da chamada contracultura, *quase* muda o mundo com seus acoplamentos instaurados.

Penso que é esse debate sobre a regulamentação das drogas que precisa ser posto: que tipo de corpos, afetos, engendramentos sociais os acoplamentos com as substâncias que conhecemos ou as que conheceremos poderão catalisar. É, portanto, uma questão ética. Nada novo se retomarmos a anedota de boteco, onde, supondo que o debate transcorra pelas tantas, pode ser que alguém brade algo do tipo: “você estão discutindo isso, e isso não sei. Mas sei que a droga mais perigosa que já experimentei foi amor”. Cabe?

Não sabemos o que pode um corpo, disse Spinoza (apud Rolnik, 1996). Talvez haja até territórios mais profundos do que a pele para tatearmos, especialmente quando resgatamos a proposição de Flaubert de que “quanto mais telescópios inventarmos, mais estrelas surgirão” (apud VIRILIO, 1993, p. 72). Por mais conscientes dos riscos que comportam uma desterritorialização, e seja recomendada toda prudência, é impossível saber de antemão o que pode um corpo acoplado a qualquer tipo de substância ou moléculas. Quais são suas potências? Com que se relaciona? Por enquanto não o sabemos, e talvez não o saberemos nunca. Mas sabemos que há um “perigo de estado aí” — o perigo da vida ou das formas de vida que eclodem singularidades e rupturas às estruturas de controle.

Desdobrando a afirmação do animismo xamânico dos povos ameríndios, como os Guaranis, tal como faz Eduardo Viveiros de Castro em seu perspectivismo⁴¹, a frase espinosista “não sabemos o que pode um corpo” com

⁴¹ “O perspectivismo não é um relativismo, mas um multinaturalismo”. Com essa sentença Viveiros de Castro começa dissecar suas proposições. Permito-me seguir algumas pistas-trechos: “Uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no corpo. Ser capaz de ocupar o ponto de vista é sem dúvida uma potência da alma.

acoplamento com alucinógenos pode se desdobrar, com a licença da imanência, em “não sabemos o que pode um (ou mais) espírito(s)”.

Uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no corpo. Ser capaz de ocupar o ponto de vista é sem dúvida uma potência da alma, e os não humanos são sujeitos na medida em que têm (ou são) um espírito; mas a diferença entre os pontos de vista – e um ponto de vista não é senão diferença – não está na alma. Esta, formalmente idêntica através das espécies, só enxerga a mesma coisa em toda parte; a diferença deve então ser dada pela especificidade dos corpos. (...) Os animais veem da *mesma* forma que nós coisas *diversas* do que vemos porque seus corpos são diferentes dos nossos. Não estou me referindo a diferenças de fisiologia — quanto a isso, os ameríndios reconhecem uma uniformidade básica nos corpos —, mas aos afetos, afecções ou capacidades que singularizam cada espécie de corpo: o que ele come, como se move, como se comunica, onde vive, se é gregário ou solitário... A morfologia corporal é um signo poderoso dessas diferenças de afecção, embora possa ser enganadora, pois uma figura de humano, por exemplo, pode estar ocultando uma afecção-jaguar. O que estou chamando de *corpo*, portanto, não é sinônimo de fisiologia distintiva ou de anatomia característica; é um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*. Entre a subjetividade formal das almas e a materialidade substancial dos organismos, há esse plano central que é corpo como feixe de afecções e capacidades, e que é a origem das perspectivas. Longe do essencialismo espiritual do relativismo, o perspectivismo é um *maneirismo* corporal. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 349)

Temos mesmo um tanto da tal imanência para cavucar. “Não nos basta temer ou esperar. É preciso, mais do que nunca, buscar novas armas” (Deleuze, 1996, p. 188). Novas armas, novas máquinas, novas ferramentas, novos chãos ou platôs. Novos cantos. Novos corpos.

1.2 CASCA-DOIS – O TRIPE PREVENÇÃO-TRATAMENTO-REINSERÇÃO SOCIAL PARA ADOLESCENTES EM USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTOS E CAPTURAS

1.2.1 Políticas Públicas Vão Virar Máquinas de Escrever?

A Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, documento elaborado pelo Ministério da Saúde em 2004 e, no ano de publicação desta tese, ainda vigente, prevê uma série de ações organizados em três eixos: prevenção, tratamento e reinserção social. Envolve em sua execução ações intersetoriais com destaque para as Secretaria de Saúde, Assistência Social e Política Sobre Drogas.

Há entre as propostas para execução destes eixos algumas diretrizes, como o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e outras Drogas, via Portaria GM/816 de 30 de abril de 2002 quando versa sobre a criação dos Centros de Atenção Psicossocial para transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas – os CAPS AD – e quando cita a necessidade ou ênfase das ações de reabilitação e reinserção dos seus usuários.

Não há especificado, contudo, qual o lugar do adolescente com este tipo de demanda dentro dos diferentes CAPS e a dúvida paira em muitos municípios à luz da especificidade do acompanhamento previsto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA): é caso para CAPS Infantil ou CAPS AD? Eis uma questão importante, especialmente em se considerando que, a respeito do consumo de álcool e outras drogas entre adolescentes, há de se pesar, como ponto de partida, que mesmo os casos de uso experimental são merecedores de intervenções por se considerarem soberanos os preceitos de proteção destes sujeitos, e pelo entendimento da adolescência enquanto uma fase da vida em que a estrutura psíquica do sujeito encontra-se em desenvolvimento.

Entretanto, há nesta preocupação necessária sobre a intervenção em usos precoces, também, muito dos discursos hegemônicos e contrafissuras⁴² que relacionam os riscos de esses sujeitos em desenvolvimento adquirirem comportamentos abusivos, violentos, antissociais ou, ainda, as tais comorbidades psiquiátricas atreladas ao consumo de substâncias psicoativas, uma relação simplista de causa-efeito.

O fato de tais casos merecerem intervenções não significa, necessariamente, que demandam receber tratamento (ou, ainda, tratamento na forma de punição, seja nos CAPS, como adoram “sentenciar” promotores em nome da defesa integral do ECA, seja em “capengas” Comunidades Terapêuticas ou em sofisticadas “clínicas-spas” de elite, ambas com seu modelo asilar). As considerações sobre estratégias de prevenção e estratégias de Redução de Danos somam-se à discussão sobre educação para autonomia em relação ao uso de drogas (Acserald, 2013) e exigem um amadurecimento conceitual para o campo da saúde coletiva, com reflexões e inovações técnico-assistenciais e socioculturais adequadas a todos os momentos da tríade prevenção-tratamento-reinserção.

Tem-se, portanto, um convocação para que a saúde e as demais políticas intersetoriais se debrucem juntas sobre estas questões, examinando os méritos, as deficiências e os possíveis incrementos que tanto a prevenção (ou a educação para autonomia como garantia de direitos) quanto as tecnologias de tratamento utilizadas na saúde pública (que ainda têm o modelo dos CAPS articulados com a Rede de

⁴²O psicanalista argentino Antonio Lancetti (1949-2017), que viveu parte de sua vida no Brasil e foi atuante na Reforma Psiquiátrica em Santos, bem como pensou as dimensões do cuidado para as pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e vivem em regiões fronteiriças como as *cracolândias*, cunhou o termo “contrafissura” para referi-se ao afã imediatista de se resolver o problema da droga. É interessante pensar que cada trabalhador lida um pouco com as camadas de sintoma às quais se debruça ou se inclina (de onde ver a etimologia da clínica) em seu cotidiano: equipes multiprofissionais que lidam com esquizofrenia tendem a apresentar fragmentações entre seus sintomas institucionais, na produção de seu inconsciente institucional. E pessoas que lidam com sofrimentos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas tendem a um pólo imediatista para resolução das demandas — como se quiséssemos, em alguma medida, concorrer com o “barato” da droga, que faz efeito na hora. Foi por perceber isso no cotidiano das equipes com as quais trabalhei que ler o livro “Contrafissura e Plasticidade Psíquica de Antonio Lancetti fez todo sentido, especialmente quando transpomos a questão da demanda pelo imediatismo dentro das pistas do diagrama das modulações de velocidade em operação nos acoplamentos com drogas — e com suas terapêuticas e inserções sociais. Ao trecho síntese: “A epidemia de crack, ou o simulacro de epidemia como bom simulacro, independente de sua veracidade, existe e funciona. É tentador considerar o agente o crack, hospedeiro o usuário e meio ambiente o território onde esse sujeito vive. A contrafissura se manifesta em cada cuidador e terapeuta que imagina salvar a vida das pessoas, que pelas razões mais complexas está habitando as bocados e zonas de uso ou simplesmente de pessoas que procuram ajuda” (LANCETTI, 2015, p. 31)

Atenção Psicossocial como *locus* do cuidado), ou o entendimento das modalidades de reinserção social exigem constantemente.

Neste ponto, vale lembrar o que a Política Nacional de Atenção Integral ao usuário de Álcool e outras Drogas diz a respeito:

O uso de álcool e outras drogas, por tratar-se de um tema transversal a outras áreas da saúde, da justiça, da educação, social e de desenvolvimento, requer uma intensa capilaridade para a execução de uma política de atenção integral ao consumidor de álcool e outras drogas. As articulações com a sociedade civil, movimentos sindicais, associações e organizações comunitárias e universidades, são fundamentais para a elaboração de planos estratégicos dos estados e municípios, ampliando-se significativamente a cobertura das ações dirigidas a populações de difícil acesso. Tais articulações constituem-se em instrumentos fundamentais de defesa e promoção de direitos e de controle social (BRASIL, 2004, p. 24).

Podemos acompanhar algumas pistas de investigação que se desdobram a partir da problematização de cada uma das etapas da tríade prevenção-tratamento-reinserção social, para, então, termos mais elementos de introduzir argumentos novos à nossa tese de que a reinserção social para pessoas com sofrimentos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas se caracteriza enquanto uma dobra do dispositivo das drogas, merecendo, com isso, uma cartografia específica.

Vejamos algumas pistas que justificam a proposição à luz da referida Política Nacional de Atenção Integral ao Usuários de Álcool e outras Drogas, ainda vigente. No que tange ao eixo das prevenções, destacam-se entre as críticas às estratégias de prevenção aquelas que ainda vinculam discursos via mídia de mensagens reducionistas do problema, exemplificados nos jargões: "droga mata", "drogas nem morto", "esporte não é droga: pratique" ou "drogas, tô fora".

Da mesma forma, as críticas às abordagens capitaneadas pela Secretaria de Segurança Pública por meio da Polícia Militar, através de programas baseados em juramentos de pré-adolescentes sobre nunca usar drogas, com uma abordagem que dissemina a cultura do medo (Santos, 2008). Nunca é demais registrar que tais programas são conduzidos pelos mesmos soldados-trabalhadores da Polícia Militar que dificilmente pensarão duas vezes antes de dar uma "geral truculenta" em um jovem negro da periferia (ou, não raro, assassiná-lo) por ele portar drogas e dinheiro trocado e representar o arquetípico inimigo do Estado em tempos de Guerra às Drogas: o traficante.

Entre os avanços no eixo prevenção pode-se reconhecer o mérito de algumas ações que partem de setores governamentais ou partem de inovações da própria sociedade civil. Exemplo de uma ação governamental interessante foi a elaboração e promoção do livretos e campanhas informativas mais paradigmáticas que transcendem o ideal de sociedade sem drogas e partem de informações sobre diferentes tipos de substâncias, usos e estratégias de minimizar danos ou riscos de abusos, tal qual a cartilha “Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas”, elaborada pela SENAD/Ministério da Saúde em 2013 e direcionada aos adolescentes cursando a partir da 7ª série do ensino fundamental com informações sobre o uso abusivo de álcool e drogas psicoativas (Brasil, 2013).

Como exemplo de ações de prevenção ou educação para autonomia que partem da sociedade civil, há as atuais iniciativas de Redução de Danos em redes sociais que ilustram o amadurecimento do debate sob o ponto de vista do que alguns autores chamariam de prevenções secundárias e terciárias (Silveira, 2008), como os diversos canais de vídeo que debatem os usos de drogas, estratégias de Redução de Danos e seus manejos com uma linguagem mais transversal e menos alarmista⁴³. Trazem, portanto, reflexões diretas ou implícitas sobre as chamadas

⁴³ Entre estes canais de informações não institucionais que se prestam às chamadas prevenções secundárias e terciárias, merece destaque especial os *websites* do Coletivo Desentorpecendo a Razão (<http://coletivodar.org/>); do Centro de Convivência É de Lei (<http://edelei.org/home/>) e, entre os canais de Redução de Danos, destaque para o de Bruno Logan (https://www.youtube.com/watch?v=3_jeqSb69F4), Hempadão (<https://www.youtube.com/watch?v=rlyAFMqaSV8>), Kaus Psicodélico (https://www.youtube.com/channel/UCUG_1RpbTb9dBnQ7jwlpOnw) entre outros. Acessos em 07 de junho de 2017.

demandas de gozo da contemporaneidade (Kehl, 2009) e sobre a sociedade de consumo e seus imperativos (Frei e col 2013)⁴⁴.

No que diz respeito ao eixo do tratamento, diversas questões podem ser levantadas tanto quanto sua execução, quanto por sua importância ou potência para articulações simultâneas com as estratégias de prevenção e Redução de Danos. Detalharei em outros momentos deste ensaio exemplos de quando o tratamento parece dissonante em relação aos preceitos da Reforma Psiquiátrica na análise da constituição dos CAPS AD enquanto puxadinhos.

Entre os exemplos interessantes desses acoplamentos ou diluição das etapas seriais está o emprego ainda incipiente dos chamados Grupos de Gestão Autônoma da Medicação (GAM-BR), em voga em alguns CAPS: ainda que sua gênese contemple o apenas o debate sobre o uso de substâncias prescritas, sua metodologia pode, perfeitamente, ser acoplada para substâncias proscritas e contribuir, assim, para o chamado "uso controlado" ou "uso monitorado" de drogas. Mesmo entre adolescentes (Campos, Passos e col., 2012).

Por fim, no que diz respeito ao eixo da reinserção social, a crítica à forma como o modelo está instaurado atravessará este texto em diversos momentos. Entre seus êxitos destacam-se, de imediato, exemplos da transposição da tal fronteira conceitual (onde começa a reinserção social *versus* onde termina o tratamento) em diversas outras ações de cuidado, ainda que não seriais ou da ordem micropolítica. Estas podem ocorrer (e merecem ser cartografadas) em algumas intervenções executadas pelas Estratégias de Saúde da Família, lotadas nas Unidades Básicas de Saúde (como as ações de fortalecimento de vínculos intermediadas pelos

⁴⁴ Para uma maior reflexão sobre as estratégias de Redução de Danos atreladas às prevenções (e não somente à etapa do tratamento) é digno de nota o fato da própria Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas citar, no campo da Prevenção, uma visão crítica a este respeito, especialmente no que tange às estratégias de Redução de Danos como metodologia em substituição ao proibicionismo e ao paradigma da abstinência: "Devemos ainda considerar o caráter informativo alarmista em relação ao real status quo do problema; tabaco e álcool, substâncias de uso historicamente lícito e as mais consumidas em todo mundo são também as que trazem maiores e mais graves consequências para a saúde pública mundial (...) A prevenção voltada para o uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas pode ser definida como um processo de planejamento, implantação e implementação de múltiplas estratégias de redução dos fatores de vulnerabilidade e risco específicos, e fortalecimento dos fatores de proteção. Implica necessariamente a inserção comunitária das práticas propostas, com a colaboração de todos os segmentos sociais disponíveis, buscando atuar, dentro de suas competências, para facilitar processos que levem à redução da iniciação no consumo, do aumento deste em frequência e intensidade, e das consequências do uso em padrões de maior acometimento global. Para tanto, a lógica da Redução de Danos deve ser considerada como estratégia ao planejamento de propostas e ações preventivas" (BRASIL, Ministério da Saúde, 2004, p. 26 e 27). Também a este respeito valem as considerações de Claude Olivenstein (1990) sobre a prevenção entendida como um conjunto de ações no tripé droga, indivíduo e sociedade.

Agentes Comunitários de Saúde) ou na execução da metodologia de Redução de Danos adotada de forma zelosa e ética em (não todos) os CAPS AD (especialmente quando em Visitas Domiciliares ou Apoio Matricial em Saúde Mental); ainda, as ações dos Consultórios na Rua, Unidades de Acolhimento Transitória, Centros de Convivência e programas pontuais, inclusive em alguns equipamentos e dispositivos não governamentais.

No entanto, é importante destacar que, se há êxito em parte destas ações de Redução de Danos e na transposição conceitual dessas etapas da referida tríade prevenção-tratamento-reinserção nestes equipamentos instituídos para “tratamento”, tal mérito há de ser atribuído mais pelo empenho e resistência das equipes multiprofissionais em questão, mais pelos arranjos e tramas micropolíticas possíveis, do que pela forma como se dá a execução das políticas governamentais.

A constatação aqui resgatada à luz dos ideais da Reforma Psiquiátrica Italiana que baliza o movimento brasileiro (ao menos em inspiração) é: só pode haver tratamento ou cuidado em liberdade quando o que chamamos de “reinserção social”, reabilitação psicossocial ou prevenção (ou mesmo a educação para autonomia em relação ao uso de drogas) se faz articulado em ações intersetoriais. Há comensalismo nessas ações. Porém, ressalta-se, a recíproca não se aplica: nem todas as ações de prevenção ou reinserção social precisam culminar em, demandar ou partir de ações de tratamento.

É caso de se pensar um equipamento específico para ser catalisador das ações de reinserção social para sujeitos com sofrimentos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas? Esta é, de certa forma, a questão norteadora da interface que esta tese faz com a formulação de políticas públicas. Ou, reformulando-a em termos mais gerais, qual é o tipo de clínica que se espera para estas ações? Uma clínica individual, sobre o sujeito e suas peculiaridades genéticas, familiares, sociais, ou uma clínica da cultura, que se preste também a uma clínica da composição e esfarelamento de territórios e fluxos?

1.2.2 O CAPS AD Como *Puxadinho* de Políticas Públicas que não Puderam (ou não Ousaram) Conceber a Atenção ao Usuário de Álcool e Outras Drogas sob a Perspectiva Crítica à Guerra às Drogas:

Se o tratamento, dentro desta perspectiva conceitual e ética da Reforma Psiquiátrica, implica intervenções no território, por quais razões parte considerável dos CAPS AD no Brasil tem executado o tal tripé prevenção-tratamento-reinserção de forma retalhada e foca seus esforços em apenas uma ou duas destas etapas?

Para amadurecer esta questão vale resgatar parte importante da série de conquistas obtidas a partir da promulgação da lei nº 10.216/2001, chamada Lei da Reforma Psiquiátrica, com destaque para os seguintes pontos:

a) o estabelecimento de critérios (e limites) para internações: voluntárias, involuntárias ou compulsórias;

b) a instituição do paradigma de abordagem intersetorial ou transdisciplinar sobre o entendimento da alteridade e sobre as modalidades de tratamento que buscam deslocar a hegemonia do saber médico sobre as demais categorias profissionais;

c) a descentralização do tratamento antes priorizado em leitos de grandes hospitais ou hospícios: é o paradigma do cuidado em liberdade e em rede que vem em ressonância com a gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde e, atualmente, com a idealização das Redes de Atenção Psicossocial.

Para tal formulação ser possível, foi estratégico o investimento e a efetivação dos CAPS como um equipamento ou dispositivo especializado (ou secundário⁴⁵) responsável pela articulação das ações de cuidado englobando a demanda por tratamento e a demanda por reinserção social em um determinado território, razões pelas quais o repúdio ao financiamento de outros modelos pelo Sistema Único de Saúde, como as Comunidades Terapêuticas (muitas voltadas para a disputa dos "mercados de bem de salvação", sem condições técnicas e éticas mínimas e com diversas violações de direitos humanos que começam desde o momento em que se tranca um cadeado atrás de quem procura ajuda) merece ser enfático.

⁴⁵ Defendo que, mesmo sendo "porta-aberta", o CAPS ainda é um dispositivo secundário – e precisa sê-lo, porque o lugar da atenção à saúde mental há de ser a atenção primária estruturada com equipes mínimas de saúde mental e apoio matricial, quando se trata de casos estabilizados – incluindo casos de uso abusivo de álcool e outras drogas.

Contudo, na medida em que os CAPS são implantados no Brasil sem uma discussão ampla e sem acoplamentos e estruturas de retaguarda suficientes para torná-los tão bons a ponto de colocar o sujeito para fora (reinserção social ou reabilitação psicossocial) quanto foram bons para os colocar para dentro (estratégias de acolhimento e vínculo), e na medida em que este debate foi focado apenas na reforma do equipamento hospitalar sob a égide da clínica psicossocial e não na crítica enfática aos dispositivos de saber-poder da psiquiatria – cerne da radicalização da Reforma Psiquiátrica, a assim chamada *antipsiquiatria* – muito de sua potência se tornou difusa ou se perdeu. Refiro-me ao que culmina naquilo que, jocosamente, aparece no discurso de usuários e profissionais com os termos “capspícios”, “caps-ilhas”, “encapsulamentos” que reproduzem a lógica manicomial, ainda que de outro território físico e supostamente aberto.

Esta discussão ganha outro corpo quando se problematiza a criação dos CAPS AD (para transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas) somente no início dos anos 2000, ou seja, uma década e meia após a instalação dos primeiros CAPS no Brasil. Os CAPS AD nascem, portanto, com um atraso histórico de equipamentos pensados para esta clientela e com a atribuição de dar conta não só dessa demanda reprimida, mas, também, de lidar com o aumento da referida demanda em progressões geométricas que, por razões extrínsecas às tecnologias de tratamento, tornam-se ainda mais vertiginosas: refiro-me às consequências da Política de Guerra às Drogas, do trabalho no mercado informal destas substâncias, da contrafissura e dos demais arranjos biopolíticos que compõem o dispositivo-droga (Lancetti, 2015).

Tal *setting* que atravessa a formulação dos CAPS AD instiga (ao menos) quatro questões:

- I. Seriam os CAPS – criados a partir da demanda de tratamentos extra-hospitalares para casos de psicoses (como a esquizofrenia) e neuroses (como as depressões) – o dispositivo de cuidado em liberdade mais indicado para prestar cuidados aos usuários com transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas?
- II. Seria a transição do modelo dos CAPS II para CAPS AD (e seu posterior remendo em CAPS AD III) uma resposta relativamente apressada na implantação e execução de políticas públicas para esta

clientela, parte por conta do próprio atraso histórico dos movimentos atrelados à Reforma Psiquiátrica no Brasil em se posicionarem de forma crítica à demanda social de uso abusivo de álcool e outras drogas e, especialmente, quanto ao proibicionismo e à Política da Guerra às Drogas⁴⁶?

III. Quais e quantos outros dispositivos complementares da Rede de Atenção Psicossocial (como as Unidades de Acolhimento Transitório, previstas em lei mas executadas de forma incipiente na grande parte dos municípios) seriam necessários para remendar as lacunas existentes entre os CAPS e seus territórios e com potência para frear os retrocessos da Reforma Psiquiátrica (com a busca por soluções simplistas dos internamentos higienistas em Comunidades Terapêuticas – o calcanhar de Aquiles da Luta Antimanicomial)?

IV. O que o modelo dos CAPSi ou CAPS AD produz enquanto potência e ressonância nos adolescentes com demanda por tratamento por conta do uso abusivo de álcool e outras drogas, especialmente quando esta demanda não é formulada pelos próprios

⁴⁶ Há ressalvas quanto ao fato de que, na gênese da própria Reforma Psiquiátrica, especialmente na forma como a intersetorialidade e o olhar para a diferença podem conjugar ações com as estratégias de minimização das Doenças Sexualmente Transmissíveis, as ações de redução de danos em cidades como Santos-SP foram simultaneamente implementadas às estratégias de desinstitucionalização. Ali, os mesmos idealizadores do fechamento da Casa de Saúde Anchieta, dos Núcleos de Atenção Psicossocial e das estratégias de acesso ao transporte público gratuito por parte de usuários em tratamento, como garantia também de incrementos na reinserção social destes sujeitos – e consequente intervenção urbana – lidaram com a então progressista distribuição de seringas para usuários de drogas injetáveis na zona portuária, e, sobretudo, tiveram que lidar com a avalanche de reações conservadoras, inclusive as do Ministério Público que, à época, acusou Dartiu Xavier da Silveira e Fábio Mesquita de fazerem apologia às drogas. Há ressalvas também quanto ao próprio contexto sociocultural do debate sobre alternativas ao proibicionismo mundo afora que, nos anos 1980 e 1990, era ainda circunscrito a alguns países. No Brasil, por diversas razões, esse debate encontrou terreno ainda mais árido. Fato é que a crítica à Política da Guerra às Drogas pouco avançou na agenda da Reforma Psiquiátrica, e, se avançou, foi de forma tardia. Tal “espírito do tempo” ou contexto sócio-histórico descrito aponta para uma aridez na fomentação desse debate, como visto. Da mesma forma, pondera-se que a militância sobre a inclusão da alteridade com motes como o de “por uma sociedade sem manicômios”, entre outros, também foi feito em um contexto de muita aridez. Tivesse a Reforma Psiquiátrica proposto a radicalidade deste debate que se faz intrínseco à questão dos tratamentos e suas redes de cuidado, mas, também, que se faz relacionado à violência do Estado e à perpetuação de estratégias higienistas e gentrificações em nome do proibicionismo das drogas, o próprio contexto da implantação dos CAPS AD poderia ter sido outro: poderíamos ter tido metodologias refinadas de Redução de Danos acoplando tecnologias e equipamentos parelhos aos CAPS AD desde a sua formulação (e não corrigidos somente com a implantação da RAPS), tais como: as Unidades de Acolhimento Transitória, agentes redutores de danos, estratégias de prevenção focadas na educação para autonomia em relação às drogas e, quem sabe, até mesmo poderia ter experienciado inovações tidas como radicais enquanto paradigmas de cuidado, como as salas de uso controlado ou uso assistido.

adolescentes e, muitas vezes, é imposta por outros paradigmas que não o do cuidado e da proteção integral destes sujeitos de direito?

V. Como, de fato, guiar-se pela estratégias de manejo que trazem consigo a ética do cuidado da Redução de Danos ou mesmo à famigerada Reforma Psiquiátrica (e suas com-fusões no Brasil com aparatos de partidos políticos e seus quadros partidários) sem ser crítico a Guerra às Drogas?

1.2.3 Reforma Psiquiátrica e(é) Reinserção Social: do Pleonasma à Instauração de Territórios-Outros.

A cidade é o lugar da reabilitação
(BASAGLIA, 1982, p. 401).

Diante do fato de a Reforma Psiquiátrica brasileira se filiar mais à escola italiana de Franco Basaglia do que às vertentes francesas, inglesas ou norte-americana, o paradigma do cuidado em território contempla (ou deveria contemplar) de forma incisiva o que se entende atualmente como reinserção social.

Afinal, se o foco da saúde coletiva é intervir no espaço urbano e intervir na própria produção de subjetividades para que as alteridades possam ser reconhecidas como condição intrínseca à civilização, presume-se que “reinserção social” é um sinônimo de (ou até mesmo um pleonasma para) tratamento. Tal postulado justifica a pertinência da provocação: mais do que devolver o sujeito asilado à sociedade, trata-se de mudar a sociedade para favorecer o acolhimento das diferenças e permitir a instauração de territórios-outros: refiro-me aqui à dimensão sociocultural da Reforma Psiquiátrica que, conforme dito por Paulo Amarante, é uma das quatro dimensões indissociáveis deste processo (somam-se as dimensões teórico-conceitual, técnico-assistencial e jurídico-político) (Amarante e Torre, 2010).

Franco Rotelli (2001), em “Desinstitucionalização”, corrobora o destaque da territorialidade feito pela Reforma Psiquiátrica Italiana quando, 15 anos após a implantação de serviços substitutivos em Trieste, analisa alguns êxitos e críticas direcionadas ao movimento:

O problema se tornará não a cura, mas a emancipação; não se trata da reparação, mas de reprodução social das pessoas; outros diriam, o processo de singularização e ressingularização. Se a loucura é

frequentemente a forma mais caricatural de nosso ser replicante, essa caricatura é a caricatura de uma repetição; outras vezes, término da repetição, total exaustão de qualquer possibilidade de repetição. Em todo caso, é necessário imaginar que a única coisa sensata, possível, é a desinstitucionalização daquela cena, a invenção de um outro modo e a criação de oportunidades e de probabilidades para o paciente” (ROTELLI, 2001, p. 91-92).

No entanto, pelo destaque privilegiado do tópico da reinserção social como etapa posterior ao tratamento na Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas e em demais portarias, e pela forma como sua execução tem se dado nos equipamentos de saúde pública, pode-se inferir que, paradoxalmente, o paradigma do cuidado com privação de liberdade (ou com um certo tempo de exílio para tratamento) parece implícito. Como se o sujeito precisasse ser ‘internado’ primeiro, para depois ter a ‘reinserção social’. Pode-se mensurar isto, inclusive, pela presença de termos atrelados à ideia da reinserção social que sugerem devolver o sujeito aos seus territórios, como se ele fosse alguma vez descolado destes: recuperação, recomeço, redenção, etc.

Aqui o ponto nodal da hipótese deste capítulo-casca desvela-se: o modelo dos CAPS AD (tais quais se encontram implantados enquanto mero puxadinho, sem um debate contundente sobre o proibicionismo e com um olhar muitas vezes moral-higienista em relação aos diversos acoplamentos com diversas drogas) teria o alcance e a potência necessários para cuidar das estratégias de tratamento e também articular as estratégias destinadas à reinserção social?

Visto a questão por este prisma, parece delegada ao CAPS AD um tipo de demanda deveras austera: cuidar de uma clínica que é a do sujeito, e ao mesmo tempo propor ações em uma clínica que é a do território em um tempo que o projeto político-ideológico em torno do cuidado às pessoas com sofrimentos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas está atravessado pela política das Guerra às (pessoas pobres que usam ou vendem) drogas. Projeto, inclusive, cada vez mais estratégico no xadrez das *políticas de subjetivação*.

Com esse tipo de encomenda, a tarefa de um CAPS AD parece fadada ao fracasso — que aliás é uma palavra querida pelos discursos que pensam a clínica da abstinência como derivação da ética do sucesso do indivíduo neoliberal.

1.2.4 Do Dispositivo-Droga ao Dispositivo-Reinserção Social: Outras Considerações e Tramas Biopolíticas do Proibicionismo

Resgato, por prudência e por insistência, a definição sucinta do termo dispositivo oferecida por Agamben (2005), quando em palestra realizada no Brasil, e que merece ser discutida aqui enquanto lastro e complemento às proposições apresentadas inicialmente por Foucault:

- a) um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico, não linguístico, no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc.; o dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos;
- b) o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder;
- c) é algo de geral (uma rede) porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aqui que uma certa sociedade permite distinguir entre um enunciado científico de um enunciado não científico. (AGAMBEN, 2005, p. 3).

Neste mesmo texto, Agamben (2005) dilata a noção de dispositivo, valendo-se também de seus usos antes de ter sido apropriado enquanto um conceito por Foucault. Tais usos apareciam no sentido jurídico (a parte da sentença ou da lei que decide e dispõe), um sentido tecnológico (dispositivos de uma máquina ou, por extensão, um mecanismo) e um sentido militar. O filósofo italiano ressalta que o mérito do conceito em Foucault é articular estes sentidos para, então, “referir à disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnico e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e obter um efeito” (Agamben, 2005, p.10).

Agamben também marca que a noção histórica do termo é associada à função da *oikonomia* que desempenhou papel importante na teologia cristã, associada “ao governo salvífico do mundo e da história dos homens”, onde cita que a tradução deste termo grego nos escritos dos padres latinos era *dispositio*.

O termo latino *dispositio*, do qual deriva nosso termo “dispositivo”, vem, portanto, para assumir em si toda a complexa semântica da *oikonomia* teológica. Os “dispositivos” dos quais fala Foucault estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de algum modo reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou a essência e o modo em que ele administra e governa o mundo das criaturas (AGAMBEN, 2005, p. 11).

Apesar desta ressalva, Agamben (2005) nos lembra que nem todo dispositivo precisa estar atrelado, necessariamente, aos evidentes mecanismos de poder (prisões, escolas, confissões, manicômios, panópticos, entre outros equipamentos das sociedades disciplinares estudados e mencionados por Foucault⁴⁷) para se caracterizarem enquanto tal. Há em uma das citações a este respeito menções que deixam evidente o quanto o conceito de droga pode vir a ser acoplado e entendido, portanto, enquanto um dispositivo, conforme elaboramos em outra camada-casca desta introdução. Cito:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder é em sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a linguagem mesma, que talvez é o mais antigo dos dispositivos em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiram – teve a inconsciência de deixar-se capturar (AGAMBEN, 2005, p. 13).

⁴⁷ Foucault (2010), como evidenciado pelos autores, buscava desmontar os arranjos que instauravam verdades, saberes e legitimavam poderes em diferentes esferas. Daí a concepção do dispositivo enquanto a tentativa de reconhecer esses “padrões”. Em um dos seus cursos, publicado no livro *Em Defesa da Sociedade* (2010), há uma descrição minuciosa do que se buscava, em fato, dissecar. Deixo o texto, alargando o debate sobre o dispositivo que atravessa diferentes momentos dessa tese-pão: “Precauções de método; esta primeiro: não se trata de analisar as formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro, no que podem ser seus mecanismos gerais ou seus efeitos de conjunto. Trata-se de apreender, ao contrário, o poder em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capital; ou seja, tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, sobretudo no ponto em que esse poder, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam, se prolonga, em consequência, mais além dessas regras, investe-se em instituições, consolida-se nas técnicas e fornece instrumentos de intervenção materiais, eventualmente até violentos. (...) Segunda instrução: tratava-se de não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão, de não procurar considerá-lo do lado de dentro, de não formular a questão (que acho labiríntica e sem saída) que consiste em dizer: quem tem o poder afinal? O que tem na cabeça e o que procura aquele que tem o poder? Mas sim de estudar o poder, ao contrário, do lado em que sua intenção — se intenção houver — está inteiramente concentrada no interior de práticas reais e efetivas; (...) Terceira precaução de método: não tomar o poder como fenômeno de dominação maciço e homogêneo — dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras —; ter bem em mente que o poder, exceto ao considerá-lo de muito alto e de muito longe, não é algo que se partilhe entre aqueles que o têm e que o detêm exclusivamente, e aqueles que não o têm e que são submetidos a ele. O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia (...) Quarta consequência no plano das preocupações de método: (...) o importante é que não se deve fazer uma espécie de dedução do poder que partiria do centro e que tentaria ver até onde ele se prolonga por baixo; é preciso fazer uma análise ascendente do poder, ou seja, partir dos mecanismos infinitesimais, os quais tem sua própria história, seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática, e depois ver como esses mecanismo de poder, que têm pois, sua solidez e, de certo modo, sua tecnologia própria, foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, inflectidos, transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global” (FOUCAULT, 2010, p. 24 a 27)

Definimos como pertinente esmiuçar a ideia de dispositivo aqui na parte introdutória deste trabalho, pois será sob este solo conceitual que nossa hipótese de pesquisa será alicerçada: se antropólogos como Eduardo Viana Vargas (2006) e Paulo Artur Malvasi (2012), entre outros tantos autores, têm trabalhado o entendimento do tráfico de drogas em tempos do proibicionismo e a própria ideia das drogas no Brasil enquanto um dispositivo, em que medida poderíamos cartografar as linhas da etapa da reinserção social na Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas (e demais políticas públicas relacionadas) também enquanto um dispositivo?

Sobre o aspecto da droga enquanto dispositivo, vale ainda recorrer ao próprio Vargas antes de dilatar mais um pouco o conceito foucaultiano e transpô-lo para nossa tese:

Cabe notar que o processo de criminalização das drogas é contemporâneo, e o outro braço da pinça, do inédito e impressionante desenvolvimento da indústria farmacêutica, responsável pela introdução, sem precedentes em termos históricos, de uma plethora de novas drogas. Por conta disso, e seguindo uma sugestão de Néstor Perlongher (1987, p.3) considero que tais relações configuram um dispositivo das drogas num sentido próximo ao que Michel Foucault (1976) estabeleceu para o dispositivo da sexualidade. Como este, aquele envolve, simultaneamente, repressão e incitação; como este, aquele também se define tanto ou mais por suas capacidades produtivas (ou seja, por aquilo que permitem, viabilizam, multiplicam, fomentam, liberam) do que por suas habilidades repressivas (ou seja, por aquilo que constroem, interditam, bloqueiam ou excluem); mas, diferentemente deste, aquele se especifica ao se constituir em torno ou a partir das próprias coisas ou, mas precisamente, de uma variedade de substâncias mobilizadas como mediadoras incontornáveis de muitas práticas contemporâneas. A mobilização contemporânea de uma gama impressionante de substâncias tornada necessárias para garantir nossas condições atuais de existência evidencia este último ponto. Portanto, o dispositivo das drogas não se resume a mecanismos de coação (por menos trivial que isso seja e por mais que uma leitura rasa de Foucault o possa sugerir), mas diz respeito diretamente a agenciamentos específicos de potencialização (ou empowering, como se diz na América) de nossas capacidades de ação e de resistência: é em boa parte por conta da criação de inúmeras drogas que, por exemplo, somos hoje capazes de fazer coisas antes inimagináveis, como prolongar os limiares da vida, mas é também justamente pela potência (ou eficácia) das drogas que corremos riscos antes praticamente inconcebíveis. A questão é que tal potencialização não aponta sempre para as mesmas direções (VARGAS, 2006, p. 610-611).

Se as disputas semânticas por signos, termos e palavras compõem o estudo de um dispositivo, as transformações do significado da palavra “droga” e de seus demais termos semânticos derivados desta – tais como *Redução de Danos*, *Comunidades Terapêuticas*, *viciado*, *nóia*, *dependente químico* e, sobretudo, *reinserção social* – fornecem pistas importantes para entender os múltiplos discursos

e interesses hegemônicos que atravessam o dispositivo-droga e a construção do problema da droga como caso de polícia e saúde pública:

A palavra "droga" provavelmente deriva do termo holandês *droog*, que significava produtos secos e servia para designar, dos séculos XVI ao XVIII, um conjunto de substâncias naturais usadas, sobretudo, na alimentação e na medicina. Mas o termo também foi usado na tinturaria ou como substância que poderia ser consumida como mero prazer. Tal noção continua presente no Dicionário da Língua Portuguesa Recopilada, de Antonio Moraes Silva, de 1813, que define droga como "todo o gênero de especiaria aromática; tintas, óleos, raízes oficiais de tinturaria, e botica. Mercadorias ligeiras de lã ou seda" (CARNEIRO, 2005, p. 11).

A maneira com a qual Henrique Carneiro (2017), uma das pioneiras vozes do antiproibicionismo no Brasil, tem se dedicado ao tema e seus desdobramentos em sua relevante obra sobre alimentos, afrodisíacos e substâncias alteradoras de consciência desde o mercantilismo nos dá subsídio para pensarmos que é o arranjo biopolítico das sociedades de controle nesses *tempos cabulosos* que envolvem a autorização ou a proibição de determinadas substâncias alteradoras de consciência, não para proteção dos sujeitos, mas para a manutenção de diagramas de poder em nome da proteção dos sujeitos – o biopoder nas sociedades de controle opera mais sobre um "deixar viver" do que o "fazer morrer" nas sociedades de soberania (Foucault, 2006).

Desta forma, tem-se "naturalizado" que os bebedores vorazes de cerveja podem onerar os cofres públicos com tratamentos decorrentes de acidentes de trânsito ou cirrose, mas suas alterações de consciência e modificações corporais pouco ou nada fazem para abalar as estruturas do sistema dominante, do *status quo* ou "*establishment*"; que a Ritalina gera produtividade em tempos de falência da instituição disciplinar escola; que as *cracolândias* justificam estados de exceção – não importam as vidas que emagrecem, elas são descartáveis, servem ao Estado pelos novos contornos de margem e vulnerabilidade social que traçam; servem para contrafissuras, redensões, projetos sociais, *cristolândias* ou equivalentes apoiarem seus discursos de salvação; servem enquanto arguição em campanhas eleitorais; servem aos projetos de especulação imobiliária; servem de simulacro da barbárie e da lepra.

Tais processos permitem arranjo de utopias (Carneiro, 2002): desde a utopia do controle pelo Estado ou modo de produção capitalista de corpos e mentes com a privação de determinadas substâncias alteradoras de consciência e a

regulamentação de outras (vetor biopolítico de sujeição), em que o soma de Admirável Mundo Novo (Huxley, 2007) é exemplo clássico, até a utopia da emancipação de corpos e mentes pela revolução psicodélica, atrelada às "*body modifications*" ou às próteses-ciborgues (vetor biopolítico de resistência ou insurreição), em que obras de T. Leary (1999) sobre o poder revolucionário do LSD e T. McKenna (2001), com a ingestão de psilocibina e ayahuasca, são exemplos literalmente consagrados.

Por fim, ainda no que diz respeito às disputas semânticas, a genealogia ou cartografia do dispositivo-droga tem na disputa de sentido sobre a categorização do nóia, do dependente químico ou viciado um dos seus pontos estratégicos:

Assim como na droga, o conceito de vício deve ser investigado tanto na sua constituição histórica. De um conceito moral abstrato, oposto à virtude, para uma noção de comportamento excessivo, especialmente de natureza sexual, recentemente adquiriu sentido de um paradigma de abuso de drogas. A noção de um hábito ou de um costume, assim como os termos técnicos de adicção ou dependência, usados para designar quadros de comportamentos considerados compulsivos ou obsessivos, abrange, contudo, esferas muito ampliadas da atividade humana. O sexo, o jogo, o trabalho, a comida, o esporte são todos comportamentos que podem revestir-se das características atribuídas ao vício" (CARNEIRO, 2005, p. 19).⁴⁸

Para Malvasi (2012), o dispositivo das drogas se justifica na medida em que: a) trata-se de uma economia política que, mais que coibir, classifica e difunde; b) trata-se de um conjunto heterogêneo que estabelece relações entre discursos, instituições, leis, linguagens, sujeitos e práticas; e c) trata-se também de um conjunto multilinear que segue direções diferentes e forma processos em desequilíbrio. Por isso, tal dispositivo também engendra discursos e legitima tanto outros regimes de verdade, criando e cunhando termos, saberes e "especialistas" sobre o assunto.

Adotar a hipótese de que a "questão das drogas" compõe um *dispositivo das drogas* implica considerarmos que a política de coibição se constitui em um poder de classificar, antes de ser um poder meramente repressivo; sugere-se que tal poder se espalha de maneira móvel e capilar, qualificando o legal e o ilegal, o saudável e o maléfico; indica uma rede de inteligibilidade para elementos disparatados e heterogêneos de acontecimentos, fluxos e interações. O dispositivo, portanto, não é um objeto, mas antes um conjunto heterogêneo que estabelece as relações entre discursos, instituições, leis, linguagens, sujeitos. O dispositivo é um conjunto multilinear que segue

⁴⁸ Vale também aqui a alusão à etimologia da adicção, emprestada da tradução da palavra inglesa addiction, por sua vez derivada do latim addictio que designava, na Roma Antiga, sujeitos livres que se tornavam escravos por não darem conta de pagar suas dívidas (CARNEIRO, 2002).

direções diferentes, formando processos sempre em desequilíbrio. Seguindo esta hipótese, as drogas, ao serem colocadas em um discurso, são submetidas a um mecanismo crescente de estímulo, a um processo de difusão de usos e tráficos diversificados; o *"dispositivo das drogas"* constitui-se em uma economia política das drogas – uma teia de advertências, recomendações, explicações sobre as substâncias, comportamentos e perfis humanos. Neste sentido, o dispositivo das drogas produz o próprio fortalecimento da *"droga como"* como modelo classificatório da vida social (MALVASI, 2012, p. 17. Com nossos grifos).

Mas decorre daí uma questão importante: se Malvasi defende de forma sintética e apropriada a noção do dispositivo das drogas enquanto uma economia política que conjuga sobre si a tal teia de advertências, recomendações e explicações sobre as substâncias, não seria a ideia de “dispositivo da reinserção social” um mero desdobramento do dispositivo das drogas? E, se assim fosse, qual sua pertinência de um estudo específico, ainda que sob a luz da metodologia da cartografia e suas ressonâncias com a (auto)etnografia ou os diários de bordo?

Para este estudo e esta hipótese aqui apresentada trata-se de encarar o dispositivo “reinserção social” enquanto um desdobramento das questões que forjam a produção do problema da droga como caso de polícia e saúde pública, especialmente no que diz respeito aos seus usos pela(s) adolescência(s). Mas há algo além disto neste conceito que nos instiga: é a própria trama de ocupação do espaço urbano que daí se articula.

Esta trama discursiva implica o próprio projeto de cidades e de convivência comum (ou em espaços públicos) que é alcançado com o dispositivo da droga, e não se resume a mero desdobramento deste. Dito de outra forma, trata-se de pensar como legitimamos a ocupação de determinados espaços públicos com arranjos que conjugam os discursos em torno da droga.

Os exemplos são diversos: se em determinados momentos da cultura e da confecção da trama urbana permite-se instaurar estados de exceção como os que justificam as caçadas nas periferias dos grandes centros em nome de reduzir a oferta de drogas, por outro lado temos, no campo das drogas lícitas, alterações urbanas da ordem de zonas autônomas temporárias que podem ser instauradas por usuários – sejam aqueles que ocupam uma praça para consumo de *cannabis*, sejam os que re-desenham os espaços abertos sitiados para consumo de tabaco, seja o próprio movimento sazonal das chamadas “baladas” nas noites de fins de semana, seja na instauração e manutenção das chamadas *cracolândias* em muitas capitais, tendo como São Paulo o caso mais emblemático.

Tanto em um como em outro exemplo, a cidade se enruga, deforma-se, justifica seus apodrecimentos ou disfarça o que há de atrofia no projeto de ocupação de espaços públicos em nome da droga. A droga deixa de ser uma causa e passa a ser o sintoma de algo que não pulsa mais nos territórios – ou que pulsa de forma alheia aos projetos avassaladores do capitalismo mundial integrado.

A operação de “reinserção social” sobre este prisma deixa de ser um mero desdobramento da questão das drogas, porque ela pode, literalmente, dobrar a cidade em zonas confinadas ou apropriadas para um ou outro uso, assim como pode, literalmente, também dobrar o sujeito para se retificar e ocupar espaços específicos da cidade que outrora lhe eram segregados. Ou, ainda, a cidade pode legitimar “a cura” ou a “recuperação” do sujeito na medida em que, no seu atual estágio, ele se sente mais “digno” de voltar a frequentar este ou aquele espaço. Não bastasse isso, em nossa hipótese aqui retomada, a disputa pela reinserção social pode servir para segregar sujeitos (especialmente adolescentes) em determinados territórios, mantendo assim certa ordem urbana, mesma função dos bairros-dormitório neste esquadrinhamento.

Assim, tomando estes argumentos que introduzem a pertinência de investigar as origens semânticas ou a conjugação de estratégias biopolíticas e regimes semióticos envolvidos no dispositivo das drogas, podemos partir para as inflexões sobre o signo “reinserção social” também enquanto um dispositivo.

Pista para esta proposição está nas possíveis genealogias da ideia de reinserção social, especialmente no que diz respeito às suas aplicações com adolescentes com histórico (estigma) de uso abusivo de álcool e outras drogas

desde o antigo Código de Menores, de 1927: a reinserção social como dispositivo deriva dos ideais de reformatório dos sujeitos⁴⁹.

A concepção da reinserção social a partir da sua execução fragmentada ou segregada em parte considerável dos serviços de proteção assistencial de média e alta complexidade e de atenção psicossocial de adolescentes é, também, herdeira do binarismo que a Guerra às Drogas fomenta: quando não é caso de polícia, é caso de saúde pública. Tal argumento, que aos ouvidos do senso comum pode até soar progressista (uma vez que se tem ofertado cuidados aos usuários de álcool e outras drogas e não só cadeia, asilo e punição) precisa ser desmontado de forma crítica até para que se torne possível emergir a parcela de punição e estigmatização moral que reside nos ideais de cuidado e em suas terapêuticas desde o Código de Menores.

Afinal, retomando o estudo do conceito de dispositivo em Agamben (2005), podemos seguir a sua pista de que a ilimitada proliferação dos dispositivos confronta uma igualmente ilimitada proliferação de processos de subjetivação.

⁴⁹ Opto por decalcar aqui, como lastro para análise das possíveis derivações semânticas e genealógicas de tal dispositivo, alguns dos artigos em português de época que considero emblemáticos do Capítulo IV do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, o famigerado Código de Menores, quando versa sobre os reformatórios. Além de servir como referência direta à caracterização das sociedades disciplinares, tais trechos lançam questões sobre quais destes formatos ecoam na ideia atual de reinserção social enquanto indicador de sucesso das medidas socioeducativas, ainda que sob o engodo de serem estratégias terapêuticas:

DOS INSTITUTOS DISCIPLINARES

Art. 209. As escolas de qualquer dos sexos, em todas as secções, observarão no seu funcionamento as regras estipuladas nos artigos seguintes. Art. 210. Cada turma ficará sob a regencia de um professor, que tratará paternalmente os menores, morando com estes, partilhando de seus trabalhos e divertimentos, occupando-se de sua educação individual, inculcando-lhes os principios e sentimentos de moral necessarios á sua regeneração, observando cuidadosamente em cada um seus vicios, tendencias. affeições, virtudes, os effeitos da educação que recebem, e o mais que seja digno de attenção, annotando suas observações em livro especial. Art. 211. Aos menores será ministrada educação physica, moral, profissional e litteraria. § 1º A educação physica comprehenderá a hygiene, a gymnastica, os exercicios militares (para masculino), os jogos desportivos, e todos os exercicios proprios para o desenvolvimento e robustecimento do organismo. Art. 213. No regulamento das escolas se estabelecerá o regimen de prêmios e punições applicaveis aos educandos. Paragrapho único. São expressamente prohibidos os castigos corporaes, qualquer que seja a fórma que revistam. Art. 214. O juiz, ao mandar internar o menor, enviará uma noticia sobre a natureza do crime ou contravenção e suas circumstancias; comportamento, hábitos e antecedentes do menor; o character, a moralidade, a situação e os meios de vida do pae, mãe, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; e todas as demais informações úteis ao conhecimento das condições physicas, intellectuaes e Moraes do internado e sua familia. Art. 217. Os menores não trabalharão mais de seis horas por dia, e haverá um ou mais intervallos de descanso, não inferior a uma hora (BRASIL, 1927).

Reconhecer a reinserção social enquanto um dispositivo que, desta forma, engendra discursos e saberes (e medidas socioeducativas), é reconhecer sua potência para, igualmente, engendrar processos de subjetivação que são críticos à ordem vigente e, quando assim, trazem consigo o germe de embrionar novos sentidos ou campos semânticos, linhas de fuga, de rupturas, ou de instauração de acontecimentos. Cito-o novamente:

Não seria provavelmente errado definir a fase extrema da consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos. Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. De que modo, então, podemos fazer frente a esta situação, qual estratégia que podemos seguir no nosso corpo-a-corpo cotidiano com os dispositivos? Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo justo (...) Na raiz de cada dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constitui a potência específica do dispositivo. (AGAMBEN, 2005, p. 13 e 14)

Ou seja, para Agamben, os dispositivos não são um mero acidente, eles se confundem com a própria hominização. Ao sugerir o corpo a corpo com os dispositivos, Agamben faz alusão ao desenvolvimento de estratégias de manejo que visam, em última análise, a “liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum” (Agamben, 2005, p. 12), em uma alusão à metáfora do que é profano – daquilo de sagrado ou religioso que é restituído ao uso e à propriedade dos homens. Tomo a profanação como um “contradispositivo” à luz desta leitura.

Malvasi (2012) traz uma discussão e crítica sobre isto que parecem ir em uma direção análoga quando, em sua tese de doutorado, parte da definição das medidas socioeducativas e quando sinaliza a quantidade de casos de adolescentes enquadrados como dependentes químicos que chegam aos equipamentos de saúde sem demanda própria para cuidados. Podemos pensar nas operações que orbitam esta complexa tarefa de “socioeducação” por parte do Estado como desdobramentos ou derivações do dispositivo-droga – e que, nesta tese, concede mais fôlego à ideia da reinserção social enquanto dispositivo.

Trata-se do exemplo de jovens que são encaminhados enquanto desdobramentos de medidas punitivas a quem é pego portando drogas, fazendo uso recreativo ou experimental das mesmas, ou ainda atuando no trabalho do mercado

informal do comércio de drogas e seus respectivos organismos paramilitares, especialmente nas periferias das grandes cidades: novamente a linha do racismo de Estado estabelece margens e fronteiras através da cruzada moral das Guerra às Drogas:

No caso do combate ao tráfico de drogas, uma estratégia preventiva é focar na adolescência. No Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, ECA - Lei 8.090/90), o ato infracional praticado por adolescentes deve receber a aplicação de medidas socioeducativas, pois os menores de dezoito anos são "penalmente inimputáveis" (ECA, artigo 104). As medidas socioeducativas são operadas por um sistema que inicia com abordagens policiais, envolve o Poder Judiciário que aplica as medidas, organizações estatais especializadas na medida de privação de liberdade e poderes públicos e instituições civis responsáveis pela execução das medidas em meio aberto. O sistema socioeducativo constitui um campo político complexo que envolve diversos atores institucionais. Interconexões entre os programas de atendimento, o Poder Judiciário, Ministério Público e conselhos de direitos e secretarias municipais e estaduais (principalmente das áreas de saúde e assistência social), parcerias entre órgãos governamentais e não governamentais; busca por "ações descentralizadas" construídas de modo "participativo", "articulação intersetorial das áreas de políticas públicas" no âmbito municipal, estaduais e federal, para garantir a "universalidade" das políticas e serviços. Uma imbricada rede de interesses, perspectivas e disputas marcam o sistema socioeducativo (MALVASI, 2012, p. 16).

Um adolescente das periferias, quando pego portando drogas para uso próprio ou trabalhando como varejista no tráfico, pode ser encaminhado para cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade e depois ser graduado à semi-liberdade; ou pode ter decretada sua medida socioeducativa em meio aberto direto, sem precisar passar pelas instituições totais, e pode ter que cumprir ações para "cuidar da sua dependência química" ou "desintoxicar-se" no CAPS do bairro. Somente após ter participado dos atendimentos previstos, com a ideia de que está "limpo" ou "curado" das drogas, é que pode ser finalmente recompensado e ser "reinserido socialmente": pode voltar a frequentar a escola pública sucateada do bairro ou pode suportar um trabalho em uma lanchonete que o explora e lhe dá uma folga por semana.

Estes são os *produtos* de reinserção social que são oferecidos para concorrer com os estímulos do tráfico de drogas enquanto forma de inserção social de um jovem nas periferias. Parece outra estratégia fadada a uma competição desleal. Dentro da formulação da ética da "*vida loka*" tal qual descrita por Malvasi (2012), além de promover ao adolescente um salário semanal que é o triplo ou quádruplo do salário mensal que ganharia em uma lanchonete ou em um programa jovem-

aprendiz, o trabalho no tráfico promove *status*, adrenalina, fetichizações, lugares sociais nas comunidades ou quebradas entre outros “ganhos secundários” que são similares, ainda que paralelos, aos concebidos pelo modo hegemônico das ideias neoliberais.

Quando (ou se) o jovem tolera essa permuta, vira um caso de sucesso nesta lógica do dispositivo “reinserção social” e, não raro, acaba na capa da revista ou relatório anual das instituições mantenedoras de projetos sociais. Tais “casos de sucesso” servem para legitimar discursos hegemônicos biopsiquiátricos, medicalizantes ou proibicionistas que dizem, diretamente ou em seu subtexto, que a “droga é a causa da exclusão social”, que “é a droga que causa violência”, que “cabeça vazia é oficina do diabo”, que “a dependência química afasta o indivíduo da vida social”, que a responsabilidade pelo sucesso ou a culpa pelo fracasso há de ser “mérito do sujeito”, entre outras pistas de análise do discurso midiático/senso comum.

Neste ponto pode-se encontrar novamente o entendimento de que a reinserção social praticada em geral pelos CAPS, especialmente com adolescentes, aparece como última etapa ou “último degrau do Olimpo” na tríade prevenção-tratamento-reinserção prevista na Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas. Tal entendimento guarda ou pode guardar engodos e estritas semelhanças com a ideia de que “a peça que estava com problemas é o indivíduo”, e não se olham as tramas macroestruturais que compõem as relações de perpetuação da pobreza, constituição urbana e habitacional, profissionalização e ingresso no mercado de trabalho, entre outras.

Esse tipo de reinserção social, que se assemelha ao ideal de reformatório, presta-se ao engodo da solução do problema da droga. Embute o conceito da desejável estabilidade, docilidade ou “calma” dos pacientes psiquiátricos dentro de um hospício – desejável, evidentemente, mais à instituição hospício e à manutenção das estruturas sociais vigentes do que à saúde e bem-estar do sujeito/paciente. Foucault (2006), em seu texto “O Poder Psiquiátrico”, já dizia isso remetendo-se a outros tempos do hospício, desde Pinel no século XIX:

“Não há por que se espantar muito”, escreve Pinel, “com a importância extrema que dou à manutenção da calma e da ordem num hospício de alienados, e às qualidades físicas e morais que essa vigilância requer, uma vez que essa é uma das bases fundamentais do tratamento da mania e que sem ela não obtemos nem observações exatas, nem uma cura permanente,

não importando quanto se insista, de respeito, com os medicamentos mais elogiados". Ou seja, como vocês estão vendo, certa ordem, certa disciplina, certa regularidade que se aplica no próprio interior dos corpos são necessárias a duas coisas. Por um lado, à própria constituição do saber médico, já que, sem essa disciplina, sem essa ordem, sem esse esquema prescritivo de regularidades não é possível ter uma observação exata (...) Em segundo lugar, essa ordem disciplinar (...) é ao mesmo tempo, condição da cura permanente; ou seja, a própria operação terapêutica, essa transformação a partir da qual alguém considerado doente deixa de ser doente, só pode ser realizada no interior dessa distribuição de poder. Logo, a condição da relação com o objeto e da objetividade do conhecimento médico, e a condição da operação terapêutica são as mesmas: a ordem disciplinar.(FOUCAULT, 2006, p. 177).

Se em épocas da sociedade disciplinar este regime de calma servia para bom funcionamento dos asilos, hospícios e escolas, nestes tempos cabulosos do já breve século XXI (com assunções de fascismos e políticas extremistas em diversas partes do mundo e pela forja de subjetividades sedentas por vingança manifestas em escritas toscas pelas redes sociais, com a defesa de agendas que ferem explicitamente os Direitos Humanos), tempo este que é o clímax das chamadas sociedades de controle tal qual descrito por Deleuze (1992) e que traz sua prótese-espelho-escuro como signo maior, reitera-se: esse tipo raso de reinserção social capturada e difundida como reformatório de sujeitos reificados e retificados é a reedição da sonhada paz nos hospícios-jardins de loucos.

Que essa linha discursiva fomenta pensamentos e enredos pelo senso comum é algo posto, de gravidade, que exige operações da ordem de uma clínica da cultura para possíveis intervenções nas contrafissuras geradas (Lancetti, 2015). Porém, tão – ou ainda mais – preocupante é cartografar essas linhas discursivas fortemente presentes em trabalhadores e estudantes que se dizem militantes da Reforma Psiquiátrica e atuam amparados por um tipo de saber que se pressupõe técnico e crítico: a estes colegas não nos parece facultado, sob a desculpa da inocência, o direito às tais negligências críticas, assim como a um motorista não é facultado o direito de não saber interpretar os sinais de trânsito.

Para operar com este diagrama (considerando as estratégias de captura do biopoder sobre o sentido, sobre a experiência da própria reinserção social, e considerando sua proximidade com os citados ideias de reformatório) há de se ter substratos e imperativos éticos para inferir ou inventar outros tipos de (re)inserção social que possam ter potência para produção múltipla e heterogênea de subjetividades, para circulações e direito à cidade, para assunção de devires, para outras apropriações do território, incluindo os territórios virtuais.

Por isso, cartografar o dispositivo das (re)inserções sociais exige, do ponto de vista ético, que se traga a própria noção de deserções à baila, no sentido dos movimentos criados ou instaurados por sujeitos para darem conta de suas respectivas travessias: direito a "andar por aí", "perde-se por aí", direito a flanagens; possibilidade de criar para si desertos reais ou simbólicos; inventar-se em territórios-outros. Os exemplos parecem ser tão infindáveis como a vida parece ser para quem ainda goza de jovialidade e porvir.

Quanto de deserção somos capazes?

2 OBJETIVOS

O objetivo geral da tese de doutorado é, a partir da hipótese delimitada de que não só as drogas como também as operações de “reinserção social” presentes nas políticas públicas como etapas complementares ao tratamento caracterizam-se enquanto dispositivos, cartografá-los – especialmente em se tratando da reinserção social para adolescentes que fazem ou fizeram uso abusivo de álcool e outras drogas.

Para isto, sem a pretensão de esgotar a empreitada, almejo traçar algumas experiências e marcas em meu corpo de um emprego em uma empresa-religião que financiou um equipamento que, aos poucos, se caracterizou como “especialista” em reinserções sociais. Tomo estas marcas como indicadores de “políticas de subjetivação” em disputa.

Também objetiva-se discutir sobre a pertinência de metodologias da Redução de Danos, da Reabilitação Psicossocial e da clínica aos sujeitos que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, da clínica da adolescência ou da demanda pela clínica da cultura face ao cenário das políticas públicas em vigência. Tal qual esboçado pelo estudo do conceito dispositivo, mais do que uma operação de decodificação das linhas de captura que há no dispositivo reinserção social, ou das suas linhas que segregam o que há de potência vital nas juventudes e em seu ímpeto de nomadismo, objetiva-se uma retomada ou reconexão destes nomadismos ou “flanagens” com a própria vida e a noção de cidade, sem que para isso seja preciso prestar tributos irresponsáveis às errâncias.

Decorrem daí algumas ramificações ou objetivos específicos:

a) considerar, dentro da própria trilha do conceito “dispositivo”, o entendimento desta etapa de acompanhamento dentro do imaginário social de “reformatório”, bem como suas possíveis aplicações na lógica de saber-poder, tal qual engendrado por Foucault (2008), Agambem (2005) e Deleuze (2006) quando trataram o referido conceito;

b) considerar, dentro da experiência profissional vivida e as narrativas dessa experiência (a saber, trabalho em um equipamento para reinserção social de adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas), quais etapas metodológicas de acompanhamento podem ter validade, ressonância, destaque e

replicabilidade dentro do cenário atual (ou mesmo futuro) dos modelos de atenção psicossocial na saúde ou mesmo na rede socioassistencial (em complemento às medidas socioeducativas previstas no ECA);

c) considerar, à luz da metodologia da cartografia e seus espelhamentos, diferenciações e ecos com a metodologia da etnografia, o que dos diários do campo ou da percepção destas experiências acarretam de transformações na sensibilidade, na percepção, nas concepções ou mesmo no corpo do pesquisador e como isso pode ser transposto ao texto enquanto “estado da arte” da própria tese.

d) considerar interlocuções com os autores elencados como basilares (ou os autores tidos como periféricos, porém com conexões significativas) para a costura e encadementos teóricos dos resultados obtidos e conceitos tratados;

e) considerar uma leitura crítica dos estágios atuais das chamadas “políticas de subjetivação” na contemporaneidade para, a partir daí, inferir sobre a potência envolvida na disputa pelos entendimentos e uso dos dispositivos de reinserção social.

3. MÉTODOS

3.1 A DEFESA DO MÉTODO CARTOGRÁFICO E SUAS POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES E DIFERENÇAS COM A METODOLOGIA DA ETNOGRAFIA

O método de investigação e produção desta tese apoiou-se na ideia da cartografia, considerando seus ecos, diferenciações e espelhamentos com a própria noção da etnografia, tão cara aos estudos antropológicos.

A metodologia da cartografia foi formulada inicialmente pelo filósofo G. Deleuze em parceria com o psicanalista F. Guattari. Em “Mil Platôs”, livro escrito por ambos e amplamente influente na concepção de políticas públicas e territorialidade no Brasil, os autores defendem um método de pesquisa que inclua as percepções do pesquisador. A cartografia é assim entendida como um mapa que é feito à medida que se caminha, diferente de meros decalques do território; ela se assemelha a uma escrita autoral do território, em que os passos e os afetos daqueles que a constroem são tão fundamentais quanto as curvas de um relevo:

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos (...) o mapa é aberto, conectável em todas suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, por ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 30).

A partir dos anos 1980, autoras como Suely Rolnik (1989) – e seu estudo sobre “Cartografias do Desejo” ou “Cartografia Sentimental” – e Virgínia Kastrup (2008) – que publicou, anos depois, o livro “Pistas para o Método Cartográfico –, deram lastro e contorno à metodologia da cartografia, tornando possível uma série de pesquisas, dissertações e teses de doutorado que seguiram este formato de pesquisa. Uma das “definições provisórias” de Suely Rolnik sobre o tema apontava que:

Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos

que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos. Sendo a tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é antes de tudo um antropófago (ROLNIK, 1989, p. 15).

Para Kastrup (2008), a cartografia visa a acompanhar sempre um processo e não representar um objeto. Trata-se sempre de investigar um processo de produção, por isso a cartografia é sempre um método *ad hoc*. Consideramos que uma pesquisa desse porte pode ser apreendida por essa metodologia, especialmente se considerarmos a proporção e o tamanho da investigação que se propõe fazer. Outrossim, a imersão nestes territórios permite olhares transversais e retilíneos (interligados, portanto) para sutilezas e nuances da implantação dos serviços em diferentes contextos:

A cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização de pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método *ad hoc* (KASTRUP, 2008, p. 32)

Neste estudo em especial, intitulado “O funcionamento da atenção integral no trabalho do cartógrafo”, Virgínia Kastrup traça considerações importantes sobre o que ela enquadra como pistas do método cartográfico. Afinal, para que a apreensão e catalogação dessas vivências possam ser mensuradas por essa metodologia, trata-se de operar com o funcionamento da atenção para além do mantra que rege as políticas cognitivistas de subjetivação no atual estágio das sociedades capitalistas e insiste na consciência, em “prestar atenção” e em termos como “foco” ou “criatividade”. Há de se convocar um outro regime, com concentração sem focalização, e Kastrup demarca algumas etapas que o compõe. São elas: rastreo, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

O rastreo se assemelha ao gesto de varredura de campo e a cartografia aqui envolve uma habilidade para lidar com metas de variação contínua. “Em realidade entra-se em campo sem conhecer o alvo a ser perseguido. Ele surgirá de modo mais ou menos imprevisível, sem que saibamos bem de onde”, diz Kastrup (2008, p. 40) antes de mencionar que rastrear é acompanhar mudanças de posição, velocidade,

aceleração, ritmo. Por isso, a atenção do cartógrafo, ainda segundo ela, é em princípio aberta e sem foco, e a concentração “se explica por uma sintonia fina com o problema”.

Trata-se de uma inversão paradigmática interessante que se acopla à própria noção de territórios fluidos que se configuram e se reconfiguram nas operações tidas como de “reinserção social” e fazem eco a uma importante colocação de Deleuze (2011) – quando considerava a chamada percepção háptica presente no deslocamento de uma ameba, cujos detalhes não trataremos aqui – e sentenciava, tal qual descrito por Kastrup, que “não é o movimento que explica a sensação, mas, ao contrário, é a elasticidade da ação que explica o movimento” (Deleuze, 1981, p. 30). Por isso, ainda segundo ela, “como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, como movimentos mais ou menos aleatórios de passe ou repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias” (Kastrup, 2008, p. 42).

Vencida ou conquistada a etapa do rastreio é que a etapa do “toque” pode ser operacionalizada. Toque aqui entendido ou “sentido como uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção”, diz Kastrup (2009, p. 42). Esta segunda parte do funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo mostra seu alinhamento com as sensações mais do que as percepções, sugere a pertinência de diferentes tipos de relevos ou rugosidades que possam ser sentidas. Kastrup se vale do trabalho de Suely Rolnik (1996, 2006) a este respeito para dizer que a subjetividade do cartógrafo, nesta etapa, é afetada pelo mundo em sua dimensão de matéria-força, e não na matéria-forma:

O toque pode levar tempo para acontecer e pode ter diferentes graus de intensidade. Sua importância no desenvolvimento de uma pesquisa de campo revela que esta possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. Através da atenção ao toque, a cartografia procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade do processos de produção de conhecimento, que constitui uma exigência positiva do processo de investigação *ad hoc* (KASTRUP, 2008, p. 43).

Dentro do seu estudo sobre as pistas para o método cartográfico, a próxima etapa ou camada catalogada por Kastrup é o gesto de pouso, indicando que “a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha em uma espécie de *zoom*” (Kastrup, 2008, p. 44). A tônica desse conceito é a dinâmica da atenção e sugere que este foco em *zoom* seja, em uma figura de

linguagem, análogo à percepção ou à disparada da atenção proporcionada pelas janelas.

Mas são, literalmente, muitas as janelas que nos cercam e que compõem esta etapa do funcionamento da atenção do cartógrafo; ainda para se valer das figuras de linguagem apresentadas por Kastrup, poderíamos ilustrar tal conceito sob a imagem de quatro janelas: a janela-joalheiro, a janela-página, a janela-sala e, por fim, a janela-paisagem.

A janela-joalheiro é a janela do micro – está na escala do ourives, mas também é trivial ao leitor minucioso ou às bordadeiras. Trata-se de uma atenção caracterizada de forma focal, com um enquadramento que inibe as bordas do campo perceptivo. Kastrup (2008) pontua ainda que um de seus traços é produzir um fenômeno tido como cegueira atencional, que consiste na eliminação absoluta do entorno ou daquilo que escapa ao foco.

A janela-página, por sua vez, permite uma flutuação de atenção maior com elementos que escapam, nesta figura de linguagem, às bordas da página (diferente, portanto, da janela micro ou janela-joalheiro). Ou seja, concentra indícios de distribuição da atenção: se, sentado no vagão do metrô, leio um livro qualquer, sou capaz de perceber “com o canto dos olhos” ou “sobre as lombadas do livro” o movimento dos demais passageiros ao meu redor. Posso escolher entre lançar meu foco neles ou permanecer concentrado na leitura.

A janela-pátio é “típica das atividades de deslocamento e orientação. Envolve a detecção e é preponderante na atividade do caçador”, segundo Kastrup (2008). É na tal figura de linguagem da janela-pátio ou o que esta representa do instante da pesquisa em que a atenção pode pousar que o cartógrafo elege (ou é afetado) por um objeto ou uma situação que atravessa sua sensibilidade e move sua pesquisa ou seus passos.

Nesta etapa do pouso da atenção há, por fim, a janela-paisagem. É panorâmica, “capaz de detectar elementos próximos e distantes e conectá-los através de movimentos rápidos”. Gosto de pensar, à luz destas figuras de linguagem, que a etapa do pouso salta de um universo micro (e o mais dimensional possível) para um universo macro (e o mais tridimensional possível) e vice-versa: “Cada janela cria um mundo e cada uma exclui momentaneamente as outras, embora outros mundos continuem co-regentes. Cada visada através de uma janela

dá lugar, em sua escala, aos diversos gestos atencionais, possibilitando também mudanças de nível” (Kastrup, 2008, p. 44).

O método da cartografia, apesar dessas flutuações e aparentes cacofonias, traz seu rigor também explicitado em sua etapa posterior da flutuação da atenção do cartógrafo: havíamos comentado do rastreio, do toque, do pouso. Há, por fim, o chamado “reconhecimento atento”, quarto gesto ou variedade atencional. Kastrup marca uma distinção fundamental que atesta a ênfase do método da cartografia ao descrever esta etapa; cito-a novamente:

O que fazemos quando somos atraídos por algo que obriga o pouso da atenção e exige a reconfiguração do território da observação? Se perguntarmos “o que é isto” saímos da suspensão e retornamos ao regime da cognição. A atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um “vamos ver o que está acontecendo”, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto (...) O reconhecimento automático tem como base o como alvo da ação. Reconhecer um objeto é saber servir-se dele. Os movimentos prolongam a percepção para obter efeitos úteis e nos afastam da própria percepção do objeto. Um exemplo é transitar por uma cidade que conhecemos, onde nos deslocamos com eficiência sem prestar atenção ao caminho percorrido. Ora, no caso do cartógrafo, é nítido que não pode se tratar de reconhecimento automático, pois o objetivo é justamente cartografar um território que, em princípio, não se habitava. Não se trata de se deslocar em uma cidade conhecida, mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação do território de observação (KASTRUP, 2008, p. 45).

Portanto, o reconhecimento atento difere do reconhecimento automático. Convoca uma espécie de sensação que considero similar ao que Freud descreveu quando se referia ao conceito de estranho-familiar ou inquietante (Freud, 2011). Instiga uma curiosidade que é aliada ao movimento e à própria noção de acontecimento – ou mesmo da duração da percepção, segundo as análises de Bergson (apud Kastrup, 2008) pois funda uma espécie de ponto de intersecção entre a percepção e a memória: o presente vira passado; o conhecimento, reconhecimento. Por isso que o reconhecimento atento realiza um trabalho que é também de construção, sem um modelo mnésico preexiste.

É dessa forma, portanto, que Kastrup sintetiza as contribuições desses movimentos da pesquisa sob a cartografia e, neste excerto abaixo, mais uma vez abre o lastro para a concepção deste método tão adequado às próprias noções de reinserção, inserção e deserção (ou territorializações, desterritorializações e reterritorializações) e, por isso, cara à pesquisa aqui apresentada:

O cartógrafo é, nesse sentido, cuidado pelas direções indicadas por qualidades inesperadas e pela virtualidade dos materiais. A construção do conhecimento se distingue do progressivo domínio do campo de investigação e dos materiais que nele circulam. Trata-se, em certa medida, de obedecer às exigências da matéria e de se deixar atentamente guiar, acatando o ritmo e acompanhando a dinâmica do processo em questão. Nesta política cognitiva, a matéria não é mero suporte passivo de um movimento de produção por parte do pesquisador. Ela não se submete ao domínio, mas expõe veios que devem ser seguidos e oferece residência à ação humana. Mas que domínio, o conhecimento surge como composição (...) Enfim, o método cartográfico faz do conhecimento um trabalho de invenção, tal qual indica a etimologia latina do termo *invenire* – compor com restos arqueológicos. A invenção se dá através do cartógrafo, mas não por ele, pois não há agente da invenção”(KASTRUP, 2008, p. 49 e 50).

Considero que aqui está o cerne de suas proposições e que, de forma abrangente, sintetiza a perspectiva da pesquisa sob a metodologia da cartografia, especialmente em suas vicissitudes, diferenças e analogias em relação à etnografia: ao mencionar este trabalho que ambas as pesquisas filiadas ao modelo construtivista (e que, por conseguinte, derrubam a ideia de um pesquisador neutro) fazem em relação a construir seu próprio objeto de pesquisa, Kastrup marca uma diferença salutar: na cartografia, o próprio conceito de sujeito dá lugar a outros termos que Deleuze e Guattari, em outros momentos de sua obra, definiriam como processos de subjetivação. Daí o peso da sentença em “a invenção se dá através do cartógrafo, mas não por ele, pois não há agente da invenção” (Deleuze e Guattari, 2010).

Para amadurecer um pouco mais destas proximidades e diferenças entre os métodos em questão (a cartografia e a etnografia), trago à discussão um texto considerado basilar: “Etnografias, saberes e práticas”, de Ana Luiza C. Da Rocha e Cornélia Eckert, publicado no livro “Ciências Humanas, pesquisa e método”, por Pinto e Guazzeli (Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008).

Há alguns pontos que podem ser destacados a partir da definição de etnografia que Rocha e Eckert (2008) fazem no início do seu trabalho:

De fato o método etnográfico encontra sua especificidade em ser desenvolvido no âmbito da disciplina antropológica, sendo composto de técnicas e procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado. A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois, a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto, recorrendo primordialmente às técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-

diretivas, etc. Desde já esclarecemos ao(à) aluno(a) de graduação que o método etnográfico é um método específico da pesquisa antropológica (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 1).

Ressalto que se trata, como dito, de um método que funda a pesquisa sob o viés da antropologia. Portanto, enquanto uma área de saber que parte de um campo, não só a questão do sujeito (o antropólogo ou o aprendiz de etnografias) é circunscrita, como seus roteiros em campo. Cito novamente as autoras com quem busco estabelecer este diálogo a fim de refinar a pertinência do método aqui exposto:

O método etnográfico é a base na qual se apóia o edifício da formação de um(a) antropólogo(a). A pesquisa etnográfica constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisara um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através de sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investiga se lhe apresenta (...) Não é usual este projeto contemplar hipóteses iniciais de pesquisa uma vez que estas emergem na medida em que a investigação avança com a aproximação do universo a ser pesquisado (...) O(A) aprendiz de antropólogo(a) coteja os aspectos que percebe cada vez mais orientados por questões tétrico-conceituais apreendidas já nos primeiros anos do curso de ciências humanas. Após a elaboração de um projeto com tema pertinente ao campo de conhecimento antropológico e orientado por um(a) professor(a) que lhe iniciará na pesquisa etnográfica, a primeira atitude do(da) jovem cientista é aproximar-se das pessoas, dos grupos ou da instituição a ser estudada para conquistar a concordância de sua presença para a observação sistemática das práticas sociais. A interação é a condição da pesquisa (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 2 e 3).

Da mesma forma, ainda que haja semelhança com o método da cartografia sobre a imersão ou aparecimento do universo a ser pesquisado, há algumas distinções salutares: o excerto deixa claro que a formação do antropólogo se dá por meio de uma justificável iniciação que parte do percurso acadêmico do aprendiz de antropologia ou etnografia, sob orientação de um professor. É algo distinto do que ocorre na vivência da cartografia: não que esta dispense ou esnobe a formação acadêmica, muito pelo contrário, mas a preparação em questão convoca algo que está mais atrelado à afinação das sensibilidades do que circunscrita a partir do repertório ou das iniciações acadêmicas.

A própria questão da interação aqui mencionada é outro ponto importante: trata-se de algo fundamental tanto sob um viés metodológico quanto sob o outro. E que seja, talvez, indispensável à própria concepção de uma ciência humana que visa, via de regra, a estudar o ser humano em suas relações com outros humanos e com o ambiente sociocultural, como é o caso da antropologia. Mas, no caso dos

saberes invocados pela cartografia, temos algumas distinções importantes: nem o objetivo da pesquisa é, necessariamente, um ser humano ou seu ambiente sociocultural, nem a própria interação é algo indispensável.

Postas estas considerações sobre os agenciamentos (literais) entre a metodologia da etnografia e seu lastro ou cais enquanto ferramenta da antropologia e as quase abstracionistas, porém pertinentes, exposições sobre a metodologia da cartografia, assim como postas ou resgatadas as definições dos dispositivos enquanto um emaranhado de linhas, tem-se que a metodologia da cartografia parece ser a mais salutar para esse percurso de pesquisa adotado na tese que aqui se abre.

Com relação ao destaque das proximidades evidentes entre a cartografia e a metodologia, há em ambas as metodologias uma ruptura com o chamado modo tradicional de fazer ciência. No caso do estudo de Rocha e Eckert (2008) a respeito da metodologia da etnografia, ambas citam de imediato as noções advindas de autores como Gaston Bachelard (apud Rocha e Eckert, 2008) e seu convite à ruptura epistemológica com o campo ou a atenção às armadilhas de explicar o que observamos pelo senso comum.

É evidente que o diálogo desta suspensão da percepção do que é racional ou mesmo das explicações do senso comum se assemelha às pistas do método cartográfico descritas por Kastrup. As semelhanças, aliás, não param por aí. O excerto abaixo nos leva a refletir que ambas as metodologias têm um olhar muito próximo; a distinção (como marcado) parece dizer mais a respeito da tal concepção das linhas ou processos de subjetivação:

A acuidade de observar as formas dos fenômenos sociais implica na disposição do(a) pesquisador(a) a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional para penetrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas, ultrapassando a noção ingênua de que a realidade é mensurável ou visível, em uma atitude individual. O observar na pesquisa de campo implica na interação com o Outro evocando uma habilidade para participar das tramas da vida cotidiana, estando com o Outro no fluxo dos acontecimentos. Isto implica em estar atento(a) as regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder (Rocha e Eckert, 2008, p. 4).

Outra semelhança evidente diz respeito a uma duração da pesquisa que é diferente, em ambos os casos, da temporalidade do fenômeno social e cultural

investigado (no caso da etnografia) ou vivido (no caso da cartografia). As diferenças que saltam: mesmo em meio a toda questão que envolve a interdisciplinaridade, a etnografia constitui-se como uma ferramenta circunscrita ao cientista social ou ao antropólogo; a etnografia pressupõe um refinamento de escolha de objeto e trocas sociais que transcendem os voos propostos pela cartografia e pressupõe, inclusive, a questão ética interessante da devolutiva dos dados colhidos no próprio campo, algo que sequer é discutido de forma direta pela abordagem da cartografia; a pesquisa sob o viés da cartografia pode se dar com um tipo de observação que se abstém de relações – sem, por isso, almejar-se neutra – e implica dizer que os elementos cartografáveis podem vir a ser humanos ou não humanos e podem, inclusive, vir a ser linhas, como as que forjam um dispositivo.

Talvez aqui caiba, inclusive, retomar a própria questão do dispositivo, que é a coceira da pesquisa em questão. Na introdução pudemos esboçar um tanto do pensamento de Agamben (2005) a respeito do conceito de Foucault (2008), assim como pudemos esboçar seu emprego para mencionar a complexidade que atravessa a questão que culmina na produção do problema da droga ora como caso de polícia, ora como caso de saúde pública, ora como ambos – como nas citações de Malvasi (2012) e Vargas (2006) a este respeito.

Talvez aqui caiba, inclusive, retomar a própria questão da cartografia. Considerando que a pesquisa sob a metodologia ou lente (pele) cartográfica é uma criação que parte da forja conceitual de Deleuze (parte destes conceitos surgidos em parceria com Guattari), é interessante pensar sobre como a noção da cartografia se acopla ao entendimento que Deleuze tinha sobre o conceito foucaultiano do dispositivo.

Cartografia como *dobra* do dispositivo. Cito-o em alguns excertos pois vejo aqui conectivos razoáveis para a defesa do método proposto:

A filosofia de Foucault apresenta-se frequentemente como uma análise dos dispositivos concretos. Mas o que é um dispositivo? É antes de mais nada um emaranhado, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza diferente. E estas linhas do dispositivo não cercam ou não delimitam sistemas homogêneos, o objeto, o sujeito, a língua, etc., mas seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio, às vezes se aproximam, às vezes se afastam umas das outras (...) Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos em posição são como os vetores ou tensores. Assim as três grandes instâncias que Foucault distinguirá sucessivamente, Saber, Poder e Subjetividade, não têm de maneira alguma contornos físicos, mas são correntes de variáveis em luta umas com as outras. É sempre numa crise que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha (...) *Separar as linhas de um dispositivo,*

em cada caso, é desenhar um mapa, cartografar, medir a passos terras desconhecidas, e é isso que ele chama de "trabalho sobre o terreno". É necessário instalar-se sobre as próprias linhas, que não se limitam a compor um dispositivo, mas que o atravessam e o arrastam, do norte ao sul, do leste ao oeste ou em diagonal (DELEUZE, 1996, p. 1, com grifos nossos).

São searas distintas, o que não quer dizer que se sobrepõem ou concorrem entre si. Etnografia e sua vertente mais radical para um trabalho deste mote (a autoetnografia) poderiam compor a metodologia ou o percurso com igual rigor – ou até mesmo superior – que os dados aqui apresentados. Mas partem de um tipo de sujeito ou corpo que não alcanço. Contudo, a opção pela metodologia da cartografia parece possível, pois fala sobre processos de subjetivação que, não necessariamente, precisam de um sujeito para se manifestarem; traduz este ajuste conceitual que aqui é invocado em muitas passagens e paisagens, para além do diário de bordo: a concepção de processos de subjetivação tal qual demarcada a partir de Deleuze.

Ainda neste mesmo texto, Deleuze (1996) detalha os dispositivos enquanto máquinas de fazer e fazer falar, com diferentes regimes de enunciados. Isto, como reiterado, dista da própria unissonidade do sujeito, do homem, ou de sua relação com a cultura em uma dada sociedade, uma vez que “não são nem os sujeitos nem os objetos, mas os regimes que devem se definir para o visível e para o enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações” (Deleuze, 1996, p. 33).

Por um dispositivo comportar linhas de força, e por estas se produzirem em todas as relações de um ponto a outro, e passarem por todos os lugares do dispositivo, estas podem se apresentar como invisíveis ou indizíveis e, mesmo assim, estarem estreitamente embaraçadas às outras, seguindo Deleuze neste texto. Por isso que nem sempre a interação há de ser o foco da pesquisa para que, com isso, possa se mensurar o êxito. O silêncio, a observação distante, as etapas de rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento mais uma vez são convocadas como antenas ou sismógrafos capazes de cintilar as oscilações em um dispositivo. Por vezes estas se fazem presentes nas relações e nas trocas sociais, mas por outras tantas elas compõem os afetos, a memória, o corpo, a vivência do próprio pesquisador que se torna, dessa forma, sede e sítio da própria pesquisa de campo.

Uma figura análoga a esta passagem descrita pode ser encontrada no referido processo de subjetivação, ou em suas respectivas linhas:

Uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade em um dispositivo: ela tem que se fazer, contando que o dispositivo o permita ou possibilite. É uma linha de fuga. Ela escapa às linhas precedentes, ela se lhes escapa. O Si não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que age nos grupos ou nas pessoas, e se subtrai tanto às relações de força estabelecidas quanto aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia (DELEUZE, 1996, p. 4).

É a partir desta inflexão que Deleuze deixa o conectivo considerado precioso: o estudo das variações dos processos de subjetivação como uma das tarefas fundamentais que Foucault deixou àqueles que o seguiram. As consequências das variações ou mutações do agenciamento destas diferentes linhas mensuradas por Deleuze (linhas de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, de ruptura, fissura ou fratura), que se entrecruzam ou se misturam, com ora umas repondo as outras, ora umas suscitando outras, são, segundo Deleuze (1996), diversas.

A começar pelo repúdio aos universais: o universal não explica nada, ele deve ser explicado; todas as linhas são linhas de variação; o Uno, o Todo, o Verdadeira, o objeto; (mesmo) os sujeitos não são universais, mas processos singulares. Por isso cada dispositivo é uma multiplicidade na qual operam processos em devir. Outra forma de dizer sobre o repúdio aos universais é mencionar o repúdio à razão por excelência. Aqui Deleuze cita o tributo que Foucault faz à obra de Nietzsche enquanto uma historicidade da razão. Afinal, a razão não para de se bifurcar.

E, se nesta nossa análise do método para perseguir as linhas que forjam o dispositivo de reinserção social para adolescentes com histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas afirmamos, em um outro momento do texto, que embora o aqui cunhado “dispositivo de reinserção social” guarde ressonâncias diretas com o “dispositivo das drogas” trabalhado por uma série de autores contemporâneos, porém traga em sua constituição agenciamentos singulares que garantem sua condição de um dispositivo específico – especialmente como mencionamos os diversos acoplamentos com as cidades, mobilidades urbanas, operações de territorialização, entre outras – cabe retomar o tema à luz do texto de Deleuze (2011): os dispositivos se equivalem?

Pensar que os dispositivos se equivalem, segundo este estudo de Deleuze, equipara-se a uma perspectiva niilista. Afinal, para Spinoza⁵⁰ e Nietzsche, seus filósofos de cabeceira (ou de cabeça), por assim dizer, modos de existência devem ser avaliados de acordo com critérios imanentes, segundo seu teor de possibilidade, de liberdade e de criatividade (sem se apelar a valores transcendentais). Daí Deleuze cita a alusão que Foucault faz aos critérios estéticos compreendidos, dessa forma, como critérios da vida.

Para além do repúdio aos universais, há uma outra consequência importante que decorre dos agenciamentos ou mutações das diferentes linhas que configuram um dispositivo: a mudança de orientação. Para Deleuze (1996), a filosofia dos dispositivos se desvia do eterno para apreender o novo. Parte da ideia da originalidade dos enunciados (o que, segundo o autor, é um critério pouco interessante) em direção à regularidade dos enunciados (referindo-se ao traçado da curva que passa pelos pontos singulares ou valores diferenciais do conjunto enunciativo). Ou seja, neste percurso considera a definição de relações de força por distribuições de singularidades em um campo social.

Nós pertencemos a dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo em relação aos precedentes pode ser chamada de sua atualidade, nossa atualidade. Em todo dispositivo, é preciso distinguir aquilo que nós somos (aquilo que nós já não somos mais) e aquilo que nós estamos nos tornando: *a parte da história, a parte do atual*. A história é o arquivo, o desenho daquilo que somos e que paramos de ser, enquanto que o atual é o esboço daquilo que nós nos tornamos. De modo que a história ou o arquivo é o que nos separa ainda de nós mesmos enquanto que o atual é este Outro com o qual nós já coincidimos. (...) Em todo dispositivo, nós temos que desembaraçar as linhas do passado recente das do futuro próximo: a parte do arquivo da parte do atual, a parte da história daquela do devir, *a parte analítica e a do diagnóstico*. Se Foucault é um grande filósofo, é porque ele se serviu da história em proveito de outra coisa: como dizia Nietzsche, agir contra o tempo e assim mesmo sobre o tempo, em favor

⁵⁰ “Quando Spinoza diz: o surpreendente é o corpo... ainda não sabemos o que pode um corpo... ele não quer fazer do corpo um modelo, e da alma uma simples dependência do corpo. Sua empreitada é mais sutil. Ele quer abater a pseudosuperioridade da alma sobre o corpo. Há a alma e o corpo, e ambos exprimem uma única e mesma coisa: um atributo do corpo é também um expresso da alma (por exemplo, a velocidade). Do mesmo modo que você não sabe o que pode um corpo, há muitas coisas no corpo que você não conhece, que vão além do seu conhecimento, há na alma muitas coisas que vão além de sua consciência. A questão é a seguinte: o que pode um corpo? De que afetos você é capaz? Experimente, mas é preciso muita prudência para experimentar. Vivemos em um mundo desagradável, onde não apenas as pessoas, mas os poderes estabelecidos tem o interesse em nos comunicar afetos tristes. A tristeza, os afetos tristes são todos aqueles que diminuem nossa potência de agir. Os poderes estabelecidos tem necessidade de nossas tristezas para fazer de nós os escravos. O tirano, o padre, os tomadores de almas, têm necessidade de nos persuadir que a vida é dura e pesada. Os poderes têm menos necessidade de nos reprimir do que de nos angustiar, ou, como diz Virílio, de administrar e organizar nossos pequenos terrores íntimos” (Deleuze e Parnet, 2008 p. 74 e 75)

espero de um tempo que está porvir (...) *Não predizer, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta* (DELEUZE, 1996, p. 8) Destaque nosso.

E aqui, em uma citação da obra "Arqueologia do saber", emprestada de Michel Foucault que ousou transcrever, mais uma vez aparecem menções aos métodos de pesquisa e perseguição das linhas que forjam um dispositivo, vistas, desta vez, sob o viés do furor de arquivos ou de uma ideia de história morta ou história dada que, muitas vezes, ainda é confundida com o objeto de pesquisa que comporta sujeitos dados (seja o do pesquisador, seja o das comunidades) como no caso de algumas etnografias que movem a antropologia.

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente da nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior de nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas. Nesse sentido, vale para nosso diagnóstico. Não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade, faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos a diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história é a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras" (FOUCAULT, 1987, p. 150 e 151).

Como a cartografia conjuga estes múltiplos territórios, não é demais mencionar que os objetos que serão tratados, os relatos e os contatos com os sujeitos com quem compus esta empreitada, seja como trabalhador, seja como sujeito, seja como processo de subjetivação – como queiram – estão inscritos em meu corpo, em minha memória, em meus afetos, em meus diários de campo.

Como reforça Deleuze em outro texto,

Uma concepção cartográfica é muito distinta da concepção arqueológica da psicanálise. Esta última vincula profundamente o inconsciente à memória; é uma concepção memorial, comemorativa ou monumental, que incide sobre as pessoas e objetos, sendo os meios apenas terrenos capazes de conservá-los, identificá-los, autenticá-los. Desse ponto de vista, a superposição de camadas é necessariamente atravessada por uma flecha que vai de cima para baixo, trata-se sempre de afundar-se. Os mapas ao contrário se superpõem de tal maneira que cada um encontra no seguinte

um remanejamento, em vez de encontrar nos precedentes uma origem: de um mapa a outro, não se trata da busca da origem, mas de uma avaliação dos *deslocamentos*. Cada mapa é uma distribuição de impasses e aberturas, de limiares e clausuras, que necessariamente vai de baixo para cima, não é só uma inversão de sentido, mas uma diferença da natureza: o inconsciente já não lida com pessoas e objetos, mas com trajetos e devires; já não é um inconsciente em comemoração, porém de mobilização, cujos objetos mais do que permanecerem afundados na terra, levantam vôo. (DELEUZE, 1997. p. 72)

É sobre estas experiências e ancorados neste pressuposto metodológico que apresento os resultados – ou, de outra forma, os resultados estão todos aqui, comigo, e mais em nenhum outro lugar. E, de forma livre e consentida, autorizo-me e considero ético tratá-los aqui sob esta vivência. Trata-se, em última análise, dos acoplamentos com múltiplas máquinas com as quais me tornei um tipo de “*ciborgue*”, com as devidas proporções: são os livros que li, as línguas e sotaques que aprendi, a terra e o corpo que inventei, os sons sampleei; são inimigos ou amigos, os amores e os corações partidos que degluti em rituais de antropofagia.

São os ferros que soldo com pretensão de levantar vôos. São destes pontos-portos-ferros que parto.

3.2 APÊNDICES E PRÓTESES À DEFESA DO MÉTODO: AS CURVAS PELO MANIFESTO CIBORGUE E O CORPO SEM ORGÃOS

O “Manifesto Ciborgue - Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no Final do Século XX” é um texto tido como clássico, escrito por Donna Haraway em 1985⁵¹. Para além dos diálogos com o feminismo norte-americano, negro e latino, tem potências ímpares na transposição das “políticas de identidade” e presta-se a ampliar o conceito de biopolítica a partir da obra de Michel Foucault – “um conceito que não passa de uma débil premonição da política-ciborgue, uma política que nos permite vislumbrar um campo muito mais aberto” (Haraway, 2009, p. 33).

Suas proposições são a de que somos todos ciborgues, na medida em que “somos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismos”. Aliás, a relação entre organismo e máquina tem sido proposta neste texto de Haraway como uma “guerra sem fronteiras”. E, como em todas as guerras, há a disputa por territórios que, neste caso, são de produção, reprodução e imaginação: “um mundo talvez sem gênese nem fim”, diz Haraway (2009, p. 34).

Esta constelação quase poética sobre a desconstrução das políticas de identidade aponta, de forma inversamente proporcional, ao que as operações de reinserção social enquanto dispositivo podem almejar construir ou cristalizar, como visto nas cascas introdutórias e como detalhado no tópico sobre elaboração de seus resultados. Mas, para além destes usos, considero válidos seus entrelaçamentos com a metodologia da cartografia na medida em que esta também convoca hiatos de suspensão da identidade, mesmo nos motes de “atenção flutuante”, como defendido por Kastrup (2008).

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo (...) O ciborgue está determinantemente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é oposicionista, utópico e nada inocente. Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma *polis* tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oitos* – a unidade doméstica. Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes,

⁵¹ Consulto sua versão traduzida disponível em conteúdo integral em "TADEU, Tomaz (Organizador e Tradutor). 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009". (Mimo) cujo texto viceja entre as páginas 33 e 118.

incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas (HARAWAY, 2009, p. 34 e 35).

Prefiro seguir, neste sentido, as pistas que introduzem que os textos que se seguirão, no “miolo da tese”, um tanto quanto autobiográficos, prestam-se à diluição dessas esferas entre público e privado e ao mapeamento das linhas desses acoplamentos. As máquinas em questão que se acoplam ao meu corpo, para além de seus delírios cibernéticos com próteses em chumbo cintilante, apontam para junções com dispositivos – de como me fundi com o dispositivo “reinserção social” e percebi/persegui suas linhas em minha trajetória e de como me fundi com outras maquinarias pesadas, com chumbos ainda mais densos, por meio de acoplamentos com outros inconscientes institucionais.

As proposições de Haraway (2009), as quais ainda persigo para justificar o método com o qual trabalho a perspectiva da cartografia, falam basicamente de três quebras de fronteira: a) o rompimento da fronteira entre humano e animal, em que os ciborgues aparecem como mito precisamente onde essa fronteira é transgredida e a animalidade adquire novo significado; b) a quebra da fronteira entre o animal-humano e a máquina, com a constatação de que “nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós assustadoramente inertes” (HARAWAY, 2009, p. 35) e de que as máquinas tornaram completamente ambíguas a diferença entre natural e artificial, mente e corpo, e, o que parece mais importante para essa trama com a metodologia da cartografia, aquilo que se diferencia enquanto autoria daquilo que é criado; c) a fronteira imprecisa entre o físico e o não físico, onde o *chip* de silício equipara-se a uma superfície de escrita.

Eis algo que, evidentemente, faz eco e ativação às conexões que a escrita, ainda que fugidia nesta tese-pão, almeja forjar enquanto cartografia. Cito-a, para ampliar a reverberação:

O *chip* de silício é uma superfície de escrita; ele está esculpido em escalas moleculares, sendo perturbado apenas pelo ruído atômico – a interferência suprema das partituras nucleares. A escrita, o poder, a tecnologia são velhos parceiros nas narrativas de origem da civilização, típicas do Ocidente, mas a miniaturização mudou nossa percepção sobre a tecnologia. A miniaturização acaba significando poder; o pequeno não é belo: tal como ocorre com os mísseis, ele é sobretudo perigoso. Contrastem os aparelhos de TV dos anos 50 ou as câmaras dos anos 70 com as TVs de pulso ou com as câmaras de vídeo que cabem na palma da mão. Nossas melhores máquinas são feitas de raios de sol; elas são, todas, leves e limpas porque não passam de sinais, de ondas eletromagnéticas, de uma secção do espectro. Além disso, essas máquinas são eminentemente portáteis, móveis

– um fragmento da imensa dor humana que é infligida quotidianamente em Detroit ou Singapura. As pessoas estão longe de serem assim tão fluidas, pois elas são, ao mesmo tempo, materiais e opacas. Os ciborgues, em troca, são éter e quintessência. É precisamente a ubiquidade e a invisibilidade dos ciborgues que faz com que essas minúsculas e leves máquinas sejam tão mortais. Eles são – tanto política quanto materialmente – difíceis de ver. Eles têm a ver com a consciência ou com a simulação. Eles são significantes flutuantes, movimentando-se em caminhões através da Europa: eles só podem ser bloqueados pelas bruxarias daquelas que são capazes de interpretar as redes ciborguianas no poder – as deslocadas e pouco naturais mulheres de Greenham – e não pelos velhos sindicalistas militantes das políticas masculinizas cujos clientes naturais dependem dos empregos da indústria militar (HARAWAY, 2009, p. 40).

O preâmbulo da transgressão das fronteiras entre homem e natureza, homem-animal e máquina, físico e não físico é, portanto, destacado em um salto por Haraway como a potência do mito ciborgue, que significa “fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades – elementos que as pessoas progressistas podem explorar como um dos componentes de um necessário trabalho político” (Haraway, 2009, p. 41).

Penso que, para além das proposições sobre a metodologia, sobre a escrita acoplada com vivências, elaborações e processos em devir, o mito do ciborgue alça conexões para a dimensão mais crua do conceito de reinserções, inserções e deserções: refiro-me às conquistas de território por meio dos acoplamentos com outras políticas de subjetivação que, para isso, podem valer-se da deserção enquanto um gesto ético, como tentarei elucidar ao longo do estudo. Isso serviu para meu rolê. Isso serviu para o rolê que pude observar em alguns dos adolescentes acompanhados e aqui tomados como indicadores em outro ponto do texto.

Mas, neste campo específico da metodologia, a defesa aqui posta é sobre uma “licença” para a narrativa em primeira pessoa, que fala um pouco desse outro aspecto da biopolítica que é resistir à colonização do poder sobre todas as esferas da vida com a própria vida. Retomar a escrita do acoplamento (o que me atravessava) em questão com o “equipamento” equipara-se a dar passagem a um tipo de corpo, um “corpo sem órgãos”, como no tributo de Deleuze e Guattari a Artaud⁵², às máquinas e, por isso, seus possíveis (embora não nomeados) tributos aos ciborgues:

⁵² Antonin Artaud, dramaturgo, poeta, ator e escritor ligado ao surrealismo e ao movimento anarquista, foi muito estudado por Deleuze e Guattari por conta da sua proposição de Corpo Sem Órgãos e, claro, por sua biografia atribulada, culminando em diversas internações em hospitais psiquiátricos franceses a partir dos anos 1930.

O corpo sem órgãos é um ovo: é atravessado por eixos e limiares, por latitudes, longitudes e geodésicas; é atravessado *gradientes* que marcam os devires e as passagens, as destinações daquele que aí se desenvolve. Nada é aqui representativo, tudo é vida e vivido: a emoção vivida nos seios não se assemelha aos seis, não os representa, assim como uma zona predestinada do ovo não se assemelha ao órgão que será induzido nela; apenas faixas de intensidade, potenciais, limiares e gradientes. Experiência dilacerante, demasiado emocionante (...) Como resumir todo esse movimento vital? Eis um primeiro caminho (via curta): sobre o corpo sem órgãos, os pontos de disjunção formam círculos de convergência em torno de máquinas desejanças; então o sujeito, produzido como presídio ao lado da máquina, apêndice ou peça adjacente à máquina, passa por todos os estados do círculo e de um círculo ao outro. O próprio sujeito não está no centro, ocupado pela máquina, mas na borda, sem identidade fixa, sempre descentrado, *concluído* dos estados pelos quais passa (...) O sujeito se estende sobre o contorno do círculo de cujo centro o eu desertou (DELEUZE e GUATTARI, 2011, 34 e 35).

São tais linhas, eixos e limiares que sigo, traço e forjo neste percurso em que me torno o objeto e o diário de campo. E o que tenho: corpo, ferro. Cais, fórceps.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRÓLOGO DO MIOLO OU OUTRA NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O MÉTODO

Postos os argumentos iniciais na introdução desta tese que discutem a pertinência da hipótese de que a reinserção social para adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas caracteriza-se como um dispositivo específico, ainda que dobra do dispositivo das drogas na contemporaneidade, e postas as considerações sobre o famigerado “estado da arte” das políticas públicas – ou parte delas – sobre o tema, situo o leitor que, ainda recorrendo-me à metáfora da tese-pão, é chegada a hora de cavoucarmos o miolo.

Não que se trate, necessariamente, do suprasumo do produto a ser entregue. Pelo contrário: não são raros casos de pessoas que preferem as cascas do pão aos miolos. Removo, desta forma, maiores expectativas sobre o tema. Mas, em alusão a metáfora, trata-se da parte em que procurarei narrar como as experiências de reinserção social, inserção social e, de certa forma, parte de minha deserção enquanto trabalhador de um projeto social que atendia adolescentes com esse objetivo (reinserção social) produziram efeitos em meu corpo, em minha singularidade, extendendo-se também ao corpo e subjetividade dos familiares que me acompanharam nesta “*trip*”, e narrando os bons encontros com as pessoas que viraram meus amigos desde então.

Por vezes essa leitura pode trazer ecos de um romance. Um romance menor, quase autobiográfico, quase pastiche. De minha parte não há prejuízo nesta analogia, mas no que concerne à tese, reforço as influências da obra de Deleuze e Guattari (2010) nesta trajetória: Deleuze defendia a ideia de uma literatura menor. Não necessariamente uma literatura que fosse pequena, mas menor no sentido de que escapava da “maior” ou do “*mainstream*”.

Era o caso das literaturas dos escritores da *geração beat* nos Estados Unidos, por exemplo, como Henry Miller – ou, mais ainda, do seu fascínio pelos textos de Kafka. Ele costumava dizer que esses escritores, ao narrarem suas viagens em primeira pessoa, davam passagem a certos modos de subjetivação, agenciamentos, fluxos que eram da ordem de singularidades.

Partir, se evadir, é traçar uma linha. O objeto mais elevado da literatura, segundo Lawrence: “Partir, partir, se evadir... atravessar o horizonte, penetrar em outra vida... É assim que Melville se encontra no meio do oceano Pacífico, ele passou, realmente, a linha do horizonte.” A linha de fuga é uma *desterritorialização*. Os franceses não sabem bem o que é isso. É claro que eles fogem como todo mundo, mas eles pensam que fugir é sair do mundo, místico ou arte, ou então alguma coisa covarde, porque se escapa dos engajamentos e das responsabilidades. Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano. George Jackson escreve de sua prisão: “É possível que eu fuja, mas ao longo de minha fuga, procuro uma arma”. E Lawrence ainda: “Digo que as velhas armas apodrecem, façam novas armas e atirem no alvo”. Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada. A literatura anglo-americana apresenta continuamente rupturas, personagens que criam sua linha de fuga. Thomas Hardy, Melville, Stevenson, Virginia Woolf, Thomas Wolfe, Lawrence, Fitzgerald, Miller, Kerouac. Tudo neles é partida, devir, passagem, salto, demônio, relação com o de fora. Eles criam uma nova Terra, mas é possível, precisamente, que o movimento da terra seja a própria desterritorialização. A literatura americana opera segundo linhas geográficas: a fuga rumo ao oeste, a descoberta que o verdadeiro leste está no oeste, o sentido das fronteiras como algo a ser transposto, rechaçado, ultrapassado. O devir é geográfico. (Deleuze e Guattari, 1998, pg. 49 e 50)

Por isso a metodologia da cartografia nos serve enquanto referência, pois ela pressupõe seguir as linhas do fluxo do mundo que atravessam a subjetividade do cartógrafo-escritor. Atravessam o eu, e não partem do eu. Talvez essa seja uma diferenciação importante para, inclusive, debatermos eventuais ressonâncias ou dissonâncias entre a cartografia e metodologias que lhes pareçam análogas: etnografia, pesquisa-ação, entre outras.

Não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação (...) O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos *agenciamentos coletivos*. Assim, compreende-se que só há individuação no enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina. Esse é precisamente o valor exemplar dos discursos indiretos e *sobretudo do discurso indireto “livre”*: não há contornos nítidos, não há, antes de tudo, inserção de enunciados diferentemente individuais, nem encaixe de sujeitos de enunciação diversos, mas um agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições movestres no discurso. Não é a distinção de sujeitos que explica o discurso indireto; é o agenciamento, tal como surge livremente nesses discursos, que explica todas as vozes presentes em uma voz... (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 18)

4.2 CAMADA-UM DO MIOLO — CARTOGRAFIA COM RESSONÂNCIAS E ESPELHAMENTOS DE UMA AUTOETNOGRAFIA PARA UM PRÓLOGO DE UMA INSERÇÃO (OU GENEALOGIA DE UMA DESERÇÃO)

4.2.1 Dr. Manhattan

Há um personagem na história em quadrinhos criada por Alan Moore e Dave Gibbons, “*Watchmen*”, cuja narrativa me é emprestada usualmente como uma referência ou paradigma dos deslocamentos – incluindo os da percepção sobre os diferentes tempos vividos, este que aqui temos sobre nós, e estes que insistem em inundar o presente com ecos do vivido ou dos devires, idealizações e projetos.

Seu nome é Dr. Manhattan. Ou melhor, um dos seus nomes. Joe Osterman é o outro. Tomo a liberdade de recorrer a um breve “*spoiler*” da peça: Joe Osterman, filho de um relojoeiro, estuda física e faz pesquisas em um laboratório de fusão nuclear – ou o que o valha – em idos dos anos 1950, quando esquece seu relógio na tal câmara de aceleração de partículas ao sair do trabalho. Ao voltar para pegá-lo, a porta se fecha e, em um acidente-acontecimento, a máquina incide sobre seu corpo os raios que, em princípio, fazem-no se desintegrar.

Todos o deram por morto por conta do acidente, mas tempos depois a “pulsão” Joe Osterman vai aos poucos conseguindo se reconfigurar: primeiro em um sistema circulatório, depois com o acréscimo de ossos, peles – até que ele volta a ser um corpo sem órgãos em uma forma azulada e bem diferente do corpo que tinha antes do acidente.

Na ficção de Alan Moore, passa a ser chamado por Dr. Manhattan e reúne em si o poder de se desconfigurar e reconfigurar em qualquer lugar e em qualquer tempo. Onisciente, onipresente, arma-de-guerra, devir-Deus. Dr. Manhattan dos quadrinhos tem que lidar não só com sua trupe de super-heróis decadentes, mas também com sua nova função de “fato-novo” em meio ao paradigma da guerra fria (que arma poderia com aquela?). Mas, ainda humano, demasiado humano, Dr. Manhattan tem que lidar também com seus sentimentos. E com a linguagem.

Com relação aos seus sentimentos e envolvimento amorosos retratados na trama de Alan Moore, e ilustrados com precisão por Dave Gibbons, cabe ao leitor curioso a imersão demorada por esta concepção de universo paralelo que as

histórias em quadrinhos tramaram na subjetividade contemporânea por décadas; quanto às suas proposições sobre o manejo da linguagem, esta nos interessa para além do produto Watchmen em si.

Afinal, o paradigma posto é que se o Dr. Manhattan, ex-Joe Osterman, uma vez contaminado, alterado, transmutado com a fusão nuclear, tem o poder de se decompor e recompor em qualquer tempo e em qualquer lugar do espaço – uma vez que ele arranja os seus átomos como pretender – o tempo de sua narrativa é sempre o tempo presente.

Assim, mutilando esta obra de arte da cultura pop em uma das suas estruturas (a linguagem em texto) de sua inseparável narrativa por imagens – uma heresia para os devotos de obras do gênero – eis que poderíamos transcrever a linguagem do Dr. Manhattan como desponta na primeira página do quarto volume:

A fotografia está na minha mão. É a foto de um homem e uma mulher. Eles estão em um parque de diversões em 1959. Em doze segundos eu solto a fotografia na areia aos meus pés e me afasto dali. Ela já está caída, doze segundos no futuro. Dez segundos agora. A fotografia está na minha mão. Eu a encontrei num bar abandonado na base de Gila Flats, 27 horas atrás. Ela ainda está lá, 27 horas no passado, presa ao mural do bar às escuras. Eu ainda estou lá, olhando para ela. A fotografia está na minha mão. A mulher segura uma pipoca entre o polegar e o indicador. A roda gigante pára. Sete segundos agora. É outubro de 1985. Estou em Marte. É julho de 1959. Estou em Nova Jersey no parque de Palisades. Estou cansado de olhar a fotografia. Abro meus dedos. Ela cai na areia aos meus pés. Eu vou contemplar as estrelas. Elas estão muito distantes, e sua luz leva tanto tempo para nos alcançar... Só o que vemos das estrelas são suas velhas fotografias” (Moore e Gibbons, 1999).

Para este trabalho que se propõe ser uma cartografia, com ecos esparsos de uma (auto)etnografia, como detalhei em outro momento, Dr. Manhattan me empresta, se não sua narrativa em tempo presente, sua licença poética para que possa expor aqui fragmentos de um tempo não linear, autoral, singular, tradutor de acontecimentos e bifurcações e que pretende ser o decalque das vivências de Reinserções, Inserções e Deserções impregnadas, tatuadas, decalcadas, esculpidas em minha pele. Mais: em uma perspectiva de cartografia que permite acoplamentos ou próteses ciborgues, à partir da construção de um corpo, resgatar essa nativa em tempo presente é acoplar outras camadas de percepção de mundo: sobreposição de afetos. Desdobramentos.

4.2.2 Partos

Se o mais profundo é a pele, talvez o produto a ser extraído desta pesquisa não é outro senão os ecos dessa vivência. A metodologia da cartografia permite, mesmo na dureza do rigor acadêmico, este ponto de partida.

E é daí que eu parto.

Parto.

Em junho de 2013 meu filho Igor, então único, tinha 1 ano e 4 meses. Se eu fosse o Dr. Manhattan, poderia assim começar: é junho de 2013. Faz frio. A Camila foi à casa de sua mãe na Vila Matilde e, depois de chegar do trabalho, fiquei com o Igor enquanto pensava se deveria ou não ir à manifestação. O Igor, pequeno como tal, mal entendeu quando de súbito o arranquei da sala e o coloquei em meu cangote. Fomos de metrô.

Em junho de 2013 eu estava nas últimas etapas de um processo seletivo para um cargo de coordenador de um projeto que seria tocado por uma instituição não governamental em Curitiba-PR, a tal empresa-religião. Fui participar desse processo seletivo como quem esquece o relógio em uma sala, volta para pegá-lo, e eis que seu corpo não é mais o mesmo – de fato, depois de qualquer acontecimento, o corpo jamais é o mesmo que antes.

Ou ainda: é abril de 2013, estou em uma audiência na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para discutir a Política sobre Drogas e as ações nefastas da época na região conhecida como *cracolândia*. Estou feliz e animado. Vou a trabalho, e uma das ações que me motivava no meu então emprego no CAPS AD Santana era a possibilidade de conciliar a formação com horas de trabalho. Não são muitos os gestores que conseguem uma proeza como aquela, mas o Vilmar valorizava bastante essas ações.

Nesta altura da minha trajetória de, então, um ano e quatro meses como psicólogo da equipe multidisciplinar do CAPS AD Santana, muita coisa tinha acontecido. Eu havia, recentemente, assumido a função de coordenar uma Unidade de Acolhimento Transitória em Santana, que havia sido encomendada pela Organização Social de Saúde mantenedora do equipamento.

Não era um cargo de chefia propriamente dito, mas, com o aumento da carga horária que tinha de 30 para 40 horas semanais, que veio acrescida de uma

gratificação de 20% por conta desta função, as contas em casa finalmente davam um bom alívio. Para um “pai fresco”, vindo de família com poucas posses (leia-se uma casa numa *quebrada* entre Itaquaquecetuba e Suzano, num bairro chamado Parque Residencial Marengo e um Fusca 1974), uma preocupação mais do que justa, diria o enredo. Mas não era só isso.

Estava no último ano do curso do mestrado no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUCSP, com a possibilidade de estudar e trocar com professores admiráveis do ponto de vista da trajetória acadêmica em uma área da psicologia que me movia e do ponto de vista da conduta ética frente à assunção de resistências e micropolíticas. Mais ainda: tinha uma bolsa de estudos que não só me dispensava pagar a fortuna que era, para os meus padrões, o tal programa de mestrado, quanto me permitia uma renda de R\$ 1.200,00.

Mais ainda: podia escrever a dissertação de mestrado sobre um tema que me atravessava, desde quando cismeí, durante a especialização em Semiótica Psicanalítica e Clínica da Cultura pelo COGEAE-PUCSP, em apresentar uma monografia sob orientação do então professor Clóvis Pereira com uma análise (tosca) da semiótica no Metrô de São Paulo, que então batizei de “Significâncias sobre Trilhos Elétricos”.

Naquela altura de 2013, abril, o tema e os capítulos iniciais eram bem acolhidos tanto nas rodas de conversa com minha orientadora, professora Suely Rolnik, quanto com o coorientador, Peter Pál Pelbart. Os debates eram intensos e, emprestando os estilhaços conceituais de Deleuze e Guattari sobre linhas de fuga, dobras, fissuras, enclaves, regimes de signos etc., batizei o texto em curso de “Frestas da Vida Sobre Trilhos Elétricos: Modos e Modelos de Subjetivação no Metrô de São Paulo”.

Estava, de certa forma, em um tipo de rolê. As coisas estava caminhando, havia um tipo de trilhos e de trilhas, um tipo de paisagens e de ideal de horizontes. Não sem certas tempestades.

4.2.3 Transmutação de Chumbo em Ouro ou Exercícios Amadores de Alquimia

Era, portanto, uma boa fotografia depois de um momento turbulento (ou uma desterritorialização) que teve seu princípio com minha demissão de um outro trabalho em um CAPS da cidade de São Paulo, gerido por outra Organização de Saúde após uma série de contestações que havia feito em um curso para formação de Conselheiros-Gestores em um espaço “neutro”, descolado do contexto da tal OSS.

Curioso – ou perverso – era a tal mantenedora estar por trás do curso de formação para trabalhadores e usuários que fomentaria o controle social como previsto pelas legislações do Sistema Único de Saúde. Talvez ainda mais curioso – ou perverso – era o fato de a carta de avaliação que fiz em relação à metodologia tosca do curso estar posta em cima da mesa da funcionária do *érre-agá* que, no dia seguinte, demitiu-me.

Se eu abusasse da narrativa do Dr. Manhattan – e abusarei certamente – poderia assim dizer, como quem tem o instante aqui tão próximo quanto este tempo presente: é outubro de 2010. Estou parado na recepção do CAPS com meu ridículo jaleco branco manicomial que a OSS impunha como vestimenta. Espero para atender a Sra. Edna*, paciente que acompanhava em atendimentos individuais havia algum tempo, quando sou chamado à sala da gerente do CAPS. Ela, a gerente, me diz, com lágrimas nos olhos, que teria de ir ao RH da OSS, a dois quilômetros dali. Eu pergunto o que houve. Ela, a gerente, diz um “não sei” e nunca a mentira foi tão clara quanto em seus olhos outrora claros.

No ponto de ônibus tenho vontade de cagar. Sempre que tenho medo, tenho vontade de cagar. Masco cristais de gengibre com sal e limão para despistar o *Fodeu* que ecoava em meu pensamento — como as tais vozes que se escuta por aí. Cristais de gengibre era um vício à época. Um dos.

Minutos depois, sou demitido pela mulher do *érre-ága* que tentava parecer simpática e pelo doutor-bonachão que era o psiquiatra responsável pela gestão da OSS. Perguntam se eu quero dizer algo. Eu silencio. Volto para casa e ainda não sou o desespero que me tomaria meses depois.

Tal qual a cartografia e a etnografia se valem do diário de campo, abuso desses "*flashes*" ou "*flashbacks*" e recursos narrativos de categoria duvidosa para retomar esta marca inscrita em meu corpo. A demissão marcou um "des-esperar", uma deserção, e marcou a cisão do quão distante estavam meus estudos sobre a Saúde Pública, o controle social no SUS e a participação democrática daquela realidade "terceirizada" ou "neoliberal", como queira.

Mas, no ônibus voltando para casa, entre um gengibre e outro, a tal voz do pensamento, o tal discurso que brota lá onde é corpo, solta um "pera aí" como, dizem nas más línguas, antes de soltava um "eureka!": "se eu era Conselheiro-Gestor da unidade de saúde em que trabalhava, não podia, por lei, ser demitido". Havia a prerrogativa da estabilidade, tipo como quem integra a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) ou um cargo sindical goza de estabilidade. E agora?

O plano A era procurar um advogado. E assim o fiz. Meu amigo Marcus Salgado, depois de ouvir minhas pitangas, me indicou uma antiga professora sua da época em que cursou direito. Ela atendia na região da Sé, em um escritório numa sobreloja de um prédio de dois andares construído no início do século XX, ali próximo ao pátio do colégio.

Fui lá. Expliquei sobre a estabilidade, levei a cópia do diário oficial, conversamos sobre as taxas do processo e voltei pra casa com a procuração em branco pensando em como reunir documentos e pensando se consegui explicar direito para a doutora o que era a estabilidade da participação do trabalhador da Saúde Pública no controle social do SUS – não era, nem de perto, a área dela.

Isso foi semanas depois da demissão, talvez semanas antes do primeiro acidente vascular cerebral de meu pai. Meu pai, entre suas muitas virtudes por ter atravessado a vida e arranjado-se entre suas possibilidades afetivas, econômicas e emocionais, para além da sua fortaleza de ter sido o bastião de uma família pobre, mas nuclear – sou filho único – fazia uma espécie de projeção em mim em relação a suas questões trabalhistas – o que viria a elaborar após tempos em análise. Ele havia trabalhado a vida inteira como operador de máquinas têxteis e, quando faltavam apenas cinco anos para sua aposentadoria, "a firma faliu". A voz do *fodeu* deve ter falado alguma coisa na sua cabeça naquele tempo, imagino. Viu-se sem a mesma força para o trabalho que era braçal em um mercado repleto de jovens e

atravessado pelo comércio têxtil chinês – eram os idos dos anos 1990. Des-espere com D maiúsculo.

Sem o trabalho dele, coube a minha mãe o sustento quase integral da casa. Eu trabalhava e alternava meus gastos com baladas com uma conta de luz aqui, outra compra ali. Ela que, em diversos momentos, com seus também instáveis trabalhos de empregada doméstica, conseguiu segurar as finanças e organizar o pagamento do aluguel e das nossas despesas básicas neste período, especialmente nos tempos da minha graduação – antes disso eu trabalhava e tinha minha fonte de renda desde os 15 anos, contribuindo em casa. Gozado, não imagino que ela possa ter ouvido a voz do *fodeu* na sua vida, e digo menos por idealização do lugar de mãe e mais pela força e destreza com que planava sobre diferentes territórios.

Então, para o meu pai, o tal ridículo jaleco branco que a Organização Social de Saúde me impunha como vestimenta parecia ter um valor de orgulho e realização. Inversamente proporcional, minha demissão significava, para além das óbvias preocupações financeiras, uma ferida que lhe era também narcísica.

Parecia uma situação óbvia de ser contornada, se falássemos apenas em termos racionais. Mas não era bem assim que funcionava com meu pai. Seu ritmo alucinante de consumo de tabaco, aliado a um consumo desenfreado e quase compulsivo de comida (quase na mesma proporção com a qual tinha feito, por anos, o uso diário de mais de 1 litro de cachaça antes de entrar para os Alcoólicos Anônimos em 1986) potencializou a crise nervosa que ele fez a partir desta situação e o levou ao tal entupimento das artérias cerebrais. Eu não tinha nada que ver com isso, certo? Mas sabia que não se tratava de um relação emocionalmente possível de ser atravessada por argumentos racionais. A demissão, sim, custou essa gota a mais que fez com que o gordura transbordasse para as artérias cerebrais.

Simples assim? Como fragmentos de uma análise ou psicanálise pessoal (ou psicanálise de boteco) podem contribuir para uma cartografia com ecos ou espelhamentos da etnografia? Isso é literatura menor ou autoajuda? Pode haver literatura que não seja de autoajuda? Pode haver escrita que não seja em primeira pessoa?

Novamente parto do meu corpo, de minha pele, de camadas de vida sobrepostas à minha existência (jocosamente adjetivadas como passado) para o estudo das reinserções, inserções e deserções. Como em uma genealogia, como

em um estudo de análise de discurso, são contextualizações que enxergo ter relevância para os processos que se desdobram.

É, portanto, final de 2010. Estou desempregado, meu pai está num hospital público internado nas quebradas de Itaquaquecetuba; moro em um apartamento com a Camila na região da Barra Funda – ela, socióloga, aventurava-se a trabalhos como assistente de pesquisa de mercado e o que ganhava, se tanto, pagava o aluguel do prédio. Penso se dará certo processar os *putos-da-ó-ésse* por conta da demissão com a vigência da estabilidade por participação em um órgão do controle social.

Faço minhas contas: o aluguel era cerca de R\$ 1.000,00, o seu salário R\$ 1.200,00. Tínhamos o Paçoca, nosso cão que não cabia no apartamento – ou, se cabia em tamanho, não cabia em temperamento – e tínhamos a preciosa reserva do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do meu emprego no CAPS, além do Seguro Desemprego. Em minha conta bancária uns R\$ 28.000,00, que, embora tivesse sido a maior fortuna que já havia tido na vida, despencava vertiginosamente com as despesas.

Entre estas despesas domésticas estava o custo da gasolina e pedágios que pagava para ir constantemente a Itaquaquecetuba, onde meus pais moravam, para trazer meu pai para se tratar na região central de São Paulo: após o término da internação usei o velho truque de manipulação da territorialidade do SUS ao dizer que ele morava comigo e apresentar nossa conta de luz para que ele fosse inserido em dispositivos como a Unidade de Referência e Saúde do Idoso (URSI Santa Cecília) ou o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (o CRATOD), onde conseguimos tratamento para que ele largasse o tabaco, graças à intervenção da Dra. Ivandir, que parecia nos ler, pai e filho.

Digo parecia nos ler por conta de sua sensibilidade, calma e paciência que foram fundamentais nesse processo em que meu pai desertou do vício em nicotina com adesivos e estabilizadores de humor; em nossas conversas ela parecia filtrar meu ímpeto de “ex-trabalhador do SUS” com um discurso afiado de “direito de inserção em programas e dispositivos”, com uma espécie de “ferida no ego” que havia com a situação do desemprego e as projeções que se somavam: as do meu pai, as minhas, as nossas misturadas.

Fato é que as consultas quinzenais no CRATOD viraram pequenos rituais. Eu acordava bem cedo, por volta das 5 horas, às 6 da manhã atravessava a zona leste de São Paulo via Rodovia Ayrton Senna e, por volta das 9 horas, estávamos no CRATOD, a depender do trânsito ou da escala na Barra Funda para um café. E as histórias se misturavam na sala de esperas: dos diversos usuários que habitavam o serviço, as diversas camadas de nós, pai-e-filho que esperavam algo, sem saber precisamente o que seria.

Em meio a tudo isso, em novembro de 2010, algo me ocorreu: e se eu tentasse fazer um mestrado, com essa grana que tinha, em uma faculdade barata dessas que têm núcleos em que qualquer um entra? Eu estava sem emprego e via na possibilidade de lecionar um caminho interessante. Um mestrado seria “um investimento na minha qualificação profissional”, como se diz em cursos para desempregados.

E, enquanto pesquisava isso em sites de faculdades caça-níqueis, algo em mim como que uma outra voz soprou – lembro como se a noite estivesse aqui ao meu lado – “porra, por que você não vai atrás do melhor lugar para estudar, já que está com essa grana, no núcleo e com os professores com os quais sempre idealizou estudar? Transforma o chumbo em ouro, mano, não chumbo em chumbo!”

Foi assim que vi que as inscrições para o mestrado da PUCSP estavam abertas, foi assim que reuni coragem para pagar os R\$ 200,00 da taxa de inscrição e, acompanhado de minha mãe que me propulsionou, como sempre, fui ao banco recolher o pagamento. Blefe? Blefe é pouco.

Hoje, ainda fascinado pelas máquinas artesanais de voar (há um video dos músicos alemães do Notwist, chamado “Where in This World”⁵³ que é um verdadeiro tratado semiótico sobre o tema), consigo perceber que se jogava era a possibilidade de abrir outros territórios: para além do estudo, o título de mestre é o que poderia assegurar o emprego como professor universitário. Na real, eu sempre tive que o caminho possível para outras inserções sociais, no meu caso, teria de ser via estudo. Estava, de certa forma, pensando como dez anos atrás.

⁵³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y8w2oVZ6Sio> (acesso em 07.jun. 2018)

4.2.4 *You Are Wrong When You Said: Everything is Gonna be Allright*

A prova do mestrado tomava uma terça-feira inteira. Pela manhã, prova de inglês. À tarde, a prova dissertativa. De inglês sempre arranhei o básico do básico com o consumo de muita música e alguns filmes. Tinha um dicionário recém-adquirido no caminho de casa para a PUCSP em uma livraria do terminal Barra Funda e tinha comigo um tocador portátil de música de luxo: um iPod marca Apple que havia comprado em prestações após ouvir a Renata Buelau, terapeuta ocupacional com quem dividia as “Oficinas de Expressão Sonora”, recomendar-me com veemência dizendo “você gosta de música, precisa de um desses”, ou algo assim.

Fato é que, naquele dia, fui caminhando para a PUCSP ouvindo um disco (ops, ouvindo as músicas do álbum) do *Built to Spill* no talo. Depois que acabei a prova de inglês, desci para almoçar com a Renata e outra ex-colega do CAPS, Alice Bei. A primeira também prestava a prova. A segunda já fazia mestrado na PUCSP. Conversávamos sobre os valores das mensalidades e a possibilidade de bolsa de estudos.

Tal qual a foto que o Dr. Manhattan guarda nas mãos, sou capaz de lembrar que o “quilo” do almoço passava dos quarenta reais, e havia alguns grãos-de-bico do meu prato repleto de folhas de alface e umas regalias vegetarianas à base de soja e tomates-secos. Eu olhava ao redor, via aquele universo repleto de pessoas quase todas brancas, quase todas lindas, quase todas ricas, quase todas limpas. Cifras se moviam em meus pensamentos. Uma mensalidade de R\$ 1.800,00 para um desempregado naquela situação? O que eu estava fazendo ali?

Disse que precisava dar uma volta. Coloquei o som de novo, *The Plan*, do tal disco do *Built To Spill* no talo, e resolvi tomar uma *Smirnoff Ice* antes de fazer a prova. Isso me fez tão bem para o ânimo que tomei a segunda. E subi as escadas com uma intensidade acumulada, pulando os degraus de dois em dois. Essas escadas ficavam num canto do prédio. Ia por ali para passar despercebido, acho, e foi nessa hora que pensei que se eu estudasse lá sempre subiria por aquelas escadas... Não lembro o que escrevi na prova, mas lembro de ter mencionado o desejo de estudar a modulação de subjetividades no Metrô de São Paulo.

Salto:

É, então, maio de 2011. A avó da Camila tinha falecido havia algumas semanas. Meu pai tinha deixado o vício do tabaco e estávamos nas vias sacras rotineiras com suas consultas, agora incluindo o geriatra da URSI, a Unidade de Referência de Saúde do Idoso de Santa Cecília. Uma inserção em saúde que era um palácio se comparado ao Hospital Santa Marcelina de Itaquaquecetuba. Minha fortuna de outrora vintena de milhares de reais se resumia a algumas centenas na conta, após a dança dos dias e após o pagamento das cinco mensalidades mais matrícula do ousado blefe de estudar na PUCSP. As aulas eram sensacionais, os textos estavam em sintonia com a minha demanda, mas, às vezes, ficava vendo as discussões em sala de aula e me subia o bom e velho ódio de classes. A narrativa ou os discursos de defesa-armadura aos quais recorria sempre que queria rasgar alguma coisa. Era um lugar de fala – hoje sei nomear aquilo como uma reterritorialização, ou um tipo de inserção social. Hoje sei que estava tentando fundir peças de metal encontrada em ferro-velho para fazer a fantástica máquina de voar.

E foi dali, em um dos meus quase surtos, que passei a comentar não sei o que sobre a discussão em sala começando pelo assunto e terminando pelo esculacho em estar em um ambiente como aquele, com pessoas que achavam natural a relação de compra e venda de conhecimento ser mediada por aquele valor de mensalidades e reclamando da falta de mobilização política para que mais bolsas de estudos pudessem aparecer em um departamento que tinha bolsas minguadas⁵⁴. Não lembro exatamente o que eu disse, mas lembro exatamente como me sentia. Era um misto de desespero e esperança, era uma conta que não fechava, era uma alegria por estar ali e ao mesmo tempo um “onde fui me meter”. Era um anonimato e um grito, ao mesmo tempo.

⁵⁴ Insiro nesta nota de rodapé trechos de meu “diário de campo” ou CaderNOSum, como os chamo, de 18 de março de 2011 após um café durante um dos intervalos na PUCSP: “No café: conversas sobre preços de passagem para Paris, Orlando, Medellín; conversas sobre um rodízio de queijo excelente em Paris – o rapaz disse à moça: ‘trarei-lhe um cartão de visitas’. A moça comentava sobre a limpeza nas ruas de Montevidéu e eu acenei com a cabeça e entrei na conversa ou no ‘falso self’. Uma antiga analista dir-me-ia: ‘viu, como você tem algo a oferecer?’ A moça disse sobre o fato de seu trabalho custear-lhe passagens até mil Euros, e ela conseguira uma sob uma pechincha de mil e quinhentos reais. O rapaz comentava que o preço que pagará para viajar para Medellín, cinquenta reais a menos do que seu colega pagara para ir à Orlando, na Disney World, daria para ele viajar até Londres. E que não atenderia durante uma semana, depois teria que trabalhar dobrado para repor os atendimentos. Eu comentei que Medellín devia estar muito interessante, mesmo porque diversos programas sociais e (melhorias) dos transportes públicos havia sido feitas. Ele, sempre positivo, verdadeiro vencedor, disse-me que depois que eles resolveram o problema do narcotráfico, no que estavam bem melhores que nós, tudo ficou bem melhor. Ele disse que gostaria de ser desencanado e mandar tudo se foder. Mas, se fosse, não seria psicólogo clínico. Eu pedi licença e fui ao banheiro assoar o nariz, imaginando que estava demais na conversa e pensando com meus botões: eles formam um belo casal...”

Saí da sala, desci as escadas. Acho que ouvi *Built to Spill* de novo, porque desde a prova o disco marcou a situação, e o havia tomado como um ritual, assim como o ritual de só transitar pelas escadas e não pela rampa. Acho que foi nesse instante que o Lucas me ligou. Disse que iria passar para mim um aluno de tutoria que uma escola caríssima havia indicado a ele, mas que não poderia assumir. Essas tutorias eram acompanhamentos individuais, no território do adolescente em questão, geralmente "moleques" ou "minas" de classes de elite, de colégios de elite, normalmente diagnosticados com TDAH que o Lucas, professor de História, vivia pegando como "bico" e ficou de passar algumas para mim até as coisas melhorarem. "Demorou, Lucas, eu topo."

4.2.5 Júlio-Gênio

As tutorias representavam uma forma "capenga" de trabalho e profundamente "desafiadora" para mim (termo que os especialistas em érrre-agá adoram) por diversos motivos. Primeiro porque envolviam uma relação mediada por um saber e por um tipo de lugar no suposto saber. Segundo porque implicavam que eu ajudasse adolescentes a desenvolver algo que nunca tive: capacidade de organização, dosagem e hábitos de estudo. Terceiro porque implicava fazer isso no *setting* de estudos do próprio adolescente, ou seja, sua casa. Quarto, e mais importante: odiava ir a "casas de família".

Não me sentia bem por diversas razões. Abusando dos ecos ou espelhamentos da cartografia com a autoetnografia (ou o pastiche da tal autoanálise), poderia remontar às sensações inconscientes de, bem pequeno, ter que acompanhar minha mãe em seus trabalhos em casas de família. Qual o lugar do filho da empregada em um dia de trabalho em uma casa de família face às brincadeiras ou relações com os filhos burgueses da patroa?

Para além do marxismo de boteco, com a foto em minhas mãos, poderia até arriscar. É 1984, eu tenho 7 anos. Estou na casa da Dona Ivanice. Minha mãe arruma a cozinha, o filho mais novo dela, Joivan, vê televisão deitado na sala. A televisão é em cores. Eu sento no chão da sala. Ele percebe minha presença e, por isso, desliga a televisão. "Filho da puta." Eu continuo sentado no chão da sala e,

ainda assim, olho para a televisão desligada e penso algo do tipo: “Ela tem botões no lugar de seletores. Deve ser legal apertá-los”.

Por tudo isso, entrar na casa de um adolescente com o Júlio, morador de um apartamento de uma rua nobre no Paraíso, não era uma tarefa como outra qualquer. Era um retorno a uma “casa de família”, era um “retorno ao recalcado”. Mesmo assim, lá estava eu em nosso primeiro dia de trabalho. As tutorias me dariam R\$ 65,00 por hora. Era muito mais do que os R\$ 17,00 por hora que ganhava com um subemprego que consegui pela manhã lecionando psicologia e ética como professor horista em uma escola técnica no Capão Redondo – dos quais tinha que descontar a gasolina do carro da Camila que gastava para ir até lá – para alunos do curso de Segurança no Trabalho.

Mas, as tutorias permitiam que algumas idealizações despencassem. A começar por, mergulhado naquele *setting* alheio, corpo estranho em um território familiar, ser atravessado por fragmentos de uma relação familiar que ia além da mera questão da organização dos estudos. Ficava claro que o tal diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade de Júlio não era tanto de seu corpo, mas talvez tivesse mais relação com todo aquele entorno.

Minhas impressões – e falo só de minhas impressões – era de que algo pudesse ter relação com o corpo aparentemente bem cuidado por academias e roupas de grife de sua mãe repousado em um sofá, enquanto assistia a programas vespertinos da televisão a cabo e fumava cigarros longos, e uma relação difusa que Júlio mencionava sobre seu pai (que seria executivo de um banco, e quem sustentava a casa), seu irmão mais novo e o atual namorado da mãe. Para meus valores e minha visão de mundo, era uma cena estranha, que lembrava novelas latinoamericanas dos anos 1970.

Claro, eram fragmentos de uma “casa de família” que assaltavam a minha escuta treinada ou inventada para a clínica (em uma época em que ainda ouvia em minha memória as discussões do pessoal do CAPS falando não sei o quê sobre família desestruturada ou comerciais de margarina), em uma tarefa e um lugar ético diferente da questão da clínica em si – mas que não estava dissociada da clínica; ao menos era assim que via e ouvia.

Só que o Júlio era um “cara” sensacional. Se se perdia em algum fluxo das contas que tinha que fazer, tinha uma prontidão, uma capacidade de conexão, uma

alegria por ter que fazer aquelas chatices dos exercícios da sua escola de elite classe A (uma mensalidade lá para o ensino fundamental era uns R\$ 2.500,00, bem mais do o mestrado caríssimo; ele era colega de sala de pessoas de elite, e vez ou outra comentava casos do filho do Arnaldo Antunes, seu colega de sala). Eu estava lá trabalhando, estudando, aprendendo, tratando um ou dois traumas, mas também servindo como uma espécie de acompanhe terapêutico — só que o território por onde flanávamos era seu quarto, sua casa. Acho que eu era cúmplice um tanto "*freak*" ou um tanto "*fake*" no papel de um tutor autônomo recomendado por um amigo de um amigo de uma escola de elite e não combinava com os formalismos do personagem.

Para um adolescente do sétimo ano, talvez isso pouco importasse. A questão eram aquelas contas de matemática me pareciam coisas de outro mundo – eu não alcançava fazê-las nem recorrendo ao pouco de matemática que aprendi quando estudei no Cursinho da Poli para o vestibular. Além disso havia as tarefas de interpretação de textos “cabulosos”. Eu tentava desvendar tudo aquilo e, quando conseguia achar um fio da meada para lançar outro caminho de raciocínio para partilhar com o Júlio, não raro ele dizia com um misto de ironia e alegria: “Gêêêênio”.

Às vezes eu solicitava reuniões com a coordenadora pedagógica para entender de onde poderia vir o tal diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, ou o porquê da Ritalina, ou “como assim ele não vai bem na escola?” Não dizia com essas palavras. Mas ouvia sempre dela que talvez aquele fosse um dos casos mais difíceis da turma. Acho que ela deixava escapar algo sobre “o problema de uma família desestruturada”. Dizia também, não sem certa surpresa, que sua concentração e organização estava melhorando com os trabalhos de tutoria, mas se mostrava pessimista quanto ao ano letivo.

Eu tentava sinalizar esses tópicos nas poucas brechas que tinha para conversar com sua mãe, entre um pagamento e outro. Eram conversas muito respeitosas. Aos poucos fui percebendo que aquela parecia ser a forma com a qual ela conseguia ser mãe – talvez não fosse a forma com a qual quisesse ser mãe. Pelo menos hoje isso me parece claro por diversos outros atravessamentos. Era uma casa de família, o que não se confunde com uma “casa de família de margarina”, mesmo eles tendo um padrão de vida totalmente distinto do meu.

E, em meio ao meu rancor ou ódio de classes, em meio aos meus estereótipos e agenciamentos discursivos, incluindo os da clínica, pude notar que ela era mais do que uma “mãe suficientemente boa” nos dizeres de minha tosca leitura da obra de Donald Winnicott. No fundo, idealizo, toda mãe é sempre um pouco mais do que uma “mãe suficientemente boa”. Enfim. Nem vem ao caso... A questão é sobre as linhas de preconceito ou estigmatização que levava comigo para um lugar como aquele.

4.2.6 Das Conversas com Amaranta ao Casal de Adolescentes no Marengo

Mas, corto para maio de 2011. Esse trabalho de tutoria estava só começando. Outros alunos – como a Flávia – viriam no decorrer do ano. Eu frequentaria outras casas de família nesse outro papel e poderia ouvir até uma voz imaginária nos meus pensamentos do tipo: “você ajuda meu(minha) filho(a), então você é bem-vindo, e se quiser pode até assistir nossa TV em cores”.

Enquanto isso, eu ainda fazia mestrado na PUC-SP. Mestrado caríssimo no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade, com colegas de classe que, certamente, sempre tiveram TV em cores... E, em um dos intervalos nas aulas da PUCSP, sentei-me para conversar com uma adorável colega, a Amaranta.

Amaranta era uma daquelas garotas que pareciam ter vindo de outro lugar do mundo. E, talvez pela forma como ela comentava sobre Lisboa, sobre a idealização que tinha da Luz Boa de Lisboa repudiando sobre o Tejo e refletindo ainda em seu olhar, talvez pelo ritmo quase antipaulistano com o que seu corpo parecia ocupar um espaço tão hostil quanto os daquela cidade (era difícil imaginá-la no horário de pico na Estação Sé, por exemplo, tomando um metrô para a Vila Matilde), era sempre delicioso conversar com ela.

Naquela noite, perto dos elevadores, em um banco de madeira, nossa conversa chega ao capítulo típico sobre relacionamentos. Ela me conta sobre o Berba, seu companheiro desde a adolescência, eu lhe conto sobre como conheci e como comecei a dividir a vida com a Camila, e em um dado momento ela solta uma pergunta desmedida: “você pensam em ter filhos?”

Tão espontâneo quanto meu espanto com a pergunta foi a exclamação com que lhe respondi “filhos, eu? Nem fodendo! Não tenho a menor condição financeira,

emocional, espiritual para ter filhos!” Acho que rimos, ou chegou um elevador cheio de pessoas que sempre tiveram televisão em cores, ou tudo isso ao mesmo tempo.

Dias depois fui fazer um processo seletivo para uma vaga de psicólogo em um Centro de Convivência em Campinas. Decidi levar meu pai. Achei que ele ia gostar do passeio, achei que seria uma boa viajarmos juntos e trocar uma ideia – ele sempre gostou muito de viajar.

Eu ia fazer 33 anos, e só há um ano tinha a carta de motorista. Dirigir sempre foi um sonho distante que, depois de duas reprovações por baliza e estacionamento raspando a guia, consegui finalmente realizar, graças à disposição da Camila – e do seu Fiat Palio – em me ensinar. Então o pretexto de viajar com meu pai enquanto ocupava esse lugar de motorista também significava muito: trilhar estradas de outro lugar, ou – para usar uma palavra tosca – com outro tipo de “empoderamento”.

Na volta da viagem a Campinas (fiz a entrevista final e acho que, no entanto, acho que o problema foi a *performance* na dinâmica de grupo) passei em nosso apartamento na Barra Funda. Eram dois lances de escada, meu pai se recuperava à sua maneira do AVC, ou seja, “fisioterapia é frescura” ou algo assim, e por isso subia vagarosamente os dois andares de escada, em passos de tartaruga e com apoio. Mas subia.

Jantamos. A Camila preparou alguma coisa rápida e gostosa – ele sempre achava legal as comidas que ela fazia. Estávamos cansados da viagem, e eu ainda iria levá-lo à sua casa no Parque Marengo, em Itaquaquecetuba. Mais uns 40 km pela rodovia Ayrton Senna, antiga rodovia dos trabalhadores. Era um caminho que estava mais do que calejado em fazer.

Antes do AVC e do desemprego, íamos geralmente os domingos pra lá (era a Camila quem dirigia, e na época ainda levávamos o cão Paçoca no carro). Antes de namorar a Camila ia mesmo assim todos os domingos pra lá, pegando trem até Suzano e de lá uns táxis-lotação com uns carros velhos no que poderia ser definido como um “proto-uber-tosco”. Depois do AVC e depois que eu tirei a carta de motorista, era mais de uma ou duas vezes na semana que fazia esse trajeto. Sempre convidava a Camila pra ir comigo – gostava da sua presença tanto na ida quanto no desembarque em meio às duzentas recomendações de minha mãe – seja na volta, quando quase sempre eu estourava um baseado no percurso ouvindo som alto e curtindo o barato de dirigir. Mas ela já estava de saco cheio do percurso.

Mesmo assim, naquela noite, eu a convidei. “Vamos lá comigo levar meu pai?” Ela, estranhamente, aceitou de imediato: “Vamos”.

Depois que deixei meu pai naquela noite, enquanto dirigíamos pelas ruas do bairro, vi um casal de adolescentes sentados em frente à casa. Com meus microfascismos preconceituosos pequeno-burgueses característicos, ou meus agenciamentos coletivos de enunciação de “cidadão de bem que escapou daquilo ali”, disse algo do tipo “tá vendo, Camila, esse é o Marengão. Logo logo a mina fica grávida, eles fazem um puxadinho em cima, e o bairro vai explodindo, sem qualquer possibilidade de planejamento”. Devia estar no meio dessa frase quando ela segurou minha perna e disse: “então, preciso te contar uma coisa...”

Foi só naquela primeira palavra que a ficha caiu. Eu havia me esquecido (esquecido?) que na manhã anterior ela falou que iria comprar um teste de gravidez, e que estava preocupada com sua menstruação atrasada. Tal situação já havia nos ocorrido outras vezes e em todas elas eu havia entrado em pânicos vertiginosos – parte pela nossa imaturidade, parte pelas razões inconscientes ou nem tanto de, aos 18 anos, ter atravessado um episódio sempre traumático de aborto com uma ex-namorada.

Então, quando ela me disse “então...” enquanto eu via o casal de adolescentes sumir no retrovisor, tudo que eu consegui fazer foi me silenciar, segurar o pânico e a vontade de cagar e, simplesmente, dirigir para casa. Calado. Mudo. Não conseguia falar absolutamente nada. Nem o tradicional baseado da volta pela Ayrton Senna estourei.

Acho que ouvi ela dizendo que o resultado deu positivo enquanto passávamos o pedágio. Acho que foi em frente ao Parque Ecológico do Tietê que ela me disse que ficou em dúvida, por isso, enquanto eu estava em Campinas, foi a um laboratório colher uma amostra de sangue. Acho que avistávamos o Centro de Treinamento dos jogadores da Portuguesa de Desportos enquanto um Airbus gigante rebojava soberbamente para pousar em Cumbica e rasgava o céu à nossa direita quando ela me disse que o resultado do exame de sangue chegaria pela internet, e que assim que chegássemos em casa ela iria abrir o site para ver.

O resultado a gente já sabe.

Menos de uma semana depois conversava com a Amaranta: “então, lembra daquilo que falávamos sobre ter filhos...?”

4.2.7 Contas, Mochilas e Telescópios

Era maio de 2011. Eu sabia há poucos dias que seria pai. Eu estava em um mestrado que custava R\$ 1.800,00 por mês. Meu dinheiro tinha acabado em abril, e àquela altura devia uma mensalidade. Tinha subempregos de tutoria em casas de família, subempregos de docência em uma escola de ensino técnico de segurança da trabalho no Capão Redondo e um trabalho temporário em uma espécie de contraturno escolar para adolescentes na região do Jd. Peri na zona norte, pelo SENAC-SP.

Iria ser pai. Precisava de uma bolsa de estudos. Foi então que conversei sobre isso (em sala de aula mesmo) com a orientadora Suely Rolnik em um desabafo ou outro quase-surto quando discutíamos não sei o que do acesso às cidades e quando aprendi o sentido do termo gentrificação. Não lembro o que disse, nem como disse, mas lembro o que queria dizer: era como um retorno do recalcado, um ódio de classes ou o bom e velho território de filho-único-mimado-vítima-sem-tv-em-cores: “Porra, vocês estão falando não sei o que sobre acesso às cidades, enquanto eu, um fodido da vida, vou ter que largar esse mestrado, não consigo emprego, e ainda vou ser pai!” Não foi assim, mas é assim que quero lembrar (tal qual fazia o personagem Kevin Arnold no seriado Anos Incríveis).

Era estranho. Eu queria dizer para eles o tempo inteiro que eu estava fodido, que eu estava desempregado, que não era para eu estar ali, que não sabia o que fazer; mas, em vez de ouvir isso sob o discurso da vítima, eles, os professores com quem conversei, pareciam ouvir sob outra perspectiva e sempre me diziam algo sobre a potência daquele momento. Não diziam com essas palavras – nem lembro o que eles diziam ou o que eu ouvia – mas o enredo era sobre a potência do momento, sobre “que bom que você pode estar aqui”. Eles faziam isso não com a inocência estéril do debate político de um budista, por exemplo; faziam isso de um lugar que era ao mesmo tempo político. Demorou um tempo para perceber assim.

Foi mais ou menos como disse a Renata Buelau quando lhe contei que seria pai com um misto de alegria e desespero. “Não se preocupa, Alti, as crianças vêm com uma mochilinha.” Acho que, enquanto ouvia isso com a delicadeza ou encantamento que lhes eram costumeiros, pensava algo escroto como “pra você que vem de família burguesa do Brooklin é fácil dizer isso”.

Mas acho que sua frase se consolidou quase que como profecia: um mês depois, em junho, saiu minha bolsa de estudos e não só não teria que pagar os então R\$ 1.800,00, como ainda receberia do CNPq os R\$ 1.200,00 mensais para a pesquisa de mestrado. As coisas, decididamente, estavam caminhando.

Por isso, logo um mês depois de o Igor ter nascido, em fevereiro de 2012, quando estávamos esperando para uma consulta de rotina com seu pediatra homeopata (a Camila ainda tinha um convênio médico familiar na época e tínhamos dessa regalia de consultas de rotina em pediatra homeopata, apesar de termos escolhido ver o Igor chegar ao mundo em uma Casa de Parto mantida pelo SUS em Sapopemba) e quando o celular tosco que tinha faltando botões tocou com uma moça de outro érre-ága de outra OSS me chamando para um processo seletivo para uma vaga de 30 horas em um CAPS AD, achei que seria uma oportunidade interessante. Devo até ter pego o moleque no colo e agradecido, antes de entregá-lo à homeopata.

Foi assim que cheguei ao CAPS AD Santana, para uma entrevista com o gestor de lá à época, Vilmar dos Santos, e, logo depois, para meu primeiro dia de trabalho. Por ser uma área afim com a prática do mestrado em psicologia clínica (afinal era um emprego de psicólogo), o acúmulo dessa atividade laboral com a bolsa do CNPq foi autorizada. E, para além do respiro em relação às contas, trabalhar em um CAPS AD me trouxe uma oportunidade de entender, na prática, a diferença brutal entre as modalidades da abstinência e da Redução de Danos que havia na abordagem e acompanhamento dos transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Afinal, meu trabalho e estudo em relação à questão das drogas era permeado pela minha trajetória de usuário de drogas – se não com a compulsão robusta que assola um usuário problemático de cocaína, *crack* ou álcool – pelos meus rompantes até então sempre pontuais, porém periódicos, com o álcool, pelas minhas aventuras e aprendizados com o mundo paralelo que os alucinógenos me abriram (culminando, após minha inserção em consumos periódicos de *ayahuasca* em uma igreja do Santo Daime, na abertura para os estudos da Umbanda, também em uma inserção na Umbanda “crua”, em um terreiro ali na região da Barra Funda, onde experimentava o contato com meus Pretos-Velhos de outro lugar que não o tomado

pela beberagem da *ayahuasca*), e pelo meu consumo diário de mais de uma década e meia de pelo menos uns dois baseados ao dia.

Obviamente meu lugar ético de perceber o atravessamento da questão das drogas na contemporaneidade era permeado por essa trajetória de usuário, e as estratégias de Redução de Danos, que de certa forma ainda eram um debate novo para mim, tinham um território que me era familiar (ao menos naquilo em que se opunham em relação ao modelo da Guerra às Drogas).

Afinal, eu não chegava a ser *habitué* de todas as Marchas da Maconha que, até pouco tempo antes, eram clandestinas, mas cheguei a ir a algumas (e em uma delas até levei o Paçoca, o cão). E eu era um entusiasta dos territórios paralelos que os alucinógenos abriam desde meu primeiro contato com o LSD, em 1997, quando as estrelas finalmente apareceram no céu no auge dos meus vinte anos em uma noite na praia de Trindade-RJ – ainda hoje, quando tropeço em frases do tipo “quanto mais telescópios os homens inventarem, mais estrelas surgirão”, atribuída a Flaubert, pareço ser capaz de ver o quão estrelado era o céu daquela madrugada, ao som de “*Daybreak is My Friend*”.

4.2.8 Redução de Danos e Produção Coletiva de Intervenções e Inconscientes Institucionais

Trabalhar no CAPS AD Santana após aquele contexto pós-demissão abusiva sendo curado com o curso do mestrado em Psicologia Clínica pelo Núcleo de Estudos de Subjetividades da PUCSP com uma bolsa de estudos, após embalar meu filho recém-nascido nos braços ao som de Don Drummond e me ouvir comemorando algo sobre o fim da solidão foi como a descida de um ciclista após longa etapa de subida morro acima.

Encontrei não só um tema que me era novo (do ponto de vista da clínica), mas instigante, como também encontrei acolhida em um modelo de gestão e em um agenciamento com uma equipe de trabalho que era muito distinta da forma como os dias se passavam no tal CAPS do outro lado da cidade gerido por uma outra organização social – e por uma outra concepção gerencial – tão distinta.

O mérito das reuniões diárias de trabalho em menor tempo e em substituição às institucionalizadas reuniões semanais que havia experimentado, aliado ao mérito

da condução coletiva das discussões proporcionava aberturas para reflexões – e para que eu me expressasse – de um jeito diferente, ou em um lugar de fala diferente do que havia ocupado até então.

A carga horária reduzida (as 30h semanais em um local de trabalho distante 45 minutos de caminhada e metrô ou mesmo 45 minutos de bicicleta pela Braz Leme ante as 40h semanais do antigo emprego que, somadas às 3 horas diárias gastas nos deslocamentos de ida e volta) também fazia uma brutal diferença: entrava às 13h, saía às 19h. Tinha as manhãs para o estudo, para o embalo do Igor, para as rotinas diárias – e, nos dias das aulas do mestrado, havia feito um arranjo para trabalhar pelas manhãs e ter as tardes livres (arranjo este que durou até, meses depois, conseguir uma transferência efetiva para o período da manhã).

Dentro deste outro lugar de fala, pude dividir com os colegas logo após os primeiros meses de trabalho alguns incômodos em relação ao fluxo dos usuários no CAPS AD Santana. Nossa percepção era a de que o CAPS, por ser um equipamento de porta aberta, estava muito bom em colocar as pessoas para dentro, mas não muito bom em colocar as pessoas para fora. A dinâmica institucional do trabalho estava organizada em uma entrevista de acolhimento para quem procurasse o serviço – em um plantão de atendimento individuais que era escalonado entre os componentes da equipe multidisciplinar – em que, de imediato, era ofertado ao sujeito um Plano Terapêutico Singular com as atividades da grade, incluindo as oficinas expressivas e um grande grupo operativo aberto de conversas chamado “Grupo de Acolhimento”.

Ora, decorria daí que os próprios usuários traziam essa problematização sobre o funcionamento do grupo de acolhimento, seja em elaborações refinadas, seja em comentários diretos como “não aguento ficar neste grupo, estou aqui há seis meses e é sempre a mesma coisa, sempre alguém falando da recaída que teve, ou alguém chegando para se tratar falando que quer mudar de vida, conseguir um trabalho e reconquistar a família. Sempre a mesma ladainha”.

Começamos a problematizar esses fluxos em nossas paradas técnicas e, com a equipe e gerência, ajudei a desenvolver um modelo de acolhimento baseado em fluxogramas que pareciam simples de se desenhar, mas que eram “desafiadores” (de novo a expressão tosca do érre-agá) para colocarmos “no chão”. A expressão “no chão” era típica do discurso que ouvia quando eu trabalhava no Mc

Donald's. Referia-se, especificamente, ao posicionamento das pessoas: quem vai "pro chão" é quem vai assumir a chapa, quem vai assumir a tostadeira, o balcão e assim por diante⁵⁵.

Os fluxogramas nada mais eram do que a visualização dos usuários inseridos no CAPS por seu tempo institucional. Diferentemente dos outros CAPS, como aquele em que eu trabalhara antes da demissão, que faziam divisão por "territórios" (por exemplo, o paciente do bairro tal pertence à mini-equipe tal), propusemos uma divisão que não se dava de acordo com o território em si, mas com o tempo institucional da inserção.

Explico (ou tento): nós íamos os usuários que estavam chegando ou retornando ao CAPS depois de um período de seis meses como pertencentes a um tempo inicial de vinculação ao serviço. Chamávamos de T1. Assim, a oferta de cuidado era uma oferta que visava à própria vinculação nos grupos, atendimentos individuais e oficinas voltadas para este momento.

Aos que já frequentavam o CAPS por algum tempo e estavam relativamente vinculados, pensávamos em outra modalidade específica de acompanhamento, que chamávamos T2 ou Tempo 2, com uma oferta mais diversificada de ações. No caso, por exemplo, entre outras propostas entravam os grupos operativos de psicologia para discutir não só as questões mais emergentes em relação ao uso da droga em si, mas que traziam em sua tarefa o estabelecimento de vínculo e acessos a outros conteúdos subjacentes à própria questão do uso, como a dinâmica emocional e familiar do sujeito. Da mesma forma, grupos e oficinas expressivas que visavam a produções específicas entrariam neste Tempo 2 – caso, por exemplo, de um grupo de teatro ou de gravação de histórias que precisavam de certa cadência para entregar alguma "produção".

Por fim, era preciso olharmos para quem estava lá havia algum tempo, e com relativa distância em relação ao uso abusivo da droga de escolha ou mesmo uso controlado desta. Urgia pensarmos as estratégias de reinserção social, ou "como

⁵⁵ E que não deixam de ser ecos e traumas que vira e mexe se manifestam de forma consciente (como quanto desenhava fluxogramas como aqueles do CAPS AD Santana) ou inconsciente (como em meus muitos sonhos que tenho embalando lanches). Foi um tipo de "inserção social" que me deixou marcas que gosto de pensar que são parecidas com as que via nos filmes de veteranos de guerra do Vietnã na Tela Quente, afinal foram quatro anos em uma rotina operacional voraz de uma lanchonete da referida rede no Shopping Aricanduva, que à época era a segunda loja que existia na zona leste e que, com a explosão do consumo pós-Plano Real, tornou-se, em dezembro de 1994, a quinta loja da rede que mais recebeu clientes no mundo.

botar o sujeito pra fora do CAPS”, como ter fôlego para fazer as estratégias e costuras de apoio matricial com as equipes da atenção básica. Chamávamos esse tempo institucional de Tempo 3 ou T3.

Em meio a este fluxograma havia atividades e espaços que, obviamente, eram transversais e precisam ser potencializados com tal. A começar pela ambiência. Foi proposta então uma escala específica de ambiência, com um olhar diferenciado por parte do componente da equipe multidisciplinar para que, tal qual previsto na Política de Humanização do SUS, fizesse desse momento um potente espaço de encontro de sujeitos e subjetividades, mediando e fomentando conversas e assuntos espontâneos, sem a necessidade de institucionalizar este tempo-espaço institucional no formato de um grupo de acolhimento, por exemplo.

Outra contribuição por nós proposta e acolhida em coletivo foi que o usuário, ao ser acolhido no CAPS, não precisaria ter seu técnico de referência (que, até então, era quase sempre o próprio profissional que fazia a entrevista inicial de acolhimento ou pronto-atendimento) nem seu Plano Terapêutico Singular já desenhado – que até então era uma tarefa abstrata que parecia partir mais do desejo do profissional e da oferta das atividades em si do que do próprio desejo do usuário. O sujeito poderia ter tempo para transitar por alguns espaços abertos, grupos específicos e oficinas até ir se vinculando ao serviço e, então, optar por ações em seu Plano Terapêutico.

A referência técnica do sujeito passava a ser não mais um profissional da equipe, mas uma dupla ou trio que coordenava um Grupo de Acolhimento que, então, passava a ser específico para quem estivesse no T1. Assim, com a reformulação dos Grupos de Acolhimento, proporcionávamos também um espaço importante da dinâmica de acompanhamento psicossocial dos sujeitos acometidos por transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, que era a própria partilha coletiva das expectativas, dificuldades e singularidades de cada caso entre os demais colegas em um momento parecido do tratamento, seja de vinculação ou retomada deste.

A fase de implantação destas propostas foi um momento de muita ebulição e entusiasmo naquele nosso cotidiano de trabalhadores da saúde mental terceirizados por uma Organização Social de Saúde. Foi um privilégio e um aprendizado poder ter vivido aquilo. Em reuniões acaloradas, técnicos de enfermagens e médicos

psiquiatras analisavam os êxitos e pontos a serem melhorados da proposta. Uma das psicólogas com quem dividia grupos e que estava há mais tempo na instituição, Maria Fernanda, falava do quanto estava conseguindo se dedicar mais aos casos de usuários institucionalizados no CAPS.

A médica que fazia a clínica-geral, Dra. Sônia, que mais parecia uma entidade posta naquela equipe – com sua calma e experiência de quem viveu parte da vida à beira-mar em Niterói-RJ e de quem trabalhava em outros contextos extremos como o hospital penitenciário – nos dava lastro e confiança à medida que assumia uma escala específica para que a avaliação dos usuários em T1 pudesse ser feita também por meio de seus atendimentos de rotina. O gestor, Vilmar, parecia animado: ora defendia a proposta com ênfase nas reuniões, onde, não raro, ficava corado e rubro, ora escrevia páginas e páginas das memórias de nossas reuniões. Estas são algumas entre outras fotografias mentais ou invocações daquele tempo que trago comigo em meu diário de campo que é meu corpo. Todos os cadernos são mesmo um.

Por isso, pouco depois de o Igor pelejar para assoprar a única velinha do seu primeiro bolo de aniversário, a vida parecia estar em outra cadência e calmaria – a tal descida do ciclista morro abaixo. Os contatos estavam cada vez mais ativados. O trabalho rendia a ponto de eu ter sido escalado para exercer esta função simbólica, porém promissora, de gerência partilhada de uma das duas Unidade de Acolhimento Transitórias vinculadas ao CAPS AD Santana, um equipamento específico de Reinserção Social (ou "T3 na veia", como dizíamos).

O mestrado também estava indo em um ritmo interessante. Convites estavam surgindo para explanações ou palestras sobre a questão das drogas ou da metodologia da Redução de Danos que estávamos implantando, em eventos como os da Liga de Farmacodependência do PROAD da UNIFESP. Este setor era mais ligado a um dos expoentes da Redução de Danos no Brasil, Dr. Dartiu Xavier, e era diametralmente oposto ao UNIAD, também na UNIFESP, setor ligado às escolas da “dependência química” capitaneados por figuras que já àquela época era de um poder exponencial nos mandos e desmandos das Políticas Públicas sobre Drogas no Estado de São Paulo, com o Dr. Ronaldo Laranjeiras à sua frente.

4.2.9 Lugares de Fala

Um destes convites para uma palestra em uma universidade particular rendeu-me até uma sondagem para que eu assumisse aulas no curso de psicologia no semestre seguinte. Ainda, então, por se confirmar, era a proximidade de um objetivo profissional antigo: lecionar, porém para público e em condições condizentes às questões teóricas com as quais almejava trabalhar e que não encontrava nem nas aulas de psicologia e ética do curso de técnico de segurança do trabalho da escola de ensino profissionalizante do Capão Redondo nem em minhas andanças como professor eventual nas escolas estaduais Padre Manoel da Nóbrega (Matão) e Benedito Tolosa, ambas na Casa Verde, ambas com turmas de ensino fundamental e médio, onde trabalhei em 2006 e 2007.

Outro destes convites para uma “fala” partiu de um sujeito que assistiu a uma exposição que fiz em um evento na Escola de Enfermagem, em que o Vilmar foi o convidado e não pôde ir, indicando-me. Thiago era seu nome, e ele respondia pelo Departamento de Saúde Mental de um município próximo a Rio Claro, no interior do Estado de São Paulo, chamado Santa Gertrudes. Era para que eu fizesse uma fala em um evento de preparação para as comemorações do 18 de maio na região.

Dividira a mesa com um antigo professor da graduação, Silvio Yasui, a quem devo tanto minha gratidão pela inserção na área da saúde mental quanto a gratidão pelas desavenças técnicas sobre a constituição dos modelos dos CAPS que forjaram parte da minha concepção deste serviço. Achei interessante a proposta, fora o fato de poder viajar de carro dirigindo (havia uma promessa de uma ajuda de custo pra gasolina de R\$ 40,00 que nunca se concretizou).

Volto ao Dr. Manhattan para lembrar/dizer/viver que: é final de abril de 2013. Estou em São Carlos, o sol é acolhedor no fim de tarde de outono e resvala sobre os trilhos que fiz questão de visitar – tal qual se atribui ao Zé do Caixão a frase de que, ao visitar uma cidade, deve-se conhecer seu cemitério, trazia comigo o mantra de visitar os trilhos das cidades que recebem ou recebiam trens de ferro (o que, dada a opção pelo modelo rodoviário em detrimento da malha ferroviária instalada no Brasil nos anos 1950, não deixa de ser visitar cemitérios das cidades).

Ao lado da estação desativada, um “camelódromo”. Penso em levar algo para o Igor que caiba em meu bolso; vejo uma carteira tosca do Corinthians por R\$ 5,00.

Perfeito. Literalmente. No meu corpo, pastéis de queijo e vento (ainda comia queijo à época) fermentavam com a Coca-Cola da única refeição que havia feito, além, claro, dos baldes de café que tomei na palestra. Estava satisfeito e feliz com o andamento das ativações semânticas que o pensamento narrado em voz alta para uma plateia como aquela havia permitido.

Volto ao Dr. Manhattan e ao trecho que, páginas acima, deixei aberto: é maio de 2013. Voltei de São Carlos há pouco. Estou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Assisto a falas e debates sobre as intervenções arbitrárias na *cracolândia* de São Paulo. O celular toca. Falta-lhe o botão que permitia atender as chamadas. É um aparelho Nokia que meu primo Leandro não usava mais, por ter trocado de aparelho, e que me servia muito bem desde que, com uma tampa de caneta Bic ou algum objeto pontudo, cutucasse a placa do circuito interno dele para atender as chamadas. Consigo atender. É o Vilmar. Peço um minuto e saio da Assembleia para conversarmos melhor.

“Como está aí?” “Ah, está legal, tem uma galera metendo o pé na porta... E aí, o que manda, algum problema na Unidade de Acolhimento?” “Não, está tranquilo. Estou te ligando para saber se você tem interesse em ir para Curitiba.” “Pô, Curitiba?” “É.” “Demorou!” “Mesmo? Um amigo com quem eu trabalhei em Diadema me escreveu falando de [corte na ligação ou corte na minha escuta] e pensei em você.” “Claro, vai ser da hora.” “Bom, eu mando por e-mail, daí você dá uma analisada e a gente conversa amanhã.” “Valeu Vilmar, abraço.”

Saí da Assembleia Legislativa de São Paulo. Como paulistano criado na Zona Leste, na região da Vila Aricanduva e Vila Matilde, que pouco ia para as “bandas” da Zona Sul ou o que conhecia da cidade era só a região da Sé e Anhangabaú, sempre trazia meu olhar de criança para ver as fontes do lago do Ibirapuera ou do “deixa que eu empurro”, mesmo àquela altura do campeonato, passado dos trinta e tendo percorrido aqueles caminhos centena de vezes.

Acho que ainda olhava pra trás para ver um “deixa que empurro” enquanto subia a Brigadeiro Luis Antônio para pegar meu “busão” quando escuto me chamarem: “Altieres! Altieres!” Olho para o lado. Um adolescente ainda mais adolescente, com pelugens de barba pela cara rodeada de espinhas, um fone de ouvido branco em uma das orelhas e o skate nos pés, quase irreconhecível, quase familiar: “Júlio! Caralho!”

Eu não via o Júlio desde dezembro, quando nossos trabalhos se encerraram. Ele havia conseguido passar de ano. A alegria e orgulho que eu sentia por seu empenho eram imensuráveis. Como um *outsider* do antro dos burgueses, Júlio desafiou o diagnóstico e as Ritalinas que lhe deram como estigma, e com seus garranchos escritos a lápis número dois conseguiu elaborar questões dissertativas que lhe deram o passaporte para um nono ano, em que devia reencontrar as mesmas situações e chatices – mas seu corpo e a forma de encará-las eram já outros. Júlio arrumou outro lugar para si, de certa forma, deslocando-se daquele diagnóstico. Eu sentia orgulho.

“Velho, sou pai, o Igor nasceu! Olha a foto dele”, disse enquanto cutucava na carteira do Corinthians que comprei para o Igor e, claro, já estava usando, e retirava uma foto 3x4 do moleque que havia tirado para seu RG – achava o máximo o moleque ter 1 ano de idade e já ter RG. Claro, “*smartphone*” e fotos em celular para mim, àquela época, nem pensar. “Da hora, hein, Altieres, bonito o moleque! Deve ter puxado a mãe”. “Ou o jornaleiro, Júlio!” Rimos com a piada padrão que repetia até então. “Bom te ver. Sorte!”

4.2.10 Congresso em Curitiba?

Cheguei em casa naquela noite, enquanto a Camila amamentava e o Paçoca pulava histérico (podia imaginar o corno do vizinho de baixo xingando – sim, ele era corno, sabíamos. Bom, quem nunca, né...). Comentei qualquer coisa de irmos para Curitiba. “Que legal, sempre quis conhecer lá... O que é?” “É um Congresso, eu acho, o Vilmar me ligou, disse que um amigo dele mandou o convite. Da hora, né, nega, a chance de passarmos um final de semana em Curitiba! Já pensou? Hotel, friozinho... Peraí que vou abri o e-mail.” “Demorou!”

Eu dizia isso como quem acabara de chegar de Rio Claro e estava me sentindo meio que em “*tourneé*” com essa possibilidade de viajar e falar em eventos. Era, para um pós-adolescente com diversas bandas de pós-punk com músicas próprias, a chance de realizar o devir-“*tourneé*” e falar o pensamento próprio em voz alta. Não era nenhum *hit* em que as pessoas cantavam loucamente acompanhando as linhas de baixo com as mãos para cima, como em minhas idealizações juvenis, mas talvez fosse até melhor que isso: ouvidos e atenção são bálsamos para

qualquer filho-único-narcisista-ególatra-sedento-pelo-fálico-lugar-de-mestre. Pouco depois: “Camila?” “Oi.” “Chegaí. Ó... Então, acho que não é para um final de semana...”

Só aí que fui entender que o tal colega com quem o Vilmar havia trabalhado ocupava um cargo importante na tal empresa-religiosa com sede em Curitiba que havia feito uma encomenda para um projeto diferenciado de seu “*métier*” de serviços voltado a adolescentes com “dependência química”. O que o cara – Marco Antônio, seu nome – havia mandado para o Vilmar era um conjunto de alguns *slides* de *powerpoint* que contavam a análise dos equipamentos da região, o possível organograma do projeto, junto com outro *slide* de *powerpoint* que divulgava um processo seletivo em aberto para a vaga de coordenador desse projeto, então batizado de coordenador de projeto de média complexidade.

Em outros dos *slides* dava para ver a dotação orçamentária do projeto. Teria um orçamento na faixa de R\$ 600.000,00 ao ano. O salário do coordenador estava estipulado ali: R\$ 5.600,00. Chamei de novo a Camila, mostrei o que estava escrito em um dos slides e: “Então, acho que não é para um final de semana mesmo... É para fazer um processo seletivo... E morar lá se passar...” Ela, na mesma entonação, e quase na mesma velocidade com que recebeu a notícia de um possível final de semana em Curitiba conciliado com um possível congresso, devolveu: “Demorou!”

Já havíamos quase saído de São Paulo meses atrás, em outubro de 2012, quando o Igor tinha 9 meses. Foi outro acontecimento. Era um sábado, havíamos ido à feira na Vitorino Camilo, acho, quando ao voltar para o apartamento na Sérgio Meira, 59, Barra Funda, vimos que o carteiro tinha deixado por baixo da porta do nosso prédio de dois andares – Edifício Sant’anna – um aviso de tentativa de entrega de um telegrama. Passava da uma da tarde. O Correio de Santa Cecília só abriria depois na segunda-feira.

O aviso falava de um telegrama postado em São José-SC. Fiquei radiante! Anos atrás, logo que havia sido demitido, e antes de blefar com a entrada no mestrado, aventurei-me a prestar alguns concursos e, meio que para curar a ressaca do desemprego e de tudo que estava acontecendo à minha volta, dar-me algumas viagens de “descarrego”, “imersões em outros territórios e outros rolês”.

4.2.11 *Trip! Trip! Trip! It's Only a Trip!*

Algumas foram muito peculiares, como a que fiz para Porto Alegre para prestar um concurso para psicólogo na UFRGS. Eram mais de 2 mil candidatos para três vagas, viria a saber depois. Fiz a inscrição após consultar preços promocionais de voos partindo de Viracopos. Seria um excelente rolê, especialmente por conta da possibilidade de viajar de avião. Idealizava Porto Alegre pelo tanto de bandas gaúchas que ouvia, especialmente Walverdes. Além disso, tinha voado só em três ocasiões até então. Parecia uma boa tentar o tal concurso.

No dia da viagem, indo para Campinas, estava com uma boa bagagem de mão. Além de levar uma boa *muca* de fumo no pé, tinha bolotas de um haxixe maravilhoso e uma meia garrafinha de *ayahuasca* (ou Daime-de-Guarda, como chamávamos, na igreja) que eu tinha comigo.

É claro que ninguém fardado do Santo Daime tem esse hábito de levar *ayahuasca* consigo para concursos públicos, ou para “trabalhos espirituais com fins lúdico-recreativos”. Mas, o fato é que eu considerava aquela viagem uma ocasião especial, e a tomava como uma espécie de rito de passagem: era dezembro de 2010, acabara de ser demitido, meu pai tinha tido alta do hospital Santa Marcelina de Itaquaquecetuba depois de quase um mês de uma internação burocrática e desgastante, e, por tudo isso, achei que valeria a pena a “trip”.

Contudo, acho que a moça da companhia aérea que fazia a triagem das bagagens parece não ter percebido dessa forma, porque me barrou de entrar no avião com a garrafinha meio cheia, meio vazia (depende do ponto de vista, como na fábula do copo meio cheio). Tentei explicar que era um vinho o que eu estava despachando (de fato algumas tribos têm no significante *ayahuasca* a denominação “vinho das almas” e eu não mentia), mas ela elegantemente me explicou que vinhos só poderiam ser despachados uma vez que estivessem em garrafas rolhadas lacradas com o rótulo, e não em garrafas pela metade – ainda mais uma garrafinha de refrigerante tipo “caçulinha” como aquela com uma rolha espetada.

Agradei a orientação e, como bom paranóico-neurótico, peguei a garrafa comigo para o saguão do embarque pensando que a Polícia Federal poderia ter analisado aquelas imagens por câmeras internas e iria atrás de mim – não pela *ayahuasca*, que sabia ser lícito ter e transportar comigo – mas temia pela *muca* de

fumo e bolotas do haxixe que trazia entre as micoses da unha do dedão dentro de minha meia. E agora, o que fazer com aquela quantia não muito grande, não muito pequena de *ayahuasca*? O que você faria em meu lugar?

Já havia passado por um conflito parecido.

Ao Dr. Manhattan: é fevereiro de 2009, estou na Cordilheira dos Andes, em um ônibus pequeno, fazendo a travessia de Mendoza, na Argentina, à Santiago, no Chile. Estou sozinho, trago uma mochila menor comigo. A mochila maior deixei na casa do Santiago (não confundir com Santiago do Chile), que é meu amigo "índio-loução" argentino, que calorosamente me recebera junto de sua companheira Bia (décadas mais nova do que o já cinquentão *pibe del'oro*, o que não vem ao caso) em seu apartamento em San Juan del Cuyo, cercanias de Mendoza.

Conheci o Santiago na igreja do Santo Daime que frequentava com o Lucas de forma assídua durante os anos de 2007 e 2008 no extremo sul do município de São Paulo, a tal igreja que abria também os trabalhos na linha de Umbanda. Santiago era um *outsider* (eufemismo) em meio àquela disciplina toda. Causava sempre, quer seja pelo seu sotaque, quer seja pelo seu corpo grande e desajeitado "a la Frankstein" bailando os hinos do Santo Daime, quer seja por seus cabelos grandes que lhe conferiam uma feição de índio-bruxo-dos-andes (ou tal qual projetávamos), quer seja pelos seus desvios curiosíssimos das tradições da doutrina como o de trazer sempre uma *ayahuasca* mais forte consigo no carro (posso ouvi-lo dizendo "*yo tengo un Daime Mel, siete pra uno, aqui conmigo en lo coche*") e dar uma escapadinha para ir ao carro "turbinar", como ele gostava de dizer (posso ouvi-lo dizendo: "*lo Daime que sirven en la Iglesia és muy flaco*").

Impossível não gostar dele.

Quando, em minhas primeiras grandes férias trabalhando no tal CAPS na zona sul de São Paulo me vi com trinta dias e três mil reais pra gastar, eu, à época solteiro e com o coração um tanto quanto esfarelado, não pensei em outro itinerário: comprei uma passagem aérea para Buenos Aires só de ida a preços promocionais de uma companhia uruguaia chamada Pluna a US\$ 100, planejei toscamente um roteiro que contemplava um retorno de sete dias a Buenos Aires (havia estado lá com colegas da graduação em uma psicodélica viagem de ônibus amarelo para um Congresso das *Madres de Mayo*, o então *Congreso de Salud Mental y Derechos Humanos* de 2003), uma estada na casa do Santiago em Mendoza e outra estada

na casa de outro amigo doido, o Jamil, que estava morando com sua família em um vilarejo quase *hippie* próximo a Córdoba, no centro da Argentina, para, então, cruzar de busão, o resto dos dois mil quilômetros que me separavam da Barra Funda. Foi o que acabei fazendo, entre uma e outra alteração, naquela viagem.

Entre uma e outra alteração constou que, com o Santiago, após termos feito algumas beberagens de *ayahuasca* nas cordilheiras (onde passei um puta-frio-do-carvalho mesmo em meio aos casacos que o Santiago me emprestou), fiz uma aplicação de Kambô – substância extraída de um tipo de sapo amazônico e utilizada como uma das medicinas da floresta por algumas etnias ameríndias que, tais como as demais medicinas da floresta, tem tido difusão nos centros urbanos. Isso foi horas antes - mesmo - de ter inventado de comprar uma passagem de busão para ir ao Chile (afinal, já que estava ali em Mendoza, e já que tinha aliviado parte do meu orçamento pousando na casa do Santiago, era uma viagem possível).

O ônibus para Santiago do Chile sairia às 9 horas. Como Dr. Manhattan, lembro: é fevereiro de 2009, meia-noite, meu ônibus sairá em nove horas, eu agora viro um sapo. Minha bochecha incha. Sou sapo. Meus óculos não cabem na cara. Sinto meus lábios virarem do avesso. Sou sapo.

O Santiago havia posto um balde em frente à privada e eu, então, não entendia a função dele. Mas, enquanto tomado pelo efeito do envenenamento do sapo e cago e vomito ao mesmo tempo, vejo que toda a orquestração de objetos do *setting* da aplicação tinha uma utilidade.

Não tenho alucinações. Não tenho visões. Apenas sou outro corpo. Sou outro território. Sou sapo. Meu braço dói das quatro queimaduras por onde a substância penetrou no meu corpo. O mais profundo é a pele. Devir-sapo.

É fevereiro de 2009, meu ônibus para Santiago do Chile sai em duas horas. Há pouco era sapo, desde então sempre terei o devir-sapo em mim. Estou tentando descrever a experiência da noite anterior para o Santiago enquanto ele prepara um café, enquanto aperto um baseado. Ouço ele dizendo “*Leva consigo este Daime, viste, es mui bueno, siete pra uno, pra tu desfrutar Santiago e poder entendier mejor la experiencia com lo Kambô*” (minha memória funciona em sintonia com o meu portunhol tosco, como dá pra perceber. O lado *copo cheio* dessa papagaiada é que isto evidencia que, de fato, o inconsciente é estruturado enquanto linguagem, como reza a máxima lacaniana).

É fevereiro de 2009, meu ônibus para o Chile parte parte em cinco minutos, eu abraço o Santiago e abraço a Bia, agradeço, digo que em alguns dias estou de volta. Ligo meu aparelho que toca MP3. Ainda não era o Ipod, era um daqueles aparelhinhos mequetrefes em formato de bastão com um visor em tela azul comprado na Santa Ifigênia por R\$ 30 que sempre dava problema, mas naquela manhã funciona absolutamente bem e claro. Ouço algumas músicas “xamânicas” intercaladas com um disco do Robert Pollard ou do Tobim Sprout do *Guided By Voices*. Eu ainda era sapo. Nunca deixaria de ser sapo desde então.

É fevereiro de 2009, meu ônibus para Santiago partiu há mais de duas horas, devo ter cochilado um pouco. Acordo com o veículo parado. O motorista se levanta e fala, fala, fala e eu entendo pouca coisa. Entendo só a parte de que estamos na aduana, ou fronteira. Leio placas com letras garrafais que dizem algo que assim traduzi: no Chile é proibido entrar com qualquer tipo de alimento, sob pena de multa de uns R\$ 700,00 (faço a conta na hora e percebo que se tomar essa multa estou fodido e não teria nem dinheiro para voltar para casa). Trata-se de um rígido controle do órgão equivalente à nossa Vigilância Sanitária naquelas terras em que Pinochet mandou.

E aí, o que fazer com aquela bebida sagrada em uma situação como aquela? Descartar tudo no asfalto da Cordilheira dos Andes ou em um vaso de plantas da área interna da aduana para meio que “devolver ao vegetal e à floresta o que é do vegetal e da floresta”? Beber tudo? O que você faria em meu lugar?

Como geminiano ou cagão (ou ambos) que sou, opto pelos dois. Descarto um pouco. Bebo mais do que a metade. É fevereiro de 2009, estou em pé, na fila da revista para apresentar documentos e entrar em um outro país. Estou sozinho e, como cagão que sou, tenho paranóias com a polícia e os cães farejadores. A *ayahuasca* começa a fazer efeito.

Lembro de uns caras na igreja do Santo Daime dizendo repetidas vezes pra mim que eu precisava ter “mais firmeza”, porque eu era muito fraco, e que eu deveria fazer um esporte pra ver se conseguia ter mais força e firmeza... Queria ver um filho-da-puta daqueles ali, em uma situação como aquela. Aquilo que era firmeza!

Venço o frio, a tremedeira pelo frio, a tremedeira que vinha por outras forças além do frio. Consigo passar pela aduana, mostro meu RG e dou um sorriso trêmulo

ao meganha dos caras que nem olha na minha cara. Entro novamente no ônibus, ligo meu MP3 tipo-bastão mequetrefe. Reclino a poltrona do ônibus. No mar de montanhas, nenhuma montanha era igual à outra. A plenitude do universo se abre num afago de calma e prudência.

Daí o salto.

É dezembro de 2010, estou no avião em direção a Porto Alegre, viajo em uma das últimas poltronas. Uma comissária de bordo gaúcha pega uma carona naquele voo. Talvez ela não entendesse porque eu, quieto, com um Ipod fincado nos ouvidos, chorava copiosamente com a testa grudada no acrílico da janela. No mar de nuvens abaixo dos meus pés, nenhuma nuvem era igual à outra. A plenitude do universo se abre num afago de calma e prudência.

Se o concurso de Porto Alegre foi um fiasco, apesar das bolotas de haxixe darem outro tom às paredes do hotel de cinquenta reais em que me hospedei no centro de Porto Alegre (a ponto da camareira perguntar, meio que “jogando um verde para colher um maduro” algo como “bah, guri, mas que incenso é esse que tu usa no quarto?” — por sorte eu tinha incensos de um real comprado em uma loja de R\$ 1,99 e saquei alguns deles para aliviar sua curiosidade), o concurso de São José-SC, por sua vez, parece não ter sido tão ruim assim, a julgar pelo aviso de recebimento do telegrama que estava fincado embaixo da porta do prédio da Sérgio Meira, naquela tarde de domingo.

4.2.12 Devir-Deserção de São Paulo

Passei o final daquela semana conversando com a Camila, enquanto íamos para o Marengo, sobre como seria bom morar em Florianópolis, sobre planos de ver o Igor crescendo na região da Praia da Armação e frequentando escolinhas públicas que serviam ostras no cardápio — naquela época ainda comia ostras.

Quando pegamos o telegrama na segunda-feira, vimos, não sem júbilo, que de fato se tratava disso: era a convocação para que eu me apresentasse para assumir ao cargo de Psicólogo em um Centro de Referência da Assistência Social em São José-SC. Conversei ao telefone com o Vilmar, ele me liberou alguns dias para que fosse lá ver a papelada e viajamos, Camila, Igor e eu no FIAT Pálio 2008,

comigo digirindo (minha primeira viagem grande como motorista!), para ver o que o futuro nos guardava na beira daquelas águas geladas do sul.

Não era muita coisa. Simples: não era um concurso, era um processo seletivo. Não tinha dado a devida atenção ao edital e aprendi de um jeito muito interessante que um processo seletivo era diferente de um concurso: tinha duração limitada. Ou seja, um ano depois de assumir o cargo de psicólogo num CREAS às margens da BR 101 estaria desempregado. Não bastasse isso, em nosso rolê pela região do Campeche e meu sonhado Ribeirão da Ilha deu pra perceber que, com o salário de R\$ 2.000,00 de psicólogo, talvez não desse para pagar a casa que idealizava – ou as duas casas que idealizávamos, pois o plano era trazer conosco meus pais.

Voltamos para São Paulo, com uma passagem extremamente turbulenta por dentro de Curitiba, com o Igor gritando de tédio pela longa viagem e seu território único-cadeirão e a Camila me esculachando pelo fato de eu não conseguir estacionar o carro e me decidir por um restaurante, enquanto eu tentava achar o caminho valendo-me da minha memória por alguns rolês em Curitiba, anos atrás, para ver alguns shows de bandas que gostava, como Hateen e Pinheads. Como nunca pedia informações sobre trajetos – e *smartphones* com *Google Maps* estariam alguns anos distantes no meu futuro – a volta de Florianópolis com escala por Curitiba tornou-se um fiasco ao quadrado.

Por isso, talvez, quando chamei a Camila e mostrei os tais *slides* e conversamos “Então, acho que não é para um final de semana... É para fazer um processo seletivo... E morar lá” e ela, na mesma entonação, e quase na mesma velocidade com que recebeu a notícia de um possível final de semana em Curitiba conciliado com um possível congresso devolveu “Demorou!”, vivíamos de certa forma a reedição do projeto de êxodo de São Paulo aliado à possibilidade de um trabalho que pudesse ser sólido do ponto de vista financeiro e do próprio cargo em si, além da possibilidade de cairmos para aquela região que idealizávamos como melhor do que São Paulo para criar um filho.

Convenhamos, qualquer região fora de São Paulo parecia mesmo ser melhor do que a rotina na capital para criar, ter acesso aos serviços públicos e educar um filho. Nesta altura do campeonato a Camila já havia negociado sua demissão do serviço de análise de pesquisa em mercado – o que ganhava era o preço da creche

que pagaríamos, então optamos pelo plano A, que era ela se dedicar exclusivamente à maternidade, enquanto perseguíamos a tal fábula de Winnicott: ideal de mãe (e pai) suficientemente bons.

O processo seletivo consistia em uma primeira etapa que era o envio do currículo. Feito. Houve uma segunda etapa que era a aplicação de uma prova escrita, que seria feita em um colégio da empresa-religião da mantenedora em São Paulo – tal qual a maçonaria, a *opus dei* ou a própria Igreja Católica, eles também estavam em muitos lugares e países. Feito. Esta prova, aliás, aconteceu no dia em que, momentos antes, recebi um telefonema dizendo de mais uma convulsão do meu pai.

Daquela vez nem fui às pressas para Itaquaquecetuba para levá-lo ao tenebroso Hospital Santa Marcelina: já estávamos nos calejando com as convulsões. Depois que ele acalmou, minha mãe deu uma dose a mais do remédio (acho que era ácido valpróico à época), talvez fosse o caso de discutirmos com o geriatra outra medicação. Fiz a prova, não sem preocupação, que pedia para elaborar uma espécie de trabalho. Lembro que gastei o resto da tinta que havia na caneta boa que trazia comigo e escrevi mais de nove páginas. Uma das questões pedia para elaborar um projeto para adolescentes e narrei a metodologia de reinserção social T1, T2 e T3 do CAPS AD Santana como proposta, tão vívida em mim naquele tempo.

Dias depois veio o telefonema para que eu fosse a Curitiba para fazer a entrevista presencial. A voz do telefonema era cativante. Era uma moça do *erre-agá* de lá, falava com muito cuidado, e tinha aquele sotaque tão diferente aos ouvidos paulistanos, especialmente quando dizia sete como o "tê" cortado. Dava para idealizar a língua indo até a ponta dos dentes alvos para produzir aquele som. Acho que recebi essa ligação quando estava fazendo compras com a Camila e o Igor (deitado naquelas gaiolas pra bebês acopladas aos carrinhos de supermercado) em um supermercado da rede Sonda ali na Água Branca.

Para a entrevista me pagariam passagens aéreas (demaís!) e hotel. Logo em seguida outro telefonema, uma voz de senhora, muito calma e pausada, perguntava-me, tratando-me por senhor, qual era o aeroporto de minha preferência, se Congonhas ou Cumbica, para a emissão das passagens. Logo eu que não me importava em pegar o ônibus da Barra Funda a Viracopos. Fiz "cu doce", como

minha mãe sempre dizia: “an... acho que Congonhas estará bom”. “Mas o senhor retira o recibo do táxi até o aeroporto e demais despesas com café e alimentação para o reembolso.” “An... ah, naturalmente, claro.”

4.2.13. *Ground Control to Major Tom*

Era uma fase em que eu estava ouvindo muito David Bowie. Mais precisamente, ouvia repetidas vezes “*Space Odity*”. Acho que aquela febre veio em parte por conta dos filmes de pessoas perdidas no espaço, todo aquele “desprendimento” me assustava e me atiçava muito, em especial depois que me meti a entender a letra e depois de ter visto repetidos vídeos e versões: David Bowie novo cantando-a nos anos 1960. David Bowie em turnê nos anos 1970 após ter reformado a canção. David Bowie nos anos 1990.

Não bastasse isso, como quando uma criança descobre uma passagem secreta no armário que estava sempre ali em seu quarto todo esse tempo, só então pude perceber uma ligação óbvia entre o *Major Tom* de *Space Odity* e o *Major Tom* de *Peter Shelling*, hit dos anos 1980 que o Lucas e eu estávamos pensando em tirar para tocarmos em nossa banda – como se tivéssemos conseguido alguma vez tirar de fato alguma música para tocar na banda em que só conseguíamos tocar nossas próprias músicas inventadas década atrás na graduação, porque éramos nostálgicos, e porque eram as únicas músicas que de fato conseguíamos tocar e lembrar.

O fato é que quando decolei de Congonhas e sobrevoei o parque do Ibirapuera, David Bowie cantava pra mim: “*Take you protein pills and put your helmet on*”. São Paulo estava abaixo dos meus pés, eu estava sóbrio. O mar de nuvens voltava a estar embaixo dos meus pés, eu me movia para outro tempo-espaço.

Tentava explicar tudo isso para o taxista que me levou do aeroporto da tal São José dos Pinhais para o hotel no centro da cidade, mas o taxista não dava muito papo. Ele até se esforçou para dizer “boa sorte” na entrevista. Não tinha muitos contatos com taxistas. Não fui de tomar muitos táxis na vida. Sabia que boa parte deles eram “malufistas” e conversavam. Aquele cara era estranho. Não sabia se era o caso de perguntar se aquele taxista tinha saudades do Maluf, pois, passados quarteirões na tal Avenida das Torres, o cara não falava nada.

Fiz a entrevista. Vestia a calça social que usei quando fui padrinho do casamento do Lucas, a camisa de botão que comprei anos atrás em uma promoção nas lojas Marisa do Largo 13 em Santo Amaro por R\$ 20,00, que eu achava que me caía bem e que sempre usava no primeiro dia de emprego – acho que foi essa que usei quando comecei as tutorias na casa do Júlio ou o emprego no CAPS AD Santana.

A moça do *érre-agá* superou todos os requisitos de minhas idealizações que são adolescentes, antes de serem machistas. Até seus dentes eram mais alvos do que supus e os lábios mais rosados do que eu supus, o que fazia cada *se-te* que dizia sair como uma flecha em meu coração. O tal colega do Vilmar, Marco Antônio, pareceu-me ser um sujeito que destoava daquele ambiente todo. Era acolhedor e me tratava com a cumplicidade de um parente distante ou de um conterrâneo, mesmo sem me conhecer, mesmo em lugares tão distintos quanto entrevistador-intervistado. Isso ficou ainda mais claro no café que tomamos.

O café era servido por uma máquina de café expresso que ficava à disposição de qualquer funcionário daquele setor. O tal setor era no nono andar de um prédio de vidro, enorme, distante das demais construções, na rica universidade que pertencia à empresa-religião que era a mantenedora do projeto. De lá de cima podia ver uma cidade nova aos meus pés. “O que é aquela construção ali adiante?” “Ah, ali?” “É.” “É a Arena da Baixada sendo reformada para a Copa”. “An...”

Alguns detalhes foram ficando evidentes: que era um projeto que já estava aprovado pelas instâncias superiores da empresa-religião e então seria mesmo implantado, que o primeiro cargo a ser contratado seria o do coordenador, que outros candidatos estavam sendo entrevistados até para que o escolhido fizesse a contratação dos demais membros da equipe e, desde então, foi reiterado algo que parecia evidente, a julgar pela meia dúzia de *slides* que havia visto: o projeto não estava pronto. Ou, em outras palavras, o projeto era aquela meia dúzia de *slides*. Mas o recurso estava reservado.

Saí da entrevista pensando em meu desempenho e um tanto quanto animado, um tanto quanto saltitante de tanto café expresso, um tanto quanto “cabreiro” por conta das perguntas insistentes que uma senhora magrela loira de óculos de aro de metal e voz estridente fazia para testar minha formação em psicanálise – havia repetido na entrevista qualquer coisa da dimensão simbólica que

o uso das drogas poderia implicar na adolescência, enquanto um possível acesso a uma outra camada de linguagem mais do que o acesso à alteração psíquica em si e que isso me interessava enquanto uma zona de interseção entre a clínica e a potência de trabalho das estratégias de Redução de Danos –, mas ela parecia querer voltar ao tema do Lacan. Estaria ela interessada de fato na discussão, teria pego meus caôs-de-significante-significado do discurso-do-mestre-de-boteco, ou seria só uma daquelas senhoras frustradas exercendo seu vigor em um suposto saber-poder com um olhar altaneiro? Ou todas as alternativas anteriores?

O fato é que, enquanto pensava no que falei e no que ouvi durante a entrevista, saí andando e, orgulhoso do meu senso de direção, decidi voltar a pé para o hotel e dispensar o táxi, até para passar a impressão de um bom moço que faria uma boa economia dos recursos que me fossem ofertados caso viesse a ocupar o lugar pretendido. Como disse, tinha ido a Curitiba por algumas ocasiões, quatro delas mais precisamente: duas em 1996 para acompanhar shows do Hateen (uma delas de passagem), outra em 2005 para assistir a um show do Weezer e outra em 2007 para assistir a um show da Bjork.

Andei para onde a calçada apontava e minutos depois a cidade linda que via do vidro azul se transformou em uma quebrada pior que o Marengo em Itaquaquecetuba. Não podia acreditar. Em meio a toda aquela aparente harmonia arquitetônica, com conversinha de cidade meio-ambiente e o escambau, uma quebrada como aquela... Pude ler as sutilezas dos fluxos em algumas daquelas casas, enquanto os malucos do pico meio que sacavam o óbvio: que aquele mano (eu) de calça social e sapatênis cafona e pastinha a tiracolo estava perdido; ou ia comprar um fumo ou pegar um pó, ou ia tomar um salve.

Essa última possibilidade me atçou o corpo de uma forma mais ardida do que sentia quando em outras quebradas de São Paulo, seja no Marengo, seja em minhas poucas aventuras pela boca do Braz na Cidade Ademar. Tão ardida quanto o vento frio do mês de maio que soprava. Vi um "avenidão" na frente, corri e *catei* o primeiro busão que apareceu.

A quebrada que atravesssei a pé ainda não tinha nome para mim, mas semanas depois descobri que atravessava a "temida" Vila Capanema, outrora Vila Pinto ou Vila das Torres, com suas emblemáticas tretas entre a parte de cima e a parte de baixo, que vitimaram muitas pessoas de forma brutal (tipo: tiros em mães

com crianças de colo no colo) antes da pacificação imposta pelo PCC, que chegaria de forma hegemônica em Curitiba mais ou menos a partir daquela época.

Logo depois do telefonema para a Camila comentando os detalhes do dia, logo depois do banho-sauna de mais de cinquenta minutos no chuveiro com aquecimento a gás do hotel que me colocaram, veio o encontro com o Jamil. O Jamil, o tal amigo louco que visitei em *Capilla Del Monte* na Argentina, estava morando em Curitiba havia alguns meses ou anos na ocasião. Morava com sua companheira Adriana e seus dois filhos, León e Yasmin. Ele era uma espécie de anfitrião daquela *trip*, morava na cidade, não o via há muito tempo. Marcamos de nos encontrar no centro da cidade. “Frei, você sabe onde tem o cavalo babão no Largo da Ordem?” “Não, Jamil, mas acho.”

Dei um rolê à pé antes, comprei uma cerveja de trigo, ao cair da noite, embaixo de um frio que já se dizia desgraçado, o Jamil apareceu saltitando, sorrindo, um pouco mais gordo e um pouco mais calvo do que em nosso último encontro. Fomos ao seu apartamento – e era um puta apartamento. Ele me diz que, com o que eu fosse ganhar trabalhando aqui, poderia alugar um pico daqueles. De fato, tudo me parecia mais acessível em Curitiba.

Era como se houvesse um *gap* da forma voraz com que o neoliberalismo tomou São Paulo, como se ali houvesse alguns anos de bolha ainda. Tomamos uns vinhos, fomos ao mercado Pão de Açúcar da esquina, compramos mais alguns vinhos, ele preparou uma iguaria árabe com iogurte salgado ou o que o valha junto do macarrão – ainda tomava iogurte na época. Depois me levou até o ponto do biarticulado. Voltei eufórico e bêbado, ou só bêbado, ouvindo *Space Odity* do David Bowie.

Mas o dia seguinte amanheceu cinza e frio, como boa parte dos dias em Curitiba. Eu tinha que voltar para São Paulo. O voo era por volta do meio-dia, era um sábado, eu ainda tentei dar um rolê pela região do hotel, mas quanto mais eu andava, mais sentia um vazio maior que a simples ressaca “carcomer” meu interior. Era como se eu corresse de dentro para fora. O vazio me lembrava um pouco a sensação de andar pelo bairro do Brás em São Paulo em um domingo à tarde. De certa forma, Curitiba “bateu pra mim”, e foi uma espécie de “bad trip”: emergiu melancolia, frio, solidão e uma espécie de pessoas cuja silhueta parecia as das

peessoas retratadas no vídeo de Another Brick In The Wall do Pink Floyd: sem expressões.

4.2.14 Brás, Brazes, Brasis de uma Infância Ainda Reluzente

Quando eu tinha 5 anos, em 1982, meu pai, então trabalhador das indústrias têxteis – retinilista era o nome de sua profissão, a de operador das tais máquinas (Coppo 10) que faziam blusas de malharia – trabalhava em uma firma grande. Nome peculiar: Free Love. Tratava-se de uma instalação em construção robusta (naquela época era de tamanho do maior castelo abandonado que uma criança poderia supor) em frente à fábrica descomunal da Vicunha, na Rua Visconde de Parnaíba no bairro do Brás. Depois de um dos arrombamentos dos ladrões de galinha da época pré-PCC, o patrão dele, Seu Mané, convidou-o para morar na fábrica. Ele não pagaria aluguel e cuidaria do imóvel.

Naquela época nós morávamos em um "cômodo e cozinha" que ficava amontoado ao lado de outros "cômodo e cozinha" no fundo da casa da minha avó paterna, a Dona Maria, na rua Edgard Garcia Vieira, 67, Vila Matilde. Dona Maria, ou Vó Maria, portuguesa de nascimento, vivia no Brasil desde os 5 anos de idade. Casou com o Vô Carlos, que era um cara bruto. Bruto no nível de dar surras em todos os filhos a ponto de quebrar braços dos moleques. Bruto a ponto de, certa feita, incomodar-se com os latidos do cachorro e dar-lhe uma martelada na cabeça e matá-lo, em único golpe. Meu pai sempre repetia a história e se orgulhava de ter ficado com aquele martelo como única herança.

Eles, Vô Carlos e Vó Maria, tiveram 13 filhos; três morreram crianças, de febre amarela, ainda na região de Presidente Bernardes no interior do Estado de São Paulo. Quando meu pai tinha 6 anos, ou 9 anos – cada vez que ele contava a história se dizia com uma idade diferente – se mudaram para a Vila Matilde. Compraram uma terra lá. Vieram de trem.

Nos anos 1980 a Vila Matilde ainda era um bairro que permitia a existência de uma casa como aquela da minha vó. Ficava bem em frente a uma praça e a uma escola municipal, o Colégio João Pinheiro. Na frente era a casa deles, nos fundos alguns filhos ou enteados foram ficando. Puxadinhos. Mais ao fundo havia uma horta. Nas lembranças da minha infância, aquilo era uma floresta.

Uma das irmãs do meu pai ficou morando por lá também: tia Leonor. Ela se casou com o Gerson e teve um único filho, o Leandro. Portanto havia este encontro: dois irmãos (João e Leonor) morando com seus respectivos cônjuges (Gerson e Maria Teresinha, ou Zica) e seus filhos únicos separados no tempo por 14 meses: Leandro e eu.

Logo, a mudança para a Free Love no Brás em 1982 me proporcionou lembranças de uma desterritorialização e reterritorialização que trago comigo enquanto experiências fundantes. Não foi a primeira mudança que fiz, mas foi a primeira de que me lembro. Depois que as coisas não deram certo na Free Love, mais de um ano e meio depois, já em 1983, quando eu estava em idade escolar, meus pais voltaram para o mesmo "cômodo e cozinha" na casa da Vó Maria, na Vila Matilde. Meu pai arrumou emprego em outra malharia, minha mãe foi trabalhar na casa da Dona Ivanice que, por coincidência, era a secretária da escola estadual onde iniciei minha carreira estudantil, por assim dizer (a então E.E.P.G Marisa de Melo).

Quando eu estava na pré-escola (e o Leandro na primeira série) ainda íamos juntos para a escola. Andávamos sempre acompanhados de minha mãe o quase um quilômetro e meio que separava nossa casa da escola. Brincávamos de andar de metrô ou trem nas linhas invisíveis que os blocos de concreto das calçadas formavam e chutávamos potes vazios de Yakult ou do que víssemos pela frente com nossos Congas ou Kichutes, como qualquer garoto daquela época.

Pouco tempo depois desse retorno ao Brás, a Vó Maria vendeu de vez a casa a preço de banana e foi morar uma temporada em Londrina-PR. Tia Leonor, tio Gerson e Leandro foram juntos. A *trip* deles não deu muito certo, Vó Maria voltou e comprou a mesma casa. Depois o Vô ficou doente – acho que foi câncer o que ele teve. Eles (vó, vô e tia Leonor, Gerson e Leandro) venderam de novo a casa a preço de banana. Cada um dos dez filhos recebeu uma grana qualquer. Acho que no dinheiro de hoje devia ser uns R\$ 5.000,00. Eles deram entrada em um apartamento na Cohab 1, em Arthur Alvim. E a casa da Vila Matilde virou uma fotografia como outra qualquer posta no mural do tempo.

Mesmo assim ficamos pelas imediações, alugando outros "cômodos e cozinha" na região da Vila Aricanduva, um pouco mais para baixo do morro. Por uma temporada, meus pais voltaram a ser “zeladores” – minha mãe aceitou o trabalho de

cuidar de uma igreja católica e em troca ganhar a hospedagem em um "cômodo e cozinha" que ficava estrategicamente localizado abaixo da sacristia. Nove fora a curva pela autobiografia cafona e por meus Anos Incríveis, marco estas mudanças, territorializações e desterritorializações como etapas importantes do contexto ou genealogia a qual mencionava.

São relatos que, embora pareçam cansativos e desproporcionais nesta altura do texto, penso que funcionam como simulacros de inserções ou agenciamentos similares aos destinos de milhões de famílias pobres que atravessaram o final dos anos 1970 e 1980 em São Paulo, quando os prédios ainda podiam ser percebidos no horizontes como uma singularidade, antes da especulação imobiliária, antes de o metrô chegar com seu signo de progresso e modernidade.

Os anos no Brás aos quais me referia foram um interlúdio da minha vida no mesmo par de morros. Da vizinhança amena, da praça na frente da casa, passei a viver na zona ainda fabril da cidade, com seus movimentos sazonais pendulares. No domingo aquilo virava um deserto. Era como se o deserto das ruas fosse preenchendo meus pulmões. Doía. Eu, criança de 5 anos, adoeci de solidão e do pulmão no meio daquela fabricaria toda enquanto acontecia a tragédia do Sarriá que tirou aquela seleção maravilhosa do Doutor Sócrates da Copa da Espanha – meu primeiro choro por futebol (meu segundo foi quando o Corinthians perdeu a final do Campeonato Paulista para o Santos em 1984, com gol do Chulapa).

Sem vizinhos, sem crianças por perto, tendo minha única amarra com a infância e a partilha para um núcleo social maior do que nossa família nuclear restrito ao convívio esporádico com meu primo Leandro, que via então vez ou outra, restou-me a pneumonia, as injeções de Benzetacil e horas diante de um aparelho de televisão preto e branco de seletor marca Sanyo (depois Telefunken) com seus Bozos e derivados. Eu assistia muita televisão. O dia inteiro. Sempre preto e branco. Por isso meu fascínio quando, anos depois, ia à casa de um parente ou uma casa de família e me deparava com um televisor em cores. Com botões que dava pra passar do sete para o treze sem passar pelo nove e pelo onze.

Por essa vivência no Brás ainda fabril dos anos 1980, com cinemas que passavam filmes de banguê-banguê na Celso Garcia, ao andar de ressaca por aquelas quebradas no centro de Curitiba, com a garoa e a solidão, com a possibilidade de uma mudança-desterritorialização e ouvindo pela centésima vez

música de alguém que se perdia de vez no espaço vagando até o infinito ou a morte, senti novamente o vazio inundar meus pulmões naquela manhã.

Voltei doente e quieto. A Camila perguntava o que tinha havido. Acho que eu, emburrado como a criança que ainda sou, que divide espaço com o sapo que fui e todos os outros devires que me atravessam, repetia algo do tipo: "não vou morar lá nem fodendo..." Ela perguntava por quê, eu repetia que para lá não iria.

Muitos temores nascem mesmo do cansaço e da solidão. Um bom prato de comida, uma boa cama, um chamego da nêga (quando dá) e sobretudo uma boa noite de sono mudam crises existenciais (ressacas) que pareciam intransponíveis. O consenso a que chegamos nos dias seguintes era o de que seria muito egoísmo eu tomar a decisão de não irmos para Curitiba, que o mais justo seria marcar outro rolê para lá para decidirmos juntos, em família. A gente podia ficar na casa do Jamil e então tomarmos a decisão. Mesmo porque nem tinha tanto o que decidir: tratava-se de aventar sobre uma possibilidade. Eu estava no meio de um processo seletivo. Era o que tínhamos. Uma possibilidade. Nada mais.

4.2.15 Curitiba-Dobra-de-São Paulo?

No final de semana seguinte enchemos o Fiat Palio de blusas, apetrechos para crianças, abasteci o Ipod que espetava em um cabo de áudio P2 x P2 e partimos, Regis Bittencourt abaixo, depois Regis Bittencourt acima rumo a tal capital que é quase dobra de São Paulo, inclusive do ponto de vista da topografia, e ao mesmo tempo tão distante.

Ouvia à época muito um som da dupla "*Wild Belle*", "*It's too late*". Adorava aquele *groove* e aquela linha de baixo. E o Igor também. Parecia outro garoto quando ouvia aquele som. Ouvíamos muito o clássico álbum do Jorge Ben também, "A Tábua de Esmeraldas". E ouvíamos muito o África Brasil. Engraçado era transpor a letra de "Meus Filhos, Meu Tesouro" e entender que, acontecesse o que acontecesse, o foco da escolha ou da mudança transcendia o ego: o plano era cuidar bem do Igor.

Aquele final de semana foi o avesso (outra dobra), diametralmente oposto das minhas sensações pós-ressaca de vinho pós-entrevista da semana anterior. Havia sol, e o sol nos aquecia na temperatura fria como um abraço de uma divindade

feminina. O Jamil e a Adriana foram gentis e receptivos o tempo todo conosco. Nesta época eles ainda não pensavam em se mudar para Oregon-EUA, o Jamil ainda não tinha virado piloto de avião e não tinha se convertido ao liberalismo econômico, do tipo “é melhor já-ir se acostumando”. Nesta época ficar bêbado e conversar com ele era sempre um barato.

As crianças se deram bem. Igor tomou banho de banheira com Yasmin e Leon e, desterritorializado com a imensidão da água quente – ou mais reterritorializado do que nós, adultos, com aquela imensidão de água quente que devia lembrar-lhe paz/útero – cagou na piscina. Até hoje todos se lembram do ocorrido e dão risada. Menos ele.

Fomos a parques. Vimos a represa do Passaúna e deixamos a Yasmin para seu curso quase gratuito de teatro na Rua da Cidadania de Santa Felicidade. Tomei cervejas com o Jamil no pôr do sol no Parque Barigui, no bar do Gordinho – como o Jamil o chamava. O Jamil fez questão que fôssemos lá porque o Gordinho (que era um figura) era frequentador do Daime em Curitiba.

Eu não entendia como um cara tão bêbado e aparentemente tão desalinhado como o tal Gordinho podia ser frequentador do Daime, a julgar pelos meus estereótipos dos caras que me enchiam o saco para que eu tivesse “firmeza na corrente”. Mas, se ele dizia que era do Daime (e se dizia que quando tomava Daime tinha visões com o Mestre Irineu lhe dando peias, e contava que respondia algo como “bate mais que eu mereço, negão, pode bater”), então... quem era eu para questionar? Mesmo porque eu era o cara que tinha amizades na igreja mais com *outsiders* como o Santiago do que com os caras que cobravam “firmeza na corrente”, então não havia muito o que se estranhar.

Fomos, naquele fim de semana e em família, à restaurantes vegetarianos com preços acessíveis e máquina de sorvete *self service* para as crianças – e para mim, que ainda consumia leite na época e lembrei dos meus tempos de Mc Donald's fazendo sorvetes, literalmente, com a mão nas costas enquanto me exibia para a Camila.

Com o Jamil, aliás, lembro que passei parte daquele almoço (que depois descobri ser em um restaurante adventista) contando de forma extrovertida, com aquela entonação de quem está de ressaca, mas ainda um pouco bêbado, o quanto o Brasil deve às polacas em matéria de introdução das práticas sexuais,

especialmente o sexo oral (acho que usava o termo boquetes ou felação à época). Havia lido isso no livro sobre a história da prostituição de São Paulo do Guido Fonseca que contava essas passagens (quando pensava em fazer mestrado investigando a semiótica dos anúncios de prostituição nas etiquetas coladas nos orelhões) e as traduzia na mesa em um tom de voz que nos era familiar no bar do Gordinho – mas que não era nem um pouco habitual para as demais famílias de ascendência polonesa que pareciam escutar aquilo com um certo nojo fascista de nós, estrangeiros deselegantes.

Naquele domingo, as ruas de mão única de Curitiba (chamadas de “rápida”) se abriam como avenidas para um outro tempo. Abraçamos os anfitriões, abastecemos o carro, eu até pedi informação para saber o caminho certo de volta, o Igor cochilou feliz no seu cadeirão. Camila e eu voltávamos para casa carregando nossa decisão na bagagem.

Então, era junho de 2013, as nossas possibilidades em relação à ida a Curitiba caso o emprego desse certo estavam tramadas: em uma conversa no Fusca vermelho do meu pai, que, desde seu AVC, era eu quem dirigia, contei a ele o que estávamos pensando, inclusive com a ideia de levá-los conosco, e perguntando se ele toparia. Seu aceite foi meio que parecido com seus aceites quando fazíamos viagens do tipo “Vamos a Campinas para eu prestar um Processo Seletivo e você fica me esperando no carro?” “Vam’bora.” Mas, de certa forma, não podíamos exigir algo diferente disso dele, pois nós também não sabíamos muito bem o que estava acontecendo.

No meu trabalho no CAPS, o Vilmar estava, obviamente, de sobreaviso, mas não havia comentado nada com os colegas, especialmente com a equipe que ajudei a formar e ficaria, de certa forma, sob minha gestão na Unidade de Acolhimento Transitória que se preparava para, enfim, abrir depois de um atraso. Meus amigos mais próximos acompanhavam o trâmite também.

Mas, junho de 2013 não se resumia a esperar por esse tipo de acontecimento. Mesmo porque havia muitos outros acontecimentos rolando...

4.2.16 Junho de 2013

Lembro – de novo Dr. Manhattan – que estava em uma formação com os colegas do É de Lei. Era noite, estávamos no Teatro Arena em frente à Igreja da Consolação onde, década atrás, estive com os colegas d’Os Jerssons para nosso concerto de música experimental pelo cast da nossa LSDiscos. Debatíamos na formação sobre estratégias diversas quando o barulho das bombas passou a ser cada vez mais intenso. Lembro de, na saída, comentar com o Bruno Ramos que “o bicho estava pegando mais do que habitualmente”. Era uma terça-feira, acho, e chovia.

Devia ser este o terceiro ou o quarto ato convocado pelo Movimento Passe Livre após o aumento das passagens de ônibus de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. A pauta muito me interessava por diversos motivos. Primeiro porque a questão do Passe Livre se acoplava muito com minha pesquisa de mestrado em curso, ainda que a pauta deles fosse deveras mais radical do que as intervenções que propus no Metrô de São Paulo. Segundo porque tinha ido a diversas manifestações em anos anteriores, e tinha esperanças de que, com aquela mobilização, algo estava acontecendo que não podia ser parado.

Refiro-me à insatisfação juvenil que tem em outras formas de mobilização que não os tradicionais clichês das passeatas sindicais sua forma de representação. Estavam em sintonia com os textos que lia sobre as Zonas Autônomas Temporárias ou o movimento ocorrido em Seattle no início do milênio conhecido como grande protesto antiglobalização. Mais, as manifestações tinham uma organização rizomática. Parecia questão de tempo até a coisa tomar outra proporção.

Quando cheguei em casa depois desse encontro com os colegas do É de Lei, depois de ter ouvido bombas de efeito moral lançadas sucessivamente, percebi que de fato a repressão policial havia tomado outra contundência que culminou na famosa agressão à repórter do jornal Folha de São Paulo com uma bala de borracha no olho. Não havia mais como a polícia fascista e repressora ser escondida ou encoberta. A denúncia era explícita.

Por isso, na manifestação seguinte, decidi dar uma passada por lá. E fui com o Igor na garupa – ou, como se diz em outras regiões do Brasil, no cangote. Restringi meu rolê à região mesmo do Teatro Municipal porque sabia que se o bicho

pegasse – ou quando o bicho pegasse, pois era evidente que haveria repressão brutal e covarde – não estaria no ambiente que o Conselho Tutelar recomendaria como saudável para levar meu filho para passear. E, no meio da concentração, enquanto faixas eram pintadas e erguidas, enquanto jovens chegavam com mochilas e lenços, encontrei-me com Leonardo Blecher.

Leonardo ou Léo é filho de Mauro Blecher, um psiquiatra com quem tive o privilégio de trabalhar no tal CAPS do que fui demitido. Com o Mauro tocávamos juntos uma série de grupos, incluindo uma oficina em que trabalhávamos com música – não com a mesma radicalidade sonora que as oficinas de Expressão Sonora propunham, mas com a dimensão do conteúdo simbólico das canções. Era ao menos assim que nomeávamos.

Havia conhecido seu filho Léo, de quem tanto Mauro falava, claro, anos depois de nossa amizade e parceria profissional estar firmada quando fui um dos trabalhadores de CAPS AD entrevistados para seu Trabalho de Conclusão de Curso de jornalista na PUCSP, junto com Bárbara Vidal. Depois até tive a honra de participar de sua banca, em que o referido trabalho sobre a questão dos modelos de atendimento ao público usuário de álcool e outras drogas e a constituição da *cracolândia* em São Paulo recebeu nota máxima.

“Salve, Léo! Olha meu moleque!” Conversamos rapidamente, ele comentou que havia saído do seu emprego no jornal esportivo “Lance!”. Comentou que estava ali tirando umas fotos para um site ou um coletivo, não me lembro ao certo. Disse, com prudência, que era melhor eu sair fora com o Igor o quanto antes, pois a repressão ao último encontro tinha sido brutal. “É, eu ouvi as bombas, Léo.” “Posso tirar uma foto de vocês?” Nos despedimos.

Quando eu cheguei em casa, acompanhando as notícias, vi que a repressão do braço armado do Estado havia sido novamente brutal. A coisa estava tomando outra proporção. Falava com amigos, todos em ebulição. O Verde (Luis Gustavo Casale) mal cabia em si. Dizia que finalmente o sonho que tanto esperava e sobre o qual tanto havia estudado estava se concretizando. Verde estudava Debord e Maio de 1968. Verde me emprestava livros do Don DeLillo, e quando ficávamos bêbados ele realmente parecia dar importância para o que eu falava. Era muito bom conviver, conversar e com-beber com o Verde.

Eu também estava eufórico, não do jeito do Verde, mas do meu jeito, e resolvi contribuir como conseguia: escrevi uma crônica, meti a foto do Igor em cima, lembrei de um título de um livro que o Júlio tinha que ler para a escola e o sampleei, achando que cairia bem para ocasião, e o disparei em diversas listas de e-mails. Em uma época pré-WhatsApp era assim que as coisas circulavam.

O texto foi acolhido na lista de discussões do Núcleo de Subjetividades e de lá foi parar em diversos *blogs*. Uma colega que estava no México, Ana Carolina Patto, publicou por lá. Outra colega mandou para o Centro Experimental de Música em Portugal. Gosto, megalomaniacamente, de pensar que o texto ganhou o mundo. Não foi para tanto, óbvio, mas não deixou de ser um marco – ou outra fotografia, literalmente, daquele tempo:

Ética para meu filho

Sim, estávamos lá, estivemos por lá.
 Manifestamos nosso
 direito democrático de ir e vir, como canta nossa Constituição.
 Mantivemos nosso instinto nômade de flunar, ainda que entre prédios já
 sem vitrines, ainda que por calçadas com gente morando na rua ao invés de
 flores decorando o passeio.
 Fiz questão que passássemos por lá. Aproveitei um compromisso da patroa
 e saí como quem não quer nada com o pequeno. Coloquei na mochila
 algumas bananas, coloquei um gorro amarelo que não era dos mais
 elegantes, algumas fraldas, talco, o de praxe.
 Fomos de Metrô.
 Igor adora o Metrô. Ele mal pode ver um trem chegando que diz,
 entusiasmado: “trô, trô, trô!” e aponta com o dedinho. Fui direto no tal vagão
 preferencial, pela primeira vez entrava naquele mundo até então
 desconhecido, cheio de senhores e senhoras idosos, alguns jovialmente
 idosos por sinal, e com algumas mulheres grávidas. Não havia nenhum
 bebê àquela hora. Passavam das cinco, pra completar era dia de grave

greve nos transportes ferroviários, estar àquela altura do campeonato com um bebê dentro do metrô indo em sentido leste (embarcamos na Marechal Deodoro) parecia um ultraje. As pessoas olhavam com um tom de “vou denunciar esse cara para o Conselho Tutelar”.

Quando descemos na estação Anhangabaú, fusuê na plataforma. Tive de dar uns comandos para as centenas que queriam entrar abrirem uma fresta para que pudéssemos passar. Deu certo. Ganhamos as escadas, e depois a superfície. Igor pendurado na minha garupa, como se diz.

Vale do Anhangabaú, treze de junho, dia de Santo Antonio. Escurecia em São Paulo, a quermesse era de outro tom. Caía aquele friozinho que, bem de longe, lembrava a cidade da garoa de certo planalto torto. Pessoas indo e vindo, carros atracados com luzes acesas na ligação norte-sul.

Pouco depois estávamos em frente ao Theatro Municipal. Nossa lição de (fora) de casa.

Semana de vinte e dois? Não, Igor, semana de dois mil e treze; Movimento Passe Livre.

Mais do que isto: sintoma de alguns acordes coletivos. Sonhos de ressonâncias e reverberações: era isso que o prédio imponente de Alvares de Azevedo podia agora nos ensinar. No lugar do Mappin (venha correndo) as Casas Bahia (quer pagar quanto?). No lugar das vitrines de eletrodomésticos, portas de aço abaixadas. Parecia aquela copa do mundo no Brasil que a gente sempre sonhou.

Mas a guerra naquela noite não seria uma metáfora.

Encontrei por acaso um amigo jornalista, o Leonardo Blecher, que, com uma máquina muito boa, pediu para tirar uma foto. Alertava-me para o fato de estar ali com o pequeno. Algumas pessoas tinham um olhar apreensivo quando nos viam, mas nada comparado aos olhares inquisidores dos que encontramos no Metrô. Que coisa.

Prelúdio.

Deu tempo de tirar a foto, de escutar a bateria e jovens, como nós, gritando “Ôô, o Povo Acordou”. Alguém ainda desenhava um cartaz. O amigo jornalista tirou sua única máscara do bolso e nos deu. Solidariedade. Agradei, e devolvi. Disse que nossa ocupação ali era nômade, que estávamos de saída. Zona Autônoma Temporária.

Prelúdio, ainda.

Era o que podíamos: a partir dali teria motivos para temer, e não só ao Conselho Tutelar, teria motivos para temer, e muito, os braços fortes do Estado. Chucros.

Antes disso, coleí um adesivo no pequeno pela paz, pendurei-lhe uma margarida em algum lugar de sua blusa, e saímos: ele na garupa, eu a passos largos. Senti que realmente passava algo para meu filho aquele dia. Mais: sentia que ele emprestava certa emanção aos que ali se concentravam. Senti que era esse o nosso manifesto. Parece pueril, mas o termo é: somos tão jovens. (Outros termos: toda resistência é mesmo resistência psíquica, sejamos realistas: almejemos o impossível!)

Esfriava. O trânsito parou. Ouvia de longe helicópteros pausados como os zepelins de Watchmen. Voltar de metrô não seria uma boa com o Igor àquela hora. Os ônibus estavam cheios. Conteí meu dinheiro, vi que tinha uns catorze reais na carteira. Dava para pagar um taxi.

(Minutos depois em casa, imagens inarráveis/inenarráveis na cidade)

Frei, 2013, texto disponível em: <https://pedras13.wordpress.com/2013/06/16/carta-de-sao-paulo-2-etica-para-meu-filho/> Acesso em jul.2018)

Para a manifestação seguinte havia um outro tipo de apelo. Iria entender e nomear este apelo tempos depois, mas talvez comecei a entender melhor do que se

tratava quando, no meio daquelas mais de 2 milhões de pessoas, trombei com o Paulo Abraão.

Paulo Abraão era um *brother* com quem, junto com o Marcus Salgado, dividimos alguns projetos da LSDiscos, entre eles a parceria com Os Jerssons. Não nos víamos havia algum tempo. Eu não estava mais fumando maconha fazia pouco mais de um ano. Logo depois que o Igor nasceu, a preta-velha (minha Vó Joana) que cuidava/cuida de mim no campo astral havia passado essa instrução que, não sem rebeldia, acatei. Com isso trombava menos com alguns amigos com os quais, entre ideias cabulosas sobre o destino na humanidade e da música – se é que é possível separar humanidade da música – apertávamos uma meia dúzia de baseados calibre dedo-de-negão, como batizávamos.

Acho que o Paulo nem sabia da minha possível ida para Curitiba, ou se sabia era com notícias parciais. Enfim, entre um ou outro comentário dividi um pouco da epifania que o Verde dizia: “Porra, não acredito que vivemos para ver esse dia.” “Sei não, U-Altí.” Ele enchia a boca para falar esse U-álti, como quem põe o W na frente do meu nome – acho que era para tirar uma com a história do Walt Disney, um cacoete que ficou das nossas muitas zoações. “Isso aqui está muito estranho, parcero, muita gente com a camisa do Brasil, cantando o hino... Essa história do Gigante Acordou também...”

Achei o Paulo Abraão meio paranóico. Achava, naquela altura do campeonato, que muita maconha deixava a gente meio paranoico. Pelo menos comigo era assim. E agora nesses tempos sem fumar algumas coisas ficavam mais claras ou mais inocentes e sem tanta paranoia. Não lembro sobre o que mais conversamos, mas, com o passar do tempo, fui entendendo que a análise do Paulo Abraão *in loco* era a mais acertada.

Hoje parece claro que aquilo que parecia ser incontornável, aquela força rizomática que não poderia ter o freio da mídia ou dos poderes foi minada por outra estratégia ainda mais ardilosa do que a simples repressão: foi capturada, recheada daqueles que mais tarde viriam a ser chamados de “coxinhas” ou de policiais tipo P2 infiltrados para causar as arruaças, as quais, mais tarde, os que viriam a ser chamados de “vândalos” ou “baderneiros” teriam causado. Tal qual o capital, que é plástico e se organiza das formas mais variadas possíveis, eis os diagramas de

poder, tais quais descritos por Deleuze (2005) a partir da obra de Foucault, postos em operação “ao vivo”.

Foi no meio dessa efervescência que, dias depois, enquanto me preparava para entrar na Unidade de Acolhimento Transitória com aquele monte de chaves da casa, recebi o telefonema com o DDD 41 e, com uma das chaves em um golpe ninja rapidamente venci a ausência do botão de atender ligações do meu aparelhinho Nokia que herdei do primo Leandro e consegui, enfim, estabelecer contato. "Pronto?" Do outro lado, a voz da menina do érre-agá (agora de voz, dentes, lábios e rosto em minha imaginação), e a notícia de que eu havia sido aprovado no trabalho da tal empresa-religião: “Parabéééééns Altierreeesss, você foi selecionado no processo seletivo”, ela dizia. Sentei na calçada.

Liguei pra Camila e contei-lhe a boa nova. Não sei descrever o volume dos sentimentos que tomaram conta de nós todos, mas posso resumir no sentido menos cristão da palavra e no sentido mais literal do termo que fomos acometidos por uma espécie de fé ou de “vale a pena a aposta”. Nesta altura do campeonato a Camila já tinha pesquisado mais de uma centena de casas para locação. O pacote da empresa-religião era ambicioso, incluía pagar hotel por duas semanas para que acertássemos a locação da casa e mais as despesas com mudanças.

Tal qual quem tem a foto nas mãos – ou a página do diário de campo – lembro que, em 30 de junho de 2013, a seleção nacional jogava pela Copa das Confederações e chegamos em Curitiba. Não assisti ao jogo do hotel em que estávamos, porque saí para ir ao shopping em frente para tentar comprar um calçado menos cafona do que meus sapatênis pretos e umas camisas, e jantarmos, claro, com o pequeno Igor já agasalhado com quase todas as suas blusas.

Não deu para assistir ao jogo, mas deu para assistir aos caras cantando o hino nacional que, mesmo tendo sua primeira parte habitual de execução findada, foi continuado pelos milhares que estavam no Maracanã; era mesmo um indício de que algo estava acontecendo.

Era esse o clima e o contexto de meu movimento de êxodo e deserção que capitaneei com toda a família – nada tão heróico nem grandioso quanto qualquer movimento de migração repetido aos milhares no Brasil – mas que, hoje, gosto de interpretar como o salto que *Major Tom* deve ter dado de sua cápsula espacial rumo ao desconhecido. Ou prefiro nomear como uma grande deserção.

4.3 CAMADA-DOIS DO MIOLO — O EMPREGO, ALGUNS ADOLESCENTES, A AMBIÊNCIA, A CRIAÇÃO DE UM INCONSCIENTE INSTITUCIONAL E NOSSAS INAUGURAÇÕES DE INSERÇÕES

4.3.1 Pouco Mais que Uma Dúzia de *Slides de Powerpoint*

Porém, se o que *Major Tom* do David Bowie encontrou em seu salto foi o nada, o que eu encontrei em meu primeiro dia de trabalho foi um pouco pior do que o nada. Entre pessoas gentis e pessoas-fingindo-ser-gentis que me recebiam, deparei-me também com pessoas religiosas e pessoas-fingindo-ser-religiosas que, ao me cumprimentarem com aperto de mãos que pareciam ser aqueles de maçom para maçom, desejavam em votos que o santo x ou o padre y da religião abençoasse meus caminhos. Como não sei retribuir os apertos de mão dos maçons (porque nem faço ideia de como seja um aperto de mão de um maçom), ou ficava quieto ou dizia “igualmente”.

Para meu azar, meu único elo com a realidade, o tal Marco Antônio, idealizador da chamada do projeto, estava de férias. Deram-me um computador para que eu ficasse sentado em uma das chamadas “ilhas de trabalho” no tal nono andar do escritório, deram-me o tal *jogo de slides* do projeto em questão para examinar – talvez não soubessem que ele já havia sido de meu conhecimento e, pronto, simples assim.

Enquanto isso, habitava aquele ambiente de escritório que para mim era deveras hostil, cheio de pessoas gentis ou de pessoas que faziam se passar por gentis, cheio de boçais e pessoas que se faziam passar por boçais, cheio de religiosos extasiados com a vinda do Papa Francisco ao Rio de Janeiro e pessoas que se faziam passar por religiosos extasiados com a vinda do Papa Francisco ao Rio de Janeiro, tentava manter a calma. E tomava um café expresso da máquina de cafés expressos atrás do outro.

Obviamente nem sempre cafeína e calma são sinônimos. Então, quanto mais estimulado eu ficava, mas nervoso eu ficava. E cagava. Cagava em um banheiro do nono andar que me permitia ver árvores, prédios, o estádio do Atlético local sendo construído, que me permitia ver as montanhas que freavam a mancha urbana de Curitiba tal qual a Cantareira o fazia com a Zona Norte paulistana. Todas as

paisagens que via do nono andar pareciam estar vivas na janela daquele banheiro cheio de luxos. Tinha papel para forrar o acento sanitário. Tinha desodorizador de ambientes. Tinha potes de Listerine ao lado da pia. Depois passou a ter fios dentais disponíveis, inclusive. Pela primeira vez eu tinha garantia de hálito fresco em um ambiente de trabalho. Tomava café, cagava, bocejava Listerine, ficava em frente ao computador, examinava os slides e tomava café. E refazia o ciclo, enquanto aguardava o tempo passar para que eu pudesse ir embora, ou para que o trabalho de fato começasse.

No meio da rotina havia alguns pequenos acontecimentos, como quando chegava “do nada” um professor de educação física superanimado e propunha que todos fizessem ginástica laboral. Todos levantavam “do nada” de suas ilhas de trabalho, felizes e radiantes, e metiam braços para cima, cotovelos para o lado, apertavam bolinhas invisíveis e “relaxavam o pescocinho” atendendo aos pedidos do boçal que devia estar ganhando um dinheirão naqueles dez minutos só para fazer aquilo. Ao final, antes dos aplausos, algum ou outro boçal do escritório fazia uma ou outra piadinha com o outro boçal do lado que era o bode expiatório. Todos riam. Alguém espirrava. Todos falavam “saúde”.

Voltei para o hotel depois do primeiro dia de trabalho com um misto de pânico, cansaço para esperar as 17h48 enfim chegarem e uma sensação de “o que foi que eu fiz com a gente, Nêga? *Fodeu...*” Ela dizia para eu ter calma, que aquele não era o ambiente para o qual eu fui contratado, que logo as coisas estariam melhores, que o trabalho ia ser outro e eu iria gostar.

Enquanto isso pedíamos batata suíça por *motoboys* e desfrutávamos da TV a cabo do hotel (ah, o bom e velho fascínio por uma TV que sintoniza algo mais que minha TV...) com seus canais de desenho que o Igor parecia estar adorando – como um tal de “Bita e os Animais” que tinha um certo capricho notável nas canções.

Lá pelo terceiro dia, a Camila achou a casa. Era uma casa que havíamos sondado pela internet. Ela conseguiu visitar e, quando nos encontramos, não parava de descrevê-la como perfeita para o que estávamos precisando, com uma edícula nos fundos que poderia dar conta de receber meus pais e uma área de gramado que seria ótima para o Igor. Mal podia acreditar. Uma casa térrea, com grama, em um bairro que parecia ser a Vila Madalena, com graminha na calçada, tipo a graminha

na calçada da casa da família de Flávia*, que era uma aluna da tutoria muito rica e morava ali pelos Altos de Pinheiros.

No final do expediente, debaixo de um puta-frio-do-caralho, encontrei-me com ela, que nos levou de Fiat ao local – Igor parecia habituado ao cadeirão. Não pude entrar, mas do portão deu pra ver que sim, era uma casa muito boa, em um bairro muito bom. “Por mim fechou, nêga.” “Mas você não quer ver?” “Querer eu quero, mas já morei em tantas casas que, como minha mãe fazia, conheço uma casa boa sem precisar entrar pra ver.”

Duas semanas depois a casa estava em nosso nome, graças ao tio da Camila que topou ser fiador, e graças ao fato da locação ter sido por uma imobiliária de fundo de quintal, sem tanta burocracia. A etapa seguinte era buscar “o resto” da mudança, a saber: nossa mudança, a mudança dos meus pais, meus pais, o fusca e três cães: o Robinho, o Sheik e o Paçoca.

Foi uma operação cinematográfica, e esgotei a paciência do eventual leitor com esta última reminiscência dessa fase que compôs o início: Camila e Igor ficaram no hotel, eu voltei de ônibus para São Paulo, e depois de passar no ainda nosso apartamento da Barra Funda fui até a casa dos meus pais de trem e locação – onde estava também nosso cão, o Paçoca. Pela manhã do dia seguinte levei meus pais de fusca ao aeroporto de Cumbica, onde havia reservado passagens promocionais para ambos. Nem podia acreditar que eles iriam voar (pela segunda vez na vida!) e ainda mais sozinhos. Camila e Igor os buscariam de Fiat no Afonso Pena e já os levariam para a casa que seria a nossa, com uns dois colchões e cobertores já comprados mesmo antes de a mudança chegar.

Eu, de Fusca, voltei à casa do Marengo e recebi o pessoal da equipe da mudança que ofereceu o menor preço das cotações que eu mesmo realizei e que, por coincidência, tinha a sede da empresa exatamente no térreo do prédio onde eu morava até então. Os caras, “conhecidos de bom dia”, carregaram as coisas dos meus pais. A casa do Marengo ficou vazia. E, temendo pela iminente demissão, resolvemos deixá-la vazia, só sob os cuidados dos vizinhos mais próximos, pronta para nos receber (ou ao menos receber os velhos) assim que precisássemos.

Saí com o fusca e os três cães. Paçoca e Robinho se odeiam, disputam territórios e se atracam o tempo todo, então era necessário separá-los por correntes amarradas em bancos diferentes. Paçoca nunca foi flor que se cheirasse. Vejo os

caras da transportadora desmontarem nosso apartamento inteiro, e de repente todo nosso “*setting*” cabe em caminhão-baú. Só resta o eco das palavras pronunciadas em paredes nuas da casa vazia.

Antes disso, corro em uma loja do Wall Mart acompanhado do meu primo, Leandro, que junto com o Lucas me ajudava na mudança, e encomendo a troca de óleo e dos quatro pneus do Fusca. Feito isso, depois de tudo isso, no mesmo sábado 13 de julho de 2013, exatamente sete anos após o 13 de julho de 2007, dia em que me mudei para um quarto de pensão na Rua do Lavradio, deixo a Barra Funda como quem salta da sua lata espacial rumo ao desconhecido, ao espaço, ao vazio, ao nada.

Foram mais de nove horas de viagem no Fusca com os cães dopados de Dramin, empanturrados de mortadela barata e entediados com as curvas e o barulho do motor de 1974. Quando cheguei em Curitiba me perdi, já que ainda não conhecia o caminho, e fui parar com os cães na porta das baladas mais movimentadas da cidade – era sábado à noite. Paçoca latia pela janela, as meninas olhavam e davam risinhos de curiosidade e escárnio, acho que ninguém entendia nada daquela cena às duas da manhã. Nem eu.

Naquela noite dormi o sono dos justos apesar do puta-frio-do-caralho em um colchão improvisado na sala, ao lado do meu pai, da minha mãe e da Camila, e acordei com o caminhão de mudança chegando. Meu pai amaldiçoava o puta-frio-do-caralho (*stricto sensu*) e me xingava com o resto dos palavrões que lembrava. Quatro dias depois nevou em Curitiba, depois de não sei quantos anos. Meu pai continuava me xingando sem parar e xingando o frio sem parar.

4.3.2 Ossada de Hospício

Uma das tarefas do meu primeiro dia de trabalho foi ser acompanhado por dois dos líderes daquela divisão executiva de ação social do setor responsável pela solidariedade na empresa-religião para conhecer a área reservada para a implantação do então “projeto de média complexidade”. Era no período da tarde, e fomos em um dos carrões da frota da empresa-religião a um antigo hospital psiquiátrico quase inteiramente desativado que ficava na região próxima ao imponente prédio de nove andares que mencionei.

Era um antigo hospício clássico, com suas alamedas, pavilhões e jardins internos. A área destinada ao projeto já havia sido reformada. As salas de solitárias viraram salas de atendimento individual. O antigo refeitório foi destinado a uma sala multiuso, como mais tarde viríamos a chamar. As demais salas foram pensadas para comportar vários pontos de rede de internet e telefonia e os tais computadores que poderiam ser úteis no processo de ressocialização dos jovens, como era chamado.

Os diretores da empresa-religião na época eram dois: um religioso e um administrador de empresas. Pareciam cordiais e firmes, do alto de seus imponentes cargos – e um deles, quase que do alto de sua estatura, não fosse esta uma expressão fora de tom – (não conseguia olhar para ele e não me lembrar daquele personagem do príncipe em Shrek que gostava de carros grandes). Eles pareciam ser o tipo de chefes que ocupavam a vaga destinada à diretoria do estacionamento com certo orgulho. Olhavam e sinalizavam, com um misto de contenção polaco-germânica pouco abasileirada e uma assertividade desproporcional. Pareciam relativamente jovens, apesar da envergadura dos cargos que ocupavam.

Toda aquela cordialidade me fazia pensar na imagem de moleques jogando futebol que recebem no time um cara novo, tipo um médio-volante, e querem testá-lo. Primeiro, dão um tipo de afago, jogam com alegria a camisa de número 5 pra ele, dizendo frases clichês do tipo “bem-vindo ao time, guerreiro, esse é teu manto sagrado, esta é a área que você defenderá”. Mas, ao mesmo tempo, avaliam cada pisada, cada fala, cada gesto, perguntando-se em que medida aquele estrangeiro poderá ou não vir a ser um deles.

E, claro, ao entrar em um espaço como aquele, pensando em uma proposta como aquela, ainda que restrita aos vinte *slides* de *powerpoint*, alguns elementos me pareciam muito evidentes, a começar pelo fato de esses caras parecerem nunca ter ouvido falar em Reforma Psiquiátrica no Brasil — pelo raciocínio óbvio do que seria acompanhar casos de adolescente com “dependência química”, como eram chamados, em um conjunto arquitetônico como aquele.

Não bastasse isso, a área era quase a de um hospício desativado pois, ao lado dos pavilhões já ocupados por clínicas médicas e clínicas-escola, havia ainda uma ala com os nove últimos pacientes internados do antigo hospital quase centenário. Eram pacientes definidos como severos e sem contatos familiares. Estávamos em julho. Mesmo após outubro, quando passamos de fato a trabalhar

naquele local, estes últimos nove ainda restaram. Era possível ouvir gritos e solilóquios, o que dava uma aura ainda mais assustadora ao conjunto arquitetônico.

De fato, um dos corredores internos do pavilhão em que viríamos trabalhar lembrava muito o corredor do filme “O Iluminado” do Kubrick (que eu nunca vi, mas cuja cena conhecia). Era tenso, escuro e denso. Uma das antigas senhoras da limpeza, que acompanhou todo o processo de desmonte do hospital, lamentava-se conosco, dizendo o quanto sentia falta dos pacientes, que eram todos bonzinhos e precisavam de cuidados, e se referindo o tempo todo às dificuldades que tinha em manter o chão do corredor encerado. De fato, os corredores tinham um piso estilo mosaico-português que pareciam cobertos com uma lâmina de espelho.

Passei os primeiros três meses de trabalho alternando atividades corriqueiras, como aprender como funcionava um maldito *software* de compras da empresa-religião que seria desativado meses depois e conceber a parte escrita ou conceitual do tal projeto. Neste ínterim, meu interlocutor e assessor de referência já havia voltado das férias e nossas trocas passaram a ser mais intensas.

O primeiro ponto era definir o “escopo” do projeto. A ideia da empresa-religião era que pudesse ser algo inovador que desse conta de tirar os jovens das drogas e, uma vez realizado, desse conta de mantê-los longe das drogas com atividades legais e interessantes, que dialogassem, se possível, com a mística da parte religiosa da empresa-religião. Como costumava dizer, eles gostariam mais que fosse implantada uma espécie de creche para a manutenção da abstinência. Derivações de “por uma sociedade sem drogas”, ainda que com eufemismos.

Não raro, gostavam de dar exemplos “radicais” do tipo: “pegue esta *piazada* que está usando drogas e leve eles para pular de paraquedas, para fazer a parte radical dos esportes que vai dar uma adrenalina tamanha que eles nem vão querer se envolver com isso”. Não raro a senhora magrela de óculos de aro de aço vinha também com elocubrações desse nível; parecia ser uma das mentoras desse tipo de discurso.

Aos poucos foi possível perceber alguns rachas entre os próprios religiosos da empresa-religião que se digladiavam pelo poder naquela tal divisão executiva de ação social. Um deles, com fama de ser o mais ceifador, em uma das poucas conversas que tivemos fez duas intervenções que guardei comigo. A primeira foi me dar um livro desses de autoajuda, com um título que não me lembro mas que

deveria ser algo do tipo “como larguei o *crack*, uma incrível história de superação e fé”. A segunda foi sugerir que os jovens atendidos poderiam, de repente, passar um final de semana na casa onde ele morava para períodos “de evangelização”.

Não podia acreditar que estava ouvindo algo como aquilo... Eu tinha àquela altura elementos suficientes para saber que tinha entrado em uma barca furada, mas ao mesmo tempo eu ia ganhar quase seis pilas no mês e “ter vida de classe média”, e estava em uma possibilidade de criação, com uma autonomia absurda, e muitos recursos disponíveis para contribuir para um trabalho diferenciado, de fato.

Tinha que ver o que aquilo renderia e seguir, mas era óbvio que era questão de tempo até eu ser espirrado dali. Tinha morado em igreja católica, tinha sido demitido do meu emprego de educador social em uma ONG católica que atendia pessoas em situação de rua no Glicério, em São Paulo; ou seja, era “gato escaldado”. Fora ser “gato escaldado”, eu também não fazia aquele “perfil”. Eu até rezava, mas não daquele jeito, ainda mais para os tais santos ou entidades que, quando vivos, foram traíras da Revolução Francesa. Aff. Fora isso, o Brasil estava em ebulição. Será que ninguém ali percebia isso?

Mas, ao mesmo tempo, sabia que tinha uma oportunidade interessante nas mãos do ponto de vista profissional e do ponto de vista ético-político. Sempre tive claro para mim que o que poderia ser feito era a instauração de uma Zona Autônoma Temporária, uma grande linha de fuga. Gostava muito de uma figura de linguagem a que o Marcus Salgado sempre se referia em nossas conversas sobre a necessidade de atirar pedras no telhado de vidro do palácio de cristal de dentro do palácio de cristal. Valia-me o tempo todo desse *slogan*.

Além disso, eu via algumas convergências entre as frequências vibratórias que estava estudando na Umbanda, principalmente a questão do chamado acolhimento ou “caridade”, com algumas interfaces da proposta ou do discurso religioso da empresa-religião. Eu não estava ateu, mas durante muito tempo – eu diria anos – muitos ali me tomavam como se eu fosse ateu. Eu me recusava a falar qualquer palavra enquanto eles rezavam a ave-maria deles. Eu fazia isso como gesto ético de resistência, e me orgulhava dessa provocação. Sabia que essa conta viria um dia, mas, enquanto isso, eles achavam que era questão de tempo para que eu me convertesse, ou me corrompesse; então, houve uma tolerância cínica deles

nesses meses iniciais. E, claro, havia o meu projeto pessoal de devir-arrimo-de-família-de-classe-média envolvido.

Fora isso e pequenas ironias, eu procurava ser gentil e respeitoso, sem outras provocações, e cuidava relativamente bem do personagem que vestia calça social e calçava sapatênis. Uma mudança deste porte, com uma guinada ou desterritorialização dessa medida, não deveria ser em vão. Precisava esticar o elástico o máximo possível. Dizia que ou eu estourava o elástico ou decolava com ele. Ou os dois.

4.3.3 Saber-Fazer

Como estava claro que os caras entendiam muito de educação e projetos de assistência social (além de dogmas religiosos tidos como místicas), mas não entendiam nada da Reforma Psiquiátrica, e como estava claro que eles achavam que eu entendia de alguma coisa para ocupar aquele lugar – embora o que eu tinha nas mangas era mais blefe e vontade do que experiência ou *savoir faire* – fui dando um corpo conceitual para os tais vinte *slides* e fomos validando essas alterações nas reuniões internas da gerência ou colegiado da empresa-religião de forma relativamente tranquila.

A primeira crítica veemente se deu exatamente no projeto tosco de saltos de paraquedas, atividades radicais ou sei lá mais o que eles pensaram. Eu comentava que não adiantaria em nada trazer o jovem para uma ilha e depois devolvê-lo ao contexto territorial em que estava inserido, sem que a intervenção contemplasse esse ponto.

Não menos importante, a crítica à manutenção da abstinência era um ponto nodal a toda empreitada, ainda mais para quem, como eu, estava acabando de vir de uma imersão tão robusta de trabalho sob a metodologia da Redução de Danos, ainda mais em um contexto político e de abertura de discussões que caminhavam para um maior debate sobre as legislações proibicionistas. Foi preciso desde os primeiros debates trazer essa dimensão do cuidado à luz dos preceitos da Reforma Psiquiátrica e das legislações vigentes. Foi preciso, literalmente, desenhar isso para os caras – e as minas – da empresa-religião.

O argumento, que para os familiarizados com a saúde mental parece óbvio, era frequentemente trazido à discussão e, por mais que no fundo os representantes da empresa-religião se opusessem a ele pelos dogmas sob os quais se apoiavam, ficavam um tanto quanto sem reação para refutá-los do ponto de vista da arguição. E como a empresa-religião vendia serviços educacionais, ou se sustentava da mais-valia entre as relações de suposto saber e suposto aprender, tais argumentos ainda não eram demolidos com a força. Algumas pessoas, com a tal senhora magrela dos óculos de metal, pareciam entender todo o discurso e silenciavam, sem concordar, sem discordar, com um tanto de cinismo e soberba que, depois, faria todo o sentido.

Mas, como um projeto de média complexidade, o equipamento a ser inventado não deveria ser uma proposta de tratamento. E como um dispositivo aliado à Reforma Psiquiátrica, apesar de atrelado à Política Nacional de Assistência Social, não deveria ser algo que concorresse com as engrenagens previstas nas Políticas Nacionais de Saúde Mental e demais políticas públicas para o acompanhamento desses sujeitos. Deveria ser algo complementar. Era óbvio. Deveria funcionar como uma engrenagem, não como um sol redentor. Este foi outro ponto que, como se diz na linguagem coloquial, “foi preciso desenhar”.

E o que caberia quanto ao restabelecimento de vínculos e as dimensões de cuidado na Política Nacional de Assistência Social? Era óbvio que, ao se voltar para a tríade da Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, a resposta estava dada e justificava o que pensara desde o início: um dispositivo voltado à reinserção social desses adolescentes.

Um equipamento-dispositivo que, guardadas as devidas proporções, desse conta exatamente do gargalo que assistíamos no CAPS AD Santana, com a história de sujeitos que ali ficavam por meses e anos sem um trabalho efetivo de articulação com outras instituições – não só as de saúde, como as de educação, trabalho e geração de renda, profissionalização, ações de potência artística ou cultural. Algo que funcionasse como um catalisador dessa etapa da implantação da Reabilitação Psicossocial, como entendida pela Reforma Psiquiátrica.

Reinserção social era o terreno, era a chave, era o signo, era o lugar, era o mote. Faltava o nome. Se um dispositivo desse tipo chamasse-se “projeto de média complexidade”, ou “projeto de reinserção social para adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas” não teria nenhum apelo entre os jovens. Não

seria simples fazer articulações com outros serviços com esse nome. “Oi, boa tarde, somos do projeto de média complexidade.” Ou algo do tipo.

Era preciso um nome que fosse significante, literalmente. Era preciso um signo que fosse ativador dessa concepção toda para, enfim, concluir o posicionamento teórico-conceitual do futuro equipamento como um dispositivo voltado exclusivamente para a reinserção social de adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas – o que achava interessante, potente, inovador e pensava que poderia, inclusive, render pesquisas a respeito. Mas como nomear isso?

Acho que ainda estava no hotel, ou estava nos primeiros dias da casa nova, quando fiquei riscando em uma fichinha alguns nomes. A ideia inicial era simples: era necessário “capturar” algo do fetiche do acoplamento e do barato da droga. E era preciso fazer isso rápido. Os demais equipamentos culturais da empresa-religião ligados à área de solidariedade tinham, não raro, nome dos religiosos patriarcas da instituição batizando as unidades. Era um tal de Centro Social Irmão X, Centro Educacional Irmã Y. Se batizassem aquele projeto dessa forma, tudo poderia ir por água abaixo. Palavras mudam mundos.

Não lembro exatamente quais nomes cheguei a ventilar em conversa com o assessor de referência em uma conversa informal. Mas lembro que um deles foi prontamente descartado. Alquimia, acho. Era ridículo mesmo. Mas, o que posso fazer, eu ouvia muito “A tábua de Esmeralda” do Jorge Ben. Era uma referência⁵⁶.

Também não me lembro exatamente como ou quando o signo que batizou o projeto me veio à mente, mas sei que entre suas origens conscientes ou inconscientes está uma música que compus e que tocávamos juntos nos tempos do Interlúdio e do Intertelas, projetos de música autoral pós-punk, como definia em outro momento, que pelejava em manter em pé desde os tempos da graduação, tocando com uma série de amigos mas mantendo sempre a parceria estrutural com o Lucas na criação e composição das músicas – e, claro, nos delírios e sonhos mirabolantes de arrumar lugar pra tocar, gravar, etc.

Uma destas canções que inventei tinha um significado importante em uma fase difícil da vida que atravessava. Era escrita com referências à imagem mental da

⁵⁶ Encontrei, tempos depois, a informação com precisão nos meus Diários de Campo ou “CaderNO-Sum” de 05/07/2013. Os nomes aventados foram: Projeto Gente Grande, Projeto Alquimia, Projeto Novo Jovem, Projeto N’ovo: Núcleo Orgânico de Visões..., Projeto Virtudes. E, em letras maiúsculas, estava anotado Projeto Propulsão.

passarinholas e da história de Baltasar Sete Luas e Blimunda Sete Sois – ou seria Blimunda Sete Luas e Baltasar Sete Sois – no belíssimo Memorial do Convento, de José Saramago. Saramago era um dos meus escritores favoritos. Durante a fase da graduação devorava seus livros, um a um, e entrava em um ambiente simbólico paralelo em que idealizações de Portugal e de um estilo de vida rústico não raro me assaltavam a ponto de pintar minha antiga Caloi 10 com as cores da bandeira lusitana – talvez um certo tributo à ascendência que gostaria de ter esclarecido, uma vez que a Vó Maria veio do tal além-Tejo, mas, dadas as rupturas da família paterna numerosa, nunca me restou qualquer pegada ou referência. Muito menos cidadania.

Assim criei ou inventei uma música que, para meus padrões, era de certa complicação e dissonância, com acordes de Ré menor e Fá que batizei de “A Fantástica Máquina de Voar”. Quando a compus, tocava-a com o Pedro Zanquetta Junior, um cara genial, que não só acolheu-a em nosso set no Interlúdio como lhe atribuiu uma camada sutil de guitarra e algumas vocalizações monossilábicas lindas como só ele era capaz de fazer. Só meses depois o Lucas tocaria conosco nesse projeto, e, como eu fazia uma camada de guitarra, ele atribuiu uma linha de baixo interessantíssima (como em todas as bandas que toquei baixo, os melhores baixos eram os que eu não compunha e não tocava).

Também bebendo na referência alquímica que atravessava toda a obra do padre doidão dissidente do Memorial do Convento, a música trazia estas referências com o elemento transcendental que pudesse não só converter chumbo em ouro como levantar os corpos e dissolver a força gravitacional: “só mais uma uma peça, mais uma engrenagem, pra gerar propulsão, para a decolagem... Só mais um fluido, de ouro a vapor, e você vai ver no céu, pra onde é que eu vou”. De novo a imagem de engenhocas-voadoras.

4.3.4 Pró-Pulsões

Talvez tenha vindo daí, de um cantarolar trivial. O fato é que propulsão também guardava outra simbologia importante: remetia, em uma desconstrução lacaniana, ao signo pró-pulsão, ou favorável às pulsões. Havia ecos não só com a psicanálise em si, mas também com um trabalho que estudávamos muito no Núcleo

de Subjetividades da PUCSP de um psicanalista, João Perci Schiavon, que propôs um retorno ao Paradigma Pulsional a partir do olhar da obra de Deleuze e Guattari.

A força desse trabalho era tamanha no Núcleo que minha leitura sobre sua influência era a de que os demais professores dali, então dissidentes da psicanálise, trataram um retorno à dinâmica pulsional de Freud como um dispositivo de políticas da subjetividades ou micropolítica de tamanha potência. Não raro ecoava o mantra: Gilles Deleuze e Felix Guattari se opuseram ao Édipo e à forma como os estruturalistas o tomaram como forja de subjetividades e tipos de sujeitos, não necessariamente se opuseram à psicanálise. O próprio João Perci Schiavon, colocou uma pá de cal em muitas dúvidas, em especial nas minhas, sobre como conciliar o estudo da chamada esquizoanálise com a psicanálise. Dizia ele: “a esquizoanálise ainda é psicanálise tal qual a física quântica ainda é física” (Schiavon, 2010, p. 133).

Pró-pulsão tinha outra charada semântica: trabalhar a favor da pulsão não é, necessariamente, operar com a pulsão de vida. Era preciso considerar o encontro com a pulsão de morte e suas vicissitudes, a agressividade e a autodestruição, a ambiguidade e a agitação das forças motrizes. Ou, dito de outra forma: toda pulsão é vital, aponta para a vida.

Não bastasse isso, cria comigo que as drogas foram excelentes elementos propulsores em minha vida e minha trajetória – em diversas direções. Jamais teria conseguido a clareza para lidar com meus fantasmas emocionais não fossem meus diferentes contatos com os alucinógenos, mesmo os mais desastrosos. Jamais teria conseguido transitar por outros ambientes sociais que não aqueles dos colegas de bairro, colegas de escola ou colegas de trabalho não fosse minha inserção nas rodas de fumo. Jamais teria tido o apreço que tenho pela música não fossem catalisadores como o álcool e a própria *cannabis*. Ouso dizer que jamais teria as portas abertas para o que eu chamo de dimensão paralela dos espectros e forças espirituais – valendo-me talvez do próprio clichê das portas da percepção de Huxley (2007) – não fosse o contato com alucinógenos de potência enteógena, especialmente os cogumelos e a *ayahuasca*.

Era preciso partir desse encontro afirmativo com a potência do acoplamento sujeito-droga para, só então, problematizar as relações desastrosas de seus usos abusivos, especialmente em uma fase de constituição do corpo e amadurecimento

psíquico como a subjetividade. Sobretudo, era preciso situar que neste diagrama de forças o proibicionismo era mais danoso que o próprio rótulo da dependência química em si – supondo que todos os casos de uso abusivo de álcool e outras drogas vertessem em dependência química.

Argumentava parte desses pontos em boa parte das reuniões a que comparecia e em que podia falar. Repetia que o clichê da *dependência química* servia mais para impor um modelo de tratamento baseado na abstinência que tinha ressonâncias em um desejo de higiene social ou controle social do que cuidar, de fato, dos sujeitos.

Repetia, com exaustão, que a *dependência química* era catalogada por uma série de indicativos que, quase sempre, em quase todos manuais diagnósticos de saúde mental vertiam para a decrepitude do corpo (sinais de fadiga, tolerância, ressacas cada vez maiores, comprimentos hepáticos, de narinas, cardíacos, etc.) e decrepitude das relações sociais (perda de empregos, casamentos, amizades restritas aos grupos de usuários parceiros, etc.) e que, não raro, o adolescente experimentava sentimentos e vivências diametralmente opostas em seu encontro com as substâncias psicoativas.

Por isso o debate estratégico girava em torno da introdução da ética do cuidado ou metodologia da Redução de Danos, especialmente com sua concepção ampliada para algo que não fosse confundido como “permissividade ou apologia ao uso de drogas por parte dos adolescentes”, mas que girasse em torno de “abrir outros flancos para que o desejo pudesse circular para além do circuito sujeito-droga”, o que sugeria uma operação de circulação e apropriação de territórios característico das re-inserções sociais.

O pessoal “da firma” parece ter entendido a ideia. Após ter o nome e o escopo metodológico sancionados, o departamento de marketing da empresa-religião encomendou via agência de publicidade terceirizada uma arte que remetesse ao projeto. Após algumas reuniões-com-o-pessoal-da-criação e avaliações por e-mail – era impressionante como todo mundo cornetava na arte (não gostei da letra, põe mais cor aqui, e se colocássemos um muro ali) – foi aprovada uma logo que trazia um foguete estilizado com um desenho quase infantilizado com elementos de *grafitti* e arabescos difusos (poderiam ser até classificados como psicodélicos, não fosse o

mau gosto estético). Era de certo apelo com os jovens, pensávamos. Ficou valendo esta.

Dar conta do pontapé inicial que tratava de reformular o projeto, visitar o futuro espaço do equipamento na "ossada de hospício", tramitar esses argumentos de forma pausada e paciente, fazer-se passar por “ah, talvez ele dê conta e não seja tão louco assim” e ao mesmo tempo não rezar a reza deles, não foi algo tão simples. Exigiu muito investimento, envergadura e, claro, muito da pulsão.

4.3.5 Eu Quero Lutar, Mas Não com Essa Far(d)(s)a

Apesar de o projeto ter nome e casa, por conta do término da reforma no imóvel, que se arrastou por meses, ainda passava meus dias naquele maldito-escritório-de-merda, com os dentes limpos por Listerine e alternando minha energia em exercícios para evitar processos trabalhistas em função de lesão por esforço repetitivo, falando "saúde" pra quem espirrava e tendo algumas conversas triviais que passavam, inexoravelmente, pela obsessão curitibana por falar do tempo. E claro, tomava baldes de café expresso⁵⁷.

Como um impostor, era uma questão de tempo para que meu temperamento me fizesse dissonante naquele espaço. Não ia conseguir manter o personagem por muito tempo. A começar pela história com as vestimentas como as tais camisas de manga comprida que comprei: sem qualquer senso estético, adquiri algumas a preços promocionais lojas de departamentos como Renner ou C&A ainda naquela noite que antecedeu meu primeiro dia de trabalho no tal shopping durante o tal jogo da seleção na Copa das Confederações.

Eram camisas bem maiores que meu corpo, pois estavam naquelas araras promocionais que vicejam nessas lojas com letras vermelhas: “últimas peças”. Uma

⁵⁷ Transcrição integral de meu diário de campo ou “CaderNOSum de 19/jul/2013: “Dizem que é sexta. Estando aqui em um escritório, nunca as sextas foram tão sextas. Ou melhor, nunca não, há 16 anos – lembro bem de outra estada em escritório e o que as sextas me ocasionaram. Os tempos são mesmos outros; fiz contatos com alguns amigos pela internet, mas digito rápido e isso desperta curiosidades. Então, de novo, refugio-me aqui” (referência a debruçar-me sobre o caderno). “As três horas não de correr, eu hei de ser gentil e 'humilde' e 'seduzir as pessoas para me defender'. Será que é assim que eu sempre fiz? Ou será que mais uma vez 'pego pesado' comigo mesmo? *Whatever*, como se diz; quem não o faz? No final, quando se tem alguém para trocar e quando se pode ser ativo, saudável, espontâneo, nada disso realmente importa. Então escrevo; abro uma coisa na internet, finjo que estudo, sobrevivo, vivo, ouço, escuto as pessoas conversando, veio o cara do lado se espreguiçando e meninas libidinosas contendo-se. Sou filho único, mas hei de ser também soldado; recebo soldo e aqui é forja, mais uma. Outras virão”.

delas, especialmente, era terrivelmente cafona: era branca com quadradinhos azuis desenhados, formando uma estampa xadrez que não ornava com a calça que quase sempre usava – a calça social que usei quando fui padrinho do casamento do Lucas, ajustada sob medida por um alfaiate, que tinha listras horizontais. Não entendo nada de moda, mas aprendi que xadrez e listras não combinam.

Tinha mais: de tanto eu usar chave no bolso amarrada com uma cordinha, o bolso furou, e minha mãe, com um ato de gentileza que só as mães de filho único são capazes, tentou remendar com alguns pontinhos de linha preta o tal furo. A emenda, literalmente, ficou quase tão ruim quanto o soneto: os fios, desalinhados, apontavam a todas as direções e eram visíveis no conjunto da obra calça-listrada com listras verticais e camisa de manga comprida larga xadrez.

Para completar, ainda troquei meu sapatênis preto velho por um sapatênis preto novo marca Pegada, de que nunca ouvira falar, mas que era anunciado pela apresentadora do programa de esportes da Tv Bandeirantes, que era tão ou mais cafona que o primeiro, mas ao menos era confortável para quase todas as situações – exceto quando caminhava pelas calçadas curitibanas, com suas pedras irregulares e escaladas. Duvido que haja algum calçado confortável para esse tipo de caminhada.

De todo esse vestuário, pelo menos havia algo de que eu realmente gostava: um casaco desses tipo “cardigan” ou “cashemir” – não sei bem qual é qual – que são abertos. Era um casaco que estava na tal arara de preços promocionais. Peça única, dois tons de azul. Talvez eles me lembravam, quando abertos, as indefectíveis camisas de flanela que me vestiram por décadas e traziam o conforto de meter as mãos no bolso e alcançar uma silhueta familiar para me portar naquele espaço. A questão é que o frio era intenso demais, e quase sempre esse casaco soava como “brincadeira de criança” frente ao vento cortante e ao puta-frio-do-caralho. Demorou para aprender sobre camadas de roupas, mas com os anos fui me preparando melhor – o que não significa dizer que a cafonice foi vencida.

Enquanto ficava naquele computador, algo me ocorreu: eu tinha menos de três meses para depositar a dissertação de mestrado. E eu tinha a encomenda de um artigo que poderia sair na revista “Cadernos de Subjetividade da PUCSP”. Por que não trabalhar (de verdade) ali daquele lugar?

E foi o que fiz. Não raro os boçais e os quase-boçais, os religiosos e os quase-religiosos, os gentis e os quase-gentis me viam apedrejando as teclas daquele computador com a velocidade que só um ex-funcionário da Mobitel Telecomunicações poderia ter na digitação – Mobitel era uma das empresas de *pager* ou *bits* dos anos 1990. Eu era um daqueles caras que atendia a ligação “Mobi, bom dia, código por favor” e digitava as mensagens⁵⁸.

Às vezes parecia estar em tal transe com a escrita e com as anotações que trazia comigo que sentia um certo ar de cumplicidade dos gentis ou quase-gentis superiores. Era como se eu recebesse tapinhas nas costas invisíveis e ouvisse elogios silenciosos: “bom garoto, tem se dedicado a pensar a formulação teórica do projeto. Esse é o nosso tipo. Só falta se converter, mas há de ser questão de tempo. Ele ainda vai comer uma hóstia com a gente!”

Assim produzi o artigo “A máscara de V., as Manifestações e o Metrô de São Paulo” e boa parte da dissertação de mestrado “Frestas da Vida sobre Trilhos Eléctricos: Modos e Modelos de Subjetivação”. E por duas vezes voltei à megalópole para as atividades relacionadas a esses trabalhos: o fatídico dia do lançamento da revista *Cadernos de Subjetividade*, em 29 de setembro de 2013, e o dia marcado para a defesa do mestrado, em novembro. A banca tinha sido composta, de um lado por Peter Pál Pelbart, de outro lado o tal professor Clóvis Pereira do tempo da Semiótica Psicanalítica e Clínica da Cultura (uma das aulas mais geniais a que assisti) e, no meio, a minha orientadora Suely Rolnik. Assistindo à conversa um bom punhado de amigos, como o Verde e o Lucas. Abraçamo-nos. Foi um dia memorável!

4.3.6 Devir-Martín

A Camila chegou bem no finalzinho da defesa da dissertação, mas pegou a parte gentil das palavras ditas durante a arguição. Seu corpo, a esta altura do

⁵⁸ Diários de campo ou “CaderNOSum” de 23/07/2013: “Meus dedos ainda doem. Acho que quando caminhei os quinze metros que me separavam do carro até o tal prédio da (nome da faculdade), senti mais frio que no “Chicago” (sala-congelador onde as carnes eram guardadas no Mc Donald’s). Frio de doer. Esperam neve em Curitiba; seria um barato chegar e já ter neve. Fazer bonecos de neve com o Igor. Não será um barato pagar a conta de luz. Mas, vamos que vamos. Dará (...) Dez minutos para eu ir embora, cair no frio, e se der descansar a mente. Escrevi meu artigo para os “Cadernos”. Vejamos possíveis ressonâncias. Há de se ter em mente o cuidado com os computadores e com os olhares, sempre. Os caras da pastoral elogiam o jovem Marx daqui. Haja saco para estar tão próximo disto que almejo estar tão distante. Correm os dias. Corre o tempo”.

campeonato, já não era o mesmo. Nenhum corpo é igual dia após o outro, você pode pensar: camadas de vida vão se agregando à pele, camadas de vida vão se decompondo ou descascando em pele morta, camadas de morte vão igualmente nos compondo e nos despindo – poderia seguir a filosofia barata de botequim. Mas não é a esse tipo de alteração corporal que me refiro.

Lembro que a defesa da dissertação se deu em novembro de 2013, então deve ter sido um mês antes que a febre, o pânico e, claro, a caganeira tomaram conta de mim: Camila e eu novamente descuidamos com os métodos contraceptivos e soubemos disso pelas duas listras de um teste de farmácia comprado e feito às pressas durante uma madrugada – nem esperamos o dia amanhecer para que a tal primeira urina fosse colhida.

O pânico que experimentei aquela madrugada foi indescritível. Um segundo filho ou uma primeira filha, não importava; o fato é que não teria a menor condição psicológica, emocional ou espiritual para encarar isto. Foi como se a voz *fodeu* em minha mente pudesse ser ouvida aos brados. Mas, evidentemente, estávamos em um cenário diferente do ponto de vista da condição financeira que, para nossos padrões, era favorável como nunca.

Mas isso não era suficiente para amenizar o pânico. Pelo contrário, dava mais peso: afinal, seria mais uma vida orbitando em torno do emprego de diretor que eu tinha arrumado, com toda aquela mudança para Curitiba. Não bastasse a minha vida, deveras complicada, estava atrelando comigo meus pais, minha companheira, nosso filho Igor, os cães, e agora viria o(a) caçula! Mais do que nunca, não poderia ser demitido. Sentia, tal qual na canção, todo o peso do mundo em minhas costas – o tal peso da vida adulta.

Em novembro, um mês depois, a notícia já decantando, a alegria aos poucos ia sendo percebida. E, junto com os sinceros abraços de parabéns durante a defesa da dissertação, dava aos amigos a notícia do irmãozinho ou irmãzinha que o Igor receberia. E recebia mais parabéns e abraços.

Seria um final feliz – foi, de certa forma, uma saída pela porta da frente da PUCSP e do Núcleo de Subjetividades que, da mesma forma que minha saída do CAPS AD Santana, pareceu deixar promissoras portas abertas para um retorno. Eu precisava disso. E sair pela porta da frente aliviava lidar com as paranóias e silhuetas ruins que ficaram depois de ter sido enxotado do outro CAPS em que eu

trabalhava – o que já era minha segunda demissão (antes havia sido enxotado da tal ONG católica onde atuei como educador social para população em situação de rua, em 2007). Sair com um final feliz era uma boa, considerando e reconhecendo que minha força de sabotagem e autodestruição, pulsavam. Davam uma moral. Certo?

4.3.7 Pessoal

Os tempos de estada no escritório estavam, finalmente, chegando ao fim à medida que a equipe ia tomando uma forma e as pessoas estavam sendo selecionadas. Pelo organograma da empresa-religião, o primeiro cargo a ser contratado era o de coordenador pedagógico. Houve alguns problemas com o processo seletivo – a pessoa que inicialmente assumiria a função e que fora aprovada no processo seletivo havia declinado da vaga.

Enquanto outras entrevistas eram realizadas, mais dois processos seletivos foram postos em ação, para o cargo de assistente social e para o cargo de psicólogo(a) da instituição. As tarefas de “selecionar” pessoas eram, visivelmente, as que mais me consumiam energia do ponto de vista emocional. Isso porque, além de eu ter pulado toda a parte da psicologia organizacional durante a graduação, havia minha própria questão emocional envolvida devido ao fato de eu ter feito diversos processos seletivos na minha trajetória profissional e ter sido rejeitado, quase sempre após dinâmicas de grupo (desde para cargos de psicólogo até para cargo de atendente na Livraria Cultura — de onde lembro do selecionador do processo seletivo quase gritar comigo: você vai falar com essa calma que o livro do cliente atrasou?).

De um jeito ou de outro conseguia me ver sempre (em determinada medida) trabalhando e compondo com essa ou aquela pessoa que procurava aquele emprego. Era um péssimo “selecionador”. Bom mesmo era o cara da Livraria Cultura. Além disso, não era só o meu critério de empatia – obviamente – que devia ser considerado na questão ética que envolvia a avaliação. Mas, felizmente, eu tinha ajuda e apoio técnico para fazer isso: a garota do érrre-agá que me contratou aos poucos foi se tornando muito mais do que um rosto bonito, e me ajudou um tanto com a tarefa árdua de dissolver as (muitas) estruturas machistas que trago comigo (lugares de fala).

Seu tato e sua competência e sensibilidade para entender as sutilezas da proposta em concepção foram decisivos para a constituição do “time”. Além disso, vencidas (ou sublimadas) minhas atrações e idealizações, ou os meus fetiches, machismos e/ou projeções adolescentes por ela (outros nomes e razões para meu desejo), pude ter em nossas conversas um espaço potente de interlocução e de apoio nos dias iniciais na sempre fria Curitiba.

Em alguns processos seletivos tínhamos o apoio de outras pessoas da empresa-religião; em um deles, para o cargo de psicólogo(a), a própria senhora magrela dos óculos de aço participou. Ela dizia frases categóricas do tipo “você se imagina mesmo trabalhando com aquele psicanalista?” logo após entrevistarmos um cara lacaniano que falava naqueles outros idiomas. Eram comentários com certa sagacidade da parte dela.

Também tínhamos almoços em que trocávamos algumas impressões sobre o projeto. Eu tinha sempre um pé atrás com aquela senhora magrela dos óculos de aço. Ora achava suas colocações interessantes e pertinentes, ora achava que ela estava jogando comigo. Ela me passava a ficha de quase todo mundo que trabalhava ali, o religioso x que era “tretado” com o religioso y, depois de disputas de poder; ou ainda relatava seu arrependimento em ter colocado seu filho para estudar no colégio de elite particular da empresa-religião e despejava aquilo que minha mãe definia como fofocas e mais fofocas. E isso me deixava paranoico. Na verdade, esse sentimento de paranoia se repetia com muitos dos meus interlocutores.

E eram muitas pessoas em variados locais profissionais que se aproximavam ou com quem tinha que travar parcerias e sempre ficava uma questão dúbia no ar. Alguns sutilmente “indicavam colegas muito competentes para o trabalho”, como o irmão de não-sei-quem que, quando entrevistado, era um educador de pastoral excelente, daqueles que tocava todo o grupo de jovens da parte religiosa da empresa-religião. Claro que comigo não rolava o emprego, mesmo porque não tínhamos essa figura de pastoralista no quadro profissional. Mas, a recusa dava paranóia, porque era nessas entrelinhas que o discurso institucional era, afinal, inscrito, tal qual acontece com a inscrição inconsciente no processo de delírio visto pela ótica da psicanálise – cujos detalhes ficam para uma sessão de “psicanálise de boteco”.

Posso dizer que com poucos desses colegas consegui estabelecer uma relação sincera de confiança e cumplicidade. Com o passar do tempo isso foi se efetivando para boa parte dos colegas com quem tinha conversas amenas. Com outros, o processo foi inverso – pude ir percebendo notas de cumplicidade e apoio, até mesmo entre os que eram somente religiosos.

Fato foi que em dezembro daquele ano estávamos, enfim, “lotados” em uma fatia de um pavilhão do hospício realizando o primeiro atendimento. Foram quase duzentos adolescentes, que passaram pelo projeto ao longo dos quatro anos e treze dias que separaram a data da minha contratação da data da minha demissão. Em fevereiro do ano seguinte pudemos ampliar a equipe com a chegada dos educadores sociais e do coordenador pedagógico que, enfim, fizeram o time estar completo. Meses depois recebi uma promoção de coordenador para diretor de projeto de média complexidade, e pude ganhar quase mil reais a mais em meu salário, além de uma carta assinada por aqueles chefes que ostentavam orgulho em estacionar nas vagas para diretores.

Passado um ano da minha chegada, com os atendimentos em andamento, constituímos um centro de referência dentro da própria empresa-religião a ponto de conseguirmos não só a manutenção do orçamento previsto, como a ampliação do quadro profissional em mais dois educadores. Passamos a ser dez trabalhadores no projeto, em vez dos oito cargos originalmente desenhados, sendo quatro educadores sociais, um coordenador pedagógico, uma psicóloga e uma assistente social, além da auxiliar de limpeza, da assistente-administrativa e de mim⁵⁹.

⁵⁹ Durante boa parte do tempo que trabalhei lá pude ter com a maior parte dos colegas uma relação – estas sim – de intensa cumplicidade, respeito e admiração mútuas. Devo a cada um dos que passaram por lá – até a quem fui incumbido do “processo de desligamento” o mérito por cada uma das ações construídas que levaram o nome da proposta e sua repercussão a voos deveras mais altos do que aqueles que meus melhores sonhos podiam prever, mesmo em meio a tanta paranoia e perversidade institucional. Estes são os não-nomeados nesta cartografia (com ressonâncias ou espelhamento de manifesto avesso à psicologia organizacional) que faço questão de homenagear e agradecer dessa forma, sem nomear. E, como saída ética, não os nomeio pelo fato da pequena parte continuarem suas atividades na “firma”, nem os nomeio para evitar indelicadezas de lançar determinado foco no trabalho e na contribuição de um colega em detrimento do outro.

4.3.8 Antes de Mais Nada, o Fim

Acabou assim: era um dia frio. Frio pra caralho. Mês de julho, 2017. Dia 14.

Era meu primeiro dia depois das férias e eu fui demitido. Simples assim. A tal diretora nova, que será chamada de Srta. A., chegou sorridente acompanhada pela "mina" nova do érre-agá (aquela que havia me contratado havia sido transferida para outro setor) e por um boçal que, não contente em ser boçal, vestia um sobretudo de boçal. Quando eles chegaram, sabia que a “casa tinha caído”. Ouvi de novo a voz em minha mente: “fodeu”; mas, sessa vez, não entrei em pânico. Não naquele momento. Nem vontade de cagar eu tive. Estava sereno, como se preparado para o encontro com os carrascos.

Na ocasião estávamos na sede nova, não havia nem uma sala confortável para fazer demissões – por mais que eu adorasse brincar que uma saleta improvisada no segundo andar seria a “sala do sabão” para conversas intimistas. Conversamos na recém-instalada sala multiuso, entre caixas da mudança e fantasias de lobo mal e branca de neve que tínhamos herdado sei lá de onde e que os adolescentes adoravam vestir.

A Srta A. disse que não trazia boas notícias, disse que eu poderia imaginar o porquê daquela conversa, porque afinal eu sempre falava qualquer coisa sobre imaginar aquele dia chegando, mas que estava ali para fazer o meu “desligamento”. Disse que sentia muito por isso e me elogiou em um ou dois pontos do protocolo sobre demissões que fala em reforço positivo e depois, quase que “tirando o crachá”, disse algo do tipo “essa instituição tem duzentos anos de existência, ela não vai mudar, e ela quer pessoas que se adaptem aos seus valores institucionais, e nós sabemos que você nunca vai se adaptar”.

Foi o seu jeito de dizer que minhas idiossincrasias não eram mais toleradas, especialmente meu comportamento dispersivo, ácido e político frente à envergadura do cargo que ocupava. Foi o seu jeito de dizer que minha cabeça tinha sido pedida a tempo (e eu podia até enxergar a senhora magrela de óculos de aros “fofocando” sobre as “heresias” do nosso equipamento em reuniões com religiosos). Poderia ter sido até seu jeito de dizer “sinto muito” ou detectar minha “falta de maturidade” – embora a questão do trabalho em si no personagem “gestor” quase sempre fluía muito bem com os colegas diretos do trabalho.

Era o seu jeito de dizer: você precisava dançar conforme a música. Como estávamos em uma empresa-religião, isso significava: “você precisava ter rezado a porra-da-Ave-Maria”. Simples. Era isso. Sempre foi isso. Assédio? Violação da liberdade de credo (ou de não credo)?

Veja, todas as reuniões deles começavam com uma oração. Todos os diretores eram ou religiosos ou convertidos à religião. Quando não eram religiosos, poderiam fazer aqueles momentos cafonas que eles chamavam de “mística” ou “espiritualidade” lendo preces de um livrinho que misturava estética de folhetos da Basílica de Aparecida do Norte com frases de autoajuda de Sei-chi-noe e decorados com desenhos infantilizados. O único lugar em que não havia esses momentos, nem com a equipe, muito menos com os adolescentes, era no equipamento onde eu trabalhava.

Na prática ninguém nunca me disse: você precisa começar as reuniões assim, você precisa instruir a sua equipe a começar as atividades com os adolescentes dessa forma, com a “espiritualidade”. Eles, simplesmente, esperavam que eu tivesse o bom senso e “me tocasse” ou algo do tipo. Ou nem esperavam nada, porque na prática nunca aconteceu de uma instituição da empresa-religião não ter esses momentos.

Só que eu não tive o “bom senso”. Não “quis” ter. Isso não me fazia um herege: jamais havia desrespeitado os signos, quadros e imagens da empresa-religião. Eu pensava comigo: eles tinham religiosos no quadro de empregados, eles que providenciassem isso. Eu não ia rezar e pronto. Essa era minha postura. Gostava de dizer que onde se trabalhava não era adequado se drogar, trepar ou rezar.

“Você gostaria de dizer algo sobre isso, Altieres?”, perguntou a Srta. A. no ato da demissão. “An... Muito obrigado pela oportunidade do emprego.” E, ao sair, lembrei-me da cena final de Jim Carrey em *Show de Truman*, passei pela equipe e disse algo breve para os colegas que, com lágrimas no rosto, eram um misto de cumplicidade, indignação e medo: “Se não voltar a vê-los, tenham um bom dia, uma boa tarde, uma boa noite”. Me sentia, literalmente, com a cabeça golpeada.

Tremia de frio. Entrei no Fusca, dirigi alguns quarteirões, estacionei em uma vaga reservada e tentei respirar, levantar a cabeça e telefonar para a Camila – como eu estava de férias até um dia atrás, ela havia ficado na casa de sua avó em Iguape

junto com as crianças e com os meus pais. Eu estava assustadíssimo, os dias que se seguiram foram terríveis, com crises de angústia e pesadelos volumosos, além das questões que para mim sempre foram embaraçosas de lidar com os lugares institucionais – especialmente sobre como contar para meu pai.

4.3.9 Linha de fuga doutorado: parte 1

O fato é que, antes do fim, muita coisa aconteceu comigo, com quem trabalhou lá e com quem atendemos. Acho que conseguimos implantar uma metodologia muito interessante, e sempre que olhava aquilo “no chão” (como se dizia no Mc Donald’s), “azeitadinho” ou ajustado, com tudo encaixado, tinha vontade de escrever algo a respeito. Sempre dizia para mim mesmo e para os colegas: isso aqui dá umas duas teses de doutorado, umas quatro dissertações de mestrado, uns oito TCCs. Sim, era uma questão de pegar um recorte, tal qual quem pega um fio de novelo, e seguir.

Foi pensando nisso que, pouco mais de meses depois que o pequeno Martín chegou ao mundo em uma madrugada fria de um 21 de julho de 2014, pensei em prestar o exame para o doutorado na Faculdade de Saúde Pública. Minha estratégia era simples e honesta: acreditava que aquilo que estava vivendo profissionalmente daria um tema interessante de pesquisa por conta da metodologia implantada. Acreditava que seria demitido logo-logo e precisava de um plano de fuga. E gostaria de estar com algum vínculo ainda com São Paulo.

Então, apesar de ter um caminho trilhado na PUCSP, pensei em bater na Faculdade de Saúde Pública. Não conhecia absolutamente ninguém lá, exceto o Rubens Adorno, só de vista. Ele tinha sido orientador do Bruno Gomes, do É de Lei, com quem conversava à época. Além disso, a possibilidade de conexões com pessoas de outras áreas me parecia interessante.

De novo, Dr. Manhattan: é uma sexta-feira à tarde. Último dia para pagar a taxa de inscrição para o doutorado. Estou reticente. Converso com V., a psicóloga que trabalhava comigo. Falo do meu plano, mas falo em um tom tipo “sei lá, estou pensando *em se pá* prestar o doutorado...”, e ela, um tanto quanto brava de meu ver tão reticente, incentiva-me de forma assertiva – como sempre fazia, com um misto

de esculacho e carinho – quase que pegando na minha mão para ir comigo ao banco. Pago a taxa. Inscrição feita.

É um sábado, um dia antes da prova de inglês. Estou em casa e converso com a Camila que estou pensando em desistir de ir a São Paulo fazer a prova. Digo que vou gastar muito dinheiro, e que a passagem do ônibus está cara, ou qualquer coisa do tipo. Ela me dá um esculacho, do tipo “vai, você pagou, você consegue passar na prova de inglês”. E, no empurrão, de novo, pego um Cometa por volta da meia-noite.

Lembro que fiz a prova de inglês com um misto de sono e desespero. Não havia tomado café da manhã e estava faminto. Quando a prova terminou resolvi ir a um restaurante vegetariano na Paulista – ou que eu jurava que era vegetariano. Não lembro agora seu nome, se era Supremo’s ou algo do tipo. Mas, quando cheguei lá, estava com tanta fome que fiz um prato do tamanho do Everest, como costumava dizer nos meus tempos de larica.

Comia um tofu que tinha uma textura muito estranha para um tofu. Resolvi perguntar à moça que trabalhava lá: “moça, isso aqui é tofu mesmo?” “Não, é frango”. “Frango? Isso aqui não é um restaurante vegetariano?” “Não, esse é um restaurante que *também* vende comida vegetariana”, ela disse.

Fiquei revoltado. “Filhos da puta! Onde esse mundo vai parar...” pensava. Quando você não come carne – e eu não como carne desde 2008 – e alguém te serve algum prato com carne, ou por algum “engano” você ingere carne, é como se, com o perdão da comparação desmedida, você fosse estuprado. Ok, eu nunca fui estuprado, e nada deve ser comparado a um estupro. É uma péssima comparação. Mas já fui encoxado no metrô lotado. É outra péssima comparação, mas o que eu quero dizer é que é uma violência tremenda, e tudo que você quer é tirar aquilo do seu corpo. Mas não consegue.

Eu desencanei de dar um rolê em São Paulo naquele domingo e, puto da vida, resolvi pegar o primeiro Cometa de volta. No Tietê, nos vinte minutos que tinha antes de o ônibus partir, tomei um chopp de 500 ml. E depois comprei um de 700 ml para levar na viagem. Foi isso. “O chopp vai dissolver o frango”, pensava.

Se o chopp ajudou a dissolver ou não o frango, não sei. Fato é que dormi como um bezerrinho na viagem. E depois soube que passei na prova de inglês. A

etapa seguinte era escrever um pré-projeto de pesquisa. Depois veio a entrevista com o Rubens Adorno. E eu fui novamente para São Paulo.

4.3.10 O Fim da União Soviética

Dessa vez não teve frango, nem prova de inglês, nem restaurante charlatão. A viagem para a entrevista para admissão no programa de doutorado rendeu uma excelente conversa. Lembro que o prédio da Faculdade de Saúde Pública onde ficava a sala do Rubens cheirava a lustra-móveis. Para mim era o mesmo cheiro da Igreja São Pedro na Vila Aricanduva, onde morávamos quando minha mãe era a zeladora e, ao mesmo tempo, a responsável pela limpeza e faxina daquela igreja toda.

Na conversa contei do projeto, contei do que pensava sobre reinserção social e antes de eu terminar a frase lembro do Rubens, com seus quase dois metros de altura, dizer algo assim: “olha, é preciso que você saiba uma coisa, aqui eu sou antiproibicionista, todo mundo que eu oriento é antiproibicionista, a gente acredita que essa legislação sobre drogas... bem dizer... só fode tudo... então é isso, eu digo logo de cara para você saber onde está pisando e se topa”.

Se eu topava? Eu queria dar um abraço nele. Fazer essa discussão sobre o antiproibicionismo era o que eu mais queria anos atrás, e era o que eu mais queria naquele momento por estar trabalhando em uma empresa-religião com aqueles valores institucionais. Era como submergir para respirar. Sobrepor um território de vida sobre outro território de vida.

O resultado saiu em dezembro. Eu estava no computador que ficava no trabalho. Entrei no site. A colega psicóloga estava ao meu lado. Eu olhei a lista e achei meu nome. Não fiz nenhum estardalhaço, pelo contrário. Fui quase que frio, quase que blasé: “é, rolou”. Silêncio. “Rolou o quê, Altieres?”, ela disse do computador ao lado. “O doutorado”, disse, enquanto digitava qualquer coisa. Ela quis me matar. “E você fala isso com essa voz de merda, como se nada tivesse acontecido?” E me deu mais um esculacho, antes de me dar um abraço apertado.

Nesse mundo fetichista do conhecimento – ou da venda do conhecimento – algumas coisas têm peso dois. Por exemplo, como eu comentava, a empresa-religião vendia serviços de educação e mantinha diversos colégios de elite e uma

faculdade particular em Curitiba. Eu poderia tentar o doutorado por ali. Muitos, aliás, faziam esses esquemas. E conseguiam uma bolsa de estudos que dava um desconto de uns 80% na mensalidade. Seria um bom negócio.

Mas eu já sabia onde estava pisando – desde a primeira semana – e não queria de forma alguma ficar atrelado à empresa-religião quando a Zona Autônoma Temporária caísse. Ainda por cima, lá na Faculdade de Saúde Pública havia o tal selo-signo USP..

Lembro de eu estar em uma reunião de final de ano, apresentando os dados da produção de 2014 para os “grandões” da empresa-religião, quando o superintendente ou “super-entendente” geral até me deu os “parabéns pelo doutorado, Altieres, você está no caminho certo...”, dizendo isso com uma voz de personagem de novela. Parecia uma piada a sua suposta autoridade para me dizer se eu estava ou não no caminho certo, mas acho que foi legal para o ego ouvir isso vindo dele, porque no fundo eu até queria achar um caminho para chamar de certo.

Ele, o super-entendente, havia sido um dos executivos mega-master da Ambev-Imbev. E trabalhava havia pouco tempo; sua tarefa era meio que botar ordem na casa (ou nas contas) da empresa-religião. E sempre saía nas entrevistas da revista da firma com o seu perfil de um “pai de família que pratica exercícios e é acessível”. Ele até criou um “café com presidente” ou caô que o valha para “ouvir os colaboradores”. E era simpático conosco – fez até a caridade de doar o videogame velho de sua filha (que era um Nintenedo Wii) para o nosso trabalho com os adolescentes. Doou uma máquina de filmar Sony tipo GoPro e um óculos escuro.

O que ele estava fazendo lá? Roteiro previsível: o clero se bate para administrar uma instituição para agregar religiosos. O mundo muda e as instituições se refazem. O clero gasta mais dinheiro. Vem a crise, e a mudança da legislação sobre filantropia. O clero diz: “precisamos contratar alguém profissional da área do mercado para administrar isso tudo”. Dá para ouvir vozes no fundo da sala: “é, um super-entendente”. Daí eles contratam uma empresa de *headhunters*, dessas que “caçam cabeças” de executivos por milhões. A empresa vai lá e saca justo um dos caras da maior indústria cervejeira do mundo (que se faz vendendo cervejas de milho e arroz) e põe para administrar a empresa-religião. Parece até filme.

Mas eu sabia que atrás dessa imagem e desse caô assistencialista, dessa simpatia e acessibilidade do super-entendente, desse “botar ordem na casa ou nas

contas”, havia a grande guinada neoliberal da empresa-religião. Era o início de uma gestão austera e do fim da bonança na empresa-religião, que tinha recursos fartos tanto da religião quanto da isenção de impostos de filantropia, cuja legislação acabara de ser alterada.

Era o ano de 2014, eu estava ali havia um ano e meio e já tinha sacado tudo. Tinha sacado tudo desde meus primeiros meses, enquanto fazia o tal treinamento para aprender a manejar o *software* de compras. A minha impressão era a de que eu estava na antiga União Soviética. Dizia sem o menor pudor. Era como se aquilo tudo fosse a própria União Soviética. Referia-me a um tipo de “estatização” que era, naqueles tempos entre 2013 e 2014, totalmente anacrônico.

Por exemplo: a empresa-religião tinha um setor de compras. Tinha um setor grande de érrre-agá. Tinha funcionários para limpeza. Para a jardinagem. Tinha setor de transportes. Tinha veículos próprios. Tinha agência de marketing própria. Tinha fazendas. Até rádio eles tinham – sim, uma rádio que “transmitia a evangelização daquele jeito sutil” tanto em AM como FM. Aquilo era uma espécie de União Soviética, realmente.

Aos poucos a tal austeridade foi traduzindo não só o neoliberalismo como a tal mudança que eles vivenciaram quanto aos repasses que vinham para as instituições filantrópicas e que, depois, foram substituídos por gratuidades ou bolsas de estudo no Governo Dona-Dilma. O discurso era que a instituição precisava dar lucro, e havia diversas inserções no mercado para dar lucro: por exemplo, eram donos do hospital que foi referência durante a Copa do Mundo e custava uma fortuna.

Além da faculdade particular, eram donos de uma rede de colégios para a Classe A. Estavam presentes em diversos Estados. Tinham papelarias, livrarias, enfim, diversos “negócios”. Com o lucro dos negócios, eles investiam nos tais centros sociais. Eram mais de vinte. E o meu emprego era em um deles.

Era uma conta que não fechava – ainda mais para a União Soviética. A ideia era fornecer atendimento gratuito às crianças e adolescentes das áreas de vulnerabilidade social, para que eles pudessem se tornar sujeitos autônomos (e se possível devoto do santo deles) para, então, arrumarem um emprego (podia ser até em uma unidade de negócio deles). Embora a estratégia discursiva fosse aparelhar o discurso sobre o que faziam com a mística das comunidades eclesiais de

base, nada alteravam ou almejavam alterar da estrutura capitalista na qual estava inserida. Pelo contrário, alimentavam a própria estrutura capitalista com seus negócios como, por exemplo, vender saúde e vender educação.

Pelo que eu soube, enquanto o tal regimento da filantropia funcionava, eles recebiam um repasse para a manutenção das unidades sociais. Mas, quando para ganhar o selo de filantropia bastava o fornecimento de bolsas de estudo tipo Prouni na universidade particular, toda aquela maquinaria dos vinte e tanto centros sociais passou a ser “desnecessária” para assegurar o selo de filantropia. Nesta época o custo para manter estas unidades ultrapassavam os 60 milhões de reais. Nosso orçamento, na parte da firma, era 60 mil reais. Um por cento, portanto.

E, não bastasse isso, veio a tal crise.

4.3.11 Notas da Sra. R.

A União Soviética foi, aos poucos, virando Rússia – com o perdão do trocadilho. De um dia para o outro lançaram um projeto com um nome de santo que consistia, de uma única vez e da noite para o dia, em terceirizar os serviços de vigilância, limpeza e alimentação. Com isso, com um único golpe, cerca de dois mil trabalhadores perderam seus empregos.

Simples assim. Para eles, claro.

Para quem perdeu o emprego e mesmo para nós que acompanhamos esse processo não foi nada simples, evidentemente. À época nossa tal unidade social ainda estava situada em uma das alas desativadas do antigo hospício – a ossada do hospício, como dizíamos. Ali havia outros tantos prédios que eram utilizados para as clínicas médicas das demais unidades de saúde da empresa-religião que atendiam de forma conveniada ao SUS. Também funcionava a parte da clínica-escola da faculdade de medicina da universidade particular que eles mantinham.

De um dia para o outro, todos os trabalhadores da limpeza, da lavanderia, do restaurante dos “colaboradores” e da segurança foram demitidos. Entrar naquele lugar naquela sexta de manhã era como entrar em uma terra devastada por uma tragédia. E era uma tragédia, de fato. O segurança mais austero chorava. A senhora que trabalhava na limpeza chorava. A nutricionista japonesa que trabalhava no

restaurante chorava. Eu e meu colega que trabalhava como coordenador pedagógico estávamos indignados. Ele, sempre sensível, também chorou junto.

“Precisamos fazer alguma coisa”, eu dizia. E então ocorreu a ideia de telefonar para o religioso que ocupava um dos cargos de direção-geral do tal setor que mantinha as unidades sociais. O objetivo: manter conosco a Sra. R., a pessoa que trabalhava como auxiliar de higienização e limpeza.

Esta Sra. R. tinha a minha idade. Há dez anos trabalhava na limpeza da tal empresa-religião. Passou por diversos setores e ficava sempre lotada na gerência do tal hospital, outrora hospício. Era uma pessoa muito gentil e cuidadosa, e com uma história de vida de muita afirmação e potência em meio às dificuldades. Ela chegou ao equipamento para substituir uma outra pessoa designada para a função, a Srta. P., que trabalhou conosco por mais de um ano desde o início dos atendimentos.

Mas a Srta. P. atrapalhou-se com umas histórias de um telefone celular que teria comprado de um dos adolescentes que eram atendidos por nós – sabidamente um telefone celular furtado – e como não foi este o seu único episódio de “transgressão ética” (não no bom sentido do termo) tive de pedir para que fosse transferida do setor. Qualquer um recomendaria o desligamento de Srta. P. Mas eu, como um bom bunda mole, pedi a sua transferência.

Com isso a Sra. R veio somar-se à equipe, e foi uma dádiva! Ela tinha um trato com os adolescentes que era ímpar. Lidava com todos com uma acolhida muito grande. Era generosa, muito caprichosa no seu trabalho, e, como na ocasião estávamos estudando muito o conceito de “ambiência”, ela parecia cair como uma luva como uma das pessoas responsáveis pela execução do Plano de Atendimento Singular dos jovens, como chamávamos.

Nada mais justo do que brigar para que ela ficasse conosco. Então, no meio daquela “terra devastada” pós-tragédia da terceirização, com aqueles “corpos chorando” o desemprego e a ameaça real de recolocação no famigerado “mercado de trabalho”, passei a manhã toda telefonando e insistindo para que a Sra. R. não fosse “desligada”, como todas suas outras mais de centenas de colegas. Era um tal de telefonar para um, defender a importância da ambiência para outro, “desenhar” a importância do vínculo dos adolescentes com a Sra. R., até conversar sobre projeções da figura de “tia” consideramos.

E conseguimos reverter sua demissão. Ou melhor, o tal diretor-religioso conseguiu. Parece não ter sido uma negociação muito simples para ele também. Ele, de fato, usou seu poder de chefe-que-representa-a-parte-religião da empresa-religião, usou seu nome, prestígio e sua envergadura para conseguir reverter a demissão dela. Acho que ele foi sensível aos nossos argumentos. Gosto de dizer que, de um dia para noite, umas duas mil pessoas perderam seus empregos. Menos uma.

Quando eu fui demitido, depois da cena do “se não voltar a vê-los, tenham um bom dia, uma boa tarde e uma boa noite”, foi ela quem fechou o portão para mim. Ela chorava copiosamente, e foi só diante dela que consegui, enfim, derrubar minhas lágrimas e começar a elaborar o tamanho da violência do ato. Eu a abracei. Ela disse: “Você foi o melhor chefe que tive na vida”. Eu respondi o que dizia sempre quando me chamavam de chefe: “Chefe é dono”. Agradecemos-nos mutuamente: “Obrigado por tudo”, sem de fato saber quanto cabia naquele tudo.

4.3.12 As Reuniões e a Supervisão Clínico-Institucional

Foi uma convivência muito intensa porque, na época em que a equipe teve seu melhor entrosamento, foi graças aos trabalhos da Sra. R., somando-se a nós. Ela tinha dificuldade em participar das reuniões. Mas nós (eu, principalmente) solicitávamos que ela participasse das nossas reuniões. E eram muitas reuniões, de fato: na segunda-feira pela manhã não atendíamos os adolescentes. Era nosso momento de reunião de equipe, em que discutíamos duas partes: o chamado “alinhamento” com a demanda da semana (a programação, os informes da firma, etc.) e o chamado “estudo de casos”, no qual discutíamos os planos singulares dos jovens que estavam inseridos conosco.

Nas quintas à tarde também parávamos os atendimentos. Em um primeiro momento fazíamos uma nova rodada do estudo de casos e, no segundo momento da tarde, em semanas alternadas, fazíamos ou o nosso grupo de estudos (que gostava de chamar de Espaço Transversal de Estudos) ou a supervisão clínico-institucional.

Acontece que a Sra. R. morava em um município da Região Metropolitana de Curitiba. Acordava muito cedo, saía de casa por volta das 5 horas da manhã. E sua

rotina doméstica parecia ser bem puxada, com filhos para criar e todas as demais questões do seus modos de fazer a vida andar. Então, não raro, Sra. R. sentia muito sono ao participar desses espaços e cochilava, desabituada a viver com o corpo parado. Aos poucos fomos negociando, deixando-a à vontade para compor conosco determinado espaço, mas tentando que estivesse presente em ao menos dois momentos: o estudo de casos e a supervisão clínico-institucional.

A supervisão clínico-institucional, como quem trabalha ou já trabalhou na área da saúde mental sabe, é um grande investimento, quase um “luxo” que é não só bem-vindo como indispensável. Foi uma “conquista” da nossa parte reservar parte da dotação orçamentária para isto. E a indicação do supervisor também foi interessante.

Primeiro porque pude participar sugerindo nomes e depois entrevistando alguns candidatos. Como eu comentei em outro trecho, um dos sujeitos que deu outro sentido para o termo pulsão foi o João Perci Schiavon, que era um profissional que dava aulas no Núcleo de Estudos da Subjetividade e tinha uma atividade clínica em Curitiba.

Foi interessante quando ele apareceu na unidade, ainda na ossada do hospício, para a entrevista para supervisor. Era um bom dia. Fazia pouco tempo que havíamos comprado bicicletas. A ideia das bicicletas foi mais uma das genialidades do colega coordenador pedagógico R. que trabalhava conosco. Ele era ciclista e, quando quebrávamos a cabeça para fazer recarga avulsa dos cartões-transporte para os adolescentes circularem pelas ações de inserção social, ele deu a ideia das bicicletas.

Ideia bem-vinda. Quando me refiro a quebrar a cabeça me refiro a toda uma burocracia institucional para compra de algo simples, como vales-transporte. Compra que, por lei, eles só poderiam fazer para os funcionários contratados. Então os recursos para as nossas atividades externas eram astronômicos: eles gostariam que ou alugássemos vans ou fôssemos de táxi, porque não tinha como comprar vales-transporte para fazermos as inserções e demais circulações pelo território de ônibus!

Agora imagine para um adolescente morador de uma quebrada como o chamado Parolin fazer uma atividade de inserção social como, por exemplo, ir a um museu, de táxi... Que tipo de inserção social estávamos promovendo com isso? Era

o que “problematizávamos” ou “desenhávamos” para os interlocutores, incessantemente. Parecia uma questão óbvia, mas estávamos quase na União Soviética.

Felizmente conseguimos reverter isso: não só conseguimos a carga dos cartões-transportes como conseguimos a compra de cinco bicicletas, cinco capacetes e cinco trancas para as nossas ações que envolviam mobilidade urbana ou “apropriação da cidade”, como gostávamos de dizer.

Então, quando o Perci apareceu para a sua entrevista, encontrou alguns jovens que chegavam de um “rolê de bike”, como chamávamos. Era uma tarde de sol, eles estavam radiantes e nós também – pois havíamos passado um tempo na unidade sem receber muitos jovens (a questão da frequência e da adesão sempre foi volátil) e era frustrante ter toda aquela maquinaria e não receber muitos adolescentes.

Naquela tarde aquele trabalho parecia ser um lugar muito legal. E, de certa forma, eu senti (como muitas vezes sentiria) muito orgulho de tudo que estava acontecendo ali, muito orgulho de trabalhar com aquelas pessoas, e poder ter um interlocutor conhecido era um privilégio. Era como se tudo fizesse sentido: o trabalho, as pessoas, os fluxos de inserção social desenhados por Planos Singulares de Atendimento, o rolê de bike como uma forma de se apropriar da cidade, o esporte enquanto estratégia de Redução de Danos, até a localização central que a ossada do hospício ocupava na cidade parecia fazer sentido. E era legal ter alguém, literalmente de fora, para poder presenciar tudo aquilo.

Se éramos em dez na equipe à época (quatro educadores sociais, assistente social, psicóloga, coordenador pedagógico, diretor, auxiliar de limpeza, auxiliar-administrativo), a chegada do supervisor pareceu como a de um 11º membro. Mas, como bom supervisor que era, estava mais para a figura de um produtor do que para um integrante da banda (bando, no caso). Era para nós, portanto, tipo o que o George Martín era para os Beatles.

As supervisões foram decisivas para elaborarmos, modularmos, equalizarmos uma série de questões em diversos momentos do trabalho. Elas se arrastaram por mais de dois anos, no meu último período ali. Soube que, quando fui demitido, Perci (que, por ser “um produtor” ou um “de fora”, como aqui nomeado) colocou seu cargo à disposição, pois disse não concordar com a violência dos fatos que culminaram

em minha saída. Acabou sendo dissuadido pela equipe, que via nele um apoio importante para continuar o trabalho naquele momento de travessia. Ele até me escreveu dizendo o que pensava e perguntando o que eu achava de ele continuar o trabalho sob aquelas condições. Achei o gesto bacana de sua parte, tomo-o como um tratado ético, como deve ser o destino pulsional.

4.3.13 Notas de uma bolada nas costas

Mas não foi esse o único problema mediado pela conduta do supervisor e graças aquele espaço “clínico-territorial”. Por não ser um funcionário oficial, seu pagamento se dava pelo tal regime de pagamento de autônomos, ou R.P.A.; dentro da burocracia da União Soviética, eles do érre-agá não entendiam de forma alguma como tantas R.P.A.s para uma pessoa podiam ser expedidas. Geralmente expediam R.P.A.s para treinamento, mas era pontual.

Certa feita ele me procurou para dizer que não havia recebido naquele mês. Achei estranho e fui apurar o que houve. Era uma época em que a colega que trabalhava como assistente-administrativa estava, como se diz, “vassourando”. Mais tarde ficamos sabendo umas histórias muito curiosas de um “*affair*” que teve com um profissional da segurança (já terceirizada). As más línguas diziam, inclusive, que eles transavam por ali mesmo, no interior de uma das alas desativadas do antigo hospício.

Cada um na sua, cada um com seu fetiche, eu diria tempos atrás. Mas aquele era um ambiente de trabalho – e eu era quem defendia que no ambiente de trabalho não era desejável se drogar, trepar ou rezar. E aquela era, portanto, uma falta gravíssima. E aquilo ia “sujar” para mim, inclusive.

A história chegou a mim pelo próprio supervisor da segurança, depois de um caminho pitoresco que detalharei em instantes. O fato é que eu tinha a faca e o queijo nas mãos – ou a cabeça e a guilhotina. Mas, e se a denúncia não fosse verdade? Só havia um jeito de saber: chamei a colega para uma conversa e abri a situação: “olha, Srta. E., chegou ao meu conhecimento tal e tal situação, peço até licença de entrar nesse ponto de sua vida íntima, mas no cargo que ocupo preciso saber se isso procede”. Ela negou. “Imagina. Eu tenho um casamento aberto, estou

tendo sim um caso com o segurança, mas jamais faria isso aqui dentro. Como você pode pensar isso de mim?” Merda. Ainda passei por intrometido. Ao acusador cabe o ônus da prova. Todos são inocentes até que se prove o contrário. Se ela disse, confio nela. Foi o que me fez pensar.

Tal postura contribuiu certamente para colocar uns quilos a mais no “desgaste da minha imagem enquanto diretor”. Afinal, fui “piedoso”, o que era tudo que um “diretor” não podia ser. “Bunda mole” é o termo. Mas quis pecar pelo excesso de cuidado do que pela falta dele.

A história terminou de um jeito trágico e triste. A Srta. E., nessa nova fase da vida em franco “*affair*” com o profissional da segurança, propositalmente, fez uma série de sabotagens na parte de prestação de contas da unidade, como, por exemplo, não mandar os pagamentos do supervisor para o setor responsável. Deixou de fazer também uma série de outras prestações de contas e pagamentos a fornecedores. Era seu jeito de pedir para ser demitida, mas eu demorei para perceber isso. Não havia outro caminho. E, claro, como eu fazia o estilo “largado” (ou preguiçoso, ou incompetente), obviamente não manjava nada daqueles sistemas operacionais. Foi um efeito em cascata.

E aquele foi um rolo danado, porque, mesmo depois de ter sido demitida, demorou um bom tempo até que a Srta. B., sua substituta, viesse a se somar a nós. E, naquela altura de 2016, todo o sistema de conferência de folha de pagamentos já era feito na unidade, todo o sistema de compras, o controle orçamentário, enfim, tudo era feito na própria unidade (lembre-se, a União Soviética se desmantelou).

Aliás, a cena de sua demissão foi pitoresca. Havia todo um preparo para se fazer uma demissão que eu nunca podia imaginar até então. Gostava de pensar que era similar ao preparo do carrasco, que deve tomar um café da manhã, vestir suas luvas com esmero, escolher o melhor capuz entre os tantos de sua gaveta para, então, ir ao encontro da vítima. É uma figura de linguagem tosca, eu sei, mas serve para ilustrar.

No caso de uma demissão nos modelos da empresa-trabalho, havia todo um padrão e o suporte da pessoa do érré-agá encarregada de fazer os trâmites, o que por um lado era bom naquela ocasião e dava um ar de neutralidade. E havia uma questão burocrática com a folha de pagamento ou o sistema que lançava os pontos

– como eu disse, não manjava muito disso – o que viabilizava a demissão em uma determinada janela do mês.

Mal comparando era como se a cada mês tivesse um período fértil para demissões. Isso, obviamente, era coisa “sigilosa”. Como será detalhado na discussão desses “resultados”, este era um dos tantos mecanismos sutis encarregados de operacionalizar aquilo que Deleuze chamava de sociedade de controle em alusão às atualizações propostas para as sociedades disciplinares a partir de Foucault.

O fato é que aquela decisão e seu roteiro estavam, enfim, tramadas há algum tempo. E há algum tempo dormia e acordava – e falava bom dia para Srta. E – pensando naquilo. Ela, por sinal, já estava cada vez mais silenciosa, ensimesmada. Eu devia transbordar aquilo que os psicanalistas chamam de “contra-transferência”. O meu colega coordenador de equipe, Sr. R., que era quem eu tomava por parceiro e confidente, estava por dentro da situação.

4.3.14 São-São Paulo, Meu Amor

E a notícia do tal *affair* com o profissional da segurança chegou assim: pelos próprios profissionais de segurança, em uma terça-feira, como se fosse uma crise diplomática ou algo do tipo. Naquela época (dois semestres de 2015 e primeiro semestre de 2016) eu tinha uma licença para cursar as disciplinas do doutorado e estava em São Paulo naquele dia. Em minha ausência, os chefes da segurança falaram com o coordenador pedagógico, o Sr. R..

Como eu disse, o doutorado foi minha linha de fuga armada, em todos os sentidos. Não bastasse ser o próprio plano de evacuação, essas idas semanais a São Paulo era um bálsamo. Primeiro porque voltava a me embrenhar pelos quarteirões e estações de metrô repletos de memórias depositadas – em cada rua de minha cidade descortino camadas da minha existência, e isto não é hipérbole. Depois pela carga dos estudos e leituras, verdadeiro arrefecimento em meio àquela imersão tão drástica na empresa-religião com suas cartilhas e valores institucionais que faziam lavagens cerebrais. Sublinho: eu havia mudado de cidade e levado comigo toda a família, tudo orbitava em torno desse emprego, o que trazia uma

densidade muito maior. Terceiro: se é difícil para um migrante qualquer se enturmar em terra estranha, imagine isso na República de Curitiba.

Então, quando ia a São Paulo para as aulas do doutorado, aproveitava para dar rolês, almoçar em restaurantes vegetarianos bons (meu critério passou a ser ler escrito embaixo do nome a frase "restaurante vegetariano" para evitar comer gato por lebre, ou tofu por frango, no caso), ir a livrarias ler livros sem pagar e, claro, "trombar com os camaradas". Principalmente o Lucas e o Gabriel, com quem reativamos o Intertelas, nosso projeto de música autoral. Nós nos encontrávamos ali perto do prédio da Faculdade de Saúde Pública em um estúdio que era tipo um "Motel do Rock", como gostávamos de dizer: eles alugavam os instrumentos, a sala, os pratos da bateria, vendiam cervejas: estava tudo ali.

Ou seja, eram dias de muito respiro. Mesmo porque na maior parte das vezes que viajei comprava as passagens com muita antecedência e programação, e o preço do deslocamento aéreo nessas condições se equiparava ao deslocamento rodoviário. Lembro que uma passagem para Congonhas ficava por volta de R\$ 80,00 com taxas, ante os R\$ 70,00 do Cometa ou Itapemirim.

O que eu vivi naqueles dias de ir às aulas do doutorado era *sui generis*. Eu ia dirigindo o fusca, saía de casa por volta das 5 horas da manhã e o deixava em estacionamentos próximos ao aeroporto Afonso Pena, de onde tomava uma *van* até o setor de embarque. Os caras do estacionamento ficavam curiosos com aquele movimento, afinal o fusca não era nenhum desses fuscas da moda, restaurado, fetichizado – o que escancarava que minha condição de viajante era diferente daqueles executivos que deixavam os carros tipo S.U.V. naqueles estacionamentos.

Depois porque transitava no aeroporto com a destreza com que *flanava* no Metrô de São Paulo. E de criança deslumbrada com toda aquela movimentação passei a ser um usuário corriqueiro do transporte aéreo, algo inimaginável até então. Conhecia os atalhos, os melhores assentos, o fluxo dos executivos "posudos" com suas malas de rodinha, o fluxo das garotas que trabalhavam nos departamentos de marketing de empresas que deviam ser grande e sempre imaginava comigo quanto dinheiro havia em movimento naquelas viagens todas – a começar pelo preço volátil das próprias passagens aéreas que podiam custar R\$ 80,00 ou R\$ 800,00, até a quantidade de negócios que eram estabelecidos por aqueles viajantes dito executivos.

E, claro, tal destreza foi fundamental para que eu conseguisse me articular com o amigo do Dr. Manhattan, o relógio. Afinal, os prazos para *check-in* precisavam ser respeitados, assim como o deslocamento aos aeroportos precisavam ser considerados. Isso dava uma engenharia que, embora pareça trivial, era muito rebuscada especialmente considerando que o último voo de Congonhas para Curitiba partia por volta das 21 horas, o que implicava que tinha que estar no aeroporto no máximo às 20h30, atravessando a 23 de maio de ônibus, depois de ter saído apressado antes do final da aula da noite, ter tomado um metrô na Clínicas até o Paraíso e descido correndo a rua que dava ligação ao ponto de ônibus.

Esse transbordo de aeronaves para os ônibus urbanos em São Paulo era no mínimo peculiar. Afinal, mesmo tendo estudado os Modos e Modelos de Subjetivação do Metrô de São Paulo na minha dissertação de mestrado intitulada "Frestas da Vida Sobre Trilhos Elétricos", ainda me surpreendia com o fato de os meios de transporte concentrarem um extrato da gentrificação e serem o arquétipo da Casa Grande e da Senzala contemporânea no Brasil. Embora o fenômeno da massificação das viagens aéreas ser um fato nos últimos dez anos no Brasil, era vertiginoso o choque de descer de um Airbus A327 da empresa Tam e entrar em um Mercedes Azul da Viação Bola Branca, como os que faziam a linha 5611 Eldorado-Praça João Mendes.

Aliás, a tal linha 5611 tinha outros significantes além deste choque; já havia sido cliente dessa linha em dois períodos da vida: entre os anos de 2008 e 2010, quando trabalhava no tal CAPS na Cidade Ademar, extremo sul da cidade, e entre 1996 e 1997, quando trabalhava como auxiliar de escritório em uma empresa que ficava instalada na região do Campo Belo, a quadras do aeroporto. Eu tinha quase vinte anos à época e só havia passado por aquela região pouquíssimas vezes: reitero, embora sempre fizesse meus rolês para o centro, era um adolescente típico da "zê-éle", e tinha minhas rotas bem estratificadas quanto aos deslocamentos, com poucos pretextos para ir à Zona Sul.

Então quando saí do Mc Donald's e consegui aquele emprego naquela maldita corretora de soja, eu tinha mais um motivo para estar deslumbrado/integrado: podia ver os aviões na cabeceira da pista de Congonhas pela janela do meu 5611 Eldorado-João Mendes. Não era o único motivo: estava finalmente trabalhando em um escritório e usava camisas por dentro da calça, acho, e devia até

pentear o cabelo com as longas franjas que cultivava à época. Além disso, cursava uma faculdade particular de "processamento de dados" em Santana. E como qualquer suburbano da "zê-éle", via naquele trabalho e nos R\$ 400,00 que ganhava (a faculdade custava R\$ 330,00) a possibilidade de "crescimento profissional", enfim.

Só que aquele trabalho era terrível. Foi uma cilada. Eu ficava em um escritório com uma senhora destemperada (eufemismo) e tinha que dar conta de suas neuroses e histerias, quando ainda nem sabia esses nomes. Os tais corretores de soja eram sujeitos muito ricos, "muito bem-sucedidos profissionalmente". Eles eram o arquétipo do capital volátil especulativo (eufemismo). E, no meio de todo aquele tráfego, havia os aviões. Nunca deixava de reparar na cabeceira da pista e observava com admiração os Boeings da Vasp que taxiavam por ali. Era um misto de estranhamento e deslumbre com aquelas fantásticas máquinas de voar. E ficava pensando como alguém poderia levar aquela vida de "executivo" e como aquele mercado podia ser movimentado daquela forma. Quando o "*office boy*" faltava era eu, o auxiliar de escritório, quem tinha que fazer o serviço, e adorava quando precisava postar as notas fiscais no correio – usava a agência do aeroporto, e, de quebra, podia ficar vidrado também nas aeromoças desfilando pelo chão quadriculado.

Por tudo isso o transbordo nestes meios de transporte naquela altura da vida, cursando o doutorado, vivendo um "personagem-gestor" em um equipamento cuja metodologia eu ajudei a idealizar e assistindo a seus resultados, possíveis graças ao trabalho genial dos colegas com quem tive a sorte de conviver, fazendo minhas leituras sobre Foucault ou Tim Engold, olhando o mar de nuvens que estava abaixo de minha poltrona enquanto a comissária de bordo me servia um café 100% arábica na ida, ou uma Coca-Cola na volta (prudente para arrefecer as cervejas que tomava enquanto tocava com os caras), era muito instigante. Aquilo era, literalmente, quase o céu.

E foi em uma destas terças-feiras em que estava em todas essas cidades e memórias empilhadas que são São Paulo, meu amor, entre andanças do doutorado e estrepolias como beber e tocar com os amigos, que o chefe da segurança procurou o Sr. R., coordenador pedagógico. Na verdade ele procurava por mim, que não estava, então o Sr. R. o recebeu e o chefe da segurança, um tanto a contragosto, contou-lhe a história que a Srta. E. estava tendo um caso com um dos

seguranças terceirizados do complexo hospitalar. Dentro do complexo hospitalar. E em horário comercial.

Eu, mesmo com a liberação para o curso das disciplinas do doutorado, sempre ligava para a firma para saber como andavam as coisas – tinha um celular corporativo, e tinha culpa e paranoia. Foi aí que o Sr. R. conversou comigo e, sem poder entrar em detalhes, adiantou que precisávamos conversar sobre uma situação, mas que era para eu ficar despreocupado.

Quando no dia seguinte troquei essa ideia com o colega, o que me ocorreu foi um misto de curiosidade enfim saciada e um certo asco pela forma como as coisas estavam sendo tratadas – afinal, o que era da conta da empresa quem estaria saindo com quem, não importa se casada ou não. Ainda mais com os estudos sobre biopolítica tão aquecidos. Talvez por isso tenha dado pouca importância ao assunto até que Sr. R. “desenhou” ou explicou melhor das suspeitas das saidinhas da Srta. E. durante o expediente de trabalho. Então pude entender as dimensões do fato.

Enfim, eram os ônus e bônus do meu emprego. Pensava nisso, pensava na conversa que eu tive com a Srta. E., pensava nas mentiras, pensava sobre os fetiches e o que movia um *affair* daquela ordem enquanto andava pelos quarteirões do bairro Rebouças em Curitiba logo após a sua entrevista de desligamento. Era a forma que tinha para elaborar as situações: simplesmente andava. Colocava um fone de ouvido, ouvia alguma banda de que gostava e caminhava até os pensamentos decantarem.

Aliás, a entrevista de desligamento (que nome!) tinha sido, por incrível que pareça, mais tranquila do que eu imaginava. Na verdade a Srta. E., ao invés de expressar tristeza, injustiça ou preocupação, soltou um “aff, graças a Deus”, que era um júbilo de alívio. Depois disso, nem fiz as outras perguntas do roteiro que estavam previstas, tampouco fiz os estímulos positivos que o protocolo de “como fazer uma demissão” do erre-agá sinalizava. Só agradei e pedi licença aos colegas do erre-agá que acompanhavam a entrevista para resolver um trâmite pessoal – que significava, naquele caso, meter uns fones no ouvido, as mãos no bolso e andar a esmo pelos quarteirões do bairro.

Mas uma, duas ou três supervisões clínico-institucionais depois, enquanto debatíamos o “desligamento da colega” em equipe, a Sra. R., a auxiliar de higienização e limpeza que quase nunca falava, que sempre parecia estar

incomodada e constrangida naquele espaço, quando perguntada uma, duas, três vezes pelo Perci sobre como se sentia em relação ao acontecido, soltou um “e tem mais” ou algo do tipo.

E depois desse conectivo, “e tem mais”, que abriu um silêncio e uma fenda naquela supervisão, a Sra. R. afirmou que tudo aquilo que diziam sobre a Srta. E. era de fato verdade: que ela não só tinha o caso com o tal profissional de segurança como realizava os encontros amorosos ali nas saletas desativadas do espaço-hospício-desativado, e que dizia a Sra. R., que era a quem tomava por confidente. “Por isso que ela vivia sempre saindo pra entregar nota fiscal, Altieres. E você não percebia” – disse isso com uma candura quase que maternal antes de emendar que ouvia a Srta. E. dizer que iria “foder tudo mesmo e que não mandava as RPAs para pagamento do Perci porque ele era um dos que queria prejudicar”.

Bizarro. Ao mesmo tempo trivial, ou “a vida como ela é”. “Mas por que você não disse nada antes, Sra. R.? Quando for assim, avisa, pô, isso pode prejudicar muita gente...” – interpelei com um misto de indignação, bico e vergonha por minha própria intervenção patética. Ali, eu estava em um papel pior do que o do marido traído, literalmente.

4.3.15 Capitão Jota-Bola-Azul

A questão envolvendo este imbróglio era, sobretudo, constatar algo trivial – aquilo que no maniqueísmo poderíamos chamar de “maldade” ou, na gíria da zê-éle, chamávamos de “trairagem”. Mas este, obviamente, não foi o único episódio envolvendo essa parte de captar malícias que também vem tatuada na pele e recobre camadas de afeto na cartografia dessa parte fundamental e singular do trabalho que é o tal “gerenciamento de pessoas” – termo esdrúxulo, porém aplicável.

Estar naquela posição era, de certa forma, algo sempre escorregadio. Não me lembro quem, citando o Foucault, disse-me que “o pior dos poderes é o pequeno poder”. Nem encontrei a frase literal em minhas leituras de Foucault, mas isso não me desautorizava a repeti-la pelos quatro cantos daquele espaço e de mim mesmo. Era preciso estar atento a este suposto lugar que era ilusório, escorregadio, e convocava uma série de vaidades. Às vezes conseguia manter a atenção, mas não foi por menos de uma vez que fui capturado pelas tramas da vaidade.

Tentava manter a vigília em gestos relativamente simples, quando qualquer colega da equipe, meio que em tom de zoeira, dizia: "ah, isso é com o chefe. Fala com o chefe". E eu, de lá, gritava: "chefe é dono". E de fato tinha essa clareza, que meu cargo era um mero posto estratégico – quando a mudança na forma como o projeto tomou fosse necessária, era pelo cargo de "diretor" que ela iria começar. O tempo me mostrou que estava certo.

As próprias conversas que tinha com a citada senhora soberba magrela de óculos, que se dizia a "bam-bam-bam" dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, eram muito categóricas. Ela mencionava naqueles almoços de discussão da proposta que eu tinha carta branca para apresentar as propostas ao tal colegiado gestor (o órgão supremo da empresa-religião). E que o começo do projeto era assim mesmo, de muita experimentação. Passado um tempo, talvez uns dois anos, ela dizia que era a hora de começar a construir os indicadores para, então, o projeto ser mensurado em sua eficácia. Seria a partir daqueles indicadores que seria feita a avaliação sobre mudanças. Ela dizia isso mastigando, como se fosse algo tão trivial como comer arroz. E esse planejamento "frio" quase me fazia engasgar com o meu arroz.

Mas, por outro lado, sabia que tinha nas mãos a possibilidade de instauração de uma máquina de guerra literalmente nômade. De uma Zona Autônoma Temporária (Bey, 2001). Era preciso fazer as coisas sem sair rasgando logo de cara. Isso me colocava, especialmente nos primeiros meses, em uma espécie de "cordialidade permanente" em que tudo que eu fazia se resumia a ouvir atentamente a todos que chegavam e, enquanto a equipe se configurava, tentava ganhar tempo.

Lembro de uma reunião com o diretor do tal setor de solidariedade da empresa-religião na qual apresentei a proposta do nome e demais estruturas do planejamento do dia a dia do equipamento – com mais de duas dúzias de *slides* configurados. Ele, acompanhado de um de seus diretores juvenis que mais parecia um fantoche, disse algo que me marcou: "Altieres, você precisa entender que ali você é o cara. Você é o macaco de bola azul, cara!" E o diretor juvenil fantoche repetiu no mesmo tom de voz: "Você é o macaco de bola azul, cara!"

E eu fiz uma cara como que soubesse o que era o macaco de bola azul. Mas não convenci. "Você sabe o que é o macaco de bola azul, não é?" "Na verdade..." "Então vem ver esse video aqui no celular". Foi a primeira vez, aliás, que vi um vídeo

do Porta dos Fundos. Era uma esquete em que um jovem adolescente ia à casa da namorada e se deparava com um sogro que era muito gentil e receptivo com o rapaz enquanto a filha estava por perto. Quando ela saía para o quarto para se trocar, o tal sogro, entre a leitura do jornal e a mesa de jantar, dizia alguns impropérios para o jovem a respeito de suas intenções com a menina – numa típica situação de assédio – desencorajando-o a ficar com a filha. E no final dizia: “por que que eu faço isso? Porque eu sou que nem o macaco de bola azul. Eu tenho bola azul. Eu sou o macho alfa” e dizia isso enquanto mostrava o escroto ao rapaz que, na esquete, saía assustado, correndo, e cancelava o cinema com a garota.

Todos riram, principalmente o religioso. Não deixa de ser sintomática essa referência ainda que "informal" por parte dos diretores. Ter a bola azul, ter o falo, assediar, intimidar na surdina. Ser o macho alfa. Nada é mero acaso. O tal diretor tinha sido, inclusive, capitão ou sei lá qual patente no exército. Um dia ele fez questão de que eu fosse almoçar com ele e com o seu antigo capitão, ou major, ou sei lá o que.

E eu me vi em uma situação estranha naquele dia: estávamos em uma churrascaria cara de Curitiba, eu pelejava para catar saladas que podiam não ter carne quando ouvia os "milicos" contando histórias do passado e dos seus rompantes devir-Capitão Nascimento ou algo do tipo que tinham aprontado, falando sobre “quem tinha dado certo na vida” ou desandado. Eu mastigava palmito, olhava para a janela e pensava no exercício da cordialidade enquanto ouvia meu coração ou alter-ego dizer algo do tipo “puta-que-o-pariu, mano, onde você veio parar, em uma churrascaria com milicos...”

É claro que o tal diretor (que tinha sido sei lá o que do exército) era o exemplo de alguém bem-sucedido. Seu salário devia ultrapassar tranquilamente a vintena de milhares de reais. Ele também era acrescido de remunerações por um posto de prestígio como professor particular da referida faculdade particular que pertencia à empresa-religião. Aliás, era ele que, em suas palestras ou falas motivacionais nos encontros de diretores, logo depois da “espiritualidade”, dava exemplos do quanto deveríamos estar motivados para o trabalho e para a missão da religião citando seus exemplos conjugais de bom marido.

Dizia, por exemplo, que não era todo dia que estava afim de dar "aquele bom dia para a esposa", mas que aí fazia um exercício e lembrava das coisas boas do

casamento para se reinventar: levar-lhe flores ou café na cama (sei lá qual era o enredo propriamente dito) para, de fato, conseguir dar um bom dia caloroso. Todos aplaudiam.

Claro, meses depois, fazendo fofocas com outros colegas (e esta nem veio da senhora magrela de óculos de aro fino), ouvimos dizer que ele saía com a diretora de outra unidade social. Sei, Capitão Nascimento da empresa-religião, lastro do macho alfa da bola azul, bastião da moral e das receitas do bem-viver conjugal para deleite de religiosos castos. E a vida como ela é.

Este diretor, aliás, foi um dos que realizou minha entrevista de contratação por videoconferência. Eu jurava que ele era "gringo", porque ele falou pouco, era bem alemão e se limitou a perguntar na minha entrevista "como é sua família" com uma voz pastosa. Na época, aliás, embora tenha desconfiado do signo "família" na tríade subliminar família-tradição-propriedade, não dei tanta importância ao termo. Achei, inclusive, que por ser a última das entrevistas eu já estava bem avaliado e aquilo era mera formalidade, por isso ele tinha perguntado qualquer coisa.

Mas, meses depois, convivendo com sua "postura de liderança", ficou claro que a questão da família não era mero acessório, evidentemente. E, claro, percebi que ele não era gringo. Era um curitibano nato que falava como se tivesse tomado um soco no maxilar, apenas, ou como se estivesse mastigando um pierog no canto da boca. Algo assim. E, evidente, como alguém de uma liderança como aquela, ocupando postos como aquele, era uma pessoa sempre cordial. daquelas que dava soquinhos no ombro e fazia piadas. Vi muitos desses na oitava série. Quase que dava até para conviver com o cara.

A ironia da vida é que ele mesmo não tinha filhos até então. À medida que os anos foram passando, eu e todos da empresa-religião fomos acompanhando a saga do aqui chamado capitão-jota-da-bola-azul para conseguir adotar seus dois filhos. Fomos acompanhando porque ele, literalmente, fazia questão de publicizar cada passo de uma epopeia de adoção de crianças do sertão da Bahia em seu Facebook ou nas suas novas palestras motivacionais quando ainda era diretor daquele setor da empresa-religião (depois ele foi ser diretor de outros postos ainda mais altos da empresa-religião, como um dos hospitais que pertenciam ao grupo).

Esse afã pela publicidade de cada passo desse processo de adoção não pode passar imune às chamadas "más línguas" ou a "rádio peão", como se dizia,

que comentava que este esforço dele era um tanto quanto "*fake*" ou que teria, inclusive, ganhos secundários dentro de sua própria escalada dentro da empresa-religião. Afinal, a coisa da família era muito importante, como ele deixou claro desde a minha entrevista. Era cada coisa que se ouvia por ali...

4.3.16 Srta. A.

Quando ele saiu desse posto de diretor do tal setor, meses depois, assumiu a função uma tal Srta. A., que também era loira, também era jovem e bem-apessoada, também era curitibana, embora tenha vivido em diversos cantos do Brasil. E também não podia ter filhos.

Parece escroto (mais do que em qualquer alusão ao termo da bola azul) mencionar estas questões que parecem ser de foro íntimo, ainda mais para quem vem com o discurso da biopolítica – mas também é sintoma institucional do escárnio que era a cobrança de um tipo de vida, de liderança, de valores por parte da empresa-religião. E pessoas como a Srta. A., por exemplo, não tinham o menor pudor em comentar sobre isso, mesmo porque sempre se apresentava como "ocupando um posto na fila de adoção".

E, não bastassem as questões envolvendo a família na empresa-religião, no aspecto católico da liturgia ou dogma, eles eram mais apegados à figura da mãe de Cristo: tinham todo um enredo em torno da mãe de Cristo enquanto mãe suficientemente boa para botar inveja em qualquer Melaine Klein, Donald Winnicot e derivações deste mote. O curioso é que, apesar desse apreço pela divindade feminina, se é que podemos chamar assim, a Srta. A. era, à época, a primeira mulher que ocupou um posto tão alto de direção na empresa-religião.

Era uma espécie de chave de diálogo (pelo menos entre meus interlocutores) a forma como se dizia a primeira mulher na grande direção do departamento que cultivava a boa mãe, mas que era machista. Dizia isso como quem, percebi depois, joga uma isca para ver o quanto de outras críticas emergia na conversa, ainda informal, sobre a instituição. Parece paranoia minha, mas o tempo mostrou que não. Esse seu "*modus operandi*" era ardiloso e também servia para se colocar como uma pessoa não alienada, que tinha consciência crítica das contradições institucionais.

Talvez esse "*modus operandi*" fosse mais acentuado em nossas conversas pelo fato de, com o passar do tempo, minha figura ser vista cada vez mais como crítica, ácida ou, para usar um termo de uma outra gerente, fosse eu repleto de "idiossincrasias". Com a Srta. A. a conversa quase sempre iniciava do mesmo ponto: no machismo da empresa-religião e no fato de ela ter sido a primeira mulher a ocupar aquele posto, e ter sido nomeada entre religiosos e diretores de alto escalão em uma sala repleta de homens.

Ela sempre contava isso dizendo que não era a única mulher ali e fazia menção ao quadro com a foto da mãe de Cristo que a empresa-religião venerava. Pelo que ela descrevia havia um júbilo de mea-culpa (ah, os católicos adoram isso, a mea-culpa pelos estupros de crianças chilenas, a mea-culpa pelo extermínio jesuíta, a mea-culpa pela inquisição... Por mea-culpa, minha tão grande culpa) com um tanto de "agora estamos no caminho certo".

Ela, a Srta A., tinha ocupado postos importantes em outras multinacionais, especialmente o tal O Boticário e a Coca-Cola. Em "off", em nossas conversas, ou, como ela preferia dizer, "agora eu digo isso sem o crachá" (enquanto tirava seu crachá do pescoço, como se isso lhe desse licença para ser outro personagem ou identidade secreta) apenas anunciava a mim coisas do tipo "você não faz ideia do que eu acabei presenciando na Coca-Cola no tempo que trabalhei lá". Ela era a queridinha do manda-chuva geral, o tal cara que veio da Ambev-Imbev, e seu braço de confiança.

Nessa altura do campeonato, a União Soviética que era a empresa-religião já havia sido esfarelada, ou, dito de outra forma, enxugado seu capital com a demissão de uma série de trabalhadores e o fechamento de diversos departamentos que foram terceirizados. E ela representava esta virada de chave, esta abertura para o novo, com a contratação de profissionais extremamente gabaritados – e jovens (entenda-se, menos de quarenta anos).

Ela sempre se apresentava como uma "parceira", posta a intermediar as dificuldades que tínhamos. Como dificuldade era um signo proibido na linguagem organizacional, não tínhamos dificuldades. Tínhamos "desafios". Tudo era "desafio". Como, por exemplo, o desafio da mudança quando nos anunciou que teríamos que deixar o espaço da ossada-hospício.

4.3.17 Ensaio da Desterritorialização da Ossada-Hospício Parte 1

Como mencionei em outro trecho dessa narrativa cartográfica, no meu primeiro dia de emprego, o tal 1º de julho de 2013, uma das minhas ações foi conhecer o espaço no qual o projeto seria instalado. Fui em uma "diligência" com o carro emprestado da firma sendo dirigido pelo agora já apresentado capitão-jota-da-bola-azul e um religioso que também era diretor da empresa-religião.

Eu estava no tal prédio que ostentava o poderio econômico da empresa religião, no alto do nono andar, com uma vista maiúscula pelo descampado bairro Rebouças – Curitiba ainda guarda um zoneamento que permite prédios de determinadas alturas em determinadas regiões, formando uma espécie de “degradê” de prédios mais altos enfileirados às margens de determinadas avenidas centrais e o bairro Rebouças diferia desse zoneamento. Ainda assim, talvez por estar dentro da tal faculdade particular, talvez como um símbolo fálico daquele poderio todo, aquele prédio era o único daquela altura nos arredores, o que conferia ao nono andar uma vista absurda.

Era o tal prédio que, como mencionei, formava uma espécie de cruz tendo como outros três pontos cardeais outras construções sintomáticas dentro da faculdade particular que pertencia à empresa-religião: a igreja, que era construída em tons modernistas, com vitrais e curvas à frente; a biblioteca à direita de quem olhava, também repleta dos mesmos vitrais, e à esquerda uma espécie de cinema de quatro dimensões com capacidade para ser simulacro de planetários entre outras peripécias do tipo. Poder, saber, credo e tecnologia. Cruz-credo.

Dali de cima era possível avistar a uns dois quilômetros uma área imensa, de aproximadamente uns dez mil metros quadrados que, outrora, fora um dos grandes hospícios da cidade. Quando adentrei de carro aquele espaço, passando por suas portarias, olhando aquela arquitetura de pavilhões, foi difícil não associar ao filmes sobre Auschwitz que tinha visto, foi difícil não lembrar da experiência de visitar hospícios clássicos como o Pinel.

Era em uma daquelas alas que o projeto seria instalado. Os corredores frios, o pé-direito alto, os solilóquios dos últimos nove internos que ali ainda residiam, tudo isso já foi mencionado em outras passagens do texto, mas há de ser reiterado para situar o tamanho da dificuldade (ops, desafio) que era instalar um projeto para

acompanhamento de adolescentes com transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas em um espaço como aquele – mais um cenário do holocausto brasileiro.

Os diretores da empresa-religião, o tal ex-capitão e o tal religioso, não pareciam em nenhum momento pensar nada a respeito daquilo. Estavam jubilosos (na verdade a sensação é que aquelas pessoas estavam sempre em júbilo, como na tal felicidade e cordialidade artificial descrita por Aldous Huxley em *Admirável Mundo Novo* no acoplamento com a droga-Soma) e pareciam felizes com o tamanho do espaço ou com as vagas reservadas para a diretoria no estacionamento. Mais adiante pude perceber que ocupar aquele espaço era uma estratégia do tal grupo-empresa-religião para, exatamente, não “perder” aquele espaço para outros setores ligados à empresa-religião. “E aí, gostou? Demais, não é?”

Para uma proposta como a que se desenhava não era necessário uma área daquele tamanho, em um local como aquele. Um sobrado instalado no centro da cidade daria conta de ativar as conexões necessárias e, sobretudo, fazer com que de fato funcionássemos mais como um espaço capaz de colocar para fora do que institucionalizar os jovens que atendêssemos. Eu disse isso, logo em seguida ao “Gostei, mas...”

Mas pouco importava minha opinião, evidentemente. Eu era a peça contratada para tocar aquilo ali e seria assim, não importando qualquer “aval técnico”, tanto que a reforma estava em execução. As antigas salas que eram as solitárias do hospício, onde se trancavam os “mais perigosos”, e tinham seis metros quadrados sem janela com uma cama de concreto construída, davam lugar às “intimistas” salas de atendimento individual, agora com janelinhas tipo vitrô herdadas de outra ala desativada.

Aliás, todo o mobiliário era “herdado”. Não havia nada ou quase nada que fosse novo, comprado especificamente para a instalação daquela unidade social do setor de solidariedade (uma das 25) da tal empresa-religião. A mesa vinha de um lugar, os extintores de incêndio de outro, o aparelho multimídia de outra unidade que fechou, assim como dezenas de cadeiras estofadas, algumas delas já em péssimo estado.

Poderíamos, inclusive, de tempos em tempos ir a um depósito de coisas obsoletas escolhermos o que poderia se encaixar às nossas necessidades: mais

mesas, cadeiras, máquinas de escrever, monitores-tubo de computadores, aparelhos de projeção de transparências, tudo podia ser encontrado lá – jocosamente gostava de chamar aquele espaço de "lojinha". Era ir lá, preencher um requerimento e dias depois o setor de transportes chegava carregando a encomenda.

Não fiz tantas visitas ao espaço que estava sendo reformado nessa etapa inicial da implantação do projeto, mas logo nos primeiros meses, junto com nosso assessor de referência, fomos formulando críticas a respeito da instalação da proposta ali naquele canto e, com alguns meses, conseguimos a conquista de um espaço importante: uma porta que dava acesso direto à calçada de uma importante avenida com uma linha biarticulada de ônibus.

Com isso tínhamos um acesso exclusivo para a rua e os adolescentes não precisariam, necessariamente, seguir pelos labirintos internos do grande hospital psiquiátrico desativado para localizar o projeto. E, com essa porta de entrada, migramos todo o espaço técnico-administrativo para a primeira sala; assim cuidaríamos do acesso e, de quebra, liberaríamos mais salas no fundo da ossada do hospício para a realização de oficinas.

Este “*plus*” veio também com um aditivo de, lembro bem, trinta mil reais para incrementar as reformas. Ele tinha que ser gasto até o final do ano de 2013, pois era uma espécie de empenho orçamentário ou sobra, algo do tipo. Com isso a empresa que habitualmente ganhava as licitações ou processos internos para a reforma emitiu a nota fiscal com a data de 2013 mas a obra foi executada só no começo do ano seguinte.

E constava, sobretudo, de melhorias no paisagismo. Conseguimos um gramado para o pátio e a arquiteta (que à época era do extinto setor de infraestrutura da empresa-religião ainda com devires de União Soviética) sugeriu que fizéssemos arranjos com pneus coloridos no muro e plantássemos “Suculentas” e “Begônias”. As cores dos pneus, assim com a paleta de cores das salas, já adotavam o extravagante grafismo do logotipo criado pelo setor de marketing.

Aos poucos as camadas de corredores frios e pés-direito alto iam ganhando cores, sem com isso dirimir a sensação térmica de muito frio – ali parecia ser sempre dois graus mais abaixo do que a temperatura da cidade. O toque final quem deu foi a equipe. Nesta altura do campeonato, no início de 2014, com mais de vinte

casos em acompanhamento, quando conquistamos a porta de acesso à rua e uma placa identificando o tal centro social, éramos em diretor, psicóloga, assistente social, coordenador pedagógico e dois educadores sociais.

Um dos educadores sociais (que um ano depois passaria a ser o coordenador de equipe, o Sr. R.) era formado em artes visuais e tinha um senso estético muito interessante e manejo com *graffiti*. Aos poucos ele foi tendo sacadas muito interessantes de como "customizar" o espaço com os jovens que aderiam à proposta. Uma destas sacadas constituiu-se em tirar uma foto dos adolescentes em pé, fazendo algum movimento, e depois passar um filtro simples, desses que sombreiam a imagem e deixam o fundo branco. Em seguida, com o projetor multimídia de segunda mão que tínhamos, ele projetava essa imagem na parede da sala multiuso (que era o antigo refeitório dos pacientes), e com isso o tamanho do adolescente ficava maior, acompanhando o pé-direito do hospital. Após isso convidava o jovem para preencher essa sombra com tinta guache.

O resultado final era muito interessante, era como se os vultos ampliados dos adolescentes em movimento ficassem tatuados naquele espaço, dando também a emulação de uma presença sempre constante, ao mesmo tempo que sempre sugerindo movimento. Era tosco, no sentido de apressado, mas era estético e ético pois dialogava com a ideia da circulação de corpos, com as reinserções e inserções das quais tanto falaríamos.

Outra solução interessante na área externa foi a aplicação de uma técnica similar, mas desta vez utilizando de estêncil com tintas spray para graffiti. Começava com uma espécie de "foto 3 x 4" que era tirada do adolescente com a máquina fotográfica que herdamos de segunda mão de sei lá qual unidade da empresa-religião que fechou. A foto era tratada com um filtro também simples de sombreamento, de um "*software*" padrão do pacote "Microsoft Office", ou seja, nada rebuscado.

Depois eram impressas (na impressora contratada de uma empresa terceirizada que fornecia impressoras para todos os setores da empresa-religião ao custo unitário de folha impressa que, à época, era cinco centavos a folha em preto e branco e cinquenta centavos a folha colorida – sempre achei esse um "negócio da China" para a empresa que fornecia as impressoras) em formato A4, em papel

grosso tipo couchê. E o educador em questão com o próprio adolescente manjava o estilete a ponto de cortar só a sombra marcada na impressão.

A etapa seguinte era aplicar um fundo de tinta spray colorido, retangular, por onde uma segunda camada de spray preto marcaria a sombra do rosto do adolescente. O efeito era tão interessante que, aos poucos, a própria equipe foi fazendo o seu estêncil. E na medida em que mais jovens iam aderindo a proposta, mais retângulos aquele muro ganhava. Era muito bonito.

Era, também, um exercício interessante de autoimagem, de percepção de si. Havia desdobramentos pedagógicos e expressivos que íamos refinando no decorrer de nossas reuniões e estudos de casos que mostravam que atividades como aquelas eram muito interessantes para pensar a percepção de si, o cuidado de si (expresso no traçado com que alguns adolescentes cuidavam mais da tinta do que outros) e também dava-lhes um lugar físico de pertença que, em meio a toda volatilidade ou vulnerabilidade de suas circulações pelos territórios que lhes eram características, não deixava de ser algo salutar. E algo que, como dito, dialogava muito com a ideia da inserção social.

E, de quebra, conseguíamos fazer daquele lugar, uma ossada de hospício, um lugar mais colorido e até acolhedor. Eram muitos que diziam que ao adentrar um de seus acessos (seja a porta que conquistamos que dava para a rua, seja uma porta dos fundos que dava para um corredor do antigo hospício) era como se atravessassem uma espécie de portal e entrassem em outro lugar, onde a grama vicejava, onde as cores dos pneus-vasos coloridos nos muros com begônias vicejavam ou, em outra extremidade, o olhar dos adolescentes grafitados no estêncil desse outro brilho e vida àquilo que fora, não muito tempo atrás, fábrica de loucuras e delírios. E fábrica de tons de cinza.

E mais curioso era o sentido que os muros adquiriam com o passar dos tempos. Não raro recebíamos uma série de visitas institucionais. Fazíamos, por exemplo, encontros pedagógicos de coordenadores pedagógicos ou educadores da empresa-religião, o que para nós era estratégico para publicizar o que estávamos construindo em meio àquilo e adquirirmos força política para manter aquilo em pé por mais tempo. E, quando apresentávamos nosso estudo sobre ambiência e perguntávamos qual parte da unidade as pessoas tinham gostado mais, muitos diziam que eram os muros: “ai, achei lindos os muros que vocês pintaram!”

Eram muros de mais de dois metros de altura, eram muros de hospício, usados para segregar e isolar pessoas, mas que naquela ocasião estavam sendo fetichizados e passavam despercebidos pelas pessoas. Não sei dizer se isso era algo inteiramente ruim, pois a experiência nos mostrou que, em se tratando de muitos adolescentes que ali frequentavam, os muros serviam como uma camada de proteção, ainda que temporária. Mas não deixava de ser um significante peculiar do que estava em (des)construção.

4.3.18 Ambiência Tipo-Exportação

Por essas e outras nós fomos refinando a própria ideia de "ambiência", tal qual prevista na política de humanização do Sistema Único de Saúde. Eu sempre lembrava da ideia de ambiência dos empregos e funções que tinha nos CAPS por onde trabalhei. E tal memória ficou ainda mais vívida quando tivemos que lidar com a questão da adesão – ou não adesão – dos adolescentes às atividades que propúnhamos. Foi como uma carta na manga⁶⁰.

A equipe, na época composta por um coordenador pedagógico e dois educadores sociais, tinha que lidar com uma série de grupos e atividades que eram planejados com antecedência e esmero, mas que na prática dificilmente aconteciam, seja porque os adolescentes esperados eram poucos e não vinham em grande número, seja porque quando vinham não estavam com vontade de fazer as oficinas.

Mas, ao mesmo tempo, sabíamos que o fato de os adolescentes estarem no interior da unidade e em "convivência" caracterizava-se enquanto um atendimento, um cuidado. E, como isto não era mensurado pelas tabulações de lista de presença das oficinas, o estudo ou resgate das ações de ambiência mostrou-se um diferencial em nossos atendimentos. E, de quebra, podíamos pensar na customização daquela

⁶⁰ O Caderno "Ambiência" do Ministério da Saúde é uma publicação do Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Em sua segunda edição, de 2010, é possível encontrar a definição de ambiência em saúde referindo-se "ao tratamento dado ao espaço físico entendido como espaço social, profissional e de relações interpessoais que deve proporcionar a atenção acolhedora, resoluta e humana. Ao adotar o conceito de Ambiência para a arquitetura nos espaços de Saúde, atinge-se um avanço qualitativo no debate da humanização dos territórios de encontros do SUS. Vai além da composição técnica, simples e formal dos ambientes, passando a considerar as situações que são construídas. Essas situações são construídas em determinados espaços e num determinado tempo, e vivenciadas por uma grupalidade, um grupo de pessoas com seus valores culturais e relações sociais" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 5).

ossada de hospício como algo que poderia também produzir efeitos acolhedores em todos que frequentavam e passavam por ali.

Para quem vem da Saúde Pública, e para quem dentro da referida Política de Humanização do SUS estuda que a ambiência é um espaço catalisador de encontros – é sempre característico o exemplo de que esperar pela consulta do psiquiatra em um CAPS conversando com outros usuários e tendo um espaço de circulação interessante pode ser mais produtivo do que a própria consulta com o psiquiatra – esta é uma discussão posta, assim como no que diz respeito à morfologia do espaço: cores, sons, salas que possibilitem uma conversa mais intimista, etc⁶¹.

Mas, naquela empresa-religião cujo “carro-chefe” era a oferta de serviços de educação, aquilo pareceu como uma novidade. E surfamos um pouco nesta onda, especialmente quando estruturamos melhor o conceito e fomos convidados para apresentá-lo em outras unidades “da firma”.

Nesta ocasião já vencíamos o primeiro ano de funcionamento do projeto, com algumas alterações substanciais na equipe. Nosso primeiro coordenador pedagógico tinha mais de dez anos, à época, de emprego na firma. Ele veio de outra unidade social e de outra cidade e, na época de sua contratação, além de suas habilidades técnicas e gerenciais (tinha sido educador de circo e tinha ambição de ser reconhecido na empresa-religião e galgar merecidos postos mais elevados de trabalho e salário), ele tinha o lastro de conhecer bem as engrenagens institucionais da empresa-religião, o que também nos ajudaria neste posicionamento, especialmente dada minha inexperiência nesta área. E de fato esta entrega ocorreu.

Porém, com o passar do tempo, ele se mostrou fatigado com o trabalho em si e sua complexidade e com a vida em Curitiba e pediu transferência. Nesta altura do campeonato me pareceu óbvio que o colega educador social que trabalhava com a questão das artes visuais era o principal nome para assumir esse posto. Claro que, de certa forma, ele não reunia o perfil que se espera de uma “liderança” para os

⁶¹ Ainda segundo o referido documento: “o conceito de Ambiência segue primordialmente três eixos: a) O espaço que visa à confortabilidade focada na privacidade e individualidade dos sujeitos envolvidos, valorizando elementos do ambiente que interagem com as pessoas — cor, cheiro, som, iluminação, morfologia... —, e garantindo conforto aos trabalhadores e usuários; b) o espaço que possibilita a produção de subjetividades — encontro de sujeitos — por meio da ação e reflexão sobre os processos de trabalho c) o espaço usado como ferramenta facilitadora do processo de trabalho, favorecendo a otimização de recursos, o atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo. É importante ressaltar que esses três eixos devem estar sempre juntos na composição de uma ambiência, sendo essa subdivisão apenas didática” (BRASIL, 2010, p. 6)

padrões da empresa-região, a começar pelo seu visual despojado, embora o achasse sempre assertivo, coerente e lúcido. Não foi uma negociação tão fácil, mas nesse ponto eu tinha a bola azul e, pouco depois da saída do outro coordenador pedagógico, ele foi efetivado no quadro.

E esta não foi a única conquista que tivemos na passagem daquele primeiro ano. Argumentando a economia robusta no orçamento anual (os tais 600 mil reais) e argumentando a necessidade de articular mais ações no território, muitas vezes em atendimentos individuais, conseguimos a contratação de mais educadores sociais. Tínhamos, portanto, no início de 2015 dez pessoas trabalhando conosco: diretor, assistente administrativo, coordenador pedagógico, quatro educadores sociais, psicóloga, assistente social e auxiliar de higienização e limpeza. Foi por esta época que conseguimos também as supervisões clínico-institucionais.

E foi por esta época que o conceito de ambiência vicejou nas demais instituições sociais da empresa-religião, mostrando-se a nossa primeira “grande entrega” nesta perspectiva da “clínica da cultura” (em níveis micropolíticos) para mudar a concepção de algumas destas demais unidades da firma em trabalhar com algo tão trivial como a customização dos assépticos espaços internos e externos das unidades e pudesse ver que nem sempre o processo clínico ou pedagógico se resume ao produto das oficinas ou atividades em si. Parece óbvio, mas muitos viam isto como uma novidade.

Como os colegas empregados da empresa-religião que trabalhavam em uma unidade em um distante município do oeste do Estado do Paraná, que visitamos para uma “palestra”, o novo coordenador pedagógico e eu, em determinada ocasião. Lembro de que o espaço da unidade educacional deles ocupava uma espécie de seminário desativado ou algo do tipo e logo no saguão da entrada havíamos contado 14 imagens do santo protetor da empresa-religião. No jantar fomos servidos com louça que estampava o logotipo da empresa-religião e, no dia seguinte, durante a formação, não pude deixar de observar esta proliferação de símbolos, contextualizando-a com o estudo da ambiência, em que aproveitei para deixar uma das muitas bombas de fumaça: “aliás, eram os nazistas que adoravam deixar seus logos na louça também?”

4.3.19 Bola Azul, Bola na Parede, Boladas nas Costas (parte 2)

Nesta altura do campeonato não tinha sido essa a minha primeira falta ou "provocação", muito pelo contrário. Acho que o personagem conciliador e acolhedor que vestia as tais camisas de manga comprida de lojas de departamento e se mostrava desconfortável nos tais sapatênis não durou mais do que um semestre, se é que se firmou por mais de seis dias.

Uma das denúncias que já havia chegado ao alto escalão foi a de que eu não tinha postura para ser diretor de uma unidade, porque vivia chutando bolas na parede (na época, já ia trabalhar com um tênis Nike e tinha "desencanado" dos sapatênis marca Pegada). E, de fato, isto passou a acontecer à medida que o gramado da unidade se firmou, à medida que deliciosas bolas de futebol de campo marca Penalty nos foram entregues. Foi uma equação até certo ponto lógica: "tênis Nike novo + bola de futebol de campo Penalty nova + gramado = vontade de chutar bola".

Eu passava pelos corredores para ir pegar um café na cozinha enquanto fazia sei lá o que no computador – um relatório, uma compra ou um teco do meu projeto de doutorado – e via aquela bola, aquele gramado, aquele muro. Era mais forte do que eu. A criança que fui ainda pulsa em seu devir-craque. E chutava a bola na parede, ou, não raro, batia um bolão com os colegas da equipe e com os adolescentes que ali estavam.

Óbvio, não há nada mais lúdico, e não há nenhuma transgressão nisso – pelo contrário, era uma ação que ajudava (embora não fosse essa a intenção) a me aproximar mais dos jovens que atendíamos e me colocava mais como um mero empregado no meio daquela trama toda (o que eu era, de fato) do que como um macaco da bola azul. E, quando eu precisava conduzir alguma pauta das assembleias que tentávamos a todo custo instituir em nosso cotidiano, era óbvio que essa proximidade fazia muita diferença.

Mas sei lá por quais razões chegou a denuncia no alto escalão e fui chamado a responder sobre os tais chutões na parede que dava. Nessa ocasião tudo ainda feito com júbilo, com aquela estranha alegria-Soma a qual me referia. Não era uma "carcada", como dizíamos no tempo em que trabalhei no Mc Donald's, era um tom meio que mea-culpa: "olha só, chegou aqui pra gente a notícia de que você chuta

bola na parede enquanto trabalha, mas a gente já esclareceu que isso faz parte do seu trabalho, que é um projeto diferenciado com os adolescentes, então só tenta evitar de fazer isso quando tiver gente de fora vendo" ou sei lá o que exatamente disseram.

É claro que fiquei constrangido e paranoico. Lembro como se fosse ontem; na época ainda não havia máquina de cortar o cabelo e ia raspar o cabelo em barbeiros. Estava saindo do barbeiro quando o tal celular corporativo tocou. Pude ler o nome da gerente da época (Srta. V.) e fiquei um tanto quanto apavorado. Tempos depois nosso assessor contou que esse teria sido um conluio entre a assistente social que trabalhava conosco e uma professora sua, ou amiga sua, que ocupava um posto alto na tal direção de solidariedade da empresa-religião e quis me empurrar para fora do barco para ocupar o lugar. Coisas da vida. Bolada nas costas.

Esse assessor, que era quem ajudava a monitorar o trabalho dos assistentes sociais de toda rede, não tinha uma avaliação muito boa sobre o trabalho da referida profissional e, somando esse episódio, esta avaliação, sua capacidade insuficiente de se articular com os demais colegas da equipe e umas condutas que ela teria tido em um congresso interno, sugeriu sua demissão. Eu não só acatei como executei. Foi um dia terrível, mas, olhando para trás, isso permitiu que a equipe estabelecesse outras conexões.

4.3.20 Srta. C.

Digo isso porque no processo seletivo que abrimos apareceram muitos candidatos interessantes. Mas uma delas, em especial, despertou o brilho nos olhos como aqueles que, imagino, você é capaz de sentir quando está diante de alguém de muita implicação ética e até uma elegância no trato das questões tão complexas como as que se desenrolavam em nosso cotidiano. Com outra singularidade: tratava-se de uma profissional uruguaia que estava, havia dois anos, "pelejando" para ter seu registro profissional validado no Brasil em meio às burocracias desproporcionais (ou até mesmo protecionistas) do respectivo Conselho de Classe.

Não tivemos dúvidas naquele processo seletivo de que ela era a pessoa a caminhar conosco. E, desde aquele momento, a simbiose e o encaixe que tivemos

enquanto equipe passou a ser de uma harmonia e uma amizade que não eram usuais. Exercíamos a tal multidisciplinaridade e podia observar o zelo no exercício das referências técnicas dos Planos Singulares de Atendimento por parte de coordenador pedagógico, assistente social e psicóloga como nunca antes visto. E observar aquela equipe técnica entrosada daquela maneira era muito inspirador.

E, além de tudo, poder observar as ações de circulação urbana ou invenções de inserção social postas em operação por aquela equipe era algo que traduzia um orgulho e uma realização muito importantes. Nestas ocasiões sempre lembrava do Vilmar, o antigo gerente do CAPS, como quando ele dizia que o trabalho nos tirava muita coisa, mas esta perspectiva marxista de olhar para os processos de trabalho implicava pensar o que o bom trabalho podia agregar, inserir em nossas vidas. Fazia sentido.

Faz sentido. E talvez sejam essas inserções de camada de sentido ético aos processos de trabalho postas aqui, entre a pele e a epiderme, que tento, mesmo em todo trauma das pancadas agora não roxas ainda vicejantes, em alguma medida, alcançar nesta cartografia, como percurso de um território acoplado às existências. Afirmo que isso se deu com parte dos colegas que ali trabalharam, afirmo que ali se deu com parte dos adolescentes que atendemos, afirmo que ali se deu (ainda que em parte) com as pessoas com as quais conversávamos ou para as quais tentávamos explicar nosso processo de trabalho. Sei que isso se deu comigo, com meu corpo, com minha vida.

Por isso falo de algo que é meu. Em um eventual tribunal onde minha paranoia alcança até a cor das paredes, em um eventual processo por difamação por parte de um ou outro colega aqui citado, mesmo nos difusos debates sobre termo de consentimento livre e esclarecido dos comitês de ética das universidades, o que direi em minha defesa é o que aqui reitero: escrevo sobre mim, sobre meu corpo, sobre meus afetos, sobre minha experiência, sobre meu "ponto de vista cafona", o tempo todo, como narcisista-filho-único-histórico, como queiram rotular, pois, de um jeito ou de outro, reconheço neste processo à luz dos referenciais teóricos que me balizam a erupção de singularidades que podem ser postas em um relevo ao nível de uma produção de acontecimentos.

4.3.21 Ensaio da territorialização da ossada-hospício parte 2

Por tudo isto, quando a Srta. A. pediu uma pauta em nossa reunião semanal de alinhamento, achei tudo muito estranho, mas, claro, tapete vermelho para sua vinda. Lembro que era mês de dezembro, o ano 2015. Portanto, havia dois anos que o projeto estava radicado naquela ossada de hospício e, literalmente, muito bem ambientado apesar dos "desafios".

A pauta que ela trouxe, depois de comentar que era a primeira mulher diretora no antro de um modelo de gestão ainda machista (o tal blá-blá de seu *modus operandi*) foi um tanto "cabulosa". Dizia que, embora o prédio pertencesse a uma irmandade de caridade que era administrada pelo mesmo ramo da empresa-religião, nós teríamos que pagar, a partir do começo do ano seguinte, aluguel por aquele espaço. Antes, para nível de controle orçamentário, tínhamos um valor de R\$ 850,00 lançados mensalmente pela cessão do espaço.

Inúmeras vezes, em meu tal trimestre exilado no nono andar do prédio azul de vidro fumê dissonante da paisagem, tentei ver direitinho essa história do aluguel, formalizar com o cara que era o diretor daquele hospital até então (que, fisicamente, lembrava o personagem da antiga série "O super-herói americano, aquela do tema *"Believe or Not"*), mas até então havia ouvido tantos "deixa quieto" ou algo do tipo que desencanei de correr atrás do tal contrato – que, àquela hora podia perceber, não foi por acaso que nunca existiu.

Então a notícia era esta: a irmandade cobraria do próprio grupo da empresa-religião um valor mensal de aluguel e condomínio. Srta. A. dizia isso ao mesmo tempo em que nos dizia que não era preciso nos incomodar, pois o dinheiro transitava por Nárnia. "An?" Diante da minha cara de interrogação com o signo Nárnia (que deve ter sido análoga à cara que fiz quando o sujeito que a antecedeu no cargo mencionava a tal história do macaco da bola azul) ela me explicou gentilmente que existia um filme chamado "As Crônicas de Nárnia", que lidava com universos paralelos. Então o valor do aluguel não impactava tanto, porque era um dinheiro que circulava dentro do próprio grupo, em contas paralelas – nos explicou direitinho.

Estávamos quase sossegados quando duas questões nos saltaram – e, eu, de certa forma, fui a antena ou o porta-voz de questões até certo ponto elementares:

1. Qual o valor do aluguel e do condomínio em questão e 2. Como esse trânsito de dinheiro, ainda que interno, impactaria em questões de declaração, contabilidade, enfim, esse tipo de coisa que precisávamos saber – afinal cuidávamos de um orçamento daquele porte e, se teve algo que aprendi com minha mãe e reaprendi quando trabalhava como caixa no Mc Donald's é que mais difícil do que cuidar do nosso dinheiro é cuidar do dinheiro dos outros.

A segunda questão ela deve ter respondido com algo do tipo "ah, com isso vocês não precisam se preocupar porque vai ter alguém no departamento que vai se encarregar disso", mas, seja lá o que ela respondeu exatamente, o fato é que nos escapou. Acho que ficamos todos surdos depois da resposta à primeira das questões. O valor do aluguel daquele espaço seria em uns R\$ 25.000,00 e o condomínio seria mais uns R\$ 6.000,00. Mensais.

Como assim? Se nosso orçamento total era de seiscentos mil reais, em uma conta simples, isso impactaria mais da metade do orçamento — e mais da metade do orçamento (60%, no caso, depois passara a 80%) era impactado com a folha de pagamento. “Isso vocês não precisam se preocupar, o fato é que o dinheiro, como eu comentei, vem de Nárnia e vai pra Nárnia”. Foi aí que mesmo sem consultar a equipe eu bati o pé que precisávamos sair dali, que não importava de onde viesse o dinheiro era uma situação que do ponto de vista ético jamais poderíamos tolerar e que, ainda por cima, levando em consideração toda a formulação da proposta, precisaríamos mais do que nunca de um sobrado no centro que poderia ser alugado por um sexto desse montante mensal, evidentemente.

Se eu era o “macaco da bola azul”, logo, para ser um tipo de “Moisés da bola azul”, não devia ser um salto tão grande. Decidi que iria reunir “meu povo” pra sair dali e não pactuaríamos com aquele valor de aluguel. Era nosso êxodo. E passei a noticiar o ocorrido em toda reunião interna que participava. Dava uma de “João sem braço”: usava os números e as palavras que me disseram – inclusive sobre Nárnia.

O fato é que com a virada daquele ano elaboramos uma mudança e passamos os primeiros meses do ano seguinte na expectativa de que a empresa-religião pudesse ou locar um novo imóvel ou nos ceder um de seus imóveis. “Deve ter outros imóveis que pertencem à empresa-religião para nos instalarmos, não?”, devo ter perguntado em algum momento.

Foi quando ela, no mesmo tom de cumplicidade com que me confidenciava sobre a compra de jazidas e mais jazidas de água mineral pela Coca-Cola, dizia algo do tipo: “a empresa-religião tem mais de mil imóveis registrados só na região metropolitana de Curitiba”. Mil imóveis. Foi o que eu ouvi. Foi o que você leu.

Devo ter dito em voz baixa: “Eu pelejando pra pagar aluguel, e eles têm mais de mil imóveis... Filhos da puta, é Tradição, Família e Propriedades mesmo...” Não parei de pensar nisso desde então. Nunca a tríade tradição, família e, sobretudo, propriedade fez tanto sentido. Era evidente. O poderio da igreja católica no Brasil, na América do Sul e no mundo cristão como um todo reside em títulos de propriedade privada. São bens inalienáveis. Não por acaso dão praças, cidades e até um país a título de cessão de imóveis nesses conluíus invisíveis com o Estado. Não por acaso a “propriedade privada” é “sagrada”...

Todos os movimentos de ocupação urbana, reforma agrária e equivalentes focam-se na propriedade em vacância. Mas, em algum momento, será que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, ou Movimento dos Trabalhadores sem Terra teria tido o “colhão” (ou a bola azul, com o perdão do termo machista) para acampar e ocupar nos ainda feudos do Estado nada laico? Questões interessantes.

4.3.22 Segura Essa, Moisés de Botequim

Passado um trimestre a Srta. A. chegou com um entusiasmo contido dizendo que, enfim, haviam arrumado uma casa para nós. E precisava ser, prioritariamente, uma casa da própria empresa-religião, o que inviabilizava nosso quase utópico plano de bater na porta de umas imobiliárias da região.

Tratava-se de uma casa térrea, muito bem localizada, na região central da cidade. Fomos visitar a casa. Primeiro fui com nosso assessor de referência, depois fiz questão de levar cada um da equipe para, de fato, conhecer a tal nova casa. A essa altura do campeonato o nosso luto pela perda da ossada do hospício já estava sendo mais ou menos elaborado, afinal a ideia de recomeçar e rever alguns processos em um novo território, e em uma região bem central, na mais amena das hipóteses, dialogava muito como nossa proposta de nos ocuparmos com a tal tríade da reinserção social, ou das famigeradas e repetidas operações de inserção, reinserção e deserção.

E a casa não só era interessante, como tinha um quintal vastíssimo, para onde idealizávamos vários projetos de jardinagem e um quiosque com vidro, enquanto espaço multiuso para realização das oficinas. Por ser parelha ao estacionamento de um shopping, tinha um muro de mais de dezena de metros no qual idealizávamos uma série de intervenções com *grafitti*.

Nesta altura, um dos educadores sociais que estava conosco era um renomado sujeito da chamada arte urbana, com longo trajeto pela pichação em Curitiba, e fazia trabalhos incríveis com os adolescentes – e de autoria própria – que poderíamos, sem muito esforço, imaginar naqueles muros. Também concebíamos espaços funcionais: ateliês coletivos, salas de reunião que pudessem sediar grupos de estudos aberto aos trabalhadores da rede e demais interessados, espaços para projeção de filmes.

Dialogamos com a equipe de arquitetura (um dos resquícios da União Soviética na empresa-religião que, meses depois, seria também desativada) e pensávamos na planta e na disposição dos móveis – acho que foi a esta altura que a Srta. E., aquela mesma que meses depois viria a ter o tal *affair* com o rapaz da segurança e teria agido de má-fé com os contratos, disse que não poderia sentar de costas para a porta, e foi pouco depois que ela me chamou para comentar de um sonho estranho que tinha tido.

Comentou que sonhara com seu pai falecido, que se apresentara a ela e dizia que não era para nos mudarmos enquanto não completássemos o círculo de três anos no lugar onde estávamos, senão ia rolar muito sangue. Quando ela me contou essa profecia, eu e meu devir-Moisés de botequim “ouvíamos” tudo atentos, com um ouvido em suas palavras, com outro permeado pela minha sensibilidade para histórias dessa frequência vibratória, e disse: “mas como diabos eu, um mero empregado nessa engrenagem toda, vou ter condições de dizer que não vamos nos mudar?” Ela respondeu algo como se dissesse “o problema é seu, se vira”. Claro, não foi nesses termos, mas é assim que me lembro.

Seja por sorte, intervenção ou incompetência, a mudança não saiu. A Srta. A., que também fazia várias menções à energia da casa nova, que considerava muito boa, ficou frustrada e comentou que, por um acaso, aquela propriedade tinha sido de sua avó, anos atrás. E contou que a avó, judia, veio fugida de campos de concentração nazista e se instalou com o avô em Curitiba – e repetia a origem

polaca do nome. Então para ela a casa seria a ideal para nos abrigar, mesmo porque ela tinha muito afeto com a nossa proposta de atendimento e mais não sei o quê.

Mas até esse processo se desenrolar e a informação sobre a impossibilidade da mudança nos chegar por meio de um setor da empresa-religião (em uma alçada de deliberações que não enxergávamos), o desgaste foi muito grande. Primeiro porque eu, já sem tino para lidar com a tal profecia que a Srta. E. deferiu, acabei "dando com a língua nos dentes" e comentando isso que seria sigilo para o coordenador pedagógico, que era com quem tinha mais interlocução, depois com nosso assessor, depois com a própria Srta. V., que era a gerente de planejamento.

Para os dois primeiros acho que comentei o fato quase que em inteiro teor. Para as demais instâncias comentava no sentido da preocupação com a segurança – afinal, havia uma segurança privada no hospital desativado como um todo, e naquele sobrado no centro seríamos mesmo mais vulneráveis a assaltos e coisas do tipo (fora que o tom da profecia falava em sangue jorrando).

Podia ser que eu já estivesse um tanto quanto delirante, poderia ser essa uma das ações de má-fé da Srta. E., poderia ter sido tudo isso junto mero acaso, mas o fato é que, seja por uma razão ou por outra, a mudança não nos foi autorizada. E, neste momento, voltamos o olhar para a ossada de hospício que então ocupávamos e que havia uns quatro meses estava, literalmente, largada na agonia de uma desterritorialização.

As plantas não foram regadas, havia janelas quebradas, mato alto, salas com poeira, um monte de refugos de oficinas de marcenaria ou outras atividades que um dos nossos educadores geniais metido a professor Pardal idealizava com os jovens (era um projeto muito interessante e fértil chamado Ciência em Ação), havia ninhos de pombos no forro do telhado que teimava em se despregar do resto da estrutura. Aquilo estava um caos.

Lembro de uma reunião em que íamos estudar a ambiência, até para atualizarmos nossa leitura e apropriação daqueles espaços. Era uma parada técnica para a equipe. O coordenador pedagógico fez até mapas do espaço, e tínhamos que circular pela ossada do hospício anotando coisas que nos afetavam. Acho que levei o exercício ao pé da letra, e falei com tanta energia do quanto o espaço estava esculachado, que um dos educadores que trabalhavam conosco à época, o Sr. F.,

teve um surto pior do que o meu e me esculachou dizendo que eu só criticava, que nunca via as coisas boas que faziam, que eu era uma criança histérica que só pedia por socorro ante a ameaças que nunca existiam senão em minhas paranoias. Levantou-se e foi embora.

Se eu fosse mesmo o cara da bola azul, ele jamais teria pisado lá de novo. Mas, no fundo, parte do que ele dizia fazia sentido – menos a parte sobre a paranoia. Não era paranoia. Éramos atacados, e eu nesse lugar, primeiro a cair, era sim mais exposto. O tempo mostrou isso (devir-Moisés de novo?).

O Sr. F. ficou mais um tempo conosco, depois passou em um concurso público. E, de certa forma, foi bom ver alguém com um comportamento explosivo mais infantilizado do que os que eu tinha, ao menos aparentemente, poder ser tolerado e acolhido, guardadas as devidas proporções, em um ambiente de trabalho como aquele.

Tivemos uma operação nos meses seguintes de reocuparmos aquele espaço, reconfigurarmos as ações de ambiência, reinvestirmos emocionalmente naquele canto que outrora fora ala de hospício. Os custos “políticos” dessa quase mudança não ficaram por aí: transitávamos muito em encontros de diretores, encontros de coordenadores pedagógicos, encontros de psicólogos, encontros de assistentes sociais, encontros de educadores, encontros de sei lá mais o que – dizia isso mesmo nos eventos externos.

Era a forma que encontramos para, de certa forma, resistir e não pactuar com o que estava havendo. Por isso, não perdia a oportunidade de comentar que iríamos nos mudar e fazia questão de encher a boca para explicar detalhe por detalhe de como os valores foram chegando e seriam cobrados e em tom quase que de pseudoingenuidade soltava o que ouvia: “mas não temos que nos preocupar com isso, o dinheiro é como se estivesse em Nárnia, sabe? São contas administrativas que transferem o dinheiro de um lugar a outro na instituição, me explicaram”.

4.3.23 A Comunhão da Firma

Como eu dizia, tínhamos esses malditos encontros de diretores, encontros de coordenadores pedagógicos, encontros de educadores, etc. Eu sempre voltava doente dos encontros de diretores. Eram terríveis. Isso significava que, de tempos em tempos (duas vezes ao ano) eu me juntaria com todos os diretores das outras

vinte e tantas unidades sociais do ramo de solidariedade da tal empresa-religião, mais todos os diretores do tal setor com seus respectivos escalões do clero, do marketing, das finanças, e sei lá mais o quê.

Na verdade eu sei mais o quê. Eram os malditos catequistas, pastoralistas ou evangelistas, algo do tipo. Esses eram os encarregados da missão jesuítica subliminar (ou nem tanto) nas demais unidades sociais. Contudo, no equipamento em que trabalhávamos não havia essa figura (educador de pastoral) porque, desde o começo ou implantação do projeto, eu situava o debate sobre as Comunidades Terapêuticas e as violências de imposição do credo. Dizia isso comentando que tal postura poderia afugentar ao invés de aproximar os jovens. E, como àquela época eles achavam que eu era o cara da bola azul ou o cara que sabia o que falava, sei lá como consegui essa exceção.

Como não tinha essa figura do religioso, nossa unidade social começou a destoar das demais porque não rezávamos antes das atividades. Não fazíamos aquilo que eles chamavam de "mística". Nunca me disseram: você tem que fazer uma reunião assim ou assado – acho que esperavam que eu fosse internalizar isso de forma "natural". E, embora eu tivesse sacado isso desde o começo, claro que nunca o fiz.

Respeitava, outrossim, os valores da instituição, como já dito em outro momento. Por exemplo, as imagens dos santos que eles cultuavam e que vicejavam nas demais instituições da empresa-religião estavam expostas em uma sala de passagem ali conosco. Não estavam no espaço inteiro, nem tínhamos os tais 14 santos em uma sala, mas cumpríamos com respeito esta recomendação. Colocava florzinhas lá, e, por debaixo dos panos, dava minhas “rezadas” do meu jeito “macumbeiro” no lugar: tínhamos arruda, fazia defumações constantes. Deixava os cadernos de oração à disposição de quem quisesse pegar e, de fato, gostava de pensar que isso deveria ser o suficiente.

Esse tênue limite entre o que era para fazer, o que seria assédio, o que era a liberdade de cada um e o que era o verdadeiro (e às vezes sutil) projeto de investimento de todo aquele montante da riqueza da empresa-religião, ou seja, a catequização, evangelização, conversão, cooptação ou qualquer outro sinônimo do tipo, era a linha mais instável de toda minha relação naquele emaranhado jogo de forças. Sabia disso. Sempre soube disso. Ficou muito evidente desde o primeiro dia,

como eu comentei quando relatava minha demissão. Era ali que eu iria me enroscar. E isso ficava cada vez mais evidente nesses encontros de diretores.

Os tais encontros de diretores duravam de dois a três dias. Não raro, aconteciam em outra cidade onde a empresa-religião mantinha unidades sociais. Neste caso, o deslocamento às vezes era feito em ritmo de excursão de escola. As pessoas mais "descoladas" sentavam no fundo e contavam piadas sobre os velhos tempos da instituição. Os religiosos nessas ocasiões pareciam ser os mais extrovertidos, circulavam em todas as rodinha e tinham assuntos com todos – pareciam aquelas crianças que eram "café com leite" nas brincadeiras infantis, com uma espécie de passe livre.

O teor dos encontros sempre se iniciava e terminava com uma mística. Todos rezavam, davam as mãos, tinham que fazer círculos. Era a comunhão da firma. Certa feita tive, inclusive, que ficar segurando um barbante que simulava um peixe, que por sua vez simulava um símbolo cristão dentro do qual deveríamos colocar sonhos, expectativas ou boas práticas do nosso trabalho que simulava um grande espaço para cuidado. Outra vez tive de esticar um tecido do tamanho de um paraquedas em um gramado e segurar minha ponta, para saber que, se um de nós soltasse uma extremidade, o outro seria afetado. E, no final dos encontros, eram abraços e uma fileira de pessoas de olhos marejados tão impressionante que deixaria qualquer ritual *new age* constrangido.

Era um projeto de evangelização (ou lavagem cerebral) quase sempre sutil, e, talvez por isso, eficazes; eram rodadas em que todos participavam. Ninguém ficava de fora, afinal ali estavam os diretores, e era a partir dos diretores que a mística da empresa-religião deveria ser emanada para os demais "colaboradores", como eram chamados. Para mim, era sempre constrangedor. Não fazia questão de esconder meu descontentamento, especialmente quando enquanto lia livros do Slavoj Žižek ou quando visitava os textos de Deleuze sobre *Bartleby* e seu "*I Would Not*" – Eu preferia não – como gesto de resistência. E, com o passar do tempo, pude perceber e sentir um assédio brutal.

Nestes encontros a categoria responsável por colocar em prática uma metodologia pedagógica construtiva estilo "Paulo Freire" era, paradoxalmente, submetida a rodadas intermináveis de palestras expositivas. Todos, lado a lado em suas carteiras, oscilavam parte do tempo prestando atenção nos tais conteúdos,

parte do tempo burilando os *notebooks* e celulares corporativos, respondendo aos e-mails estéreis e demais demandas da unidade. Estes conteúdos eram sempre os mais diversos, mas se tratava, via de regra, de uma grande “afinação institucional”. O departamento de marketing lançaria uma campanha para mudar os valores institucionais, então isso era passado primeiro nesses encontros. O departamento de recursos humanos lançaria uma campanha para uma nova rodada de avaliação por competência, então isso passava primeiro ali, e assim sucessivamente.

E havia também os “investimentos” nos diretores. Como, por exemplo, uma contratação de um diagnóstico de personalidade ou algo do tipo, muito utilizado pelo mundo corporativo, com uma sigla em inglês e aplicado por uma equipe de consultoria que deveria ter ganhado milhões para fazer aquele diagnóstico de personalidade que, no meu caso, não passava de um mapa astral como outro qualquer – com a diferença de que o mapa astral pode até dizer mais sobre mim.

Esses espaços certamente foram arruinando a imagem de meu personagem. Lembro que em um dos últimos que participei tive uma espécie de crise em que, simplesmente, travei. Travei e fiquei quieto, o tempo todo, como que acuado. Foi impossível passar despercebido, foi impossível não deixar meu desconforto ser escancarado em meio a tudo aquilo que, para mim, era uma violência sem tamanho, comparado a um assédio ou mesmo a um estupro, guardadas as devidas proporções.

4.3.24 Discussão de Caso

Com o passar do tempo, algo muito ruim aconteceu comigo: eu fui cada vez mais me encastelando nesse papel de diretor e ficando mais atolado nas demandas administrativas, especialmente após a ruptura que culminou na saída da Srta. E. e demais processos administrativos que assumi, e fui me distanciando de algo que adorava fazer: trocar ideia com os adolescentes.

Quanto a unidade já tinha ultrapassado a marca dos 150 adolescentes atendidos, chegaram dias em que eu não conhecia mais alguns dos jovens que ali estavam. Isso era a evidencia de que, de certa forma, minha contribuição ali já tinha sido dada.

Quando a mudança da ossada-hospício finalmente saiu, em maio de 2017, dois meses antes de eu ser demitido, isso ficou ainda mais evidente. Mas o fato é que boa parte do tempo pude manter uma relação cordial e respeitosa com a maior parte dos adolescentes que tinham seus planos singulares de atendimento estabelecidos pela equipe.

E fazia isso também pelo fato de participar de todas as reuniões para discussão de casos. Não raro, inclusive, opinava mais do que meu papel permitia, tomando um espaço de uma espécie de oráculo, ou chefe – em outras palavras, eu me via proferindo o tal “discurso do mestre”, tal qual dito por Lacan. Seja em um caso, seja em outro, era mais uma evidência do quão delicado era assumir esse lugar e esse personagem sem deixar de ser seduzido pelo suposto poder de ter a palavra.

A sorte é que trabalhava com pessoas sensíveis e, em boa parte do tempo, sentia que a admiração que algumas dessas pessoas tinham por mim era quase tão grande quanto a admiração que eu tinha por elas. Realmente estava cercado de pessoas geniais, sensíveis e extremamente zelosas e inventivas com a missão (não no sentido deles) de tocar aquela empreitada ética.

E havia outro fato: entre todos que trabalhavam ali eu era o mais velho de idade, o que tinha tido mais experiência acumulada em trabalhos de saúde mental, apesar de me reconhecer “cru” nessa trajetória. Isso conferia certo lastro às observações que trocávamos – o que não quer dizer, também, que todas minhas pontuações fossem consideradas: não raro os colegas “tiravam sarro” de um ou outro comentário que fazia, seja por me considerarem uma espécie de “adolescente tardio”, seja pelo fato de perguntar a mesma coisa mais de uma vez.

Fato é que nessas reuniões de discussão de casos os elementos da vida e da trajetória dos adolescentes poderiam saltar com uma ou outra ênfase. E nossa dinâmica institucional, nossa produção e apropriação de conhecimento sobre os casos refletiam, de certa forma, nossa produção e apropriação de conhecimento sobre nós mesmos, enquanto sujeitos e enquanto “inconsciente institucional”.

Seria delicado demais esmiuçar os casos discutidos aqui, embora tenha todas essas anotações em meus diários de campo, sem correr o risco de infrações éticas importantes com os jovens que eram atendidos, assim como penso que seria delicado expor os dados de atendimento, embora todos os números dos

atendimentos estejam anotados em meus cadernos. Sei também que ainda trago comigo cópias de relatório de indicadores que poderiam detalhar a ênfase das ações praticadas em diversos territórios. Opto por narrar minhas memórias, por considerá-las ainda, de certa forma, minha parte disso tudo. Com um adendo: penso que seria leviano verter todo esse texto sem aproveitar a discussão sobre as metodologias por nós desenvolvidas que puderam ter êxito e serem efetivas na vida e na trajetória das reinserções, inserções e deserções dos jovens que por ali passaram⁶².

Evidentemente uns casos tiveram seu plano singular de atendimento executado com uma aderência maior do que outros. Isso se deve ao perfil do jovem e aos fatores que o trouxeram ao referido serviço, evidentemente, mas isso também diz muito sobre como a metodologia de atendimento pôde ir sendo refinada com o passar do tempo.

O próprio estudo sobre a ambiência nos trouxe uma outra perspectiva de ação. Quando começamos a desempenhar nossas atividades, quando a equipe técnica ainda era reduzida (dois educadores sociais, uma psicóloga, uma assistente social e um coordenador pedagógico), estávamos muito influenciados pela prática cotidiana de um Centro de Atenção Psicossocial e pelo cotidiano de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, como os que a empresa-religião mantinha sob sua administração.

Evidentemente me refiro às influências que tanto eu quanto o antigo coordenador pedagógico, que era o colega que tinha sido educador, formado em artes cênicas e havia trabalhado muito tempo com atividades circenses, imprimíamos à concepção da metodologia. Nossa colega psicóloga, que atravessou comigo todo o período da implantação da proposta até minha saída, tinha uma experiência profissional até certo ponto curta, mas extremamente relevante para nossa perspectiva de trabalho: havia trabalhado em um ambulatório de atendimento para adolescentes que faziam uso de drogas sob a perspectiva do tratamento.

Mas esse seu emprego anterior tinha um viés extremamente absenteísta de tratamento (a começar pelo nome do projeto: “Cara Limpa”) e as influências técnicas e de metodologias que desenvolvia lá serviam somente de forma parcial às

⁶² Parte dessa trajetória da aderência dos jovens à metodologia não só escrevi como publiquei, no artigo “Reinserções, Inserções e Deserções”, que saiu na revista *Cadernos de Subjetividade* de 2015, editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUCSP (vide Frei, 2015).

estratégias de Redução de Danos que desejávamos acoplar à metodologia. Por ela ser muito crítica às tais concepções, acabou nos emprestando um olhar até certo ponto ácido que nos fazia pensar sobre tais concepções – e sobre tantas outras discussões por onde transitava, como os debates sobre gênero e feminismo, especialmente quando transpostos para o sofrimento psíquico de pessoas com sofrimentos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Fato é que, nos primeiros meses de funcionamento, o serviço estava organizado no sentido de propor atendimentos individuais e oficinas aos jovens que pudessem frequentar a unidade. Os atendimentos individuais poderiam se dar tanto no interior da unidade – por meio de triagens, avaliações, acompanhamento psicossocial ao jovem e à sua família – como poderia se dar no território, como chamávamos, seja por meio de visitas domiciliares, seja por meio de ações de inserção social com o adolescente no próprio território.

Este tópico das ações no território, em especial, trazia nítida influência das ações de acompanhamento terapêutico difundidas no Brasil com ênfase a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. A proposta era a de que pudéssemos acompanhar o adolescente em ações que pudessem ser promotoras de inserção social ou reinserção social. Por exemplo: acompanhar um adolescente ao tirar sua carteira de trabalho ou acompanhá-lo em sua entrevista de emprego.

Claro que estes eram os exemplos que, no fundo, projetávamos em relação à chamada operação de inserção social ou reinserção social desses jovens. Com o tempo fomos vendo que a demanda que atendíamos manifestava uma condição de circulação pelo território e um “desejo de inclusão social”, por assim dizer, que estava aquém desses discursos formulados. Cartografar sobre esse percurso é mensurar também as diferentes leituras que fomos tendo em relação ao serviço e em relação às diferentes leituras sobre as linhas que forjam o contexto macroestrutural na questão de álcool e drogas na adolescência e na apropriação de uma circulação urbana com um viés clínico, inclusive.

4.3.25 Ambiências Parte 2

Examinemos algumas dessas aqui chamadas questões macroestruturais à luz de exemplos. Atendemos certa feita o caso do Ricardo*, um adolescente que

tinha vínculos familiares rompidos. Ele, na verdade, morava com uma avó em uma das “quebradas” curitibanas, um bairro conhecido como CIC ou Cidade Industrial. O seu pai havia falecido por confrontos com o tráfico e sua mãe havia falecido em complicações do HIV Aids. Ele tinha um irmão mais velho, com quem não raro fazia “correrias” no próprio bairro – leia-se furtos e demais contravenções para, sobretudo, garantir o sustento de um uso abusivo de *crack*, especialmente.

Por essas razões, Ricardo foi acolhido em uma Unidade de Acolhimento – uma espécie de “orfanato” ou “abrigo” que a Fundação de Ação Social do município mantinha. E sua inserção em equipamentos da saúde era muito perene. Ele parecia não tolerar os CAPS da forma como estavam organizados até então, ou os CAPS, da forma que estavam organizados até então, pareciam não tolerá-lo.

O fato é que as idas ao equipamento em que trabalhávamos mostraram-se um alento no cotidiano de Ricardo, que, dessa forma, “podia dar um tempo” da rotina extremamente recortada da Unidade de Acolhimento em que vivia. E, de fato, muitas vezes o mais interessante e atraente que poderíamos propor para esses jovens era uma rotina mais solta, com horários menos rígidos.

Este jovem, assim como tantos outros, não tolerava o esquema rígido das oficinas. Então as ações que planejávamos com tanto esmero durante a semana e as horas de reunião com a coordenação pedagógica dificilmente conquistavam alguma aderência de jovens como ele. Isso nos fez perceber que o “estar ali” era uma ação, e que precisava ser qualificada com tal, incluindo sua potência de vinculação, incluindo a possibilidade de tratarmos os conteúdos que emergiam em conversas tidas como espontâneas ou triviais.

A fábula que repetíamos com exaustão quando falávamos da necessidade de qualificar a ambiência passava por exemplos como o que este jovem trazia: desde sua saturação para tolerar espaços formais, recortados, como horário para marcar o início e o fim da atividade, até a potência que tínhamos de, a partir das conversas espontâneas, inserir temas de debate.

Por exemplo: se sentássemos em uma roda para comentar sobre o uso de *crack* ou sobre as estratégias de Redução de Danos e cuidados de si que seriam pertinentes a tal modalidade do uso da cocaína, dificilmente jovens como Ricardo se sentiriam à vontade para trazer todas as sutilezas envolvendo sua rotina para obtenção de drogas – incluindo furtos e envolvimento como o tráfico. Mas, se

déssemos abertura para que, em uma conversa trivial em uma sombra ou durante um café, com um ambiente mais protegido, tal assunto fosse abordado com a equipe técnica ou equipe de educadores, poderia ser que Ricardo tivesse um limiar de confiança, privacidade, espontaneidade maior para lidar com os conteúdos; e, com isso, um limiar maior para, inclusive, ouvir ou até mesmo acolher nossas eventuais pontuações.

Essa modalidade de acompanhamento também não se confundia com atendimentos individuais, pois os próprios atendimentos individuais eram “institucionalizados”, por assim dizer. Ou seja, tinham uma agenda, uma preparação prévia, incluindo a reserva de um espaço. Tratava-se de algo que emergia como que da ordem de um acontecimento, por isso precisava ser acolhido sob outra perspectiva.

A qualificação das ações da ambiência, que aconteceu sobretudo com o aumento da equipe de educadores após a virada de um ano de existência do equipamento em questão, foi fundamental para isso. Dessa forma pudemos nos organizar deixando sempre um educador ou um técnico da equipe para um rodízio em uma escala de ambiência.

Isso implicava dizer que haveria sempre um profissional disponível para tomar um café, para acolher uma conversa espontânea que surgia enquanto o jovem dava um tempo em uma das redes para descanso instaladas em uma sombra, ou mesmo durante o cigarro – após uma certa discussão de praxe conseguimos assegurar um “fumódromo” na área externa, mas ainda assim dentro do equipamento em que trabalhávamos, não sem uma certa árdua discussão com a empresa-religião.

E, para que as ações de ambiência, qualificadas como tal, pudessem de fato se propor a dar conta da potência de ser uma espécie de “clínica” ou “acompanhamento das demandas sociais” que aparecem no “fora”, nas “frestas” do espaço instituído, era fundamental que a ambiência não fosse o espaço instituído do equipamento. Ou seja: para que o fora acontecesse, era preciso também acontecer o dentro – ainda que esvaziado.

Então essa perspectiva do planejamento levava em consideração o planejamento das oficinas e atendimentos individuais estruturados inclusive como uma estratégia de potencialização da ambiência. Ainda que a maior parte dos jovens em uma manhã de quinta-feira não tolerasse o filme inteiro que o educador

apresentava e discutia no cineclube, por exemplo, era necessário que essa atividade acontecesse com quem ficasse, para que esses espaços de “respiro”, de “saída da sala” de fato pudessem ser contextualizados enquanto uma ação de ambiência.

E, embora tais colocações pareçam soar como triviais ou até certo ponto óbvias, a maturação de tais engrenagens, sua orquestração por parte da equipe técnica e equipe de educadores, assim como a própria organização dos espaços ou “*settings*” para que tais processos ocorressem, não era uma tarefa tão simples de ser trazida “ao chão”.

4.3.26 Ocupação Afetiva dos Espaços da Ossada-Hospício

Havia, nesse ínterim, uma exceção na qual as atividades de ambiência se misturavam com a própria oficina em si: era quando havia as oficinas de culinária. Tais ações foram capitaneadas pelo educador social, formado em artes visuais mas com dotes culinários, que, meses depois, alçou sua promoção à coordenador de equipe – aqui citado como Sr. R.

O planejamento das oficinas de culinária não se restringiam a cozinhar os alimentos em si, mas também pensava em como ocupar aquele espaço tão significativo na ossada do hospício que herdamos: a cozinha. Por isso a oficina em si gerou um projeto mais amplo, à época denominado “ocupação afetiva da cozinha”.

Isso porque era um espaço amplo, digno da demanda de preparar refeições em larga escala (com duas cubas e duas pias, por exemplo, bancada generosa, armário para dispensa com estantes revestidas de azulejos, etc.) e, não bastasse isso, ocupava na geografia do pavilhão do antigo hospício que herdamos para a instalação do equipamento uma localidade central. Ali, mais do que em qualquer outra geografia ou psicogeografia institucional, a cozinha representava o coração da instituição.

E era um espaço interessante, potente, que, a partir de tais configurações, passou a ser ainda mais acolhedor: receber os jovens ali, com uma mesa sempre posta com café preto, frutas, leite, não raro achocolatados de marcas famosas ou biscoitos recheados, era uma excelente estratégia de vinculação. Diferente do cotidiano de outras instituições, o horário para o café era dilatado, e o leite, por exemplo, ficava ao alcance do adolescente em uma geladeira ali na cozinha.

Era, aliás, uma geladeira bem velhinha, pequena, uma das “heranças” que a empresa-religião destinou para a instalação do equipamento em questão. Assim como era o fogão, o mobiliário geral de mesas e cadeiras, boa parte dos utensílios domésticos, entre outros. O investimento por parte do equipamento se deu com a compra de canecas, talheres, algumas panelas e outros poucos utensílios. Digo algumas panelas pois até mesmo alguns caldeirões grandes do antigo hospício nos foram repassados.

Considerando todas essas variáveis, o projeto “ocupação afetiva da cozinha” não se limitava só às oficinas de culinária, com “*settings*” específicos (à época, eram os almoços de quintas-feiras que fazíamos de forma coletiva, com equipe e adolescentes), mas também se ocupava, por exemplo, do revestimento das cadeiras que herdamos.

Eram cadeiras de escritório, almofadadas. Desnecessário dizer que, a essa altura da instalação do equipamento, não havíamos recebido nenhuma fiscalização ou visita da vigilância sanitária que, certamente, jamais toleraria a existência de um mobiliário tão inadequado para um lugar que servia parte das refeições dos adolescentes ali inseridos, assim como não aprovaria, certamente, uma diversidade de outras organizações internas nossas. A proposta apresentada pelo educador foi a de que pudéssemos personalizar essas cadeiras.

E o projeto foi executado de uma forma muito interessante: com a compra de tecido (algodão cru) e o tingimento de estampas a partir das oficinas de *grafitti*, com tinta *spray*, e outras técnicas de sobreposição de tintas que lembravam em certa medida o estilo de pintores como Pollack. O educador propunha estas ações com os adolescentes por meio de oficinas ou mesmo atividades individuais que eram direcionadas ou propostas de acordo com o perfil e a vinculação do jovem em questão.

Após esse momento de criação da estampa, havia a etapa de “tapeçaria artesanal” de revestir as tais cadeiras almofadadas. E, quando me refiro ao termo “tapeçaria artesanal”, é no sentido apropriado das improvisações e “gambiarras” que tais operações exigiam – tais como fazer isso com um grampeador de escritório adaptado, por exemplo, ou mesmo pintar os pés de metais das cadeiras com a mesma tinta *spray* que utilizávamos nas oficinas de *grafitti*.

O resultado era de uma potência estética e vinculativa sensacional. Era estético porque ali havia elementos que transbordavam o que se esperava de um equipamento como aquele, mantido por uma instituição que era uma empresa-religião que, não raro, não tinha o menor cuidado estético ao, por exemplo, espalhar e sobrepor uma série de imagens dos seus santos padroeiros, tais como uma lanchonete do Mc Donald's espalha suas logomarcas em arcos dourados. Era de uma potência para estabelecimento de vínculos, pois a sensação de "pertença" que era estabelecida com os adolescentes era ímpar a partir de ações como esta. Não raro ouvia-se frases do tipo "esta é minha cadeira", "olha o que eu fiz" e assim por diante.

Com o passar do tempo fomos percebendo outras dimensões nesse projeto que dizia respeito à própria impressão de marcas na história ou naquilo que referíamos ao inconsciente institucional do equipamento: afinal as cadeiras ali ficariam por meses e anos, e os adolescentes que participaram da empreitada deixariam de seguir o cotidiano do equipamento por diversas razões (alguns por cumprimento do seu Plano Singular de Atendimento, outros porque simplesmente encontrariam algo mais interessante para fazer, outros porque, nos dizeres cotidianos, "desandaram" de vez).

E, sob esta perspectiva, era muito interessante acompanhar aquilo que, meses depois, viemos a denominar como "índice de flutuação de casos". Explico: o jovem que tinha perfil para ser inserido naquele serviço era, não raro, o jovem que havia escapado ou havia desertado de uma série de outros equipamentos: família, escola, saúde, mesmo as unidades de acolhimento ou "abrigos" – atendíamos jovens que estavam "no fluxo" ou em situação de rua, por exemplo.

Portanto, à medida que funcionávamos, percebíamos que a demanda de atendimentos era deveras distinta da própria operação de reinserção social que calculávamos quando da implantação do projeto. Essa demanda que prevíamos inicialmente, como citado em outro momento do texto, ainda que de forma jocosa, era a de "devolver o adolescente onde estava inserido quando o vendaval da droga o tirou de lá, se possível com seus trinta e dois dentes, camisa por dentro da calça e cabelos penteados, tornando-o apto para trabalhar em uma lanchonete Mc Donald's ou Subway".

Ora, essa “reinserção social” ou esta perspectiva de “reinserção social” lida na Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas, como citado na introdução desta tese, mostrava-se como uma espécie de Olimpo: o sujeito alcançou sua “alforria” no tratamento, “libertou-se das drogas”, “curou sua dependência química” (o que é uma contradição com essa própria leitura do fenômeno do uso das drogas enquanto uma doença inexorável e incurável) e, portanto, estaria apto a retornar ao mercado de trabalho, ou à vida cívica de uma forma geral.

Por isso postulamos que tal etapa é sim um dispositivo, no sentido de arranjar discursos e saberes em torno dessa ideia de “limpeza”, de “cura”, de “alforria”, de “aptidão para o mercado de trabalho” que, na prática, é muito distante do cotidiano dos jovens como os que atendíamos naquele equipamento, por diversas razões, incluindo as histórias de vida de cada um deles, mas também considerando a própria dimensão macroestrutural que reveste o racismo de Estado no Brasil e elege certas populações como “mais vulneráveis” em relação às ofensivas do Estado na Política da Guerra às Drogas do que outra.

Menciono estes aspectos que, de certa forma, foram apresentados na introdução desta tese e serão, sob certa medida, também alcançados na discussão e considerações finais para ilustrar o tal índice de flutuação dos casos. Explicando em outros termos, era como se no Plano Singular de Atendimento dos jovens em questão considerássemos que alguns casos poderiam ter um período de órbita em torno do serviço, com suas idas e vindas.

Isso, embora possa se assemelhar sob certas perspectivas discursivas, não se confunde com a ideia da recaída do “dependente químico”, porque a questão posta não se confunde com a demanda para o tratamento. Nossa operação era sim da ordem de uma clínica, mas de uma clínica da cultura, ou de uma clínica da operação de inserção social ou ocupação de territórios. Portanto, o termo recaída não é análogo para dar conta das sutilezas que envolviam essa órbita ou flutuação de casos.

Por ser uma operação extremamente “cirúrgica”, esse momento de “retorno” do jovem ao equipamento era não só um momento esperado como exigia um planejamento ou uma plasticidade por parte da equipe para, não importando a

capacidade da instituição (que era, à época, mensurada pelo acompanhamento simultâneo de até 24 casos), acolher de forma impreterível e prioritária tal jovem.

Então, quando sujeitos como o citado Ricardo*, com uma trajetória marcada de idas e vindas, muitas andanças e muito “desandar”, retornava virado de noites de consumo de *crack*, ou voltava com a perna riscada por um tiro que, daquela vez, passara de raspão, e podia olhar para algo que ajudou a construir no cotidiano e na estética do equipamento, como o tecido de uma cadeira, como sua imagem grafitada no muro ou algo do tipo, proporcionávamos uma espécie de acoplamento com um signo de reterritorialização para ele naquele espaço.

Essa era uma das potências do equipamento que, aos poucos, foi sendo possível de ser percebida, lapidada e inventada: pensado para ser catalisador de reinserção social, espaço que se propunha a funcionar como uma espécie de trampolim (em que a ideia inicial era a de que o jovem pisasse ali para ganhar propulsão para outros saltos e outras inserções), o espaço também podia ser utilizado como “cais”, como um porto para retorno e atracamento, ainda que por jovens que tinham uma deriva e uma flutuação nos territórios, nos usos de substâncias e nos envolvimento diversos com a chamada criminalidade, uma condição de extrema turbulência – que, em parte, devia-se também às suas escolhas e condições subjetivas para tal, mas que, certamente, devia-se ao “*script*” ou ao “*spoiler*” das narrativas macroestruturais no tempo de extermínio dos jovens negros e periféricos em nome da Guerra às Drogas.

De trampolim a cais, passando por “*bunker*” com uma “cozinha de vó” onde o achocolatado de marca famosa poderia ser encontrado e a cadeira estampada poderia servir como a sensação de pertença. De praça a casa, passando por ossada de hospício. De equipamento progressista e joia da coroa da empresa-religião para difundir a “radicalidade” de seus atendimentos ou “missão”, a estorvo e polo de resistência para os que pensavam de forma divergente da “missão institucional”. De antigo hospital tombado pelo patrimônio histórico, antes isolado da cidade por “cavas” ou “pântanos” que, como de forma análoga à configuração urbana que reveste todo hospício de que se tem notícia, foi “fagocitado” pelo crescimento da cidade e especulação imobiliária, para um **espaço** agora central e posto de trabalho e estudo de nós, empregados.

Eram, de fato, muitos os usos daquele território que, se não era propriamente um centro de convivência, durante muitos meses e por muitas etapas exitosas e éticas tornou-se um relevante laboratório de convivências. Isso, essas marcas, essas adaptações estéticas e éticas nas cadeiras, na cozinha, nos muros, nas nossas peles e afetos, de certa forma, não pode ser apagado por um ornamento jurídico, por um termo de consentimento livre e esclarecido, por um atravessamento ou rompimento como uma demissão.

4.3.27 Zonas Autônomas Temporárias ou Dobras-da-Ambiência

Trata-se, reitero, da instalação e manutenção de uma Zona Autônoma Temporária (BEY, 2001) que, por sua radicalidade e inovação, não teria mesmo vida longa naquele lugar e sob aquela forma de organização. O “*spoiler*” estava dado desde o início e, embora ao relatar minhas percepções, vivências e paranoias sirvo ao escopo personalista da “trip de ego”, da “individualização”, sei que, ao fazer isso, também posso alcançar o papel de agenciamento, de antena, de ponto de conexão destes diferentes fluxos: os institucionais, a história de vida dos sujeitos que por lá passaram, incluindo adolescentes e trabalhadores – e, claro, incluindo a minha própria história de vida, com minhas respectivas inserções, reinserções e deserções. Esta é mais uma defesa do método da cartografia que aqui emerge.

Mas esse estudo da ambiência também teria sua dobra: refiro-me às ações que fazíamos com os adolescentes e equipe técnica ou de educadores do lado de fora daqueles muros altos do hospício, naquilo que era seu foco e sua gênese: a cidade, os outros territórios, a vida cívica.

Pudemos perceber isso de diversas formas, e a partir de diversos relatos da equipe. Por exemplo, ainda nas etapas que antecederiam o preparo do almoço coletivo pela oficina de culinária, às quintas-feiras, quando íamos comprar parte dos alimentos preparados com o dinheiro do “fundo fixo” da unidade, em um hipermercado de uma rede mundial que tinha uma de suas lojas instaladas a uns 600 metros da nossa portaria – 600 metros estes que percorríamos sempre ao lado do muro da instituição pois, dito de outra forma, o tamanho da área da ossada de hospício era tão colossal comparada com a estrutura do bairro que o hipermercado era, literalmente, vizinho do tal hospital.

E chegar a um hipermercado daquele, com seu ambiente controlado, câmaras de vigilância, cor das paredes externas pintadas com uma tinta que imitava um verde-limão, piso de granito encerado, luzes brancas que conferiam a parte interna uma perspectiva de tempo infinito, tal qual nas descrições de José Saramago em “A Caverna”, acompanhado de um grupo singular composto por educadores que eram em sua maioria pessoas jovens que se misturavam ao grupo dos adolescentes atendidos, não era uma operação trivial.

Além disso, contextualizando o tempo histórico em questão, eram ainda aquecidas as discussões que a mídia fazia em torno dos chamados “rolezinhos”. Foram experiências que ocorreram nas grandes cidades com os chamados “bondes” ou ocupações expressivas de jovens das periferias no interior de espaços como, por exemplo, os Shoppings Centers, causando debates interessantes sobre a “gentrificação” e os exemplos de racismo de estado que tais instituições, ainda que privadas, praticavam em relação a esses transeuntes.

Portanto chegar com uma lista de compras e com um grupo como aquele em um hipermercado era uma questão, especialmente para os profissionais que trabalhavam no setor de prevenção de perdas ou na segurança daquela instituição. Não raro formava-se uma espécie de “ballet” invisível, como gosto de definir, com um grupo de jovens indo pegar uma parte da lista de compras em um determinado corredor sendo seguido por seguranças uniformizados ou “à paisana”, enquanto outra parte do grupo se detinha em escolher as verduras que tinham melhor custo-benefício à época e engendrava novo “ballet” com os olhares dos profissionais de diversos setores do hipermercado.

Convocando o eventual leitor a, de fato, inserir-se nesta cena, e tomando a licença poética para incrementar tal relato, era como se, naqueles instantes, os próprios autofalantes do supermercado pudessem tocar a “Valsa dos Cisnes” ou alguma outra trilha sonora de Kubrick em “Uma Odisseia no Espaço”. E, claro, nem sempre era um momento divertido para a equipe.

Não era sempre divertido, porque os atravessamentos eram diversos. A começar pelo fato destes jovens serem os primeiros a, realmente, perceber e sentir na pele a força do aparato de segurança os intimidando. E como os seguranças representavam um tipo de lei e um dos braços dessa violência “em nome da segurança”, a forma como os jovens reagiam também era permeada, em alguns

casos, por atravessamentos como “botar banca”, “estufar o peito” ou mesmo “encarar” os profissionais da segurança. Outros jovens, seja em resposta a este tipo de intimidação ou outros fatores, aproveitavam a ocasião para realizarem pequenos furtos de chocolates e outros doces, por exemplo.

Manejar tais episódios não era uma situação simples. Muito pelo contrário, dizíamos que era cirúrgica e investíamos toda nossa tecnologia para esse tipo de acompanhamento, seja nas vezes em que foi necessário estabelecer diálogo com os profissionais do hipermercado, seja nas vezes em que foi necessário discutir na singularidade de cada caso qual poderia ser a melhor conduta para marcar a violação ética em questão do furto do chocolate – que, naquele exemplo, não era só um dano ao patrimônio do outro, mas representava também uma quebra no contrato que fazíamos todas as vezes quando saíamos juntos da unidade.

4.3.28 Ostentações

Um episódio em especial que pude relatar no artigo que saiu publicado na Revista Cadernos de Subjetividade marcou-nos em especial, pelas singularidades e pelos atravessamentos dali decorrentes. Referia-me a outro caso de um adolescente que, na época, devia ter seus 15 anos. Aqui o chamo de Pedro*.

Pedro nos chegou encaminhado pela Rede de Proteção da Região da Vila Torres, ou Vila Capanema. Trata-se de uma região que ficava próxima à ossada-hospício onde o equipamento estava instalado (cerca de três quilômetros) e que, por conseguinte, ocupava uma região relativamente central da cidade. Ali havia uma favela (que depois foi denominada como “comunidade”) onde muitos migrantes encontraram refúgio nas diferentes etapas de constituição da capital paranaense, desde os anos 1960.

E uma região que, com o passar do tempo, pôde ser literalmente fatiada em duas gerências do tráfico de drogas que não só se guerreavam entre si como “recomendavam” aos moradores de um lado que não passassem para o outro lado. Com isso, a região, que era desprovida de uma série de serviços públicos, que tem cortando seu território um rio “fedorento” e empestado de ratos, convivia com esse tipo de segregação que dificultava ainda mais o acesso daquela população a

serviços como saúde e educação (não havia, evidentemente, um posto de saúde para a parte de cima e outro para a parte de baixo).

Pedro cresceu naquele ambiente e com 15 anos já “ostentava”, como se dizia. Ele estava em uma condição de deixar de ser mero “soldado” ou “vaporzinho” no tráfico e estava ampliando seus negócios. Parte de sua expansão pessoal teve como “*zeitgeist*” ou “espírito do tempo” a chegada do Primeiro Comando da Capital que, de forma hegemônica, tomou, segundo ouvíamos os relatos por parte dos adolescentes, não só aquela “quebrada” como as demais “vilas” (forma como o curitibano se referia às favelas ou a Rede Globo se referia às “comunidades” – como se até a noção de comum estivesse segregada às reedições das senzalas na contemporaneidade).

Na ocasião de seus atendimentos, Pedro já tinha uma nova arma e uma banca ou lojinha no tráfico. Por isso ele ia ao equipamento com um tipo de gingado e um tipo de olhar que era intimidador, era do tipo “só estou aqui para tentar passar um pano com minha vó” e era, ao mesmo tempo, muito carismático e afetuoso, apesar disso tudo.

A questão com a vó merece destaque, pois, tal qual o caso do Ricardo citado anteriormente, era um dos seus únicos vínculos afetivos e familiares – o que, enquanto fato contextualizado, ilustra também a pertinência de se tomar este analisador enquanto um índice ou um ponto a ser cartografado da realidade de muitos jovens na periferia, cujas mães trabalhadoras veem na figura da avó a única pessoa com quem deixar seus filhos e, não raro, estas figuras vão se tornando alavancadoras de uma condição afetiva e de ligação de maternagem que parecem não caber nos estereótipos edípicos aventadas pela psicanálise ortodoxa, entre outros exemplos.

E sua avó foi, durante muito tempo, trabalhadora da limpeza de um dos equipamentos da empresa-religião, antes de ter sido demitida pelo citado projeto de terceirização que, como dizia, acabou com o devir-União Soviética do referido grupo. Mas, por ter deixado muitos amigos entre os trabalhadores, e por externar sua preocupação maternal pelo neto, encontrou em um dos interlocutores a indicação para que o encaminhasse até nosso equipamento.

E o jovem Pedro, apesar de todas as questões, vinculou-se bem ao o espaço e com nossa proposta de atendimento, talvez por conta do estudo refinado da

ambiência que propúnhamos. Ele fez o estêncil de sua silhueta em *grafitti* para ser estampado no muro da instituição com um esmero maior do que os demais adolescentes faziam as suas. Isso pôde ser percebido pela equipe técnica e de educadores e teria a ver com a extrema vaidade com que cuidava de sua apresentação pessoal.

E Pedro era um jovem vaidoso e com autocuidados não só por conta dos brincos reluzentes que ostentava à época, mas também por conta de suas roupas e demais ornamentos. No artigo que publiquei na revista *Cadernos de Subjetividade*, começava falando dele e de seus tênis. A descrição que fiz à época ainda me parece atual. Apesar da cafonice da autocitação (mais uma), opto por transcrever aqui o trecho do referido artigo que, no caso dessa cartografia, tomo-o como uma etapa não só da produção da própria tese, mas uma espécie de diário de campo; não raro tramava com o orientador Rubens Adorno meu planejamento de tentar publicar antes o que poderiam ser os capítulos da tese, em uma tentativa de inverter a lógica acadêmica de escrever uma tese e depois tentar sintetizar seus pontos em um capítulo para publicação:

P. Usa um daqueles calçados marca Puma que nem têm cadarços, você já viu? No lugar dos cadarços há um botão supersônico – ou algo que o valha – que dá conta de ajustar os tênis nos pés. Novinho. Enquanto conversávamos com ele e tentávamos problematizar o fato de andar armado e tentar resolver tudo à bala, ele desviava o olhar e tornava a ajustar o botão supersônico. Veste roupas de grifes que devem ser, sim, muito caras. Em uma das conversas com os colegas trabalhadores (do equipamento) chegou a comentar que só frequentava o Shopping Center, como qualquer outro *piá* de 15 anos. Só que fazia seu *rolê* de táxi e gastava entre dois e três mil reais. Depois voltava (também de táxi) à sua Vila Torres. Os colegas comentavam que ele estava empenhado, também, em trocar de arma. Claro, ele sabe bem o que quer: o tipo, o nome, o calibre. Provavelmente, se puder escolher entre a cromada e a preta, deve preferir armas cromadas. Brilham mais. Como os detalhes de seu tênis Puma, que deve até refletir luzes na escuridão. Não sabemos o nome da arma, mas sabemos que é uma à prova de coletes à prova de balas. Entendeu? Ela fura colete à prova de balas. Sua meta parece clara: tornar-se *patrão* com o tráfico de drogas na Vila Torres – comunidade marcada pelo descaso do poder público, pela volúpia dos grandes empreendimentos imobiliários, por situar-se em uma região central de Curitiba (a outrora capital do meio ambiente ou cidade modelo – você escolhe em que acreditar) (FREI, 2015, p. 35).

Essa ostentação de Pedro tinha uma série de inflexões possíveis, primeiro por conta do próprio volume de dinheiro que ele mobilizava enquanto um trabalhador do tráfico que estava, aos poucos, transformando-se em empreendedor do tráfico de drogas. Essa não é uma operação para “qualquer zé-mané”, ela diz sobre sua

capacidade de articulação e liderança, mas também diz respeito ao seu carisma e pode ter relação com os eventuais "tributos" que tenha prestado ao comando do PCC naquela região, evidentemente.

Mas é impossível dissociá-la também de um de seus sintomas, reverberados em uma estética cultural conhecida como "funk ostentação", em que não só Pedro como uma série de adolescentes inseridos no equipamento eram fissurados. E fissurado é um bom termo para definir o fascínio que o "funk ostentação" encarna de uma espécie de retorno do recalcado, de uma espécie de fetichização do consumo que, desde as previsões de Marx, são possíveis de ser catalogadas ou cartografadas.

Afinal, nesta etapa da sociedade de consumo, a forma com que a pertença se impõe, mesmo em uma "comunidade" como a Vila Torres, é pelos atributos da mercadoria. E essas são questões que, embora triviais para a discussão da economia e da sociologia na contemporaneidade – mesmo até para as discussões sobre a psicanálise –, parecem ficar em um plano menor quando se discute a questão das drogas: novamente o que é convocado é somente o saber em torno da "famigerada" dependência química, ou do tanto de dopamina que se faz presente nas fendas sinápticas do sujeito que consome cocaína.

Esse caso de Pedro nos dá dimensão das camadas ou platôs da relação com o consumo que precisam ser cartografadas: a droga para ele, que, além de empreendedor do tráfico de drogas, era um usuário "controlado", era um mecanismo pelo qual ele podia ter acesso não às sensações da dopamina que a cocaína lhe oferecia, mas à sensação de "pertença" ou de "ostentação" ou, aqui chamada, certo "retorno do recalcado" que o consumo de bens como roupas, tênis com botões supersônicos ou casacos estilo "corta-vento" lhe proporcionavam, principalmente entre seus pares geracionais. Uma operação similar a que os mesmos artefatos certamente atribuíam no contexto das escolas de elite, para citar um exemplo.

O episódio ilustrado, que resgata um pouco de sua trajetória para elucidar a complexidade das ações de ambiência quando dobradas para fora da instituição – no que entendíamos sobre a operação de criar uma espécie de membrana que pudesse dar conta de intermediar as camadas de território (e as suas operações de exclusão social e gentrificação) em torno do grupo instaurado, como uma etapa do

planejamento pedagógico (e clínico) de operações de inserção social –, aconteceu quando Pedro resolveu ostentar dentro do hipermercado.

Os educadores comentaram que, naquela manhã, ele tirou um maço de notas do bolso e havia perguntado para os demais jovens o que eles queriam para o almoço. Havia se oferecido, inclusive, para pagar as despesas do supermercado naquela lista de compras da culinária, o que foi, obviamente, rechaçado pela equipe – vale dizer que sempre tomávamos aquela etapa de mensuração de preços, de problematização do acesso aos bens de consumo, de valores das mercadorias como uma etapa de inserção não formal a algo que cabia às aulas sobre economia doméstica ou mesmo às aulas de matemática.

Então Pedro saiu sozinho por outros corredores, tomou uma cesta azul do hipermercado para si e deixou todos atentos sobre o que, especificamente, ele iria comprar para ofertar ao grupo. Um dos educadores comentou, tempos depois, que pensou tratar-se de Whisky com energético, verdadeira coqueluche no ramo da "ostentação" nas festas e bailes funk. Mas eis que, para surpresa de todos (inclusive dos próprios adolescentes), Pedro volta com uma bandeja da famosa bebida que continha o leite fermentado com lactobacilos vivos, marca Yakult — com os frascos clássicos que usava de bola improvisada na minha infância. Esta foi sua ostentação.

Infere-se a partir do exemplo uma série de relações que foram discutidas pela equipe à época e que aqui, de passagem, merecem ser enumeradas: o fetiche da mercadoria que um frasco daquela bebida, de 80 ml, acaba gerando não tanto pelo que traz dentro de si, mas por sua falta – e como essa falta, essa bebida que "acaba logo deixando gostinho de quero mais", dialoga com a própria contextualização do uso da cocaína nas festas, especialmente quando vista como uma espécie de "dar corda" ao "boneco de cordas", um estimulante que, uma vez acessado, pode pedir outra dose e, dessa forma, acentua a falta.

Da mesma forma, o fetiche por uma mercadoria que se arrasta desde a infância: quem consumia Yakults, ao menos na época que eu era criança e, certamente, no contexto das infâncias de "comunidades" como a Vila Torres, não era qualquer criança – era só aquela criança filha de pais que tinham mais condições financeiras. De certa forma, era assim que eu identificava - e me identificava.

A própria questão sobre o ideal de vida saudável, o discurso dos lactobacilos vivos e demais falácias atribuídas às benfeitorias de tal substância no organismo –

especialmente intestinos – não pode ser deixada de lado nessa análise, ainda que especulativa. Afinal, se comprar "droga" dentro da partilha moral que reforça os estigmas entre droga boa e droga má pode ter uma analogia como distribuir aos colegas algo que é da ordem da "vida loka", comprar 'Yakult' pode estar, sob esta perspectiva, em uma relação diametralmente oposta que precisa ser considerada: comprar e ofertar saúde, no caso.

Por fim, e não menos importante: o tal fetiche pela mercadoria era um desejo de menino, ainda preservado de outros investimentos. Para nós, naquele instante, é como se o lado menino de um *piá* de 15 anos, portanto ainda com boa parte do corpo (inclusive físico) na infância, pudesse ter tido vez e voz em meio a tanta responsabilidade e tanta "banca que precisava botar" para dar conta de se passar por um sujeito maduro e articulado – além de deveras corajoso – para dar conta da empreitada no tráfico de drogas, naquela proporção que estava tomando, inclusive com a troca de armas em questão.

São sutilezas e camadas de inserção e reinserção que apontavam sobretudo para a operação mais efetiva que poderia haver no caso: a operação de deserção (no caso, do tráfico de drogas e dessa relação). Estas operações puderam emergir a partir do caso de Pedro no cotidiano de uma ambiência estendida, que começa no interior do equipamento sendo alçado a essa potência de um espaço de convivência, mas que só pode ser percebida em sua dobra estendida no contexto de um hipermercado famoso, com sua pintura verde-limão, em meio ao "ballet" dos trabalhadores da segurança e com aquela demanda por um tipo bem específico, singular e pueril de ostentação.

4.3.29 Como Criar um “Corpo Institucional” para Produzir um “Inconsciente Institucional”

Essa dobra de levar a ambiência conosco, com todas essas sutilezas e esses estudos, foi aos poucos sendo lapidada também para outras ações no território. Desde um “rolê de bike em bando” a uma ida ao museu utilizando o transporte coletivo, nós empregávamos esse estudo. Pensávamos em como tal ferramenta que, como comentado anteriormente, era extraída da Política Nacional de

Humanização do SUS, poderia ser útil para criarmos uma continência interessante para os deslocamentos em grupo.

Então, tal qual nos organizávamos no cotidiano do equipamento, quando tínhamos que cuidar da parte mais estrutural ou interna, para que então aquilo que “escorresse” pelas frestas pudesse ser absorvido e cuidado pela equipe em ambiência, tentávamos transportar para as ações no território, para que o foco da atividade se mantivesse e, claro, para que as perspectivas relacionadas ao Plano Singular de Atendimento de cada jovem pudessem ser atendidas.

Um fato em especial traduziu a dimensão desses acompanhamentos, ainda na fase de implantação da metodologia de atendimento. Tal fato se deu quando, à época, ansiosos para que o espaço pudesse ser permeado por mais jovens, dilatamos os critérios da triagem para acolher jovens que estavam em uma unidade de acolhimento – tal qual o caso do citado Ricardo e mais alguns de seus colegas.

Explico: a metodologia era para os atendimentos vinculados à Política Nacional de Assistência Social em média complexidade. Ou seja, os adolescentes em questão eram aqueles que estavam com rupturas de vínculo em andamento – ou ameaça instaurada de rupturas de vínculos. É algo de certa forma alquímico de ser previsto, mas eram para essas direções que apontavam as políticas públicas para esse tipo de clientela.

Entendíamos que um adolescente em uma unidade de acolhimento já havia rompido esses vínculos. Não por acaso, na referida política pública tais serviços eram tipificados como “proteção social de alta complexidade”. Acontece que naqueles primeiros meses estávamos, literalmente, “abrindo as portas do equipamento”. E algo que a mantenedora, a tal empresa-religião, jamais parecia haver calculado, e que parecia ser evidente, é que não se inaugura um equipamento daquele tipo, com um recorte tão refinado de atendimentos a uma clientela específica, e coloca-se uma plaquinha na porta da ossada-hospício com os dizeres “há vagas”.

Trata-se de uma operação muito mais delicada, que exige uma espécie de “posicionamento da marca” e um tanto de articulação com os demais equipamentos do setor governamental e do setor não governamental que é deveras engenhosa – ainda mais se tratando de um município conservador como Curitiba que tinha níveis rudimentares de compreensão de serviços de acompanhamento para adolescentes

com histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas, com uma Reforma Psiquiátrica em curso que parecia estar aquém daquela operada em outras cidades de grande porte no Brasil.

Somados tais fatores à nossa ansiedade para, literalmente, “mostrar serviço” à mantenedora, quando uma das simpáticas gestoras de uma dessas unidades de acolhimento ficou entusiasmada com as nossas possibilidades de atendimento ao jovem Ricardo, colocou-nos o pedido de agenciarmos outras triagens para mais um dos jovens que ali parecia ter perfil semelhante para ser inserido e, junto com este jovem, veio mais um de seus colegas de quarto, depois outro, de forma que, até onde vão meus diários de campo, nos primeiros meses de funcionamento tínhamos um fluxo em que cinco jovens daquela mesma unidade de acolhimento estavam com planos singulares de atendimento firmados pelo nosso equipamento.

Claro que foi um erro e uma distorção na metodologia, e com isso apareceram situações para as quais não tínhamos muito contorno ou isonomia de negociação: afinal, em situações pueris como o deslocamento desses jovens, tínhamos a situação do deslocamento em “grupo”. E a adesão destes ao espaço do equipamento era a de jovens que sempre andavam juntos e tinham, por assim dizer, “momentos de recreio”, com tudo isso que, considerando as variáveis em questão, impactavam nas escolhas e circulação dos mesmos – como, entre exemplos, organizarem-se para ir comprar fumo juntos ou mesmo serem suspeitos de juntos provocarem alguns furtos ou contravenções (tais como “furar o tubo”, o equivalente a “pular catraca” no transporte coletivo de Curitiba).

Evidentemente, olhando tal situação por outro prisma, o próprio debate sobre o alcance das operações de reinserção social para aqueles jovens precisava ser relativizado. Afinal, de certa forma, naqueles casos, não se tratava de operações que se propunham meramente a “inaugurar inserções sociais”, como dizíamos, pois aqueles jovens vinham de um tipo de inserção social, tal qual o citado jovem Pedro também vinha de um tipo de inserção específica, no tráfico e no contexto do empreendedorismo nesse ramo em sua Vila Torres.

O Plano Singular de Atendimento de ambos os casos teria mais potência se, antes de pensar em propor as chamadas reinserções sociais ou inaugurar outras inserções sociais, tivesse alcance para propor e sustentar operações de deserção – novamente desterritorializações. Mas, no que dizia respeito àquele grupo de quatro

ou cinco adolescentes, nada parecia surtir efeito: atendimentos individuais, tentativa de "rodiziar" a escala de frequência no equipamento, atividades expressivas voltadas para duplas; parecia que quaisquer ações que propúnhamos não se sustentavam por mais de dezena de minutos, pois algo de uma engenharia invisível parecia acontecer sempre para que os jovens voltassem a se acoplar e funcionar juntos, como um pequeno bando, como um pequeno clã, como isso que há na adolescência e costuma atribuir valorização e *status* aos grupos sociais ou grupos de pares.

Foi quase quando a equipe deu tal missão de singularizar os atendimentos por perda ou suspensão que surgiu a ideia de assistirmos a uma exposição em um museu da cidade. E, para aquela tarde, o roteiro previa que o deslocamento se desse por ônibus coletivo. Os jovens, por estarem inseridos em uma unidade de acolhimento da prefeitura, tinham pouco acesso ao transporte coletivo – exceto quando furavam o tubo⁶³. Aqueles serviços, à época, usavam os deslocamentos por meio de veículos próprios ou locados para tal fim: normalmente as Kombis brancas com motoristas servidores públicos.

Quando propusemos tal deslocamento, uma das preocupações da equipe foi sobre como poderia se dar o funcionamento de tal grupo dentro do transporte público. Estávamos em um papel social de educadores, e precisávamos cuidar de mediações advindas de algazarras, gestos que pudessem ser toleráveis para adolescência mas que, em certos espaços, pudessem parecer extravagâncias, e, claro, para a constante tensão que o arquétipo ou estereótipo daqueles jovens passava à população em geral e aos trabalhadores do braço armado do Estado. Não se tratava de um preciosismo, evidentemente.

Mas, eis que, quando os educadores que acompanharam aquele deslocamento que proporcionou que cada jovem pagasse sua passagem com seu respectivo cartão transporte e adentrasse a estação que dá acesso ao transporte público em Curitiba – as assim chamadas “estações-tubo” –, algo aconteceu com o grupo desde aquele momento e se intensificou com a chegada do ônibus, em que cada um dos jovens tomou um assento específico, separado dos demais.

Em nossa leitura sobre o ocorrido, conversando nas reuniões de equipe, pudemos decantar os fatos e concluimos – ou postulamos – que os jovens, que

⁶³ Nota pra quem não faz ideia do transporte público outrora modelo da republiqueta curitibana: o equivalente a pular catraca.

sempre andavam em grupo, puderam experimentar uma experiência curta de privacidade por intermédio do transporte coletivo. Foi peculiar: o ônibus biarticulado estava com muitos lugares disponíveis, e cada jovem tomou para si um assento próximo às janelas. Os educadores comentaram que pairou um peculiar silêncio. Gosto de pensar que, naquele momento, cada adolescente esposou a cidade como sua, dentro daquele trono que lhe cabia, e pôde estabelecer uma relação singular, que naquele momento lhes cabia, com a própria urbe, com a própria condição cívica.

Era o suficiente para entendermos que houve uma inserção social e ocupação do espaço urbano por parte daqueles adolescentes, com trajetórias tão cáusticas como as que suas vidas pareciam estar erguendo? Era o suficiente para afirmarmos que aquela foi uma “operação de deserção em relação ao bando”? Obviamente não. Não era isso que iria dar conta de questões tão delicadas. Mas a questão era algo da ordem de uma singularidade, de um acontecimento que estava de certa forma inaugurado, ao menos na relação que aqueles jovens mantinham conosco e quiçá na própria relação deles com a cidade.

Ou, sob este último ponto, pode ser que esta relação de espaçamento com a cidade sempre se fizesse presente, mas as lentes que usávamos para olhar os jovens até então (incluindo o olhar dos profissionais da unidade de acolhimento com quem mantínhamos conversas periódicas) parecia não dar conta de alcançar a sutileza e magnitude do ato. Tão efêmero quanto um deslocamento de ônibus, tão singelo quanto uma onda de silêncio que pode causar um hiato na paisagem sonora urbana, quase da ordem de uma epifania juvenil.

Assim que o ônibus chegou ao destino, os educadores comentaram que o grupo voltou a seu devir-bando, com brincadeiras que só grupos de adolescentes são capazes de fazer, desde os galanteios abusivos às garotas que passavam até as estúpidas manifestações de coragem frente aos profissionais que trabalhavam no braço armado do Estado. Mas, por alguns minutos, o enredo pode ser outro.

4.4 CAMADA TRÊS DO MIOLO — RELATOS DE ALGUNS CASOS DE ADOLESCENTES ATENDIDOS, NOSSA INSERÇÃO SOCIAL ENQUANTO INSTITUIÇÃO E OS DEBATES SOBRE A METODOLOGIA

4.4.1 Rita*

Tais operações, evidentemente, nem sempre traziam relatos bem-sucedidos assim. O caso de Rita, por exemplo, foi emblemático para nós da equipe. Tratava-se de uma garota que, quando começou seus atendimentos conosco, tinha entre 15 e 16 anos, e vivia somente com seu pai – sua mãe era falecida.

Ela tinha em seus prontuários uma “capivara” ou uma história pregressa de uso de substâncias psicoativas e contravenções que não parecia coincidir de forma alguma com a frequência com que se relacionava conosco e com os demais colegas do equipamento. Ali estava anotado que Rita havia passado por uma internação em um hospital psiquiátrico por um período equivalente a um ano, em um município que fica distante mais de 200 km da capital dos paranaenses.

Estava relatado o uso de múltiplas drogas, inclusive heroína. Mas, nós sabíamos que, embora o uso de heroína e suas complicações no Brasil estivesse aparecendo em um número cada vez maior de relatos, sua ocorrência era rara por essas bandas do sul do Brasil, especialmente no seu caso, que advinha de uma família com condições financeiras precárias para elementos básicos da (sub)existência.

Obviamente isso não seria um impeditivo para que ela obtivesse tal substância. Também no nosso papel não se tratava de confrontar o relato da jovem e o do prontuário – nós o fazíamos, evidentemente, mas não com tanta insistência. Mesmo porque, em nossa leitura sobre Redução de Danos que estava se ampliando, sabíamos que essas eram condições secundárias (não por serem “menos importantes”, mas porque não queríamos que a questão da droga em si ocupasse sempre o primeiro ponto da análise).

Rita, de fato, era uma pessoa muito comunicativa e por vezes parecia ser até imatura para sua idade. A questão de sua facilidade de comunicação foi aos poucos ficando ainda mais evidente: enquanto estava conosco, Rita parecia extremamente extrovertida e circulava por todos os grupos sociais em que havia um educador ou

um profissional da equipe técnica. Mas, quando estava entre pares, Rita parecia não funcionar da mesma forma. Tinha atritos. Não raro, causava atritos. Isolava-se. Era como se sua condição emocional e de vinculação com pares fosse atravessada por uma dinâmica que lhe era própria e singular e a qual não conseguíamos alcançar até então.

Não só não conseguíamos alcançar como, inclusive, ainda estávamos na fase de tentar propor a ela atividades de inserção social em cursos ou em programas sobre os quais tínhamos notícias e que achávamos que poderia resultar em acoplamentos interessantes com o seu perfil. Afinal, era esse nosso foco: proporcionar inserções sociais, funcionar como um catalisador para o acesso do jovem à cidade e ao que poderia ser ofertado por meio de equipamentos públicos ou não governamentais de acesso à cultura, lazer, emprego, escola e cidadania. Éramos, em uma primeira análise, uma grande agência.

E, quando Rita disse em um atendimento que gostava de desenho e que tinha apreço por mangás, e isso coincidiu quando um dos educadores que trabalhava conosco mapeou um curso de desenho pela linguagem dos mangás ministrado em um Colégio Estadual celebrado na cidade, não pensamos duas vezes: propusemos para Rita que o fizesse – ou, como analisamos em nossas reuniões técnicas, “emprestamos nosso desejo” (ou um desejo que em parte também era nosso) para Rita.

O curso era relativamente acessível: era em período de contraturno escolar, ocorreria em um Colégio Estadual com vagas gratuitas destinadas a jovens entre 15 e 19 anos que residissem em algum município da Região Metropolitana de Curitiba, tivessem interesse em desenho e conseguissem trazer consigo o material básico, que à época era composto por lápis de diferentes calibrações (HB, 4B, 6B, etc.), cadernos e blocos de folha Canson, mais alguns apetrechos de praxe. Fomos com Rita fazer sua matrícula, e foi quando a pessoa que atendia os interessados explicou a Rita e ao educador que a acompanhava as regras para o tal curso – número de faltas, horários e o que mais cabia para o momento.

Quando o curso começou, achamos que deveríamos tentar investir na compra daquele material com o fundo fixo da unidade. Justificamos à empresa-religião a importância daquele material – conseguimos fazer isso trazendo os aspectos relacionados à singularidade de caso com relativa facilidade. Afinal, eram

eles que diziam para que investíssemos em saltos de paraquedas, eram eles que pensavam em locar vans para que os jovens tivessem acesso a diferentes pontos da cidade, eram eles que tinham um orçamento de 600 mil reais ao ano, então o que seriam 40 reais ou pouco mais em material para uma das adolescentes atendidas ser inserida em um curso que desejasse?

Lembro que no primeiro dia do curso o mesmo educador que a acompanhou durante a matrícula a acompanhou até a portaria do referido colégio. Providenciamos os vales-transporte e providenciamos também uma flexibilização na agenda do educador para que esperasse a jovem na saída. Era essa a função da atividade individual no território, era esse o grande investimento em recursos humanos ou material humano do referido projeto, e apostávamos nesse diferencial, nessa “tecnologia do vínculo” para, de fato, conseguirmos inserções dos públicos em questão que fossem mais efetivas do que dar um panfleto com o endereço do curso que lhe fosse, em tese, acessível.

Quando o educador a encontrou depois do primeiro dia de aula, ela disse que não voltaria mais àquela escola. Disse que foi vítima de *bullying* e que os colegas a estigmatizaram quando, na apresentação, disse de onde veio e disse estar frequentando um dispositivo de reinserção social para adolescentes com histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas. Creio ser capaz de me lembrar do educador contar, inclusive, que teria comentado isso aos prantos.

Não parou por aí: uma das coordenadoras do referido Colégio Estadual, ao saber do ocorrido relatado pela professora na sala de aula, entrou em contato direto com uma pessoa que era sua conhecida da religião que ambas frequentavam e tinha um cargo x ou y na instituição mantenedora do nosso equipamento, a tal empresa-religião.

Esta pessoa, que não era diretamente ligada ao setor específico da empresa-religião que coordenava os centros sociais, fez contato direto com o superintendente, o tal ex-bambambam da Ambev-Imbev que, após uma operação de *headhunters* do érre-agá, foi convocado para administrar as finanças da referida empresa-religião, como relatado.

Ele, por sua vez, pediu explicações ao responsável do setor. O discurso usado foi o de que foi dito ao pessoal do colégio que a empresa-religião (que era conhecida na cidade por ser rica e com projetos inovadores) estava usando o

referido curso de mangá do Colégio Estadual para “ocupar” os adolescentes que faziam uso de drogas e pedia-se explicações por isso.

Evidentemente em um tipo de organização que era não só patriarcal como coronelialista, em que imperava o discurso de “vou falar direto com o líder”, ou o típico “você sabe com quem está falando?”, um episódio aparentemente corriqueiro como este gerou um incidente diplomático digno de uma pequena crise dos mísseis, com reuniões e mais reuniões para contornos e esclarecimentos.

E, por fim, tal situação expôs outro direcionamento para o nosso entendimento de inserção social. Afinal, o tal curso em questão era aberto a quem da comunidade quisesse frequentar. Não havia nada em suas orientações que dizia “proibida a frequência de pessoas que fazem, fizeram ou disseram ter feito uso abusivo de álcool e outras drogas”.

E, pensando no dever cívico de tal oferta em um equipamento gratuito, sustentado pelo poder público, face a uma complexidade cada vez mais crescente de problemas de consumo por parte dos adolescentes (incluindo o consumo de substâncias), situações como esta poderiam ocorrer. Seria, pensávamos nós, desejável, inclusive, que ocorressem – desta forma resgatariam a potência de um curso e um espaço como aquele, em contraturno escolar, com ferramentas artístico-culturais destinadas a jovens com Rita.

Mas, no contexto em que vivíamos e atravessávamos, bastou que Rita misturasse em uma ou duas frases as palavras “medida socioeducativa” e “drogas” com outros elementos até certo ponto desconexos de sua trajetória de vida para que fosse estigmatizada e marcada como uma pessoa diferente das demais – logo ela, que parecia ter uma questão específica com a adesão aos seus pares.

Rita nunca mais voltou ao tal curso, seja pelas condições que lhe eram intrínsecas, seja pela violência institucional que teria sofrido, seja pelo desconforto com que a professora pareceu lidar com a situação, seja por tudo isso somado. Entregou-nos de volta o seu material didático, e posso ser capaz de lembrar que os lápis de diferentes graduações ficaram sem uso um bom tempo no armário do almoxarifado, até que, anos depois, outro educador lhes desse serventia.

Com o episódios aprendemos sobre estas sutilezas institucionais, sobre a força do estigma, sobre as barreiras visíveis e invisíveis para inserção social dos jovens em questão que transcendiam a mera fábula do acesso. Talvez tenha sido

esse exemplo que fez com que adotássemos, em nosso discurso, que nossa metodologia visava ao atendimento a três públicos: o público primeiro, os adolescentes em questão; o público segundo, os familiares e núcleos familiares nos quais os adolescentes estavam inseridos; o público terceiro, os profissionais das instituições nas quais faríamos a inserção social ou a manutenção desta inserção social.

Tomando como exemplo, seria o caso de ofertarmos (como o fizemos a posteriori) um espaço de escuta em formato de roda de conversa com os educadores do tal curso, a fim de que pudéssemos desconstruir alguns estigmas decorrentes do uso abusivo de substâncias, alguns tabus referentes à própria adolescência, e para que pudéssemos, inclusive, permitir que educadores, profissionais e demais envolvidos tivessem voz até para expressarem seus limites: não raro eram os casos de profissionais que “desabavam” a chorar e relatavam dificuldades importantes na família.

Sabíamos que a nossa operação era mais ousada do que a inserção, reinserção social, ou mesmo as tão sonhadas deserções, considerando-se a dinâmica de alguns dos casos em questão. A operação a que nos propúnhamos era da ordem de uma “clínica da cultura”. Por isso o foco de nossas ações transcendia os mero 24 casos de teto de acompanhamento dos Planos Singulares: nossas ações chegavam aos educadores do importante colégio estadual, ao próprio superintendente que tinha que se haver com as indelicadezas de sua intimação face ao seu despreparo para compreender as sutilezas do nosso trabalho (mantido pela mesma empresa-religião) e chegava aos profissionais de segurança do famoso hipermercado, para citar um pequeno grupo aqui mencionado.

Por todas essas questões, estudar os próprios referenciais da psicogeografia e estratégias de ocupação urbana propostas pelos situacionistas foi importante, assim como estudar as questões e os desdobramentos da nossa proposta pedagógica a partir do conceito de ambiência e estudar as diversas nuances da Redução de Danos enquanto uma ética do cuidado, entre tantos outros temas.

Em outros termos: estudar era um imperativo.

4.4.2 Outro Grande Outro — ou Como Sobreviver aos Valores Institucionais

Estudar era um imperativo, pois era a forma que tínhamos para acessar outros lugares. Trazendo uma paráfrase à psicanálise de botequim, estudar era ter acesso a outro grande Outro. Quando parávamos para estudar, para ler um texto, para conversar ou para ouvir um colega com uma experiência diferente da nossa versar sobre suas vivências, acessávamos outro grande Outro, ou seja, um Outro que era maior do que o tal saber-poder da empresa-religião.

Era nosso jeito de atestar que o mundo era um pouco maior do que aquelas estruturas burocráticas com as quais devíamos nos relacionar e para as quais precisávamos prestar contas para que o financiamento das atividades (e dos nossos salários) fosse perpetuado. Era uma forma de atestar, inclusive, que o mundo era um pouco maior do que as peripécias políticas em um município e uma rede metropolitana que tinha, em sua marca, um histórico de ações disciplinadoras, clientelistas e mesmo manicomiais, apesar do esforço de muitos equipamentos e profissionais para, de fato, propor debates qualificados sobre a questão.

Estudar era o que poderia manter nossa metodologia oxigenada, não só para que perseguíssemos inovações como para atestar que não importava onde nossa prática estivesse, se a prática estivesse desnuda de uma camada metodológica ou teórica seria uma prática manca (assim como pode ser a academia quando acumula teorias despidas de práticas).

Portanto, a defesa do nosso método se fazia sob diversos aspectos: era o método que poderia nos servir com guia, ainda que com fabulações um tanto quanto abstratas como atendimentos aos públicos primeiro, segundo e terceiro, assim como outras fabulações como planos singulares graduados por tempos de inserção no equipamento, que poderiam ser resumidos pelas marcas T1, T2 e T3.

O que estava em questão, respectivamente, era a ênfase na vinculação com os colegas da equipe com os demais colegas inseridos no equipamento e com a própria ambiência do equipamento, no primeiro caso; a ênfase tanto nas ações no equipamento quando em ações de imersão no território, a fim de que pudéssemos, junto com o adolescente, mapear possíveis inserções de efetividade, no segundo momento; e a manutenção das ações de inserção social que vicejam certa efetividade, sempre raras e em números diminutos face aos casos que eram

vinculados ao equipamento, para desespero e preocupação nossa quanto à resposta aos indicadores, mas que, de certa forma, atestavam a delicadeza e a complexidade da missão em prática – que, de média complexidade, como dita, era a média da complexidade, como gostávamos de parafrasear.

Pensando nisso, a metodologia precisava ser oxigenada como mais do que um apêndice a uma prática, mas como algo que nos atestasse o tempo todo que havia outras camadas, outras organizações, outros Outros. A metodologia de trabalho também era um Outro. E poderíamos, sempre que desejável ou viável, discuti-la. Era um campo em aberto. Não eram dogmas, não eram *insights* intransponíveis. Era algo que, com frequência, trazíamos para debate.

E isso nos causava custos. Desde os custos das quase tradicionais paradas de começo de ano nas quais revisávamos nossos fluxos até os custos de investir neste tipo de discurso que, por muitas vezes, mais nos afastava do discurso da mantenedora do que nos aproximava da valorização do saber e da criação que eles diziam ter. E também nos causava alguns custos internos, especialmente com as diferentes compreensões dos colegas da equipe sobre a necessidade de um método tão “erudito” ou “ecclético” em muitos momentos (no sentido de camadas de leitura para diferentes ações do cotidiano, mais do que no sentido de sua apreensão, pois se tratava de fórmulas quase sempre em tríades tais como T1, T2, T3; público primeiro, segundo e terceiro; reunião de alinhamento, reunião de discussão de casos e espaço transversal de estudos, entre outras).

Isso, evidentemente, versava sobre uma composição de pessoas com certa afinidade político-estética por um lado, mas formações profissionais e histórias de vida deveras distintas: naquele equipamento havia psicólogos trabalhando como diretor, psicólogos trabalhando como psicólogos, psicólogos e até psicanalistas trabalhando como educadores sociais, pessoas formadas em artes cênicas ou arte visuais trabalhando como educadores sociais, pessoas com graduação em química e atuação política na Marcha da Maconha de Curitiba trabalhando como educadores sociais, pessoas com formação em artes cênicas e especialização em artes circenses e trajetória de mais de dez anos na empresa-religião trabalhando como coordenador pedagógico, assistentes sociais recém-formadas contratadas como efetivas, com projetos políticos e ambições de determinada ordem dentro da instituição, assistentes sociais recém-formadas contratadas como temporárias, com

projetos políticos e ambições de determinada ordem dentro da instituição, assistentes sociais com formação diferenciada em “Trabajo Social” por um país de vanguarda em Políticas sobre Drogas da América do Sul, que lhe era pátria também, educadores sociais que cursavam serviço social, educadoras sociais que eram psicólogas com mestrado em artes e cursos de fotografia e atuação como hobby com música e esportes, educadores sociais que tinham o ciclismo como hobby e tinham, inclusive como atleta amador, corrido uma importante prova de resistência na França, educadores sociais com portfólio de artista plástico e crises criativas, educadores sociais com formação em artes cênicas e longa atuação com educação infantil, auxiliares de higienização e limpeza que deveriam receber como educadores sociais, auxiliares administrativos, supervisores institucionais, assessor técnico de referência do projeto, assessor técnico de referência para assistentes sociais, assessor técnico de referência para psicólogos, assessor técnico de referência para coordenadores pedagógicos... A lista parece até com as enumerações com que, vez ou outra, dava na telha do José Saramago de ornar seus livros, mas aqui posta na tese serve para ilustrar a complexidade das formações e dos arranjos discursivos que se empilhavam em um espaço-tempo tão diminuto.

Gosto de pensar que, em muitos momentos, as composições alquímicas que dali puderam ser emanadas foram de uma potência de criação ímpar. Era um privilégio inenarrável conviver com aquele tipo de confraria. Particularmente me lembro muito de um dos educadores desapontados com a consumação do Golpe de Estado no Brasil em 2016. No dia seguinte a tal votação patética na Câmara dos Deputados, ele foi ao trabalho e disse, na mesa do café, que estava muito feliz por estar ali, pois naquele momento aquela era uma espécie de ilha em meio a tanto fascismo. De uma forma ou de outra todos pensávamos de forma análoga, mas foi importante e espontâneo ouvir seu depoimento em uma manhã como aquela. Traduzia um tanto da nossa potência enquanto, de fato, uma Zona Autônoma Temporária como a que propúnhamos desde o início.

Por tudo isso, ter uma nuvem pairando sobre a nossa prática em forma de metodologias e organizações teóricas do trabalho, ainda que por vezes parecesse algo um tanto quanto retórico, funcionava como um organizador, como elã para toda aquela rotina até certo ponto difusa e atribulada, atravessada pela complexidade dos casos, pela violência da vida cotidiana em tempos de Guerra às Drogas e pelas

inenarráveis burocracias institucionais que, além de todos os formulários e fluxos em questão, exigiam cultos e respeito aos dogmas religiosos que em quase nada nos servia enquanto sujeitos críticos e aliados a um tipo de ética e estética que parecia não caber naquele discurso infantilizado das igrejas rasas ou da psicologia organizacional de quinta categoria.

Estudar e manter essa série de metodologias funcionava, dessa forma, como uma espécie de atenuante a essas violências institucionais que vinham vestidas de campanha para difusão dos valores da empresa-religião. Lembro que quando comecei a trabalhar lá eles tinham seis ou sete valores institucionais que me foram passados em uma imersão no meu primeiro dia de serviço que foi ainda mais voraz do que os condicionamentos com que a lanchonete Mc Donald's tentavam modular os seus funcionários com vídeos institucionais do tipo "do outro lado do balcão" – em que o enredo girava em torno de uma balconista do Mc Donald's nos Estados Unidos que precisava comprar um sapato específico para um casamento e pôde ser bem atendida por uma vendedora de sapatos, mudando seu ponto de vista sobre o atendimento, quanto pôde estar, enfim, "do outro lado do balcão".

O fato é que os seis ou sete valores institucionais pareciam não ter colado, então a empresa-religião lançou mão de uma campanha robusta para passar a todos os funcionários novos valores institucionais – era sob um slogan do tipo "viva mais valores" ou "amo muito tudo isso", ou algo do tipo, não me lembro ao certo. Mas me lembro que em uma conversa com a colega gentil do marketing que nos assessorava soube que a campanha teria custado, à época, algo em torno de 350 mil reais.

Metade do orçamento do equipamento que trabalhávamos, portanto, destinado a uma série de protetores de tela, rodela com roletas em que você girava e caía em um dos novos valores institucionais, camisetas, bótons, cordões de crachás. Da noite para o dia, ou quase, de um mês para o outro, tudo era alterado sob investimentos robustos. Olhávamos aquilo tudo e, claro, sabíamos de nosso papel institucional, colávamos os cartazes na parede, mas entre um café e outro (bebíamos muito café ali, e foi um verdadeiro júbilo quando conseguimos comprar cafés marca Melitta ao invés dos cafés toscos a que tínhamos acesso pelo sistema de compras), enquanto conversávamos sobre o Golpe de Estado ou outro assunto do tipo e víamos aqueles novos cartazes dos valores institucionais, pensávamos em

algo do tipo: é claro que precisavam investir nesse tipo de publicidade, já que os valores são tão ocultos e descolados da realidade do trabalhador-colaborador (lembro que um destes valores falava em “amor ao trabalho”).

Estudar era, portanto, nosso antídoto e um tanto da nossa vacina que ajudava a tornar nossa vida um pouco menos ordinária de forma que tais discursos não nos sugasse tanto. E isso, evidentemente, como todo diagrama de poder que traz consigo a dimensão da produção do saber como estratégia, passou a ser uma questão para nosso funcionamento e uma questão para o funcionamento dos tantos fluxos da empresa-religião. Por isso investíamos em grupos de estudo quinzenais, intercalados com a reunião para supervisão clínico-institucional, sempre às tardes de quinta-feira.

Nesses espaços líamos juntos textos de autores como Antonio Lancetti (Contrafissura e Plasticidade Psíquica), Tales Ab'saber (A música no Tempo Infinito), Marcus Salgado (Drogas e Literatura: a Estética do Pesadelo) e, por vezes, trazíamos alguns convidados para debater suas produções – o próprio Marcus Rogério Tavares Salgado, professor de literatura da UFRJ com pesquisas sobre decadentismo e uma interessante leitura sobre autores contemporâneos que trabalhavam com a questão do *crack*, e, como citado, meu *brother* das antigas, deu o ar de sua graça em um desses encontros, quando em um café o recebemos para uma troca de ideias.

Também estudávamos temas mais afinados com nossa metodologia de trabalho: sociodrama enquanto metodologia para grupos, a ideia do *pharmakon* na filosofia, concepções ampliadas das estratégias de prevenção à luz do texto de Eduardo Furtado Leite sobre o assunto, ou mesmo a ideia de educação para autonomia em relação ao uso de drogas a partir de trabalho de Gilberta Acseralrd, a própria produção de pensadores ligados ao contexto curitibano como os textos do grupo de pesquisa sobre violência de Pedro Bodê da UFPR, entre tantos outros autores que puderam ser tratados nesses encontros que, também, eram em grande parte abertos a quem quisesse chegar conosco.

Nosso desejo (talvez mais o meu do que qualquer outro ali, valendo-me da alusão a, porque não, “emprestar o desejo”) era que com os Espaços Transversais de Estudo pudssemos ter uma abertura para o tal público terceiro. Ansiava, por exemplo, para que a tal professora do Colégio Estadual que estigmatizou a

adolescente que inserimos no curso de mangá pudesse compor conosco estes espaços. Mas aquilo nunca aconteceu naquela potência.

Muitos fatores foram decisivos para isso: primeiro é que os Espaços Transversais de Estudo, não raro, eram atravessados por demandas de outras ordens. Quando havia estreitamento de agendas, não raro esse era um dos espaços sacrificados. Segundo porque o próprio formato ao qual nos propúnhamos (em que cada colega poderia apresentar um texto) facilitava um aspecto da democracia nas relações de saber-poder (daí a ideia de transversalidade a partir do conceito de Guattari), mas por outro lado era um processo de médio e longo prazo, pois era algo a que os colegas não estavam tão habituados assim, tanto os que haviam saído há pouco da academia quanto os que não estudavam havia algum tempo.

Esse calendário picado dificultava nossa divulgação – ainda que, certa feita, por insistência do pessoal do marketing ou da assessoria de imprensa da empresa-religião, tenhamos conseguido um espaço em uma rádio local para divulgar tais ações. Os próprios horários também não eram tão atrativos por conta de pessoas que tinham dificuldades em obter liberações de seus serviços.

Por fim, foi só aos poucos que nossa credibilidade ou visibilidade face aos demais dispositivos do município foi se firmando enquanto um polo de produção de conhecimento especialmente na questão de Redução de Danos. E essa visibilidade gradativa, que fazia parte, evidentemente, do nosso “posicionamento de marca” (paralelo ao posicionamento institucional da empresa-religião sob muitos aspectos) veio em uma dinâmica processual que contou, sobretudo, com dois elementos decisivos.

O primeiro deles dizia respeito ao assim chamado “*know-how*” que íamos adquirindo com os adolescentes, familiares e instituições por meio da “lida”, do dia a dia, da rotina e das discussões de casos na qual nos embrenhávamos com o intuito de fomentar e fortalecer o Plano Singular de Atendimento dos jovens em questão.

O segundo deles dizia respeito a uma estratégia muito mais ousada, e talvez uma das ações mais assertivas que conseguimos com o município – e, quiçá, com o Estado: refiro-me aos seminários que organizamos, com eventos ora solo, ora conjugados de médio e grande porte (sete no total), em que pudemos trazer palestrantes de renome.

4.4.3 Seminários parte 1 – Contas do Posicionamento de uma “Marca Institucional” Paralela

Essa história dos seminários me ocorreu ainda quando estava lá, fazendo ginástica laboral ou me dopando de cafés expressos (vale dizer que, depois que a União Soviética acabou, os cafés expressos passaram a ser vendidos por R\$ 1 e o Listerine do banheiro sumiu) no tal prédio administrativo da empresa-religião. Conversava com nossos assessores de referência, especialmente com o Marco Antônio, aquele que aqui é digno de ser nomeado, sobre a importância de eventos desse tipo e do investimento da formação da equipe.

Mas, a estratégia era usar esse espaço de formação da equipe para que pudéssemos também abrir para a circulação e composição de outros atores sociais, especialmente trabalhadores das redes com as quais passaríamos a compor. Tinha comigo que isso nos ajudaria a nos posicionar enquanto uma espécie de marca institucional paralela, na qual pudéssemos levar o nome do equipamento como articulador de ações que transcendiam o escopo da empresa-religião, especialmente fortalecendo o debate sobre a Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica, que parecia um tanto quanto escasso e desarticulado.

Tínhamos recursos orçamentários para isso, e a empresa-religião tinha a seu dispor uma universidade particular. Em tese era só acionar um auditório, chamar o palestrante e providenciar uma ampla divulgação com o pessoal do marketing da firma, certo?

Não era bem assim. Primeiro porque a questão da administração dos recursos era uma questão importante do meu trabalho. Não porque eu, necessariamente, seguia a risca um dos valores institucionais da empresa-religião que falava em “uso evangélico dos bens”. Mas porque eu era um cara que veio das quebradas, sem um “puto” no bolso, como se dizia por lá, e não fazia ideia o que era administrar um orçamento daquele montante. Só sabia que se eu o estourasse, minha demissão seria muito mais veloz – minha leitura é que naquele estado da empresa-religião nada seria mais grave (nem faltar à missa e me opor a rezar as ave-marias) do que estourar o orçamento.

Então, aplicava um preceito simples: restrição total de gastos. Isso irritava muito meus colegas e, não raro, rendeu discussões acaloradas em nossas reuniões

de alinhamento – sim, tentávamos debater sobre o uso do orçamento de forma coletiva, de acordo com o limiar de autonomia que tínhamos em relação a isto. E, dentro do citado fluxo de contas que ia das contas da empresa-religião para as contas da empresa-religião, muita coisa não fazia sentido para mim. Talvez fosse porque, àquela época, ainda nas fases iniciais do meu emprego, não conhecia a metáfora e o produto da cultura pop chamado Nárnia. Talvez fosse um pouco mais do que isso.

Por exemplo: os adolescentes que atendíamos nem sempre comiam conosco na cozinha, dentro do projeto de ocupação afetiva da cozinha citado anteriormente. Esses projetos eram semanais, logo as outras quatro refeições na semana se davam em outro lugar. Este outro lugar era o restaurante tipo bandejão, que antes pertencia à empresa-religião e depois, como a maioria dos serviços (estacionamento, segurança, lavanderia, limpeza, etc.), passou a ser operado por uma empresa terceirizada, com a austeridade da administração neoliberal do Sr. Superintendente da Ambev-Imbev, turbinada ainda mais pela presença significativa (aliás, este era o nome de outro valor institucional da empresa-religião) da Srta. A., no processo que, em outro momento do texto, batizei como “fim da União Soviética” das organizações internas do referido grupo.

Seja em um momento (quando o restaurante era de administração direta) como em outro (quando passou a ser terceirizado), nós tínhamos que “comprar” os *tickets* para almoço. Não me lembro ao certo se o valor no começo do projeto era em torno de cinco ou seis reais por almoço. O fato é que se tratava de um valor relativamente acessível para contratação. Lembro que, após a terceirização, o valor passou para mais de oito reais por almoço. Isso nos motivou uma questão: se vamos pagar essa quantia por cada almoço de cada jovem, e se em um dia comum levamos dez adolescentes para almoçar no refeitório, será que não sairia mais barato comprar a comida e promover nossa auxiliar de higienização e limpeza para cozinhar para a gente (no que ela topava e manjava) e comprar comidas com esse recurso?

Óbvio, era um pensamento até certo ponto amador. Havíamos de considerar a estrutura do nosso mobiliário na cozinha, os impactos da legislação sanitária e armazenamento de alimentos, uniformes e padrões de higiene entre tantos outros aspectos. Isso demandava um custo e um investimento. Outra solução possível

seria contratar um valor mais acessível para as refeições. Mas, aos poucos, fomos percebendo que nosso limiar de maleabilidade em torno desse orçamento, apesar do preceito de “uso evangélico dos bens”, não era tão amplo assim.

E, com isso, não quero inferir necessariamente sobre qualquer má-fé em relação aos valores da empresa-religião, espero que a cadência do texto e a arguição de meus advogados em um eventual tribunal em que possa ser processado deem conta de atestar que não infiro qualquer má-fé em relação aos valores. Pode ser que tal fato se dê por simples incompetência. Ou pode ser que a argumentação que sempre ouvia seja a que, no final das contas, faça mais sentido: uma coisa é pensar um projeto isolado, outra coisa é pensar o fluxo de contratos de uma empresa-religião daquele tamanho e porte que, em épocas mais vistosas, chegou a empregar mais de 20 mil pessoas. Ops, mais de 20 mil colaboradores. Com amor ao trabalho.

Mas o fato é que, ainda que entendesse tais argumentos, não lidava bem com isso. Podia ser uma conta de cinco reais, ou de oito reais, mas não me soava bem recursos que tinham uma carga de isenção fiscal sob sua origem (quer seja pela legislação antiga da filantropia, quer seja depois, pela manutenção dessa isenção fiscal por meio do fornecimento de bolsas de estudos e convênios tipo Prouni), ou ainda mais quando se tratava da questão que explodiu em relação ao valor do aluguel da ossada-hospício que havíamos “herdado”. Herdado, *pero no mucho*, pois, como citado, um valor que ultrapassava 30 mil reais ao mês entre aluguel e condomínio para uma área com aquela era algo difícil de ser mensurado, mesmo para quem não era da “quebrada”.

Por tudo isso, ao saber que para reservar um auditório na universidade particular que fazia parte da empresa-religião teríamos de desembolsar uma parte considerável do orçamento para formação da equipe, algo não me soou bem. E, com a ciência rasa de um funcionário recém-chegado sobre maleabilidade em relação ao orçamento e ao “uso evangélico dos bens” tratei de buscar convênios mais acessíveis.

Foi aí que, ao participar das reuniões da Comissão de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba (primeiramente fui apresentar a metodologia do projeto e depois passei a compor enquanto integrante da sociedade civil, até para ampliar nossas articulações e rede – pois, como eu dizia, não se faz

um equipamento como aquele e coloca-se uma paquinha de “há vagas” na porta – e para ratificar nosso compromisso de um equipamento que compunha, pelo setor não governamental, com a Rede de Atenção Psicossocial), pude ampliar nossas articulações com alguns setores da Universidade Federal do Paraná – mais precisamente as nossas interlocuções com um dos professores do curso de Terapia Ocupacional que compunha aquele espaço.

Entre um café e outro surgiu a ideia de fazermos os tais seminários no auditório da Universidade Federal do Paraná. Seria um excelente negócio para todas as partes, certo? Para o professor em questão poderíamos realizar eventos de formação abertos também aos seus alunos e fortalecer seu trabalho em núcleos de extensão universitária. Para nós, trabalhadores do equipamento, seria crucial nosso envolvimento com uma universidade pública para fortalecermos nossas ações de rede e economizarmos com a reserva de auditório.

Além disso, a junção da marca dos nossos seminários – em que pese todos os significantes lacanianos por trás dessa denominação e a óbvia brincadeira que na empresa-religião tinha peso 2, de que “seminários eram coisa de padre” – com a marca da Universidade Federal do Paraná poderia, de fato, ratificar nosso compromisso em sermos também um polo de produção de conhecimentos.

Foi um acontecimento no qual pudemos pousar não só nosso planejamento de formações internas da equipe, mas também poderíamos pousar nosso planejamento de nos fortalecermos na rede. Eventos desse porte, gratuitos, para mais de 300 pessoas, capitalizavam muito o nome do nosso equipamento e serviam para que também pudéssemos apresentar nossa metodologia de trabalho, facilitando que o fluxo de encaminhamentos dos jovens fosse cada vez mais diversificado e específico para a nossa potência e nossos critérios de inserção (casos de média complexidade, com o histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas que justificasse demanda por tratamento em curso ou concluída, além da análise socioeconômica). Todos tínhamos a celebrar as formações e a conquista dessa rede, ainda incipiente.

Mas, com a mantenedora a conversa não fluíu com a mesma animação e entusiasmo, especialmente à medida que os seminários foram se constituindo como uma marca de nosso trabalho e tiveram sua periodicidade e ritmo marcados – eram dois por ano, um no mês de maio, quando celebrávamos a Semana da Luta

Antimanicomial, outro no final do segundo semestre, quase sempre com a efeméride do Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado em outubro.

A parceria que começou circunscrita em nossa unidade e o departamento de Terapia Ocupacional foi aos poucos ficando cada vez mais robusta. A Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, em uma época em que tivemos a “sorte histórica” de ter profissionais alinhados à Reforma Psiquiátrica, rompendo com uma lógica de terceirização e sucateamento dos CAPS no município, também se tornou parceira dos eventos.

Havia na universidade particular da empresa-religião um “núcleo comunitário” com o qual pescamos uma parceria a fim de alçar o logotipo da referida universidade ao rol de realizadores, mas isso não foi suficiente para impedir que sofrêssemos muitos ataques, especialmente velados (ou que eram blindados pelo nosso assessor de referência) por conta de não realizarmos “e não capitalizarmos a imagem e o nome” da universidade particular.

Com o passar do tempo, e com o grande êxito de tais formações abertas, ocorreu à empresa-religião aquilo que, jocosamente, chamávamos de “paradigma Zagalo”: Zagalo, quando técnico da Seleção Brasileira na Copa da França em 1998, soltou em uma das suas entrevistas um sonoro “vocês vão ter que me engolir”. Conscientemente não era isso que bradávamos, mas talvez inconscientemente celebramos os nossos múltiplos êxitos com essa formação com uma postura do tipo. Lembro que a senhora magrela loira dos óculos de arame era uma das que mais aparentava ainda mais indigestão à época.

4.4.4 Seminários Parte 2 – Contos de Edições Memoráveis e Inflexões sobre Nossa Inserção Institucional na Cultura Local

Nós fizemos ao todo sete edições dos referidos seminários. Todas elas foram momentos jubilosos para todos nós, que o tomávamos como verdadeira celebração. Ao menos eu, certamente, encarava-os dessa forma.

Isso se deu por diversas razões: a primeira delas é por de fato termos conseguido, desde a primeira edição, estabelecer uma rede paralela aos fluxos de praxe da empresa-religião, e com isso nos esquivarmos não só da questão dos custos com a tal transferência interna de recursos como também nos esquivarmos

de alguns “*modus operandi*” da empresa-religião, como o de começar eventos com momentos de “espiritualidade”, ou o que quer que o valha.

A segunda razão dizia respeito à ampliação da ressonância do serviço e fortalecimento de parcerias institucionais importantes: à época, a própria Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, a Universidade Federal do Paraná, a Associação dos Portadores de Distúrbios de Ordem Mental (nome terrível para uma associação que, bem dizer, só existia no papel), o tal Núcleo de Práticas Comunitárias da referida universidade particular que nos dava a chancela de poder dizer que, de certa forma, “estávamos considerando a universidade particular”, entre outros parceiros.

Com o passar do tempo chegamos a realizar eventos maiores, que duraram mais de um dia e tiveram alcance estadual. E os seminários compunham como um dos eventos entre tantos. Foi assim que elaboramos os Encontros Paranaenses de Saúde Mental Infantojuvenil, em parceria à época também com a Secretaria Estadual de Saúde. Nesta altura, Conselhos de Classe como o CRP-PR, o CRESS-PR e o COREN-PR também eram apoiadores dos eventos. Chegamos a atingir uma marca de mais de 800 pessoas inscritas em três dias de eventos.

A terceira razão do nosso júbilo dizia respeito ao quilate dos palestrantes que convidávamos. Havia um eixo importante, quase uma “curadoria” por trás desses convites. Eram pessoas ligadas fortemente à ética do cuidado da Redução de Danos, tinham experiência profissional ou acadêmica em trabalhos e projetos de renome ou notável ativismo pelo antiproibicionismo. E, ao fazer isso, com o perdão da expressão chula, “mijávamos no poste da empresa-religião”, marcando um território até então inexistente e que, certamente, deve ter deixado algumas contradições no ar em relação a tal missão institucional.

Dessa forma pudemos trazer nomes como: Vilmar Ezequiel dos Santos, Bruno Ramos Gomes, Marcelo Melissoupoulos, Lucas de Souza, Henrique Carneiro, Daniel Lomonaco, Deivisson Viana, Cássia Baldini Soares, Rubens Camargo de Ferreira Adorno, Taniele Rui, Roberta Marcondes Costa, Julio Delmanto, entre outros.

Alguns desses convidados deram uma passada para almoços descontraídos em um restaurante vegetariano que era um tanto quanto caro, mas que para ocasiões como esta cabia bem para os nossos propósitos. Outros convidados

tiveram o convite estendido e aceito para a tradicional cerveja pós-evento. Em algumas destas ocasiões, boa parte da equipe estava presente e podíamos estreitar nossos debates e, mais importante, nossos laços de amizade e afeto.

Todos os convidados também conheceram as instalações do equipamento, alguns deles com um tempo, inclusive, para uma conversa com mais calma com os trabalhadores, nas quais podíamos dilatar o debate e, sobretudo, mostrar e dar visibilidade à nossa metodologia de atuação, o que era algo de ordem “clínica”, por assim dizer, considerando nossa demanda em ter interlocutores que podiam alcançar as camadas teóricas e progressistas da forma como aparelhávamos o serviço.

Eram dias, semanas, etapas que antecedia e sucediam os eventos de muito trabalho e desgaste. Quase sempre iniciávamos com uma série de rodas de conversa e reuniões com os apoiadores, nas quais discutíamos nomes e formatos dos eventos. Tentávamos fazer isso da forma mais transversal possível, estendendo o convite aos assessores da empresa-religião, para que, inclusive, pudessem opinar sobre o formato e entender a importância para a equipe dos nomes que elencávamos.

Também tínhamos um apoio e um aparato do departamento de marketing da empresa-religião que era um grande diferencial. Tínhamos consciência de que algumas das nossas trilhas e ações eram de ordem imaterial, quase que semiótica, por isso tivemos a sorte de ter encontrado profissionais com grande competência e leitura crítica no tal departamento de marketing que se dedicavam bastante às nossas encomendas de peças, banners, identidade visual dos eventos e tudo mais que competia a uma organização desse mote.

A própria estrutura do website do equipamento foi pensada para acolher esses eventos. Em uma época em que os formulários tipo “*google docs*” ainda não eram populares, havíamos encomendado um sistema que permitia não só a inscrição das pessoas via website do equipamento como permitia a emissão dos certificados de participação via e-mail por esse caminho. Isso foi muito assertivo, pois permitia um número maior de acessos ao website do equipamento, e com isso a ampliação da visibilidade das nossas postagens com os adolescentes que atendíamos no blog (também instalado nesse mesmo caminho), ou mesmo detalhes e imagens sobre nossa metodologia e forma de atendimento. Talvez por conta disso,

no ano de 2015 o website do equipamento foi o segundo com maior número de acessos em toda a empresa-religião. Por isto éramos aquilo que o departamento de marketing chamava de “case” ou caso de sucesso.

Gostava de pensar que, com eventos como aquele, estávamos de fato possibilitando uma abrangência e uma abertura para a discussão de Redução de Danos, especialmente ao se considerar a sutileza deste manejo com adolescentes, e que estávamos trazendo uma amplitude ao debate sobre a Guerra às Drogas que era raro ou mesmo inédito nas cercanias de Curitiba e Região Metropolitana.

Tenho convicção que, considerando os tais públicos subdivididos entre primeiro (adolescentes), segundo (familiares) e terceiro (instituições), conseguíamos abrangência e capilaridade realizando eventos cujo acesso era gratuito e aberto, com uma economia absurda – quase sempre, além das horas de trabalho nossas, o que gastávamos era com o pro labore dos palestrantes, passagens aéreas e hospedagens, além do custo com deslocamento e refeição em Curitiba.

Os demais itens (auditório, mesmo o trabalho da equipe de marketing, monitoria durante o evento, etc.) eram conseguidos por convênios e parcerias, o que tornava a ação muito econômica do ponto de vista do retorno que tínhamos em “projeção de marketing”. Dito de outra forma, o que eram dois mil reais gastos para eventos que nos davam a visibilidade e a abrangência como aquelas, frente aos 300 mil reais que a empresa-religião gastava para uma campanha interna com seus “colaboradores” para divulgar os “novos valores institucionais”?

A participação dos adolescentes em eventos como este era sempre um ponto de discussão constante em nossas reuniões. Não raro ouvíamos algo como “vocês precisam trazer os adolescentes para participar mais desses eventos”. E tínhamos sempre uma questão delicada com esse debate.

Primeiro porque é obvio que a participação deles em mesas ou mesmo assistindo aos debates era uma estratégia de “inserção social” como a que defendíamos e promovíamos em nossos planos singulares de atendimento. Mas, por outro lado, havia algumas questões: os adolescentes não tinham desejo de (ou não eram estimulados para) participar de uma forma ativa das palestras e mesa; achavam aquelas discussões chatas e enfadonhas, inclusive.

Depois porque o fato de levar os adolescentes para “reforço de monitoria” caía muito na discussão sobre os trabalhos “voluntários”. Obviamente, até por conta

do posicionamento ético-político de nosso trabalho, opúnhamo-nos com veemência ao encarceramento de jovens em Comunidades Terapêuticas e equivalentes, que os destituíam de seu convívio familiar e comunitário em nome de práticas de promoção de abstinência nem sempre frutíferas que traziam consigo uma camada de “reprogramação mental” que podia ser tão ou mais danosa do que o uso de drogas em si, quiçá em relação até mesmo mais danosa que a própria inserção do jovem no tráfico de drogas.

E, como sabido, parte dessas instituições valem-se de “trabalhos voluntários” ou “participativos”, por assim dizer, que, não raro, exploram a mão de obra gratuita de seus internos. Isso é mais comum com adultos, mas não é raro acontecer no caso dos adolescentes inseridos nesse tipo de serviço, desde serviços internos como arrumação, limpeza e preparação dos alimentos, até mesmo na forma como podem ser “explorados” como garotos-propaganda da instituição ou “casos exitosos” em que, tal qual na formatura de pré-escola de crianças, podia se ouvir algo como “nossa, que 'belezinha' esse piá, ou essa moça, que trabalho bonito que eles fazem recuperando esse jovem das drogas”.

Esquivávamo-nos conscientemente desses lugares. Recusávamos pedidos de entrevistas dos “casos de sucesso” para estampar as revistas internas da empresa-religião, porque tínhamos a afinação ética de que não estávamos “recuperando” ou “tirando o jovem do mundo das drogas”. Não havia mundo das drogas. Há o mundo, e há a forma como as drogas estão inseridas no mundo em tempos de Guerra às Drogas – com seus consecutivos mercados, aliciamento de adolescentes para trabalhar no PCC, processos de gentrificação e extermínio da população negra e periférica e demais questões envolvidas.

Essa afinação ética fazia com que tratássemos sempre com muito cuidado qualquer linha discursiva que apontava para direções análogas a esta. Nem nós, nem Jesus Cristo ou sua mãe, ou quem quer que o valha têm força para, dentro desse arranjo político e complexo, resgatar um sujeito, pois a questão não é a alforria de um em detrimento da prisão de muitos, a questão há de ser o coletivo – tanto na perspectiva da saúde coletiva quanto na perspectiva do acesso ao sistema de garantia de direitos. E isso precisava ser discutido no comum. Por isso não havia tanto o que celebrar quando um caso ficava muito bem.

Quero dizer, celebrar, celebrávamos. Mas evitávamos essa publicização, mesmo sabendo que, caso houvesse essa divulgação, esse jovem-capade-revista-de-ONG, poderíamos ainda mais fortalecer nosso projeto e nossas alianças políticas, inclusive internas. Acho que era a tal senhora magrela de cara indigesta e óculos de metal que vivia nos dizendo isso quando falava da importância dos indicadores: que precisávamos mostrar um caso de sucesso para que o trabalho pudesse ter visibilidade aos religiosos que patrocinavam o projeto.

Ao que, quase sempre, respondíamos – não exatamente com essas palavras, mas com um discurso mais polido: “se eles quiserem ver o que fazemos aqui, eles que pisem aqui e venham tomar um café conosco”. Era impressionante, estávamos separados por meia dúzia de quarteirões do quartel general da empresa-religião, tínhamos ações reconhecidas por outros meios e outros campos discursivos, e ainda precisávamos de jovens na capa da revista da firma para serem reconhecidos...

Deve ter sido em uma dessas conversas que eu disse algo do tipo “se querem entrevistar alguém, entreviste a gente que está trabalhando aqui” e a pessoa do marketing levou a provocação tão a sério que, meses depois, tive que “pagar o mico” de estampar a revista da firma (não a capa, claro), mas uma reportagem tipo “perfil” ou “conte-nos sua história”. Ossos do ofício, diria – embora, narcísica ou infantilmente, até tenha mostrado a revista quando publicada aos meus pais.

As ações que fazíamos para dar visibilidade aos adolescentes e ao nosso trabalho eram, portanto, indiretas. Gostava de pensar que promovíamos “marcas na cultura” e que isso se assemelhava a *“boomerangs”* ou pombos-correios que eram lançados ao vento. Não sabíamos necessariamente se retornariam, como retornariam e se trariam o resultado esperado. Mas sabíamos que difundíamos muita produção estética nesse caldo cultural, e muitas histórias e narrativas também, tais como mensagens em garrafas ou postagens em blog.

Uma das ações que levamos em nossa primeira edição dos seminários foi sensacional. Idealizada pelo Sr. R., com seu refinado senso estético em meio ao aparente estado tosco de suas produções, surgiu a ideia de criarmos uma espécie de mosaico com peças criadas pelos jovens atendidos pelo equipamento.

Conversávamos sobre isso com relação à distribuição de materiais de praxe para eventos como aquele, como pastilhas e papel para anotação durante a fala. O departamento de marketing havia nos proposto que gastássemos tanto com a

impressão de pastas personalizadas para o evento. Nós tínhamos adesivos com a logomarca do equipamento e tínhamos acesso a uma série de papéis tipo couchê que havia sobrado de alguma encomenda do então hospício e que estavam em um dos depósitos no pavilhão ao lado. E tínhamos muitas latas de tinta “*spray*” e uma afinação estética com a linguagem do *grafitti* muito característica.

Logo, nas semanas que antecederam o evento, a proposta da oficina de *grafitti* foi cobrir aqueles papéis couchê com tintas, formas e artes por parte dos jovens, que o faziam agachados no piso de mosaico da nossa sala multiuso, ou que faziam isso com esses papéis colados na parede do que era o antigo refeitório do hospício. O piso e as paredes estavam forrados com um papel kraft, mas a cobertura não era boa o suficiente para evitar que camadas de tinta atravessassem aquela proteção e os rastros e restos daquela produção reluziram por muito tempo naquele espaço.

Com as placas de papel couchê pintadas, coube-nos o trabalho de, com estilete, cortá-las dando formato às pastas caseiras que fizemos, com aquela estética de *grafitti* na capa. Colamos o adesivo do equipamento em algum canto das pastas – os adolescentes participaram de todas as etapas, e faziam cada um a sua forma. Havia pastas com adesivos em cima, embaixo, no canto. Havia pastas com muita tinta, pouca tinta, com o nome ou “tag” ou fragmento do nome ou “tag” do jovem em questão.

E, durante a preparação do evento, todas as poltronas do auditório estavam preparadas com uma dessas pastas antes mesmo de as pessoas chegarem. Em determinado momento pedimos aos participantes que, sentados, levantassem suas pastas, abrindo-as, tal qual se faz em um mosaico em estádios de futebol. E, de lá da mesa, tiramos uma foto daquela produção: aleatória, quase dadaísta, mas muito significativa para todos nós.

Durante muito tempo aquela fotografia estampou a capa da parte do site do equipamento que se destinava ao que chamávamos de “produção de conhecimento”, onde colocávamos os textos que líamos (e devíamos atropelar um tanto da legislação de proteção intelectual com isso), onde divulgávamos os tais Espaços Transversais de Estudo que pelejávamos em fazer de forma aberta (sempre estendendo o convite aos patrões religiosos para, também, debater os

entendimentos de Redução de Danos conosco) e onde divulgávamos os seminários, com respectivos formulários para inscrição.

Quanto ao refinamento das ações de inserção, reinserção e deserção, considerávamos muito a apropriação de campos e camadas de território por meio da arte como uma ação muito relevante de inserção social. Afinal, com produções como aquela, ainda que tida por alguns como “simples” ou como “aquém da marca cultural que seria publicar um caso de sucesso na revista”, tínhamos os tais *boomerangs* ou pombos-correios que eram lançados não só para dizer sobre o trabalho do equipamento: quando apropriados pelos jovens, eram “mensagens na garrafa”, “pistas e rastros” de suas trajetórias e de suas formas de se expressar naquele mundo, por aqueles muros, por aquele tipo de estética.

4.4.5 Interlúdio: questionamentos sobre a metodologia

Afinal, o que é reinserção social?

Eis uma questão com a qual nos deparamos da gênese do planejamento das ações para começarmos a contratar pessoas para compor o equipamento conosco, até o final de minhas atividades profissionais naquela empresa-religião, quando tive que, junto com poucos colegas, redigir um verdadeiro dossiê com mais de 200 páginas mencionando nossas ações e praticamente “desenhando” ou “redesenhando” a metodologia de trabalho para tentar responder em que medida o que fazíamos poderia ser considerado como ações de reinserção social.

Hoje, visitando estes textos em meu baú pessoal, especialmente me deparando com os momentos de certa angústia que culminaram naquela escrita – que à época costumava dizer que poderia ter se resumido a 20 páginas se os padrões religiosos atravessassem o bairro para ver in loco o que fazíamos – sinto-me até tentado a usar parte do seu texto e especialmente parte dos dados apresentados ali para tentar, também aqui, responder à questão levantada.

Afinal, nesse dossiê – que chamávamos de relatório de indicadores – há uma série de tabelas e dados quantitativos tratados, inclusive, por um estatístico *freelancer*, contratado após uma das recusas da gerência em relação ao tom do meu texto para que os dados pudessem ficar mais visíveis.

Mas, penso que tal estilo de escrita e os próprios preceitos éticos em questão não me autorizariam a transpor parte deste texto aqui nesta tese, mesmo porque entendo tratar-se de dados que são, de certa forma, produtos da instituição. Ainda que eu os tenha escritos, fui pago para isso. E, em algum momento de minha contratação, devo ter assinado qualquer coisa sobre sigilo dos documentos.

Essa nota introdutória aqui posta serve, portanto, para retomar minha sempre necessária defesa do método da cartografia. Aqui, reitero, a escrita verte somente das minhas recordações, do afeto, dos meus pensamentos e opiniões sobre o trabalho desenvolvido, junto com o aprendiz, as amizades, as marcas que carrego comigo. Meu corpo equipara-se à mochila do viajante. Fiz aquela *trip* e, de certa forma, acho que dei conta daquilo que me coube, e agora trago fagulhas, vestígios, *souvenirs*, analisadores que, em uma última análise, procuraram responder à pergunta: o que é de fato a reinserção social?

Ou, como dizíamos, como representar um trabalho árduo com alguns dos jovens que pode ter se estendido por meses e até anos para que, no final das contas, conseguíssemos junto com o adolescente e sua família a sua retomada dos estudos em uma escola estadual que, não raro, durava semanas? Ou ainda os casos (que não foram poucos) de adolescentes inseridos em programas como o Jovem Aprendiz dentro da própria empresa-religião, e que permaneceram ali vinculados por muitos meses, até perceberem que aquela escolha de vida, aqueles lugares instituídos ou mesmo o momento de sua trajetória “no rolê” não combinavam nada com tudo aquilo?

Para esses casos em que a “inserção efetiva” não havia vingado, teríamos tido êxito ou fracasso? Como traduzir a singularidade de cada biografia em questão para indicadores como os que pretendiam responder às perguntas do tipo: “ah, bonito, mas isso que vocês fazem funciona mesmo? Conseguem tirar o jovem da droga?”

Porque, no final das contas, enquanto a mudança cultural em relação a estas expectativas não fossem sanadas – ou, pelo menos, enquanto o debate mais refinado sobre a complexidade das questões que transcendiam o mero uso de substâncias psicoativas e vertiam na própria configuração urbana não fosse tratado com a seriedade necessária – tudo o que fazíamos ou fizéssemos pareceria estéril face à demanda.

4.4.6 Jessy* e os Indicadores de Inserções Efetivas

Ilustro ainda tais questões com alguns exemplos que me vem à memória, como o caso de Jessy*, que era uma adolescente de uns 16 anos que nos veio encaminhada por conta do uso abusivo de substâncias, especialmente cocaína, culminando em um desejo de morrer ou algo assim catalogado. Acho que ela nos chegou trazida pelos colegas do Centro de Atenção Psicossocial da região onde morava que, cientes da nossa proposta, pensaram em utilizar nossas contribuições para traçarmos juntos um Plano Singular (terapêutico para o CAPS, de atendimento para nós) partilhado com a jovem.

Aconteceu que à medida que fomos nos vinculando a ela – e ela a nós, evidentemente – em suas ações ainda catalogadas sob o tal momento T1, fomos percebendo que a sua questão com as drogas, especialmente a cocaína, era secundária ou terciária nesse processo todo. Sua maior questão era com relação a sua orientação sexual: gostava de ficar com garotas e, por conta de um desentendimento afetivo, teria querido “enfiar o pé na jaca” ou algo que o valha em uma ocasião. E sua mãe, em especial, parecia ter dificuldades em lidar com seus relacionamentos.

À medida que os atendimentos se seguiram, Jessy mostrou-se deveras madura, com uma envergadura moral e ética que era exemplar não só aos jovens que frequentavam o espaço, mas que também inspirava os demais colegas trabalhadores. Ela era lúcida, extrovertida quando lhe cabia, respeitosa no trato com todos e parecia extremamente esclarecida quanto ao momento que estava atravessando. Então, o que exatamente estava errado com ela? Ou, dito de outra forma, como alcançar um Plano Singular de Atendimento que desse conta de promover aquilo que tratávamos como inserções efetivas?

Pudemos amadurecer tais debates a partir do atendimento aos familiares – no caso, o atendimento à sua mãe. E sua mãe era uma mulher bem jovem, professora da rede de ensino, mas que parecia ter alguma questão com os ritmos de seu corpo. Não me lembro se tinha um diagnóstico de Transtorno Afetivo Bipolar ou algo que se equivaleria. O fato é que quando aparecia nos atendimentos a familiares, não raro, mobilizava colegas da equipe. E falava, falava, falava, quase sem dar brechas para escuta ou alguma pontuação entre os que estavam ao seu redor.

Não se tratava do clichê “encaminhe a mãe para a psicoterapia”, apenas, porque parecia ser um caso que já estava em acompanhamento dessa ordem, a julgar pelas articulações que à época fazíamos com o CAPS que acompanhava Jessy. Mas, no que nos cabia, seria o caso de abrir os espaços para que sua mãe pudesse ser acolhida.

E esses momentos de atendimento ao público segundo (que também chamávamos de “Espaço Família”) foram fundamentais. Organizávamos mensalmente um encontro com os familiares, nos quais, não raro, fazíamos um almoço coletivo. Normalmente eram ações que aconteciam aos sábados, a equipe se revezava e, nas primeiras ocasiões, planejávamos um almoço coletivo. Quando os recursos ainda eram robustos, fazíamos inclusive locação de camas elásticas para as crianças pequenas terem um entretenimento a mais.

Eram dias que pareciam “acontecimentos” para todos nós: os adolescentes, quando apareciam nestas datas, ficavam radiantes. Dos familiares tínhamos retornos produtivos pelo teor dos encontros e pelo clima que tentávamos estabelecer nessas vivências. Nós, inclusive, tínhamos o cuidado de separar o momento do atendimento ao familiar da convivência que se dava no espaço família, mensurando que no primeiro “*setting*” deixávamos aparecer muitos conteúdos do adolescente em questão, ao passo que no segundo “*setting*” o nosso foco era não com a mãe do Adriano* ou da Jessy, mas com a mulher Tâmara*, 36 anos, com suas angústias, frustrações e potências.

E tal acolhimento pôde ainda ser mais efetivo quando, por iniciativa das garotas que trabalhavam no equipamento, puderam ser promovidas rodas de mulheres. Nestes espaços eram tratadas questões do feminino, da sexualidade, da alimentação, do passado e do presente de suas relações e afetividades. Em um desses encontros foi possível, inclusive, instaurar uma oficina de óleos aromáticos e afrodisíacos (lembro que foi uma “novela” para conseguirmos comprar o tal óleo de coco que era a base de boa parte dos produtos, pois a loja que o vendia não tinha o tipo de nota fiscal necessária).

E, segundo as colegas da equipe comentaram, nesse dia em especial Tâmara* pôde se abrir perante as demais colegas sobre o quanto era difícil lidar com a orientação sexual de sua própria filha porque isso, de certa forma, fazia alusão às suas próprias escolhas afetivas ao longo de sua vida até aquele momento.

Parece algo trivial, de certa obviedade e, sobretudo da forma como emergiu, parece que o “*setting*” criado não teria nada de diferente em relação ao “*setting*” que, eventualmente, uma conversa em um salão de beleza pudesse ter proporcionado. Mas era esse o ponto. Focarmo-nos na reinserção social – ao invés de “encastelarmos” com as sutilezas da clínica que compõem o eixo do tratamento, mas sem desconsiderar que o que fazíamos era também uma clínica – permitia criar espaços que pudessem ser potentes, fosse para “jogar conversas fora”, fosse para “acessar conteúdos internos importante”, fosse para ambos os casos.

Essa era a potência das ações de reinserção social social que defendíamos tanto: a arte de produzir encontros, parafraseando o mote de um centro de convivência. Algo que não se resumisse àquele espaço ou “*setting*” ali proposto, mas que fizesse eco para desdobramento e conquista de outros territórios.

Da mesma forma que Tâmara pôde dar um certo salto na relação com a filha, Jessy* pôde, a partir do processo que vivenciara, ocupar outros espaços. À época estava em um relacionamento estável e falava conosco da alegria que sentiu ao poder dormir com a namorada na sua própria casa, sobre o quanto isso significava para ela.

Jessy também era uma das poucas pessoas que atendíamos que cursava o ensino médio à época. E, por isso, reunia as condições básicas para que fosse inserida no programa Jovem Aprendiz. Trabalhamos por um bom tempo com a sensibilização para que participasse da entrevista e do processo seletivo e, quando Jessy conseguiu o emprego, todos nós ficamos muito felizes. Jessy era uma garota que poderia, tranquilamente, ser capa da revista da ONG ou, tal qual as lanchonetes fazem com seus funcionários, ser nossa “destaque do mês” (ou do trimestre, ou do ano).

E Jessy se deu muito bem em seu trabalho. Lembro que os problemas relatados nas reuniões entre a nossa equipe e a que cuidava do Jovem Aprendiz naquela unidade – porque naquela época Jessy era o que chamávamos de T3, ou seja, o foco de seu Plano Singular era a manutenção de sua inserção conquistada, então boa parte do tempo era vertido para as reuniões entre equipes e demais ações de fortalecimento de inserção – dizia respeito ao fato de outras garotas do colégio onde fora trabalhar estarem apaixonadas por ela.

Em determinado momento de sua trajetória, quando demos por concluídas nossas ações em seu Plano Terapêutico Singular, Jessy pôde retornar ao cotidiano do equipamento como facilitadora de uma oficina ou roda de conversa que debatia gênero e sexualidade. Tratava-se de uma ação que faria enquanto jovem aprendiz, e sua escolha foi que o equipamento por onde havia passado pudesse sediar tal roda de conversa que, à época, foi realizada tanto com os jovens aprendizes que eram colegas de trabalho quanto com os demais jovens que estavam em atendimento no equipamento.

Ou seja, momentos como aquele significavam muito em nossa trajetória e em nossas ações. Era não só um retorno sobre uma “reinserção social” efetiva, como dizia respeito também a um tipo de “educação para autonomia” e ações em conjunto com diferentes públicos (adolescente, família, instituições) que eram muito exitosos.

E foi assim por um bom tempo. Até que Jessy teria tido um novo desencontro amoroso, que culminou novamente em um uso abusivo de cocaína, causando-lhe um afastamento de seu trabalho e discussões de caso acaloradas entre nossa equipe e a equipe que acompanhava seu trabalho como jovem aprendiz. Nossa contribuição era debater em que medida Jessy havia recaído de fato, em que medida tal denominação dava a entender que Jessy tivesse uma doença incurável, ou em que medida a questão que lhe ocorrera era de ordem existencial, ainda mais em uma época como aquela.

De fato, a pergunta era: em que medida aquela era ainda uma inserção efetiva?

Passada tal crise, a escolha de Jessy foi de sair daquele trabalho e renunciar ao seu posto de “jovem aprendiz promissora”. Ainda continuamos a ter notícias suas por um bom tempo – e ela sempre se manteve como uma pessoa esguia, madura, extrovertida e lúcida, a ponto de, inclusive, deixar-se levar pelas intempéries do amor. Pensando bem, todos admiravam Jessy e pudemos mais aprender do que lhe ensinar qualquer coisa. Ela nos mostrou territórios e camadas sobre nosso trabalho que, até então, desconhecíamos.

4.4.7 Tamires e a Pior Deserção Possível

Foi bem diferente de Tamires*.

Tamires, quando chegou aos atendimentos, era uma pessoa tão introvertida que passava um quê de fragilidade que beirava a dependência. Não dependência química, mas dependência afetiva. Não raro, os colegas da equipe relatavam suas vinculações como “grudentas”. Frequentemente ela dava os braços em aliança com algum dos colegas da equipe (geralmente as meninas) e ficava assim, acompanhando a pessoa em seus demais afazeres.

Era algo que começava com carinho e afeto, depois parecia verter para um outro tipo de relação, a ponto dos colegas da equipe terem que, com certa frequência, pedir licença a Tamires para fazer suas ações cotidianas, como escrever um prontuário ou realizar outro atendimento.

A época que Tamires esteve conosco foi o período em que os atendimentos começaram a ganhar corpo. Os grupos estavam ficando mais robustos e a equipe ia tendo maior clareza de seu papel, da metodologia do trabalho com a reinserção social e da importância de ações que, anos depois, ficavam evidente em nosso “*modus operandi*”.

Por esta época era comum a equipe realizar os atendimentos aos familiares por meio de visitas técnicas – ou as famigeradas VDs, visitas domiciliares. Como comentei em outro momento do texto, em uma época da constituição do nosso serviço uma das colegas que trabalhava conosco como assistente social parecia ter uma compreensão um tanto quanto dissonante das ações a que nos propúnhamos não só em termos de metodologia como de afinação ética.

À medida que a equipe foi podendo tomar outra configuração – e no caso da assistente social, quando a nossa colega C. pôde compor a equipe demos um salto (inclusive quantitativo) com a criação do Espaço Família e dessa forma mais “visceral” e ao mesmo tempo “trivial” de nos encontrarmos.

Mas à época de Tamires não só ainda fazíamos muitas visitas domiciliares como o único transporte que a equipe dispunha para fazer tais ações era o táxi. A empresa-religião tinha um convênio com uma companhia de táxi e tínhamos *vouchers* em papel que funcionavam como “cheques em branco”, cujo preenchimento era facultado ao trabalhador.

Com o passar do tempo – e acho que a própria aquisição das nossas bicicletas contribuiu para isso – fomos elaborando melhor não só o formato dos encontros como essa própria questão do usufruto desse meio de transporte por algumas famílias. Houve um momento em que a própria equipe, debatendo tal assunto, optou por privilegiar o transporte coletivo para chegar a determinadas regiões, sempre que necessário.

O debate era válido: como poderíamos estabelecer um vínculo fomentando a participação popular, a apropriação de espaços e serviços públicos, se fazíamos quase todos os atendimentos por meio de visitas domiciliares em corridas de táxi em que, não raro, gastávamos (do dinheiro da empresa) entre ida e volta aquilo que a família gastava no supermercado em uma semana?

Quando Tamires estava conosco, esse debate ainda era cru. Mas, mesmo assim, conseguimos acessar algumas questões importantes de sua dinâmica familiar. Tamires era filha adotiva de uma senhora já idosa, cujos outros filhos tinham idade bem avançada. Essa senhora, inclusive, desconfiava das condições intelectuais da filha, e aos poucos pudemos ampliar essa investigação sobre alguma “questão de base” junto com o CAPS e demais locais de saúde por onde Tamires havia passado por tratamento medicamentoso, em diferentes momentos da adolescência e mesmo da infância.

Sua questão com as drogas parecia, até certo ponto, bem difusa. Não nos parecia haver nada elaborado como uma escolha ou uma frequência de uso com relação à substância A ou B, mas em seu encaminhamento havia menções ao uso de *cannabis*, se não me falta a memória, e o relato era de um uso importante pois produziria impactos mais dilatados em sua subjetividade por conta dessas supostas questões de base ou cognitivas – que, para nós, estava sob análise com os colegas das outras equipes dos serviços onde Tamires era atendida.

Uma das ações de que ela participou conosco e que teve um impacto significativo foi no mural da pintura “Gigantes”, idealizada pelo Sr. R. Tratou-se, como mencionei em outro momento, de uma intervenção até certo ponto rudimentar na parede do antigo refeitório da ossada-hospício, que surgiu como um desdobramento das ações de autoimagem que os adolescentes faziam ao grafitar “sua foto 3x4 sombreada” em um dos muros da instituição – imagem que, anos depois, iria se tornar, literalmente, nosso cartão-postal.

Nesta etapa, “Gigantes”, a imagem do adolescente era fotografada de corpo inteiro, com um gesto ou movimento. Em seguida era aplicado o tal filtro que deixava a imagem sombreada, marcando só a silhueta do jovem em movimento. E, com o uso de um projetor Epson (que herdamos de alguma das unidades que havia fechado) tal imagem era projetada na parede do antigo refeitório a certa distância – como o refeitório tinha um pé direito alto, tal silhueta era projetada como a de um adolescente gigante.

E, naquela parede, foram projetadas cinco ou seis dessas imagens. Os casos aqui citados de Rita* e, penso eu, até o caso do Ricardo* puderam vicejar naquele espaço. Ocorreu da mesma forma com Tamires, que, ao invés de se pôr em um movimento – um pulo, um gesto típico dos “*rappers*” com o dedo indicador curvado, ou algo de praxe – escolheu ser fotografada segurando um guarda-chuva.

Com a sombra projetada na parede, o trabalho do educador com os adolescentes era o de cobrir tal projeção com tinta guache preta. Simples assim. Dessa forma, a sombra, o vulto, a silhueta, o semblante ou algo mais do jovem era “eternizado” na parede e no cotidiano da instituição. Ficou um trabalho muito interessante.

Acho que uma semana depois da efetivação dessa instalação eu fui convidado para participar de uma mesa em Guarapuava, promovida por uma instituição de ensino superior particular, que debateria a questão de Redução de Danos e Políticas sobre Drogas. Creio que tal convite chegou a mim por conta de uma articulação que havia feito, à época, com o responsável pela diretoria de Políticas sobre Drogas no Estado. Fato é que fui feliz e animado, mesmo porque a viagem em questão teria não só a dispensa de horas autorizada pela empresa-religião como poderia me possibilitar espaço em uma instituição de ensino. E, como mencionado em outro momento, sempre flertei com a possibilidade de conseguir um trabalho como professor.

Não bastassem essas questões, estava ainda mais animado porque a política de viagens que havia à época implicava “emprestar” um dos carros que a empresa-religião tinha disponível. Era ainda o tempo da União Soviética, então, da mesma forma que a empresa-religião tinha rádio, serviço de lavanderia, departamento de marketing, central de segurança e demais “braços” sobre sua administração, tinha também uma espécie de “locadora de veículos”.

Eu fui àquela viagem dirigindo um carro tipo sedan marca Renault com motor 2.0, com uma grande logo da empresa-religião decalcada na porta dianteira, ar condicionado e um aparelho de som interessante instalado, com bons autofalantes. Era um carro que, como qualquer veículo de locadora, tinha o tanque cheio e o interior limpo e perfumado, como os carros que saem do lava-rápido.

Em outro momento de minhas narrativas piegas comentei sobre meu passado com automotores ser relativamente recente, por conta da carta de motorista tardia, e de minhas experiências com o Fiat Palio (1.0) ou o Fusca 1974. Portanto, operar uma máquina como aquela era, em meu devir-adolescente, uma “trip” importante.

E a palestra tinha sido igualmente interessante naquela cidade. Lembro que o tal diretor de política sobre drogas me convidou para, juntos com um médico psiquiatra português que à época era um “bam bam bam” da política estadual “antidrogas”, irmos almoçar em uma churrascaria. Eu, que à época ainda não era vegano, mas já somava quase uma década sem comer carne alguma, aceitei o convite e fiquei, no meio de toda aquela gordura que pairava no ar, nas mesas e nos talheres, comendo salada com queijo e tomando guaraná Antarctica por conta da firma.

Foi logo depois que me despedi dos meus amigos do Departamento de Políticas sobre Drogas que peguei a estrada para voltar à Curitiba e o celular corporativo da firma tocou. O celular corporativo, por si só, daria outro capítulo à parte: tratava-se de um telefone marca Microsoft ou Windows (tinha isso à época), foi “meu” primeiro *smartphone* e me dava conexão o tempo inteiro com os e-mails da firma, em uma época ainda pré-WhatsApp. Gostava de chamá-lo de tornozeleira eletrônica.

Quem me telefonava era nosso coordenador pedagógico. Era para me dar a notícia de falecimento de Tamires.

Fiquei estarelecido, enquanto eu era o acostamento e o mundo os caminhões e carros apressados que passavam por mim. Lembro que demorou um tanto para me recuperar e voltar a dirigir. Estava em um trecho da estrada, ainda tentando entender o que o colega disse, as palavras que usou. Tudo que ecoava era “ela foi assassinada”, “encontraram seu corpo numa cava”.

Dois jovens pediam carona com uma placa. Passei por eles. Eu me senti velho, dirigindo um sedã, carregando a morte de jovens sobre meus ombros,

chorando lágrimas que nem sei se eram minhas. Achei um retorno. Voltei. Fiz um “cabrito” assim que passei por eles novamente. E parei para dar carona: “Vocês estão indo aonde?” “Irati.” “Não conheço, mas estou indo para Curitiba.” “É caminho.” “Bora!”

Não lembro o que eu conversei com o casal. Mas parecia tão alterado que a moça parecia exalar medo pelos seus poros. Podia ver isso pelo retrovisor. Com o rapaz conversava qualquer coisa sobre engenharia agrônoma, sobre vacas quando ficam deitadas e se isso era ou não indício de chuva. Foi o jeito que encontrei para aquela travessia enquanto não chegava a Curitiba para entender o que de fato houve.

Demorou um bom tempo, aliás, para compormos a história. As informações vieram fragmentadas. Até hoje é um caso sobre o qual pairam muitas dúvidas. Mas, resumindo o que soubemos: Tamires – que também tinha passado por unidades de acolhimento em outros momentos – teria se desentendido com alguma garota que a teria denunciado para os traficantes do PCC de seu bairro como delatora da situação A ou B. E a sentença proferida teria sido a sua execução. Outra hipótese falava em retaliação por parte da Polícia Militar.

Na região que margeia o Rio Iguaçu em Curitiba e Região Metropolitana é comum a existência daquilo que os locais chamam de “cavas”, que são como lagoas onde acidentes e afogamentos são comuns no verão. O corpo de Tamires foi encontrado em uma dessas cavas.

Semanas depois, também de táxi, visitamos sua mãe. Eu fiz questão de ir a esse encontro e transmitir nossos sentimentos. Não consegui. Só ficava travado, sentado num sofá em uma sala fria, sem entender qual era meu papel, que palavras podia usar para atenuar um momento como aquele, qual era a razão de tudo aquilo. Estávamos todos abalados. Acho que o que eu consegui foi estender a mão e dizer “meus sentimentos” e ouvi algo do tipo “que mão fria”.

Voltei pra casa pensando no sentido da vida. E de certa forma tais questões voltaram por semanas, meses e anos, especialmente quando entrávamos naquela sala e víamos sua silhueta gravada daquela forma na parede: ela, que era franzina e frágil, retratada com uma envergadura desproporcional. A única que segurava um guarda-chuva aberto. Ainda sou capaz de ver a mesma pintura entre essas letras, anos depois.

4.4.8 Fica (Mais Que) o Retrato Gigante com seu Guarda-Chuva Aberto

Em que medida o caso de Tamires foi uma deserção? Em que medida as ações de inserção social e a sociabilização entre adolescentes que promovíamos podem ter sido decisivas para que a situação se desenrolasse como se desenrolou? Em que medida a versão que sabíamos da história era apenas uma fração, uma camada, perto da complexidade e das histórias que culminaram no seu assassinato?

Ficamos pensando, debatendo esta questão por anos. A assistente social que trabalhava conosco naquela época (ainda não era a Srta. C.) foi uma das pessoas mais afetadas (Tamires passava boa parte do tempo com o braço enganchado ao dela) e, logo depois que o óbito aconteceu, não teve o recurso que só meses depois teríamos com a supervisão institucional – em que pudemos deixar o luto emergir e retornar sempre que necessário.

Com a dobra dos meses, a dor e a memória foi se materializando naquela silhueta decalcada na parede. Não raro tínhamos que fazer “*tours*” com visitas pelo interior da ossada-hospício, devidamente “customizada” por nossas ações de ambiência, e sempre que as pessoas paravam diante das pinturas sobre gigantes eu gostava de falar sobre ela e falar sobre seu fim trágico.

O questionamento sobre inserção social permaneceu por muito tempo. Um dia, conversando sobre isso com a senhora de óculos de arame e cara de indigestão, acabei deixando passar algo do tipo “não sabemos o que é uma inserção efetiva, mas sabemos que enquanto estamos com os adolescentes pode ser que eles estejam um pouco mais distantes da morte”. Não me lembro exatamente se foram essas palavras, mas esse era o sentido. Ela parece ter concordado.

Ou, dito de outra forma, o sentido era traduzir em todos os cantos que estávamos lidando com adolescentes que tiveram uma série de direitos violados a ponto de escaparem de todas as inserções possíveis: escola, família, casa, igreja, clube, trabalho, curso profissionalizante: todas as instituições os expulsavam de certa forma. Alguns adolescentes conseguiam, inclusive, serem renegados até pelo tráfico de drogas. Eram esses adolescentes que atendíamos.

Então, quando um burocrata daqueles que vestem sobretudos ridículos em dia de frio vinha com uma meta ou indicador para nosso serviço do tipo “você serão efetivos quando 100% dos jovens que atenderem estiverem matriculados na escola”,

eu tinha vontade de dizer meia dúzia de verdades para o cara e mandá-lo "à merda". Acho que fazia isso, de um jeito ou de outro.

Por isso, quando tivemos que entregar o ridículo “dossiê” dos indicadores para a mantenedora, com as tabelinhas, gráficos, números de atendimento, números de telefonema, número de pessoas que participaram dos seminários, número de famílias que estiveram no encontro de familiares, número de adolescentes inseridos no programa jovem aprendiz, número de adolescentes encaminhados pelo CRAS, pelo CREAS, pelo CAPS, pela escola, por demanda espontânea, número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, número de adolescentes com histórico de “internamentos” em Comunidades Terapêuticas, número de meninos em relação ao número de meninas, número de discussões de casos com outras instituições, entre tantos outros algarismos, algoritmos e tabelas, não tivemos dúvida: na primeira página ofertamos o documento: “à memória de Tamires”.

4.4.8 Retratos de Uma ou Duas Gerais em Um Dia

Em um dos primeiros momentos da escrita desta tese perguntava ao eventual leitor por quantos “enquadres” ou gerais havia passado nos últimos meses. Essa é uma experiência que pode ser absolutamente trivial para muitos adolescentes como os que atendíamos e deveras raras para alguns de nós, especialmente quando brancos e moradores de regiões mais centrais da cidade.

Era uma experiência inédita para uma educadora que trabalhava conosco, uma das pessoas mais geniais que puderam dar o ar de sua graça e sua contribuição àquela proposta de trabalho. Talvez por sua formação em psicologia – e principalmente, por sua deserção aos classicismos da psicologia que a fez ir estudar artes – ou talvez por conta de seu mestrado em artes plásticas, ou ainda talvez por conta de suas atividades paralelas como cantora de coral ou estudante de arcodeão, ou ainda talvez por conta de seu envolvimento com a fotografia... Enfim, uma pessoa com tantos predicados reúne tantas hipóteses para sua sensibilidade aguçada.

Mas o que era mais legal no meu lugar no balcão, na cadeira em que sentava e atrás do monitor do computador em que me escondia, era poder dar uma espiada e poder ver como algumas pessoas se sentiam bem ao trabalhar naquele lugar.

Aquela garota parecia ser uma dessas pessoas. Sua vibração para atender os adolescentes e familiares era quase sempre silenciosa, mas isso lhe dava um ar de disponibilidade absurdo. Era como se ela, aparentemente, não projetasse coisas suas, e com isso pudesse receber projeções diversas – como estas, inclusive.

Tal metáfora não vem ao acaso, em se tratando de uma pessoa que estuda luzes e a arte de capturar as luzes ou instantes por meio de máquinas fotográficas. Gosto de traduzir as fotos que tenho dela no trabalho em escrita, estas que estão secando aqui na memória em uma espécie de quarto negro com luz vermelha, penduradas esperando o fixador fazer seu efeito: em uma delas ela está descalça jogando futebol com jovens como o Antônio*, com a disponibilidade e resiliência que o caso exigia – e era um caso que exigia muita disponibilidade e resiliência. Mas muita mesmo.

Outra foto sua que tenho na memória é de quando ela me procurou para dizer que tinha conseguido passar em um concurso público em um município vizinho, que era o que melhor remunerava o profissional de psicologia por uma carga horária de 20 horas semanais. Ela trabalhava conosco como educadora social, havia passado nesse concurso e veio comentar sobre como poderíamos adequar seus horários.

Não sei se perguntei exatamente com essas palavras, mas deixei passar minha tristeza e, depois, minha surpresa ao ouvir sua proposta: “Quer dizer que você está pensando em conciliar os dois serviços?”, no que ela deve ter dito algo do tipo “sim, esse é meu desejo, eu gosto de trabalhar aqui e acredito nesse trabalho enquanto espaço de criação artística, quase como um laboratório. E sei que vai ser difícil ter isso em outro lugar. Então é melhor ficar com os dois por enquanto”.

Fizemos um arranjo de horários e, por aquele tempo, ela foi acumulando as funções. Passado um ou dois meses de trabalho, entretanto, sua imagem passou a ser outra. Estava cansada, mas mais do que isso, parecia tão atravessada por tantas histórias de vida, tantas demandas, que não conseguia ver mais a leveza com a qual pisava descalça no gramado, mesmo quando jogava futebol por horas com o Antônio*.

Foi quase tão difícil vê-la assim como vê-la chorando naquela tarde quando “tomou geral” da polícia. Ela tremia. Estava revoltada. Seu corpo transpirava ódio e indignação. Ela dizia algo do tipo “como pode ser tão sofrido para os adolescentes que atendemos e ao mesmo tempo tão trivial... que tipo de escravidão é essa?”

enquanto eu ouvia uma música na memória: “o seu choro é bem forte, é do bem, ele é alto demais pra falar...”

E ela foi duplamente batizada pela geral em um mesmo dia. Ou seja, tomou duas gerais. Explico: ela acompanhava alguns adolescentes pela oficina de fotografia que conduzia; essas oficinas de fotografia eram parte de nossa produção cultural e dialogavam com a ideia de ocupação urbana e desdobramentos do conceito de reinserção, inserção e deserção que tanto estudávamos. Um dos conceitos era que os adolescentes pudessem circular por seus bairros de origem e pudessem se apropriar de outras camadas dos territórios (afetivas, inclusive) por meio de seu olhar e de suas fotografias. E almejávamos, como “entrega” dessa produção, fazer uma série de cartões postais com essas fotografias. Afinal, o que mais emblemático para sintetizar uma proposta como essa do que um cartão-postal?

O cartão-postal, discutíamos, era o cerne da circulação por territórios. Imagem nua, sem embalagens, sem envelopes, o cartão-postal simbolizava fragmentos de um território que passavam de mão em mão até chegar a um destinatário. Deve ser por isso que clubes de música ou publicitários fagocitaram sua estética ao criar os “*flyers*”, também no formato de postais. Pensávamos em fazer algumas séries de postais para divulgar nosso trabalho. Em vez da cafona revistinha de ONG, uma série de postais. No verso um descritivo de nossas ações. Na frente uma imagem de algo produzido pelos adolescentes (como uma foto das criações estéticas de nossa ambiência, como o tal mural de estêncil representando o 3x4 dos jovens ou o mural dos “Gigantes”, por exemplo).

A educadora circulava por uma região em torno do Teatro do Paiol com dois adolescentes e duas máquinas fotográficas, portava um crachá, quando uma viatura da Polícia Militar deu o primeiro enquadre. Ela dizia do terror que era o “encosta aí” e descrevia como foi prestar atenção em armas daquele tamanho, tipo metralhadoras, usadas com aquela força desproporcional.

Quando saíamos com os adolescentes tentávamos levar a “ambiência conosco”. Com isso, as regras fundamentais que repetimos à exaustão (e que “sampleamos” do Projeto Quixote Moinho da Luz quando pudemos visitá-los em uma atividade de formação), “sem armas, sem drogas, sem brigas”, eram repetidas no ato das saídas. Ou seja, tratávamos qualquer saída como a extensão das nossas atividades no território.

Talvez em respeito a isso, talvez por terem fumado toda a maconha que traziam consigo antes, os jovens em questão (e a educadora em questão) “não tinham nada em cima no momento” e foram liberados pela abordagem da Polícia Militar. Na verdade, relatava a educadora, eles estavam mais intrigados com o fato de uma garota branca estar com dois jovens negros em uma região como aquela – que além de entorno do referido teatro é um dos “portais invisíveis” da Vila Torres – portando um crachá e uma câmera fotográfica como aquela. Os policiais estavam, como os adolescentes diziam, “no veneno, prontos pra matar”, pois não traziam as tarjetas obrigatórias com seus nomes.

E diga-se que a máquina fotográfica não era de nenhum modelo sofisticado, depois que a nossa – que havia sido herdada de um equipamento que fechou – foi roubada em um dos múltiplos furtos que sofremos. Compramos aquela máquina em um site de revendas por R\$ 500,00 com cartão de crédito do setor de compras, depois de uma épica confusão com o setor de compras (que autorizava a compra somente pelo fornecedor cadastrado, e a mesma câmera custava exatamente o dobro à época).

A educadora teve que “desenhar” para os policiais que a abordaram que estava a trabalho, em uma atividade expressiva, uma oficina de fotografia, apresentou seu crachá e contou de seu emprego, apresentou os jovens em questão como adolescentes atendidos pelo referido equipamento e, então, foram “liberados” para seguir seu “direito de ir e vir”.

Eis que uma quadra depois veio a segunda abordagem, igualmente truculenta, por meio da Polícia Civil ou dos chamados P2, os policiais militares “disfarçados de gente”, que são postos em operações estratégicas (como as de inflar as jornadas de junho de 2013). A educadora comentou que esta foi ainda mais ostensiva, com “mão na cabeça, pra parede” e mesmo a recomendação de que garotas pudessem ser revistadas só por garotas foi desrespeitada.

Por tudo isso, vê-la chorando minutos depois no pátio da nossa ossada-hospício foi ver sobre seu rosto e suas lágrimas a projeção de diversas camadas de violência racial, de gênero, de “gentrificações”, e mostrava, se não o estado da arte, o “estado de guerra” que atravessamos, todos nós, quer tenhamos sido revistados no último mês, quer não.

O que fazer, além de oferecer água com açúcar?

Horas depois estávamos na corregedoria da Polícia Civil. Começamos a denúncia dos policiais por ali, por conta dos tais policiais à paisana e da revista de uma garota feita por homens. Entrar em um prédio público como aquele era desesperador. Estava calor, era mês de novembro, eu acho. Até conseguir registrar a ocorrência contamos a história umas dez vezes, sem exagero. Quando o porteiro nos perguntava o que fazíamos ali, até quando, finalmente, chegamos à mesa do delegado ou equivalente que, enfim, lavrou a ocorrência.

E, em todas as dez vezes, sem exagero, ouvíamos, víamos, sentíamos o escárnio daqueles trabalhadores diante do nosso relato: “ah, mas vocês trabalham com adolescentes drogados, vão a uma região como aquela e não querem tomar geral? A polícia está lá para proteger. Como eles iam saber que a moça (branca) não estava sendo obrigada? Você queria que os policiais chegassem fazendo carinho? Como vocês sabem que os que não estavam fardados eram da Civil? Vocês têm que ir à corregedoria da PM”.

A educadora dizia para mim: “eu sei que a ocorrência não vai dar em nada. Mas é o único jeito de eu tentar expurgar isso, elaborar isso de alguma forma”. E eu respondia algo como: “É, eu também sei”.

O episódio parece sintomático, mas é trivial. Mostra a dimensão da Guerra às Drogas. Evidencia o descaso com qualquer trabalho com a população vulnerável nesse tipo de circuito – mesmo com profissionais que portavam crachá escrito “educador social”. Evidencia o corporativismo e o escárnio, a parcialidade de órgãos públicos, as muitas polias, portas e a necessidade de contar a mesma história uma, duas, dez vezes que, de fato, desanima qualquer cidadão a “reivindicar seus direitos”.

Se nós, brancos, “aparentemente classe média”, com nível universitário, resguardados pela razão no fato e pela condição de trabalhadores – e que, mesmo com esses predicados todos não nos sentíamos imune às retaliações e ameaças – sentíamos isso, o que dizer de um adolescente ou da mãe de um adolescente na quebrada?

Vivemos isso na pele, e vivemos isso na pele do outro quando, em outros episódios, tentamos fortalecer Daniel A.* e Daniel B.*, que chegaram chorando por conta de gerais truculentas da PM, a também procurarem registrar queixa na corregedoria da PM. Eles tremiam naquela tarde de ódio e medo. Era impossível

não trememos juntos. “Como você quer que eu faça denúncia na sede deles? Quem confia na polícia, piá?”

São alguns exemplos, ou algumas fotografias que insistem em se fixar em um varal fictício, em um quarto escuro de luz vermelha qualquer. Alegorias de uma guerra cotidiana. As operações de reinserção, inserção e deserção puderam cada vez mais ganhar outros contornos: eram jogos de ocupação de territórios em tempo de guerra. É disso que uma guerra é feita. E todo território é, de fato, psíquico.

4.4.9 Daniel B* ou Como Mover Montanhas?

Aliás, o caso de um desses jovens, aqui chamado de Daniel B*, também era deveras peculiar. Tratava-se de um jovem que vivia com o pai – não tinha contato com sua mãe desde os 15 anos e, quando chegou para os atendimentos, já tinha 17 anos. Era alto, muito forte e com sobrepeso. Não por acaso, os colegas logo o apelidaram de Montanha. Nós mesmos começamos a chamá-lo assim.

Era um rapaz muito quieto. Um dia, enquanto cobria as ações de um educador social e o levava à estação-tubo (onde passaríamos o cartão da unidade para que ele tomasse seu ônibus, porque estava sem cartão transporte à época), eu perguntei-lhe como era ser chamado de Montanha. Ele disse que não gostava. Que preferia ser chamado pelo nome.

Desde então discutimos o caso em reunião de equipe e trabalhamos para que o apelido fosse deixado de lado. Não foi tarefa fácil, mas com o passar do tempo os outros jovens passaram a chamá-lo pelo nome, e deixaram de fora também outros apelidos pejorativos em relação a sua aparência física.

A sua questão era um encaminhamento por conta do uso abusivo de *cannabis*. Veio encaminhado pelo CREAS da região, também em cumprimento de medida socioeducativa. Mas, tanto em nossas conversas como no decorrer dos atendimentos, tal uso abusivo não se mostrou rotineiro. O que havia era uma questão de violência muito importante: Daniel era membro de uma torcida organizada de um dos times de Curitiba e gabava-se ao relatar as confusões e “tretas” em que se envolvia.

Trabalhar a perspectiva de reinserção social ou o acoplamento de seus atendimentos com outros espaços era muito difícil. Daniel mostrava uma certa apatia

e imobilidade. Primeiro tentamos que fizesse os exames de rotina na atenção básica, até para descartarmos alguma questão clínica mais importante. Mesmo assim, resistia – o que era para ser feito em semanas durou meses.

Também chamava a atenção o tal vínculo transferencial que parecia ter conosco e, sobretudo, com o espaço. Ele se apropriava das ações de “ambiência”, e estava sempre presente. Quando regularizada a questão do cartão transporte, era o primeiro jovem a chegar e o último a sair.

Com o passar do tempo fomos percebendo isso, e fomos discutindo a necessidade de restringir seu Plano Singular de Atendimento para alguns dias na semana, com a inserção de outras atividades fora do nosso equipamento que pudessem despertar seu interesse e sua vinculação. Seu desejo era fazer um curso de mecânica. Fomos investigar as ofertas no município e todas exigiam ensino fundamental completo. Daniel B. parou de estudar na quinta série e não tinha a menor perspectiva de voltar para a escola.

Esse caso nos mostra o “limbo” que as políticas públicas para jovens como Daniel criam: todas as ofertas de profissionalização são voltadas para jovens que estão estudando, especialmente no ensino médio. Os jovens que deixaram de estudar se veem em uma condicionalidade de voltar à escola para conseguir acesso a alguma agenda de profissionalização.

E, no caso de Daniel B., não parecia haver essa possibilidade. Discutíamos muito esse limbo, principalmente no que soava uma estratégia demagógica ao exigir a volta à escola para casos como aquele. Evidente que o ensino e a escolarização são fundamentais; evidente que não voltar a estudar piora mais o acesso de jovens como Daniel B., mas há um pragmatismo com o qual nos deparávamos: ele não queria voltar à escola, ele não tolerava a escola.

E, ainda que voltasse, teria que cursar dois anos no supletivo para concluir o ensino fundamental, para então ter acesso ao seu sonhado curso de mecânica. Como fazer? Nossa estratégia passou a ser mapear oficinas mecânicas com Daniel B. em sua região e tentar, junto com ele, uma inserção à moda antiga: como aprendiz de mecânico.

E Daniel B. precisava muito trabalhar. Seu pai era vigilante noturno e estava desempregado. Em uma visita domiciliar conduzida pela equipe foi constatada uma situação de vulnerabilidade extrema – passou a ficar evidente a necessidade de

Daniel B. passar mais tempo conosco naquele espaço, usufruindo inclusive da alimentação.

Mas as oportunidades mapeadas não surtiram efeito. E Daniel B. parece ter tido pouca iniciativa para que as ações se dessem de outra forma. A equipe investia “desejos” e tentava, com muito custo, movê-lo de alguma forma. Mas ele não parecia disposto, e a sensação de impotência que isso nos causava era sempre intensa.

Daniel B. ficou conosco o máximo de tempo que consideramos adequado dentro de seu Plano Singular de Atendimento, considerando estas variáveis, considerando a redução da sua frequência e considerando, inclusive, que passou a ver no nosso equipamento uma espécie de “teto” ou “clube” – sua socialização parecia ser interessante com os colegas, especialmente com o seu amigo mais próximo, Daniel A., com quem não raro “fazia fitas juntos”, como comprar maconha depois de venderem os créditos das passagens de ônibus que recebiam para frequentar o projeto (depois “furavam o tubo”, ou seja, entravam sem pagar no ônibus).

Casos como esse nos lançavam debates éticos acalorados nas reuniões de equipe: poderíamos mais? Em que medida aquelas histórias não exitosas traduziam o fracasso de nossas metodologias? Estar ali era uma redução de danos para Daniel B., especialmente considerando sua estada para além dos 18 anos (ficou conosco quase dois anos)? Tratava-se de questões clínicas? Tratava-se da questão com a mãe? Ou nosso recurso possível, dado aquele momento, era “fazer falta” ou “fazer emergir a falta” em Daniel B.?

Fizemos essa aposta. Custou-nos muita energia e articulações fazer o fechamento dos atendimentos com Daniel B., sempre tentando tratar a importância de ele procurar o que quer que procurasse ali em outros lugares. Nosso serviço era para ser um ponto de partida, não um ponto de chegada. Tratamos isso, inclusive, com seu pai em uma nova visita domiciliar – que já estava fazendo “bicos” àquela época e com uma situação financeira ligeiramente melhor do que a que havíamos encontrado.

Daniel B. parece não ter se importado com o atendimento em que o chamamos para dizer desse nosso corte, sempre pontuando o que pensávamos –

algo que, de fato, estava sendo trabalhado por seu técnico de referência havia algum tempo. Saiu como entrou, um tanto calado, um tanto agressivo ou "frio".

Meses depois procuramos saber como estava. Ele optou por procurar a mãe, chegou a passar alguns meses na cidade para onde ela se mudou e aparentava estar bem. Estava fazendo bicos com o pai, trabalhando também como vigia noturno.

O que nosso corte contribuiu para isso? O que de fato conseguimos com o caso? O que esta complexidade que o jovem atravessava era, como gostávamos de dizer, a “média da complexidade” de casos que se repetem aos milhares no contexto das periferias, em que a própria obrigatoriedade de vinculação a uma escola que, para casos como aquele, parece não fazer o menor sentido acaba aumentando ainda mais o fosso entre essas trajetórias de vida e a qualificação para o trabalho ou inserção profissional?

4.4.10 Wesley e suas Ambiências

Evidentemente estes casos relatados não dão conta de ilustrar aquilo que nas pesquisas tradicionais seria definido como uma amostragem significativa de participantes e, tampouco, dão conta de ilustrar a complexidade dos atendimentos realizados e, sobretudo, das metodologias desenvolvidas pela equipe ao longo da trajetória de implantação daquele equipamento que, por ser voltado exclusivamente às ações de reinserção social dos adolescentes em questão, era pioneiro e inovador.

Nos quatro anos em que lá trabalhei vi os prontuários, numerados por ordem de chegada, passarem do número 160. Isso significa que esses casos foram triados, os critérios que observávamos nesse momento da entrevista inicial foram contemplados e o jovem teve seu Plano Singular de Atendimento estabelecido para o momento inicial, o T1, que, especialmente após o segundo ano de implantação, pôde ser ainda mais refinado, especialmente com a qualificação das ações de ambiência.

Porém, não eram todos os casos que, de fato, estabeleciam uma vinculação com o espaço, com a equipe e com os demais adolescentes que lá frequentavam. As razões para esta vinculação ou não eram, da mesma forma, questões singulares. Iam desde questões envolvendo a localização do espaço até mesmo questões de

“tretas” entre os jovens – alguns viam que entre os colegas que já frequentavam estavam alguns “desafetos” e optavam por não vir ao espaço.

Outras razões se deviam ao próprio fluxo dos encaminhamentos dos adolescentes. Eram jovens que vinham de equipamentos da saúde, como os quase 12 CAPS do município ou mesmo de outros lugares da região metropolitana de Curitiba; vinham também de equipamentos da assistência social, como CRAS, CREAS ou mesmo das unidades de acolhimento para cumprimento de medida socioeducativa em regime de privação de liberdade (no caso, jovens que passavam para a medida socioeducativa em regime de semiliberdade). Ou ainda casos oriundos de outras organizações não governamentais, mesmos casos em que o jovem apresentava o equipamento a outro(a) colega recomendando o equipamento com ênfase.

Portanto, era como se a imagem inicial que esse adolescente tinha do espaço antecedia a sua própria chegada à instituição. Alguns destes jovens estavam convencidos de que frequentar as ações propostas era parte do cumprimento de sua medida socioeducativa – ou seja, chegavam com uma ideia inicial de que estar ali equivaleria a “assinar” a medida socioeducativa, o que pressupunha atendimentos compulsórios.

Fazíamos questão de esclarecer esses pontos na entrevista da triagem: toda vinculação do adolescente com as propostas ofertadas era voluntária – e que nossas “contrapartidas”, além da gratuidade das ações, era a alimentação (o tal almoço no restaurante dos colaboradores em sistema bandejão, os nossos almoços comunitários do projeto de “ocupação afetiva da cozinha”, os cafés da manhã ou da tarde que realizávamos de forma comunitária) e o vale-transporte. Estar ali precisava ser, sobretudo, uma escolha.

E alguns jovens que chegavam com essa “encomenda” de “vai lá porque você é obrigado a ir e mostrar para o juiz” evidentemente se sentiam aliviados de certa forma. E, não raro, deixavam de vir após o primeiro ou segundo atendimento. Em outros casos em que achavam que seria compulsório e viram que não era tão rígido assim, entretanto, havia uma vinculação muito interessante.

Tal qual na metáfora da clínica psicanalítica (aqui reiterada enquanto alegoria), a demanda precisava partir do sujeito, e para isso as resistências iniciais precisavam ser transpostas. Não vejo melhor figura de linguagem do que o sujeito

atravessando a arrebentação para entrar em alto-mar. Uns sujeitos pulavam foram na primeira onda, outros toleravam duas, dez ondas. Outros, no fundo, nem queriam entrar no mar.

O mais interessante desse processo de vinculação era entendermos essa elasticidade, que se dava menos sobre o tempo do nosso desejo e mais sobre o tempo do desejo e das possibilidades do adolescente. Eram muitos os casos em que às vezes o jovem aparecia em um ou dois atendimentos, depois ficava um período “sumido” e retornava “do nada”, disposto a participar das ações. Para estes casos era estabelecida outra entrevista inicial de triagem, outros contatos com os familiares e instituições às quais o jovem estava aderido, quando era o caso, e a disponibilidade de inserção era sempre imediata, independente do número de casos.

Posto isto, talvez tenhamos mais elementos para, a partir do caso do Wesley*, contextualizar alguns momentos de seu atendimento. Wesley era um adolescente que cumpria medida socioeducativa em regime de privação de liberdade e estava “progredindo” para a semiliberdade. A demanda de o atendermos nesse período partiu da equipe técnica do equipamento que cuida do cumprimento dessas medidas no Estado do Paraná, em sua filial na capital.

O CENSE (Centro de Socioeducação), como era chamado, acionou-nos e passou o caso por telefone. Optamos por realizar uma conversa inicial, anterior à entrevista de triagem de Wesley, na própria unidade em que ele estava inserido. Era um prédio público, horizontal, que ficava em uma área vasta onde outros equipamentos públicos do Estado estavam aglomerados.

A sensação que passava é que, ao lotearem a área urbana dentro do planejamento possível – que, em Curitiba, é relativamente diferenciado das demais capitais brasileiras, inclusive por conta da sua topografia privilegiada – foi reservado um rincão ou uma baixada onde os serviços públicos pudessem estar situados.

São diversos esses rincões, e a unidade em que Wesley ficava era evidentemente marcada por essa identidade de “equipamento estatal” que, dado esse contexto, parecia ter uma sombra ainda maior do que tinha sobre o imaginário daqueles jovens.

Entrar ali era como entrar em uma máquina-Estado. Veículos brancos adesivados com a logo da gestão do Estado dividiam espaço no estacionamento com veículos “encostados” pela Polícia Civil (que era vizinha de quartirão). As

pequenas árvores que temiam em crescer naquele ambiente quase árido pareciam não dar conta de "harmonizar" a frieza das paredes brancas dos prédios horizontais que se esparramavam generosamente.

Em uma destas alas ficavam os "dormitórios" dos adolescentes. Embora os muros fossem baixos, embora as unidades de semiliberdade partissem da ideia de "portas abertas" – em que o adolescente podia sair durante o dia e voltar à noite para cumprimento desta etapa de socioeducação prevista no Estatuto da Criança e Adolescente –, era nítido que entrar ali era estar em um equipamento típico descrito de forma clássica sob a égide da sociedade disciplinar.

Nos dormitórios, beliches e fechaduras robustas contrastavam com cobertores uniformizados. Ao nos ver enquanto visitantes, os adolescentes que ali permaneciam pulavam da cama ou levantavam-se do sofá e nos cumprimentavam, quase em posição militarizada, de forma artificialmente ereta e "respeitosa" – boa tarde senhora, boa tarde senhor.

Era nesse espaço que Wesley passava boa parte de seu tempo que, após ter atravessado um período de privação de liberdade em um lugar mais inóspito em outra região da cidade, soava como um "alívio". Naquela tarde, em especial, algo havia acontecido com sua agenda de compromissos e Wesley, apesar de termos agendado a entrevista, tinha ido a uma das atividades externas – em uma das tradicionais Kombis brancas dos equipamentos estatais.

Aproveitamos o momento para a reunião intersetorial com os colegas trabalhadores da equipe técnica daquele equipamento e afinamos alguns detalhes antes de marcarmos a conversa inicial de Wesley em nosso equipamento para a manhã seguinte. E, no período combinado, a mesma Kombi branca chegou trazendo um jovem que, ao chegar ao entorno da ossada-hospício que ocupávamos, deve até ter visto certa similaridade entre os espaços em questão.

Afinal, o resquício do hospício lembrava aquele espaço em que Wesley estava – aquele prédio branco esparramado de certa forma guardava similaridade evidente com a ossada-hospício, quer seja pelas suas vias de acesso também repletas de veículos governamentais, que seja pelo aparelho de vigilância que ali se fazia presente com os seguranças. De certa forma, ambos tinham o DNA de equipamentos típicos das sociedades disciplinares. Contudo, ao entrar na porta que dava acesso a nossa ala, Wesley relatou-nos algo parecido com o que ouvíamos de

outras pessoas, incluindo os patrões da empresa-religião: que era como atravessar um portal para um outro lugar.

De fato a alegoria fazia sentido. Havia dois acessos para entrar no equipamento. Um deles era uma porta de ferro que estava desativada havia muito tempo e dava ligação direta para a rua, uma avenida importante da região em Curitiba, por onde passava o ônibus biarticulado que circula sobre uma canaleta exclusiva, também chamado anos atrás de “metrô de superfície curitibana”. O outro acesso era por dentro do hospital, após trilhar praças e corredores que se assemelhavam a um labirinto, via uma portinha “perdida” no final de um corredor qualquer.

E era ali a sensação de “portal”, pois o primeiro impacto era o de sair de um hospício desativado, com seus prédios de tijolo e sua cor pastel quase monocromática, amplos estacionamentos e outros usos do espaço destinados a ambulatorios médicos e clínica-escola da faculdade particular que também reproduziam a lógica uniformizada, ainda que com suas atualizações, para então, após vencer um diminuto corredor com uma porta minúscula e uma placa discreta, entrar em uma espécie de “ala viva”, com grama, pneus coloridos servindo de vaso para begônias que floresciam no muro, som alto, um ou outro adolescente jogando vôlei ou futebol no gramado, dois ou três adolescentes trocando uma ideia com um educador, sentados em confortáveis pufes de couro sintético em cores aberrantes, dezenas de intervenções de *grafitti* bem coloridas, uma ou outra educadora transitando descalça, um ou outro técnico da equipe saindo com um familiar, uma prancheta em uma mão e uma caneca de café ou chá na outra.

De fato, muitas vezes tínhamos consciência e orgulho da beleza da Zona Autônoma Temporária criada. Wesley, vindo de um ambiente de internações, literalmente “reinou” naquele espaço. Ele era extrovertido e se impunha sobre os espaços e, de quebra, parecia conhecer alguns adolescentes dali “do rolê”. Obviamente isso trouxe um impacto para a vinculação do Wesley, mas também trouxe impactos tanto para o cotidiano dos jovens que lá estavam e da equipe quanto, principalmente, para o cotidiano da instituição em que cumpria medida socioeducativa.

Esse era um “custo” com que as instituições tinham que arcar para o encaminhamento de um jovem ao equipamento em que trabalhávamos.

Comentávamos que nossa flexibilidade em relação a regras construídas coletivamente e horários, o próprio fato de o café e o pão estarem quase sempre à mesa da cozinha, de a geladeira ser de livre acesso, assim como os pufes, o som, as bolas ou demais jogos (ou objetos-isca) que compunham a ambiência, o próprio “*lounge*” que parecia dar o tom naquele espaço de convivência certamente faziam com que o adolescente, ao voltar para sua instituição, começasse a problematizar os seus mecanismos incolores, frios e disciplinares.

Talvez Wesley seja um desses exemplos, a julgar pelas discussões de caso acaloradas que tivemos com a equipe dos colegas que trabalhavam na unidade para cumprimento de medida socioeducativa. Wesley, aos poucos, foi sendo um jovem que passou a exigir muito da equipe para o contorno de sua estada conosco – quase sempre se recusava a cumprir seus combinados de atendimento e, com sua “liderança”, acabava usando só a parte “centro de convivência” que tínhamos a oferecer para, inclusive, combinar os seus “rolês” com os demais adolescentes que lá estavam.

4.4.11 Wilson*: Fragmentos

Acho que foi nesse momento que Wilson* topou ir “fazer algumas fitas” com Wesley, o que, de certa forma, contribuiu para que caísse do jeito que caiu. Wilson era um dos caras que frequentavam que tinham uma sensibilidade muito aflorada. Seu Plano Singular de Atendimento incluía trocas frequentes com a equipe de saúde que o atendia. Todos percebíamos que parecia haver alguma coisa “fora do eixo” com relação ao seus afetos e sua forma de colocar-se no mundo.

Em nossas discussões de equipe nos atentávamos muito para isto, e tentávamos problematizar isso constantemente com a equipe do CAPS que o acompanhava. Não raro, os debates caíam no quase tradicional jeito das equipes de saúde mental conversarem sobre casos de pessoas com alguma condição estrutural que usam drogas, com discursos do tipo: “ele era assim, por isso procurou nas drogas o que procurou” (alívio, calma, estabilização) ou “foram as drogas que o deixaram psicótico?”

O que para nós, naquele momento, era como discutir a história do ovo e da galinha. Quando Wilson foi recebido, ele tinha um trabalho em meio período, ele

estudava e estava fazendo o acompanhamento no CAPS, além de estar em cumprimento de medida socioeducativa por porte de *cannabis*. Era um caso que exemplificava a típica violência do Estado: pego com uma quantia irrisória de maconha, deu entrada na “Delegacia do Adolescente” da Polícia Civil e de lá saiu encaminhado para um CREAS da sua região que lhe prescreveu algumas idas ao Narcóticos Anônimos até que souberam da existência do nosso serviço e o mandaram para ser atendido.

Como dito em outro momento, estar em atendimento conosco não era uma etapa do cumprimento da medida socioeducativa. Não colhíamos as assinaturas de fichas de presença ou qualquer outro sistema de controle do tipo. Mas, evidentemente, discutíamos os casos em reuniões periódicas com as equipes que acompanhavam os adolescentes e, de certa forma, o fato de estar inserido em nosso equipamento acabava, como os próprios adolescentes diziam, “passando um pano”, ou seja, ajudava no relatório dos profissionais que cuidavam da execução de sua medida socioeducativa.

Wilson era um caso, portanto, cuja demanda de inserção social não era evidente, uma vez que tinha um emprego em meio período e estudava, além de estar inserido na saúde. Mas sua sensibilidade salutar logo despertou na equipe uma preocupação, e pensamos que poderíamos contribuir nessa articulação com os equipamentos de saúde que o atendiam e, sobretudo, que o foco dos nossos atendimentos, dadas tais variáveis, estava, exatamente, na manutenção dessas inserções que Wilson tinha. Ou seja: evitar que despencasse desses lugares em que parecia estar de forma frágil e pueril.

E digo isso não em relação à frequência, mas em relação à forma como tolerava as ações que eram propostas. Em um dos atendimentos com a psicóloga da nossa equipe – que era uma pessoa que conseguia estabelecer um tipo de vinculação e proximidade revestida por uma camada de afeto que chegava a ser tão poética quanto estética – ele comentou que no seu trabalho o colocavam para arrumar as folhas de sulfite da máquina de xerox, ou algo assim.

Quando a psicóloga indagou melhor sobre isso, percebeu que a inserção de Wilson no seu estágio era da ordem de uma espécie de “programa jovem aprendiz” que exigia uma certa cota de jovens inseridos no espaço. Por isso ele ficava no espaço e como, dada tal sensibilidade, o estímulo para que executasse outras

atividades era raso ele era posto como um “estoquista de folhas de sulfite da máquina de xerox” ou algo do tipo.

Ou seja, era um tipo de “inserção no mercado de trabalho” meramente figurativa. Como ter uma “vassoura atrás da porta”, que parecia não fazer bem ao cotidiano da empresa e, sobretudo, em nada contribuía para o aprendizado de Wilson, que, não bastasse a situação de violência e exclusão, ainda tinha que se desdobrar entre uma logística de locomoção muito atribulada para conseguir estar nestes espaços.

E Wilson também parecia ter vínculos familiares deveras alastrados. A psicóloga da nossa equipe tinha contato com sua mãe, que aos poucos foi relatando outras situações de comportamentos que pareciam estranhos. À medida que tentávamos entender melhor o que estava havendo, Wilson “se encastelou” com um caderno de notas no qual ficava registrando ou cartografando, à sua maneira, o tempo, as árvores, os movimentos do mundo.

Era ali a fonte de uma grande potência para intervenção em seu campo simbólico e em sua subjetividade, e a equipe estava atenta a tudo isso, mas também estávamos discutindo muito nosso papel enquanto um dispositivo voltado para o fortalecimento das inserções sociais de Wilson e o quanto sua demanda parecia ser de um tipo de clínica que, embora tangenciada por nós em diversos aspectos, não era nosso foco.

Nesse meio tempo, em meio aos “rolês” que foram surgindo entre Wilson e os demais colegas recém-feitos no equipamento, fomos percebendo algumas situações ainda mais intensas. Nós tínhamos um combinado sempre reiterado em nossas assembleias de “sem armas, sem drogas e sem brigas” no decorrer das nossas ações.

Esse, evidentemente, era um tema delicado. Afinal, enquanto um equipamento e com uma equipe que estudava Redução de Danos com profundidade, sempre debatíamos o que dessa regra era reduzida ao mero combinado proibicionista. Ao mesmo tempo precisávamos de contorno para evitar as situações em que os jovens combinavam de fumar um baseado no decorrer das atividades conosco, especialmente por conta da nossa responsabilidade no atendimento e, claro, considerando as vicissitudes da questão etária.

Mas isso não impedia que os adolescentes fumassem maconha antes ou durante as ações; às vezes o faziam de forma “discreta”, outras nem tanto – como quando sentavam na praça interna do hospital, “estouravam uma bomba” e deixavam a vigilância da instituição tão apavorada que vinha em número – inclusive com sua chefia institucional – cobrar-nos do ocorrido. O que fazer? Em um dos momentos marcamos que o fato de fumar um baseado durante as atividades seria interpretado pela equipe como um “não estou a fim de ficar hoje” e, salvo algumas exceções, não retomávamos as atividades naquele momento.

Foi aí que o Wilson nos mostrou ser uma das exceções. Se sua sensibilidade era evidente no dia a dia, sua sensibilidade quando sob o efeito de *cannabis* parecia ainda mais exacerbada. Ele parecia, literalmente, dissolver-se, perder seus contornos, como se tomasse um alucinógeno mais potente do que a própria *cannabis* a cada vez.

Nós o acolhíamos, não raro usávamos os pufes para que ele “desse um tempo”, que incluía alguns cochilos quando possível, ou mesmo pensávamos em uma refeição ou café da tarde com uma cota a mais de glicose e gastávamos nossas guloseimas guardadas na despensa com ele. Acompanhávamos suas “trips” até que seu discurso, aos poucos, fosse se restabelecendo e ele tivesse condições de, pelo menos, voltar para casa em relativa segurança.

Foi mais ou menos nessa fase que Wilson completou 18 anos. Conversávamos que a idade não deveria ser um limitador para nossas ações, como era comum nos demais equipamentos públicos, especialmente ligados à Política Nacional de Assistência Social que toma a letra fria do Estatuto da Criança e do Adolescente como guia único e majoritário dos atendimentos – e até, em muitos casos, como guia ou manual da própria existência do jovem ao mundo.

Continuamos com as ações, tentando fortalecer esse vínculo no CAPS, com o seu Plano Singular focado na inserção nas políticas públicas de saúde, por conta dessa demanda por tratamento mais aguda. Nessa altura Wilson não conseguia ir mais ao trabalho, vestia-se sempre com o mesmo casaco de moletom com capuz, tinha deixado de ir à escola. Nas conversas com a equipe do CAPS tínhamos um consenso de que parecia ser um caso de esquizofrenia que estava se manifestando com cada vez mais intensidade. Tentávamos reforçar com ele e com sua família a

importância da adesão ao tratamento medicamentoso. Mas ele parecia não conseguir manter essa frequência.

Foi aí que ocorreu-lhe “meter um louco” e assaltar um ônibus. Não sabemos ao certo como foi, a história nos chegou por fragmentos semanas depois quando passamos a procurar Wilson, preocupados com sua ausência. Mas parece que ele teria simulado que tinha uma arma, colocando o dedo em riste sob o seu casaco de moletom e teria dado voz de assalto a uma passageira em um ônibus, tentando furtar-lhe o telefone celular.

Não sabemos se foi a própria moça ou algum outro passageiro que o imobilizou imediatamente. Para nós que o conhecíamos, e sobretudo conhecíamos sua condição sensível, imaginá-lo dando voz de assalto sob aquelas condições era algo trágico e tão extremo que, comparado à forma com a qual os demais jovens que atendíamos relatavam “meter o louco”, soava também como uma comédia-pastelão.

Wilson, já com 18 anos, foi conduzido ao Distrito Policial, e lá foi autuado em flagrante, o que lhe rendeu um semestre de detenção. Tentamos a todo custo intervir nesse processo, orientando os familiares e acompanhando sua mãe, inclusive, para entrevistas com a assessoria jurídica que conseguimos no núcleo-escola da faculdade de direito com quem tínhamos um convênio firmado. Tentamos reunir os laudos, receitas e demais documentos de seu tratamento no CAPS. Mas havia algo ali, especialmente com a capacidade da mãe em responder aos combinados (era ela que precisava dar entrada nas procurações com os advogados que intermediamos, por exemplo) que, literalmente, parecia escorrer para uma fenda que parecia ser invisível ou parecia não ter fim. Algo parecia escapar.

Wilson ficou no sistema carcerário por um semestre. Tinha 18 anos e alguns dias, logo cumpriu sua pena com os adultos. Não tivemos força para lidar com uma máquina-Estado daquele tamanho e com a truculência que parecia “naturalizada”. Suas condições singulares não foram em nenhum momento consideradas.

Quando voltamos a vê-lo, após sua soltura, parecia ser um homem de 30 anos com marcas do tempo no seu rosto. Seu cabelo fora raspado. Seu olhar perdeu o que havia de encantamento com o mundo. Conversou muito pouco conosco, passou para “dar um oi” e, do seu jeito, agradecer pela nossa tentativa de inserção. Acho só o seu casaco de moletom era o mesmo.

Casos como este nos faziam parar.

Em que medida tínhamos, de fato, efetividade para acompanhar os movimentos de jovens como Wilson? Como dar conta de lidar com essas máquinas duras, mortíferas, “de violência naturalizada” como as do Estado? O que das nossas ações e potências corroboravam para que essa “naturalização” fosse ainda mais posta sobre seus lugares institucionais? De que adiantava um orçamento daquele, um equipamento mantido por uma instituição tão expressiva como aquela empresa-religião que tinha, inclusive, assento no Conselho Nacional de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente? Mais ainda: que tipos de inserções os encontros que Wilson teve no cotidiano de nosso equipamento puderam, em vez de favorecer sua estada no mundo, favorecer sua “desandada” no mundo?

Tratávamos isso em nossas supervisões clínico-institucionais. Tratávamos do assunto em nossos cafés. Acolhíamos as lágrimas sempre sinceras da psicóloga, porta-voz de um sofrimento que era de todos. Rediscutíamos nossos fluxos. Rediscutíamos os fluxos com o CAPS em questão. Mesmo assim a dor estava ali, exposta. Era como no luto por Tamires.

Wilson, antes de ser preso, começou a fazer um mosaico em uma mesa redonda com cacos de azulejo. Uma das educadoras sociais que trabalhou conosco, também de uma sensibilidade deveras aguçada e uma vontade de estudar e aprender sobre o mundo que a colocava em uma condição ética diferenciada naquele espaço, desenhou uma lua na mesa e junto com Wilson, pacientemente, tentaram dar forma àquela noite que nunca veio.

Wilson, mais um jovem negro de periferia em uma cidade que não se dá o direito de ter o Dia de Zumbi dos Palmares como feriado da Consciência Negra, não deu conta de emendar seus cacos. Fragmentou-se antes disso, e o “mérito” ou a “culpa” não era sua. A noite, a lua, a mesa, a sua juventude pareceram ser interrompidas por um tipo de violência de Estado em que a droga em questão, embora decisiva nesse acoplamento para que sua sensibilidade fosse ainda mais aflorada, era, no fundo, secundária ou “bode expiatório”.

5. DISCUSSÕES (OU ELABORAÇÕES)

5.1 CASCA-DE-BAIXO-UM: TODO TERRITÓRIO É PSÍQUICO? ELABORAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO (RE)INSERÇÃO SOCIAL À LUZ DE AUTORES ESTRATÉGICOS

Deslocar é conhecer. Deslocar-se é conhecer-se. Produza suas próprias imagens. Uma viagem que não é turismo, e sim produção de suas próprias imagens do outro. A viagem como forma de conhecimento – toda viagem, além de deslocamento e transferência, pressupõe também desordem dos sentidos – pelo longo e sistemático desregramento dos sentidos que conduz à evidencia, inclusive do que ainda não existe, do que espera no tempo para emergir, para ser engendrada por forças que ainda não se manifestaram. Novas imagens, novo real. Desdobrar paisagens na mente é imaginar, cruzar fronteiras sem passaporte. É assim a viagem: feita sem realizar, um deslocamento tão longínquo que não exigiu a distensão de um músculo, o desperdício de um passo dado rumo a qualquer ponto cardeal: pura dissipação, fumaça, cinza. A viagem é o chapéu sem a cabeça, o absinto sem o cálice, o olho sem dono (...) A viagem é o rio sem o leito. Não é possível reter a viagem: ela é um estado temporário (SALGADO, 2013, p. 145-146).

5.1.1 Elaboraões sobre as Cidades na Atualidade e o Tributo a Raquel Rolnik

Há alguns pontos e, certamente, muitas inflexões com teorias que precisam ser levadas em consideração quanto ao estudo das aqui chamadas operações de reinserção, inserção ou deserção e, em comum, quase todos convergem para um estudo dos espaços urbanos, suas tramas e configurações em períodos de capitalismo tardio – flertam com a arquitetura, portanto.

Almejo trazer algumas destas reflexões, sem a pretensão de esgotá-las e sem a presunção de adentrar áreas tão arenosas à minha trajetória acadêmica, como o caso da própria arquitetura. Parto de alguns autores que permitem uma reflexão acerca das considerações que o espaço urbano podem ter com a promoção de saúde, ainda que sem nomear tais considerações de forma direta. Parto como quem olha curioso os prédios, os pixos, os bairros, os fluxos — quase sempre com a visão panorâmica dos transportes públicos enquanto espécie de última alameda contemporânea.

Raquel Rolnik, arquiteta de trajetória reconhecida em nível nacional e internacional, tem um estudo interessante sobre a configuração das cidades. Para ela, as cidades são uma espécie de segunda natureza, uma vez que são

manufaturadas: cidades que surgem com a sedentarização e têm em comum sua origem atrelada a um local cerimonial. É, portanto, o centro de expressão e domínio sobre um território (Rolnik, 2005)

Comenta, de uma forma substancial à trama que pretendemos traçar, que “a metrópole contemporânea se estende ao infinito, não circunscreve nada senão sua potência devoradora de expansão e circulação”, ou ainda que “além de continente das experiências humanas, a cidade também é um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (Rolnik, 2005, p. 22).

A ideia da potência devoradora de expansão e circulação nos permite ver com maior ênfase a própria importância dos deslocamentos e fluxos de mobilidades em um espaço, argumentos tão caros ao debate sobre a reinserção social, especialmente àquela feita sem reflexão crítica que busca, tão somente, devolver o sujeito ao seu local de origem, ou locais que ocupavam antes de o vendaval do uso abusivo de álcool e outras drogas o tirar de lá. Uma operação, portanto, de estratificação, de “lotação”, de adequação. Isso produz efeitos nos nomadismos possíveis e desejáveis em uma fase tão cara da expansão do corpo para outros territórios como a adolescência – uma vez que o próprio corpo do adolescente, literalmente, expande-se e ocupa novas proporções no espaço, a ponto de haver os desajustes e tropeços característicos.

Tal qual uma criança pode ter sua marca representada na casa ou nas casas em que mora (há cenas da publicidade ou do cinema que ilustram bem isso, quando a altura da criança é escalonada em uma régua desenhada na parede, por exemplo) ou pode ter sua marca simbólica representada na casa que, subitamente, parece ter encolhido, as marcas do adolescente são expandidas para outros terrenos além do seu próprio quintal, ou de seus trajetos habituais. A operação de flanagem ganha, assim, aspectos de condição vital e intrínseca à sua própria expansão social. Suas marcas transbordam para outros pontos, pontes, pontas da cidade.

Rolnik (2005) nos dá elementos para subsidiar tal reflexão à medida que descreve a cidade como um ímã, e quando se refere à importância do tijolo enquanto unidade geométrica simples e padronizada que permite, portanto, ver a cidade enquanto uma escrita: há um paralelismo entre empilhar tijolos e agrupar letras. A cidade é alfabeto. Montam-se e desmontam-se palavras e frases: “Na cidade-escrita, habitar ganha uma nova dimensão, uma vez que se fixa em uma

memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte” (Rolnik, 2005, p. 23).

Gosto de pensar a disputa pela semiótica nas cidades. Não só a disputa pelos discursos, mas a disputa por letreiros, imagens, ícones, símbolos, marcos. Como na operação do fetiche, faz sentido pensar que alguns territórios-objetos são desejados e ostentados enquanto outros são silenciados, como se não existissem, como se fossem vácuo em narrativas. É ali que a grama cresce entre os blocos de concreto, que vidas contam outras histórias, ou mesmo silenciam outras histórias. É ali que alguém dorme com a cabeça encostada no vidro do ônibus antes de um trabalho-escalpe.

Disputa por escrita das cidades. Lugar do pixo. Narrativas que transcendem a dialética significado-significante. Disputa por memórias afetivas em cada território. Adquirir as tais memórias que, ao contrário das lembranças, não se dissiparão com a morte, é uma expansão que a adolescência marca com voracidade.

Há diversos exemplos em histórias pessoais ou da cultura para ilustrar tal fato – talvez o cinema reúna uma fileira destas em filmes em que a adolescência literalmente atravessa a cidade. “*Stand By Me*”, filme estadunidense de 1985 dirigido por Rob Reiner, baseado em conto de Stephen King, que no Brasil foi traduzido como “Conte Comigo” e inundou o imaginário de muitos adolescentes que assistiam à Sessão da Tarde nos anos 1980 e 1990, tem uma fábula interessante sobre território que, embora descontextualizada do cenário das periferias urbanas atuais, pode dar lastro às tais reflexões.

Na história, um grupo de adolescentes expande seus limites de circulação a uma outra região, diferente daquela em que circulavam, onde subitamente encontram um corpo. A trama gira em torno do que fazer, dos ritos, pactos e combinados, mas para nossa análise é salutar que a construção tem o enredo decalcado na imagem de um trilho de trem. A linha férrea marca uma certa fronteira entre algo – um território – que foi transposto. Tão salutar quanto terem encontrado um corpo – e como vão lidar com esse fato novo da vida – é, dentro da história, terem-no encontrado tão distante de casa, tão distantes dos seus próprios corpos (uma vez que entendemos que todo o território é psíquico).

Mas se a cidade é uma escrita, um alfabeto, ela marca as disposições e os diagramas de arranjos de poder – inclusive com suas fronteiras – e nos dá

elementos para a historiografia das relações de poder a partir da forma como se arranjam suas gestões político-administrativas. Rolnik esboça essa análise, quando descreve uma primeira forma de gestão em que o poder é centrado na realeza – e a base do rei é a guerra.

A *polis* grega tida como exemplo trazia um desenho idealizado de cidade que, de fato, não era espaço contínuo e fluído: a acrópole – parte alta – era a sede do poder e a ágora – parte baixa – era o espaço para reuniões. Operação que simboliza algo que se repetirá na configuração de centralidade do poder urbano, seja na “Praça das Armas” das cidades hispano-americanas, seja na “Praça da Igreja” das cidades medievais – que emprestará o modelo adotado pelos portugueses para configuração das cidades no Brasil. Hoje a centralidade do poder é diluída por câmeras de vigilância, em um desdobramento das sociedades de controle, tratado em outro momento deste texto.

Mas as cidades não se resumiram à sua operação de gestão de poder. Foram acopladas por uma outra camada ou outra função que as caracterizaram enquanto mercados. A cidade cria o mercado em um primeiro momento. Depois o mercado cria e domina as cidades. Faz sentido pensar tal analogia com o tráfico, que sempre foi mercado: a cidade cria o tráfico em um primeiro momento. Depois o tráfico cria e domina as cidades.

Rolnik (2005) descreve como a cidade-feudo medieval, tortuosa e cheia de curvas tinha, em suas linhas, as representações da força da natureza: a curva de um rio, o alto de uma montanha. Elementos estes que também eram aproveitados como estratégias de defesa. Nesta fase, a ocupação do espaço é mais adaptação do que transformação do seu sítio original.

Já as cidades-mercado trazem uma configuração de transformação do sítio original, e com essa possibilidade surge a própria oportunidade de segregação urbana mais refinada do que a que os feudos faziam, com seus muros e arranjos que permitiam brechas, sombras, atalhos. A segregação se impõe no nível da constituição de territórios separados por cada grupo social (Ronik, 2005).

Com sua micropolítica familiar totalmente nova, a reorganização dos espaços de moradia fazem da instituição “lar” o templo do “domínio da vida privada no núcleo familiar e de sua vida social exclusiva” que se organiza sob a égide da intimidade. É a gênese da chamada arquitetura do isolamento, que tem na privatização da vida

burguesa das cidades-mercado sua ênfase, especialmente quando marca passagens históricas relevantes: da mulher que se torna a rainha do lar, para o deslocamento da ocupação territorial das crianças, que migram dos quintais e cercanias para as escolas.

Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deviam, no mínimo, ser evitados (...) Ruas se definem em vias de passagem para pedestres e veículos, como a casa se volta para dentro de si e lá se fecha e se esquadrinha a família” (Rolnik, 2005, p. 51).

É o período da intenção do Estado na cidade, das concepções mecanicistas e, com ela, do ideário das utopias – como a cidade de Thomas Morus. Conhecer, desde então, é classificar ordenando os objetos segundo um critério de identidade e diferença e, com isso, a chamada especulação imobiliária, segundo Rolnik (2005), surge como uma estratégia de configuração urbana que, para além dos seus recortes de valorização por parte do interesse econômico de seus proprietários, dialogam com a intervenção crescente dos Estados na vida dos habitantes. Aí também vigora certa mecânica.

Afinal, “o poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas condições e conflitos da cidade”, diz Rolnik (2005, p. 24). A Revolta da Vacina no Rio de Janeiro é um exemplo disso: em nome de estratégias de intervenção em saúde pública, configurações urbanas foram propostas.

O estudo da reinserção social como um dispositivo permite, portanto, retomando a tese deste texto, discutir enquanto suas estratégias operam de forma análoga: em nome do cuidado de populações ditas vulneráveis, tem-se oportunidade para uma retificação e reificação de corpos e formas de ocupar o espaço urbano. De certa forma, é tal qual a Revolta da Vacina com a reconfiguração do espaço urbano carioca na passagem do séculos XIX para o XX.

5.1.2 Elaboraões sobre o Estado Que se Constitui por suas Bordas e o Tributo a Michel Foucault

É em *Microfísica do Poder* que Foucault (1982) formula a genealogia das tecnologias de cuidado sendo postas em execução em nome de uma demanda de confinamento e segregação urbanos. Foi assim com a chamada Medicina Social, foi assim com a segregação da doença nos hospitais – que, enfim, deixam de ser hospedarias da morte para serem lugares de formulação e formação da medicina psiquiátrica enquanto operador de um saber e da segregação da loucura nas “casas de loucos” ou hospícios.

A psiquiatria, portanto, nasce dos hospícios, e, por isso, não é a psiquiatria quem recomenda a internação como prática após discernimento crítico, pois a psiquiatria é fruto das próprias internações. Para nosso recorte, entretanto, ateremo-nos ao nascimento da Medicina Social, por enquanto, enquanto simulacro da constituição de territórios.

Foucault (1982) parte de um engodo: “a medicina moderna, na medida em que é ligada à economia capitalista, é uma medicina individual e individualista” quando desmonta que o fluxo para o qual essa individuação se deu não é o adotado pelo senso comum, quando de uma medicina que nasce individual e vai aos poucos se socializando, mas seu inverso: “minha hipótese é que o capitalismo socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho” (Foucault, 1982, p. 47).

Como Foucault arquiteta sua noção – ainda incipiente à época da escrita deste texto – sobre a biopolítica, especialmente quando marca que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera somente pela consciência ou pela ideologia, mas que começa no corpo, com o corpo”, ou ainda quando detalha que “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (Foucault, 1982, p. 47).

Esse esquadrinhamento de como a medicina social nasce e se ocupa – e forja – de cidades e configurações urbanas é detalhado quando Foucault analisa três de suas aplicações: Alemanha, França e Inglaterra. A socialização do corpo ou a medicina de Estado na Alemanha parte da ideia de que não é a força do corpo que trabalha, é a força do Estado. E é essa força estatal, a força do Estado em seus

conflitos, que a medicina deve aperfeiçoar e desenvolver. E, no caso da Alemanha, isso foi feito, segundo Foucault, por meio da criação da chamada “política médica”. Tratou-se de um sistema mais completo da observação da morbididade do que simples quadros de nascimento e morte, ou os censos tais como eram realizados desde o Império Romano. Este refinamento estatístico, por assim dizer, esteve acoplado à importante normalização da prática e saberes médicos – Foucault é categórico a este respeito quando diz que “A Alemanha normaliza seus médicos, tal qual a França normaliza seus canhões e professores” (Foucault, 1982, p. 48).

Já o processo francês guarda algumas vicissitudes que são muito caras às proposições deste estudo e da tese aqui discutida, pois não se trata de uma medicina social, propriamente dita, mas daquilo que Foucault cunha enquanto Medicina Urbana. Trata-se do desenvolvimento da medicina social tendo como foco não exatamente as pessoas, mas *o meio*, a circulação, a forma como o espaço de uma cidade desproporcional como Paris nos idos do século XVIII, com quase dois milhões de pessoas, significava ao contexto europeu à época.

São interessantes suas descrições sobre o medo urbano, o medo da cidade ou a angústia diante da cidade que pairava sobre seus habitantes. Foucault recorre a exemplos salutareos como o chamado pânico decorrente dos cemitérios dos inocentes para explicar tal inquietude político-sanitária. Explica que, em uma cidade-mercado (cito a expressão por conta, para fazer valer a alusão ao estudo de Rolnik) que se avoluma da forma como ocorrido em Paris, a questão do destino dos corpos não havia sido estrategicamente pensada e o único cemitério da cidade, literalmente, transbordava:

“O amontoado no interior do cemitério era tal que cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam para o lado de fora” descreve Foucault antes de inferir que, “no espírito das pessoas da época a infecção causada pelo cemitério era

tão forte que, segundo elas, o leite talhava imediatamente e a água apodrecia” (Foucault, 1982, p. 49)⁶⁴.

O exemplo ilustra, portanto, que a medicina francesa era uma medicina urbana. Tinha por objetivos analisar os lugares de acúmulo, amontoamento de tudo que no espaço urbano podia provocar doenças, além do controle da circulação da água e do ar e da organização do esgoto em sequências. Tem-se, segundo Foucault, alguns desdobramentos importantes nesse processo, a começar pelo fato de gerar a noção de salubridade que o higienismo, o saneamento básico e a configuração urbana atual herdariam, passando pelo fato da prática médica se por diretamente em contato com ciências extra-médicas, fundamentalmente a química, e pelo fato de esta ser uma medicina que não é voltada aos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos. Uma medicina, portanto, voltada às condições de vida e dos meios de existência.

Em nossa inflexão, este é, portanto, um ponto que dialoga com os ideais das práticas de cuidado dispensadas aos adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas na contemporaneidade, uma vez que, em muitas aplicações das políticas públicas – quer seja na área da saúde, quer seja na área da assistência social, quer seja em nome de atender aos esquadrinhamentos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente – quando da tipificação das medidas socioeducativas, o que se tem como resultado prático são ações que tratam o esquadrinhamento, segregação, recuperação e “reinserção social” de formas análogas, em que pese eventual hipótese, às estratégias com as quais Paris – a primeira megalópole moderna – teve que se haver com seus dejetos e cadáveres.

Há na própria literatura algumas fábulas que servem para imaginar os odores e as infestações exaladas no contexto dos conglomerados urbanos à época. A própria derivação e distorção da Fábula do Flautista de Hemelin para sua versão de um encantador de ratos pode ser usado como alegoria para resgatar o imaginário

⁶⁴ Ilustra a descrição do Cemitério dos Inocentes trazida por Foucault uma reportagem aleatória de uma revista de turismo que recomendava a visita às curiosas catacumbas de Paris e descrevia que “O bairro Les Halles, em Paris, estava numa situação calamitosa no século 18. A superpopulação do Cemitério dos Inocentes, que já tinha quase 1 000 anos de uso, tornou a região foco de doenças. Até o filósofo Voltaire descreveu a situação: ‘Os cachorros vêm aqui para cavoucar os ossos; um vapor grosso exala dali’. Quando um dos muros do cemitério desabou em uma casa, em 1780, o governo, depois de ouvir tanta reclamação, ordenou fechá-lo. Cinco anos depois, para eliminar o mau cheiro da região, foi decidido que o cemitério seria destruído. O serviço sanitário parisiense empreendeu, então, um grande rearranjo de mortos, que fechou cemitérios mal conservados e levou toneladas de ossos para o subsolo da cidade, nas chamadas Catacumbas de Paris” (<http://www.embarquenaviam.com/2012/01/03/as-curiosas-catacumbas-de-paris/>, acesso em julho de 2017).

que as epidemias e pestilência pintarão, séculos depois, com tons mais densos na história destas cidades.

Outra fábula, essa extraída de um autor alemão contemporâneo, Patrick Süskind (1985), que escreveu o romance “O Perfume” (*Das Parfum*), também parece traduzir alguns dos odores e ardores da Paris na época em que Foucault traça a genealogia da medicina do meio. Embora um tanto quanto denso, vale no corpo do texto trecho da criação de Süskind:

Aqui, no sítio mais fedorento de todo o reino, nasceu Jean-Baptiste Grenouille, a 17 de Julho de 1738. Foi um dos dias mais quentes do ano. O calor pesava como chumbo sobre o cemitério, projectando nas ruelas vizinhas o seu bafo pestilento, onde se misturava o cheiro a melões apodrecidos e a trigo queimado. Quando começou com as dores de parto, a mãe de Grenouille encontrava-se de pé, atrás de uma banca, na Rua Aux Fers, a escamar as carpas que acabava de estripar. Os peixes, supostamente pescados no Sena nessa mesma manhã, já cheiravam pior do que um cadáver. A mãe de Grenouille não distinguia, no entanto, entre o cheiro a peixe e o de um cadáver, na medida em que o seu olfacto era extraordinariamente insensível aos cheiros, e, além disso, a dor que lhe apunhalava o ventre eliminava toda a sensibilidade às sensações exteriores. Apenas desejava que a dor parasse; desejava pôr termo o mais rapidamente possível a este repugnante parto. Era o seu quinto. Todos os outros se haviam verificado atrás desta banca de peixe e sempre se tratara de nados-mortos, ou quase, porque a carne sanguinolenta que dela se escapava não se diferenciava grandemente das miudezas de peixe que juncavam o solo, e também não possuía, além disso, muito tempo de vida; à noite, tudo era varrido a trouxe-mouxe e levado nas carroças, em direcção ao cemitério ou ao rio. Era o que deveria passar-se, uma vez mais, naquele dia e a mãe de Grenouille, que ainda era jovem, vinte e cinco anos feitos, que ainda era bonita, que conservava quase todos os dentes e tinha ainda cabelos e que, independentemente da gota, da sífilis, e de uma leve tuberculose não sofria de qualquer doença grave, que esperava viver ainda muito tempo, talvez cinco ou dez anos, e talvez até mesmo casar um dia e ter verdadeiros filhos na qualidade de respeitável esposa de um artesão viúvo (por exemplo)... a mãe de Grenouille desejava que tudo já tivesse acabado. E quando as dores de parto se fixaram, agachou-se, deu à luz debaixo da sua banca de peixe tal como das vezes anteriores e cortou com a faca de peixe o cordão umbilical do recém-nascido. Em seguida, porém, e devido ao calor e ao mau cheiro que ela não apercebia como tal mas como algo de insuportável e estonteante – um campo de lírios ou uma divisão demasiado pequena a transbordar de junquinhos –, desmaiou e caiu para o lado e rolou debaixo da banca até ao meio da rua, onde ficou estirada com a faca na mão (Süskind, 1985, p. 9 e 10).

Embora a trajetória do personagem de Süskind (1985) seja salutar para inferirmos sobre a própria concepção de reinserção social, sobre os reformatórios idealizados e descritos pelo romancista da Paris de época, é apenas com essa citação que, acoplada ao texto, valemo-nos desta obra para ilustrar a questão característica dos odores.

Foucault (1982), contudo, descreve outro gerenciamento urbano salutar e o quanto as práticas médicas serviram ao esquadramento e forja das cidades quando retoma o espaço e o contexto inglês que deu origem à medicina social naquele canto da Europa, ainda que décadas depois das inovações francesas.

A medicina social inglesa toma como ponto de partida, portanto, a partir do contexto da epidemia de Cólera de 1832, a partir das revoltas da população inglesa por conta da normatização do sistema postal e do sistema de carregadores – que culminou na interrupção da atividade econômica mínima de centenas de pobres e uma série de revoltas nas cidades britânicas já no contexto da Revolução Industrial – as populações pobres. Por isso, é tratada por Foucault (1982) como a “medicina dos pobres”.

Nisso Foucault é categórico ao afirmar que o pobre não foi o primeiro, mas o último alvo da medicina social, em uma outra inversão importante do que o perpetuado pelo senso comum. O nascimento da medicina social na Inglaterra coincide com a ideia de periculosidade social do pobre. É quando aparece de maneira ambígua algo importante na história da medicina social: “a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de sua saúde”, diz Foucault quando faz referência às revoltas sociais que os problemas de saúde ajudavam a fermentar, “quanto um controle pelo qual as classes ricas asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas”, no que há uma referência direta às epidemias diversas – entre elas a citada epidemia do Cólera de 1832, na qual a única forma das elites se protegerem implicava, necessariamente, a proteção das classes mais pobres.

Decorre daí, ainda segundo Foucault, alguns ornamentos jurídicos importantes, como a chamada “Lei dos Pobres”, de 1870, atribuída a John Simon, com um serviço autoritário de controle médico (não de cuidados médicos) à população e seu esquadramento em “*health services*” e “*health offices*”. Em síntese:

“Essa fórmula da medicina social inglesa foi a que teve futuro, diferente da medicina urbana e sobretudo da medicina de Estado (...) possibilitou três coisas: assistência médica ao pobre, controle de saúde e força de trabalho, esquadramento geral da saúde pública permitindo as classes mais ricas se protegerem dos perigos gerais (...) sua originalidade: permite a realização dos três sistemas médicos superpostos e coexistentes: uma medicina ocidental destinada aos mais pobres, uma medicina administrativa

encarregada dos problemas mais gerais como a vacinação, as epidemias, etc. e uma medicina privada, que beneficiava quem tinha meios para pagá-las” (Foucault, 2007, p. 55).

Tal ordenamento gerencial tem suas derivações sucessivas e, ao olharmos, entre tantos exemplos, para o organograma do gerenciamento das ações de saúde no Brasil, não é de se espantar que o Ministério da Saúde tenha sob sua tutela pastas que vão desde o cuidado e a oferta de dispositivos diretos de saúde – no caso do Sistema Único de Saúde – até pastas que são gerenciais e administrativas, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou mesmo a Agência Nacional de Saúde Alimentar. É esse modelo que “vinga” e que cunha diversos moldes de medicina social mundo afora — modelo que, de certa forma, é (até o momento da escrita desta tese) reeditado no Brasil em ações como a Estratégia de Saúde da Família que, mais do que garantir o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde, consolidando-se enquanto investimento de saúde para populações segregadas pela configuração social, em muitos casos presta-se ao controle de um tipo de estado que se legitima por suas margens.

Entramos na discussão específica sobre as políticas públicas e seus diferentes usos e cooptações – sem desconsiderar suas potências, evidentemente, ainda mais em se tratando de um histórico gradual de conquistas que, até meados da década de 2010, vinham em uma ascendente no Brasil – em um outro momento do texto, com as “cascas introdutórias”. Por isso nosso olhar, neste ponto das elaborações, busca, como foco, trazer mais elementos para subsidiar o debate sobre a composição dos territórios na contemporaneidade.

5.1.3 Elaboraões sobre o Espaço Crítico e o Tributo a Paul Virilio

Um texto de 1984 de Paul Virilio, “O Espaço Crítico” (publicado no Brasil em 1993) se mostra basilar para nossa trama. Ali, Virilio parece estar antenado não só com o tempo que se descortinava sobre sua vivência, como parece ter vislumbrado as transformações que as tecnologias – em especial a internet – proporcionariam às políticas de subjetivação décadas depois.

O texto é dividido em cinco partes. Na primeira delas, intitulada “A cidade superexposta”, Virilio (1993) traça a alteração das cidades com muro, comuns aos tempos medievais, tal qual descrito por Rolnik (2005), para as cidades sem muros –

ou que tem suas fronteiras invisíveis ou fluidas, por meio de novos portais ou pórticos, tal qual outrora eram os fortes ou o porto, onde o modelo do aeroporto é a escala última dessa porosidade seletiva.

Interceptar em vez de isolar é o mote de cidades que têm seus habitantes como interlocutores em trânsito. De onde Virilio (1993) lança-nos a pergunta: "em que momento a cidade nos faz face?" para, em seguida, responder que, diferente de uma cidade pré-mercado, para valermo-nos novamente dos termos de Rolnik, não é mais o momento em que o sujeito para diante do pórtico ou portal da cidade. A cidade nos faz face jamais diante da cidade, somente dentro da cidade.

Não por acaso Virilio (1993) marca a assunção das paredes-cortina enquanto símbolos, elegendo os prédios com "paredes de vidro transparente" como seu signo. Relata este elemento arquitetônico como que estando à deriva, flutuando em um tipo de éter. O pleno deixa de existir. As transformações não se esgotam aí, perpassam a passagem que vai do público ao privado para a passagem em próximo e distante. Situações nas quais os protocolos de acesso sucedem os portões-portais, ou em que o tempo constitui superfície.

Este é o cerne de sua argumentação: suas proposições sobre a velocidade. Para isso o autor recorre à configuração e à forma urbana que, mais do que programação de territórios, vai sendo acoplada, sobreposta, sucedida por uma programação de horários que causa a instauração de um presente permanente "cuja intensidade sem futuro destrói os ritmos da sociedade" e no qual a "inércia tende a revogar a antiga sedenteriedade" (Virilio, 1993, p. 34).

Em vez de monumentos, a cidade ergue e sustenta ociosidade, filas de espera. Seguindo esta análise, pode-se elaborar a manutenção da inércia de certas populações como tentativa de imposição de ordem. O espaço urbano perde sua realidade geopolítica, a superfície passa a ser definida mais como "interface entre dois meios onde ocorre uma atividade constante entre as duas substâncias postas em contato" do que enquanto um território. Há a mutação da própria noção de limitação, que passa a ser mensurada por gradientes de comutação.

Virilio (1993) insiste na transformação das cidades e, em seu percurso, podemos antever passagens comuns ao que Gilles Deleuze (1992) tratará como assunção das sociedades de controle. Não só eram autores contemporâneos como referiam-se mutuamente. A ideia da instauração de um presente permanente

proposta por Virilio também virá ao encontro de outros textos definidos como balizares para entender aquilo que alguns autores definem como pós-modernidade, como as proposições de Christopher Lasch sobre a Cultura do Narcisismo (1983) ou mesmo as de Zygmunt Bauman (2001) quando da liquidez enquanto paradigma subjetivo.

Suas proposições sobre a “era das velocidades” podem ser melhor alcançadas quando Virilio (1993), contudo, esboça o argumento de que “se o espaço é aquilo que impede que tudo esteja no mesmo lugar (...) este confinamento brusco faz com que tudo, absolutamente tudo, retorne a este lugar, a esta localização sem localização”, de onde extrai que, depois das distâncias espaço-tempo, é a distância-velocidade a atopia de uma interface única e a grandeza primitiva aquém de toda medida tanto de tempo como de lugar.

Ocorre, segundo ele, uma desertificação.

Este conceito, embora remeta diretamente à assunção de desertos, pode, para as inflexões aqui propostas, dar outro lastro à própria temática da deserção. Em um modelo de cidade e configuração urbana que tende a colocar a inércia no meio, no centro de todo deslocamento, esta parece ser, por esta argumentação teórica, a consequência única das mobilidades e ocupações urbanas: criar para si desertos, hiatos de deslocamentos, flanagens, zonas autônomas temporárias como estratégia de resistência e existência urbana. Como fazer isto em tempos de acoplamentos com *smart-phones*? Como fazer isso em tempos que a paisagem parece se tornar fundo de fotos para redes sociais, *croma-key*?

Antes dessa discussão possível à partir da leitura do texto e, sobretudo, dos elementos coletados e apresentados pós-imersão no campo, cabe pensar sobre quais instrumentos dariam conta desse tipo de contato, dessas desertificações, dessa composição com a paisagem urbana. À luz do que nos traz Virilio (1993), não é difícil de supor que instrumentos de transporte como o skate se desdobram enquanto signo de subversão em meio a tais paradigmas. Mas nossa investigação permite inferir em que medida o próprio acoplamento dos sujeitos com a droga permite esse tipo de “transporte” ou “modulações de velocidade”, por assim dizer.

Eis onde retorno à pergunta do autor: onde começa sua cidade?

Provavelmente nos espíritos, nesta ansiedade passageira que acometem aqueles que voltam de um longo feriado diante de perspectiva de notícias indesejadas, como o risco de um arrombamento, da violação de sua

propriedade. Ou, talvez, inversamente, no desejo de fugir, de escapar por um momento de um ambiente técnico opressor para se reencontrar, se recuperar um pouco (Virilio, 1984, p. 35).

A cidade passa a ser etérea, quase que virtual. Sensação mais do que monumento. É quando demolir torna-se tão ou mais rentável que construir e a discussão sobre arquitetura precisa ser feita sob o prisma da pós-arquitetura, ou o que fazer com os cacos, as ossadas, os vacúolos da cidade torna-se tão imperativo quanto discutir as irradiações e destinos das conurbações. Não por acaso, a questão das *cracolândias* ocupando esses vacúolos torna-se interessante e estratégica para modulação de discursos, uma vez que a própria concepção de território é subjetividade em imanência. Eis de onde posso extrair pistas para o embasamento do aforismo: “todo espaço é psíquico”.

O espaço construído não o é exclusivamente pelo efeito material e concreto das estruturas construídas, da permanência dos elementos e marcas arquiteturais ou urbanísticas, mas igualmente pela súbita proliferação, a incessante profusão de *efeitos especiais* que afetam a consciência do tempo e das distâncias, assim como a percepção do meio (VIRILIO, 1993, p. 43).

Ao lado das técnicas de construção, a construção de técnicas. Urbanismo transcende monumentos e catedrais e passa a ser composto/decomposto por sistema de transferência de trânsito e transmissões. Por isso Virilio (1993) permite se referir a dois tipos de arquitetura nesta discussão sobre pós-arquitetura: uma que é material, clássica, a do espaço geográfico e político; outra que é imaterial, que responde a um *continuum* das sociedades, que responde à própria organização e desorganização do espaço-tempo. Daí a necessidade de uma espécie de introversão da arquitetura em favor das tecnologias de espaço, que culmina na questão levantada por Virilio (1993): a arquitetura urbana pode se equiparar à arquitetura extensiva?

É, por fim, com a figura da metrópole enquanto fóssil da sociedade que Virilio (1993) conclui sua discussão sobre a cidade superexposta. A crise das narrativas da modernidade, a crise das referências tal qual catalogadas por diversos autores da sociologia e da psicanálise (de Beck a Latour, de Lyotard à Lasch, para citar alguns) ganha um novo elemento proposto por Virilio: a própria crise da dimensão que culmina na velocidade enquanto grandeza: a transparência toma o lugar das aparências e há a transmutação das representações (Virilio, 1984, p. 18-19).

A partir daí Virilio argumenta sobre a “fatura morfológica”, tema que batiza a segunda parte de seu livro. Pode desenvolver a ideia de que a *polis* passa a estar sob o domínio da percepção (e faz isso recorrendo a citações como a de Johns que sentencia que “em política, diferentemente da física, percepções são fatos”). Ressalta que “a imagem da cidade esfumou-se e dissipou-se a ponto de, hoje, não ser mais do que uma lembrança, uma rememoração, uma unidade de vizinhança” (Virilio, 1993, p. 38).

Por isso a abolição das distâncias de tempo operada pelos diversos meios de comunicação resulta em uma confusão cujos efeitos são sentidos pela imagem da cidade, relata Virilio. Efeitos de torção e distorção iconológicas cujas referências fundamentais desaparecem umas após outras. Eis porque há a supremacia da distância-velocidade sobre o espaço-tempo, com a assunção de máquinas de transferência e outras fontes de avaliação eletrônica do espaço. Em 1984, ano em que seu livro foi escrito e efeméride sugestiva se resgatarmos a distopia de George Orwell em livro homônimo, Virilio tem como horizonte de acoplamentos tecnológicos a teleobservação, por onde deixa vazar seu fascínio e estranhamento através, sobretudo, da ideia do observador sem contato com a realidade observada.

Em tempos de teleconferência, de chamadas de vídeo simultâneas a todas as partes do planeta por conexões simples com a internet, tais elocubrações podem até parecer infantis, mas dadas as condições e análises de Virilio, não há como deixar de escapar que seu pensamento era até certo ponto visionário. Em uma época em que o mundo ocidental pôde realizar as primeiras grandes transmissões em nível mundial ao vivo – como a transmissão dos Jogos Olímpicos de Moscou em 1980 ou da Copa do Mundo da Espanha em 1982 – interessou a Virilio o quanto tais paradigmas superavam o ponto de fuga, o centro onipresente sob o antigo olhar em perspectiva. Ou, dito ele outra forma, do quanto tais transmissões representavam o ponto em que a velocidade assumia a definição ou redefinição do espaço sensível.

Nessa operação, a memória passa a ser mais o trajeto do que a trama. A máquina da observação da viagem é mais a conquista da imagem do que, propriamente, seu vetor transporte. Virilio não diz isso, mas podemos inferir daí que a pergunta “qual imagem que lhe vêm à mente da ida do homem à lua” pode ser sucedida mais pelo ícone do astronauta fincando a bandeira estadunidense em solo lunar do que a espaçonave Apolo 13 que o conduziu até lá, seja em sua partida

apoteótica, acoplada a diversos foguetes propulsores, seja seu retorno capsular – capsula que David Bowie, não por acaso, cantou como lata em “*Space Odity*”.

A crise da noção de dimensão é, para Virilio, a crise do inteiro, do espaço-substância. A duração passa a ser feita em instantes. “A exatidão é a relação do valor medido com o de sua incerteza. Pode-se, igualmente, caracterizar a exatidão pelo seu inverso, que é a incerteza relativa.” Por isso Virilio pôde lançar mão da *esthesis*: não medido, que se opõe à própria noção de estética enquanto algo dotado de medidas harmônicas.

Recorre então a aspectos da metrologia, enquanto ciência da medida, desde sua fundação simbólica quando, entre 1735 e 1751, La Condamine chefiou a expedição com o intuito de circundar a linha imaginária do equador para medir um grau do meridiano terrestre, até sua fundação oficial, em 1789. É desta conferência fundante da metrologia que se extrairá, menos de 10 anos depois, o postulado de que o metro padrão responde à décima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre – padrão este que suplanta as medidas do Antigo Regime em um tempo pós-revolução francesa.

Há complemento e ressonâncias entre o instrumento de medida e o meio técnico: acoplamentos com veículos dinâmicos como cavalo, mula e barco são feitos com suas interfaces estáticas: pista, caminho, ponte. Há a conservação do metro padrão em uma régua de platina. Mas, aos poucos, tais postulados vão se agrupando com outras ideias que culminam na crescente desmaterialização dos referentes: tais materiais são substituídos ou preteridos pela escala em favor da luz, com a própria supremacia da luz e da velocidade da luz enquanto vetor.

Para Virilio (1993), o que é importante a ser destacado é o deslocamento da observação ocupada para o domínio ótico e, depois, para a própria percepção indireta (com os novos instrumentos de medida). A passagem é a da criação do vácuo para a supressão da própria atmosfera, do radar para o laser estabilizado.

Por isso, não por acaso, a XI Convenção Geral de Pesos e Medidas realizada à época da escrita de “O Espaço Crítico”, ocorrida em Paris em 1960, definia a grandeza “metro” tomando como referência não mais a metrologia mensurável da milionésima parte do quarto de meridiano (no caso do metro), plausível para o raciocínio de um estudante de ensino fundamental, mas pelos refinamentos em torno de irradiações de luz ou frequências: “o metro é o comprimento igual a

1.650.763,73 extensões de onda no vácuo da radiação correspondente à transição entre os níveis 2 p₁₀ e 5 d₅ do átomo de Krypton 86”. Ou, da mesma forma, a igualmente imensurável definição de um segundo, que passou a vigorar na XII Convenção Geral de Pesos e Medidas: “o segundo é a duração de 9.192.631.770 períodos da radiação correspondendo à transição entre os dois níveis hyperfins do átomo de Césio 133 em seu estado fundamental” (Virilio, 1993, p. 32).

Gosto de pensar que essa disputa pelo saber sobre o espaço, sobre mensuração, sobre o signo-metro, é uma disputa semiótica e, portanto, uma disputa por um tipo de saber sobre algo quase “imaterial”. Em certo sentido, embora sob riscos de reducionismos, faz sentido pensar a disputa pelo saber em torno da alteridade do corpo acoplado com certas substâncias como uma disputa também “imaterial” — uma vez que a “matéria” em questão depende, não só do tipo de corpo-sujeito, como do tipo e frequência da substância alteradora de consciência, além de outras questões inerentes ao que a psicanálise define por *Setting*. E, como isso se acopla com a configuração urbana — áreas de consumo de crack, áreas de consumo de drogas-ostentação, áreas de consumo que são zonas autônomas temporárias — é uma estratégia política. As operações de inserção e reinserção ou reabilitação psicossocial, seja o nome que lhes for dado, tem que ver com esta disputa de posições.

Chega a ser poética a questão levantada por Virilio: estaríamos diante de uma espécie de culto solar reencontrado?

Como avaliar uma ciência pretensamente experimental que elege o vazio mais radical, a maior velocidade, uma mediatização sempre crescente dos meios de comunicação? Como podemos ter deixado de *acreditar em nossos próprios olhos* para crer, tão facilmente, nos vetores da representação eletrônica e, sobretudo, no vetor-velocidade da luz? Não estaríamos diante de um obscurantismo da relatividade, de um culto solar reencontrado?” (VIRILIO, 1993, p. 33).

Para Virilio (1993), trata-se de uma espécie de pós-ciência, portanto, em sua forma insidiosa de guerra pura (intelectual e conceitual) menos afeita à destruição do que à *desratização do mundo*. Trata-se da passagem do geocentrismo e do antropocentrismo para um novo tipo de iluminismo: iluminocentrismo – em que o ponto luminoso torna-se o ponto de fuga. Com isso os dilemas do ponto de partida ou pontos de suspensão passam a ser a origens das origens: da esfera cubo-centro-periférica para tubo-cilindro.

As crises das dimensões físicas do mundo sensível, com a configuração instantânea de observador e observados acoplados, com a ambiguidade da interpretação das transmissões ao vivo, em que a ordem da inteligibilidade dos fatores é substituída ou sobreposta pela sensibilidade dos vetores – a capacidade de se ter ou não sensações – leva ao risco de um delírio generalizado de interpretação, no qual medir é deslocar, dimensionar é defasar, em que emerge a figura do *voyeur-agrimensor* (Virilio, 1993, p. 38).

Daí a sobreposição da distância-espço e da distância-tempo para a velocidade, ou a referida fratura morfológica que batiza esta parte do estudo do Virilio. Nada muito diferente do que a experiência de receber em um cruzamento no trânsito um panfleto com a divulgação de um novo empreendimento: more a 10 minutos do centro. A crise das dimensões inteiras pode ser exemplificada pelo olhar que é ao mesmo tempo lugar e olho; tudo passa a ser imagem e o espaço, tão somente luz. “Os acontecimentos não chegam até nós, eles estão lá e os encontramos de passagem.” A forma passa a ser o fundo que volta à superfície. Devir-eterno retorno?

Em “O Espaço Crítico”, Virilio prossegue sua análise, e insisto em sua exposição para situarmos, quando o texto assim verter, as análises sobre as estratégias de reinserção, inserção e deserção. Não se trata meramente de tracejar mapas sobre como e quando ocupar a cidade, sobre quais os pontos que são acessíveis para as juventudes transitarem, em um exercício quase que primário, nem tampouco trata-se de voltar à especulação sobre o uso dos espaços públicos que lembra a propaganda antiga de bolachas: há maconheiros na praça, por isso ela está vazia? Ou a praça está vazia, por isso há maconheiros na praça?

Não de forma tão coloquial, mas de certa forma, quando Virilio especula sobre “a arquitetura improvável”, há ressonâncias com esta e outras questões, tão caras para entender as configurações urbanas na atualidade quanto para decompor as falácias por trás dos enredos e engendramentos discursivos em torno da questão das drogas na contemporaneidade e seus diferentes tipos de uso.

Virilio (1993), ao retomar a essa instantaneidade, retoma uma espécie de naturalização de como as relações se tornam *instantâneas* e propicia a sensação da velocidade enquanto uma grandeza que sempre estivesse posta. Vale-se para isso da frase de Paul Valery, que teria sido proferida em 1936: “assim como a água, o gás

e a corrente elétrica vêm de longe para nossas casas a fim de responder nossas necessidades mediante um esforço quase nulo (...) seremos alimentados de imagens visuais e auditivas nascendo e se esvanecendo ao mínimo gesto, quase a um sinal” (in Virilio, 1993). Prelúdio da era intertelas.

Assim, aproximar no campo das telecomunicações é inversamente afastar no espaço. Esta análise sobre a inércia versa sobre o olho-arma que, em um teatro, acompanhava uma peça que era encenada para cada lugar do teatro. Se em um teatro de mil lugares mil peças eram encenadas, pois a cada ponto de visão havia a apreensão única e singular da mesma peça, com o cinema essa grandeza se inverte. O espectador vê o que a câmera viu. Mil espectadores assistem ao mesmo filme. A relação entre telespectadores e a inércia permite a concentração no tempo real da emissão e da recepção e renova a antiga concentração no esvoaço real da coabitação, a unidade da vizinhança – até então propriedade da arquitetura.

Por isso Virilio (1993) aplica o conceito de pós-arquitetura. Passamos da divisão do imóvel em cômodos, com sua primeira janela representada pela porta (acesso e realidade da residência), com sua segunda janela representada pela própria janela (no caso dos claustros e burguesia) para a terceira janela do televisor – que décadas depois podemos decompôr em inúmeras outras janelas, como a do espelho-turvo do aparelho móvel de telefone e internet que trazemos acoplado aos nossos corpos e subjetividades na contemporaneidade – novamente a era intertelas.

Mais do que a atualização da política em sua relação com o espaço, Virilio vê-se diante da necessidade de pensarmos sobre uma cronopolítica, uma vez que trata-se da sensação de um tempo contínuo, ou da sensação de um tempo que só é vivido pelo fato de ser interrompido. Território e cidade são organizados em função do tempo interrompido, não só pelos bairros e pelo sistema cadastral dos quarteirões ou pela separação entre centro e periferia, mas também de acordo com o calendário das festas e feriados. “De fato ocorre com a atualidade o que já ocorreu com a modernidade: ela já passou” (Virilio, 1993, p. 77).

Da pós-modernidade à pós-atualidade. A crise da capacidade de compreender o presente corresponde a um colateral da temporalidade tecnológica, com sua transitividade absoluta, sob a ordem unida das persistências auditivas e das retinas. Resta a experiência de vidência como crença, resta à arquitetura a função de andaime: a casa transforma-se em casa-imprensa, uma arquitetura em

que a dimensão-informação se acumula e se comprime, em concorrência direta com as dimensões do espaço das atividades diárias. Retina-rotina, elaboro.

Nas estruturas domésticas passa-se, portanto, do *foyer* (lugar do fogo, da lareira) ao *foyer-óptico*, ao *foyer-lâmpada*. Virilio (1993) propõe repensar o inconsciente visual e a impostura da imediatismo para, enfim, alcançarmos uma análise relativamente lúcida do que ele chama de decadência das políticas de organização territorial e da generalização dos subúrbios.

Eis os elementos em nossa trama discursiva para nos apoiarmos nas proposições de Virilio (1993), embora aqui esmiuçadas com certo preciosismo, sob o risco de pecarmos pelo excesso e não pela falta de elementos, para enfim lançar considerações robustas sobre o entendimento da reinserção social e suas operações enquanto dispositivos. Deixemos esta chave à disposição do leitor.

É preciso, contudo, insistir e torcer mais elementos de “O Espaço Crítico”. Interessa-nos, dentro da supremacia da luz sobre a matéria, aproveitar o conceito de teledistribuição metropolitana proposto por Virilio, suas especulações sobre regimes de temporalidade e transitividade absoluta para alçarmos aquilo que o autor definiu como “a dimensão perdida” e suas considerações sobre memória eletrônica.

Elaboro com a pergunta que parece trivial: o que nos resta, em termos de resquícios mnemônicos, literalmente dizendo, de um deslocamento diário no ônibus ou no trânsito? O que podemos reter de significantes em uma experiência que é condenada a insignificâncias? Quantas e quais modulações de subjetividade estão inseridas em um processo que promete ser trivial e banal – quando a própria decomposição da sensação de presença é a modulação de subjetividade?

São questões que Virilio não nomeou, tampouco formulou dessa maneira, mas que talvez encontrariam ecos em suas proposições sobre a velocidade dando formas a imagens. Para ele, todo sistema interativo supõe um confinamento, uma inércia e graus de liberdade – confinamento inercial que, algum dia, poderia substituir o deslocamento real de pessoas e de objetos: descolonização, descentralização, desorganização. O declínio, portanto, dos grandes conjuntos jurídicos e políticos.

Virilio (1993) propõe que a dignaria da urbanização é um projeto de subjetivação, daí a crise da cidadania territorial, nos termos em que ele se refere. Volto ao postulado “*todo território é psíquico*” para, então, resgatar a importância de

alçarmos o estudo dos fluxos de circulação nas cidades com suas inércias planejadas: interrupções, segregações das políticas de subjetivação que estão em disputa. Se a biopolítica é o retrato dos arranjos de poder capturando o corpo e a vida onde ela está, como Foucault proporá, temos também com este estudo clínico do dispositivo "reinserção social" condições de pensar tais arranjos chegando aonde o corpo (ainda) não está.

Por isso Virilio (1993) é categórico em sua análise ao propor que a crise da noção de dimensão equivale à crise dos direitos humanos. A descentralização urbana tem como pano de fundo o fim da cidade enquanto velho lugar do teatro político. A tal figura imagética convocada por Raquel Rolnik (2005) para delimitar o espaço da *polis* dividia entre acrópole (sede do poder) e ágora (onde os debates acontecem), a preocupação aventada por Foucault (1982) com o nascimento da medicina social ocupando-se do espaço urbano e da circulação na França no final do século XVIII ou ainda os arranjos da chamada "medicina dos pobres" na Inglaterra no século XIX ganham novos elementos de análise: a centralização urbana é substituída por unidades de tempo. Nesta elaboração ou atualização é possível pensar a cidade orbitando prestação de serviços para passar a orbitar deslocamentos. *More a cinco minutos de sua vida.*

A modulação de territórios é, por esta linha de leitura, sucedida pela modulação dos intervalos de tempo em determinados territórios. Modulação dos deslocamentos, portanto. Por extensão, modulação das tecnologias para inserções, reinserções e deserções.

As conclusões que Virilio aponta parecem ir nessa direção: ressaltam a relevância das perspectivas em torno do *tempo real*. Se o que está em jogo é menos o território, o espaço físico, e mais a forma como a instantaneidade, a modulação de inércias e a grandeza-velocidade operam, é necessário verter esforços de apropriação (crítica) das dimensões do tempo-real.

Virilio (1993) defende, para isso, a duplicação estereoscópica das aparências sensíveis enquanto duplicação da estética. A transparência das aparências transmitida à distância corresponde a algo que vai além da "tele-visão" ou da "tele-audição": trata-se do que ele define como "tele-ação" comum ou, em seus termos, "tele-existência", "tele-presença". Sua questão passa a ser:

Como viver verdadeiramente se o aqui não o é mais e se tudo é agora? Como sobreviver amanhã à fusão-confusão instantânea de uma realidade que se tornou ubiqüitária se decompondo em dois tempos igualmente reais: o tempo da presença aqui e agora e aquele de uma *telepresença* a distância, para até do horizonte das aparências sensíveis? (VIRILIO, 1993, p. 35).

As tecnologias do tempo-real incluem a reflexão sobre a poluição das dimensões naturais ocasionadas pelo seu desenvolvimento. Trata-se do que Virilio (1993) define como poluição dromosférica (do radical dromos: corrida). Dimensões que afetam a duração e a sensação do tempo vivido em nossas sociedades. Sua proposição é que a história deixa de existir, é substituída por uma *dromologia pública* – somente a duração pública. Por isso a necessidade de um estudo refinado dos trajetos, no que, mais uma vez, vemos ressonância com a pertinência da discussão aventada nessa tese.

Talvez de uma forma um tanto quanto ingênua face ao arranjo de poderes envolvidos nessa que também é uma das esferas de captura do poder sobre a vida, talvez em um exercício cívico de um otimismo democrático necessário, Virilio aponta para, inclusive, a necessidade de uma espécie de legislação sobre a tal poluição dromosférica, ou por um limite da velocidade do esgotamento das distâncias, como prefere definir.

Sua preocupação é com os acidentes que daí decorrem, não mais acidentes de trânsito, mas acidentes de estacionamento. Algo coerente com seu pensamento – Virilio, certa feita em uma de suas entrevistas, chegou a dizer a célebre frase “quando o homem inventa o trem, inventa o descarrilhamento”.

Nesse momento de conclusão da obra, Virilio (1993) ressalta outra preocupação: a iminência do fim do relevo. Mais uma vez há diálogos quase instantâneos com as proposições que, em outro momento, Deleuze e Guattari (2011) vão traçar ao definir os Mil Platôs ou camadas de intensidade que são o próprio devir da história ou dos sujeitos. Leio a preocupação sobre o fim dos relevos de Virilio com algo além da inércia propriamente dita: a reificação das subjetividades.

Há elementos em Virilio (1993) que parecem corroborar nessa direção, especialmente quando ele fala da chamada vertigem da perspectiva. Ele diz que “afirma-se frequentemente que a vertigem é causada pela visão dos verticais em fuga” e propõe uma leitura da vertigem como a sensação que é provocada pela parada do tempo no instante (real) do ponto de fuga. Trata-se de um novo tipo de

queda, a perda da terra. A poluição dromosférica atinge a vivacidade do sujeito e mobilidade do objeto – é, portanto, poluição das distâncias.

Se a velocidade mata a cor, é preciso, segundo Virilio, acrescentar à ecologia da natureza uma ecologia do artifício. Repensar a lei do menor esforço nas tecnologias passa a ser visto como uma necessidade política.

(...) uma vez que é o *uso* que qualifica o espaço e o ambiente terrestre, só há distância e, portanto, quantidade (geofísica) a percorrer graças a um movimento (físico) mais ou menos durável, o cansaço de um trajeto onde o vácuo só existe através da natureza da ação empreendida para atravessá-lo. A questão "ecológica da natureza do nosso habitat não pode, portanto, ser resolvida sem que nos esforcemos para descobrir a ligação que vincula "o espaço" e "o esforço", a duração e a extensão de um cansaço físico que empresta sua medida, seu tamanho natural ao mundo da experiência sensível (...) uma vez que a ausência de esforço das teletecnologias para ouvir, ver e agir a distância abole direções, a vastidão do horizonte terrestre, nos resta, de agora em diante, descobrir o "novo mundo", não mais como há cinco séculos, o mundo dos longínquos antípodas, mas o mundo de uma proximidade sem futuro, onde as tecnologias do "tempo real" irão em breve sobrepor-se àquelas que no passado organizavam o espaço real do planeta" (Virilio, 1993, p. 118).

5.1.4 Elaboraões sobre o Território Vivo e o Tributo a Milton Santos

Milton Santos, celebrado geógrafo brasileiro, no conjunto de sua obra certamente tem pontos de convergência com as proposições levantadas por Paul Virilio em "O Espaço Crítico". Há, em uma coletânea de seus ensaios ainda na década de 1990, algumas pistas que apontam para essas convergências, especialmente com sua celebrada argumentação de território vivo.

Interessa-nos aqui nessa camada-casca resgatar algumas das questões que Milton Santos retrata sobre a alteração do espaço (ou, no caso, o território vivo) decorrente das etapas de mundialização da economia — época que, de certa forma, culmina na passagem de uma natureza tida como sobrenatural para uma natureza que passa a ser inimiga, ou natureza hostil. O que perseguimos, nesta trilha da cartografia, é a linha que narra as alterações do espaço pelos atravessamentos do assim chamado neoliberalismo.

Decorre dessa passagem de um tempo histórico, possibilitada pela economia mundializada erguendo sobre si um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais, aquilo que Milton Santos definia como graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza que

exige toda uma reconfiguração da concepção de territórios, e por conseguinte da geografia enquanto ciência. Dito com suas palavras, “assim, o problema do espaço ganha, nos dias de hoje, uma dimensão que ele não havia atingido jamais” (Santos, 2013, p.17).

Tais colocações, de imediato, sugerem eco às proposições que aqui sustentamos, de que todo território é psíquico e, evidentemente, auxiliam o olhar dilatado da operação de reinserção social associado à tese de um dispositivo. Elaboro: seu refinamento se torna valioso para, sobretudo, permitir um olhar crítico sobre suas estratégias de confinamento e adequação de sujeitos a territórios que, como sugerido, não condizem nem com a complexidade da clínica em questão (considerando as sutilezas que atravessam os diferentes sofrimentos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas) – ainda mais em uma etapa como a adolescência – nem com os estudos refinados acerca de um território onde o jovem vai ser “reinserido”, o qual não condiz com a concepção estática de retardamentos geográficos tão comuns nos mapas de operadores das políticas de saúde e assistência social.

Por isso, ao seguir as pistas de Milton Santos (2013), podemos ter elementos para corroborar de forma ainda mais enfática tais colocações, especialmente a partir das proposições de Virilio (1993). Se, para este autor, as cidades se reconfiguram na sua forma de paredes de vidro e portais, tais como os aeroportos citados, para Milton Santos a questão ganha foco com o próprio estudo dos lugares e a maneira como são redefinidos enquanto “pontos de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segunda uma gama de classificações que está mudando” (Santos, 2013, p. 19).

Daí sua sentença efusiva, que é uma das epígrafes-guia desta tese: “ali mesmo onde moro, frequentemente não sei onde sou” (Santos, 2013, p. 19). Elaboro: eis algo que dialoga muito com o olhar crítico que tendíamos a ter sobre as operações de reinserção social, especialmente quando se atribui à questão da droga e seus usos abusivos a “responsabilidade” ou “monocausalidade” por aquela que seria a etapa de desterritorialização que o sujeito vive.

Ora, como posto desde a introdução (ou as primeiras cascas desse estudo), a partir das colocações de Deleuze sobre as questões envolvendo drogas, inclusive à medida que elas deixam de ser conectoras e passam a engendrar empreitadas

mortíferas, fica claro que tal explicação de causa única (é a droga que tirou o sujeito da vida comunitária) é rasa. Não que essa etapa é capaz de acometer sujeitos, especialmente os adolescentes, mas a questão é que o próprio lugar não é sinônimo de algo que atribui sentido à vida do sujeito, pois os territórios, tais quais os dispositivos, engendram e disparam discursos, narrativas, identificações e projeções – como a estética da *vida loka* tratada por Malvasi (2012) na casca-um e aqui exemplificada pelo "*ballet*" dos adolescentes em um hipermercado jogando com os seguranças, entre tantas outras possíveis analogias.

A ideia do território engendrando discursos tal qual o fazem os dispositivos, segundo a proposição foucaultiana e seus desdobramentos em Agamben (2005) e Deleuze (1992), encontra ecos aparentemente pouco estudados na obra de Milton Santos (2013). Retomo o texto vertendo-vertigens:

Ali mesmo onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multiforme de informações que ultrapassam ou não me atingem, de modo que me escapam as possibilidades, hoje tão numerosas e concretas, de uso ou de ação. O que parece estar ao alcance de minhas mãos é concreto, mas não para mim. O que me cabe são partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas. Como me identifico, assim, com o meu entorno? (...) Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que se explicam e tão enviesados como as ações que ensinam. Sem discurso, praticamente não entendemos nada" (Santos, 2013, p. 19).

À luz de citações como esta, os tais ecos que aparentemente são pouco estudados entre tais proposições de Santos e a própria contextualização do dispositivo em Foucault ganha mais corpo; a proposta aqui lançada, evidentemente, é que face à dificuldade do sujeito em compor sua identidade ou seu semblante a partir da sensação de pertença em um território – porque esse território se move, esfarela-se, é sobreposto por outras camadas (de linguagem, portanto psíquicas) – são necessárias a erupção e a adoção cada vez maior de discursos. E porque, com isso, há também um esforço para aniquilar narrativas de um sujeito com seu território.

Elaboro que é sobre este solo que se edifica parte dos discursos sobre medo, insegurança, individualismo que a assim chamada mídia amarela, ou os noticiários criminais, engendra nas políticas de subjetivação. A droga enquanto dispositivo é ponto central nesta construção semântica que, mais do que operar sobre os afetos,

opera, literalmente, sobre os territórios: tal lugar é perigoso, tal lugar é seguro, em tal lugar não (se) circula sob determinadas circunstâncias. Regramento de fluxos.

Discursos que podem versar sobre uma linguagem destituída de sentido, meramente “performática” ou que serve como técnica, no sentido de mediar e modelar relações com o nosso entorno. Para Santos (2013), essa noção de técnica aparece como grande banalidade e grande enigma, mas é somente como enigma que a técnica pode exercer influência sobre nossa vida – ou sobre as políticas de subjetivação, acrescentaria – uma que vez que é somente dessa forma que a técnica pode nos impor relações.

Essa concepção do discurso é, portanto, produtora de falsificações de eventos, segundo Santos, pois são o triunfo da apresentação sobre a significação. Num mundo assim feito não há necessidade de interlocutores, porque só existe uma comunicação que é unilateral – alusão ao estelionato da linguagem.

Discursos, portanto, que não são dialógicos, por meio de uma linguagem que opera impondo imagens e que contribui de uma “forma militante contra o desenvolvimento e a expressão de conceitos”, diz Santos (2013) em alusão a um trecho da obra de Marcuse que comenta na referida passagem. Ora, suas proposições vão convergir para uma concepção de território que também se dará por um tipo de relação similar, também desprovida de acontecimentos.

Portanto elaboro a discussão que pode ser feita ainda deixando ressoar as proposições de Virilio (1993): o que houve de mudança da cidade e, então, nossa pertença ao território se configurou de outra maneira. As pistas que podemos seguir a partir de Santos (2013) é que, com isso, a relação com a própria linguagem alterou-se de forma substancial, a ponto de fazer emergir um tipo de organização de narrativa por discursos (ou, nesta nossa proposição, dispositivos) e, com isso, a noção de apropriação dos territórios se desfez.

Dá para elaborar ardidos arranjos de semiótica de botequim: a produção de inércias e confinamentos destinados a certos grupos populacionais gera impactos biopolíticos inclusive por alcançar espectros ou camadas de linguagem. Essa ideia acopla-se ao estudo das escritas da cidade. Por tal prisma, a camada de ocupação semiótica da *pixação* é mais uma das múltiplas interferências que se sobrepõem: frequências de radiotransmissão, motores, monóxido de carbono, territórios sonoros

diversos. Camadas que se tornam visíveis, camadas que deixam de ser visíveis. Miopias que se alastram por outros afetos.

Não considero tais elaborações excludentes ou antagônicas com a discussão posta sobre o dispositivos da reinserção social ou mesmo sobre a leitura das drogas enquanto dispositivo. Muito pelo contrário: elas podem coexistir em muitas situações e análises, em comensalismos. Mas, ao resgatar tal diferenciação, miro o exercício de repetição e diferença proposto por Deleuze (1998) e creio que raciocínio análogo pode ser feito quando se discute, entre tantos exemplos, o próprio contexto das *cracolândias* nas regiões centrais das cidades.

Gosto de dizer em eventos nos quais tenho a oportunidade de debater a questão que, não raro, tratamos o paradigma da existência das *cracolândias* tal qual o *slogan* de uma antiga campanha publicitária de bolachas que interrogava se o biscoito vendia mais porque era fresquinho, ou era fresquinho porque vendia mais. Da mesma forma, por esta analogia, as *cracolândias* degradaram as regiões centrais das cidades ou as regiões centrais degradadas da cidade foram esvaziadas e necrosadas a ponto de serem ocupadas – e inclusive fomentarem – a existência das *cracolandias*?

Não nos cabe aqui responder a tal questão, evidentemente. Cabe-nos, sim, pensar, em um primeiro estalo, que não há uma resposta que exclua a outra, mas que essa coexistência de vetores inclui pensar que sim, a relação com o território (ou a não relação) é fundamental para que tais concentrações de usuários vertam como acontecimentos ou mesmo sob certo tom idealizado, como zonas autônomas temporárias.

E, da mesma forma, cabe transpor raciocínio análogo para o contexto de violência e confronto pelo mercado ilegal de drogas cristalizado nas regiões das periferias, elaborando questões sobre a destituição ou afirmação de territórios. Por isso, também elaboro que a operação de reinserção social opera como um dispositivo: emprega e investe eixos discursivos para forjar a relação de sujeitos em uma determinada comunidade, cristalizando o jogo de forças das relações sociais e de classes que “naturalizam” a existência da violência nas periferias, e naturalizam as próprias periferias enquanto lugares para estratos de *vidas descartáveis* da sociedade – e foco para determinadas ações do Estado por meio de políticas públicas que, não raro, miram mais em confinamento do que emancipação.

Assim, não é mero acaso as dificuldades históricas em se implantar um modelo de Reforma Psiquiátrica no Brasil filiado ao modelo italiano, de forte inspiração comunista, ou mesmo as disputas estratégicas em torno do Sistema Único de Saúde – a questão ultrapassa “cuidar do sofrimento das pessoas” e tem outra tradução na diferenciação da perspectiva de uma saúde coletiva ou de uma clínica da cultura em relação à perspectiva da saúde individual, ou da *produção do problema da droga como caso de polícia e saúde pública* (Viana, 2009).

Por estas reflexões, fica evidente a noção do tamanho do “perigo” que há no subtexto dos chamados “rolezinhos” ou, no nosso exemplo citado, a própria circulação dos jovens no hipermercado famoso. A questão que envolvia a prevenção de perdas não era sobre quantos chocolates ou frascos de leite fermentado com lactobacilos vivos pudessem ser perdidos do estoque da rede, e sim o quanto daquele território estratificado como “seguro”, “higiênico”, “*clean*” poderia ser arranhado pela simples presença e circulação de corpos-territórios como aqueles.

Corpos-territórios que, no referido “*ballet*”, comunicavam algo. Transcendiam a linguagem e o lugar marcado dos discursos, exercendo quase a função de “acontecimento”, “*happening*”, “*flashmob*” ou, para usar um termo de Lefebvre citado por Santos (2013), um tipo de “terrorismo da linguagem” em que o medo é capitalizado como o afeto que vai moldar de forma decisiva operações de territorialização, seja criando esses ambientes seguros, seja confinando “sujeitos de bem” em suas casas, seja confinando sujeitos que parecem não ser de bem em suas “comunidades”, tal qual se faz com algumas espécies em jaulas e áreas em jardins zoológicos.

Mas, a partir das ressonâncias ainda caras do estudo da obra de Virilio (1993) sobre o espaço crítico – e também fazendo eco ao próprio estudo de Raquel Rolnik (2005) sobre como as cidades se constituem na contemporaneidade – há outro ponto de convergência muito importante com o estudo de Milton Santos (2013): a questão da velocidade enquanto grandeza universal.

O foco de Milton Santos não é exatamente nomeado a partir da velocidade como grandeza universal, como proposto por Virilio (1993), mas sim o estudo da velocidade enquanto forma de mensurar os impactos no tempo-mundo e no espaço-mundo decorrentes da aceleração contemporânea. Cito-o.

As acelerações são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo (...). A aceleração contemporânea não escapa a esse fato. Ela é tanto mais suscetível de ser um objeto da construção de metáforas quanto, para repetir Jacques Attali, vivemos plenamente a época dos signos, após haveremos vivido o tempo dos deuses, o tempo do corpo e o tempo das máquinas. Os símbolos [signos] baralham porque tomam o lugar das coisas verdadeiras (...) A aceleração contemporânea impôs novos ritmos aos deslocamentos dos corpos e ao transporte das ideias, mas também acrescentou novos itens à história (...) [e] é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e da sucessão alucinante” (Santos, 2013, p. 28).

Novamente tal discussão pode ser feita não só trazendo ecos à questão da grandeza velocidade, descrita por Paul Virilio (1993), mas àquela ideia posta nas camadas iniciais deste texto em alusão à colocação de Deleuze (2006) de que as drogas concernem e fomentam velocidades.

Considero esse argumento válido, especialmente quando pensamos o lugar das drogas (e mesmo o lugar de algumas condições de produção de subjetividades) sob a égide de aceleradores ou catalisadores de tempo-experiência e redutores ou depressores da sensação de passagem do tempo-experiência. Em um caso, estimulantes. Em outro, ansiolíticos.

Operar com as velocidades é uma questão de operar o corpo – e, por esta leitura da concepção viva do território, também uma modulação de espaços e lugares. Se na fábula de Lewis Carrol, “Alice no País das Maravilhas”⁶⁵, a personagem tinha o encantamento proveniente de dois tipos de cogumelos, um que usava para encolher, outro que usava para se agigantar, podemos pensar que, de forma análoga, o “cardápio” de substâncias lícitas ou ilícitas traz constantemente essa regulação – seja no caso do comprimido para ter “gás” para levantar ou mesmo para se concentrar, sucedido pelo comprimido para dormir, no caso das drogas lícitas, seja no caso dos relatos que ouvíamos sobre os diferentes usos de drogas não prescritas por parte dos adolescentes que atendíamos em diversas graduações, mas aqui exemplificados com falas do tipo “cheirei tanto que não conseguia dormir, até que fumei um pra pegar no sono”.

A questão da operação das velocidades implica pensar sobre a configuração dos cotidianos e sobre a instauração de imediatismos, tão evidentes no conceito da “contrafissura” descrito por Antonio Lancetti (2015), e implica pensar nas

⁶⁵ CARROL, Lewis. As aventuras de Alice no País das Maravilhas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

configurações dos territórios, segundo Milton Santos (2013), e a forma como esses são tramados a partir destas relações. Penso ser importante resgatar mais algumas de suas proposições, como quando infere que:

Esse efêmero não é uma criação exclusiva da velocidade, mas de outra vertigem, trazida com o império da imagem e a forma como ela é engendrada, através da engenharia das comunicações, ao serviço da mídia – um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponha a ideia da duração e a lógica da sucessão. (...) Temos, sem dúvida, um tempo universal, um tempo despótico, instrumento de medida hegemônico, que comanda o tempo dos outros. Esse tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas convergentes. Nesse sentido, todos os tempos são globais, mas não há um tempo mundial (...) Todos os lugares são mundiais, mas não há o espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares. O que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas (...) As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemonzados pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos. Quanto ao espaço, ele também se adapta à nova era. Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o *locus* de atividades de produção e de troca em alto nível e, por isso, considerada mundiais. Esses lugares são espaços hegemônicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares (Santos, 2013, p. 29).

Além da consideração aqui posta sobre a relação do império da imagem, a própria discussão sobre os meios de comunicação, é de se destacar a colocação de Santos sobre o fenômeno que à época de seu escrito (anos 1990) era cunhado sob o estudo da então chamada globalização. Estava claro que tal operação não se dava sobre os territórios organizados na forma de um espaço mundial, e sim na ideia de pessoas e lugares – que aqui pode ser transposto para “corpos” e “comunidades”.

Por isso a questão da reinserção social como dispositivo aponta para mais essa estratégia de modulação: dos corpos aos quais são destinadas – quase nunca se escuta falar de operações de reabilitação psicossocial ou reinserção social para adolescentes de classes favorecidas economicamente, para os estudantes de colégios de elite que têm problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, quanto se ouve dizer em “comunidades”, bairros, vilas, periferias e demais apelidos da “*quebrada*”.

Retomo o debate de Deleuze sobre o dispositivo que, enquanto *máquinas de fazer ver e fazer falar*, engendra processos de subjetivação e de apreensão de novidades, ou *acontecimentos*:

Todo dispositivo se define assim por seu teor de novidade e criatividade, que marca ao mesmo tempo sua capacidade de se transformar, ou de se cindir em proveito de um dispositivo futuro, ou ao mais contrário, de fortificar-se sobre linhas mais duras, mais rígidas ou sólidas. Na medida em que elas escapam das dimensões de saber e poder, as linhas de subjetivação parecem particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não param de abortar, mas também, de serem retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo (...) Nós pertencemos a dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo em relação aos precedentes pode ser chamada de sua atualidade. O novo é o atual. O atual não é aquilo que somos, mas antes o que nós nos tornamos, aquilo que estamos nos tornando, isto é, o Outro, nosso tornar-se outro. Em todo dispositivo é preciso distinguir aquilo que nós somos (aquilo que nós já não somos mais) e aquilo que nos estamos nos tornando: a parte da história, a parte do atual (DELEUZE, 1996, p. 6).

Poderia acrescentar, à luz do breve debate sobre a obra de Milton Santos, que se trata de distinguir aquilo que somos (aquilo que já não somos mais) e aquilo que estamos nos tornando: a parte da história, a parte do atual e *a parte do lugar*. Tornamo-nos lugares, ou, dito de forma mais direta:

(...) basta considerar o espaço não como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da alão, isto é, o domicílio da liberdade. A vida não é produto da Técnica, mas da Política, a ação que dá sentido a materialidade (SANTOS, 2013, p. 35).

A partir daí decorre uma questão muito estratégica: em que medida criar um tempo para si, subverter a ordem do efêmero e do imediatismo, é criar e “comungar” com um outro tipo de território? E isso nos faz pensar em algumas situações, em alusão aos exemplos citados na cartografia ou na parte do miolo desta tese, especialmente na configuração da ambiência.

Sobre este assunto, retomo que durante algum tempo, especialmente nos meses iniciais de funcionamento do referido equipamento, tanto a equipe técnica quanto os educadores que lá trabalhavam estavam ansiosos por executar oficinas e processos pedagógicos que pudessem culminar na entrega ou na mensuração de algum produto. Aos poucos, tendo que conviver com a dinâmica de alguns adolescentes que não toleravam aquela grade pré-estabelecida de atividades, fomos percebendo a potência de usar aquele espaço também como um centro de convivência o faz – no sentido de produzir encontros, mas também no sentido de “não fazer nada”.

Não fazer nada, neste caso, aplica-se a não se sujeitar a esse ritmo de produção serial de atividades, com horários, grades, contornos, “*settings*”. Em muitos casos, estar ali era o processo a ser desenvolvido, mais do que propor

oficinas ou agendar entrevistas de emprego. Isto porque, naquele momento, estar ali era também romper essa lógica de encadeamento de produções ou produtividades. Era dar um tempo. E, com isso, criar para si outros territórios que poderiam ser da ordem do comum, ou poderiam ser da ordem do ensimesmamento.

Há dois desdobramentos fundamentais que se acoplam a esta ideia: a de quando a invenção de cotidianos faz alusão à invenção de comuns, ou a de quanto essa criação de territórios ocupa-se de uma parte potente da geografia que, também, diz respeito a uma espécie de biopotência – tal qual há potência para, ao ocupar-se da vida, resistir às formas de sujeição da vida em todos os seus campos de colonização do corpo e da subjetividade, há potência ao ocupar-se da invenção da geografia enquanto forma de resistir aos locais dados, instaurados, sitiados, loteados para cada condição de existência.

São elementos que convergirão para a questão da deserção enquanto invenção, daí o tripé reinserções, inserções e deserções para a cartografia deste dispositivo. Eis as direções ou horizontes possíveis para a argumentação ou aterrisagem deste estudo. Agora, entretanto, antes de tratar diretamente desses pontos, penso ser importante desdobrar ainda algumas análises.

5.2 CASCA-DE-BAIXO-DOIS: ADOLESCÊNCIA E PSICANÁLISE — ELABORAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO (RE)INSERÇÃO SOCIAL À LUZ DE AUTORES ESTRATÉGICOS

5.2.1 Para Não Dizer Que Não Falei da Adolescência

Faz-se necessária uma contextualização mais abrangente das adolescências em questão, e talvez as lentes com as quais a psicanálise tem se debruçado sobre esta fase da vida podem vir a servir de lastro para situar algo que transcende uma mera etapa biológica da vida, com a puberdade e a maturação fisiológica. Por este prisma, a adolescência não é só puberdade, é transformação pulsional. Segundo André Haim (apud Alberti, 2009):

O adolescente tem de refazer o reconhecimento que tem de seu corpo, que se tornou um desconhecido para ele, primeiro por lhe proporcionar novas sensações, sobretudo genitais, e pela modificação do sistema ósseo-articular, das dimensões, dos limites de seu envelope corporal, associando-os a um sentimento de desconhecido dos dados corporais genitais e pré-genitais (Haim, apud Alberti, 2009, p. 7).

A colocação corrobora a ideia de que o adolescente tem certo medo de seu corpo ou não sabe se servir dele, tal qual a leitura que Sonia Alberti, em seu livro “Esse Sujeito Adolescente” (2009), propõe sobre o estudo de Haim (1971). A partir daí, para nossa proposição da reinserção, inserção e deserção social enquanto um dispositivo de instauração de territórios e lugares, podemos pensar em que medida tais operações atendem à demanda de forjas de corpos – e processos de subjetivação – especialmente para os jovens das regiões periféricas.

Posto está que estamos referindo-nos a tipos de adolescência pois, embora não corroboramos com a ideia estruturalista das leituras rasas sobre luta de classes a partir do marxismo tradicional, reconhecemos que, evidentemente, a adolescência dos jovens com os quais trabalhávamos era atravessada por violências e destituição de direitos diversa distinta da rotina de adolescentes de outras regiões da cidade. São tipos diferentes de adolescência, então qualquer estudo sobre “o adolescente” carece dessas ponderações.

Mas, para subsidiar este debate, vale insistir em algumas etapas do percurso teórico de Alberti (2009), que marca a importância de a psicanálise se debruçar

sobre o tema, mas com a ressalva de que em seus autores de referência (Freud, Lacan e Klein) pouco aparecia do tema. Cito-a.

O fato de Freud e Lacan não definirem a adolescência, nem atribuírem a ela muita importância em seus textos não quer dizer que ela não esteja presente em suas obras. A bem dizer, não há para Freud diferença entre adolescência e puberdade, razão pela qual é de puberdade que se trata quando, em psicanálise, procuramos delimitar a adolescência. Como escreveu Claude Leger: “Para aquele que fundou a psicanálise, não existia adolescência, nem como faixa etária, nem como período específico da evolução humana” (Alberti, 2009, p. 24).

De fato, se tal excerto aponta para a construção histórica da adolescência, é mister destacar que diversos outros atores do campo psicanalítico se debruçaram em entender as menções de Freud sobre a puberdade como índices de um processo que também considerava as interações sociais e a vida cultural que o jovem atravessava.

Não nos cabe, no escopo deste trabalho, analisar todas as derivações, mas destacar as contribuições de Luis de la Robertie (apud Alberti, 2009) de que “se há crise de adolescência, há também crise dos pais”, ideia que pôde ser desenvolvida por André Haim, assim como a importância da identidade sexual como a grande questão deste período não só pelas questões endócrinas ou biológicas envolvidas, mas o que nessa proposição psicanalítica tal passagem pode diferenciar outras zonas de contato com o *real*.

A partir do momento em que o sujeito, saído da infância, depara-se com o real do sexo, a puberdade é o próprio encontro, malsucedido, traumático, com esse real. O real do sexo é, por definição, algo que jamais poderá ser totalmente simbolizado, deixando o sujeito – na linguagem do senso comum – “sem palavras” (Haim apud Alberti, 2009, p. 31).

E, para este “sem palavras”, a tendência a agir, tal qual descrita por André Haim (1971), é um fenômeno que vem em resposta às descobertas das percepções corporais que faz com que esse sujeito torne-se um estranho ou estrangeiro em seu próprio corpo. Explorar um território, um estado alterado de consciência, esticar o elástico no limite da “transgressão” pode, então, vir a ser uma forma de mensurar-se ou explorar seu próprio território, por esta analogia.

Alberti (2009) elabora esse momento quase explosivo da adolescência fazendo um paralelo com algo que está diametralmente oposto: o sono, o repouso, a estagnação – tal qual explicitada, segundo a autora, a partir das fábulas infantis

como a da “Bela Adormecida”. Estar em repouso, neste caso, simboliza estar sem vida. “É no fato de o jovem ser obrigado ao silêncio que suas potencialidades se vão”, sentencia Alberti em alusão a seus estudos sobre a literatura de Herder e Goethe.

Aqui, em nossos estudos, tal dimensão pode ganhar outro tom: é no fato de o jovem ser obrigado à imobilidade, à territorialização, à estagnação que suas potencialidades se vão. Nossas proposições dilatam esta perspectiva psicanalítica do inconsciente estruturado como linguagem que confere lastro à dimensão do silêncio nesta época para inferir sobre as configurações urbanas na atualidade e o trânsito por seus territórios como um tipo de linguagem.

Muitas vezes o jovem que deserda rompe desse processo de estratificação; abre uma linha de fuga, um despertar, um território, uma cidade só sua. O acoplamento com as drogas, entendido enquanto antípodas de viagens e deslocamentos, inserem-se nessa perspectiva. Droga enquanto deslocamento. O olhar que se tem enquanto sociedade e as políticas públicas da que se tem acesso para a forma como isso se dá com adolescentes da classe média e alta é deveras distinto do olhar e políticas públicas para adolescentes de periferia. Dá quase uma-África de distância.

Por isso, estar no exemplo citado em uma parte do miolo desta tese em um hipermercado e levar consigo uma linguagem corporal, ou mesmo desafiar os seguranças deste estabelecimento, do museu, “apavorar os transeuntes” em um “rolê” de bike ou elaborar galanteios e flertes deselegantes tem a ver, sob esta análise, com um tipo de dizer, com um tipo de linguagem. Não é àquela linguagem de revistas de cabeleireiro do tipo “o corpo fala” que nos referimos: é um tipo de linguagem de como se por no mundo, e em movimento.

A tensão a ser reeditada é a tensão colônia-métropole. Senhor-escravo. Cima-para-baixo. Morador-de-condomínio versus em-situação-de-rua. Você sabe com quem está falando?

5.2.2 As Fábulas sobre “Como Lidar com um Adolescente Difícil” em J.D. Nasio

J. D. Nasio, também com outras lentes da psicanálise, fornece elementos de análise e dilatação dos entendimentos sobre a adolescência, com uma definição que parece estar à altura das potências que dali emergem: um passagem obrigatória, delicada, atormentada mas igualmente criativa (Nasio, 2011).

Evidentemente apoia tais definições sobre definições de ordem biológica, com o termo médico da *puberdade* e com o advento de um corpo sexualmente maduro e capaz de procriar; de ordem sociológica, referindo-se à transição entre dependência infantil e emancipação do jovem adulto – transição esta que é sempre intermediada pela cultura (ou, em eco ao estudo de Alberti (2009), pela linguagem que dará conta de parte desse *encontro com o real no corpo*) e que tem em alguns casos fases curtas e em outros casos, especialmente nos engendramentos de subjetivação na contemporaneidade, fases mais dilatadas com a autonomia tardia.

O perfil do jovem contemporâneo, ou sua silhueta, de acordo com o ponto de vista psicanalítico trazido por Nasio (2011), pode ser assim retratado, “em rápidas pinceladas”, com ressalva:

O jovem, ou a jovem, de hoje é um ser conturbado que, sucessivamente, corre alegre à frente da vida e para de repente, arrasado, desesperançado, para deslanchar novamente, arrebatado pelo fogo da ação. Tudo nele é contraste e contradição. Ele pode ser tanto agitado quanto indolente, eufórico e taciturno, revoltado e conformista, intransigente e esclarecido; num certo momento, entusiasta, e bruscamente apático e deprimido. Às vezes, é muito individualista e exibe um orgulho desmedido, ou ao contrário, não se ama, sente-se insignificante e desconfia de tudo. Coloca nas nuvens alguém mais velho que admira, como um rapper, um líder de gangue ou um personagem de videogame, com a condição de que seu ídolo seja diametralmente opostos aos valores familiares. Os únicos ideais aos quais adere, o mais das vezes com paixão e sectarismo, são os ideais – ora nobres, ora contestáveis – de seu grupo de colegas. Aos pais, manifesta sentimentos que são o oposto dos que sente realmente por eles: despreza-os e grita-lhes seu ódio, ao passo que a criança que subsiste no fundo dele mesmo ama-os ternamente. É capaz de ridicularizar o pai em público, enquanto sente orgulho dele e o inveja em segredo. Tais revoltas de humor e atitude, tão frequentes e bruscas, seriam percebidas como anormais em qualquer outra época da vida. No entanto, na adolescência, nada mais normal! (Nasio, 2011, p. 15).

É evidente que, ao nos depararmos com esse perfil, a primeira questão que pode ocorrer é: de qual adolescência estamos falando? Ou, dito de outro modo, de que magnitude pode ser a violência de um país com uma segregação social tão

intensa como o Brasil em que muitos adolescentes veem tal enredo como uma ficção?

E, no paralelismo com os poucos casos apresentados, a questão principal não é só seus ídolos estarem diametralmente opostos ao papel de seus pais na sociedade, é a própria violência que estratifica esses papéis, é a ascensão de valores éticos em torno de figuras de um Estado paralelo legitimado pelo tráfico de drogas, é mesmo a passagem ao ato sendo mediada por objetos outros como as armas de fogo – que fazem com que os estados alterados de consciência ou os usos abusivos de álcool e outras drogas pareçam até mesmo questões menores face a tal complexidade.

Mas Nasio (2011) pode ainda subsidiar outras discussões sobre esses parâmetros da adolescência vistos pela psicanálise – e que aqui podem ser transpostos para outros modos de subjetivação ou acoplamentos com algumas considerações sobre a sociologia da adolescência nas "*quebradas*". Um destes pontos é quando menciona nesta etapa da vida a eclosão do pensamento próprio e o nascimento de uma nova força. Há, em seu texto, uma afirmação até certo ponto categórica a este respeito: “tudo o que construímos hoje é erigido com a energia e a inocência do adolescente que sobrevive dentro de nós” (Nasio, 2011, p 16).

Trata-se, seguindo suas definições, de um corpo capaz de procriar turbinado por um "espírito" que se inflama pelas grandes causas, com conquistas em diversos espaços: intelectual, afetivo e social. Estas conquistas de outros espaços fazem eco às discussões sobre uma política de ocupação de espaços que é decisiva na adolescência e que alça a questão das reinserções, inserções e deserções enquanto um dispositivo àquilo que, inclusive, diz respeito aos vetores biopolíticos dessa operação.

Nasio (2011), ao sentenciar que “precisamos do outro para sermos nós”, também aponta para o estatuto ético do comum – em nossas proposições, um comum que pode ainda estar por vir. E, para tal, faz uma espécie de mapeamento que pode ser usado como um índice aqui nesta cartografia das manifestações do sofrimento inconsciente do adolescente contemporâneo.

Refere-se que na prática clínica é muito raro se deparar com adolescentes em surto criativo, característico desta época. Os adolescentes que demandam a operação clínica – o que, evidentemente, faz eco aos adolescentes que

acompanhamos na rotina do equipamento citado – chegam em outras crises, com dificuldades para exprimir em palavras o seu mal-estar.

Como seguimos nesta etapa discursiva, é possível elaborar a ideia ou pista de que a ocupação dos territórios pode ser, na configuração urbana e nas políticas de subjetivação atuais, um arranjo discursivo. Podemos, assim, marcar nossa operação de reinserção social como uma operação de ordem clínica por propor outros territórios e espaços para a circulação da vida desses jovens, emprestar-lhes desejos ou inaugurar inserções. Assim fazíamos com a perspectiva do território algo que a clínica psicanalítica, nesta perspectiva descrita por Nasio, faz com o discurso do sujeito que chega ao consultório, em uma operação que é a de “separar-lhe as palavras com tato, sem fingir ajudá-lo” (Nasio, 2011, p. 23).

Para Nasio (2011), o adolescente nem sempre falar do que sente porque não sabe identificar corretamente o que sente. O sofrimento é inconsciente, levado mais a agir do que falar. Ele, inclusive, sistematiza esse sofrimento inconsciente do adolescente sobre três formas de manifestação contemporâneas – o que pode sugerir um preciosismo clínico em princípio, mas penso que poderão ser discutidas com a retomada de algumas operações como as que ensaiamos – que podem se dar por uma neurose de crescimento, por comportamentos perigosos ou por distúrbios mentais.

No caso das *neuroses de crescimento*, a adolescência é vista como uma *neurose saudável*, necessária para se tornar adulto; a neurose em questão se apresenta na forma de angústia, tristeza ou revolta. O sofrimento inconsciente nesta etapa é moderado (Nasio, 2011).

No caso dos chamados por ele de *comportamentos perigosos*, o que está em jogo é a materialização do inconsciente por meio de atos diversos, como comportamentos depressivos, isolamento, tentativas de suicídio, polidependência, consumo de drogas pesadas, bebedeiras reiteradas, pornografia em excesso, anorexia, bulimia, apatia escolar, absenteísmo, vandalismo, violência contra os outros e contra si mesmo ou ainda a chamada *ciberdependência*. O sofrimento inconsciente nesta etapa é intenso (Nasio, 2011).

No caso dos *distúrbios mentais* a complexidade é de outra ordem e o sofrimento inconsciente é exacerbado. É o que se observa nos casos de

esquizofrenias, transtornos obsessivos compulsivos, fobias, depressões, distúrbios alimentares crônicos ou perversões sexuais.

De forma objetiva, a tese de Nasio (2011) repousa no argumento de que a adolescência é uma salutar histeria de crescimento, com o sujeito oscilando entre esses estados de angústia, tristeza e revolta. Na angústia o que se revela é um “eu” ou “interior” amedrontado, com a intransigência enquanto resposta a esse afeto que faz com que “não haja nada mais sectário do que um adolescente” (Nasio, 2011, p. 52). Já no que diz respeito ao “eu triste” emerge um humor melancólico, não raro associado a uma autodepreciação ou autodesvalorização exageradas, que é operada por um supereu tirânico.

Aliás, segundo Nasio (2011), a hipertrofia do supereu do adolescente triste está nos antípodas do estado de ausência do supereu do adolescente delinquente – como se tristeza e delinquência fossem estados diametralmente opostos. Esse é um ponto interessante de seu debate que pode ser transposto à luz do perfil dos adolescentes que atendíamos no referido equipamento.

Não se trata, efetivamente, de poder cravar que todo adolescente que se envolvia com os chamados atos ilícitos ou mesmo os muitos episódios de envolvimento com violências, delinquências e demais “passagens ao ato” — alguns de extrema gravidade, convergindo até mesmo para suspeitas de assassinatos — eram todos extrovertidos, evidentemente. Mas, de certa forma, dar contorno a estes rompantes era uma tarefa que parecia exigir mais por parte da equipe.

A agressividade, neste estudo de Nasio (2011), recebe categorias interessantes como “epidérmica” – nestes casos, o sofrimento dos jovens equipara-se à nosografia da histeria paranoide, pois não só inexistem os sinais de depressões que lhes são característicos como se nota um humor reativo e comportamentos niilistas ou violentos.

Essa concepção de histeria traz um signo deveras conturbado e delicado, especialmente por conta do seu uso na famigerada “igrejinha da psicanálise”, e como foi adotado de forma superlativa pelos seguidores de Freud. Mas cabe aqui frisar que, ao mencionar “histeria”, Nasio (2011) está se referindo a “um amor decepcionado”; pode tal sintoma desdobrar-se na histeria de angústia, com o adolescente angustiado e com medo de amar; pode desdobrar-se na histeria depressiva, em que o afeto predominante é a tristeza e o discurso gira em torno do

“amor perdido” ou pode se desdobrar nessa que tratamos como histeria paranoide, na qual, além dos impulsos e “passagens ao atos” característicos da agressividade, há uma sensação permanente de insatisfação e um narcisismo imoderado, que se traduz por uma posição discursiva semelhante à “raiva por ter sido abandonado”.

Por esses estudos das posições afetivas descritas, Nasio (2011) afirma que o adolescente revoltado é um *histérico que teme ser humilhado*. Se as neuroses, desmembradas em histéricas (com discursos hegemônicos em torno do amor, traição ou paixão), fóbicos (com seus discursos de angústia e tudo mais que se organiza para que o sujeito possa se proteger da angústia) e obsessivas (em que o discurso sobre o poder representado pelo que se deve fazer e não se consegue fazer), fazem algum sentido diante das produções de subjetividade na contemporaneidade, considerando esses atravessamentos sociais nos quais os corpos e vidas são forjados na contemporaneidade, tais categorias poderiam engendrar condições específicas de ocupações de território e operações de circulação?

Dito de outra forma, e talvez seja esta a trilha ofertada por Nasio que possa ter eco nessa cartografia que se esquia de leituras estruturantes de formulações como esta, a questão passa a ser pensar em que medida a deserção — a destituição de territórios — é uma destas formas de humilhação (para uns) ou redenção (para outros). Mais do que o determinismo em questão, trata-se de perseguir o coeficiente de relação entre afeto e território.

Nossos Planos Singulares de Atendimento jamais consideraram tais posições com estas proposições e, tampouco, chegamos a estudar tais conceitos em nossos Espaços Transversais de Estudo ou mesmo nos esquivávamos de categorizações deste tipo nas discussões de caso de que participávamos, ou mesmo em nossas supervisões clínico-institucionais. Mas penso que a questão desperta debates interessantes e, de certa forma, estava latente em muito do que conversávamos e conseguimos implantar.

De certa forma, vestíamos-nos com os uniformes disponíveis pela Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas, com o referido tripé de ações para prevenção, tratamento e reinserção social. Logo, tais categorias que eram frequentemente associadas ao plano da terapia, da clínica, eram delegadas como demandas de saúde. Então, “não era conosco”, mesmo tendo

psicólogos na equipe trabalhando nesta função ou em cargos de educador social ou gestão.

Mas hoje, à luz destas discussões, considero que tal ferramenta clínica pudesse ser interessante de ser desdobrada: me refiro à relação afetos-territórios. Evidentemente não se trata de uma recomendação após avaliações psicológicas, pois é posto o efeito *iatrogênico* que diagnósticos desse tipo poderiam fomentar entre adolescentes e familiares, e até mesmo entre a equipe. Mas se trata de considerar a pertinência da provocação de deserções e o estudo de como tais perfis podem impactar na forma do sujeito circular pelo bairro, pela cidade, pelas baladas, pelos equipamentos culturais, pela própria vida.

O encontro do sujeito com territórios “imateriais”, como o caso do espaço que a arte fomenta, poderia ser, sob tal aspecto, investigado e fomentado com outros contornos. Claro, novamente não é uma elaboração tão simples, pois o risco de ratificar os padrões estruturalistas existem, mas trata-se de considerar em última análise como esses encontros se dão.

Posso citar exemplos de adolescentes com uma fina imersão no campo das artes que atendíamos, uma sensibilidade que se revelava na produção artística de fotografias ou mesmo na composição de desenhos com uma paciência e zelo destacado em relação às outras produções. Mas, prefiro ilustrar este argumento com uma passagem do romance *Alta Fidelidade*, de Nick Hornby (2013).

Ali, o personagem em questão, Rob Fleming, poderia viver o que alguns autores classificariam como adolescência tardia ou seus equivalentes – na obra em questão, o protagonista estava prestes a completar 40 anos de idade, trabalhava em uma loja de discos, tinha um relacionamento até certo ponto pueril com sua namorada e, com seus amigos, o personagem passava a maior parte do tempo conversando sobre músicas e discos.

É dessa obra que veio boa parte da “mania por listas” que inundou a “cultura pop” naquele período, evidentemente impulsionada pela adaptação cinematográfica da obra, cujo protagonista pôde ser representado por John Cusack⁶⁶. Mas, em dado momento, entre listas dos cinco discos para se ouvir em um funeral, ou as cinco músicas com vocal feminino mais bonitas da história, ou a lista das cinco capas de

⁶⁶ *Alta Fidelidade* (*High Fidelity*) é um filme de 2000 dirigido por Stephen Frears, estrelando John Cusack, e é baseado no romance homônimo de Nick Hornby (2013)

disco mais legais, o personagem se pergunta sobre os impactos das músicas tristes em sua vida – e porque ouvia tantas canções assim.

Ilustra, com esse questionamento, uma verdadeira obsessão por parte da sociedade contemporânea em vigiar e se preocupar se adolescentes jogam jogos violentos, ou assistem filmes com cenas de violência impactante. Mas, ao mesmo tempo, poucos parecem se preocupar com o fato de os jovens poderem ter acesso a questões com um conteúdo melancólico tão expressivo como a obra dos músicos citados.

Nem nos cabe resgatar o excerto neste ponto da discussão, mas o tema é pertinente – e talvez, guardadas as devidas proporções, tenha a ver com as relações possíveis de serem estabelecidas com essas condições afetivas descritas por Nasio (2011) e seus possíveis acoplamentos com os territórios.

Dito de outra forma, temos esbarrado com um tipo raso de tecnologia de reinserção social que considera somente o território físico e um tipo de discurso como possibilidade. A bússola ética da reinserção social enquanto clínica do território pode apontar para outras direções, incluindo os contornos e acompanhamentos terapêuticos aos processos de deserção como etapas de uma maturidade em devir. Essa leitura pode atravessar tanto a perspectiva fenomenológica em torno do consumo de drogas (e suas alterações orgânicas), quando a perspectiva de inserção social no tráfico de drogas em tempos de desemprego, ausência de políticas públicas, esfarelamento do estado e reconfiguração aguda da economia voltada para os serviços e circulação (do capital).

É quase como transportar a ideia de Redução de Danos para esta perspectiva da clínica dos territórios.

5.2.3 Como Não Falar em Freud? Contribuições de “Psicologia das Massas e Análise do Eu” para a Elaboração da Vinculação no Dispositivo Reinserção Social

O campo psicanalítico, posto sobre essa breve introdução acerca da adolescência, é deveras vasto e permite algumas chaves de leitura interessantes

para serem discutidas sob o âmbito do dispositivo de reinserção social para adolescentes com histórico do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Como não falar em Freud? Como não cair no retorno a Freud, autor que, em sua célebre obra, "O Mal-Estar na Civilização", pensou o encontro com os alteradores químicos como uma das possíveis saídas – ainda que cruas – para aliviar o fardo do mal-estar:

O método mais cru, mas também mais eficaz de exercer tal influência é o químico, a intoxicação. Não creio que alguém penetre inteiramente no seu mecanismo, mas é fato que há substâncias de fora do corpo que, uma vez presentes no sangue e nos tecidos, produzem em nós sensações imediatas de prazer, e também mudam de tal forma as condições de nossa sensibilidade, que nos tornamos incapazes de acolher impulsos desprazerosos. Os dois efeitos não só acontecem ao mesmo tempo, como parecem intimamente ligados. Mas deve haver, na química do nosso corpo, substâncias que realizam algo semelhante, pois conhecemos ao menos um estado patológico, a mania, em que se produz esse comportamento análogo à embriaguez, sem ter havido ingestão de estupefaciente. Além disso, nossa vida psíquica normal mostra oscilações entre uma maior ou menor dificuldade em experimentar prazer, paralelamente às quais há uma receptividade acentuada ou diminuída do desprazer. É muito lamentável que esse lado tóxico dos processos psíquicos tenha até agora escapado à exploração científica. O serviço dos narcóticos na luta pela felicidade e no afastamento da miséria é tão valorizado como benefício, que tanto indivíduos como povos lhes reservaram um sólido lugar em sua economia libidinal. A eles se deve não só o ganho imediato do prazer, mas também uma parcela muito desejada de independência em relação ao mundo externo. Sabe-se que com ajuda do "afasta-tristeza" podemos nos subtrair à pressão da realidade a qualquer momento e encontrar refúgio num mundo próprio que tenha melhores condições de sensibilidade. É notório que justamente essa característica dos entorpecentes determina o seu perigo e nocividade. Em algumas circunstâncias eles são culpados pelo desperdício de grandes quantidades de energia que poderiam ser usadas na melhoria da sorte humana (FREUD, 2011b, p. 33 e 34).

Em que pese que, como citado anteriormente, pela própria "invenção da adolescência" ser um fenômeno que ganha corpo a partir da Segunda Guerra Mundial e que, nem por isso, ficou resumida à ideia médica da puberdade na obra de Freud, há outros pontos em sua trajetória que poderiam ser "mastigados" aqui nessa discussão.

Entre tantos textos e portas de entrada possíveis, parece-me interessante resgatar a ideia de pertença ou o sentimento de grupo que pode ser decisivo ou mesmo o objetivo de algumas destas ações de reinserção social, especialmente com a concepção quase que gregária com que as políticas públicas versam sobre o tema.

Em seu texto “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, escrito em 1921 (Freud, 2011), há algumas pegadas que me permito seguir de forma mais atenta – neste ponto da cartografia prefiro valer-me da tal janela-joia para examinar esses traços. Trata-se de um texto que me parece ter um objetivo de demolir qualquer fronteira ou muro entre uma psicologia individual e outra dos grupos, das massas.

Esse tom às vezes escapa, especialmente quando se discutem as questões clínicas, focando esses processos a condições quase inatas, estruturantes, de desenvolvimento ou, se cabe a expressão jocosa, “kármicas” em relação ao sujeito. O tom dos estudos das políticas de subjetivação vem em outra direção: se todos somos “filhos da linguagem”, se o que somos se dá pela nossa interação com a cultura, então não há “psicologia individual”. E não há estar no mundo que não produza impactos no sujeito, em seus afetos, em seu corpo.

Freud (2011) propõe este caminho ao circunscrever o que é atribuído à psicologia individual, “que se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instituais” e ao que é atribuído às psicologias das massas com seu, até então, “hábito de abstrair dessas relações (entre indivíduos) e isolar como objetivo de investigação da influência que um grande número de pessoas exerce simultaneamente sobre o indivíduo” (Freud, 2011, p. 15) antes de, com seu texto, pensar na forma como esses aspectos se relacionam – sua análise sempre salutar encontra eco no dito popular “nem tanto à terra, nem tanto ao mar”.

Para isso ele visita as contribuições do estudo de Alma Coletiva, de Le Bon, e toma por ponto de estudo duas massas artificiais: a Igreja e o Estado. Interessa-o, nestas instituições, sobretudo o fato de que:

Na igreja – podemos, com vantagem, tomar a Igreja católica como modelo – prevalece, tal como no Exército, por mais diferentes que sejam de resto, a mesma simulação (ilusão) de que há um chefe supremo – na Igreja católica, Cristo, num Exército, o general – que ama com o mesmo amor todos os indivíduos da massa. Tudo depende dessa ilusão; se ela fosse abandonada, imediatamente se dissolveriam tanto a Igreja como o Exército, na medida em que a coerção externa o permitissem (Freud, 2011, p. 47).

Essa ligação libidinal com o líder das massas também tem um desdobramento do vínculo ou ligação entre os demais indivíduos da massa; para nosso estudo, da cartografia dos dispositivos de reinserção, e mesmo para discutir a metodologia que empregamos no equipamento, oriunda desde os tempos das

discussões da equipe do CAPS AD Santana sobre os tais tempos institucionais (T1, T2 e T3) da viciação do sujeito, isso interessa tanto quanto interessa investigar os motivos de “descolamento”, deserção ou explosão dessas vinculações. Com um refinamento desses estudos pode-se ter mais elementos para fugir das explicações simplistas e monocausais que atribuem às propriedades neuroquímicas das drogas a coesão de pessoas em um mesmo grupo ou sua desvinculação constante.

Também nos interessa o pequeno ensaio da deserção que se encontra no texto de Freud, que pode ser percebido de formas distintas no caso das massas estudadas. No exército, pensa-se que o pânico decorrente da desintegração das massas é um fator agregador para a continuidade do próprio grupo – quando as ordens do superior não são mais ouvidas e cada um passa a cuidar de si, sem considerações pelos demais. Esse tipo de angústia decorrente do pânico, segundo a análise de Freud, ou medo do pânico que causaria esse tipo de caos, ajuda a fomentar as ligações libidinais de uma massa. Nas religiões, pensa-se que a desintegração imaginária da massa não se dá pelo mesmo fenômeno (medo), mas por impulsos implacáveis e hostis contra as outras pessoas

Por isso uma religião, mesmo que se denomine a religião do amor, tem de ser dura e sem amor para que aqueles que não pertencem a ela. No fundo, toda religião é uma religião de amor para aqueles que a abraçam, e tende à crueldade e à intolerância para com os não seguidores (Freud, 2011, p. 54).

Tal excerto daria eco a pensar não só a questão da “disputa pelo mercado de bens de salvação e mercado de tratamento” que viceja nos modelos de “cuidado” e “tratamento” ofertado pelas Comunidades Terapêuticas de matriz religiosa, com seus discursos relatados pelos jovens que atendíamos que diziam que “lá a reza é facultativa, a pessoa pode escolher se vai rezar. Se não for rezar, é só ir embora”, quanto serve para ilustrar os muitos assédios de imposição de credo ou “espiritualidade” na empresa-religião mantenedora do equipamento.

Mas não são esses os principais pontos que se podem extrair deste texto de Freud. Há elementos interessantes quando Freud (2011) versa sobre a distinção entre um grupamento e uma massa – atribuindo laços afetivos nesta, diferente daquele. E daí decorre todo um estudo mais dilatado sobre os afetos presentes nesses laços afetivos, incluindo os sentimentos de hostilidade que são simultaneamente gerados, que faz com que Freud retome a alegoria de

Schopenhauer dos porcos-espinho que sentem frio, mas que não toleram uma aproximação muito íntima do outro.

Conforme o testemunho da psicanálise, quase toda relação sentimental íntima e prolongada entre duas pessoas – matrimônio, amizade, o vínculo entre pais e filhos – contém um sedimento de afetos de aversão e hostilidade, que apenas devido à repressão não é percebido. Isso é mais transparente nas querelas entre sócios de uma firma, por exemplo, ou nas queixas de um subordinado contra o seu superior. O mesmo ocorre quando as pessoas se juntam em unidades maiores. Toda vez que duas famílias se unem por casamento, cada uma delas se acha melhor ou mais nobre que a outra. Havendo duas cidades vizinhas, cada uma se torna a maldosa concorrente da outra; cada pequenino cantão olha com desdém para o outro (...) mas toda essa intolerância desaparece, temporariamente ou de maneira duradoura, por meio da formação da massa e dentro da massa. Enquanto perdura a formação da massa, ou até onde se estende, os indivíduos se conduzem como se fossem homogêneos, suportam a especificidade do outro, igualam-se a ele e não sentem repulsa por ele. Segundo nossas concepções teóricas, tal limitação do narcisismo pode ser produzida por um fator, pela ligação libidinal a outras pessoas. O amor a si encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos (Freud, 2012, p. 57 e 58).

E as ligações libidinais entre os componentes de uma massa só são possíveis quando há identificação. O estudo da identificação em Freud parte das ligações que coexistem de forma diferente no caso do menino com a mãe (quando esta é tomada como um investimento objetal direto) e com o pai (quando esta ligação só é possível pela identificação). Este processo de identificação tem a ver com o chamado "mecanismo da formação neurótica dos sintomas", quando a identificação toma o lugar da escolha do objeto e o Eu adota as características do objeto.

O termo para pensar a identificação nos processos de vinculação da massa é "infecção psíquica" e suas fontes são descritas por Freud (2011) como decorrentes da maior primordial forma de ligação afetiva a um objeto; pela via regressiva (quando a identificação se torna substituta para uma ligação objetal libidinosa); e pelo fato de poder surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto de suas pulsões sexuais.

A proposição central é a de que a identificação muda o Eu no caráter sexual, que renuncia ao próprio objeto. Mas a introjeção do objeto no sujeito não se dá exclusivamente pelo mecanismo da identificação. A melancolia também faz essa função, principalmente quando sentida após a perda real ou afetiva do objeto amado, culminando em uma cruel depreciação do eu, uma implacável autocrítica que, de certa forma, representa a vingança do eu frente ao objeto.

Mas além da identificação (e da melancolia), há outros circuitos pelos quais a libido passa pelo objeto. É o caso do enamoramento, com o objeto tomando o próprio lugar do ideal do Eu. Freud refere-se ao processo que faz com que a sombra do objeto caia sobre o Eu, que passa a ser dividido em dois “pedaços”: o ideal do Eu e o Eu real.

O ideal do Eu, assim explicado por Freud (2011), tem como funções a auto-observação, a consciência moral, a censura no sonho. No enamoramento proposto por Freud o investimento do objeto por parte das pulsões para a satisfação sexual é direto e se extingue quando alcançada. “O que aí falseia o juízo é o pendor da idealização”, diz Freud (2011, p. 57) para se referir ao momento em que o objeto é tratado como o próprio Eu e tem por função substituir um ideal não alcançado com o próprio Eu.

A esta altura da discussão, o eventual leitor, especialmente o menos entusiasmado com a discussão psicanalítica, pode se perguntar em tom fadigado que relação isso guarda com uma leitura dos fenômenos de reinserção social que justificam sua proposição enquanto um dispositivo. Penso que o citado estudo das deserções implica não só o desmembramento do sujeito de certos grupos, especialmente nos casos do Primeiro Comando da Capital, mas também versa sobre operações de destituição desse objeto escolhido para substituir um ideal não alcançado do próprio Eu. Esta é outra elaboração/proposição que o estudo da reinserção social alçado à condição de dispositivo alcança.

Nesse sentido, a identificação em questão passa, evidentemente, pelo acoplamento com determinadas drogas enquanto objetos – e, novamente reitero, isso ultrapassa a questão dos efeitos neuroquímicos da substância. Lembro-me bem do caso de um adolescente cuja mãe foi chamada à escola por conta de uma grave transgressão do filho, associado no imaginário como traficante. Ele ostentava em seu discurso o uso de diversas substâncias, falava disso abertamente com os colegas, talvez tivesse inclusive um envolvimento na venda em sua comunidade (a Vila Torres), mas sua falta grave naquela dia letivo foi ir à escola trazendo na mochila latas de energético marca “Red Bull” para ostentar com os demais colegas.

É óbvio que a teoria crítica a partir da Escola de Frankfurt fará considerações mais incisivas sobre o fetiche da mercadoria, mas, dentro dessa passagem pelo estudo de Freud, cabe mencionar a identificação com aquele objeto em questão

como se este fosse o passaporte para sua popularidade – mais do que um tributo, um gesto narcísico, sob tal perspectiva.

Esse “amor ao objeto”, que pode ser da ordem do culto às marcas ou do culto às substâncias não por, necessariamente, desfrutar-se de suas propriedades neuroquímicas, cumpre outras funções, de acordo com essas proposições de Freud (2011): deixa as satisfações sexuais diretas em um segundo plano, fazem com que o Eu, por meio de seus mecanismos repressores ou reguladores, seja menos exigente e, mesmo no caso do autossacrifício, tem-se que é o objeto que consome o Eu.

Dito de outra forma, ainda em alusão ao texto, tem-se a operação de que o objeto se coloca no lugar do ideal do Eu. Aí cala a crítica, a consciência não se aplica. Isso só é possível no enamoramento, segundo Freud (2011), que é uma constelação afetiva distinta da identificação.

Retomo que a identificação, portanto, implica o Eu enriquecido com os atributos do objeto, ao passo que no enamoramento há o fascínio e a servidão enamorada, em que ocorre um empobrecimento do Eu, culminando na introjeção do objeto que passa assim a ser conservado e sobreinvestido.

O enamoramento, por isso, está, segundo Freud (2011), a um passo da hipnose, em que a satisfação sexual é excluída. No enamoramento a satisfação sexual é empurrada para trás, fica como meta futura, e estes impulsos sexuais inibidos em sua meta permitem com que se crie laços duradouros entre as pessoas.

Decorrem daí as formulações de Freud sobre Massa Primária – aquela com uma significativa quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal de Eu, e, em consequência, identificaram-se uns com os outros em seu Eu. Esta operação que possibilita o surgimento do instituto gregário, que traz consigo algumas outras peculiaridades quanto a sua organização libidinal.

Primeiro porque traz consigo a regressão, entendida como a impressão de que o impulso afetivo e o ato intelectual do indivíduo são fracos para impor-se a si. Nessa caso, nas massas com esse afeto marcado pela regressão, a influência da sugestão é exercida não só pelo líder, mas também por cada indivíduo, um sobre o outro – o que não substitui a presença do líder.

A própria ideia de justiça social, seguindo este texto de Freud (2011), sugere que o indivíduo nega a si mesmo muitas coisas, para que também os outros tenham que renunciar a elas ou, o que é o mesmo, não possam pretendê-las. Tais

desdobramentos poderiam ser elevados à contemporaneidade se trouxéssemos em paralelo, e em certa medida, alguns conceitos da microfísica do poder, de Foucault, especialmente no que diz sobre a forma capilar com a qual o poder se exerce; ou, ainda, se trouxéssemos a análise sobre o estado atual do capitalismo e seu regime de controle biopolítico, com forja de competições (e desistências) para manutenção de sua plasticidade.

Entretanto, mais importante do que essas ramificações rizomáticas do pensamento a partir da leitura e análise de *Psicologia das Massas* e *Análise do Eu* é fomentar o debate sobre algumas questões centrais: quanto da chamada reinserção social, tal qual prevista nas políticas públicas, almeja, ainda que subliminarmente, “reinsere o sujeito em uma concepção de sociedade que é como uma massa”, no sentido de que pressupõe uma certa homogeneidade? Que tipo de “enamoramentos” são engendrados nos processos de inserção no tráfico de drogas ou no “culto à cannabis”, para ficar nos exemplos mais triviais? Como discutir uma perspectiva de clínica para adolescentes em uso abusivo de álcool e outras drogas sem considerar essas linhas que, podem se dar tal qual descrito por Freud, mas admitem variações de outras ordens e vinculações quando transpostas para os casos dos adolescentes em regiões periféricas no contexto dos grandes centros urbanos?

Se questões como essa procedem, é possível elaborar que a operação de reinserção social torna-se mais *desafiadora*, pois não se trata apenas de almejar “a cura pela abstinência do sujeito usuário de substâncias psicoativas”, mas também de almejar sua cura para poder funcionar em meio a engrenagens tão díspares de funcionamento. E que cura é esta, se para o próprio Freud tal concepção se assemelharia a algo como “amar e trabalhar”?

E, ainda que essa operação de “devolução” não seja, necessariamente, a de inserção em uma massa (como uma igreja faz com seus resgatados do mundo das drogas), a questão da identificação e da renúncia dos fluxos libidinais parece interessante, inclusive do ponto de vista da assim chamada clínica das toxicomanias, posto que a operação de “dessexualização” que, em outra casca, Deleuze (2006) atribuíra como uma das questões sobre a droga, parece reluzir quando parelha a esta análise de Freud (2011), de identificação e enamoramento face ao líder ou objeto – em ambos casos, com reorganização libidinal.

As considerações, portanto, versam sobre o fato de os acoplamentos dos sujeitos com as drogas produzirem interferências significativas nestes fluxos descritos como enamoramento ou identificação, em que o circuito libidinal passa a satelitizar, por assim dizer, um objeto com suas consecutivas corroborações de ideal do Eu.

Em alguns destes casos a operação clínica tradicional da psicanálise, dando elaboração a tais dinâmicas por meio da linguagem e por meio da transferência, pode ser deveras assertiva. Mas, em tantos outros casos, trata-se de uma operação até certo ponto distante, por diversas razões, incluindo culturais, sociais e mesmo incluindo as demandas do imediatismo na contemporaneidade.

Nossa crítica repousa, portanto, sobre esse manejo clínico poder ser diversificado em outras alternativas. Considerar a vinculação com a cidade ou com determinados territórios como um tipo de narrativa, um tipo de linguagem, um tipo de escrita, um tipo de semiótica. E para atuar nesta clínica sobre a perspectiva de que inclina-se tanto ao corpo quanto ao território (daí o resgate a proposição de que todo território é psíquico), pode-se criar objetos ou fluxos que concorram com a droga. Nesse sentido, trata-se de um refinamento das ações de redução de danos alçada à clínica da cultura ou à clínica dos territórios. De forma parecida, a clínica do desejo ou esquizoanálise, tal qual proposta por Deleuze e Guattari (2010), parece ir nessa direção. Seguir essa pista, contudo, exige transcender o próprio limite dos seus “*settings*” tradicionais.

E é aí que o território aparece com uma potência ímpar. Uma cidade a ser ocupada, desvendada, deflorada, inventada, movida. Afetos que são estadas e pousos em outros circuitos. Dilatar espaços com a prudência para que não se assemelhem com a proposição infinita de uma grande explosão, mas com contornos que possam, em alguma medida, permitir que esses fluxos libidinais ou pulsionais se estabeleçam de acordo com a potência dos acontecimentos, pode ser uma operação clínica.

Sem líderes neste caso, mas sem desconsiderar – no caso dos adolescentes – as identificações e projeções existentes nas figuras adultas. Concorrer com esses objetos é ter noção de que estes personagens carismáticos, “*cool/s*”, descolados ou despojados podem ser, sob esta análise, um fator de fortalecimento de vínculos e

catalisador de afetos diversos. Esta operação, de fato, não se distancia da questão clínica em análise com o manejo da transferência.

Penso que, de certa forma, tínhamos esses pontos a nosso favor na metodologia do referido equipamento, tal qual pôde ser descrita aqui em algumas camadas-miolo desta cartografia, seja por conta das pessoas geniais e interessantes que compuseram a equipe, seja por conta do nosso manejo refinado das ações de ambiência. Eis a contribuição que o dispositivo de reinserção social que perseguimos pode entregar à perspectiva clínica: o manejo da transferência por meio do território (seja o equipamento, no caso, seja o rolê instaurado mediado pelas ações de ambiência, em outros casos) como um desdobramento da transferência para o corpo-semblante do analista.

Não estávamos, com isso, querendo agregar o adolescente a uma massa, tampouco estávamos fetichizando o equipamento para que nós fôssemos a massa. A ideia da transitoriedade, a ideia de um “pôr para dentro” almejando o “pôr para fora” que a organização dos tempos institucionais imprimia nos Planos Singulares de Atendimento, ou mesmo a recorrência da imagem de um trampolim propulsor de saltos, dava-nos esse lastro ético – que, evidentemente, escapava-nos em alguns momentos, mas voltava a nos guiar.

E, sobretudo, transpor esse estudo sobre a psicologia das massas e a criação de hordas, ainda que deveras atualizadas em relação às primevas, mas ainda assim atreladas a um líder ou a um ideal de amor igual a todos os seus, ajudava-nos a entender por que uma proposta de trabalho como aquela, com profissionais que eram tão heterogêneos e refratários a esse tipo de discurso ou crença, tornou-se um grande “elefante branco” para a missão da empresa-religião.

Como máquina de guerra nômade que nos propusemos, ainda que de forma não nomeada ou até mesmo inconsciente, conseguimos alguns arranhões e fissuras em torno desse discurso revestido de “missão de solidariedade” e conseguimos apontar algumas contradições na forma como tal “caô” era aplaclado. Isso, evidentemente, passou a ser mais do que um incômodo. Apontou um perigo.

5.2.4 Outras Breves Contribuições da Psicanálise (com pitadas da Teoria Crítica) para Leitura do Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas pelo Adolescente na Contemporaneidade

É evidente que essa não seria a única contribuição dos textos de Freud para debatermos o tema, ainda mais considerando-se a pertinência de textos posteriores, como "O Mal Estar na Civilização", quando Freud (2010) – que, nunca é demais lembrar, viveu seu *affair* com a cocaína, com dez anos de uso diário – fala sobre a intoxicação como uma das três possibilidades de alívio do mal-estar (as outras seriam a religião e a sublimação, a mais nobre destas, segundo seu relato que, não por acaso, veste-se do trocadinho sublime-ação):

Mas os métodos mais interessantes para prevenir o sofrimento são aqueles que tentam influir no próprio organismo. Pois todo sofrimento é apenas sensação, existe somente na medida em que sentimos, e nós o sentimos em virtude de certos arranjos do organismo. O método mais cru, mas também mais eficaz de exercer tal influência é o químico, a intoxicação. Não creio que alguém penetre inteiramente no seu mecanismo, mas é fato que há substâncias de fora do corpo que, uma vez presentes no sangue e nos tecidos, produzem em nós sensações imediatas de prazer, e também mudam de tal forma as condições de nossa sensibilidade, que nos tornamos incapazes de acolher impulsos desprazerosos. Os dois efeitos não só acontecem ao mesmo tempo, como parecem intimamente ligados. Mas deve haver, na química com o nosso corpo, substâncias que realizam algo semelhante, pois conhecemos ao menos um estado patológico, a mania, em que se produz esse comportamento análogo à embriaguez, sem ter havido ingestão de estupefaciente. Além disso, nossa vida psíquica normal mostra oscilações entre uma maior e menor dificuldade de experimentar prazer, paralelamente às quais há uma receptividade acentuada ou diminuída do desprazer. É muito lamentável que esse lado dos processos químicos tenha até agora escapado da exploração científica. O serviço dos narcóticos na luta pela felicidade e no afastamento da miséria é tão valorizado como benefício, que tanto indivíduos como povos lhes reservaram um lugar sólido na sua economia libidinal. A eles se deve não só o ganho imediato do prazer, mas também uma parcela muito desejada de independência do mundo externo. Sabe-se que com a ajuda do 'afasta-tristeza' podemos nos subtrair à pressão da realidade a qualquer momento e encontrar refúgio num mundo próprio que tenha melhores condições de sensibilidade. É notório que, justamente essa característica dos entorpecentes determina também seu perigo e nocividade. Em algumas circunstâncias eles são culpados pelo desperdício de grandes quantidades de energia que poderiam ser usadas na melhoria da sorte humana (Freud, 2010, p. 31-33)

O excerto parece longo, mas sintetiza a riqueza das colocações de Freud e podemos encontrar alguns ecos com pontos discutidos em outros momentos, especialmente em alusão ao texto "Duas questões sobre a Droga", de Gilles Deleuze (2006): quando este autor fala que toda a droga opera na modulação de

velocidades, as proposições de Freud (2010) de que o corpo é capaz de reconhecer estados de embriaguez que não advêm do uso de substâncias estimulantes, mas de episódios de mania, temos uma ressonância interessante para tal proposição, uma vez que a mania "nada mais é" do que uma aceleração, portanto, uma alteração de velocidade de pensamentos, afetos e funcionamento corporal, que pode ser análoga à excitação provocada por estimulantes.

Outro ponto decisivo diz respeito ao lugar que tanto culturas como indivíduos sempre parecem ter reservado para essas substâncias – o que corrobora teses como a de Henrique Carneiro (2002) e mesmo Antonio Escohotado (2004) da presença intrínseca de substâncias alteradoras de consciência em diferentes estágios da civilização e em diferentes configurações de povoamentos.

Por fim, não há como deixar de fazer ressoar algo que vai na direção também citada por Deleuze (2006) de que as drogas são como ferramentas, e como tal não se trata de demonizá-las, tampouco divinizá-las. Assim como as técnicas, as ferramentas prescindem do uso que fazemos destas. Eis uma questão posta no debate sobre Redução de Danos e antiproibicionismo que, quase um século atrás, o próprio Freud, como visto, trouxe com serenidade e maestria habituais.

Mas este excerto emblemático também deixa muitas arestas que outros autores remendarão com novos pontos de discussão em relação à psicanálise e às drogas. Como, por exemplo, os autores da chamada Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt, que, embora não tenham textos específicos sobre o que hoje chamamos de drogadicção, fazem-nos pensar que o uso de drogas na atualidade, para além das propriedades neuroquímicas, é mediado pela própria indústria cultural, com a respectiva fetichização de sua oferta enquanto mercadorias e seus usos hedonistas em tempos da Cultura do Espetáculo.

Claudia Prioste, em seu um interessante estudo sobre “O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual” (2016), retoma esse percurso da teoria crítica para situar, em seu debate, as complexidades advindas desse outro “comensalismo” característico da adolescência na contemporaneidade – a internet, no caso. Mas tais narrativas acoplam-se perfeitamente quando pensamos na própria questão das drogas enquanto mercadorias, especialmente nesta constituição atual de adolescências.

Define a Escola de Frankfurt como oriunda

...no seio do Instituto de Pesquisa Social, criado em 1923, como intuito de desenvolver estudos sobre os movimentos sociais sob a perspectiva da "teoria crítica" – como se passou a chamar o conjunto de produções dos autores dessa escola – tornando-se expressão da crise teórica e política que se instaurou no início do século XX, em particular no interior do marxismo, sobretudo com a ascensão do fascismo. Os pesquisadores participantes da Escola de Frankfurt faziam parte de uma tradição teórica de marxismo ocidental, que se desenvolveu nos anos seguintes da Segunda Guerra Mundial na Europa, momento marcado pelo retrocesso da agitação revolucionária, o isolamento da União Soviética e a derrocada de insurreições proletárias. O marxismo ocidental, como corrente teórica distinta do materialismo clássico, pensado por Lukács, Korsch e Gramsci, utilizou a filosofia dialogando com outros campos de conhecimento, para analisar a cultura do capitalismo avançado (Prioste, 2016, p. 28).

A importância de trazer este debate nestas elaborações sobre a tese ou cartografia da dispositivo reinserção social é pensar suas relações com a forja de territórios-corpos, uma vez que os trabalhos produzidos por essa vertente crítica, especialmente quando versam sobre a indústria cultural, ideologia e psicanálise às avessas, tinha a premissa defendida por Theodor Adorno e Max Horkheimer ao perceberem “a aversão quase científica de fixar-se em qualquer coisa que não se deixe verificar, funciona como instrumento de dominação” (Adorno e Horkheimer, apud Prioste, 2016, p. 29).

Com isso, as mercadorias utilizadas para atrair as massas se tornam ideologias que não se restringem a ser um mero conjunto de ideias e se codificam ou se efetivam sob a forma de produtos com seu consecutivo apelo de satisfação imediata. Se as mercadorias se tornam ideologias, se as drogas são mercadorias, logo as drogas também se firmam como ideologias – no que temos outra camada de lastro para assertiva do estudo da droga enquanto um dispositivo.

Na indústria cultural global o fetichismo da mercadoria cultural promove importantes manipulações estéticas, que podem ser constatadas, por exemplo, na crescente valorização da "marca" em detrimento da real qualidade e beleza do produto. Quando uma pessoa escolhe um produto, ela o faz movida muito mais pelo seu valor de troca, signo de *status quo*, do que pelo seu valor de uso. Isso também acontece com a arte que é consumida como um produto de um lugar social idealizado específico, tornando-se banalizada e perdendo seu potencial transcendente (Prioste, 2016, p. 71).

Isso acontece também com o consumo de álcool e outras drogas? Seguindo as pistas desta cartografia por meio de relatos dos adolescentes que atendíamos, parece que sim, evidentemente. Isso podia ser observado como nos citados exemplos de consumo, mesmo de substâncias lícitas fetichizadas (os tais

energéticos, por exemplo), como no caso das drogas ilícitas, com especial destaque às chamadas drogas de festa ou drogas sintéticas, como Ecstasy e LSD, entre outros. Muitos jovens relatavam utilizar essas substâncias em contextos que fariam os frequentadores da cultura *raver* ou *clubber*, deveras auspiciosos com os *settings* de uso dessas substâncias, corarem – tais como “conversas em posto de gasolina” ou “para pegar um vinho San Tomé e ficar de boa na esquina da quebrada”.

As drogas tomam esse lugar de mercadoria fetichizada, e seu consumo, quando “esvaziado” de rituais simbólicos, também é banalizado, gerando não só outro tipo de conteúdo para a experiência como outro tipo de finitude da experiência ou falta. Gosto de pensar que não só as drogas *stricto sensu* tem seu lugar de mercadoria fetichizada, como os jogos e outros territórios em torno de determinadas drogas também são passíveis de um tipo de economia: ora instigam, ora entediam.

Não por acaso um psicanalista francês dos anos 1990, celebrado por seus estudos sobre toxicomania, Charles Melman, em um de seus livros clássicos sobre o tema “Alcoolismo, delinquência e toxicomania: uma outra forma de gozar” (1992), refere-se a algo sobre repousar na droga o sonho de todo publicitário – o de criar um objeto que, uma vez consumido, passa a “faltar”⁶⁷.

Evidentemente Melman não está na lista de autores da Escola de Frankfurt – e suas contribuições como analista de filiação lacaniana são deveras interessantes para a clínica e mesmo para a leitura social da questão, especialmente com a proposição do conceito de Sintoma Social Dominante – mas tal colocação vem a fazer alusão à perspectiva da droga-mercadoria que é análoga também ao estudo

⁶⁷ Embora o foco dessas elaborações não seja mergulhar na discussão típica das searas psicanalíticas, com suas respectivas variações e variantes, o argumento tecido por Melman (1992), que funda o conceito de Sintoma Social Dominante, merece destaque: “As toxicomanias são um sintoma social. Não basta que um grande número de indivíduos em uma comunidade seja atingido por algo para que isso se transforme em um sintoma social. É claro que pode haver um certo percentual de fóbicos em uma dada população sem que, no entanto, isso faça da fobia um sintoma social. Mas pode-se falar de sintoma social a partir do momento em que a toxicomania é de certo modo inscrita, mesmo que seja nas entrelinhas, de forma não explícita, não articulada como tal, no discurso que é o discurso dominante de uma sociedade. É somente neste sentido que podemos falar de sintoma social. E se é um sintoma, é certamente porque esse sintoma vem dizer uma verdade que conhecemos e que temos todos lembrado, aquela mesma verdade já sublinhada por Freud em *Mal-estar na civilização*, onde ele fala, bem entendido, das drogas. Esta verdade é o mal-estar na civilização, quer dizer, nossa civilização como mal-estar: a civilização é um mal-estar. Também o sabemos, e creio, o abordamos e o dissemos constantemente, seguindo Freud. Lembramo-nos que se trata do mal-estar que concerne à insatisfação fundamental, na qual o ser faltante está mergulhado, que culmina na insatisfação sexual. Podemos entender perfeitamente a tentativa do toxicômano como uma entre outras (existem as tentativas dos neuróticos, existem todas as tentativas que conhecemos) para remediar o mal-estar” (Melman, 1992, p. 66). Evidentemente, as divergências da psicanálise estruturalista com a concepção dos processos de subjetivação lembram uma mistura tipo água e óleo, mas não há como deixar escapar o quanto as proposições de Melman sobre Sintoma Social ecoam na própria concepção dos *dispositivos*, especialmente quando ambas versam sobre os arranjos discursivos.

das diversões como componente da indústria cultural pelos referidos teóricos, conforme se observa na síntese de Prioste:

Outro aspecto relevante nos processos de dominação pela indústria cultural destacado por Adorno e Horkheimer refere-se à diversão. Os filósofos mostraram-se sensíveis às manipulações ideológicas do entretenimento, que começavam a emergir naquele contexto e que, na atualidade, tomaram proporções inimagináveis. A indústria cultural, no capitalismo tardio, aparecia como um aparelho totalizante, com a função de ocupar o tempo de ócio do operário por meio de produtos de diversão e lazer, distraíndo-o de suas agruras e conformando-o à condição social preestabelecida que ele ocupava. Assim, segundo Adorno e Horkheimer, "a indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pelas diversões". O entretenimento contém nele próprio os princípios de hostilidade com os quais o público se identifica: riem da própria desgraça e da desgraça alheia em um gozo sadomasoquista (Prioste, 2016, p. 37).

Temos argumentos para, a partir dessa inflexão, elaborar a questão do acoplamento das drogas com a adolescência para além de uma questão neuroquímica, como citada anteriormente, e também com outros vetores que trazem a droga (e consigo seus jogos e territórios) não enquanto, necessariamente, a causa, mas enquanto um sintoma de diversos arranjos que a caracterizam como um dispositivo, como também dito em outro momento. E um desses vetores, ou dessas linhas a serem cartografadas, é exatamente esta que versa sobre a "necessidade de diversão".

Tomando essa pista, pode-se pensar que os efeitos de produção de subjetividades que atravessaram gerações firmando a ideologia da diversão produziram ecos na forma como as substâncias são consumidas. É uma analogia até certo ponto rasa, mas esvaziados os conteúdos que poderiam ser sedutores na Cultura do Espetáculo (Debord, 2000) ou em formas coloquiais de lazer, resta no encontro com as substâncias um desdobramento das sensações de entretenimento.

É algo para "além do alívio da dor" ou "da busca da felicidade", tal qual citado por Freud, porque é operado de forma maquínica pela engenharia de produção de subjetividades do capitalismo, portanto. Não que, necessariamente, atravesse e substitua a diversão e o lazer, mas acopla-se a eles em outras dimensões. Daí proposições como as que Paul Virilio (1993) citava – sobre quando o homem inventa o trem, inventa o descarrilamento – passam a fazer outro eco.

No caso, o descarrilamento análogo não se refere à partilha moral que Vargas (2006) citava entre drogas boas e más, como se houvesse drogas boas para

diversão (as caras, como a cocaína aspirada em determinadas festas) ou as drogas más para diversão (as baratas, como a cocaína fumada na sua versão do *crack*). A analogia cabe, sobretudo, para o descarrilamento desses processos econômicos. Com a questão das drogas, por mais que se desenvolvam drogas “mais perigosas”, o que há de mais emergente é sempre o descarrilamento da economia, os subprodutos, refugos e efeitos colaterais do capitalismo.

E, quando trazido por esta linha de investigação, torna-se interessante seguir outras pistas sobre a organização da diversão, e suas conseqüentes relações com o espetáculo que, segundo Guy Debord,

É o apagamento dos limites do eu (moi) e do mundo pelo esmagamento do eu (moi) que a presença-ausência no mundo assedia, é também a supressão dos limites do verdadeiro e do falso pelo calçamento de toda verdade vivida, diante da presença da falsidade garantida pela organização da aparência (Debord, 2000, p. 176-177).

Tal definição dos danos decorrentes da Sociedade do Espectáculo na contemporaneidade não se assemelha às descrições de senso comum “contrafissuradas” em relação ao uso de drogas? Em outro momento desta tese pude citar o trabalho do escritor Nick Hornby (2013) na colocação do protagonista da obra “Alta Fidelidade” sobre a exposição de jovens a um tipo de “lazer” que viceja no consumo sem restrição de música pop, especialmente canções tristes ou melancólicas. Parece ir nessa direção. E, como canta Wander Wildner, “eu não consigo ser alegre o tempo inteiro”⁶⁸. A importância desse debate trazido por Prioste (2016) é sua atualização com as tecnologias atuais, especialmente a televisão, para uma geração, e a exposição à internet para a atual.

Com relação à televisão (impossível não se lembrar da canção dos Titãs com o mote “a televisão me deixou burro, muito burro de mais”⁶⁹), e todas as fábulas orbitando em torno da família televisiva, Prioste (2016) faz menção a uma democracia sem discurso e sem discussão que aparentemente “une” as famílias em torno da dimensão. Cita, inclusive, um comentário de Patrick de Lay, presidente e diretor-geral da rede de televisão TF1 da França, que dizia algo sobre a função dos seus programas ser, sobretudo, a de tornar o cérebro do telespectador disponível,

⁶⁸ “Eu não consigo ser alegre o tempo inteiro”, canção do álbum “Paraquedas do Coração”, de Wander Wildner (

⁶⁹ “Televisão”, canção de álbum homônimo gravado pelos Titãs em 1985 (Antunes, Fromer, Melo. WEA, 1985)

“isto é, diverti-lo, relaxá-lo, prepará-lo entre uma propaganda e outra. O que vendemos para a Coca-Cola é o tempo do cérebro humano disponível”, citava, antes de concluir que “Nada é mais difícil do que obter essa disponibilidade” (Lay *apud* Prioste, 2016, p. 47).

Com relação à exposição das crianças e adolescentes deste século à internet (*homo zappiens?*), argumenta Prioste, citando Delfour, que a internet não se diferencia da televisão, na medida em que sua promessa de interatividade não passaria de um simulacro, já que as escolhas estariam previamente dirigidas. Portanto, ambos os efeitos poderiam ser catalogados em eixos comuns:

Seguindo esses pressupostos, pode-se inferir que a intensa exposição das crianças ao mundo televisivo, incluindo a internet – o YouTube, por exemplo (...) – poderia acarretar no mínimo três consequências à vida educacional do adolescente: empobrecimento da linguagem verbal, restrição de acesso à linguagem escrita e dificuldade na resolução de conflitos, sem contar o processo de constituição subjetiva de um ser, cujos pais são substituídos por uma tela. Considero que crianças “educadas” em um contexto familiar essencialmente televisivo, com recursos simbólicos deficitários, teriam mais dificuldade em expressar suas necessidades e anseios verbalmente, tornando-se mais propensas às passagens ao ato, com menor tolerância à frustração. A criança é “adestrada” para escutar o barulho da televisão, não para falar, expressar seus pensamentos e argumentar (Prioste, 2016, p. 48).

A analogia entre a educação em frente à TV e sua reedição em frente ao Youtube não se resume ao excerto, pois, como bem observa Prioste (2016), ambas as máquinas (televisão e internet) são ou foram máquinas de guerra. A televisão faz parte do desenvolvimento dos instrumentos de visão a distância “que tiveram origem nas atulharias de guerra e na necessidade de matar sem vivenciar o moribundo agonizando ao seu lado”, cita Prioste (2016), antes de continuar a desenvolver o raciocínio de que tais instrumentos televisuais possibilitariam tanto uma maior defesa contra os inimigos como contribuiriam para atenuar o sentimento de culpa dos soldados. Para tecer este argumento ela vale-se de referências da obra de Jean-Jacques Delfour, que argumenta:

Lá onde eu vejo não estou. Então onde eu estou, eu não vejo. A longa distância esconde essa invisibilidade ou essa perda de implicação (...) Se essa função dos instrumentos escópicos é tão frequentemente utilizada pelo poder, é porque o crescimento efetivo da potência escópica é, em si mesma, portadora de um poder cognitivo particular e, portanto, prático. A longa distância é uma arma: ela atravessa os espaços, ultrapassa as fronteiras, viola os interditos, notadamente um interdito fundamental: a espacialidade pericorporal imediata (Delfoe *apud* Prioste, 2016, p. 48)

Como também é posto que a internet “não nasceu do capitalismo de múltiplas fertilidades, e sim do encontro de preocupações militares com imaginações acadêmicas por Prioste. Refere-se à criação da internet, nos anos 1960, por um grupo de pesquisadores do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, ao conceber a Arpanet – *Advanced Research Projeto Agency Network*, uma rede de comunicação digital com o intuito de melhorar o sistema de comunicação durante a Guerra Fria (Prioste, 2016, p. 53).

As questões que daí decorrem, sem querer seguir esta linha específica da composição da rede mundial de computadores e seus desdobramentos nas políticas de subjetivação, mas detalhando um pouco mais as colocações de Prioste, é a de como esses “espaços” ou “ciberespaços” se caracterizam enquanto um tipo de território que precisa ser considerado, evidentemente, sob a perspectiva do estudo das reinserções, inserções e deserções.

Tanto que, quando começamos nossos trabalhos no referido equipamento, tínhamos como uma das salas mais procuradas pelo jovem aquela que chamávamos jocosamente de “*lan house*”, com quatro computadores herdados de outro equipamento da empresa-religião que fechou, com seus já anacrônicos monitores-tubo, e era um dos espaços mais acessados, literalmente, pelos adolescentes que frequentavam nosso espaço.

Por um momento precisamos, em nossas assembleias com os jovens, discutir inclusive o melhor funcionamento daquele espaço e dos computadores, pactuando alguns combinados em relação aos *websites* visitados, o volume da música e horários para que tal “entretenimento” não concorresse com as oficinas do dia ou mesmo as ações de ambiência.

Chegamos, inclusive, a catalogar aqueles acessos em nossa produção diária, a fim de mostrarmos produtividade ou serviço à mantenedora. E, naquelas ocasiões, por sugestão de um educador, começamos a amadurecer o conceito de ações de inserção no território virtual. A ideia inicial é que aqueles momentos pudessem ser mediados para, entre exemplos, redação e cadastro de currículos nos sites e portais de empregos, bem como para procurar cursos, atividades culturais e demais ações pertinente ao plano singular do jovem em acompanhamento.

Com o passar do tempo, nos quatro anos em que lá estive, presenciei uma mudança drástica e voraz: os computadores ainda continuavam sendo “desejados”,

mas o tempo dos "*smartphones*" engoliu todos com seus "*black mirrors*" na palma da mão.

Lembro-me, entre exemplos, de discussões de casos acaloradas por conta de uma adolescente que atendíamos que tinha, visivelmente, um acoplamento com o telefone celular muito intenso: nada que ela fazia no cotidiano dos nossos atendimentos era sem o telefone celular. Seu corpo estava ali conosco, mas sua subjetividade, seus afetos, sua energia pareciam, literalmente, vertidas para aquele aparelho e o que mais estivesse através dele – um dos jovens, em tom jocoso, perguntou certa feita se ela também transava olhando o celular.

Evidentemente, era um caso a ser tratado em sua singularidade – a questão dos vínculos frágeis que a garota demonstrava, seu comportamento arredio e por vezes gentil, as fortes restrições econômicas que as visitas domiciliares e demais instrumentais da equipe trouxeram para a discussão deram outro entendimento para aquele uso abusivo da tecnologia que, no seu caso, parecia ser mais intenso e problemático do que seu uso diário de *cannabis* ou mesmo o uso eventual de cocaína e lança-perfume.

Afinal, o que havia naquele aparelho?

Sigo, novamente, as pistas de Prioste (2016) para pensar essa relação entre adolescência e internet:

O mundo virtual parece funcionar como o templo do "Divino mercado" proposto por Dufour, porém um templo radiante, em que todas as pulsões sádicas, masoquistas, escópicas e exibicionistas são estimuladas por meio da virtualização e fragmentação do corpo e da alma, esta guiada pelo *laissez-faire* da natureza divina. No "Templo Virtual" a divina natureza impõe seus dogmas no jogo gozoso que enlaça todos, adultos e crianças. No templo virtual, tudo pode ser mostrado, exibido. É o império das sensações, o parque de diversões da sociedade excitada. Algumas pessoas argumentam que o mundo virtual não difere do real e que a virtualidade é uma cópia do real. Há de se refletir cuidadosamente acerca desta crença ideologicamente forjada. Não encontramos na nossa cidade, ou pelo menos não é comum encontrarmos, crianças entrando em locais destinados às orgias (...) No mundo real isso não é possível porque as portarias são protegidas por guardas (Prioste, 2016, p. 43).

Como lidar com esse impasse? Chega a ser irônico pensar que a solução mais civilizada e sóbria é a regulamentação pelo Estado das ações da Internet, como aconteceu no Brasil com o Marco Civil sancionado em 2014. Irônico porque, face ao danos e políticas de subjetivação com relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas, nossa resposta é a Guerra às Drogas e, especialmente quando se

trata do envolvimento de adolescentes das quebradas, há as sanções por meio das famigeradas medidas socioeducativas, incluindo aquelas de privação de liberdade por conta do trabalho infantil na venda de drogas. Aí pouco se fala em regulamentação.

É quase tão irônico quanto o fato de o educador que promoveu o excelente conceito de inserções no território virtual no cotidiano de nossas ações no trabalho ter sido um dos sujeitos que parece ter tido mais problemas para se concentrar nas reuniões por conta do seu *"black mirror"*. Mesmo nas supervisões de equipe ele estava conectado, manipulando qualquer coisa em seu aparelho – o que, não raro, colocava-me no papel de "chefe" ao pedir-lhe a atenção para aqueles momentos, o que gerava brigas e embates que, com o passar do tempo, foram até divertidos e folclóricos (foi ele o educador do rompante citado no miolo da tese quando estávamos para nos mudar e não nos mudamos). Depois que ele saiu da firma, parece que o posto de sujeito que não conseguia se desconectar em reuniões (quase até mesmo nas supervisões) passou a ser exercido por mim, assumidamente um usuário problemático deste tipo de "descarga de dopamina" barata.

Elaborando outras pistas sobre o impacto dessas telas na constituição de outros corpos-movimentos – e, por conseguinte, outros territórios e inserções – a partir desse estudo de Prioste (2016), é possível pensar que tanto a garota acusada de transar olhando o celular quanto o educador em questão ou eu mesmo referendávamos sua hipótese de "uma nova economia psíquica na pós-modernidade", que, guardadas as devidas proporções, deve ter similaridade com os fenômenos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas (ao menos de acordo com essa aproximação com a teoria crítica).

Diferente do mal-estar da cultura relacionado à sexualidade e à culpa dos desejos proibidos assinalado por Freud, Prioste (2016) sinaliza o mal-estar na atualidade como o mal-estar do desejo, com o "estímulo à liberação das pulsões sexuais em direção ao consumo e todas suas sintomáticas de seus excessos, de um lado, e de seus déficits, de outro" (Prioste, 2016, p. 77). Assim, ela novamente recorre a Dofour para uma análise deste fenômeno a partir de seu livro, curiosamente batizado de "A arte de reduzir cabeças":

A grande novidade seria a redução dos espíritos. Como se o pleno desenvolvimento da razão instrumental (a técnica), permitido pelo capitalismo, se consolidasse por um déficit da razão pura (a faculdade de

julgar *a priori* quanto ao que é verdadeiro ou falso, inclusive o bem e o mal. É bem precisamente esse traço que nos parece propriamente caracterizar a virada dita pós-moderna: uma parte da inteligência do capitalismo se põs a serviço da arte de reduzir cabeças (Dufour apud Prioste, 2016, p. 77).

Ocorre desta definição de pós-modernidade sob a égide do mal-estar do desejo a categorização de uma nova economia psíquica, trilha que Prioste percorre citando, para contextualização, autores como Jean Pierre Lebrun e o citado Charles Melman, que juntos protagonizaram outro livro tido como de referência para os pós-lacanianos: “O homem sem gravidade” (Melman, 2003).

Não entraremos, especificamente, nas tramas desta argumentação de como, ainda seguindo Prioste (2016), a liberação das pulsões nessa outra configuração de mal-estar não se coloca à serviço de Eros ou da alteridade, mas sim dos vínculos estabelecidos com os objetos fabricados com a indústria cultural, na qual “não haveria mais a mediação entre sujeito e objeto: o investimento libidinal nos objetos de consumo é imediato e vem associado à promessa de supressão de todas suas faltas”, culminando na “exploração do gozo do indivíduo” (Prioste, 2016, p. 76).

Mas, interessa-nos, ainda rastreando as linhas deixadas pela autora, usar sua especulação sobre como este mal-estar do desejo impacta na constituição de subjetividades quando se trata de questões como as do uso abusivo de álcool e outras drogas. É um excerto da autora até certo ponto extenso, mas derradeiro:

No contexto de uma economia de consumo, que promove a questão dos poderes institucionais reguladores da economia libidinal, a tarefa de autocontrole é dirigida ao indivíduo, que passa a ser assediado por uma voraz indústria dos prazeres. Doravante, o mal-estar da civilização deixaria de ser o sacrifício libidinal em prol da cultura e passaria a ser o mal-estar dos desejos desmedidos. Obesidade, bulimia, toxicomanias com ou sem drogas, ciberdependência, compulsão por jogos, por sexo, por pornografia, por compras ou por esporte fazem parte dos distúrbios do desejo na atualidade (...) Ao se libertar dos grilhões institucionais, o indivíduo bem-adaptado aos ideais de consumo torna-se escravo das pulsões desenfreadas e sem limites, consumindo a si próprio. No Brasil, assistimos ao extremo desta incitação ao gozo desenfreado e mortífero culminando na chamada “epidemia do crack” (expressão polêmica mas que é usada de acordo com nomenclatura do Ministério da Saúde), que tem atingido todas as camadas sociais da população em diversas faixas etárias. Não é meu intuito analisar a expansão do consumo de crack, contudo algo que chama a atenção é o discurso dos profissionais de saúde mental que, diante da dependência, procuram ainda apelar à “vontade do sujeito em querer se libertar do vício”, sem consideram que essa “vontade” estaria há muito tempo cooptada pelos ideais de gozo absoluto socialmente proferidos, especialmente na sociedade brasileira. Não é por acaso que os tratamentos em saúde falham e que as famílias recorrem às religiões, submetendo o sujeito a uma fictícia “vontade superior”, que acaba funcionando pela instauração de um Supereu extremamente potente, ancorado em um aparato social exterior e ao mesmo tempo transcendente. Para além da miséria e da emergência do poder do tráfico – que não é desprezível, na

medida em que suplanta o poder do Estado –, outra questão que pode ter contribuído para a assunção de uma droga mágica da felicidade e da excitação seria a iminência de uma nova economia psíquica, instaurada na mais tenra idade, afetando significativamente a autonomia do sujeito e sua capacidade crítica em relação à realidade (Prioste, 2016, p. 89 e 90).

O debate posto aqui é claro: em que medida os dispositivos tradicionais destinados ao tratamento e à reinserção social de pessoas com uso abusivo de álcool e outras drogas têm o alcance de atingir também as outras matrizes que os fomentam, que, para além das questões do sujeito, apontam para situações macroestruturais dentro desse campo de “políticas de subjetivação” – como no caso da citada aposta na vontade individual assinalada por Prioste ou mesmo no caso de sua hipótese sobre a proliferação e certa “resolutividade do problema” por parte das Comunidades Terapêuticas que trabalham com a reconfiguração ou reprogramação do Supereu. Ocupar-se destes corpos, de uma forma ou de outra, é ocupar-se destes discursos.

5.2.5 Reinserções, Inserções e Deserções na Lógica do Condomínio como Resposta ao Mal-Estar Brasileiro

Outro autor da seara psicanalítica que tem fornecido pistas importantes para entender o mal-estar na atualidade e suas vicissitudes em relação ao contexto brasileiro na contemporaneidade é Chirstian Ingo Lenz Dunker, que, em seu livro “Mal-estar, sofrimento e sintoma” (2015), lança algumas proposições muito ricas inclusive para alcançarmos o debate sobre o *status* de dispositivo das operações de reinserção social, quando se refere à lógica do condomínio como resposta ao mal-estar brasileiro.

Nesse seu estudo, Dunker toma as construções dos condomínios que começaram a proliferar nos anos 1970 como um agenciamento discursivo em torno da “promessa de uma comunidade racialmente integrada”, onde se procurava resolver dois problemas cruciais para a classe média: segurança e acesso a serviços (Dunker, 2015).

Tais engenhocas de urbanismo, com suas arquitetônicas de gosto duvidoso, combinavam casas de estilo europeu com muros altos separando o condomínio do resto da cidade, como se, literalmente, tal configuração fosse a representação do “dar as costas” aos problemas da configuração urbana e cívica. Não por acaso eram

vendidos com a promessa de uma rede de serviços onde o “cidadão de bem” nem precisasse se deslocar para/pela cidade para realizar atividades cotidianas. Não por acaso eram vendidos com “entradas ou elevadores de serviço” para separar os serviços dos seus moradores/proprietários.

O condomínio surge no Brasil, portanto, como algo que transcende a ideia de um bairro-dormitório, o que, segundo os estudos de Dunker (2015), tem uma coerência com a ocupação planejada dos espaços urbanos. Valendo-se da premissa ou conceito de “um direito exercido de maneira simultânea por muitos sobre o mesmo objeto ou o mesmo bem”, o caso dos condomínios brasileiros guarda algumas peculiaridades que o diferem radicalmente de outros modelos mundo afora.

Por exemplo, no caso do modelo americano das *gated communities* (comunidades anteriores), ou no caso do modelo inglês dos *condominiums* (uso da propriedade estabelecida) há uma função comunitária que faz jus ao estatuto ou conceito de usufruto do bem comum. As versões brasileiras provêm de um conceito de defesa, portanto o bem comum em questão são os muros e o sistema de vigilância, ou, quando muito, o *playground* para as crianças (Dunker, 2015).

Com isso as diferenças de classe e raça não foram “tocadas”, mas “resolvidas” por meio de “um sutil código de circulação e conveniência” que aparta serviços e moradores, estendo a distorção dessa ideia de comunidade que poderia vigorar nos modelos estadunidenses ou ingleses.

Os primeiros projetos de condomínios brasileiros, com o caso do estudado condomínio de Alfavile, em Barueri, tal qual sintetiza Dunker, eram a construção de uma “ilusão pré-fabricada que encontrava seu signo de realidade” e que, ao mesmo tempo, recuperavam um antigo ideário de modernidade, abdicavam da parte desse ideário que versava sobre a universalidade (Dunker, 2015).

É, portanto, uma forma de vida que se impõe sobre essa lógica dos condomínios que articula dialéticas (ou, neste nosso estudo sobre o dispositivo, que articula discursos) díspares. Como o discurso de amor e amizade, expressa por uma fábula de “comunidade de cuidado” que seria a “extensão da família”, com o discurso do direito e da ética, que tem sua disparidade em ser expressa por uma administração que é articular e profissionalizada.

A questão posta, segundo Dunker (2015), é que a lógica dos condomínios encarna, portando, um estilo de “vida total”, ou a vida governada segundo a

exigência da autorrealização. Ele não o diz com essas palavras exatamente, mas daí podemos inferir que se trata da própria lógica “neoliberal” com os projetos de meritocracia ou de realização pessoal (os chamados *selfmademens*).

Mas algo dá errado neste projeto. É aí que Dunker (2015) usa as lentes da psicanálise para contribuir com essa distorção social. A vida planejada, ascética, controlada, baseada no uso e na administração racional dos espaços, dos lugares e da posição social, investida de artificialidade, superficialidade e esvaziamento tem que conviver com estilhaços do real ou acontecimentos da vida cotidiana que ultrapassam as fronteiras do condomínio.

Acontecimentos como quando crimes surgem dentro dos condomínios – primeiro com pequenas desobediências de trânsito, depois com o consumo de drogas ou, finalmente, com desavenças importantes entre vizinhos (Dunker, 2015). Gosto de pensar que, nesse arranjo semiótico de discursos, não é por acaso que um telejornal de São Paulo tem como articulista ou colunista um advogado especializado em direitos de condôminos, exatamente para “avaliar o que é de bom senso dentro da lógica do condomínio.

Mas, outra questão muito interessante para o entendimento da reinserção social enquanto dispositivo que Dunker levanta é: qual seria o precedente dos condomínios?

O precedente mais claro de nossos modernos condomínios administrados conforme o uso higienista da razão são, evidentemente, os grandes hospitais psiquiátricos reconstruídos e expandidos em meados do século XIX. Uma visita a Salpêtrière, em Paris, ou a Steinhof, no entorno de Viena, até mesmo a Barbacena, em Minas Gerais, ou a Franco da Rocha, no subúrbio de São Paulo, mostrará a similaridade irretorquível. Retirem-se a pobreza e os sinais aparentes de loucura, e o que restará é um protocondomínio arborizado, cheio de praças para meditação, centros de cuidado e tratamento, regulamentos e rotas de circulação. Espaços que são ao mesmo tempo de produção de saúde e de reprodução de um modo de vida perdido. O apelo à vida em forma de condomínio baseia-se, como os antigos leprosarias e hospícios, na promessa de recuperação e reconstrução da experiência perdida. A antiga noção de cura não tem outro sentido que não a de reencontro de um lugar. Talvez não seja por outro motivo que não se possa associar a nova vida em condomínio com nenhuma expressão artística ou cultural relevante (Dunker, 2015, p. 52).

Não por acaso, reiterando o que argumentamos na introdução ou nas cascas iniciais desta tese, o paradigma das Comunidades Terapêuticas no Brasil não só expõe a falta de radicalidade ou mesmo o atraso da Reforma Psiquiátrica em propor ações para o cuidado de pessoas com sofrimentos decorrentes do uso abusivo de

álcool e outras drogas (incluindo o debate sobre o proibicionismo) como expõe a lógica dos condomínios que, literalmente, reside sobre esse tipo de reedição de lugares instituídos para a loucura (neste caso vestida com a camisa de força do signo dependência química).

São uma “resposta” a um tipo de mal-estar que opera na mesma lógica de segregação ou de resolver com "outros condomínios" aquilo que não conseguimos enfrentar enquanto condição da própria configuração urbana e coletiva da vida na contemporaneidade.

Funcionam, portanto, como um tipo de condomínio às avessas e, tal qual o condomínio das elites tem os seus problemas internos que fazem com que a fantasia da vida cívica seja resolvida daquela forma (intramuros), as Comunidades Terapêuticas também parecem ter que se haver com questões deste tipo, incluindo rigidez de regimentos que, não só por isso, aproximam-nas dos antigos hospícios – ou dos novos, reeditados no financiamento de hospitais psiquiátricos por meio de alterações recentes da Política da Saúde Mental (2017), desta vez com pisos encerados e música ambiente, mas que, nem por isso, conseguem maquiar seu processo de exclusão e violência.

E tal como os condomínios fracassam enquanto um espaço concebido como "falso universal", nossas reflexões apontam no sentido de que estes espaços ditos "terapêuticos" fracassam na ideia de cura, ainda que trabalhem com "fatos" como a abstinência ou a "reprogramação subjetiva" por parte dos usuários que saem dessas unidades ou convertidos ou com discursos prontos de “agora eu quero reconquistar uma família, um emprego e ser um cidadão de bem”.

A análise que Dunker usa para desmontar esse fracasso dos condomínios pode, de forma análoga, servir para questionar a efetividade desses espaços. Segundo ele, nos condomínios, os que vivem dentro estão implantados em seu lugar, posição, espaço, ao passo que os que vivem fora aparecem como “não sujeitos” à luz deste ideal: são pessoas sem lugar, sem terra, sem teto, sem destino. Essa extraterritorialidade protegida, como ele chama, conjuga um ideal de realização de prazer e de liberdade, o que é, em analogia à topografia psicanalítica, uma fantasia (Dunker, 2015).

E tal qual por esta tópica a fantasia é definida como um cálculo neurótico do gozo de três tempos, a fantasia da extraterritorialidade protegida em que prazer e

liberdade são possíveis vai ao pouco se esfarelando. No primeiro destes tempos, diz Dunker, é o momento em que ideal e real se reconciliam. Neste tempo as oposições que dividem o sujeito são suspensas. O condomínio promove isso na forma da fantasia vivida enquanto estado de exceção – a síntese que realiza o melhor dos dois mundos.

De acordo com os relatos e conversas com os adolescentes atendidos por Comunidades Terapêuticas e que frequentavam o equipamento em que trabalhávamos, assim como de acordo com os relatos que a equipe trazia em reuniões de discussão de caso, podíamos observar que esse primeiro tempo da fantasia também aparecia quando da “motivação” do jovem em aderir ao tratamento, como quando da “ideia de que agora tinha um lugar para viver” ou mesmo quando do refúgio frente a algum conflito decorrente do tráfico de drogas ou retaliação policial em que a “comunidade terapêutica aparecia como um espaço de segurança e proteção”. Tal qual Dunker (2015) cita sobre o estado de exceção que ocorre no condomínio, podíamos observar um estado de “suspensão” desses conflitos no adolescente.

O segundo momento da fantasia é definido por Dunker (2015) como o momento em que o que era excepcional torna-se necessidade. Aqui estão em questão sentimentos como o de servidão e esvaziamento, a culpa inconsciente, o empuxo à identidade, a inquietude e estranhamento em relação à mesmice.

Nos relatos dos adolescentes que passaram por esses internamentos ou nos relatos da equipe, podíamos observar a persistência desse segundo momento como as fases de adesão ao tratamento que reforçavam estigmas, identidades ou “diagnósticos” do tipo “tenho uma doença que é incurável, chama-se dependência química” ao mesmo tempo que o tédio tomava conta das atividades laborais travestidas de terapia ocupacional.

O terceiro tempo da fantasia neurótica, aquele que reposiciona a falta, em que proliferam atos dispersos que tentam corrigir o paradoxo da fantasia, segundo Dunker, permite a “purificação do excesso ou a proliferação da lei” que, no caso dos condomínios, é reconhecida como insensata e insuficiente. Com isso começam a emergir montagens compensatórias, erotização da perda, cultivo da fragmentação, estranhamento corporal. É o tempo em que o mal-estar aparece como angústia, é o tempo da compulsão legislativa característica da legislação condominial descrita por

Dunker (2015) nas fábulas como “mais regras, por favor”, ou em situações assim descritas por ele:

Um traço típico desse terceiro tempo da fantasia é o que poderíamos chamar de compulsão legislativa, característica da gestão condominial. Por exemplo, uma bicicleta largada na guia dá ensejo ao tropeço da senhora idosa, o que redundará em ato libertatório involuntário de seu cão de estimação, causando perdas irreparáveis às begônias da vizinha. Solução: proibam-se as bicicletas fora de lugar, depois as begônias, em seguida, os passeios de idosos. A enunciação do síndico, nesse caso, poderia ser: “Você está livre para fazer o que quiser, mas está disposto a arcar com os riscos, que correm por sua conta?” Apesar dos muros e dos síndicos, dentro do condomínio surgem eventos inesperados, formas imprevisíveis de encontro e desencontro, irrupções da *vida como ela é*. Uma vez estabelecido o estado de suspensão determinativa que cria o condomínio, tais eventos são necessariamente interpretados como sintomas. Devem ser debelados imediatamente com novas proibições, sanções e prescrições (Dunker, 2015, p. 54).

É neste terceiro tempo da fantasia, diz Dunker, que surge a função do síndico como “aquele que deve gerir o sofrimento da vida em espaço reprodutivo para transformá-lo em formas palpáveis de insatisfação, que ele poderá administrar”, com a diferença crucial de que “o síndico não se ocupa do espaço produtivo, mas do espaço no qual a vida se reproduz, se repõe, se restaura” (Dunker, 2015).

Esta figura do síndico é importante na análise da lógica do condomínio, pois ele encarna o que é mais sintomático no poder: o poder não pertence a ninguém, ele é delegado. O síndico não é proprietário do condomínio, e no caso da terceirização da administração dos condomínios, o síndico nem partilha da mesma vida – ou tem casa própria – em um espaço como aquele. Ele é um “encarregado”, que é delegado. Assemelha-se à figura do capataz, no caso da linha de produção ou do técnico de enfermagem, no caso dos responsáveis pela ordem em um hospício.

E, no caso das Comunidades Terapêuticas, ele se assemelha à figura do “monitor”, aquele sujeito que conquistou a abstinência e certa posição dentro da instituição e serve como “referência” aos demais internos. Não raro é este sujeito que zela pelos regulamentos que, na mesma proporção, vão ficando mais restritivos e superlativos.

Os adolescentes que atendíamos contavam histórias desse tipo, que reforçavam o estigma em torno desses “monitores” ou “capatazes” que se valiam de um discurso quase fenomenológico da supervalorização de suas experiências para, a partir disto, cravá-las como verdades absolutas para impor as condutas e regulamentos ao outro, com discursos do tipo “eu sei porque eu já passei por isso”.

Considero pertinente essa analogia ainda que fragmentária dos discursos dos adolescentes sobre as Comunidades Terapêuticas para pensar em que medida estas se equiparam à lógica dos condomínios, tal qual descrita por Dunker (2015). E, da mesma forma, fomentar o debate sobre as estratégias de reinserção social como extensões desta mesma lógica no âmbito dos espaços coletivos desprovidos dos muros ou regulamentos.

Sobre tal aspecto, a chamada reinserção social, mais do que se prestar a uma tecnologia de ocupação dos espaços e circulação urbana, presta-se como prolongamento daquele território vivido nestes espaços que, não por acaso, encontram eco em preceitos de correntes de "tratamento" que pregam a abstinência total e reproduzem dogmas como "evite pessoas, situações e lugares".

Ora, como estar na cidade, como estar "na vida como ela é" e evitar "pessoas, situações e lugares" enquanto técnica de manutenção de cura/abstinência? Não deveria ser o contrário – quando você suportar pessoas, situações e lugares, sinta-se curado? Evidentemente que tal proposição apoia-se na ideia de um sujeito "fraco" perante a droga, como se suas escolhas não tivessem alcance frente ao objeto-droga.

5.2.6 Elaboraões Sobre o Imperativo da Inserção Social ou Inclusão Social

Mas não é só neste texto que Dunker (2015) deixa suas pistas para cartografarmos a pertinência de alçar a reinserção social enquanto um dispositivo – naquilo que ela guarda de influências da lógica do condomínio em resposta ao mal-estar na civilização brasileira, ou sob suas possíveis analogias e acoplamentos com a rotina das Comunidades Terapêuticas ou quaisquer outros equipamentos que se proponham como “alternativas de território”.

Em um outro texto seu em coautoria de Fuad Neto, publicado na revista Psicologia, Ciência e Profissão em 2004, intitulado “Sobre a retórica da exclusão: a incidência do discurso ideológico em serviços substitutivos de cuidado a psicóticos”, há proposições interessantes, ainda que o tema do artigo seja, especificamente, pessoas com sofrimento mental decorrente de psicoses, que podem ser transpostas para essa discussão sobre reinserção social de usuários abusivos de álcool e outras drogas, especialmente adolescentes.

Um desses valiosos fragmentos para arguição desta nossa hipótese da reinserção enquanto dispositivo é a visita que Dunker e Neto (2004) fazem ao termo “inclusão social” tal qual aparece na legislação sobre Saúde Mental do Ministério da Saúde, enquanto um enunciado na acepção foucaultiana do termo. O trecho em questão é o que cita, quanto à promulgação da Lei Paulo Delgado, a Lei nº 10.216, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, o objetivo de promover “a cidadania dos portadores de transtorno mental no Brasil favorecendo sua inclusão social” (Brasil, 2000, p. 5).

Segundo Dunker e Neto, a questão que os interessa é:

...saber, a partir de uma descrição histórica de formação discursiva, como a *inclusão social* foi apropriada, no quadro de uma certa retórica e política, de forma a se colocar em relação de antagonismo com o projeto de uma clínica da escuta dos transtornos mentais, ou seja, trata-se de analisar uma série de deslocamentos discursivos que constituem, localizam e individualizam a loucura no espaço da exclusão social e, a partir disso, sustentam um conjunto de práticas que visam à sua reinserção, inclusão ou reentrada no campo social. Trata-se de um conjunto de práticas que discursivamente se recusam a inscrever-se na noção de clínica e muitas vezes colocam-se em oposição a esta (Dunker e Neto, 2004, p. 117).

Para nosso estudo, a dimensão da reinserção social ser alçada a essa prática discursiva nos interessa, ainda que alçadas aqui à dimensão de retórica – neste caso, a retórica da exclusão. Os autores se referem à retórica como método para análise da linguagem em termos simultâneos de produção de subjetividade e formas de poder, no que há nítida proximidade como estudo do dispositivo, tal qual aparece na obra de Foucault (2008) e dos filósofos que continuaram essa investigação, Agamben (2005) e Deleuze (2006), tal qual citados em outro momento desta tese.

A retórica da exclusão, naquele caso, localiza os transtornos mentais em uma superfície formada pela antinomia entre inclusão e exclusão – de uma condição historicamente construída e bem definida (a exclusão) a outra condição ideal e indefinida (a inclusão). Assim, a retórica da exclusão, presente no discurso do movimento social conhecido como Luta Antimanicomial, é reflexo de uma preocupação e mobilização da opinião pública, em uma operação que pode assim ser descrita pelos autores:

A preocupação com a função interpretativa da opinião pública, colocada na posição de observadora, faz produzir uma enunciação baseada na denúncia e nos desmascaramento. Para tanto, a estratégia discursiva ampara-se no uso calculado de uma dupla cena: o desmascaramento da opressão política

em paralelo ao desocultamento das práticas de submissão aplicadas aos tratamentos dos transtornos mentais. Forma-se assim uma equação crítica onde controlar e oprimir solidarizam-se, paradoxalmente, em cuidar e amparar. O antímodo afirma, na verdade, que em nome do cuidado se realiza a opressão, em nome da cura e da saúde verifica-se a produção de posições objetivastes, silenciosas e dóceis, na qual se identifica a condição social do doente mental. Deduz-se, daí, que a transformação desejável no estatuto da doença mental é de natureza política, antes que clínica. Está formada uma cena enunciativa onde *clínica* e *política* tornam-se significantes em oposição (Dunker e Neto, 2005, p. 118).

Portanto, os autores corroboram a ideia de que, com o intuito de mobilizar a opinião pública, a estratégia de retórica do movimento político e social da Luta Antimanicomial foi por uma segregação entre clínica e política – que, certamente era pertinente ao *tipo de clínica* praticada em consultórios ou pelo saber especializado do clínico, mas não com *todo tipo de clínica* – e de que o projeto a ser alcançado era mais o da *inclusão social* do que o projeto clínico visto sob uma perspectiva ética (não mercadológica).

Como sustentamos em outra camada desta tese, talvez tal preceito ou retórica da exclusão seja decisiva para alcançar as razões pelas quais defendemos que o CAPS AD, e em geral a própria estratégia de cuidados na Política de Saúde Mental para pessoas com sofrimento decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas, é um "puxadinho" ou um decalque de um tipo de clínica e, sobretudo, de um tipo de reinserção social ou reabilitação psicossocial para uma clientela que também padece de sofrimentos mentais, porém de ordem deveras distinta. Essa crítica não se confunde com a necessidade de demolição destes equipamentos e construção de leitos para confinamento, muito pelo contrário: aponta para apropriar-se de suas proposições a partir da perspectiva ética da Redução de Danos e do antiproibicionismo, algo que não foi possível à época.

Retomo a análise de Dunker e Neto (2004) para dar sustentação a tais argumentos: os autores sinalizam que tal retórica firmou-se em um primeiro patamar discursivo que trata ou define a opinião pública como um agente de saber anônimo; em um segundo patamar discursivo, o foco passa aos agentes da comunidade e à família. O saber público atua como articulador de demandas. Com isso, o cerne da argumentação dos autores, é que

...o sujeito da experiência da loucura, ao ser deslocado para a posição de *usuário* dos serviços de saúde mental, tem sua demanda revertida de demanda de cura para demanda de inclusão. Sua patologia é definida pela exclusão social concreta e não por uma posologia neutra e transcendente. A

localização de sua demanda não emerge do sofrimento psíquico individualizado, mas do sofrimento atinente à sua posição de classe (Dunker e Neto, 2004, p. 119).

Se há na inclusão social a posição daquilo que os psicanalistas lacanianos chamariam de “significante mestre”, há na deserção (e na tolerância à deserção) algo da ética da clínica que, sob esta perspectiva, não é menos política. Este é um argumento possível de ser engendrado a partir do estudo destes autores para dar sustentação ao ato ético de questionar a reinserção social – e seus ideais de reformatório – e penso que, de certa forma, a experiência profissional relatada dá amostras de que, de certa forma, tangenciamos essa condição.

Ou seja, esquivamo-nos das prescrições de inserção social tradicionais (um emprego, ainda que em uma lanchonete, uma escola, ainda que produtora de exclusão, ou uma religião, ainda que fanática) tal qual o próprio movimento da Luta Antimanicomial se esquivou das prescrições médicas, porém sem fazer essa crítica de que estas se transformavam em prescrições sociais.

Mesmo porque esta operação de recomendar inserções sociais sem que isso brote enquanto demanda do sujeito atendido (mesmo adolescente) equipara-se a impor aquilo que os psicanalistas lacanianos definiriam como “discurso do mestre”, e opera no sentido de formação de demandas que são restritas aos benefícios ofertados, o que pode ser exemplificado em um discurso jocoso, porém verossímil, de um técnico com colocações do tipo: “Você quer trabalhar como jovem aprendiz? Nós podemos encaminhar você para uma seleção profissional desde que você atenda aos critérios de escolaridade – e, nesse caso, de abstinência. Você não quer trabalhar como jovem aprendiz, não quer reunir esses critérios? Então precisamos fazer você demandar ou desejar isso”.

Algo que, à luz do texto de Dunker e Neto, é assim sintetizado tomando como exemplo não a inserção no programa Jovem Aprendiz, mas a inserção na própria “militância” da Luta Antimanicomial por meio de uma forja de demandas que não partem desses *usuários* dos serviços:

Partindo dessa distinção, a inserção social preconizada pela legislação é uma oportunidade ambígua de produção de instabilização subjetiva através do contato com alteridades, mas também de ocupação dessa instabilidade por formas ideológicas pré-constituídas. Se a interpelação ideológica é hegemônica, a produção significativa torna-se comprometida e a subjetivação transforma-se em reificação. A formação ideal e o modelo ideológico discursivo de inserção social acaba sendo a conversão à prática

da militância. Dessa forma, podemos dizer que o discurso competente e instituído acaba por produzir sistemas simbólicos imunes à reflexão. A linguagem sofre uma restrição, pois não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa e em qualquer circunstância. Esse discurso é idêntico, do ponto de vista formal, à linguagem institucionalmente autorizada, na qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de ouvir e falar em lugares e circunstâncias predeterminadas. Assim, o discurso sobre si vem impregnado de militância política (Dunker e Neto, 2004, p. 123).

A operação clínica nestes dispositivos de cuidado para psicóticos é da ordem de uma singularidade, portanto, a de fazer emergir discursos e apropriações sobre si que diferem da programação das ideologias ou da reprodução do discurso do mestre, segundo os autores. Tais proposições nos caem como uma luva para pensar que a inauguração de inserções ou mesmo a assunção ética de deserções são um tipo de operação similar no caso do dispositivo de reinserção social.

Nestes casos, permite esquivar-se dos lugares instituídos (tanto para a reinserção, quanto para a ideia de que um usuário abusivo, mesmo adolescente, estava excluído da sociedade – como vimos, tráfico e uso são interessantes rodas de inclusão). Inventar um território para si equipara-se a encontrar uma tom de voz, ou uma escuta, tal qual os autores citam sobre as narrativas singulares dos psicóticos:

Quando o usuário traduz a retórica da exclusão nos termos singulares de sua própria narrativa, esse é um ato de interesse simultaneamente clínico e político. Como observou Jameson, o ato que inaugura uma nova narrativa possui uma relevância transformadora maior do que a própria narrativa que daí se desenvolve. Portanto, não basta a imersão em um sistema simbólico do qual a retórica da exclusão seria uma das estratégias e oferta de significantes-mestres um efeito, mas é preciso considerar ainda o ato contingente de apropriação singular realizado pelo sujeito. É nessa operação que a escuta clínica parece ser insubstituível. Não consideramos que o lugar de clínico seja uma espécie de mirante onde se tem uma ampla, neutra e geral visão do panorama ideológico do social. A clínica é apenas mais uma forma de apontar o antagonismo social e, no melhor dos casos, de não tamponá-lo (Dunker e Neto 2004, p. 124).

Impossível não tratar dessa discussão sobre o que Dunker e Neto (2004) definem como retórica da exclusão e essa demanda de inserção social que parece se opor à questão de uma clínica – ou que parece efetivar a clínica – sem trazer as discussões levantadas pelo caso do adolescente Wilson que atendíamos. Em que pesem todas as articulações ali realizadas, em que pese o cuidado atento do próprio CAPS em relação às suas questões clínicas, aquele foi um caso em que, de certa forma, os equipamentos conjugados não alcançaram a efetividade em um tipo de

clínica que, dadas as singularidades do jovem em questão, era anterior às demandas de inserção social.

Não por acaso o jovem cujo caso pôde ser apresentado era “posto de escanteio” em seu trabalho, em um tipo de inserção social que o desqualificava como um “estoquista de máquina de xerox”, mais alijando suas potências do que de fato as desenvolvendo. Não por acaso o jovem teve seu caso empurrado entre CAPS para pessoas com sofrimentos mentais com psicoses e esquizofrênicas para CAPS para pessoas com sofrimentos mentais decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, ao mesmo tempo em que estava “inserido” no cumprimento de medidas socioeducativas, ao mesmo tempo em que tinha um Plano de Atendimento Singular firmado conosco. Ele estava inserido.

O estudo do dispositivo de reinserção social prescinde, portanto, desta singularidade que o faz indissociável de um tipo de clínica. Reafirmar a singularidade é rejeitar, portanto, fórmulas universais e simplistas como as que parecem revestir algumas camadas da execução de políticas públicas, por mais cuidadosas que algumas destas possam ser quanto aos seus conceitos e formulações.

Nesta tese reiteramos que o momento para se cuidar da reinserção social não precisa ser *depois* de uma clínica bem executada, com a “cura” ou “abstinência” executada – como se tratasse de subir os degraus de um Monte Olimpo ou algo do tipo. A reinserção social ou a inserção social pode se dar de forma paralela à demanda por tratamento ou mesmo pode vir a ser catalisadora do próprio processo clínico.

Mas tomar tal pressuposto ético como uma regra para todos os casos implica, ainda que de forma inversamente proporcional, reduzir toda a complexidade e singularidade a uma fórmula única. É às fórmulas únicas que nos opomos, por isso o contraponto do estudo de Dunker e Neto (2014), aliado à discussão que pode ainda reverberar sobre o emblemático caso de Wilson, parece-nos salutar. Por isso postulo e reafirmo: em toda clínica há de vir política, e sob este ponto de vista, o dispositivo da reinserção social se assume, também, em sua potência de clínica do território – ou dobra da clínica da cultura.

5.2.7 Seria o Território da Festa e das Drogas Sintéticas o “Bunker” para Abrigar-se do Mal-Estar na Contemporaneidade?

Eis uma última questão antes de deixar esse bloco que flerta com ou tangencia, ainda que de forma incipiente, algumas noções e leituras psicanalíticas sob a égide da clínica da cultura. O tema, aliás, desperta interesse e as histórias que ouvia, seja nas discussões de caso de que participava, seja tomando café com os adolescentes, sobre os seus respectivos usos de drogas sintéticas, despertavam-me especial interesse, evidentemente por conta de minha escuta – e meu corpo – atravessado pelas alterações com esse tipo de substância, ainda que em uma fase distinta da vida.

Afinal, em parte da minha jornada que pude relatar em outro momento desta tese, comentei o quanto o acesso aos outros planos da existência possibilitado por meios de acoplamentos com alucinógenos ou mesmo substâncias como o Ecstasy foram constitutivas de territórios. Não que tivesse acesso aos terrenos mais privilegiados para isto, mas, tal como concebia, especialmente no caso das citadas metanfetaminas, a experiência era indissociável de seu respectivo “*setting*”, ou seja, parecia só fazer o sentido esperado quando dentro daquele contexto ou campo simbólico que, em meus juízos de valor, era adequado.

Mas eis que ouvia a história de adolescentes que compravam Ecstasy fabricado possivelmente por um laboratório clandestino brasileiro atrelado ao Primeiro Comando da Capital – ou seja, uma inovação que faz da referida organização não só distribuidora, como também produtora de tais substâncias – e o tomavam de forma deveras trivial em situações como, entre as relatadas, churrascos de amigos, bailes funks ou mesmo “ficavam na esquina da biqueira trocando ideia e tomando vinho chapinha”.

Seriam esses usos que eram mais prejudiciais pela ausência do “*setting*” para o contorno simbólico do que pela substância em si? Era uma questão que levantava para debater com os colegas da equipe, não sem ser atravessado por minhas visões de mundo e, evidentemente, meus juízos estéticos e de valoração.

Por isso, ao trazermos em um Espaço Transversal de Estudos o percurso teórico feito pelo também psicanalista Tales Ab’saber, com o predicativo de ser filho do famoso geógrafo Assis Ab’saber, a partir de seu livro compilado em 2012 sob o

título de “A música no tempo infinito” (com alguns de seus artigos sobre a estética e o lugar das festas de música eletrônica na contemporaneidade) pudemos, ou eu pude, ter maiores elementos para alcançar a questão levantada.

Ab’saber (2012) trabalha com o estudo da música eletrônica a partir da indústria cultural, ou seja, a partir da perspectiva crítica desses espaços. Com isso investiga os processos de alienação que atravessam os clubes ou as festas de música eletrônica, comparando-os aos mesmos processos de alienação que assolam festejos populares como o carnaval ou a Festa do Peão Boiadeiro em Barretos – ainda que, no caso da clientela em questão, os jovens que usufruem dos espaços de música eletrônica podem ter maior acesso à informação ou mesmo maior acesso à politização.

Esta é uma questão de largada interessante, pois serve para discutir a inserção do adolescente nesses espaços e desmontar a visão utópica que pode ser refletida com a questão: seriam esses espaços de festa uma alternativa ao modo de produção e às estratificações dos lugares-tempo que pode vir a ser subversiva, especialmente quando comparadas aos demais processos de reificação da vida e da ocupação dos espaços?

Ao analisar esse contexto, Ab’saber (2012) infere que estes espaços são “mais do mesmo”, ainda que com relativas distinções em relação aos demais espaços de festa, como a ilusão de pertencer a um circuito simbólico de produção internacionalizada, com o contato com tensões sociais mais amplas e ainda tida como de vanguarda (como no caso da *cultura gay*), com a manutenção tardia da noção de vanguarda estética e com o desejo de ser a linha evolutiva atualizada da grande tradição contracultural e política da juventude ocidental. Tais características, aliadas ao centro da vida deslocado inteiramente para a noite, como típico dos jovens frequentadores desses espaços, criam uma nova ordem de subjetivação.

E é enquanto cartografia dessas linhas que seus ensaios entrelaçam-se, levantando algumas questões interessantes para o escopo dessa pesquisa. A começar pelo recorte de classes sociais que estão ali atreladas. O leitor que acompanha a leitura dessa tese desde seu início pôde perceber que, dos casos citados, poucos são os jovens que sustentam esse estilo de vida – talvez só o caso do jovem de classe média alta com quem trabalhei citado em um contexto diferente dos adolescentes que frequentavam o referido equipamento.

Mas, não por acaso, pensar a inserção social de um jovem de classe média alta serve como um contraponto interessante para pensar a inserção social dos jovens de periferia. Não que aquele caso (chamado de Julio) necessariamente estivesse vinculado ao uso de drogas sintéticas (ao menos não apareciam tais relatos em nosso trabalho, que, aliás, tinha outro foco). Mas, evidentemente, seus relatos e vivências sobre colegas incluíam narrativas do uso de drogas, inclusive sintéticas.

Debates como esse serviam para atualizar, sobretudo, as visões que tínhamos (ou, posso afirmar, as que eu tinha) sobre certas “romantizações” típicas da utopia psicodélica do acoplamento com alucinógenos que, descontextualizados naqueles “*settings*” tão duros – como uma reunião de amigos em uma esquina de uma quebrada durante a madrugada sujeita às batidas policiais com um vinho “chapinha” – não faziam o mesmo eco. A substância em questão era, muitas vezes, coadjuvante.

5.3 CASCA-DE-BAIXO-TRÊS: ELABORAÇÕES SOBRE O DISPOSITIVO (RE)INSERÇÃO SOCIAL COMO CLÍNICA DE TERRITÓRIOS E INVENÇÃO DO COMUM

Não há diferença entre mim e as ruas para o lado da Alfândega, salvo elas serem ruas e eu ser alma, o que pode ser que nada valha, ante o que é a essência das coisas. Há um destino igual, porque é abstrato, para os homens e as coisas – uma designação igualmente indiferente na álgebra do mistério (PESSOA, 1999, p. 147).

5.3.1 Em toda clínica há de vir política, hão de vir territórios

Neste ponto das elaborações que compõem a cartografia do dispositivo reinserção social, fica evidente que uma das linhas que o compõem é a linha da clínica, no sentido de inclinar-se, mas não necessariamente só se inclinar sobre um sujeito, e sim em como se inclinar sobre um território que também é psíquico.

Desta forma, a própria separação proposta pela Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas do cuidado às pessoas com sofrimento mental decorrente do uso abusivo dessas substâncias, com o tripé prevenção-tratamento-reinserção social, tem sua consequente leitura deste último ponto como algo que se daria pós-tratamento, ou, sob esta perspectiva, pós-clínica. Pode-se ver essa pós-clínica como a clínica que transpassa o corpo do sujeito, alcançando a clínica do por-se em pé no mundo, a clínica que (ainda) acontece: clínica dos territórios, dos movimentos. Clínica da cultura. Pode-se, então, afirmar que o dispositivo reinserção social é também uma clínica de territórios.

Os estudos dos livros do “Comitê Invisível” traduzidos recentemente para a língua portuguesa pela N-1 Edições, tais como “Motim e destituição agora” (2017) e “Aos nossos amigos: crise e insurreição” (2016), dão algumas pistas interessantes para, nesse jogo de inserções, reinserções e deserções, pensarmos inclusive sobre o lugar da clínica na contemporaneidade, e o tipo de forja de modelos de subjetivação que faz com que as tramas biopolíticas típicas às sociedades de controle sejam indissociáveis desta discussão.

Daí a proposição de que em toda clínica há de vir política, pois não há como se inclinar sobre o sujeito (seja na perspectiva ainda da clínica de “*settings*” tradicionais, seja na perspectiva da clínica em território, também chamada por

Lancetti (2006) de clínica peripatética⁷⁰, seja na perspectiva da clínica ampliada⁷¹ ou mesmo dos ideais da saúde coletiva, seja ainda no que diz respeito às leituras da reinserção social como uma dobra da clínica quando bem executada ou quando demandada) sem considerar as tramas políticas que o forjam, tal qual não há como se inclinar sobre o sujeito sem desconsiderar a potência de intervenção política que há sobre esse “território” em questão.

Costuro o argumento: segundo os autores (anônimos) dos livros do Comitê Invisível, atribuído ao movimento político e de insurreição que ganha corpo na França nesta década, toda exceção é uma forma de exclusão (por suspensão). A criação do estado de exceção é uma norma que permite incluir o caos (Comitê Invisível, 2016).

Em um dos textos que integram o livro intitulado “Desapareçamos” há algumas proposições caras para o estudo das deserções enquanto potência de intervenção biopolítica, e o quanto a ética do cuidado para casos como o descrito com a história do Wilson ou como as situações provocadas pelo texto de Dunker e Neto (2004) apontam não para a retórica da inclusão, mas para a sustentação das deserções. E pensar o dispositivo de reinserção social nesta perspectiva da clínica do território implica pensar, sobretudo, sob a ética da deserção enquanto uma possibilidade ou, mais ainda, enquanto potência.

⁷⁰ A clínica peripatética cunhada por Lancetti tem esse nome em referência à prática aristotélica de ensinar-se caminhando, ou o *Peripatheo*. Inclui a terapêutica da surpresa e um interessante tributo ao pedagogo soviético Makarenko. Neste sentido, é uma clínica que permite *settings* expandidos, como por exemplo o território ocupado por pessoas em situação de rua nas regiões centrais. Mas é salutar o fato de que o próprio Antonio Lancetti, em sua trajetória profissional, declara ter sido necessário praticar a psicanálise durante a ditadura argentina em lugares pouco convencionais para o *setting* psicanalítico da igreja: cafés, parques, passeios de ônibus. Ele dizia isso, evidentemente, em relação à perseguição que era destinada aos intelectuais subversivos. A clínica peripatética é também aquela que põe o sujeito em movimento, e nisso se distancia da perspectiva de inclinar-se sobre um sujeito acamado, como a etimologia da palavra *klinikós* sugere. Ainda é um inclinar-se, mas nesse caso não sobre alguém no leito: é um sujeito em movimento, é uma clínica do que move: velocidades, trilhas, cultura.

⁷¹ A clínica ampliada, pensada por Gastão Wagner de Sousa Campos, buscando entender as dimensões do processo saúde-doença pela perspectiva da inserção comunitária e vínculo, presta seus tributos ao movimento italiano a partir de Franco Basaglia. Foi absorvida como metodologia de cuidado na Política de Humanização do SUS, onde é definida como “uma das diretrizes que a Política Nacional de Humanização propõe para qualificar o modo de se fazer saúde. Ampliar a clínica é aumentar a autonomia do usuário do serviço de saúde, da família e da comunidade. É integrar a equipe de trabalhadores da saúde de diferentes áreas na busca de um cuidado e tratamento de acordo com cada caso, com a criação de vínculo com o usuário. A vulnerabilidade e o risco do indivíduo são considerados e o diagnóstico é feito não só pelo saber dos especialistas clínicos, mas também leva em conta a história de quem está sendo cuidado” (http://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/201_clinica_ampliada.html, acesso em fevereiro de 2018).

Repasso alguns desses pontos como quando os autores se referem à ideia do bando (que pode ser traduzida, no caso dos adolescentes relatados, como no caso dos “rolezinhos” que propunham) como uma palavra que guarda sentido etimológico próximo, a partir do italiano, de estar in-bando e em a-bandonamento enquanto diagramas de estar à mercê, ou circular livremente pelos territórios (Comitê Invisível, 2016, p. 159).

Daí que os autores crivam que a relação do direito com a vida não é a inclusão, mas o abandono. E que a “força da lei” é aquela que mantém a vida em seu bando, paradoxalmente enquanto a abandona. Por isso a operação ética em questão é apropriar-se dessa força da vida abandonada justamente por estar pretensamente “incluída” em algo, ainda que sob suas organizações mais boçais e estéreis possíveis (Comitê Invisível, 2016).

Isso, segundo os autores, demanda um tipo de energia de enfrentamento que o sujeito precisa mover que tem uma verve política que, por vezes, é até antagônica à ideia do pacifismo – que traduzo como letárgico ou imóvel sob esta perspectiva das circulações em questão. “O pacifismo engana e engana a si mesmo ao fazer da discussão pública e da assembleia o modelo açapado da política” (Comitê Invisível, 2016, p. 160).

Para sustentar tal argumento, os autores valem-se da origem das assembleias na Grécia antiga que, segundo eles, derivavam de uma prática guerreira, onde a “igualdade no uso da palavra decorre da igualdade diante da morte”. Por isso, essa genealogia das assembleias (algo muito distinto, evidentemente, do que se torna o assembleísmo da democracia representativa em coma) tinha o debate como análogo ao confronto guerreiro. E por isso também a democracia ateniense era uma democracia hoplita: “ali só se é cidadão porque se é soldado; daí a exclusão das mulheres e dos escravos” (Comitê Invisível, 2016, p. 161).

Se o cidadão grego só era completo quando vitorioso pelas armas e pelos discursos, temos algumas implicações possíveis de serem transpostas para o atual fracasso do assembleísmo da democracia representativa especialmente em uma era permeada por imagens, em que não só os discursos são perversamente esvaziados, mas também outras camadas de falácias midiáticas e danos semióticos causados

pelo acoplamento com telefones móveis precisam ser considerados como catalisadores para o esvaziamento da palavra.

O que está proposto com essa discussão neste ponto da tese é o resgate da palavra enquanto conquista de um tipo de território. Se há, como elaborado em outro momento, um tipo de confinamento e produção de inércia que produzem atrofias na linguagem, a sobreposição de sentidos, discursos e narrativas vinculadas pela linguagem produz, literalmente, corpo e campo. Elaboro que é como o estudo da biopolítica (o poder sobre a vida) e a biopotência (a afirmação da vida e da singularidade resistindo ao poder).

Por isso a operação da clínica do território, na medida em que é uma operação de retomada da palavra, pode ser uma operação política e também diz respeito a um tipo de “inserção ou reinserção”. E essa operação de retomada da palavra, sob o ponto de vista ético, parece diametralmente oposta à condição do pacifista que silencia. Trata-se, pois, de uma operação de guerra, no sentido de apropriação e forja de territórios.

Ou, como dizem os amigos do Comitê Invisível:

o pacifista sincero, aquele que não está apenas procurando racionalizar sua própria covardia, comete a façanha de se enganar duas vezes sobre a natureza do fenômeno que procura combater. Não só a guerra não é redutível ao confronto armado nem ao massacre, como ela é a própria matriz política da assembleia que ele defende. "Um guerreiro de verdade", dizia SunTzu, "não é belicoso; um lutador de verdade não é violento; um vencedor evita o combate". Dois conflitos mundiais e uma aterradora luta planetária contra o "terrorismo" nos ensinaram que é em nome da paz que se desenrolam as mais sangrentas campanhas de extermínio. No fundo, a rejeição da guerra só exprime uma recusa infantil ou senil em admitir a existência da alteridade. A guerra não é a matança, mas sim a lógica que regula o contato de potências heterogêneas. Ela é travada por todos os lados, sob inúmeras formas, e na maioria das vezes por meios pacíficos. Se há uma multiplicidade de mundos, se há uma irredutível pluralidade das formas de vida, então a guerra é a lei de coexistência nessa terra. E nada permite pressagiar o resultado do encontro de contrários: eles não habitam mundo separados. Se nós não somos indivíduos unificados, dotados de uma identidade definitiva como a polícia dos papéis sociais desejava, mas sim o lugar de um novo conceitual de forças cujas configurações sucessivas desenham equilíbrios provisórios, temos que reconhecer que a guerra está em nós – a guerra santa, dizia René Daumal. A paz não é possível nem desejável. O conflito é a própria matéria daquilo que se é. Resta adquirir uma arte de como conduzir isso, que é uma arte de viver situacionalmente, e que supõe delicadeza e mobilidade existencial mais do que vontade de esmagar aquilo que não somos (Comitê Invisível, 2016, p. 177).

O excerto é categórico – e até mesmo sedutor no que se propõe. Reconhecer a existência da guerra, sob este ponto de vista, é um estatuto ético para o qual, o

que se conjuga, não é necessariamente a resposta em guerra, em violência proporcional, mas “a arte de viver situacionalmente” ou a “delicadeza e a mobilidade existencial” (Comitê Invisível, 2016).

Há um caminho para se fazer isso sob a égide da clínica no “*setting*” tradicional, mas penso que o que construímos junto com alguns adolescentes que atendemos no equipamento em questão também pode proporcionar algumas dessas situações, sob a égide ou signo das operações de reinserção social (onde muitas vezes são pensadas inserções idealizadas para tempos de paz em contextos de guerra e seus estados de exceção). Por isso sustento que é uma clínica vista sob o ponto de vista de que transcende a singularidade do caso do adolescente, pensando enquanto sujeito, e atinge a singularidade de seu acoplamento com seus territórios – daí a expressão clínica do território.

Evidentemente que tais proposições, se transpostas de forma “crua” a algumas das ações relatadas por parte do nosso emprego no tal equipamento de reinserção social, podem disparar provocações importantes: até que ponto de fato “guerreamos” ou fomos “pacifistas” no caso do Wilson? Que força poderíamos ter tido para entender o que de fato acontecia com Tamires e que envolvimento eram aqueles de sua inserção por outros círculos que culminariam na sua morte absurda com corpo encontrado dias depois em uma das “cavas” do Rio Iguaçu? Como relativizar ou naturalizar ambos os casos deslocando seu discurso para a “ausência de políticas públicas para juventudes”, quando se trata, efetivamente, de vítimas de guerra às (pessoas que usam) drogas com vidas ceifadas ou amputadas por seus lados opostos – em um caso a violência do braço armado do Estado via polícia e sistema carcerário, em outro conflitos decorrentes do estatuto ético do Primeiro Comando da Capital?

Ou, ainda, estaria toda nossa potência enquanto “máquinas-nômades de guerra” desviada ou subaproveitada em relação à guerra em questão, com a energia vertida para ativar as conexões institucionais, ativar novos paradigmas éticos da forma desse jovem estar no mundo como grande operação de inserção social em questão (por isso, de ordem também da sustentação clínica) ainda que sob a égide da sustentação de deserções, ou ainda aquela potência vertida para manter a máquina operando no seio da empresa-religião? Em que medida deveríamos ter sido mais *radicais*?

Eis porque retomo as questões endereçadas às subjetividades forjadas na contemporaneidade pelos colegas do Comitê Invisível, seja em momentos em que os autores alertam que o pacifismo é profunda “burrice ou má-fé”, referindo-se, inclusive, ao sistema imunológico do corpo operando na distinção amigo-inimigo, seja quando se referem à “recusa tática do confronto enquanto uma astúcia de guerra” – diziam isso, por exemplo, ao analisarem as insurreições no Egito durante o episódio que se convencionou datar como “primavera árabe”, em que o mote dos “camaradas do Cairo” era algo do tipo: “não devemos confundir a tática que empregamos quando cantamos a ‘não violência’ como uma fetichização da ‘não violência’” (Comitê Invisível, 2016, p. 170). Ou ainda, retomando outro excerto do texto, quando sentenciam:

Décadas de pacificação das massas e da massificação dos medos fizeram do pacifismo a consciência política e espontânea do *cidadão*. Cabe a cada movimento, agora, lidar com esse estado de coisas desolador. Na praça Catalunha em 2011, por exemplo, vimos pacifistas entregando manifestantes vestidos de preto à polícia, assim como em Gênova em 2001 vimos alguns “Black Blocks” serem linchados. Em resposta, os meios revolucionários segregam, como *anticorpos*, a figura do *radical* – aquele que procura o oposto do cidadão em todas as questões. Ao banimento moral da violência num, o outro responde com sua apologia puramente ideológica. Enquanto o pacifista procura se abster do curso do mundo, permanecendo bom e não cometendo nada de mau, o radical se abstém de qualquer participação no “existente” através de pequenas ilegalidades enfeitadas por “tomadas de posição” intransigentes. Ambos aspiram à pureza, um pela ação violenta, o outro abstendo-se dela. Não se sabe se essas duas figuras subsistiriam por muito tempo se uma não tivesse a outra em seu interior. Como se o radical vivesse apenas para estremecer o pacifista que há nele próprio e vice-versa (Comitê Invisível, 2016, p. 170 e 171).

Esta questão que os colegas do Comitê Invisível levantam, portanto, é o que aponta para uma terceira instauração que foge do binômio radical-pacifista, ou, dito de outro modo, que aponta para uma condição ética que não seja necessariamente ou um ou outro, mas que permita ser um e outro e algo que não é nem um nem outro. Lembra um pouco o estudo montado a partir de outras dialéticas, como no clássico estudo de Umberto Eco, “Apocalípticos e Integrados”, de 1970, quando versava sobre as questões decorrentes das inserções nas Culturas de Massas.

Este trecho consta na introdução desta obra tida como expoente e dá conta de ilustrar que não se trata, necessariamente, de defender o lado dos apocalípticos ou dos integrados, tampouco de se pensar a síntese entre ambos, mas de se considerar as ambiguidades que podem, sim, coexistir no discurso e na prática: uma estratégia de esquivar-se, portanto, do binarismo do ou um ou outro. Permito-me

agregá-lo neste ponto da discussão, ainda que ciente da curva – ou da ativação rizomática que pode ser mais dispersiva do que sintética – antes de arriscar-me às pistas sobre os ecos de tais colocações do Comitê Invisível em alusão à própria Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari. Ao excerto:

Se a cultura é um fato aristocrático, o cioso cultivado, assíduo e solitário, de uma interioridade que se apura e se opõe à vulgaridade da multidão (Heráclito: "Por que quereis levar-me à toda parte, ó iletrados? Não escrevi para vós, mas para quem me pode compreender. Um, para mim, vale cem mil, e a multidão nada"), então só o pensar numa cultura partilhada por todos, produzida de maneira que a todos se adapte, ela elaborada na medida de todos, já será um monstruoso contra-senso. A cultura de massa é anticultura. Mas, como nasce no momento em que a presença das massas, na vida associada, se torna o fenômeno mais evidente de um contexto histórico, a "cultura de massa" não indica uma aberração transitória e limitada: torna-se o sinal de uma queda irrecuperável, ante a qual o homem de cultura (último supérstite da pré-história, destinado a extinguir-se) pode dar apenas um testemunho extremo, em termos de Apocalipse. Em contraposição, a resposta otimista do integrado: já que a televisão, o jornal, o rádio, o cinema e a estória em quadrinhos, o romance popular e o Reader's Digest agora colocam os bens culturais à disposição de todos, tornando leve e agradável a absorção de noções e a recepção de informações, estamos vivendo numa época de alargamento da área cultural, onde finalmente se realiza, em amplo nível, com o consenso dos melhores, a circulação de uma arte e de uma cultura popular. Para o integrado, não existe o problema de essa cultura sair de baixo ou vir confeccionada de cima para consumidores indefesos. Mesmo porque se os apocalípticos sobrevivem confeccionando teorias sobre a decadência, os integrados raramente teorizam, e assim, mais facilmente operam, produzem, emitem as suas mensagens cotidianamente em todos níveis. O Apocalipse é uma obsessão do *dissenter*, a integração é a realidade concreta dos que *não dissentem*. A imagem do Apocalipse ressalta textos sobre a cultura de massa; a imagem da integração emerge da leitura dos textos *da* cultura de massa. Mas até que ponto não nos encontramos ante as duas faces de um mesmo problema, e não representarão esses textos apocalípticos o mais sofisticado produto oferecido ao consumo de massa? Então a fórmula "apocalípticos e integrados" não sugeriria a oposição entre duas atitudes (e os dois termos não teriam valor de substantivo), mas a predicação de adjetivos complementares, adaptáveis a esses mesmos produtores de uma 'crítica popular da cultura popular' (Eco, 1970, p. 8 e 9).

Parece às vezes confuso, parece às vezes uma sopa de letras, parecem meras conjunções, mas são estas proposições do Comitê Invisível com a ideia de radicais-pacifistas (com sua curva pela semiótica de Umberto Eco na discussão de uma dialética entre "apocalípticos e integrados" que versa sobre o território das culturas de massa: leio integrados como inseridos, apocalípticos como os deserdados) que se revestem do próprio conceito da filosofia da diferença aplicada por Gilles Deleuze e Felix Guattari (2011), explicitada, por exemplo, na síntese de ambos do conceito do Rizoma. Ao se proporem à superação da conjunção "ou" pela

conjunção aditiva “e”, mais do que a crítica aos binarismos, a enunciação é quanto à crítica da dialética como forma de explicação estruturante das relações.

5.3.2 Rizoma como Conceito-Chave das Operações de um Dispositivo de (Re)Inserção Social enquanto Clínica do Território ou Novas Defesas do Método

Para a metodologia da cartografia, como explicitado em outro momento, trata-se de seguir linhas, linhas que proliferam, explodem, ramificam-se ou existem em camadas ou platôs aquém dos que conseguimos pisar e tatear na forma de rizomas. O estudo de Deleuze e Guattari sobre o tema, embora reiterado amplamente pela comunidade científica nas áreas clínicas das ciências humanas nas últimas décadas no Brasil, não cansa de atualizar-se, especialmente em se considerando o dispositivo da reinserção social, a clínica de territórios ou a clínica do corpo alçado à condição de território e as máquinas de guerra nômades deles engendrados.

Permito-me visitar e assinalar algumas proposições, como quando os autores sublinham que *Mil Platôs* se baseia em uma teoria das multiplicidades e assim as definem seus principais conceitos, ainda no prefácio italiano da obra:

As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades*, que são *devires*; a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individuações sem sujeito); a seus espaços-tempos, que são espaços-tempos livres; a seu modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem *territórios* e graus de *desterritorialização* (Deleuze e Guattari, 2011, p. 10 e 11).

Ao leitor eventual que acompanha o percurso desta cartografia até essa camada quase derradeira de casca, especialmente ao leitor menos familiarizado com a obra desses autores, deve estar claro agora que a constelação conceitual em muitos campos desse escrito guarda ecos estritos com essa filosofia, especialmente em relação ao processo de inserção, reinserção e deserção em alusão à *territorialização* e *desterritorialização*, os conceitos em tono do devir enquanto potência de tornar-se, as zonas de intensidade contínua vestidas sobre o conceito

de platôs ou mesmo em alusão às zonas autônomas temporárias de Hakim Bey (2001), singularidades e multiplicidades que tentavam ser engendradas por meio dos atendimentos citados. Mas, ainda nesta elaboração, é possível alcançar novas camadas da ideia de máquina de guerra nômade sobre a qual fazíamos alusão.

A história universal da contingência atinge aí uma variedade maior. Em cada caso, a questão é: onde e como se faz tal encontro? Em vez de seguir, como em *O anti-Édipo*, a sequência tradicional Selvagens-Bárbaros-Civilizados, encontramos agora diante de todas as espécies de formações coexistentes: os grupos primitivos, que operam por séries e por avaliação do "último" termo, em um estranho marginalismo; as comunidades despóticas, que constituem, ao contrário, conjuntos submetidos a processos de centralização (aparelhos de Estado); as máquinas de guerra nômades, que não irão apossar-nos dos Estados sem que estes se apropriem da máquina de guerra, que eles não admitiam de início; os processos de subjetivação que se exercem nos aparelhos estatais e guerreiros; a convergência desses processos no capitalismo e através dos Estados correspondentes; as modalidades de uma ação revolucionária; os fatores comparados, em cada caso, do território, da terra e da desterritorialização. (Deleuze e Guattari, 2011, p. 11).

Por isso a perseguição específica das linhas que compõem um rizoma, para que se possa “chegar ao ponto em que não se diz mais Eu, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer Eu. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus”, no que os autores referenciam o engendramento das linhas que compõem os processos de subjetivação – que, em alusão ao conceito de Foucault, é outro jeito de dizer que tal processo se dá por meio dos dispositivos (Deleuze e Guattari, 2011, p. 17).

Para isto a defesa que os autores fazem do livro composto por linhas, no que essa tese se inspira e se veste para encorajar a defesa do método aqui adotado. “Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 18). Um livro (ou, neste caso, a tese-pão) é feito de exterioridade e suas correlações.

Tomo nestas discussões a defesa das lorotas apresentadas, algumas de ordem pretensamente individuais, que beiram a “*egotrip*” de botequim, mas que aqui alçadas a essa publicização almejam o entendimento dessas linhas de subjetivação que também persigo em meu corpo e meus afetos, tal qual persigo a análise das memórias do referido trabalho. Defendo que ambos os casos apontam para operações de exteriorizações, para a conexão com outros territórios. Por isso, operam enquanto agenciamentos – tal qual opera um livro, na defesa erguida pelos

escritores em questão, quando relatam que “não há diferença entre aquilo que um livro fará e a maneira como ele é feito” (Deleuze e Guattari, 2017, p. 19).

Se o livro (ou a tese por esta metodologia) existe apenas pelo fora e no fora, o livro (ou a tese) pode se fazer máquina: de guerra, de amor, revolucionária. Máquina abstrata, que arrasta, porque a literatura é, sobretudo, agenciamento e nada tem a ver com ideologia pois, “de resto, não existe, nem nunca existiu ideologia”, sentenciam Deleuze e Guattari (2011), antes de defenderem que a matéria de que se trata é aquela composta por multiplicidades, linhas, estratos, segmentariedades, linhas de fuga ou intensidades, agenciamentos maquínicos em seus diferentes tipos, corpos sem órgãos e sua construção para seleção ou plano de consistência. Eis de onde extraio outra epígrafe: “Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 19).

E a forma talvez mais interessante de se perseguir essa contextualização do rizoma enquanto conceito é mesmo nos diferentes tipos de livro que existem – no que me serve, mais uma vez, como defesa do método que, inclusive, talvez coubesse no tópico específico sobre a cartografia, mas que aqui também deixo ressoar. Por isso os autores se referem a um tipo de livro que é raiz, árvore, estrutural. Neste sentido, a raiz é a imagem da árvore-mundo e “o livro imita o mundo, como a arte e a natureza” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 20).

Aqui o pensamento é mais clássico e mais refletivo; é também o pensamento mais velho e mais cansado. E é também um engodo, uma vez que “a natureza não age assim. As próprias raízes são picotastes com ramificação mais numerosa, não dicotômica”. A crítica é à lógica binária que se opõe à multiplicidade (tal qual aventada no paradigma Apocalípticos *versus* Integrados, de Eco, ou Pacifistas *versus* Radicais do Comitê Invisível (2016), ou Inserção *versus* Exclusão Social no caso das políticas públicas discutidas).

Outro livro possível é aquele concebido enquanto sistema-raiz, ou raiz-fasciculada – aquele exemplo em que a raiz principal abortou ou se destruiu em sua extremidade. Desta vez a realidade natural aparece no aborto da raiz principal, mas sua unidade ainda subsiste como passada ou porvir.

Os autores trabalham aqui com a ideia de que o sistema fasciculado não rompe com o dualismo, ainda traz consigo a complementaridade entre sujeito e

objeto: “os abortadores da realidade são aqui fazedores de anjo”, sentenciam, ou, com mais ênfase, detalham quando referem que “toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 21).

A tentativa de discussão de casos neste formato usado (quiça o-usado) da tese busca, portanto, cartografar aquilo que escapa, a subtração do uno da multiplicidade, tal qual a fórmula $n-1$ aplicada pelos autores, quer seja quando assumo os arranjos biopolíticos dos processos de subjetivação que me engendram, quer seja quando tento recuperar as histórias dos jovens que atendemos ou pensar a singularidade do próprio equipamento na empresa-religião em questão.

Por isso penso que aqui os princípios do rizoma fazem eco quando estudados por Deleuze e Guattari, tais como os princípios de conexão e heterogeneidade (qualquer ponto da tese pode ser conectado a outro e deve sê-lo, tal qual ocorre com o rizoma), e por extensão aos diagramas do dispositivo de reinserções ou inserções, e que se opõe à árvore linguística à maneira das ramificações derivadas de uma estrutura-raiz proposta por Noam Chomsky (apud Deleuze e Guattari, 2011). Por isso funcionam como “agenciamentos coletivos de enunciação” ou “agenciamentos maquínicos”, segundo Deleuze e Guattari (2011), ou mesmo funcionam por dispositivos, segundo essa nossa defesa do conceito de Foucault (2008), tal qual endossado pelo mesmo Deleuze (2005).

Parecem fazer eco também a outros princípios do rizoma, tais como o princípio de multiplicidade, em que o múltiplo é tratado como substantivo, sem sujeito e sem objeto, sem deixar-se codificar, definindo-se pelo fora por meio de linhas abstratas, linhas de fuga ou processos de desterritorialização que imprimem diferenças entre o que são *unidades* de medida para o que são *variedades* de medida. A linha de fuga marca ao mesmo tempo, segundo os autores: a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar; a possibilidade e necessidade de achatar todas essas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência (Deleuze e Guattari, 2011).

Ou, ainda, fazem eco ao princípio de ruptura assignificante que faz com que um rizoma possa ser rompido, quebrado em qualquer lugar, mas pode retomar segundo uma ou mais de suas linhas. Aqui, no que diz respeito ao estudo das linhas

propriamente ditas (especialmente caras à metodologia da cartografia), os autores enunciam a existência ou tipificação das assim chamadas linhas de segmentaridade (estratificada, territorializada, organizada, significada, atribuída) das linhas de fuga (que fogem e criam sem parar). Eis de onde inferem que “os grupos e indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização”, com seus movimentos de desterritorialização e seus processos de reterritorialização, que são relativos, que são de perpétua ramificação, que são presos uns aos outros tal qual a orquídea pode assim ser considerada enquanto decalque da vespa. Tais jogos propõem não mais a imitação, vista desta forma como algo pueril. O que está em questão é a captura de códigos, é a mais-valia de códigos, é o aumento de valência desses códigos (Deleuze e Guattari, 2011).

Fazem eco, enfim, ao princípio da cartografia que há no rizoma – também definido como princípio decalcomania. Rizoma não é mapa, rizoma é decalque: experimentação ancorada no real. Retomo: “o mapa não reproduz um inconsciente, ele o constrói”, por isso é aberto, conectável em todas suas direções, desmontável, flexível. Pode-se desenhá-lo em uma parede, pode-se concebê-lo como obra de arte, pode-se construí-lo como ação política, pois tem múltiplas entradas e é uma questão de performance. (Deleuze e Guattari, 2011).

Escrever a n, n-1, escrever por intermédio de *slogans*: faça rizoma, e não raiz, nunca plante! Não semeie, pique! Não seja nem uno nem múltiplo, seja multiplicidades! Faça linha e nunca o ponto! A velocidade transforma o ponto em linha! Seja rápido, mesmo parado! Nunca suscite um general em você! (...) Um rizoma não começa nem conclui, ele encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...”. Há nesta condução força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (...) *Entre* as coisas não designa uma correção localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói duas margens e adquire velocidade no meio (Deleuze e Guattari, 2011, p. 48 e 49).

5.3.3 Ecos do Rizoma na, Enfim Contextualizada, Zona Autônoma Temporária

Talvez o conceito de rizoma tal qual encontrado na obra de Deleuze e de seu truta Felix Guattari tenha feito muito eco na concepção que Peter Lamborn Wilson fez, sob seu pseudônimo de Hakim Bey, das Zonas Autônomas Temporárias (2001).

Escritor, poeta e pesquisador do Sufismo, com livros sobre a organização dos piratas no Século XVII como “Utopias Piratas” e teórico libertário, Lamberson também é autor do pequeno manual de “terrorismo poético e outros crimes exemplares”, subtítulo de CAOS. Ambos publicados no Brasil pela editora Conrad, ainda nos anos 1990, de certa forma inspiraram uma série de movimentos de insurreição por aqui (é nítida a adoção de algumas destas técnicas por organizações como o Movimento Passe Livre) e pelo mundo (onde movimentos antiglobalização como os ocorridos em Seattle ou mesmo o *Occupy Wall Street*).

Por seu reconhecimento da transitoriedade enquanto estratégia e por seu tributo às insurreições, mais do que às revoluções, a ideia da Zona Autônoma Temporária (aqui referida como TAZ, de *Temporary Autonomy Zone*) também esteve presente na concepção teórica das ações de “*setting*” expandido as perspectivas de clínica territorial com as quais trabalhávamos no referido equipamento, como pôde ser enunciada em diferentes momentos desta tese-pão.

Mas o que, de fato, Hakim Bey escrevia que pode, à luz deste tópico, ilustrar tais percursos? Antes de mais nada sua concepção ancorada na própria tática de máquina de guerra nômade – em outro decalque ou acoplamento visível à obra de Deleuze e Guattari – e seu tributo à percepção (que, sem precisar entrar na respectiva tópica de *peceptus* e *affectus* da obra dos autores, prestam tributos à metodologia da cartografia). Exemplifico:

A TAZ deve ser capaz de se defender; mas, se possível, tanto o “ataque” quanto a “defesa” devem evadir a violência do Estado, que já não é uma violência *com sentido*. O ataque é feito às estruturas de controle, essencialmente às ideias. As táticas de defesa são a “invisibilidade” que é uma *arte marcial*, e a “invulnerabilidade”, uma arte “oculta” dentro das artes marciais. A “máquina de guerra nômade” conquista sem ser notada e se move antes do mapa ser retificado. Quanto ao futuro, apenas o autônomo pode *planejar* a autonomia, organizar-se para ela, criá-la. É uma ação conduzida por esforço próprio. O primeiro passo se assemelha a um satori – a constatação que a TAZ começa com um simples ato de percepção” (BEY, 2001, p. 7).

É com sua discussão sobre a psicopatologia da vida cotidiana que Bey (2001) desenvolve sua ideia da TAZ enquanto uma crítica à revolução, e como um tributo ao levante, à insurreição. Era o próprio Deleuze (1992) quem costumava dizer em suas aulas e textos que, em linhas gerais, não se ocupava com a revolução, pois toda revolução acabava mal, no sentido de perpetuar o poder adquirido como, por exemplo, na Revolução Francesa ou Cubana. A ele, interessavam os devires-revolucionários. Em Bey (2001) isso também tem nítido eco, quando se refere à revolução como algo fechado, mas ao levante enquanto uma possibilidade aberta, ponto especialmente caro para nossas inferências sobre seu conceito de psicotopografia:

Por ora, concentramos nossas forças em irrupções temporárias, evitando enredamentos com "soluções permanentes". O mapa está fechado, mas a zona autônoma está aberta. Metaforicamente ela se desdobra por dentro das dimensões fractais invisíveis à cartografia do Controle. E aqui podemos apresentar o conceito de psicotopologia (e psicotopografia) como uma "ciência" alternativa àquela da pesquisa e criação de mapas e "imperialismo psíquico" do Estado. Apenas a psicotopografia é capaz de desenhar mapas da realidade em escala 1:1, porque a mente humana tem a complexidade suficiente para modelar o real. Mas um mapa 1:1 não pode "controlar" seu território, porque é completamente idêntico a esse território. Ele pode ser usado apenas para *sugerir* ou, de certo modo, *indicar através* de gestos algumas características. Estamos à procura de "espaços" (geográficos, sociais, culturais, imaginários) com potencial de florescer como "zonas autônomas" – dos momentos em que estejam relativamente abertos, seja por negligência do Estado ou pelo fato de terem passado despercebidos pelos cartógrafos, ou por qualquer outra razão. A psicotopologia é a arte de *submergir* em busca de potenciais da TAZ (BEY, 2001, p. 9).

Nós não chamávamos as estratégias de ambiência de psicotopologia, evidentemente, mas é possível reconhecer algum paralelismo entre esta variante do nosso método de ocupação de territórios que se instalava mais do que era instituído – quando, por exemplo, optávamos por visitas não agendadas a equipamentos culturais abertos ao público em vez de visitas agendadas que, para além de eventual aprofundamento de exposição, traz consigo um contorno ou um “*setting*” próprios. Isso não nos servia, assim como não servia a barganha de fazer um painel de “*grafitti*” em um clube da Prefeitura em troca de uma vaga para um adolescente matricular-se na natação sem que precisasse pegar a fila junto com demais moradores do bairro – fila esta começava na noite anterior da abertura das inscrições.

Sabíamos em muitos exemplos, como no citado episódio do supermercado, mas não só lá, que nossa presença em bandos suscitava “acontecimentos”, eram

como “instalações” onde, por essa concepção de psicotopografia, era possível mensurar e cartografar, inclusive, afetos nada amistosos por parte das pessoas que trabalhavam ou circulavam por esses equipamentos. E, muitas vezes, nem era preciso ir tão longe. Quando o projeto foi lotado na tal ossada-hospício, algumas queixas chegaram até nós do tipo: “mas os *menores infratores* vão poder circular livremente pelo espaço? Tem funcionário que já está com medo de deixar o carro no estacionamento, porque, sabe como é, vai que some um toca-fitas...”

Ouvi isso. E pensava que a própria atualização do afeto-medo não é algo tão sincrônico com a realidade: quem ainda tem toca-fitas no seu carro? Na era dos “*smartphones*”, esta é a principal moeda de troca no caso dos furtos, não os toca-fitas. Dito isso, claro, de forma superficial, há as outras camadas do discurso que poderiam ser dissecadas, como a própria lógica do “menor infrator”. Mas não vem ao caso.

Evidentemente nosso tributo às Zonas Autônomas Temporárias não se resumia a esses “rolezinhos”⁷² com os adolescentes. Como dito mais de uma vez em outras camadas desta tese-pão, a própria existência do equipamento com tais formulações sobre Redução de Danos em uma empresa-religião e em um município deveras conservador como Curitiba era, de certa forma, a ocupação de um espaço

⁷² Final de 2013, talvez em algum efeito colateral das Manifestações do Passe Livre, que desencadearam as Jornadas de Junho, que desencadeou o enredo fascistóide do Gigante Acordou, que aqueceu o mercado de camisetas da Nike modelo CBF Amarela, os rolezinhos em shopping centers foram deflagrados, gerando uma confusão no sistema de segurança dessas construções icônicas e referenciais para a cartografia das linhas que formam a noção de espaço coletivo ou comum nesse estágio do consumo. Para além de almejar alcançar as sutilezas do fenômeno sociológico imantado pelo “rolezinho”, interessa pensar nessa cartografia o signo “shopping” no imaginário das grandes cidades. De certa forma, o estudo de Dunker sobre a resposta brasileira ao mal-estar contemporâneo através da construção de condomínios alcança parte da análise sobre o que um shopping center pode representar. Mas, certamente, tal análise não alcança as sutilezas do estudo “Shopping center: a catedral das mercadorias”, de Valquíria Padilha, sobre este espaço privado que se traveste de público. Sua genealogia é ampla e parte da própria construção do Palácio de Cristal, outrora citado nesta tese-pão, nos idos do século XIX por conta da Grande Exposição de Londres. Desemboca, inexoravelmente, nas lojas de departamento e o que elas significaram no imaginário do século XX (dos quais entendemos os hipermercados como desdobramentos, em certa medida, desse tipo de empreendimento), até chegar à própria construção dos Shoppings e sua absorção na cultura brasileira. Cito trecho de suas conclusões:

O que essa “catedral das mercadorias” pretende é criar um espaço urbano ideal, concentrando várias opções de consumo e consagrando-se como um “ponto de encontro” para uma população seleta de seres “semiformados”. Para transformarem-se nesse novo espaço urbano, conta com a incorporação da imagem como elemento fundamental, principalmente no que diz respeito à persuasão e indução de comportamentos. Assim, torna-se uma unidade simbólica de reprodução da ideologia dominante: a ideologia do capital. (...) Esse mundo de sonhos que é o shopping center acaba reforçando nas pessoas uma imagem de sociedade individualista, em que os valores propagados são todos relacionados às necessidades e desejos individuais. Assim, colabora para uma deterioração da constituição do ser social e para um retardamento do projeto de emancipação, uma vez que um “ser social emancipado” identifica, entre outros fatores, as necessidades individuais e de coletividade” (PADILHA, 2006, p. 188 e 189).

com potencial de florescer como zona autônoma, seja pela negligência do Estado, seja pelo debate prematuro dos preceitos da Reforma Psiquiátrica que havia no contexto da instalação do equipamento e da metodologia, conforme amplamente cartografado.

Os demais princípios que Hakim Bey descrevia no conceito da TAZ também podiam ser encontrados em algumas ações específicas que vivenciamos. Vejamos mais atentamente: o primeiro princípio da TAZ era o de bando, em vez de família:

A família nuclear é a unidade base da sociedade de consenso, mas não da TAZ (...) A família nuclear, com suas conseqüentes "dores edipianas", parece ter sido uma invenção neolítica, uma resposta à "revolução agrícola" com sua escassez e hierarquia impostas. O modelo paleolítico é mais primário e mais radical: o *bando* (...) Se a família nuclear é gerada pela escassez (e resulta em avareza), o bando é gerado pela abundância (e produz prodigalidade). A família é *fechada*, geneticamente, pela *posse* masculina sobre as mulheres e crianças, pela totalidade hierárquica da sociedade agrícola-industrial. Por outro lado, o bando é *aberto* – não para todos, é claro, mas para um grupo que divide afinidades, os iniciados que juram sobre um laço de amor (...) Hoje em dia, o "bando" de alguém inclui amigos, ex-esposos e amantes, pessoas conhecidas em diferentes empregos e encontros, grupos de afinidade, redes de pessoas com interesses específicos, listas de discussão, etc. Cada vez mais fica evidente que a família nuclear se torna uma *armadilha*, um ralo cultural, uma secreta implosão neurótica de átomos rompidos (BEY, 2001, p. 9).

Como detalhado em alguns relatos, os adolescentes, obviamente, formavam e funcionavam em bando. O refinamento das ações de ambiência, neste sentido, deram conta não só de trazer esta leitura à tona, como pensar estratégias para lidar com as instaurações do bando no espaço (ou nos espaços, no caso das ações de circulação), sem deixar perder de vista aqueles que escapavam dos bandos, evidentemente.

Mais: os próprios encontros para familiares traduziam um pouco uma dinâmica de concepção familiar muito distinta do paradigma "comercial de margarina": não raro os núcleos familiares dos adolescentes eram compostos por avós, tias, vizinhos, maridos e ex-maridos, esposas e ex-esposas e, talvez em parte por conta da cama elástica, talvez em parte por conta da carência de equipamentos culturais e ofertas acessíveis de fato à clientela, mas talvez por uma outra ligação social capaz de ser cartografada, os encontros eram repletos por crianças que eram filhas, filhos, irmãos, mas também vizinhos, agregados, etc.

Mais: aos poucos a equipe de profissionais, guardadas as devidas proporções, também funcionava como bando. Nossa presença em um número igual

ou superior aos trios dava um aspecto de “rolezinho” aos cafonas “encontros da firma”. Talvez a falta de interlocutores mais próximos fizesse com que os citados encontros de diretores fossem tão ácidos para mim, apenas para citar um exemplo.

Mas, tão importante quanto perceber esse funcionamento e constatar essa ação à luz do manifesto de Bey era formular que tais concepções arranhavam os valores institucionais: era uma empresa-religião. Eles estavam interessados em família. Isso ficou evidente pela pergunta em minha entrevista, isso ficava evidente pela cobrança nos indicadores de que “fosse trabalhada a questão familiar” ou ainda nas falácias que partiam não só dos trabalhadores da empresa-religião, mas que partem da sociedade como um todo em relação ao discurso da “família desestruturada” ou da “falta de valores familiares” gerando problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Topar essa concepção de engendramentos por bandos, tão como comuns às máquinas de guerra nômades, nessas diferentes camadas ou platôs aqui anunciados era, evidentemente, uma operação arriscada e que, mais uma vez, expunha a nossa zona de criação a ser fadada a uma recolonização ou catequização, operação que começou com meu “desligamento”.

O segundo princípio da TAZ, ainda seguindo Bey, é o princípio do festival. Neste caso, a figura de imagem é a mesa posta com suas ideias e ideais. Mais: tem a ver com uma organização do tempo que dê abertura para que esses acontecimentos possam emergir, com um calendário ou uma grade de atividades que contemple certa abertura – às vezes representada pela própria instauração da ambiência, às vezes representada por grupos e oficinas de temática livre.

A mídia nos convida a “celebrar os momentos da nossa vida”, com a unificação espúria entre mercadoria e espetáculo, o famoso *não-evento* da representação pura. Em resposta a tamanha obscenidade, nós temos, por um lado, o espectro da recusa e, por outro lado, a emergência de uma *cultura festiva* distanciada ou mesmo escondida dos pretensos gerentes do lazer (BEY, 2001, p. 10).

Claro que lutar pelo direito de festejar não era um mote tão trivial em uma instituição como aquela, especialmente considerando-se a necessidade de alguns contornos em relação ao *hedonismo* representado pelo consumo abusivo de substâncias psicoativas por parte dos adolescentes que atendíamos.

Mas, de certa forma, o som alto vigorando constantemente no espaço, e sobretudo as comunhões em torno dos banquetes promovidos pela ocupação afetiva da cozinha – que também tinha suas edições estendidas aos encontros com familiares em data específicas – além de uma série de outras pontuações e apresentações culturais em nosso calendário, davam margem a um tipo de organização do tempo-espaço que permitia um nível maior (e mais sincero) de confraternizações do que as que vicejavam no calendário da empresa-instituição. Assim como sua recusa, tal qual descrita por Bey, quando nos esquivávamos das ações de praxe da empresa-religião, especialmente as ações de colonização e catequização travestidas de “momentos de espiritualidade”. Isso, evidentemente, custava-nos muito, conforme detalhado em outro momento desta tese-pão.

E, entre nós, muitas vezes pudemos celebrar nosso trabalho e nossa entrega de forma pouco convencionais: algumas de nossas bebedeiras entre colegas foram, de fato, emblemáticas, como quando ocupamos um parque público da cidade para o tradicional “churrasco de fim de ano da firma”, mas não só nestas ocasiões: aproveitávamos as “viagens da firma” para celebrar, como quando íamos fazer formações sobre ambiência em outras cidades e aproveitávamos para ver estrelas diferente das que víamos enquanto nos empoleirávamos na janela dos hotéis⁷³.

Como enfatizado aqui, traduzo esses preceitos da Zona Autônoma Temporária por camadas que versam, especificamente, sobre os atendimentos que promovíamos com os adolescentes, familiares e instituições parceiras, mas que também vicejavam sobre nossa organização enquanto trabalhadores – neste caso, algo muito distante dos preceitos e manuais da psicologia organizacional do érrre-agá, como evidenciado.

Tais camadas para cartografar a instauração de algumas de nossas ações aliadas aos preceitos da TAZ também se fazem presentes à luz do terceiro princípio descrito por Bey (2001), que, talvez, seja o mais caro ao nosso estudo: o princípio do nomadismo psíquico, especialmente por conta das derivações que, assumidamente, Bey cita oriundas da obra de Deleuze e Guattari, sobretudo em “Tratado de nomadologia, a máquina de guerra” em Mil Platôs. Seu escrito é bonito e, mais uma vez, poético:

⁷³ Dito dessa forma, parece extravagância, parece imaturidade, mas era legítimo. Em nenhum momento faturamos nenhuma bebida com o dinheiro da firma. Mesmo no caso dos restaurantes que se dispunham a lançar as cervejas como “despesas”, recusávamos a oferta e bancávamos sempre com nosso dinheiro. Era um preceito, sobretudo, ético.

O nomadismo psíquico como uma *tática*, aquilo que Deleuze e Guattari metaforicamente chamam de “máquina de guerra”, muda o paradoxo de um modo passivo para um modo ativo e talvez até mesmo “violento”. Esses nômades exercitam a *razzia*, são corsários, são vírus. Sentem tanto o desejo quanto a necessidade de TAZs, acampamentos de tendas negras sob as estrelas do deserto, internas, oásis fortificados escondidos nas rotas das caravanas secretas, trechos de selva e sertões “liberados”, áreas proibidas, mercados negros e *bazares undergrounds*. Esses nômades orientam seu percurso por estrelas estranhas, que podem ser núcleos luminosos de dados no ciberespaço ou, talvez, alucinações (BEY, 2001, p. 11).

Não é só pelas alusões à obra de Deleuze e Guattari que tal princípio da TAZ nos é caro neste ponto das discussões aqui revestidas sob a camada-casca-de-baixo da tal tese-pão: é, especialmente, pelo alcance ou pelo tributo às operações de deserção que fazem emergir. Pudemos, desde muito cedo, perceber o quanto das operações de “reinserção social” guardavam projetos de sujeitos reificados. Aliás, nada mais reifica/retifica/ratifica um sujeito do que as operações que o cristalizam em determinados territórios.

Bey (2001) também desenvolve argumentos nessa direção, e este é um ponto que parece dialogar muito com as breves colagens sobre os conceitos de Paul Virilio (1993) a partir de sua obra “O espaço crítico”, ou mesmo com as transposições para o conceito de “espaço vivo” tal qual proposto por Milton Santos (2013), especialmente quando se discutem os ritmos monocromáticos e a tirania da velocidade na contemporaneidade:

(...) uma época na qual a velocidade e o “fetichismo da mercadoria” criaram uma unidade tirânica e falsa que tende a ofuscar toda a diversidade cultural e toda a individualidade para que “todo lugar seja igual ao outro”. Este paradoxo cria “ciganos”, viajantes psíquicos guiados pelo desejo ou pela curiosidade, errantes com laços de lealdade frouxos, desligados de qualquer local ou tempo determinado, em busca de diversidade e aventura (...) (BEY, 2001, p. 11)

Como é possível perceber, muitas das questões que nos apareciam vestidas e investidas do diagnóstico de dependência química atendiam a um projeto de reificação desses sujeitos que era, assim, maior que a operação de “cuidado em saúde”. Evidentemente, nestas linhas possíveis de serem cartografadas das políticas públicas sobre o tema, a própria ideia de reinserção social após o tratamento (e a conquista da abstinência) é a efetivação de um discurso que “atenua” esse potencial de nomadismo.

Em linhas mais estruturais, isso é o que a própria legislação proibicionista faz. Mais do que cuidar da “saúde das pessoas”, proibir a circulação de determinadas drogas (ao passo que se libera a circulação de outras) diz respeito a que tipos de corpos, afetos e velocidades poderão ser experimentados. Biopolíticas. Evidentemente essa operação tem a ver com o tipo de crítica social que pode ser controlada – o paradoxo entre os problemas de saúde decorrentes da obesidade ou dos acoplamentos com tecnologias como os “*smartphones*”, por exemplo, oferece-nos um guia interessante para seguir tais linhas.

Os sintomas que os adolescentes evidenciam são, portanto, sintomas de um laço social que se esgarça e é puxado com as tramas engenhosas com a qual o nó de força é feito – seja por boiadeiros, seja por carrascos, seja por executores de políticas públicas. E, claro, tais ressonâncias e tais contradições atingem em cheio o ideal ou os valores institucionais de uma empresa-religião como aquela.

A questão posta é: quanto de deserção você pode suportar? Quanto da deserção equipamentos de saúde pública ou equipamentos que se prestam a cumprir uma das etapas previstas nas políticas de saúde pública – como o caso daquele equipamento de média complexidade dentro das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social — podem suportar? Quanta deserção de “Plano Singular” as pessoas e os indicadores classificam como “não adesão”?

Em alguns dos exemplos aqui retratados ficou claro que essa era uma questão que nos tocava em muitos aspectos, a começar pelo refinamento das ações de ambiência até sua discussão enquanto clínica do território. Também o índice ou indicador de flutuação de casos, a configuração das oficinas, a medida em que tal nomadismo psíquico era vertido em sensibilidades aguçadas ou mesmo supostas esquizofrenias e era posto, literalmente, a serviço do *crime*. Tudo isso nos tocava e nos desafiava.

E, para ajustar esse laço, a única ferramenta possível era nosso corpo. Nosso corpo institucional e nosso corpo enquanto sujeitos. Era ali que parecia estar e partir a medida possível – nunca exata – para tais ajustes, sem, contudo, perder de vista a dimensão ética da própria deserção nestes conceitos de forjar para si um território (ainda que psíquico) ou forjar para o bando experiências e experimentações do comum – que, em última análise, apontam para a criação de “acontecimentos”.

5.3.4 Pistas para a Invenção do Comum: Clínica-Território, Clínica-Acontecimento, Território-Acontecimento

Tal qual a clínica elevada a essa potência ética de dispositivo de inserções e deserções, ainda que sob a égide da transitoriedade, pode deixar emergir discursos, narrativas ou mesmo o silêncio e o “nada a dizer”, as operações de inserção social em seu estatuto ético devem deixar emergir inaugurações de territórios ou, se tanto, sustentar operações de deserção, como as que são previstas pela Zona Autônoma Temporária.

O que está em jogo, novamente nesta perspectiva ética (que por vezes foge dos indicadores ou casos de sucesso apresentados em capas de revistas anuais da Organização Não Governamental) é a sustentação crítica desses lugares e não lugares. Ou, dito de outra forma, estar à espera e à espreita de acontecimentos.

E, ao lidar com a ideia de acontecimentos, estamos pensando em algo bem mais além do que um mero produto ou um acaso. Um filósofo esloveno que tem produzido obras interessantes para a contextualização do capitalismo na contemporaneidade nos dá algumas pistas para ampliar esse entendimento do Acontecimento – conceito também muito estudado por Gilles Deleuze – em seu livro “Acontecimento: uma viagem filosófica de um conceito”. Refiro-me ao polêmico Slavoj Žižek e retomo algumas citações que, ainda na introdução do livro, ele usa para dimensionar o contexto em questão:

Nossa primeira tentativa de definição de acontecimento como um efeito que excede suas causas nos traz de volta, assim, a uma multiplicidade inconsistente: seria um acontecimento uma mudança na maneira como a realidade se apresenta a nós ou uma violenta transformação da realidade em si? A filosofia reduz a autonomia de um acontecimento ou pode explicar essa mesma autonomia? Assim, mais uma vez: existiria alguma forma de impor certa ordem a esse dilema? O procedimento óbvio seria classificar os acontecimentos em espécies e subespécies – estabelecer uma distinção entre acontecimentos materiais e imateriais, etc. Entretanto essa abordagem ignora a característica básica de um acontecimento: o surgimento surpreendente de algo novo que solapa qualquer esquema estável. A única solução adequada é, assim, abordar os acontecimentos de uma maneira acontecimental – passar de uma noção de acontecimento a outra como forma de expor os inescapáveis impasses de cada uma delas, de modo que nossa jornada se dê através de transformações da própria universalidade, aproximando-se – espero eu – do que Hegel chamou de “universalidade concreta”, que não é apenas um contêiner destituído de seu conteúdo específico, mas engendra seu conteúdo mediante a exposição de seus antagonismos imanentes, impasses e inconsistências (Žižek, 2017 p. 11).

Um acontecimento é uma guinada na nossa compreensão de movimento, sentencia Zizek em outro ponto da introdução quando versa sobre roteiros de filme em que algo foge da sequência linear previsíveis e um acontecimento ou uma disruptiva se instaura, causando uma “virada” ou “reviravolta”.

De fato, o acontecimento muda as concepções que se tinha até então. Tomando ainda como exemplo a experiência profissional citada, com o colega educador-social acompanhando os adolescentes no grande hipermercado, a constatação que tínhamos até aquele momento era bem diferente daquela com a qual nos deparamos: embora em nosso planejamento pedagógico tivéssemos noção da ideia de “ambiência”, que, a grosso modo, seria levar conosco, “rodeando” o jovem atendido com um pouco daquele contexto dos atendimentos no próprio centro de convivência, de forma a irmos instaurando territórios mesmo em uma zona hostil da cidade como uma extensão do espaço de convivência e acolhimento, tais fatos e gestos nos apontavam para rupturas, para novas concepções da atividade pedagógica – inclusive em seus dilemas éticos.

E, da mesma forma, é possível inferir que tal situação também deveria intrigar os próprios trabalhadores da segurança, que, certamente alheios à trama da complexidade social ali envolvida (ou fazendo-se de alheios), tomavam suas condutas protocolares do jogo de gato e ratos característico de um setor, não por acaso, conhecido como “prevenção de perdas”. Zizek (2017) nos dá mais alguns elementos para entender a magnitude da instauração de um acontecimento, não só em relação ao que ele faz escapar o planejado, como que instaura novos paradigmas ou parâmetros:

Num acontecimento, as coisas não apenas mudam: o que muda é o próprio parâmetro pelo qual avaliamos os fatos da mudança, ou seja, um ponto de inflexão muda todo o campo no qual os fatos aparecem. É fundamental ter isso em mente hoje quando as coisas mudam o tempo todo, a uma velocidade frenética sem precedentes. Entretanto, por baixo dessas mudanças constantes, não é difícil discernir uma mesmice bastante enfadonha, como se as coisas mudassem para que tudo pudesse continuar sendo o mesmo (...) No capitalismo, em que as coisas precisam mudar o tempo todo para continuarem sendo as mesmas, o verdadeiro acontecimento seria transformar o próprio princípio de mudança (Zizek, 2017, p. 165).

Portanto, a partir daí podemos inferir, à luz do trabalho de Deleuze e Guattari (2011), que a instauração de territórios depende de acontecimentos ou atos. O próprio conceito de acontecimento é estudado por Deleuze (1992) enquanto

desdobramento de um modo intensivo, que marca inclusive as diferenças entre processo de subjetivação e sujeito – a partir da perspectiva de que toda a realidade não é dada, mas inventada, e de que não só a subjetividade, mas a realidade também é composta por subjetividades. Vale o excerto:

Um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modo de existência, não se pode confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a "pessoa": é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...) É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder (Deleuze, 1992, p. 188).

A partir desta perspectiva (que traz consigo elementos da filosofia e de um tipo de clínica) temos mais elementos para pensar a instituição de conceitos, acontecimentos ou territórios. Detalho:

O território é de fato um ato, que afeta meios e os ritmos, que os "territorializa". O território é produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos. Dá na mesma perguntar quando é que os meios e os ritmos territorializam-se, ou qual é a diferença entre um animal sem território e um animal de território. Um território lança mão de todos os meios, pega um pedaço deles, agarra-os (embora permaneça frágil frente a intrusões). Ele é construído com aspectos ou porções de meios. Ele comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário, um anexado. Ele tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domínio, limites ou membranas mais ou menos retráteis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, reservas ou anexos energéticos. Ele é essencialmente marcado por "índices", e esses índices são pegos de componentes de todos os meios: materiais, produtos orgânicos, estados de membrana ou de pele, fontes de energia, condensados de percepção-ação. Precisamente, há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos. Há território a partir do momento em que há expressividade do ritmo. É a emergência de materiais de expressão (qualidades) que vai definir o território. Tomemos um exemplo como o da cor, dos pássaros ou dos peixes: a cor é um estado de membrana, que remete ela própria a estados interiores hormonais; mas a cor permanece funcional e transitória, enquanto está ligada a um tipo de ação (sexualidade, agressividade, fuga). Ela se torna expressiva, ao contrário, quando adquire uma constância temporal e um alcance espacial que fazem dela uma marca territorial, ou melhor dizendo, territorializante: uma assinatura (Deleuze e Guattari, 1997 p. 112).

Processos de "territorialização" que partem, portanto, de uma leitura análoga a da instauração de acontecimentos tal qual descrita anteriormente por Žižek (2017). Afinal, a chamada "emergência de materiais de expressão ou qualidades" que pode definir um território aproxima-se da ideia do acontecimento. Da mesma forma podemos ler a própria fundação dos territórios ou dos processos de territorialização

como um acontecimento à luz das menções do território enquanto ato ou de sua constituição por porção e meios.

Insisto neste ponto; em outro momento de sua obra, Felix Guattari escreveu algo em parceria com Suely Rolnik (1986), em que os autores esmiuçam ainda mais a perceptiva de território que forja a si próprio a partir de gestos, apropriações ou acontecimentos. Penso que vale a pena detalhar para garantir lastro às tais proposições:

A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etilogia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros seres existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito "se sente em casa". O território é sinônimo da apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos" (Guattari e Rolnik, 1986, p. 323).

Portanto, retomando o exemplo citado, quando um jovem que, aparentemente, estava "de boa" no hipermercado, passa a tomar condutas intimidatórias ou desafiadoras com o tal "ballet" dos trabalhadores da segurança, podemos inferir que ele usa a ideia do acontecimento a seu favor para instaurar não só sua defesa, mas para trazer consigo seus territórios. É outro jeito de dizer "isso (também) é meu", porque aqui eu posso me portar assim, uma vez que não sou aceito.

Quando um bando de jovens experimenta singularidades tão sutis como a relação com a cidade-paisagem de dentro de um ônibus, cada integrante do bando dissolvido naquilo que Pelbart (2013) caracteriza como certo socialismo de distâncias, cada qual com seu lugar solitário diante a janela, experimentando isso que pode ser tanto fora como ensimesmamento — ou ambos, simultaneamente, dizemos que territórios são instaurados.

A questão posta ao cartógrafo ou ao trabalhador no ato narrado durante a ida ao supermercado é o que desse confronto e conflito se cristaliza, ou seja, qual é o planejamento e metodologia que precisam estar afiados para que o trabalho de inserção social não se reduza a mera reprodução das vivências de opressor e oprimido pelas quais aqueles jovens passaram nas diferentes instituições às quais estiveram vinculados. E quanto ao exemplo do ônibus, é o quanto situações que são da ordem de acontecimentos transcendem o tal planejamento pedagógico: são pode

planejar a incidência de arco-íris ou de um enamoramento. Como transcender, portanto, a própria retórica da exclusão, para então insinuar e inserir “acontecimentos” em meio àquela cena.

5.3.5 Sobre a Invenção do Comum

A definição de território enquanto distância crítica entre dois seres da mesma espécie aparece na obra de Deleuze e Guattari e incita o tema sobre “vida comum” que, de imediato, encontra reverberação na ideia (quase paradoxal) de como viver sós – em um jogo de palavras que faz referência à obra “Como viver juntos”, de Roland Barthes (1977). Essa é a linha que Peter Pal Pelbart segue em seu livro editado em Buenos Aires em 2009 sob o título de *“Filosofía de la deserción: nihilismo, locura y comunidad”*.

Evidentemente que um título como “filosofia da deserção” nos incita pertinência aos temas aqui tratados, de imediato. Tal olhar mais atento à referida obra nos dá ainda algumas pistas interessantes, como por exemplo as que tecem críticas à própria noção de comunidade que estaria implícita à referida tese de Barthes. Uma fantasia pessoal de comunidade, com atravessamentos de reclusões que são característicos dos monastérios ou, mesmo, dos hospitais psiquiátricos, segundo Pelbart (2009).

É por aí, de imediato, que podemos inferir que as críticas ao modelo de tratamento ou o seu combo tratamento-reinserção social por meio de Comunidades Terapêuticas acopladas às políticas públicas se mostram, de largada, obsoletas: repousam sobre um ideal de comunidade (na melhor das hipóteses) imposto “de cima para baixo”, especialmente quando visto sob esta perspectiva do território enquanto distância crítica entre dois seres ou sob a perspectiva de sustentar vacúolos respeitosos de solidão e ensimesmamento – talvez como aquele que os adolescentes citados em um momento da narrativa experimentaram ao terem um assento na janela de um ônibus. Por extensão, o raciocínio também se acopla à ideia de “devolver sujeitos retificados e reificados a uma *comunidade*”, tal qual implícito no ideal de reinserção social enquanto reformatório.

Pelbart (2009) sustenta neste texto que não é a quantidade de vínculos que importa – para ojeriza daqueles que defendem discursos rasos como os de

“fortalecimento de vínculos” ou mesmo “vulnerabilidade social”. O que importa é multiplicar os encontros. E, visto sob esta perspectiva, tais encontros podem se dar entre pessoas, mas não só com pessoas: encontros são possíveis com movimentos, com ideias, com entidades, com acontecimentos. Como, resgatando o exemplo citado, o encontro dos jovens que viviam em bando com a janela do ônibus e a cidade como tela.

Neste ponto a alusão que Pelbart (2009) resgata é quanto à ideia de “solidão povoada”, que Gilles Deleuze defende em “Diálogos”, livro constituído a partir de suas entrevistas com Claire Pairnet:

Quando se trabalha, a solidão é, inevitavelmente, absoluta. Não se pode fazer escola, nem fazer parte de uma escola. Só há trabalho clandestino. Só que é uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, fantasias ou projetos, mas de encontros. Um encontro é talvez a mesma coisa que um devir ou núpcias. É do fundo dessa solidão que se pode fazer qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades. Todas essas coisas têm nomes próprios, mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou um sujeito. Ele designa um efeito, um *ziguezague*, algo que se passa entre os dois como sob uma diferença de potencial: “efeito Copmton”, “efeito Kelvin”. Dizíamos a mesma coisa para os devires: não é um termo que se torna outro, mas cada um encontra o outro, um único devir que não é comum aos dois, já que eles não tem nada a ver um com o outro, mas que está entre os dois, que tem sua própria direção, um bloco de devir, uma evolução a-paralela” (Deleuze, 1998, p. 7).

Segundo Pelbart, com esta distância, que Deleuze chamou de “cortesia”, Oury de “gentileza”, Barthes de “delicadeza”, Guattari de “suavidade”, há ao mesmo tempo separação, ir e vir, sobrevoo, contaminação, envolvimento mútuo, devir recíproco. Ou, dito sob outro nome, há “simpatia”: uma ação a distância de uma força sobre a outra (Pelbart, 2009, p. 49).

Sua proposta aponta para a citada direção: um socialismo das distâncias, como resposta e alternativa à ideia terrível de comunidade que se propaga pelo planeta, com suas crenças e afetos homogêneos, feita de vigilância recíproca e frivolidades. Esta comunidade dos que não têm comunidade, esta comunidade que está por vir só pode ser feita a partir das experimentações de solidão e do fluxo do tempo singular das deserções, que rompem com a grandeza-velocidade tal qual descrita por Virilio (1993) ou rompem com a direção-única do fortalecimento de vínculos para, assim, dar passagem aos outros encontros e “simpatias”.

Não se trata, portanto, da "comunidade" vista sob a perspectiva das figuras do comum que estão instaladas em nosso imaginário. Há uma crise do comum, que decorre do "sequestro do comum" ou uma expropriação do comum, uma manipulação do comum pelas formas consensuais, unitárias, espetacularizadas, totalizadas e transcendentais. O comum é só um espectro, segundo Pelbart (2009, p. 22).

Mesmo porque "a comunidade nunca existiu". A comunidade perdida não passa de um fantasma. A ideia de comunidade só pode ser pensada como negação da fusão, da homogeneidade e da identidade consigo mesma – gosto de pensar como o que a diferencia das massas tal qual descrito por Freud. A comunidade, discorre Pelbart, tem por condição precisa a heterogeneidade, a pluralidade, a distância. Daí que se condena de forma categórica o desejo de fusão por comunhão, pois este sempre leva ou à morte ou ao suicídio (Pelbart, 2009, p. 28).

E o que poderia ou deveria fundar uma comunidade é o oposto do desejo de fusão, é o oposto dessa obra de morte. A proposta possível de comunidade aponta, portanto, para a invenção do comum – não para seu resgate em algumas dessas fantasias comuns ao fascismo. Uma comunidade que insista na arte das distâncias, com um fluxo de acolhimento dos movimentos desertores, que tolera sobre si as condições mais adversas de niilismo, de sensibilidades.

Parece ser nessa linha, a da invenção do comum, que os textos do Comitê Invisível aqui trazidos em alguns excertos parecem apontar. Misturando um tom ácido, anárquico e, até certo ponto, jovial, com uma crítica atualizada das questões contemporâneas de maior eco na produção de subjetividades, esse coletivo traz considerações importantes para serem acopladas ao estudo das deserções – e, claro, para o tipo de "ativismo" possível em uma época em que:

Todas as razões para fazer uma revolução estão aí. Não falta nenhuma. O naufrágio da política, a arrogância dos poderosos, o reino do falso, a vulgaridade das riquezas, o cataclismo da indústria, a miséria galopante, a exploração nua, o apocalipse ecológico – de nada somos poupados, nem mesmo de estar informados sobre isso. Todas as razões estão reunidas, mas não são as razões que fazem as revoluções. São os corpos. E os corpos estão diante das telas (Comitê Invisível, 2017, p.7).

No decorrer de seus textos vão surgindo elementos para compreender que, embora aqui trazendo o signo "revolução", suas estratégias, ativismos e – o que mais nos interessa nesta tese – concepção de ocupação de territórios mais se

aproximam do levante das utopias piratas descrita por Bey (2001) sob o signo das Zonas Autônomas Temporárias do que daquelas revoluções que não interessam por terminarem como projetos de perpetuação no poder, tal qual dito por Deleuze.

Num mundo onde os acoplamentos com as máquinas "*smartphones*" são naturalizados, no sentido claro do termo, qual o estatuto ético que reveste a preocupação dos sujeitos com outras máquinas de acoplamento e modulações de velocidades, como no caso das drogas? Não é esta a questão que aparece diretamente nos textos, mas a que podemos derivar especialmente motivados por excertos em que a apreensão do mundo é ofuscada por uma espécie de neblina de comentários "e de comentários sobre os comentários, de críticas e de críticas e de críticas e de revelações que não desencadeiam nada, exceto revelações sobre as revelações" (Comitê Invisível, 2017, p. 23).

Neste ponto os autores defendem que a crítica não pode mais nada, não mais que a sátira. E, em uma cena que desponta para um uso social da linguagem tomada como meio de comunicação, esta deixa de ser um uma realidade própria e passa a servir como um "utensílio para operar sobre o real e para obter *efeitos* em função de estratégias diversamente conscientes", ou, dito de outra forma, "as palavras só são colocadas em circulação a fim de travestir as coisas. Tudo navega sob falsas bandeiras" (Comitê Invisível, 2017, p. 17).

Trata-se de uma deserção à linguagem, portanto? De uma apologia ao niilismo, ao não dizer/não agir? Não é o que o Comitê Invisível propõe, e sim um apropriar-se da linguagem como quem se apropria da própria vida, em um movimento que presta seus tributos à biopotência tal qual descrita, no sentido de tomar para si a pulsão de vida, assim como presta seus tributos à chamada "escrita a partir de si" ou "literatura menor", conceitos que têm Deleuze e Guattari como signatários, como pode-se inferir a partir do excerto:

A conotação da linguagem caiu a zero e, no entanto, escrevemos. É que há um outro uso da linguagem. É possível falar da vida e é possível falar *desde* a vida. É possível falar dos conflitos e é possível falar *desde* o conflito. Não é a mesma língua, nem o mesmo estilo. Tampouco é a mesma ideia de verdade. Há uma "coragem da verdade" que consiste em se refugiar através da neutralidade objetiva dos "fatos". Há uma outra que considera que uma palavra que não se compromete com nada, que não vale como tal, que não se arrisca em sua posição, que não custa nada, não vale grande coisa (Comitê Invisível, 2017, p. 12).

Elementos para pensar a aquisição e o fluxo por linguagens enquanto operação de ocupação de territórios. Não se trata de fazer ode a esta ou àquela linguagem, tampouco deserdar este ou aquele neologismo, mas de mergulhar nas sutilezas de seus agregamentos: códigos inserem. Gírias dizem sobre pertencimento, sobre zonas autônomas, sobre bandos. A ineficácia da palavra frente a determinadas situações dizem sobre o grau defasagem de um projeto societário.

Penso que tais proposições fazem eco à própria metodologia trazida nesta tese-pão, agora em vias de aterrissagem. Obviamente a proposta de voo é um tanto quanto desengonçada, mais para voo de Jacú do que para o planar dos Urubus, entretanto é desse lugar de fala que tentei prestar esse pequeno tributo à “voz do vivo” de quem viu as inserções, reinserções e deserções atravessarem as conexões de vida e, de certa forma, as composições do corpo alterado com essa vivência.

Mas tal trecho do Comitê Invisível não serve aqui só para tamponar, enfim, a vazão quase desenfreada de analogias e ruminações. Há outros ecos interessantes, especialmente quando se traz, ainda que sob uma visão quase apocalíptica, um certo tributo ao silêncio que vejo pareado ao tributo à solidão povoada descrita por Deleuze. Ou um tributo à deserção enquanto possibilidade ética:

Todo mundo vê com clareza que esta civilização é como um trem em direção ao abismo, e que acelera. Quanto mais acelera, mais escutamos os gritos histéricos dos bêbados do vagão da discoteca. Seria preciso aguçar os ouvidos para perceber o duro silêncio dos espíritos racionais que não compreendem mais nada, o silêncio dos angustiados que roem as unhas e o tom de falsa serenidade nas exclamações intermitentes daqueles que dão as cartas enquanto esperam. Interiormente muitas pessoas escolheram saltar do trem, mas se mantêm no estribo. Muitas coisas ainda as tomam. Elas se sentem tomadas porque escolheram, mas a decisão ainda falta. Pois é a decisão que traça no presente a maneira e a possibilidade de agir, de fazer um salto que não seja no vazio. E essa decisão é a de desertar, de sair das fileiras, de organizar-se, de fazer secessão, ainda que seja de modo imperceptível, mas, em todo caso, *agora*. A época é dos tenazes (Comitê Invisível, 2017, p. 77).

5.3.6 O Regime Colonial Capitalístico Composto por Reinserções Sociais

Época dos tenazes, época que exige a insurgência de micro e macropolíticas, com implicações na forma de ocupar territórios e com implicações na constituição do próprio corpo – por isso a perspectiva de clínica territorial é salutar nesta discussão sobre os processos que engendram o dispositivo da chamada reinserção social, especialmente para os adolescentes: o jovem que não é “alguém” ainda, como

caracteriza a mídia quando solta manchetes do tipo “jovem é encontrada morta nas cavas do Rio Iguaçu”.

O estudo do Regime Colonial Capitalístico, tal qual cunhado por Suely Rolnik, pode ter suas ramificações ainda mais espessas com a própria experiência das *plantations* de cana de açúcar e a escravidão como protótipo do que viria a ser desenvolvido nos campos de concentração nazista. Esta é a linha de Achille Mbembe em seus livros “Crítica da razão negra” (2018) e “Necropolítica”, (2017) recentemente publicados e traduzidos no Brasil.

O pensamento desse filósofo camaronês torcendo a noção de biopolítica a partir de Foucault estilhaça em várias e vastas direções. A guisa de seu destaque aqui, como conexão da pragmática do inconsciente colonial, são suas contribuições com as noções de território e fronteira nesse período – o que dialoga com a própria formulação desta tese-pão de territórios-psíquicos. Cito trecho:

No mesmo conceito, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por "selvagens". As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, "inimigo" e "criminoso". Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da "civilização". O fato de que as colônias podem ser governadas na ausência absoluta da lei provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. Aos olhos do conquistador, "vida selvagem" é apenas outra forma de "vida animal", uma experiência assustadora, algo radicalmente outro (alienígena), além da imaginação e compreensão (MBEMBE, 2018, p. 34 e 35).

Em uma transposição até certo ponto apressada a partir do excerto de Mbembe (2018) é possível inferir sobre o quanto da Política de Guerra às Drogas é um projeto de colonização, de certa forma. Invadir um território onde não há Estado nem direitos equipara-se a uma operação colonial, por essa perspectiva. O extrativismo em questão é a vida: a força de trabalho, os movimentos da vida – incluindo suas circulações. Apropria-se de espaços, linguagens, corpos, relações com a alteridade.

Resistir é, em muitos casos, e também nestes, existir.

Essa exigência de insurgências vai além de “atingir mentes” com o processo de desconstrução da alienação, tal qual posto como regra de ouro da esquerda tradicional, mas passa a ocupar outras formas de vida, literalmente. Outras formas de habitar o próprio corpo, e dar um destino ético para as pulsões. A ética ou urgência da descolonizações aponta mais aos corpos do que aos continentes.

É nesta linha que Suely Rolnik (2018), em seu recém-publicado “Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetina”, parece convergir quando diagnostica a estranha aberração de uma convivência quase pacífica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, termos distintos em sua concepção, como guias dos processos e políticas de subjetivação (e territorialização, acrescento) na contemporaneidade.

Afinal, neoliberalismo exige um alto grau de complexidade das relações econômicas, com flexibilidade, com uma sofisticação perversa dos meios de circulação das mercadorias e, sobretudo, de agregar valor e tornar mercadorias aquilo que passava despercebido pelas estruturas tradicionais do capital; neoconservadorismo, por sua vez, é de “um arcaísmo tacanho, com sua rigidez de forças abrutalhadas”, em que o prefixo neo “só faz sentido porque se articula com condições sócio-político-econômicas distintas das anteriores” (Rolnik, 2018, p. 22).

Decorre dessa combinação um tanto aberrante, com dois eventos aparentemente paradoxais, a forja de subjetividades rudes no poder para fazer o chamado “trabalho sujo”, a saber: ampliar o livre fluxo do capital transacional. Essa própria concepção desenvolvida por diversos autores a partir dos anos 1980, que culmina nos processos a que alguns se referem como “globalização”, mas a que Guattari emprega o nome de “capitalismo mundial integrado”, é uma operação de dissolução de fronteiras do capital financeiro por um lado, mas que tem que se haver com a contenção de populações em determinadas regiões, com uma engenharia de circulação que pode ser vista desde os episódios da crise migratória de refugiados na África, Oriente Médio e países como Venezuela, por exemplo, assim como pode ser vista nas operações de gentrificação tais quais descritas aqui em outro momento e que servem para, literalmente, “territorializar” determinadas populações em determinados territórios ou fluxos. Isso nos interessa, nesta discussão.

É um pouco como quando a empresa-religião citada tem projetos sociais para dirimir a desigualdade social financiado pelo lucro obtido por empreendimentos

destinados às elites: procura-se dirimir a desigualdade social fortalecendo (e beneficiando-se) dos fluxos financeiros do capital, seja pelo lucro de hospitais e colégios para elite, seja do espólio da detenção de milhares de propriedades.

Assim, tal assunto nos interessa assim como nos interessa a própria discussão em torno do mal-estar na contemporaneidade, tal qual aventado em outro momento da tese, quando ancorado sobre uma discussão mais psicanalítica, mas que, nesta casca, é discutido através das atualizações feitas por Rolnik (2018), uma vez que, nesta etapa, o mal-estar ultrapassa um limiar de tolerabilidade: o trauma.

Trata-se, segundo Rolnik (2018), de uma soma de sensações: perplexidade, pavor, frustração, decepção que culmina em uma instauração na subjetividade de um estado de alerta em que, de certa forma, somos tomados por uma urgência que faz o desejo agir. Nesta perspectiva, opto por resgatar a própria concepção sobre o dispositivo das drogas, tal qual aventado também em outra casca introdutória desta tese, especialmente no que diz respeito à modulação de velocidades.

Dito de outra forma, a hipótese é seguir a linha de urgência que é instaurada nessa atualização do mal-estar contemporâneo, e pensar em que medida a demanda por drogas na contemporaneidade aparece como uma resposta a essas demandas por urgência, imediatez, instantaneidade com que a substância age nos organismos e no próprio imaginário social.

Assim como é possível pensar, sob esta mesma perspectiva, no quanto a demanda por tratamentos ou mesmo estratégias de reinserção social buscam, de alguma forma, concorrer com esse imediatismo, com essa urgência ou instantaneidade, com a procura de *pharmakons* ou terapêuticas que possam fazer “efeito na hora”, tal qual acontece com todas as drogas. Nesse sentido, a demanda por internamentos, “reconfiguração psíquica”, ou mesmo para fugir do desamparo social, direcionada às Comunidades Terapêuticas e demais profilaxias de descolamento do sujeito de seus territórios, parecem fazer eco.

Sigo mais das pistas ofertas por Rolnik (2018) para a cartografia das linhas de resposta do desejo às situações traumáticas. Segundo ela, tais ações se dão basicamente em dois polos ou vetores: em um polo reativo-patológico, como ela se refere, que culmina em despotencializações e, por outro lado, em um polo ativo, no qual se percebe a preservação da potência vital – que pode, inclusive, intensificar-se

– e onde há a ampliação de miradas para, inclusive, acessar o efeito da violência sobre os próprios corpos e, com isso, adquirir-se aptidões para combatê-las.

Esta experiência ressoa, de acordo com a discussão aqui proposta, na linha de uma investigação sobre si que se assemelha à etapa de levantamento de territórios ou campos pulsionais e, por isso, psíquicos. Assim, é possível inferir que se alcançam novas perspectivas do chamado território psíquico, tal qual discutimos em outro momento. É somente com esse reconhecimento do território – tal qual de praxe em todas operações bélicas – que podem despontar as insurgências na cena social, diz Rolnik (2018).

Prefiro ler que o reconhecimento deste corpo com suas marcas, fissuras do imediato e do mal-estar, ou o avanço para flancos cada vez mais expressivos do chamado território psíquico, ainda que árido, são operações de insurgência social (ainda que, para que esse encontro possa se dar, deserções da cena social precisem ser conquistadas).

Quando essas operações não são possíveis, segundo Rolnik (2018), o corpo fica passível a abusos da força vital. Ela opta pelo termo *força vital* dilatando e até mesmo fundindo a perspectiva dos conceitos freudianos de instinto (restrito aos animais e, por isso, naturalizador) e a pulsão (que, por sua vez, é vista em Freud restrita aos humanos por meio da aquisição da linguagem e, por isso, antropocêntrica).

A noção da força vital em seu trabalho serve, inclusive, para desmitificar a ideia da pulsão de morte – para isso ela recorre a Nietzsche quando da inflexão que toda pulsão é pulsão de vida, de acordo com o conceito de vontade de potência na obra desse filósofo. À luz de trabalhos desse mote, como o citado estudo sobre o Campo Pulsional de João Perci Schiavon (2010), que o batismo do referido equipamento com um signo que se diz a favor das pulsões faz mais sentido.

Se, sob tal ponto de vista, a pulsão de morte é suspensa, ou considerada como outra etapa da dinâmica pulsional, enquanto pulsão de vida, como explicar os acoplamentos destrutivos dos sujeitos, inclusive adolescentes, com empreitadas mortíferas através do uso abusivo de drogas, do envolvimento com o crime (para além dos seus fatores sociais e econômicos evidentes), ou, em outro extremo, com os transtornos de obesidade, pânico ou apatias?

Para Rolnik (2018) a questão é o destino ético da pulsão, que varia dos mais reativos (como nestes casos) aos mais ativos (como quando com a convocação da invenção de si). Mas, para que haja um destino ético mais ativo da pulsão, esta operação não está somente nas mãos do sujeito: essa é a inversão “social” do conceito de políticas de subjetivação, de acordo com a máxima de que “não há mudança possível de uma forma de realidade e de seus respectivos sintomas sem que se operem mudanças no modo de subjetivação” (Ronik, 2018, p. 18).

Pudemos detalhar alguns exemplos, quase anedotas, em que estas mudanças nas políticas de operação foram postas pelo referido equipamento no qual trabalhei e cujas marcas tentei decalcar nesse percurso de escrita. Lembro, entre esses exemplos, a situação da criação dos Seminários em que disparávamos discussões contra-hegemônicas, especialmente com a promoção do debate sobre Redução de Danos, visto ainda como progressista em uma região do país deveras conservadora. Da mesma forma, penso que houve inferências em políticas de subjetivação em esferas micropolíticas, como quando suscitamos o debate pelo fato de Rita ter sido desqualificada em seu curso de desenho estilo Mangá, conforme citado.

Mas, não menos importante, a circulação pelos diferentes territórios que promovíamos no acoplamento educadores-adolescentes também disparou uma série de fissuras nas políticas de subjetivação, ainda que em nível micropolítico: foi o caso das duas gerais ou “enquadres” no mesmo dia sentidos pela educadora que foram reverberados e denunciados na corregedoria de uma das polícias – ainda que o referido órgão tenha promovido uma escuta estéril e corporativista da nossa queixa; foi o caso emblemático dos trabalhadores da ossada-hospício temendo pelos toca-fitas em seus veículos, ou a balela dos trabalhadores da segurança no referido supermercado.

Se tais experiências não tratavam, diretamente, as demandas da política de subjetivação no território, elas ao menos evidenciavam essas diferentes linhas, que, portanto, são passíveis e possíveis de serem cartografadas aqui sob a égide do dispositivo de reinserção social. Por fazer tais políticas de subjetivação emergirem, eram operações da ordem do que tenho chamado de clínica do território – para além da clínica do sujeito individual, um tipo de inclinar-se sobre as composições (psíquicas) em diferentes ambiências.

Por isso tal operação, ao meu ver, faz eco ao chamado na obra de Suely Rolnik (2018) para decifrar a política de subjetivação do que ela chama de “regime colonial capitalístico”, com seus desvios do destino ético da pulsão e respectivas estratégias de despotencialização da vida.

O termo “regime colonial capitalístico”, portanto, atualiza as operações típicas da colonização, tal qual se via no caso das Américas, mas que também podiam ser observadas em diferentes linhas na própria Europa Mercantilista (como a colonização da parte moura ou judia da península Ibérica, para citar um entre tantos fluxos), assim como atualiza a ideia de expropriação da força vital em sua manifestação como força de trabalho, tal qual lido pela tradição marxista.

Esta atualização é, portanto, uma “dobra”, diz Rolink (2018), valendo-se do conceito de Deleuze, ou uma “nova versão do capitalismo”, que expropria a força vital em seu nascedouro. Por isso a autora é assertiva ao referir-se a tal movimento como o “estupro da força vital”, com a violência do regime colonial capitalístico que culmina em uma política do desejo perversa, sutil e refinada que é semelhante à sedução de um cafetão. Ocorre daí a redução da subjetividade à experiência enquanto sujeito.

Gosto de pensar que é a partir daí que todas as questões sociais emergem como individuais, e as tensões entre regiões excluídas ou negligenciadas pelo poder público na forma de periferias ou (sic) “comunidades” e as áreas mais nobres são designadas como “problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, especialmente pelas populações em situação de rua”, ou o quanto a falta de oferta no mercado de trabalho é lida como “tráfico de drogas”, passível inclusive de outra tipificação de punição com os apelos para a redução da maioridade penal.

Tudo isso, evidentemente, desemboca em um tipo de demanda clínica por tratamento ou por reinserção social que responsabiliza o sujeito (ou, quando muito, seus núcleos familiares) pela “doença” da “dependência química”, fazendo emergir discursos possíveis de serem cartografados em diferentes arranjos semânticos como: “sou fraco perante a droga”, “devo evitar pessoas, situações e lugares” ou o famigerado “quando sair daqui vou arrumar um trabalho e não vou dar mais desgosto à minha mãe”, entre tantos outros depoimentos e discursos dos adolescentes que atendíamos que repetiam mantras típicos de parte das Comunidades Terapêuticas.

Tais operações são, portanto, outro ponto – ainda que, aparentemente oposto – do vetor da meritocracia, que culmina em tipos de sujeito como aqueles descritos por autores que trabalham com a perspectiva da pós-modernidade (seja enquanto sujeito-líquido de Bauman (2001), como Cultura do Narcisismo de Lasch (1993), ou a corrosão do caráter de Sennet (1998). Retratam o que Rolnik (2018) define como subjetividade ensurdecida às demandas da pulsão, com uma operação em que o sujeito exclui sua experiência imanente à condição de sujeito, ou o fora-sujeito – em última análise, exclui sua capacidade de afecção, no sentido Spinozista do termo afeto.

É um ponto nodal na argumentação de Rolnik (2018), pois, ainda seguindo suas pistas, os afetos são *experiências extrapessoais*, ou seja, experiências em que não há contorno “pessoal” ou este se dá de forma cambiante e instável, diante das forças da biosfera, tal qual ela chama. Gosto de pensar que, novamente, trata-se de uma extensão da perspectiva da dimensão territorial.

Da mesma forma, os afetos são *experiências extrassensoriais*, uma vez que a via do afeto (ou do encontro do sujeito com o território) transpassa a noção individualizada da percepção. Por fim, trata-se de uma *experiência extrassentimental*, pois se dá via emoção vital, que é destino da emoção psicológica que chamamos comumente de sentimento.

Em todas essas dimensões, reitero, trata-se de acoplamentos possíveis com o “fora”, com algo que está “além” da condição de “indivíduo”, com suas “predisposições genéticas”, “desarranjos familiares”, “essências”, “dons” e demais predicados comumente encontrados nos discursos hegemônicos.

Concluo essa breve resenha trazida como complemento-casca para elaborar a tese-pão da obra de Rolnik (2018) para trazer suas colocações sobre o fato desse mal-estar trazer um sutil paradoxo: se por um lado paralisa (ou, nesta nossa leitura, territorializa, “reinsere socialmente”), por outro lado convoca o desejo de agir (inventa inserções, forja territórios, deserta). Pode disparar, portanto, novas políticas do desejo – das mais reativas às mais ativas.

E esta escolha, diz Rolnik (2018), não é neutra, pois é dela que resultam distintos destinos da pulsão que “implicam distintas formações do inconsciente no campo social, portadores de maior ou menor teor de ativação da vida”. Circular pela cidade com uma caravanas de bicicletas, portanto, pode ser uma operação de

insurreição, guardadas as devidas proporções. Ou, dito de outra forma, a resposta à pergunta “e aí, qual o rolê para essa tarde?” pode vir a ser muito mais política do que aparenta.

5.3.7 Apropriar-se da Biopotência ou do Poder da Vida para Resistir à Biopolítica ou o Poder sobre a Vida: Uma Questão de Territórios

A este respeito vale também como definição e destaque ao estudo das deserções a contribuição de Pelbart (2008), que tem trabalhado com a noção de biopolítica a partir de Foucault no que há de assalto à vida, e, por outro lado, no que a biopolítica opera enquanto biopotências: invenção de modos de existência, micropolíticas, singularidades, insurreições ou a criação de Zonas Autônomas Temporárias.

Dito de outro modo, com o mesmo vetor opressivo característico da captura de todas as esferas da vida pelo poder pode-se resistir ao poder sobre a vida com aquilo que há de mais imanente ou pulsional no sujeito: a própria vida em estado bruto. Não a vida ou o corpo enquanto uma reação, mas enquanto algo que sempre se fez presente, ainda que em latência:

Seria preciso começar pela nova relação entre poder e vida tal como ela se apresenta hoje. Por um lado, uma tendência que poderia ser formulada como segue: o poder tomou de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, pondo-as para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes, quer se evoque as ciências, o capital, o Estado, a mídia. (...) o poder já não se exerce desde fora, nem de cima, mas como que por dentro, pilotando nossa vitalidade social de cabo a rabo. Não estamos mais às voltas com um poder transcendente, ou mesmo repressivo, trata-se de um poder imanente, produtivo. Um tal biopoder não visa barrar a vida, mas se encarrega dela, intensifica-a, otimiza-a. (...) Tal inteligência, tal potência de vida disseminada por toda parte nos obriga a repensar os próprios termos da resistência. Poderíamos resumir tal movimento do seguinte modo: ao poder sobre a vida responde a potência da vida, ao biopoder responde a biopotência, mas esse “responde” não significa uma reação, já que o que vai se constatando é que tal potência de vida já estava lá desde o início. A vitalidade social, quando iluminada pelos poderes que a pretendem vampirizar, aparece subitamente na sua primazia ontológica. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido à mera passividade, a “vida”, aparece agora como reservatório inesgotável de sentido, manancial de formas de existência, germe de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos (PELBART, 2008, p. 78).

Mais do que devolver ao território, o chamado ético da Reforma Psiquiátrica ou de sua vertente mais inventiva e ética, a Antipsiquiatria, sempre foi para invenção (mesmo que após destruição ou desmonte) de territórios, mundos, dispositivos, platôs. Para isto, a pista a ser seguida pode apontar também para as deserções enquanto instauração de novas formas de existência.

Deserção, resgata-se, é termo utilizado para designar evasão de militares, e ainda tem interessante analogia quando há militarização do trabalhadores do tráfico de drogas em tempo de Guerra às Drogas matando mais do que overdoses⁷⁴. Deserção é, também, signo que aponta para a necessidade quase mítica de criar para si desertos, de trilhar desertos, êxodos, viagens míticas, *trips*, desterritorializações.

De certa forma, uma cobra deserta de sua pele para conquistar outro corpo-território; de certa forma, os adolescentes repetem operações análogas em suas dimensões sociais, e isto precisa ser considerado também enquanto destino ético da força vital, para além de patologizações e homogeneizações de territórios, com ou sem uso abusivo de substâncias psicoativas. Para que este destino ético da força vital seja compreendido em sua potência afirmativa faz-se necessário ocupar territórios da cidade, posto, mas também ocupar os territórios discursivos em torno dos signos clínica, tratamento, reinserção social.

Afinal, se o diagrama de (re)inserções pode ter estratégias salutareis de confinamento das juventudes, processos de gentrificação ou adaptação à sociedade, sua leitura enquanto dispositivo permite outro vetor: criação de resiliências psíquicas ou elasticidade antipane para suportar as travessias de desertos que a vida exige

⁷⁴ Ainda nesta pista dos exércitos que são formados em tempo de Guerra às Drogas e sua disputa por territórios, parece importante sublinhar a ênfase das máquinas de guerra (ou mesmo da deserção enquanto forma de se retirar de uma máquina de guerra ou mesmo de pôr em operação uma *outra* máquina de guerra. Achille Mbembe, em seu texto "Necropolítica", deixa algumas definições importantes para entender as máquinas de guerra no contexto da África Oriental na atualidade e isso permite algumas analogias, ao meu ver, com o "estado da arte", com o atual estágio da organização do Primeiro Comando da Capital. Ao trecho:

Uma máquina de guerra combina uma pluralidade de funções. Tem as características de uma organização política e de uma empresa comercial. Opera mediante capturas e depredações e pode até mesmo cunhar seu próprio dinheiro. Para bancar a extração e exportação de recursos naturais localizados no território que controlam, as máquinas de guerra forjam ligações diretas com redes transnacionais. Máquinas de guerra surgiram na África durante o último quarto do século XX em relação direta com a erosão da capacidade do Estado pós-colonial de construir os fundamentos econômicos da ordem e autoridade políticas. Essa capacidade envolve o aumento da receita, o comando e regulamentação do acesso aos recursos naturais dentro de um território bem definido (MBEMBE, 2018, p. 55).

para, se a deriva permitir, chegar-se às reconfigurações, reinvenções, reterritorializações: conquistas de outros espaços-tempos.

Todo território é psíquico. Portanto, o jogo das reinserções, inserções e deserções é também um jogo de territorializações, desterritorializações e reterritorializações, tais quais os conceitos formulado por Deleuze e Guattari (2011). É um jogo de disputa de espaços na cidade e pela disputa de igualmente ética de espaços no próprio corpo do sujeito. Instaurar territórios-outros é também instaurar em si um corpo-outro, dentro da lógica biopolítica de que o Estado se configura com rótulos como “vulnerabilidade social”. Criar-se em si e ao redor de si configurações que acolham e irradiem multiplicidades.

Para isto, a questão que emerge desde a epígrafe-sina é: quanto de deserção podemos suportar (e cuidar) para a instauração de novas inserções? Eis o chamado ético da operação clínica e política frente ao dispositivo reinserção social nestes tempos cabulosos que aponta ao que Deleuze e Guattari (2011) cunhavam como ativações rizomáticas:

Todo o rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se sempre uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que estratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito – tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas. Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização. Sim, a grama também é rizoma. (...) Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros? (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 26).

A potência do dispositivo reinserção social pode emergir mesmo das ações a partir políticas públicas consolidadas e atualmente sob ameaça nestes *tempos cabulosos*, ainda que com suas intersetorialidades em construção ou idealizadas (saúde, educação, esporte, lazer e juventude); tal potência também pode estar em operação infiltrada em equipamentos não convencionais ou mesmo em gestões públicas que não estão afinadas com a transformação social.

Pode ter sua erupção em arranjos micropolíticos, em rolês de bicicleta, a pé, de ônibus (com janelas) ou mesmo em imersões culturais ou virtuais; pode estar em

relações de amizade e afeto, em movimentos sociais como a ocupação das escolas públicas, Marcha da Maconha ou a gênese do Movimento Passe Livre, em movimentos estéticos e culturais. Enfim, tal potência pode vir a ser enquanto ética do levante e da insurreição nas Zonas Autônomas Temporárias (BEY, 2010).

Cabe a nós o chamado ético para a captura, reconhecimento, sustentação, apropriação, invenção, instauração partilhada e comum do dispositivo reinserção social e suas potências de conectividade. Tentamos parte disto neste trabalho.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma derradeira: a experiência de trabalho no equipamento citado foi uma operação de constituição de um território, psíquico inclusive, mais do que um mero emprego. Assim, o percurso dessa tese-pão deixa ressoar quantas inserções sociais são possíveis de serem acopladas em um conceito como este – e não só operar com binarismos do tipo “nós, os sãos *versus* eles, os doentes”. A perspectiva da clínica da cultura ou da disputa por políticas de subjetivação inclui, literalmente, o ajuste de lentes para os que caminham em diversos postos nessa jornada.

A cartografia está aberta, a Terra há de não ser chata: ciclos, circuitos, círculos, voltas em quarteirões, tudo é possível. Escrever é continuar cavando, como quem busca um atalho para o Oriente, como quem teima em achar ouro, diamante, fóssil, memória, raiz, rumo. Escrever aqui não foi só entregar, despachar. A concepção da cartografia permite um corpo-ciborgue, que pode se ampliar e se desmontar para haver algum sentido clínico ou alguma multiplicidade de sentidos em meio a tudo isso que cabe em uma vida em meio a tudo isso que cabe em uma cidade em meio a tudo isso que não cabe. Nem em um canto.

Assim, no caso do equipamento, equipe toma e faz corpo, também se insere e reinsere. Equipes são pessoas. Humanos não se confundem com recursos: são amigos, são desafetos, são potências, são devires. Fagulhas dos valores institucionais foram deserdados, desmontados, esterilizados – há algo de certa subversão naquele equipamento que, na falta de conseguir mudar o mundo, há de espirrar estilhaços de possibilidades e devir em alguma direção, para, enfim, construir. Há algo que me atravessa nesta experiência e sobre o qual me aproprio enquanto autor, não por ter tido planos, mas enquanto agenciamento de outros atos e ideias. Algo comum ao que acontece da adolescência, de certa forma.

Hoje, olhando o tempo e olhando o texto, não tenho dúvidas da potência da Zona Autônoma Temporária criada, mesmo não tendo dúvidas do quão violento seria seu golpe destituente. Não tenho dúvidas de que inventamos comuns. Não tenho dúvidas de que foi uma operação de clínica da cultura. Embora a narrativa da experiência seja atravessada por um tom ácido, crítico, por vezes passional e denso, e que as camadas da realidade sejam compostas de diversos platôs e perspectivismo, assumo o que o texto traz enquanto cacos e invenções de um

corpo, de uma cidade, de um sonho-ninho, de uma *trip*. Por isso torço que haja serventia disso vicejar em tese.

No que diz respeito à contribuição para a concepção das metodologias desenvolvidas pela equipe de trabalho, tenho convicção de que há muitas estratégias e manejos que poderiam e deveriam ser replicados em diferentes alçadas: da concepção do trabalho de educadores sociais com tentáculos de atuação no território, sampleando o refinado estudo do “acompanhante terapêutico”, ao estudo da ambiência ampliada. Do formato das reuniões e da organização dos processos de trabalho coletivos à importância da supervisão clínico-institucional. Das parcerias estabelecidas com diversos atores da rede governamental e não governamental à estratégia de incidência política por meio de ações formativas, ciclos de debate, discussões de casos, Seminários. Dos instrumentais de triagem aos instrumentais para registro das atividades diárias. Da construção dos indicadores ao processo seletivo de candidatos tidos como idiossincráticos pela régua padrão dos recrutadores. Tudo tem potência para, por que não, ser replicado.

Contudo, a certeza que nutria quando comecei a pesquisa, quanto à necessidade de que outros dispositivos voltados para a reinserção social de adolescentes com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas pudessem ser replicados, aos poucos se esvaiu. De certa forma, um trabalho como aquele, com um financiamento robusto como o que tínhamos, denota o fracasso da implantação da Reforma Psiquiátrica e o atraso na constituição de seus equipamentos-dispositivos em Curitiba. Talvez por isso o que fazíamos fosse tão inovador.

Conceitualmente, para um profissional calejado da saúde mental, está claro que nossas ações eram um misto de Centro de Convivência, Acompanhamento Terapêutico, algum hemisfério da rotina de um CAPS, acompanhamento transversal das famílias como o que a Estratégia de Saúde da Família promove, com um tanto de clínica ampliada, com bicicletas, área vasta e uma clientela que poderia ser encaminhada da rede socioassistencial e das medidas socioeducativas sem que para isso fosse necessário inventar “dependências químicas” para ter acesso aos cuidados em saúde, como quem planta piolhos para ter acesso a *shampoos*.

O que digo com isso, sem querer parecer leviano ou desrespeitoso, é que se estes equipamentos citados e tantos outros não nomeados estivessem “rodando”, não haveria serventia em um equipamento específico para a reinserção social. A

proposta de ser uma instituição que "azeitasse a engrenagem" entre as outras instituições da Rede de Atenção Psicossocial e Rede Socioassistencial naquele território, com a perspectiva do público terceiro de atendimento, poderia ser substituída por um investimento mais combativo para ocupação de lugares estratégicos no cenário político, incluindo o controle social.

Reitero: a metodologia pode ser replicada, mas não precisamos replicar equipamentos como aquele, e sim investir nossos esforços para que políticas públicas não se tornem engenhocas obsoletas, ainda que elegantes, como as máquinas de escrever. Este é o porto-conclusão onde repousam, por enquanto, meia dúzia de convicções extraídas desse esparramado rizomático de ideias, narrativas e colagens.

E, claro, nesta cartografia puderam emergir outras questões envolvendo aspectos de produção de inconsciente institucionais descolados dos *habitats* convencionais do serviço público. A “firma”, a empresa-religião mantenedora e suas contradições institucionais (para usar um eufemismo) puderam ser anunciadas em alguns aspectos neste texto de forma direta ou indireta – de boas intenções a igreja está repleta. Isso não dá conta de apagar o peso histórico dos dogmas, do projeto colonizador, da violência da imposição de credo que se dá, sobretudo, nas sutilezas do convencimento cordial. Perceber na instituição as linhas de arranjos que nos escapam ao entendimento e visão é uma fértil possibilidade de análise de perspectivas econômicas: as mesmas linhas que forjam o Capital aparecem escancaradas ali, com todos seus dentes podres: haja Listerine.

"I would not" é, por esta perspectiva, a retomada do corpo, é o “prefiro não me sujeitar”, é o quase demagógico “tenho dois filhos para criar, preciso do meu caráter. Emprego acho outro”. É de caldos como esses que são feitos os mártires e os idiotas, mas foi a linha na qual eu me apeguei para pôr o plano da engenhoca voadora em operação: algo disso tudo há de ficar, portas serão abertas, outras conexões serão feitas. Ainda que a aterrissagem seja um trauma, um corte, uma queda, a engenhoca voou – e ainda voa.

A efetiva inserção social na sociedade brasileira para adolescentes ou adultos com sofrimento decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas são os programas de habitação. É transporte público e gratuito em funcionamento integral. É acesso às políticas de geração de renda e acesso ao trabalho. São políticas

públicas que permitam a elaboração dos nossos traumas históricos e as políticas afirmativas para compensação por nosso holocausto/escravidão/extermínio de ameríndios e minorias. É um Sistema Único de Saúde fortalecido, é o direito à educação pública de qualidade, é o direito ao ir e vir, lazer e vida comunitária. Quase simples, quase utópico. Mas era para lá que apontávamos, enquanto Estado, todas essas décadas. Podemos ter nos atrapalhado com o caminho, mas o horizonte não era outro.

A efetiva apropriação do dispositivo reinserção social não se faz por um equipamento, ainda que seja um centro de convivência descolado, com estética próxima às juventudes e com uma equipe genial de trabalhadores. Faz-se pela articulação entre as ações em rede com Unidades de Acolhimento Transitória, colegiados para discussão coletiva de caso com os CRAS e CREAS da região, que a educação pública consiga ser uma possibilidade efetiva de conhecimento desmercantilizado, com espaços atraentes e comunitários, com educadores que se inspirem nas atividades de acompanhamentos terapêuticos, e que a problematização com a gentrificação nas cidades seja discutida no Plano Diretor do Município. Faz-se com a presença do Estado, ainda que a discussão sobre o anarquismo e a discussão sobre as ingerências do corpo seja imprescindível.

E tem mais: toda energia possível, em qualquer empreendimento que zele pela manutenção e ampliação dos coeficientes de alteridade na contemporaneidade, sobretudo no Brasil, deve-se voltar à discussão sobre a falida Guerra às Drogas. Não há Guerra às Drogas, há guerra entre pessoas. Nenhuma política pública, nenhum movimento de Reforma Psiquiátrica, nenhuma "luta por Direitos Humanos" se safa do adjetivo de hipócrita ou demagogo enquanto não criticar e buscar superar a Guerra às Drogas. Nenhum tipo de clínica pode vicejar enquanto ética do cuidado durante o tempo em que pessoas estiverem sendo assassinadas, presas, fardadas, armadas, assustadas, enlutadas por um tipo de salvo conduto para perpetuação do estado de exceção, como de praxe na face tupiniquim da Guerra às Drogas.

Precisamos aprender a lidar com as drogas. É algo nessa direção que Antonio Escohotado aponta em seu "História elementar das drogas". Precisamos aprender a lidar com a droga e com a histeria em torno delas. Precisamos, de certa forma, estudá-las, domesticá-las para, enfim, cuidarmo-nos em relação a elas. Nós, enquanto sujeitos, temos condições para domar máquinas e acoplamentos

igualmente escorregadios: circulamos por aeronaves que podem explodir, por vagões que são eletrificados sob alta tensão, por automóveis que podem colidir. Flertamos com o fim de tudo a um clique de botão há quase três quartos de século. Não é pouca coisa. Vivemos bombas atômicas. Lidamos com a velocidade, com o amor, com as cidades, com as navalhas, com insetos perigosos no sótão, com doenças infectocontagiosas, com bactérias mutantes, com amores mal resolvidos, com produtos culturais alienantes, com sapatos vermelhos, com aquecimento global, com música alta e com música ruim, lidamos com tragédias naturais e lidamos com religiões. Já lidamos com drogas especialmente perigosas. Regulamos a venda de morfina com relativo sucesso. Regulamos a publicidade de tabaco com relativo sucesso. Regulamos a venda de antibióticos e produtos radioativos com relativo sucesso. Começamos a ampliar nossa discussão planetária sobre resíduos. Podemos lidar com as drogas. Devemos aprender a lidar com as drogas, de uma outra forma, com perspectivismo.

“Perdemos mais pessoas por mordidas de cobra do que por overdose”, disse Gregório Duvivier em um programa sobre a Guerra às Drogas. “Nem por isso fazemos uma guerra às cobras”⁷⁵. Os fatos são claros: a sustentação da política de combate às drogas mata mais, encarcera mais, produz mais desigualdades sociais, destrói “mães suficientemente boas” separando-as de seus filhos, reforça estigmas sociais e perpetua o racismo de Estado no Brasil. Não há projeto de Direitos Humanos possível de fazer vistas grossas ao fato, seja religioso, político ou ideológico.

O território para incidências é, em mesma medida, o das políticas de subjetivação. Todo território é psíquico. É ali, na usina inconsciente de ideias nossas de cada dia que os “dispositivos” permanecem operando. Um deles legitima a ideia de *reinserção social* como reformatório, corrobora a ideia de que a engrenagem com defeito era individual ou, se tanto, pequeno-familiar. Sujeitos que não se esforçam, famílias desestruturadas.

Retoma-se o provérbio: quando o sábio aponta a lua, o imbecil olha o dedo. Não há caminho plausível enquanto esses pilares (disputa por políticas de subjetivação, fim da Guerra às Drogas e fortalecimento das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social e habitação) não forem cuidados e

⁷⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xZTXkR07zmo>, acesso em 24 de novembro de 2018.

fortalecidos. E podemos muito, em diferentes microterritórios e micropolíticas possíveis de contribuir para essa jornada, que é planetária.

As alteridades manifestadas em coeficientes cada vez maiores são caminhos para esse platô ser possível. Tolerância às deserções, como se cuida dos bens naturais do planeta ou das flores na janela, hão de ser os motes de qualquer política de saúde mental sã. A ideia do socialismo das distâncias pode ser mais efetiva para a reabilitação psicossocial do que o gregarismo de quinta-categoria dos que esperam a revolução comunista à partir da politicização da loucura. A questão deixa de ser “como estar juntos” e passa a ser “como estar a sós”, no sentido afirmativo da solidão povoada, tal qual descrito em outro momento à partir dos estudos de Deleuze (1996) e Pelbart (2009).

As cidades apodrecem, necrosam, estão em metástase. É fato, o espaço público é destituído de sentido e camadas ou platôs são aplainados em um tipo uniforme de esvaziamento. Há automóveis por toda parte. Há pessoas que escapam ao ideal de sucesso do capitalismo por toda parte. E isso não foi causado pelas drogas.

A circulação urbana obedece outras simetrias: ninguém mais vai ao centro pagar uma conta no banco. Serviços são reconfigurados, condomínios são erguidos, acoplamentos com telas transformam polegares maiores que indicadores. A privatização da vida ganha contornos nunca antes visto. Contornos do corpo ganham linhas nunca antes vistas. Corpos-cidade são afetados pelas políticas de subjetivação. Pânico é pane. Para isso, imprimem-se movimentos retilíneos, pendulares, lentos – mesmo o trânsito imprime políticas de subjetivação.

Disputa-se território, disputa-se a linguagem, disputam-se coeficientes de alteridade, disputam-se trincheiras, disputam-se lugares ao sol, disputa-se uma concepção de saúde e cuidado que ainda precisa de um Estado para, minimamente, reparar as desigualdades sociais de uma sociedade que, em sua re-fundação, tem traumas importantes para elaborar: o extermínio dos ameríndios, a escravidão, a produção de uma elite-perversa. Nada nos será dado. Nada nunca nos foi dado. O cenário de travessia global de assunção de tentativas perversas de sobrevida ao capital por meio de gerentes de Estado guiados por afetos tristes tende a ser árduo. Aqui também. Precisamos de suprimentos: água, reflexão, inteligência, amigos, empregos, saltos, amor, poesia, música, tardes de verão.

Estamos em guerra, mas não contra as drogas. A disputa é pelos territórios psíquicos. Novamente, biopolíticas. Temos um comum para ser inventado.

Antes era “de que lado você está”. Agora é “onde você está”.

Às vezes uma mudança de perspectiva basta para disparar abalos sísmicos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Tales. **A música do tempo infinito**. São Paulo: Cosac Naify, 2012

ACSELRAD, Gilberta. **Drogas, a Educação para a Autonomia como Garantia de de Direitos** in **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 96 - 104, out. - dez. 2013. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_96.pdf> Acesso em: 24.jun.2017

ALBERTI, Sonia. **Esse sujeito adolescente**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos/Contra Capa, 2009

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua** in **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 543-567, São Paulo: 2011.

_____. **Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias e jovens das classes populares**. In LERNER, J. **Cidadania: verso e reverso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002

_____. **O que é um dispositivo?** In **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. ISSN 2176-8552. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995

AMARANTE, Paulo e TORRES, Eduardo. **30 Anos da Reforma Psiquiátrica Brasileira: lutando por cidadania e democracia na transformação das políticas**

públicas e da sociedade brasileira in FONTES, Breno e FONTE, Eliane (orgs): **Desinstitucionalização, redes sociais e saúde mental**. Recife: Ed. Univ. UFPE, 2010.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico**; trad. Heloisa Jahn – Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIEHL, João. **Antropologia do devir: psicofármacos—abandono social—desejo** in **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2008, v. 51 n. 2 p. 413-449.

BIONDI, Karina. **Juntos e Misturados: Uma Etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010

BEY, Hakim. **TAZ. Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 2001.

BRASIL. Decreto Nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores**. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL, Lei No 10.216, de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 21.jan.2017

BRASIL, Portaria Nº 816, de 30 de abril 2002. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. Brasília, 2002. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0816_30_04_2002.html> Acesso em: 01.abr.2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde: **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, Lei No 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/790351.pdf>> Acesso em: 28.mai.2017

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas: leitura recomendada para alunos a partir do 7o. ano do ensino fundamental**/ Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; conteúdo e texto original : Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. - 5. ed. 6. reimp. - Brasília: Ministério da Justiça, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Ambiência**. Ministério da Saúde — 2a. ed. — Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BURROUGHS, William. **Junky**. Tradução de Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005

CALIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000

CAMPOS, Rosana T. O; PASSOS, Eduardo; et al. **Guia da Gestão Autônoma da Medicação - GAM**. DSC/FCM/UNICAMP; AFLORE; IPUB/UFRJ; DP/UFF; DPP/UFRGS, 2012. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/paganex/guia_gam_para_dowload_com_correcoes.pdf>. Acesso em: 28.mai.2017

CARNEIRO, Henrique. **A Construção do Vício como Doença: o consumo de drogas e a medicina**. Anais do XIII Encontro Regional de História. ANPUH. Minas

Gerais, 2002. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf> Acesso em: 21.jan.2017.

CASTANEDA, Carlos. **A erva do diabo: os ensinamentos de Don Juan**. São Paulo: Nova Era, 2008.

CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni e ANDRADE, Carla (orgs) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

COSTA, Roberta Marcondes. **Mil Fitas na Cracolândia: Amanhã é Domingo e a Craco Resiste**. 2017. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DELEUZE, Gilles **Conversações** trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992

_____. **O que é um dispositivo?** In: Deleuze, Gilles, **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja, 1996.

_____. **Clínica e Crítica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. **Duas questões sobre a Droga**. Trad. Guilherme Ivo. In *Dois Regimes de Loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs vol 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1988.

DELMANTO, Júlio. **Camaradas Caretas: Drogas e Esquerda no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2015

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015

DUNKER, Christian Ingo Lenz e NETO, Fuad Kyrillos. **Sobre a Retórica da Exclusão: a incidência do Discurso Ideológico em Serviços Substitutivos de Cuidados e Psicóticos** in Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2004, p. 116-125

DUMANS, A. M. *Nas trincheiras de uma Política Criminal com Derramamento de Sangue: Resposta a Claude Olivenstein e Críticas à Lei de Drogas*. In: LOPES, L. E org. **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. Tradução Geraldo Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia Elementar das Drogas** trad. José Colaço Barreiros. Lisboa: Antígona, 2004

FIORE, Maurício. **Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos**. Campinas, UNICAMP, 2013. 210 p. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

FREI, Altieres. **As Oficinas de Expressão Sonora: relatos da busca por metodologias e terapêuticas entre a percepção das paisagens sonoras e a**

clínica das psicoses. in AMARANTE, Paulo e NOCAM, Fernanda (orgs) **Saúde Mental e Arte: Práticas, Saberes e Debates.** São Paulo: Zagodoni Editora, 2012

_____. **A Máscara de V., as manifestações e o Metrô de São Paulo.** in. **Cadernos de Subjetividade - Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade.** Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC SP, 2013 (b) ano 10. n. 15 p. 216-226.

_____. **Frestas da Vida sobre Trilhos Elétricos: Modos e Modelos de Subjetivação no Metrô de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUCSP, São Paulo, 2013 (c)

_____. **Reinserções, Inserções e Deserções** in **Cadernos de Subjetividade - Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade.** Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC SP, 2015, ano 12 n. 18 p. 35-54.

FREI, Altieres, GOMES, Bruno. e col. **Rodas de conversa sobre estratégias de Redução de Danos e demais contextos relacionados às terapêuticas e políticas públicas sobre drogas** in. **Cadernos de Subjetividade - Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade.** Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC SP, 2013 (a) ano 10. n. 15 p. 6-36.

FREUD, Sigmund. *O Inquietante* in **História de uma neurose infantil e outros textos.** Tradução Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos.** Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos.** Tradução Paulo César de Souza. São Paulo : Companhia das Letras, 2010

FONSECA, Guido. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros** trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Baeta Neves. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e introdução de Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HARAWAY, Donna **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do sec XX** in: TADEU, T (org) Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

HESSE, Herman. **Demian: História da juventude de Emil Sinclair**. Tradução de Ivo Barroso. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HORNBY, Nick. **Alta Fidelidade**. Tradução de Christian Schwartz. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

HUINZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Tradução Lino Vallandro e Vidal Serrano. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2007.

_____. **A Ilha**. Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica, 1986

KARAM, Maria Lúcia. **Guerra às drogas e saúde: os danos causados pela proibição**. In *Atendendo na Guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack* (BATISTA e LOPES, orgs). Rio de Janeiro: Renan, 2014

KASTRUP, Virgina. *et. al.* **Pistas para o método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. 2008.

KEEGAN, John. **Uma história de guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009

JOANIDES, Hiroito. **A Boca do Lixo**. São Paulo: Ed. Populares, 1977.

LANCETTI, Antonio. **Contrafissura e Plasticidade Psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

_____. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006.

LEARY Timothy. **Flashbacks “surfando no caos”: A história pessoal e cultural de uma era**. Trad. Hélio Melo. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1983

LOPES, Lucilia e BATISTA, Vera (orgs). **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack**. Série Criminologia de Cordel. Rio de Janeiro: Revan, 2014

MALVASI, Paulo. **Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.

MASSAGLI, Sérgio. *Homem da multidão e o flâneur no conto ‘O Homem da Multidão’ de Edgard Allan Poe in Terra Roxa e Outras Terras — Revista de Estudos Literários*. Volume 12. Universidade Estadual de Londrina: 2008. Disponível em <http://www.uel.br/pos/letras/terraroja>.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção**. São Paulo: N-1 Edições, 2018 (b)

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar**. Tradução de Roseane Pereira. São Paulo: Escuta, 1992.

McKENNA, Terence. **O retorno à cultura arcaica**. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 2001

_____. **O alimento dos deuses**. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 1995.

MOORE, Alan. GIBBONS, Dave. **Watchmen (HQ em 12 partes)**. São Paulo: Abril / DC Comics, 1999.

NASIO, Juan-David. **Como agir com um adolescente difícil?: um livro para pais e profissionais**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVENSTEIN, C. **A clínica do toxicômano - a falta da falta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

PRIOSTE, Claudia. **O adolescente e a internet: Laços e Embarços no Mundo Virtual**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2016

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006

PESSOA, Fernando. **O livro do desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: Ensaios de Biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2008

_____. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: N-1 Edições, 2013

ROCHA e ECKERT. *Etnografias, saberes e práticas*, in **Ciências Humanas, pesquisa e método** Pinto e Guazzeli (orgs). Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018

_____. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, S. e GUATTARI, F. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1996

ROTELLI, Franco. *A Instituição Inventada*. Nicácio, Franco (org). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 89-99

SALGADO, Marcus. **A vida vertiginosa dos signos**. São Paulo: Editora Antiqua, 2007

_____. **A estética do pesadelo: drogas e literatura no século 19**. In Cadernos de Subjetividade, ano 10, n. 15. São Paulo: Núcleo de Estudos da Subjetividade, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-internacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Vilmar Ezequiel dos. **O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva da saúde coletiva**. Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SCHIAVON, J. P. *Pragmatismo Pulsional*. In **Revista Cadernos de Subjetividade. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC SP, ano 12, n. 12, p. 124-139, 2010.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SILVEIRA, Dartiu. **Reflexões Sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas** in SILVEIRA, D. X e NIEL, M. (orgs) *Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde* - PROAD, UNIFESP, Ministério da Saúde. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Cartilha%20para%20profissionais%20da%20saude.pdf> Acesso em: 10.out.2017

SOUZA, Tadeu. **A norma da abstinência e o dispositivo "drogas": direitos universais em territórios marginais de produção de saúde.** Campinas, UNICAMP, 2013. 351 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SÜSKIND, Patrick. **O perfume: história de um assassino.** Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Record, 1985.

SZPACENFOPF, Maria. **O olhar do poder: a montagem branca e a violência no telejornal.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

VARGAS, Eduardo. **Uso de drogas: a alter-ação como evento.** In Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2006, v. 49 n. 2.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIANA, Priscila Cravo. **A produção do Problema da Droga como caso de Polícia e Saúde Pública.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

ZIZEK, S. **Acontecimento. Uma viagem filosófica através de um conceito.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.